

A CHINA E A SEGURANÇA NA ÁFRICA OCIDENTAL DESAFIOS, RISCOS E RESPOSTAS

Maurino Évora

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais na Especialidade Estudos de Segurança e Estratégia, realizada sob a orientação científica da Dr^a Maria Cristina Montalvão Sarmento e do Dr António Horta Fernandes

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais na Especialidade Estudos de Segurança e Estratégia, realizada sob a orientação científica da Dr^a Maria Cristina Montalvão Sarmiento e do Dr António Horta Fernandes

DECLARAÇÃO

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

Maurino Évora,

Lisboa, 08 de outubro de 2019

Declaramos que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

Dr.^a Maria Cristina Montalvão Sarmento

Dr. António Horta Fernandes

Lisboa, 08 março de 2019

Agradecimentos

À Professora Doutora Maria Cristina Montalvão Sarmento, minha orientadora, pelo seu importante contributo na elaboração desta Tese, aliado à sua pronta disponibilidade em colaborar no solucionamento de algumas situações burocráticas no decorrer da realização deste trabalho.

Ao meu coorientador, Professor Doutor António Horta Fernandes por ter instigado em mim, através dos seus estimulantes seminários e aulas, o gosto pela Área dos Estudos de Segurança e Estratégia.

Ao amigo e colega de curso Suzano Costa..., por tudo e mais alguma coisa!

A todos os meus colegas e amigos que, cada um à sua maneira, marcaram positivamente o meu percurso neste doutoramento, os quais passo a nomear: Silvino Évora, Adilson Cabral Tavares, Pedro Borges Tavares, Gerson Sousa, Riolando Sousa, Mário Correia, Janu Jailson Sousa, Adilson Borges Tavares, José Maria Borges Tavares, Joaquim Nascimento Spínola, Valdemiro Rosa, Benedito Robalo, Américo Correia, Anastácio Semedo, Nildo Silva, Anabela Ribeiro, Nilton Timas, entre outros.

E, por último, mas não menos importante, à minha família.

A China e a Segurança na África Ocidental

Desafios, Riscos e Respostas

Maurino Évora

Resumo

Socorrendo-se a uma lente analítica eclética, este estudo tem como foco a problemática da penetração chinesa na África Ocidental. Os seus propósitos específicos são perscrutar: as facetas e implicações (económicas e securitárias) dessa penetração; as estratégias de Pequim com vista à “conquista” dos Estados regionais, particularmente a Nigéria, e até que ponto têm surtido efeito; as condicionantes da resposta nigeriana, bem como as perspetivas de cooperação securitária (doméstica e regional) entre os dois países; e, por fim, a evolução futura dessa penetração.

Estamos em face uma modalidade de envolvimento sistémico no plano regional que se tem materializado, sobretudo, através dos seguintes vetores: cooperação económica, ajuda ao desenvolvimento e assistência militar.

Visto de um quadro geral, as mais-valias – em termos de investimentos, comércio e infraestruturas – inerentes à penetração económica afiguram-se cruciais para a melhoria dos índices de performance económica de muitos Estados oeste-africanos, num contexto de retração do engajamento económico ocidental com a região. Porém, trata-se de uma relação que não deixa de ser problemática, ao se traduzir, por um lado, numa extrema assimetria na balança de pagamentos da região, com reflexo negativos para as receitas estatais, empreendedorismo e emprego. Por outro lado, o facto de os investimentos se concentrarem massivamente na exploração dos recursos naturais tende a reforçar uma economia de matriz extrativa, na qual as elites tardam em empreender medidas conducentes à diversificação económica.

A vertente securitária desse envolvimento tem-se movido paulatinamente para o centro da agenda político-diplomática da China, sobretudo, em resposta a um crescendo de ameaças aos seus interesses na região. Ademais, não se descure da influência das exortações internacionais para que Pequim empreenda ações que corroborem a sua pretensão em se afirmar como uma potência responsável, no plano global. Em todo o caso, refira-se que a passividade chinesa relativamente ao que tem sido uma postura de total desrespeito, por parte de algumas corporações estatais (e não só), com relação às leis ambientais e laborais, o não estabelecimento de critérios rigorosos para a assistência militar e transferência de armamento, e o suporte político-diplomático incondicional a alguma elite cleptocrática regional têm configurado importantes fatores de instabilidade nesse espaço.

Os recursos tangíveis de *hard power* chinês, quer seja económico, político ou militar, vão ao encontro das expectativas e dos interesses da elite política regional, não só pelos seus *outcomes* materiais, mas também em virtude dos valores que lhes são inerentes – não-ingerência, cooperação Sul-Sul, igualdade no relacionamento entre Estados, etc. A forma suave como a China tem feito uso desses recursos tem repercutido na potenciação do seu *soft power* na região – facto particularmente notório no nível de atração que essa potência asiática tem exercido sobre a Nigéria. Ao arrepio da sua cultura político-securitária, caracterizada, *inter alia*, por uma extrema aversão à penetração sistémica na

sua esfera de influência, a postura nigeriana prima-se por um claro cortejo à China, o que se percebe haja vista não só a seu historial de acérrimo defensor da política de não-ingestão externa em assuntos domésticos dos Estados, bem como o facto de o reforço da parceria com a China lhe permitir atenuar alguns constrangimentos no plano económico e, simultaneamente, as pressões exercidas pelos parceiros ocidentais visando a institucionalização de reformas políticas e económicas de cariz neoliberal.

Pequim pode vir a se tornar, como os seus recentes movimentos estratégicos deixam antever, num importante parceiro da Nigéria, no quadro da estabilização regional, até porque estamos em face a dois atores que comungam algumas similitudes no perímetro securitário – ambos são países em desenvolvimento que, além de deterem um enorme peso no espaço geopolítico no qual estão inseridos, se debatem com um conjunto de ameaças específicas. Todavia, essa parceria e a própria evolução da penetração chinesa dependerá de um conjunto de fatores, com especial relevância para o sucesso (ou não) do processo de transição económica em curso na China, aliado à evolução, positiva ou negativa, das dinâmicas de segurança na África Ocidental.

Palavras-chave: África Ocidental, China, Nigéria, Penetração Sistémica, Regiões e Segurança Regional.

China and Security in West Africa

Challenges, Risks, and Responses

Maurino Évora

Abstract

Using an eclectic approach, this study focuses on the issue of Chinese penetration in West Africa. Specifically, it aims to assess: its facets, and its economic and security implications; the strategies Beijing have put in place aimed at "conquering" the regional states, particularly Nigeria, and to what extent they have been effective; the determinants of the Nigerian response, as well as, the potential for domestic and regional security cooperation among these two states; and, finally, how this penetration will evolve in the future.

This systemic penetration over the regional level has been materialized, mainly through the following vectors: economic cooperation, development aid and military assistance.

Addressed from a general perspective, the investments, trade, and infrastructures that emerged with economic penetration have been crucial in improving the economic performance of many West African states, throughout this period of slowing Western engagement with Africa. However, this is a problematic relationship, as it generates, on the one hand, a significant asymmetry in the balance of payments, leading to a reduction of states revenues, as well as, to a rise of regional unemployment. On the other hand, the fact that investments concentrate massively on the exploitation of natural resources reinforces an extractive economy in which elites are reluctant to undertake measures conducive to economic diversification.

The security dimension of this involvement has gradually shifted to the center of Chinese political and diplomatic agenda, particularly in response to a growing number of threats directing towards its regional interests, as well as to international demands for actions consistent with its global responsibilities. However, it should be noted that China's passivity regarding the demeanor of total disrespect regarding environmental and employment legislations by some of its state corporations, its no-string-attached policy regarding military assistance and arms transfers, as well as political diplomatic support for some regional kleptocratic elite, have been important instigators of regional instability.

The above-mentioned tangible Chinese *hard power* resources meet the expectations and interests of the regional political elite, not only because of their material outcomes, but also because of the values they hold – non-interference, South-South cooperation, equality in the relationship among states, etc. The soft and shrewd manner through which China has used these resources of *hard power* has had a huge impact on its regional *soft power* – as we could see through the attraction it has been exerting over Nigeria. Despite its political and security culture has been influenced, *inter alia*, by an extreme aversion to systemic penetration over its sphere of influence, Nigeria has been continually wooing China. It should be noted that Nigeria is one of the staunchest advocates of the policy of non-interference. Furthermore, the Chinese presence in the region allows it to alleviate some domestic economic constraints and, simultaneously, the pressures

coming from Western partners in order to put forward the neoliberal political and economic reforms.

Beijing may become, as its recent strategic movement suggest, a major partner of Nigeria in its regional security efforts, as they share some similarities in terms of the security challenges they face – both are developing countries, and beyond that, they have been dealing with same specific kind of threats. However, this partnership and the very evolving of Chinese regional penetration will depend on several factors, particularly the success, or not, of the process of the Chinese economic transition and the evolving security dynamics in West Africa.

Key-Words: West Africa, China, Nigeria, Systemic Penetration, Regions, and Regional Security.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	II
ABSTRACT	IV
ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS	IX
INTRODUÇÃO	13
PRESSUPOSTOS GERAIS DE PARTIDA	13
BREVE ENQUADRAMENTO DOS ESTUDOS SOBRE A SEGURANÇA REGIONAL	13
PROBLEMATIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	15
JUSTIFICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO	17
NOTAS METODOLÓGICAS	22
<i>Pressupostos Filosóficos</i>	22
<i>Abordagem da Investigação</i>	24
<i>Questões de Partida e Hipóteses</i>	30
<i>Natureza da Investigação</i>	32
<i>Método de Recolha de Dados e Fontes</i>	33
<i>Delimitações</i>	33
<i>Limitações</i>	34
REVISÃO DA LITERATURA	35
CAPÍTULO I - INSEGURANÇA, REGIÕES E POTÊNCIAS (GLOBAIS E REGIONAIS)	35
I.1. SEGURANÇA INTERNACIONAL: INCURSÃO AO DEBATE NO PÓS-GUERRA FRIA	35
I.2. SEGURANÇA: PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS E PRINCIPAIS TEORIAS	38
I.3. REGIÕES E INSEGURANÇA REGIONAL	48
I.4. POTÊNCIAS REGIONAIS E A INSTABILIDADE REGIONAL NO PÓS-GUERRA FRIA	55
I.5. NIGÉRIA E AS INTRUSÕES DAS POTÊNCIAS GLOBAIS NA ÁFRICA OCIDENTAL	59
QUADRO ANALÍTICO	67
CAPÍTULO II - FRAGILIDADE ESTATAL, INSEGURANÇA REGIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	67
II.1. CONCEITO DE ESTADO FRACO	67
II.2. O ESTADO AFRICANO: SOBERANIA NEGATIVA, CLIENTELISMO E NEOPATRIMONIALISMO	70
II.3. POTÊNCIAS GLOBAIS, ESTADOS FRÁGEIS E REGIÕES INSTÁVEIS	76
II.4. POTÊNCIAS REGIONAIS FRÁGEIS E A INTERAÇÃO SISTEMA/REGIÃO	82
ASCENSÃO DA CHINA E A ENTRADA NA ÁFRICA OCIDENTAL	85
CAPÍTULO III - CHINA E A ORDEM INTERNACIONAL	85
III.1. PERSPETIVA PESSIMISTA – CHINA POTÊNCIA REVISIONISTA	85

III.2. PERSPETIVA OTIMISTA – CHINA POTÊNCIA STATU QUO	88
CAPÍTULO IV - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS	94
IV.1. RELAÇÕES SINO-AFRICANAS DURANTE A GUERRA FRIA	94
IV.2. RELAÇÕES SINO-AFRICANAS NO PÓS-GUERRA FRIA	96
CAPÍTULO V - ÁFRICA OCIDENTAL: GEOPOLÍTICA DE UMA REGIÃO INSTÁVEL	107
V.1. DINÂMICAS GERAIS DE INSEGURANÇA REGIONAL	109
V.2. PERCEÇÕES DE AMEAÇAS DOMÉSTICAS	111
V.3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS CONFLITOS REGIONAIS	116
V.4. RELAÇÕES DE PODER: PERSCRUTANDO A FRÁGIL UNIPOLARIDADE REGIONAL	124
V.5. INTERAÇÕES MILITARES INTERESTATAIS	124
V.6. CULTURA POLÍTICA, INSEGURANÇA E COOPERAÇÃO SECURITÁRIA	126
CAPÍTULO VI - VETORES DA PENETRAÇÃO CHINESA NA ÁFRICA OCIDENTAL	130
VI.1. EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS	130
VI.2. CONQUISTA DE MERCADO PARA A EXPORTAÇÃO	133
VI.3. LEASING E AQUISIÇÃO DE TERRENOS ARÁVEIS	136
VI.4. FLUXOS MIGRATÓRIOS	140
VI.5. COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO E INVESTIMENTOS	141
CAPÍTULO VII - AMEAÇAS AOS INTERESSES ECONÓMICOS DA CHINA	162
VII.1. VIOLÊNCIA POLÍTICA	163
VII.2. EMERGÊNCIA DE SENTIMENTOS SINOFÓBICOS	166
VII.3. CRIMINALIDADE ORGANIZADA	168
VII.4. INTERESSES ESTRATÉGICOS DE POTÊNCIAS OCIDENTAIS	173
CAPÍTULO VIII - CHINA E A INSEGURANÇA REGIONAL	177
VIII.1. CHINA E A ARQUITETURA SECURITÁRIA REGIONAL	177
VIII.1.1. <i>Assistência Diplomática e Financeira</i>	183
VIII.1.2. <i>Gestão de Crises e Peacebuilding</i>	185
VIII.2. CAPACITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA NACIONAIS	192
VIII.3. COMBATE AO FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO	196
CAPÍTULO IX - CHINA ENQUANTO FACTOR DE INSTABILIDADE REGIONAL	199
IX.1. TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA MILITAR	199
IX.2. EXPLORAÇÃO INSUSTENTÁVEL E/OU ILEGAL DOS RECURSOS NATURAIS	202
IX.3. AUTORITARISMO E INSEGURANÇA HUMANA	206
X.1. RADIOGRAFIA DO ESTADO NIGERIANO	209

<i>X.1.1. Porquê a Nigéria?</i>	209
<i>X.1.2. Paradoxos de uma Potência Regional à Beira do Precipício</i>	211
<i>X.1.3. Política Externa: História e Retórica</i>	218
<i>X.1.4. Petróleo e a Política Externa</i>	225
<i>X.1.5. Política Externa Regional</i>	227
<i>X.1.6. Política Externa Continental</i>	231
<i>X.1.7. Nigéria e as Potências Globais</i>	235
X.2. PERSCRUTANDO AS RELAÇÕES SINO-NIGERIANAS	243
<i>X.2.1. Estabelecendo o Contexto - Meio Séc. de Relações Diplomáticas</i>	243
<i>X.2.2. China e o Impasse nas Relações Político-securitárias entre a Nigéria e os EUA</i>	245
<i>X.2.3. China e as Contingências da Economia Política Nigeriana</i>	249
<i>X.2.4. Assistência Militar Chinesa e a Segurança Nacional Nigeriana</i>	257
<i>X.2.5. Ofensiva de Charme e Uso Suave do Poder por parte da China</i>	261
X.3. NIGÉRIA, CHINA E SEGURANÇA REGIONAL: RAZÕES PARA OTIMISMO?	268
X.4. PENETRAÇÃO ECONÓMICA CHINESA E A AGENCIALIDADE NIGERIANA	275
CAPÍTULO XI - TRANSIÇÃO ECONÓMICA CHINESA E A SEGURANÇA ECONÓMICA REGIONAL	282
CAPÍTULO XII - CHINA E A ÁFRICA OCIDENTAL – CENÁRIOS FUTUROS	291
XII.1. FORÇAS MOTRIZES E INCERTEZAS	292
XII.2. BREVE EXCURSUS SOBRE AS INCERTEZAS CRÍTICAS	294
XII.3. CENARIZAÇÃO	295
<i>a) Descrição do Cenário 1 - Faça Você Mesmo</i>	295
<i>b) Descrição do Cenário 2 - Alavancagem Estratégica</i>	297
<i>c) Descrição do Cenário 3 - Visão Periférica</i>	299
<i>d) Descrição do Cenário 4 - Controlo de Danos</i>	300
CONSIDERAÇÕES FINAIS	302
BIBLIOGRAFIA	309
Índice de Figuras e Tabelas	
<i>Figura 1: Fluxograma do Processo do Método Dedutivo</i>	25
<i>Figura 2: Fluxograma do Processo do Método Indutivo</i>	26
<i>Figura 3: Fluxograma do Processo do Método Hipotético-Dedutivo</i>	29
<i>Figura 4: Matriz do Cenário</i>	293
<i>Tabela 1: Forças Motrizes e Incertezas</i>	292

Lista de Abreviaturas

ACOTA	African Contingency Operations Training and Assistance
ACP	África, Caraíbas e Pacífico
ADM	Armas de Destruição Massiva
AFD	Agência Francesa para o Desenvolvimento
AFISMA	Africa-led International Support Mission in Mali
AFRICOM	United States Africa Command
AGOA	Africa Growth Opportunity
AMIS	African Union Mission in Sudan
AMISON	African Union Mission to Somalia
ANAD	Accord de Non Agression e d'Assistance en Matiere de Defense
AOD	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APEC	Asia-Pacific Economic Cooperation
AQMI	Al Qaeda no Magrebe Islâmico
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations
BAD	Banco Africano para o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
BRICS	Brazil, Russia, India, China e South Africa
CAD	Comité de Assistência ao Desenvolvimento
CADF	China-Africa Development Fund
CEA	Comissão Económica para África
CEAO	Communauté Economique de l'Afrique de l'Ouest
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEE	Comunidade Económica Europeia
CENTCOM	United States central Command
CHALCO	Aluminum Corporation of China
CHINALCO	China Aluminum Corporation
CICO	Chongqing International Construction Company
CIF	China International Fund
CNEEC	China National Electric Equipment Corporation
CNNC	China National Nuclear Corporation
CNPC	China National Petroleum Corporation
CNPIEC	China National Complete Plant Import & Export Corporation

CPI	China Power Investment
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSR	Complexo de Segurança Regional
DHS	Department of Homeland Security
DICON	Defence Industries Corporation of Nigeria
ECOMOG	The Economic Community of West African States Monitoring Group
EFCC	Economic and Financial Crime Commission
EITI	Extractive Industries Transparency Initiative
ELF	Energie Liquide de France
EUA	Estados Unidos da América
EUCOM	United States European Command
EXIMBANK	The Export-Import Bank of China
FA	Forças Armadas
FAA	Federal Aviation Administration
FBIS	Foreign Broadcast Information Service
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNL	Front de Libération Nationale
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FNPL	Frente Nacional Patriota da Libéria
FOCAC	Forum on China-Africa Cooperation
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FRU	Frente Revolucionária Unida
GGPP	National Guard State Partnership Program
GNPC	Ghanian National Petroleum Corporation
GSCF	Global Security Contingency Fund
ICAO	International Civil Aviation Organisation
IED	Investimento Externo Direto
IISS	International Institute of Security Studies
IPA	International Peace Academy
MCA	Millennium Challenge Account
MCD	Movimento Casamansês para Democracia
MEND	Movement for the Emancipation of the Niger Delta
MINUSMA	United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali
MNLA	Movimento Nacional para a Libertação de l'Azawad
MPCM	Movimento Patriótico da Costa do Marfim

MPLA	Movimento Popular de Libertação da Angola
MPRI	Military Professional Resources Incorporated
MTCR	Missile Technology Control Regime
MUJAO	Movimento para a Unidade da Jihad na África Ocidental
MULD	Movimento Unido de Libertação para a Democracia
NATO	The North Atlantic Treaty Organization
NEPAD	New Partnership for Africa's Development
NF	New Forces
NIPC	Nigerian Investment Promotion Commission
NSG	Nuclear Suppliers Group
NSS	National Security Strategy
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OFR	Operation Focus Relief
OGSG	Ogun State Government
OI	Organização Intergovernamental
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OOF	Other Official Flows
OUA	Organização da Unidade Africana
PAE	Programas de Ajustamento Estrutural
PCC	Partido Comunista Chinês
PDDR	Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
PEI	President National Export Initiative
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSC	Production Sharings Contracts
PSI	Pan-Sahel Initiative
SACF	Sino-African Cooperation Forum
SAFRAP	Societe Anonyme Franchise des Recherches et d'Exploitation de Petrole
SCO	Shangai Cooperation Organization
SINOPEC	China Petrochemical Corporation
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute

SRI	Sahara Regional Initiative
TCSR	Teoria do Complexo de Segurança Regional
TIJ	Tribunal Internacional de Justiça
TPI	Tribunal Penal Internacional
TSCTI	Trans-Saharan Counterterrorism Initiative
TSCTP	State Department’s Trans-Sahara Counterterrorism Partnership
UA	União Africana
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária Oeste-africana
UNAMID	United Nations Mission in Darfur
UNAMSIL	United Nations Mission in Sierra Leone
UNECA	United Nations Economic Commission for Africa
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNMIL	United Nations Mission in Liberia
UNOCI	United Nations Operation in Côte d’Ivoire
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime
UNOMIL	United Nations Observer Mission in Liberia
UNOMSIL	“United Nations Observer Mission in Sierra Leone
ZANU	Zimbabwe African National Union
ZTE	Zhong Xing Telecommunication Equipment Company

INTRODUÇÃO

Pressupostos Gerais de Partida

Esta tese parte dos seguintes pressupostos: (a) no presente contexto pós-Guerra Fria, as dinâmicas de segurança têm adquirido, cada vez mais, uma dimensão regional, estando na base da emergência de uma variedade de *Complexos de Segurança Regionais (CSRs)*, particularmente no Sul Global; (b) o contexto de insegurança que perpassa muitas dessas regiões radica, entre outras coisas, no facto de os Estados que as integram evidenciarem enormes dificuldades no exercício empírico da soberania empírica, monopolizando concomitantemente a violência legítima intra-territorial; (c) esses espaços geopolíticos regionais têm sido constantemente alvo de penetrações por parte de potências sistémicas; (d) essas penetrações, na presente conjuntura, já não resultam tanto de motivações de natureza ideológica, quanto as de natureza securitária e económica; (e) essa interação entre o sistémico e o regional, não raras vezes, transforma as dinâmicas de segurança regionais, despoletando uma série de reações por parte dos atores estatais locais, com especial relevância para os designados de potências regionais.

Breve Enquadramento dos Estudos sobre a Segurança Regional

O processo de descolonização deu azo a uma multiplicidade de Estados fracos nas mais diversas regiões do globo, com particular incidência no continente africano. Esses Estados funcionaram como palcos onde se desencadearam fortes embates ideológicos e militares sistémicos, no período da Guerra Fria, seja através da penetração agressiva, seja através do patrocínio de guerras por procuração (Acharya, 2004; Buzan & Wæver, 2003; Fawcett, 2004; Hettne, 2008; Hurrell, 1995; Lake & Morgan, 1997).

A relativa autonomia dessas novas configurações políticas, bem como das regiões onde estão inseridas, face às dinâmicas sistémicas, seria alcançada não antes da dissolução da antiga União Soviética (Buzan & Wæver, 2003) e a concomitante recentragem da política dos atores globais para o plano doméstico (Buzan & Wæver, 2003). O fenómeno em causa traduziu-se, entre outras coisas, numa maior proeminência das regiões e dos atores regionais enquanto espaços de conflito e cooperação (Buzan & Wæver, 2003; Kacowicz, 1997; Katzenstein, 2005; Söderbaum & Tavares, 2009; Tavares, 2010; R. Väyrynen, 2003). Trata-se de um processo de regionalização da segurança que evolui em paralelo

com a globalização (Katzenstein, 2005), um chavão a que muitos têm recorrido para descrever a nova configuração mundial emergente, permitindo-nos falar de uma *ordem global de fortes regiões*¹ (Buzan & Wæver, 2003).

O recrudescimento da importância das regiões, no panorama internacional, daria mote à produção de importantes estudos a esse respeito (Acharya, 2007; Buzan & Wæver, 2003; Cantori & Spiegel, 1970; Fawcett, 2004; Hettne & Soderbaum, 2000; Hurrell, 1995, 2007; Katzenstein, 2005; Schulz, Soderbaum, & Ojendal, 2001), despoletando um profícuo debate acerca do papel das ordens regionais no quadro da governação global, em particular, e das relações internacionais, em geral (Narlikar & Tussie, 2004; Nolte, 2010; Pedersen, 2002). Para Spiegel (2003) e Buzan & Wæver (2003), o plano regional afigura-se, cada vez mais, importante na realização de um longo espectro de análises securitárias². Na mesma linha, Acharya (2007) sugere que o estudo das ordens regionais, incluindo a construção e organização das regiões, as interações políticas económicas e estratégicas que ocorrem dentro e entre as regiões, e a ligação dessas interações com o sistema internacional, em geral, afigura-se vital para compreendermos o modo como o mundo funciona.

Neste contexto, as potências regionais, dada a sua centralidade no seio das configurações regionais, têm sido alvo de especial atenção por parte da academia, principalmente no que diz respeito à sua capacidade de gestão dos CSRs (Adler & Crawford, 2002; Buzan & Wæver, 2003; Lake & Morgan, 1997), mas também relativamente ao seu comprometimento (Cooper & Taylor, 2003; Hurrell, 1995; Ikenberry & Kupchan, 1990) e oposição (Capling & Nossal, 2009; Grieco, 1999; Kubicek, 2009) à institucionalização (económica) regional.

¹ Em inglês, *Global Order of Strong Regions*.

² Buzan & Wæver (2003) negam haver parcimónia da análise do nível unitário, visto que, por um lado, as dinâmicas securitárias afiguram-se eminentemente relacionais, significando que nenhuma segurança nacional consegue ser autocontida, e por outro, a segurança global se reportar não tanto a uma realidade objetiva quanto a uma aspiração.

Problematização e Contextualização do Objeto de Estudo

O fim da Guerra Fria implicou profundas transformações no sistema internacional. Se, por um lado, como vimos anteriormente, a diluição da pressão sistémica sobre os espaços regionais e as suas respetivas unidades constituintes afigurou-se decisiva para a autonomia das mesmas, por outro, a globalização económica e financeira proporcionou importantes recursos aos novos atores estatais, exponenciando avassaladoramente o seu poderio económico. Referimo-nos às potências emergentes, ou seja, Estados, cuja conquista do espaço no quadro da arena internacional tem se desenrolado de uma forma gradual, através de meios económicos e políticos. Esse epíteto aplica-se a um grupo de Estados, a saber: BRICS, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia, México e Turquia. Dentro desse perímetro, a China é claramente a potência que maior destaque adquire, congregando maior potencial de alterar as regras predefinidas no sistema internacional e desafiar a hegemonia (em declínio) dos EUA. Com efeito, a amplitude dos seus fatores de poder, amplamente potenciados por um crescimento económico espetacular, nas últimas décadas, faz prenunciar a aproximação de uma nova era dentro da política internacional (Breslin, 2013).

A pujança económica da China, nas últimas décadas, teria sido impossível, sem a manutenção de um fluxo massivo de recursos energéticos e outras matérias-primas estratégicas, como o ferro, a partir de várias regiões do globo, e em especial da África. Esta, igualmente, tem proporcionado um amplo mercado para o escoamento de manufaturas produzidas pelas indústrias chinesas. Daqui resulta, em grande medida, o reforço do engajamento económico, político, diplomático e, em certa medida, militar do governo chinês com uma multiplicidade de países africanos.

Nos últimos anos, as investigações académicas e análises políticas sobre as implicações da penetração chinesa em África aumentaram de forma abissal. Ora, estando numa fase a que podemos designar de embrionária, muitas investigações estão impregnadas de pré-conceitos e generalizações suscetíveis de comprometer a sua credibilidade. Entre algumas generalizações, destaque-se a divisão maniqueísta e simplista “China potência neocolonial (posição sufragada sobretudo por académicos, media e algumas instituições ocidentais) vs. China parceiro de desenvolvimento africano (posição advogada, regra geral, por académicos e, sobretudo, governantes africanos)”. Outra importante generalização assenta na assunção da homogeneidade africana, particularmente no

concernente às respostas à penetração económica chinesa no continente, posicionando a África como um ator otimista e passivo na definição de prioridades e termos do engajamento.

Ora, numa linha distinta, argumentamos que a África nunca poderá ser tomada como uma unidade de análise homogénea na perscrutação do seu relacionamento com a China, haja vista um conjunto de particularidades (por exemplo, no perímetro securitário, os desafios são imensos e variados) que se divergem de região para região, tornando eminentemente difícil a realização de uma avaliação abrangente ou de extrapolações. Dificilmente podemos falar de uma visão única da África em relação à China (Sautman & Hairong, 2009). Ao arrepio do que algum discurso mediático e, mesmo, académico tenta transmitir, o continente africano é substancialmente diverso. Esta diversidade, amiúde, tem se refletido na sua relação com a China (Alden, 2006). São cinquenta e quatro Estados e aproximadamente mil milhões de pessoas, e a forma como veem a China é influenciada por milhares de diferentes interações com diferentes “Chinas” em diferentes contextos (SaferWorld, 2011).

Afunilar o âmbito geográfico de análise, perscrutando o modo com um grupo composto por quinze Estados vizinhos, detentores de um conjunto de similitudes em termos de deficiência no controlo da violência legítima dentro do perímetro doméstico, mas relativamente diversos em termos de estágios de desenvolvimento, dimensão e posse de recursos naturais estratégicos, se relacionam com a China, constitui uma forma de contrariar essa tendência.

Essa presença da China na África Ocidental tem originado um conjunto de implicações securitárias, tanto negativas como positivas. Contudo, tendo em conta o quadro de instabilidade sociopolítica que perpassa a região, é premente que a China assuma integralmente o papel de potência responsável, conforme vem apregoando, por um lado, e que os Estados regionais saibam responder adequadamente à oportunidade que a China representa, por outro, sob pena de os ganhos registados, mormente no panorama económico, puderem vir a ser rapidamente anulados pela deterioração do quadro de insegurança regional, com consequências eminentemente nefastas para os interesses da China.

Neste quadro, atribuímos uma relevância acrescida às relações sino-nigerianas. Segundo A. Alao (2011), o crescente envolvimento dos BRICS em África afigura-se um tópico a

partir do qual tem emergido grandes discussões, especialmente no que se refere à forma como os Estados africanos, principalmente as potências regionais, percebem essa relação. A Nigéria, para além de ser uma potência regional com propensão para se posicionar na dianteira, no que à gestão da insegurança regional concerne, apresenta a particularidade de ter um historial de aversão à presença de potências extrarregionais na África Ocidental. A sua difícil relação com *françafrique* e, mais recentemente, a sua firme oposição à pretensão, entretanto gorada, da *United States Africa Command* (AFRICOM) em estabelecer-se no Golfo da Guiné afiguram-se dois exemplos bastante ilustrativos do supradito.

Porém, a resposta da Nigéria, em termos de perceção, discursos e práticas, face à penetração chinesa na região tem sido globalmente positiva, muito por via de uma panóplia de contingências que permeiam os níveis analíticos sistémico, regional e, sobretudo, estatal.

Justificação da Investigação

As investigações em torno das relações entre a China e os países africanos têm conhecido importantes desenvolvimentos, nas últimas décadas, sendo potenciadas, em ampla medida, pelo recrudescimento avassalador da influência da primeira sobre os segundos, por um lado, e pela renúncia, por parte destes, às políticas prescritas na sequência do *Consenso de Washington*³.

Porém, a dimensão dessas investigações não acompanhou a tendência geral de recrudescimento de análises e teorias referentes à interação entre regiões e potências globais, despoletado pelas transformações ocorridas no sistema internacional subsequente à queda da União Soviética. Não se vislumbram estudos compreensivos envolvendo a China e as regiões africanas, sendo que a maior parte converge para as atuações de potências ocidentais, sobretudo os EUA e a França. Com este trabalho almejamos proporcionar a nossa contribuição no âmbito desse debate.

³ *Consenso de Washington* e o *Clube de Paris* advogam e impõem um conjunto de condições – disciplina fiscal, boa governação, liberalização política, democratização, respeito pelos direitos humanos, *inter alia* – para a concessão de ajudas aos países em desenvolvimento.

A África Ocidental é uma interessante unidade analítica; é uma região de problemas e possibilidades. Devastada pelas frequentes guerras civis, as quais, em interação com um conjunto de novas ameaças que ali encontraram terreno fértil à expansão, a região em apreço é uma das mais inseguras do globo, mas também uma das mais prósperas, no que à concentração e variedade de recursos naturais diz respeito.

Note-se que da região faz parte a Nigéria, Estado que muitos consideram líder natural da África, dada sua dimensão geográfica e demográfica, potencialidades económicas e história, principalmente a circunscrita à luta anticolonialista e anti-*apartheid* sul-africano. A Nigéria é líder inquestionável na sua sub-região: mais de um terço do orçamento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), organização para cuja construção foi fundamental, provém dos seus cofres; o país tem tido uma postura proativa na gestão da segurança regional, como comprovam as operações militarizadas de manutenção da paz na Libéria e Serra Leoa (Adebajo, 2000; Abiodun Alao, 2011; Alli, 2012; Bach, 2010a); a Nigéria aspira, no quadro de uma futura reconfiguração da estrutura do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o estatuto de membro permanente daquela organização multilateral (Ojekwe, 2010); dispõe de vastas reservas de petróleo, que a tornam num dos maiores produtores desse hidrocarboneto, a nível global.

Alguns académicos, entre os quais Meierding (2010), asseveram que a Nigéria é uma das hegemonias regionais que têm sido alvo de algum menosprezo dentro do círculo de investigações em relações internacionais. Tendo sido um Estado a suscitar alguma atenção, logo a seguir à sua independência, hoje, volvidas aproximadamente quatro décadas, seria de esperar que as investigações incidentes sobre a política externa desse estado já tivessem atingido um estágio de relativa profundidade⁴ (Meierding, 2010). Para Meierding (2010), desde a sua independência, o país vem empreendendo uma política externa, por muitos considerada, relativamente competente⁵, e sob o estrito controlo do governo central, pese embora as irregularidades governamentais e as constantes

⁴ O facto de a Nigéria figurar no panorama dos países em desenvolvimento, torna-a um objeto pouco apelativo para o *mainstream* teórico das relações internacionais (Meierding, 2010).

⁵ Esta asserção é objeto de refutação por parte de muitos académicos. Para o efeito, vide Cyril Obi. (2008). Nigeria's foreign policy and transnational security challenges in West Africa. *Journal of Contemporary African Studies*, 26(2), 183–196; Atah Pine. (2013). Nigeria Foreign Policy, 1960-2011: Fifty One Years of Conceptual Confusion. *Modern Ghana*. Retrieved from <http://www.modernghana.com/news/354264/1/nigeria-foreign-policy-1960-2011-fifty-one-years-o.html>; Pat Utomi. (2008). China and Nigeria. ... in *Africa: Prospects for Improving US-China-Africa* ..., 39–48.

transições de regime⁶. Os sucessivos líderes políticos nigerianos, continua a autora, têm-se preocupado sobretudo com a manutenção no poder e a sobrevivência nacional (ao contrário da teoria dos *quasi*-Estados de Jackson⁷, a *soberania jurídica* não se afigura condição *sine qua non* para a sobrevivência do Estado nigeriano). Logo após o fim da guerra civil, a Nigéria procurou, e conseguiu hoje, atingir uma posição ímpar na África Ocidental (Meierding, 2010).

O aparato da política externa de Abuja distingue-se exclusivamente no campo quantitativo, e não no qualitativo, do dos Estados ocidentais. Assim, se as tradicionais teorias das relações internacionais se afiguram úteis aproximações da realidade, devemos esperar que tenham valência analítica no caso nigeriano (Meierding, 2010). Pese embora nunca poder aspirar ser uma potência global, a Nigéria possui uma capacidade latente de dominação. Por essa razão, afigura-se um interessante caso para se testar a aplicabilidade do *mainstream* teórico das relações internacionais, especialmente o neorrealismo, a uma escala inferior (Meierding, 2010).

A nossa opção, neste estudo, em destacar a as relações sino-nigerianas, faz jus às considerações de Meierding, ao mesmo tempo que nos posiciona dentro do debate em torno das relações entre as potências globais e as potências regionais.

Este trabalho perscruta, entre outras coisas, o que é provavelmente um dos aspetos mais controversos do relacionamento sino-africano: o crescente papel da China em matéria de questões securitárias em África (neste caso, África Ocidental). A importância deste tópico decorre de um conjunto de razões. Em primeiro lugar, os líderes e a sociedade civil africanos têm, num registo crescente, encarado a questão da segurança como uma prioridade na busca do desenvolvimento económico e social (SaferWorld, 2011). Aqui, o apoio da China é consensualmente considerado crucial para o sucesso desses esforços. Em segundo lugar, à medida que a China reforça o seu engajamento com a África, a atenção dos seus *policymakers* e da comunidade política, em geral, tem-se voltado para os desafios que a insegurança em África impõe aos seus interesses (SaferWorld, 2011).

⁶ É verdade que as escolhas no âmbito da política externa têm sido condicionadas pelo ambiente doméstico, porém esta contingência não se aplica exclusivamente à Nigéria e aos Estados fracos, em geral (Meierding, 2010).

⁷ Vide Robert Jackson, (1990). *Quasi-States: Sovereignty, International Relations as Third World*. Cambridge: Cambridge Univ Press.

O modo como a China abordará esses desafios no futuro dependerá da sua experiência hoje em África. Finalmente, a África tem-se tornado num espaço onde a China e outros membros da comunidade internacional cooperam e alcançam objetivos comuns (SaferWorld, 2011). Claramente, a análise do papel da China no contexto da segurança africana levanta algumas questões críticas acerca do futuro das relações internacionais (SaferWorld, 2011).

Estrutura da Tese

Esta tese encontra-se dividida em quatro partes, estruturadas da seguinte forma: parte introdutória, onde são apresentadas as suposições gerais de partida, o enquadramento e a metodologia de investigação. Segue-se a Secção I, que se debruça sobre a revisão da literatura, incidindo na problemática da *segurança* e *segurança regional* em contexto pós-Guerra Fria. A Secção II retoma a questão da insegurança regional, especificamente os Complexos de Segurança Regionais (CSRs) preenchidos por Estados fracos, analisando a sua interação com o nível sistémico, no quadro de uma operação analítica que se pretendeu eclética.

A Secção III documenta os principais argumentos académicos, bem como a interpretação das mais diversas fontes, sobre a problemática em estudo, sendo composta pelos seguintes capítulos:

O Capítulo III sublinha, ainda que sucintamente, a interpretação que o *mainstream* teórico das relações internacionais – realismo, liberalismo construtivismo – oferece com relação à emergência da China e as suas implicações para a presente ordem internacional.

O Capítulo IV enquadra, numa perspetiva diacrónica, as relações entre a China e os países africanos, com especial enfoque atribuído a dois períodos: o primeiro começa com a Conferência de Bandung (1955) e termina com o fim da Guerra Fria; o período subsequente vai do fim da referida guerra até a atualidade.

O Capítulo V discorre sobre as dinâmicas de segurança de cariz negativo presentes na África Ocidental, com especial acuidade para os conflitos e as insurgências domésticas, amplamente apontados como os principais instigadores de dilemas de segurança interestatais, porquanto tendentes a extravasar as fronteiras terrestres dos Estados; a inclinação nigeriana em tomar a dianteira na gestão das dinâmicas de insegurança

regional, num contexto de crescente carência de recursos, não só materiais mas também ideacionais; e a cultura político-securitária dos regimes políticos regionais, enquanto fator de insegurança regional.

O Capítulo VI retrata a penetração económica da China no espaço regional em apreço, evidenciando os seus principais objectivos económicos. São eles acesso a matérias-primas estratégicas e mercado para o escoamento dos seus enormes excedentes de produção, aquisição de terras aráveis para a prática da agricultura, e, por último, tornar a região um importante destino para a migração dos seus nacionais.

No Capítulo VII perscruta-se as ameaças regionais aos interesses da China, com especial relevância para a violência política, sinofobia, criminalidade organizada e a competição imposta por outras potências com interesses estratégicos na região.

No Capítulo VIII elenca-se e analisa-se as estratégias levadas a cabo por Pequim visando mitigar a ação dos fatores de instabilidade regional, nomeadamente o seu engajamento, ainda que incipiente, com a arquitetura de segurança regional, assistência diplomática e financeira aos Estados regionais, contribuições em operações multilaterais de paz, sob os auspícios da ONU, capacitação das forças de segurança estatais e combate ao terrorismo.

A China enquanto promotor da instabilidade é o objeto analítico do Capítulo IX. Daqui resulta um conjunto de análises incidentes sobre a transferência de tecnologia militar para os Estados africanos, a exploração insustentável dos recursos naturais, o papel da China no fomento do autoritarismo e da insegurança humana.

No Capítulo X, afunila-se o âmbito geopolítico de análise, explorando as relações sino-nigerianas, justificado pela dimensão territorial, demográfica e económica da Nigéria, no plano regional. O que se pretende aqui é perscrutar a amplitude, os desafios e as lógicas subjacentes a essas relações.

O Capítulo XI faz uma incursão ao atual processo de transição da economia chinesa, procurando perspetivar as possíveis implicações que poderá ter no envolvimento chinês na região oeste-africana.

O Capítulo XII esboça quatro cenários possíveis, em termos da evolução da presença da China na região. E, por último, as considerações finais relativamente à problemática em análise.

Notas Metodológicas

O nosso objetivo aqui é, por um lado, fazer uma ponte entre a *filosofia da ciência* e a *metodologia* e, por outro lado, expor as reflexões metodológicas sobre a condução da investigação. A análise concentra-se fundamentalmente em três dimensões da *filosofia da ciência*: (i) a *ontologia*, ou seja, o que existe no mundo e como os investigadores conceptualizam o objeto de estudo; (ii) a *epistemologia*, que se refere ao modo como o conhecimento sobre o mundo é formulado, analisado e captado pelo investigador; (iii) a *metodologia*, isto é, como os investigadores selecionam as ferramentas de investigação.

Pressupostos Filosóficos

Globalmente, a *filosofia das ciências sociais* reporta-se a um conjunto de princípios reguladores da procura e aquisição do conhecimento do real, através de passos metodológicos inter-subjetivamente acessíveis e justificáveis (Delanty & Strydom, 2010). Efetivamente, tratando-se de um processo gradual, produtivo e sustentado em princípios, ela abarca a *metodologia* (Delanty & Strydom, 2003). Tendo como produto final o conhecimento científico do real, ela perpassa igualmente a epistemologia (Delanty & Strydom, 2003).

A *metodologia* preocupa-se com a investigação sistemática dos princípios e processos orientadores da investigação científica (Delanty & Strydom, 2003), nomeadamente: *a*) a natureza e o âmbito do campo de estudo; *b*) a relação entre o cientista social e a realidade; *c*) o modo como essa relação se desenrola no processo de desenvolvimento do conhecimento; *d*) o tipo de posicionamentos feitos a respeito da realidade; *e*) as suas assunções filosóficas; *f*) e, finalmente, as suas relações com outras disciplinas ou outros tipos de conhecimento (Delanty & Strydom, 2003).

A *epistemologia* é ramo fundamental da filosofia que investiga, entre outros, o *tipo* (observacional/perceptual, descritivo, inferencial, introspetivo, refletivo) a *possibilidade* (dogmatismo vs. ceticismo, e.g.), o *limite* (linha divisória entre o conhecido e o desconhecido), a *origem* (razão, experiência, sentidos, e.g.), a *estrutura* (relação entre sujeito e objeto), os *métodos* (racionalismo/dedução, empirismo/indução, pragmatismo/abdução, fenomenologia/intuição da essência, crítico/descoberta de forças

ocultas) e a *validade* (intrínseco, correspondência, coerência, ou teoria do consenso, e.g.) do conhecimento (Delanty & Strydom, 2003).

A *ontologia*, por sua vez, perscruta a natureza e o conhecimento da realidade social, facto que têm sido objeto de diversas assunções, no contexto das ciências sociais. Essa divergência perpassa, igualmente, posicionamentos sobre o aspeto da realidade entendido como central para o conhecimento (Delanty & Strydom, 2003). Neste quadro, emergem uma série de assunções sobre a natureza da realidade social: *a)* realidade percetual ou física, uma coisa, um facto social observável (Durkheim, positivismo)? *b)* uma entidade mental ou fenomenal (construtivismo, neopositivismo)? *c)* uma configuração histórico-cultural mutável e identificável unicamente quando relacionado com valores, e requerendo um certo grau de interpretação (Weber)? *d)* um conjunto de forças ocultas que demandam o seu esclarecimento com recurso ao pensamento crítico (Marx)? *e)* um discurso que só pode ser compreendido a partir de um ponto de vista endógeno (Foucault)?

Grosso modo, dentro da *filosofia das ciências sociais*, relevam-se os seguintes campos, tratando-se de assunções epistemológicas, metodológicas e ontológicas: *positivismo* e *pós-positivismo*. O primeiro sugere que a tarefa do cientista é a procura de leis gerais, através de um escrutínio rigoroso dos fenómenos empíricos. Os positivistas apresentam-se, igualmente, bastante céticos relativamente ao papel da teoria, bem como à realidade das conexões causais entre fenómenos empíricos (Little, 2007). Segundo Delanty & Strydom (2003), o *positivismo* baseia-se em, pelo menos, seis pressupostos: a *unificação da ciência*, o *empirismo*, o *objetivismo*, a *neutralidade da ciência face a valores*, o *instrumentalismo* e o *tecnicismo* (Tashakkori & Teddlie, 2003).

Do ponto de vista epistemológico, o presente estudo rejeita os pressupostos do *positivismo empirista*, em virtude do seu falhanço na diferenciação do *mundo natural* do *mundo social*⁸, para se convergir com os pressupostos do *racionalismo crítico*, uma das várias perspetivas epistemológicas emergentes no seio do *pós-positivismo*.

⁸ O programa positivista muito dificilmente se encaixa na explicação de fenómenos sociais. Isto acontece por causa de um conjunto de razões: em primeiro lugar, os fenómenos sociais não se enquadram em “tipos” distintos, compostos por membros homogêneos. Podemos construir generalizações sobre a “água”, pela simples razão de que todas as amostras da água têm a mesma estrutura e características observáveis. O que não acontece com a categoria “revoluções”, por não ser um “tipo”, impossibilitando-nos de constituir um conjunto de condições necessárias e suficientes para a sua efetivação. Em segundo lugar, existem poucas leis gerais entidades e processos sociais, se é que existem. Cada revolução, por exemplo, desenvolve-se de

Para Popper, precursor do *racionalismo crítico*, tanto o *empirismo* como o *racionalismo* desempenham um papel fulcral no processo de conhecimento do real. Contudo, nem um nem outro consegue, por si só, esgotá-lo (Parton & Bailey, 2008). A questão de fundo, segundo este filósofo, decorre do facto de ambas as abordagens partirem de suposições erradas acerca do conhecimento⁹, desde já, advogando a existência de fontes autorizadas e infalíveis do mesmo – *experiência e razão* – (Musgrave, 1993), confundindo, por consequência, a sua *origem* com a sua *validade* (Popper, 2013). Popper entende que nenhuma fonte é particularmente digna de fé (todas podem induzir-nos em erro), estando a verdade acima da autoridade humana (Popper, 1963)¹⁰. Deste modo, qualquer potencial fonte deve ser aceite, seja ela a experiência, intelecto, tradições, intuições, entre outros.

Assim, Popper avança com uma alternativa às questões epistemológicas tradicionais – “*como se sabe?*” e “*quais são as fontes das asserções?*” – com a versão falibilista – “*como podemos detetar e eliminar o erro?*” (Popper, 2013). O conhecimento avança à medida que se aprende com os erros. Daí a importância de antecipações injustificadas (injustificáveis), suposições, soluções provisórias aos problemas, conjecturas, etc., no progresso do conhecimento. Tais operações são controladas por tentativas de refutações, que incluem testes críticos severos. Elas podem resistir a esses testes, mas nunca podem ser justificadas positivamente (Popper, 2013).

Abordagem da Investigação

A metodologia de investigação, como acima referido, engloba um conjunto de procedimentos sistemáticos e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar conhecimentos válidos, indicando o caminho a ser seguido, apontando erros e perscrutando as decisões do investigador (Marconi & Lakatos, 2003). Do ponto de vista

acordo com causas e circunstâncias históricas específicas. E não existem generalizações genuinamente interessantes sobre a categoria. No contexto das ciências sociais é muito importante formular hipóteses sobre mecanismos não-observáveis das interações causais. Assim, a teoria é uma componente importante do pensamento, no quadro das ciências sociais, particularmente da imaginação sociológica. Finalmente, a explicação, no perímetro das ciências sociais, exige que identifiquemos os mecanismos causais que ligam um tipo de circunstância social como o outro. Se acreditamos que a melhoria das infraestruturas de transporte provoca mudanças nos padrões habitacionais, precisamos construir hipóteses e análises sobre os mecanismos sociais subjacentes a este processo (Little, 2007).

⁹ Na verdade, esse filósofo assevera que as diferenças entre o empirismo e o racionalismo menores do que as similitudes.

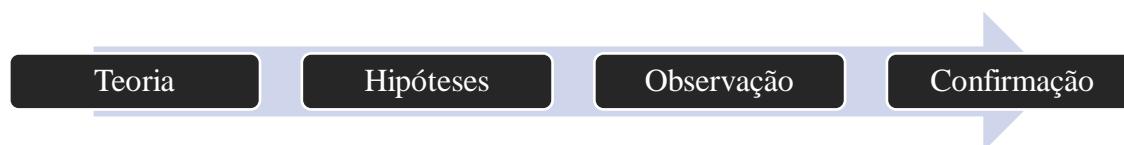
¹⁰ Popper (1967) entende intuição como produto de nosso desenvolvimento cultural e de nossos esforços em pensamento discursivo.

metodológico, costuma-se relevar dois ângulos de investigação – o *dedutivismo racionalista* e o *indutivismo empirista*.

A primeira baseia-se na crença do *princípio da dedução*, ou seja, a verdade é subordinada ao encadeamento de proposições a partir de premissas presumidas indiscutíveis (Nevado, 2008), como o teste de uma determinada teoria, construída por intermédio da revisão da literatura, socorrendo-se a variáveis do mundo real (Saunders et al., 2011).

O *dedutivismo* surge com Descartes (1596-1650), em resposta ao que considerava as deficiências do *método silogístico*, no que concerne à descoberta do conhecimento e de princípios universais¹¹. Com a dedução, Descartes manteve o *silogismo*, socorrendo-se, porém, da razão para solucionar o problema da justificação do contexto da descoberta. A razão é aqui utilizada visando obter ideias claras e distintas – o ponto de partida para alcançar verdades indubitáveis (Bastos & Keller, 1992).

Figura 1: Fluxograma do Processo do Método Dedutivo



Segundo Marconi & Lakatos (2003), a explanação e explicação de qualquer facto se opera quando nos é possível entender as razões da sua ocorrência, e se esta se reveste de sentido. A principal crítica ao *método dedutivo* radica no facto de que fornecer premissas (verdades-princípios), das quais um acontecimento pode ser deduzido, ser insuficiente para sustentar o *conhecimento científico*. O *método dedutivo* apenas avalia se as relações entre as premissas e a conclusão são ou não válidas (lógicas). A necessidade de explicação não reside na verdade das premissas, mas na relação entre estas e a conclusão (Kockhe, 1988). Deste modo, apenas o ideal da racionalidade¹² é atingido, pois que existe uma

¹¹ René Descartes (1596-1650) viveu na época em que as antigas crenças e atitudes dominantes na Idade Média encontravam-se abaladas, incitando à construção de um novo corpo de conhecimentos. Como a revelação desses princípios (conhecimentos) se dava através da intuição (origem racional) ou pela revelação (origem divina), a veracidade era justificada pela crença na intuição correta ou pela fé na revelação.

¹² O ideal da racionalidade, designado igualmente de verdade sintática, almeja uma sistematização coerente dos diversos enunciados (conhecimentos), fundamentados em teorias. Procura unir, estabelecer relações entre um e outro enunciado, uma e outra lei, de tal forma que se possa ter uma visão global, coerente e consistente internamente (Neto, 1994). Um conhecimento científico racional possui harmonia com as teorias científicas estabelecidas. O ideal da objetividade – verdade semântica – está em conseguir a

coerência lógica entre as premissas e a conclusão (Chisholm, 1989). Não havendo certeza sobre a veracidade das premissas, não se alcança o ideal da objetividade. Sendo assim, afirma Chisholm (1989), a dedutibilidade, sendo condição necessária, não é suficiente para o conhecimento (Chisholm, 1989).

A *indução*, pelo contrário, consagra a prospeção do terreno da experiência para estabelecer, por generalização, as leis procuradas (Nevado, 2008). O argumento indutivista mantém que, em primeiro lugar, vêm a observação dos factos particulares e posteriormente, as hipóteses a confirmar a dedução (Saunders et al., 2011).

Figura 2: Fluxograma do Processo do Método Indutivo



Da *observação* minuciosa dos factos visando descobrir o seu comportamento, a sua estrutura, as suas causas e consequências, com registo fiel dos dados, o pesquisador desenvolve hipóteses para posterior *experimentação*. Após a constatação de que uma *hipótese* levantada para explicar um facto foi confirmada pela *experimentação*, ela transforma-se em *lei* ou *teoria* para explicar outros fenómenos da mesma ordem, mesmo que não observados e experimentados pelo pesquisador (Cohen, 1989). Aqui a preocupação é essencialmente a construção de teorias, a partir da delineação das variáveis a serem perscrutadas (Saunders et al., 2011).

O pesquisador indutivista inicia o seu estudo despojado de ideias pré-concebidas, aborda os problemas com a mente aberta e faz observações empíricas sem preconceitos. Parte de um conjunto de observações para explicar as causas dos fenómenos, inferindo a partir dos resultados das experiências. A explicação assim gerada passa a servir também para outros casos semelhantes que, porventura, apareçam no futuro (Hessen, 1987).

A *indução* seria adotada como procedimento de trabalho por praticamente todas as ciências que apareceram após o séc. XVII (Hessen, 1987).

construção conceptual de imagens da realidade que sejam verdadeiras, impessoais e passíveis de serem submetidas a testes. Este ideal exige o confronto da teoria com os dados empíricos (Neto, 1994).

Sob o panorama *lógico*, asseveram os críticos, a *indução* é insustentável, em primeiro lugar, dada a impossibilidade de se perscrutar e explicar a totalidade dos factos, fenómenos ou coisas; em segundo lugar, ainda que fosse possível observar todos os factos, estes não explicariam por si mesmos o problema, objeto da investigação científica, dado haver uma multiplicidade de formas de o observar e classificar. Quais seriam os critérios utilizados na observação? Não se saberia o que seria relevante observar ou registar (Gewandsznajder, 1989).

Os críticos mantêm, igualmente, que a indução de problemas a partir da experimentação é uma ilusão, pois que a formulação de um problema surge em função do conhecimento prévio do cientista. Se não há conhecimento sem problema, o oposto também é verdade. Assim, a indução de teorias não se esgota no perímetro da pura observação ou experimentação. Estas devem ser balizadas por hipóteses, as quais relacionam os factos aos fenómenos. O recurso à experimentação não deve visar tanto o solucionamento de problemas quanto a potenciação do surgimento de meios destinados a testar as possíveis respostas projetadas a partir da hipótese (Chisholm, 1989).

Outra crítica substantiva ao *método indutivo* sustenta que se a consecução do conhecimento de casos particulares exige observações sem preconceitos, não se percebe a generalização de conhecimentos para futuros não observados, porquanto isto pressupõe o uso de uma mente preconcebida (inaceitável na indução). Portanto, a indução acaba na sua própria conclusão, não sendo possível criar uma teoria a partir dela (Popper, 2013).

Karl Popper, um dos principais críticos da *indução*, engendraria uma elegante solução não indutiva ao problema da *demarcação*¹³. Popper (2013) começa por afirmar que o *método científico* parte de um *problema* (p1), a partir do qual se aponta para uma solução provisória, uma *teoria tentativa* (TT), para numa fase posterior, se criticar a solução, no intuito de *eliminação do erro* (EE), num processo que se renovaria em si mesmo, originando novos problemas.

¹³ No início deste século, as ideias de Popper e Einstein revolucionaram a conceção de ciência e do método científico. O dogmatismo do mecanicismo foi minado em suas bases, cedendo lugar à atitude crítica. Einstein escreveu à Popper, em 1935: "não me agrada absolutamente a tendência positivista ora em moda, de apego ao observável. Considero trivial dizer que, no âmbito das magnitudes atômicas, são impossíveis predições com qualquer grau de precisão, e penso (como o senhor, aliás) que a teoria não pode ser fabricada a partir de resultados de observação, mas há de ser inventada" (Albert, 2015). Os dados empíricos só podem ter relevância ou não a partir de um determinado critério orientador.

Para Popper (2013), a observação afigura-se uma etapa fundamental para a ciência, sendo sempre antecedida por um problema, hipótese ou uma teoria. Qualquer observação é uma atividade com o fim específico, que é desvendar e verificar alguma regularidade vagamente vislumbrada. Ela tem como balizas as teorias existentes, as expectativas do investigador e os problemas. Estes últimos resultariam de um conflito entre os dois primeiros¹⁴. Segue-se a elaboração de conjecturas (nova teoria)¹⁵, as quais são objeto de teste de falseamento¹⁶ pela observação e experimentação. Os seres humanos nascem com expectativas, e é no perímetro das mesmas que as observações se desenrolam, face à ocorrência de algo anormal, quando alguma expectativa se vê frustrada, ou quando uma teoria é refutada (Marconi & Lakatos, 2003). Cada problema surge da descoberta de que algo que não harmoniza com o nosso suposto conhecimento (Popper, 1963). Assim, como sugere Popper (2013), só quem conhece é capaz de propor problemas. À medida que a ciência cresce, o conhecimento e a capacidade de percepção dos problemas evoluem.

As hipóteses científicas guiam o cientista ao longo desse percurso; sem elas o investigador torna-se incapaz de perceber as suas metas e barreiras estabelecidas ao longo do percurso. A construção de hipóteses depende quase exclusivamente da competência do investigador, do seu domínio das teorias relacionadas com a dúvida, da sua capacidade criativa de propor ideias e das soluções provisórias propostas que deverão ser confrontadas com os dados empíricos através de uma testagem. Popper (2013) defende que há uma miríade de formas heurísticas para isso; não há uma lógica na descoberta, embora possa haver uma lógica na validação das hipóteses (Popper, 2013). A investigação deve ter como tarefa a submissão de uma ou mais hipóteses a condições de falseabilidade, socorrendo-se do *método crítico*. Construída a hipótese, necessário se torna deduzir a partir dela consequências lógicas expressas em uma linguagem que possibilite a sua testagem.

Previamente são estabelecidos os seus potenciais confirmadores e falseadores, seguindo a experimentação (Popper, 2013), no quadro de um método de tentativa e erro. Após o

¹⁴ Daí não haver experiência passiva. O que existe são percepções em contexto de interesses e expectativas.

¹⁵ Ou seja, dedução de consequências na forma de proposições passíveis de testes diretos ou indiretos. A conjectura é lançada para explicar ou prever aquilo que despertou a curiosidade intelectual ou dificuldade teórica e/ou prática.

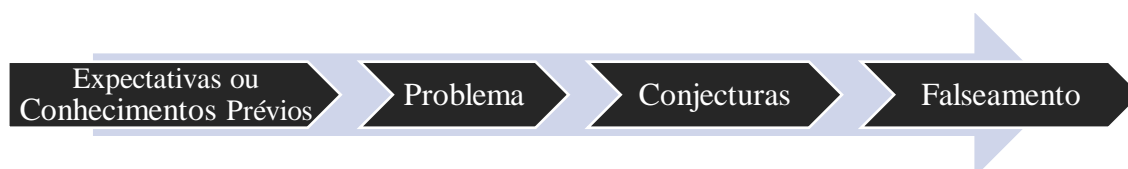
¹⁶ Nessa etapa do método hipotético-dedutivo, realizam-se testes que consistem em tentativas de falseamento e eliminação de erros. Pretende-se aqui em falsear, isto é, tornar falsas as consequências deduzidas ou deriváveis da hipótese, mediante o *modus tollens*, ou seja, “se p, então q, não-q, então não-p”, ou seja, se q é deduzível de p, mas q é falso, logicamente, p é falso.

teste, ainda que o resultado seja favorável à conjectura, com as hipóteses a resistirem a provas pormenorizadas e severas, e a não serem suplantadas por outras (Popper, 2013), é inconveniente afirmar que “a hipótese foi confirmada”, dado que jamais uma experimentação a confirma. A confirmação é reservada apenas a enunciados empíricos singulares e particulares. Os universais não serão dedutíveis de enunciados singulares, podendo somente ser falseados ¹⁷ (H. Albert, 2015; Popper, 2013).

Num contexto do género, assevera Popper (2013), devemos dizer que a hipótese mostrou qualidade, ou foi corroborada, passando assim a proporcionar um conhecimento temporariamente válido. Um resultado positivo só pode proporcionar alicerce temporário à hipótese, pois um subsequente resultado negativo sempre poderá se constituir em motivo lógico para rejeitá-la. Hume já dizia, no séc. XVIII, em alusão ao problema da indução, que não podemos raciocinar logicamente do conhecido para o desconhecido, do experienciado para o não experienciado (H. Albert, 2015).

O critério de refutabilidade (ou de falseabilidade) confere ao conhecimento hipotético uma lógica e uma coerência interna necessárias para o alcance não só do ideal da objetividade, mas também do ideal da racionalidade.

Figura 3: Fluxograma do Processo do Método Hipotético-Dedutivo



Popper (2013) mantém que, na ciência, o que ocorre é uma constante renovação ou revolução teórica, e não um processo cumulativo. O conhecimento torna-se falível, e a epistemologia mecanicista um mito (Gewandsznajder, 1989). Popper (2013) recusa a tecnicidade do conhecimento científico, antes caracterizando-o como um produto do espírito humano, envolvendo uma dimensão subjetiva – que cria, projeta, constrói a representação do mundo – e uma outra objetiva – que a testa e a confronta.

¹⁷ Ainda que se verifique que todos os homens sujeitos a exame tenham barba, a hipótese de que todos os homens possuem barba está apenas provisoriamente corroborada e não confirmada, haja vista a impossibilidade de examinação de todos os homens existentes. Mas a descoberta de apenas um homem sem barba seria suficiente para falsear a hipótese em apreço.

Em linha com os pressupostos epistemológicos e metodológicos avançados por Popper, a construção do nosso problema – *as implicações da penetração chinesa na África Ocidental* – foi antecedida pela interação entre as nossas expectativas inatas e algumas teorias relacionadas com as dinâmicas de segurança regional no pós-Guerra Fria, estudadas, ao longo do nosso percurso académico, especialmente a *Teoria do Complexo de Segurança Regional (TCSR)*. Para tal, foram cruciais trabalhos como “*Regional Orders: Building Security in a New World*”, editado por David Lake e Patrick Morgan, e, acima de tudo, “*Regions and Powers: The Structure of International Security*”, de Barry Buzan e Ole Waever. A partir daqui, seguiram-se outras leituras, a saber: “*The Emerging Regional Architecture of World Politics*”, de Amitav Acharya; “*The International Politics of Regions*”, de Cantori e Spiegel; “*Theorising the Rise of Regionness*”, de Hettne e Soderbaum; “*A World of Regions: Asia and Europe in the American Imperium*”, de Peter Katzenstein; “*The Tragedy of Great Power Politics*”, de John Mearsheimer; “*The Foreign Economic Policies of Regional Powers in the Developing World: Towards a Framework of Analysis*”, de Nel e Stephen.

Assim, constituímos o nosso problema, não a partir de uma “mente vazia”, mas sim influenciados por conceitos e teorias previamente adquiridos. Essa fundação contextual permitiu-nos formular as hipóteses do nosso trabalho, as quais serão submetidas a um exame crítico a fim de as corroborar ou as refutar.

Questões de Partida e Hipóteses

Pese embora os fenómenos sociais e políticos sejam destituídos de leis permanentes, à semelhança das ciências naturais, a sua análise demanda o recurso a metodologias específicas, num esforço para os tornar cientificamente inteligíveis, no quadro de uma interação dialética entre ideias e evidências (Ragin, 1994). Segundo Ragin (1994), as ideias auxiliam os cientistas sociais a dar sentido às evidências, e estas são usadas para estender, rever e testar aquelas.

Esta investigação propõe encontrar respostas para as seguintes questões de partida: *Quais são as principais facetas da penetração chinesa na África Ocidental? Que tipo de respostas tem produzido nos atores regionais, principalmente na Nigéria? Quais são as*

razões subjacentes as essas respostas? Que fatores serão determinantes na evolução futura dessa penetração?

Popper (1963) advoga que a ciência é um processo de investigação que se interessa pelo deslindamento da relação existente entre factos, situações, acontecimentos, fenómenos ou coisas. A ciência não explica os factos isoladamente, mas sim num quadro sistémico, engendrando hipóteses e leis visando a construção de teorias científicas (Popper, 1963).

Assim, a tentativa de solucionamento do nosso problema de investigação se inicia com a criação de um conjunto de hipóteses, originárias do confronto entre as nossas expectativas, preconceções e a revisão prévia da literatura. São hipóteses que não emanam nem da inferência dedutiva nem da indutiva, pois como alerta Popper (2013), não existe investigação alheia a preconceitos. Mais importante do que procurar a origem do conhecimento puro, é fundamental apresentar, de forma espontânea, novas ideias, as quais serão posteriormente sujeitas à falsificação.

Eis as hipóteses de investigação:

- a) *A penetração da China na África Ocidental assume uma dimensão eminentemente económica. Contudo, à medida que os seus interesses são afetados pelo contexto de insegurança regional, tem havido um significativo reforço da sua componente securitária.*
- b) *Os atores estatais regionais, com principal destaque para a Nigéria, aspiram um maior engajamento chinês na região, sobretudo, porque, acreditam, puder vir a traduzir na mitigação de uma série de constrangimentos económicos e securitários domésticos e regionais.*
- c) *O rumo e as dinâmicas dessa penetração vão depender da confluência de vários fatores, com especial destaque para a evolução não só do processo de transição económica na China, como também das próprias dinâmicas de (in)segurança na África Ocidental.*

Natureza da Investigação

A natureza desta investigação é, primeiramente, *descritiva*, no sentido em que dá conta do envolvimento político, económico e militar da China na África Ocidental, no âmbito de um lapso temporal que medeia 2002 e 2016. É *exploratória*, pois que procura explorar a natureza dessa relação; aqui é fundamental deslindar a questão “o quê”, abraçando, assim, o ângulo de investigação característico de estudos exploratórios. Saliente-se que a investigação exploratória é extremamente importante no desvendar do que se está a acontecer (Saunders et al., 2011); na procura de novos *insights*; e na formulação de questões e análise de fenómenos através de novos ângulos (Saunders et al., 2011). Do mesmo modo, afigura-se *explanatória*, dado almejar explicar as ações da China no panorama geopolítico oeste-africano – por outras palavras, propõe investigar, entre outras coisas, as determinantes, a forma e as implicações da penetração chinesa no panorama oeste-africano.

Método de Recolha de Dados e Fontes

Em termos de coleta de dados, o estudo adota uma abordagem eminentemente qualitativa. Fundamentalmente, socorremo-nos de literatura académica, na forma de livros, artigos científicos e documentos oficiais. Igualmente, fizemos o uso de publicações mediáticas, sobretudo, em formato eletrónico. Aqui o destaque vai particularmente para os jornais nigerianos, por se mostrarem compreensivos nas suas análises. Os factos, opiniões e argumentos constantes nessas fontes foram alvo de confrontação, almejando a formação de um argumento coerente em torno do envolvimento da China na África Ocidental.

Delimitações

Em virtude da complexidade da tarefa, a de perscrutar a penetração de um ator global num espaço regional composto por quinze Estados, no quadro de um lapso temporal relativamente exíguo, impõe-se-nos a necessidade de estabelecermos um conjunto de fronteiras, desde o começo. A investigação foca-se na sub-região oeste-africana, não analisa a relação da China com outros Estados africanos que não sejam deste espaço geopolítico. Mesmo aqui, optamos por atribuir especial destaque a alguns Estados, em função da proeminência dos mesmos e da dimensão da sua relação com a China, particularmente a Nigéria, o Gana, a Costa do Marfim, a Guiné Conacri, o Mali, a Libéria e a Serra Leoa. Estes dois últimos, apesar de serem Estados pequenos, permitem-nos ampliar o âmbito de análise das relações securitárias entre a China e a África Ocidental, pois, juntos, constituíram um dos principais sistemas conflituais em África, e, ainda hoje, possuem uma enorme capacidade latente de despoletar conflitos.

Não pretendemos ser exaustivos na análise das relações da China com cada um desses Estados, em virtude da exigência de meios e de tempo que uma tarefa dessa natureza demandaria. O destaque atribuído à Nigéria resulta, sobretudo, do seu estatuto de potência regional, o Estado com maiores capacidades materiais na região, e, em consequência, o principal parceiro económico da China na África Ocidental.

Pese embora este estudo tenha se debruçado sobre o papel da China no quadro da assistência a alguns setores da arquitetura securitária regional, não pretendemos abordar compreensivamente o seu relacionamento com a CEDEAO, enquanto enquadramento

institucional regional que liga os quinze Estados oeste-africanos, até porque essa relação se encontra numa fase embrionária.

Finalmente, esta investigação incide sobre um lapso temporal que vai de 2002, data a partir da qual se nota um avolumar do envolvimento da China em África, a 2016. As referências às dinâmicas das relações sino-africanas anteriores a esse período servem de base para uma série de contextualizações consideradas importantes para a compreensão do objeto de estudo.

Limitações

Ao longo da nossa investigação, deparamos com um conjunto de dificuldades, as quais constrangeram, de certa forma, a exaustividade e a abrangência da mesma. Em primeiro lugar, e esta é a principal limitação, a dificuldade de aceder a fontes oficiais, sobretudo, porque não estão disponíveis ou estão em mandarim (usamos exclusivamente fontes disponíveis em língua inglesa e francesa, por não termos proficiência em mandarim; assim quaisquer *insights* valiosos nessa língua, que poderiam ser de grande contributo para este estudo, ficaram de fora). É preciso não esquecer que, face a críticas – quer internas (estas relacionadas com o montante das ajudas à África), quer externas (centradas principalmente com a não imposição de condicionalismos na concessão de ajudas, na natureza da cooperação militar, mormente com Estados africanos autoritários) –, a China tem-se mostrado relutante em publicitar alguns relatórios e estatísticas afetos ao seu relacionamento com a África. Da parte dos Estados oeste-africanos, a questão que se põe é, sobretudo, a debilidade das estruturas institucionais, os quais dificultam a disponibilização de informações credíveis e atuais sobre a matéria em apreço.

Saliente-se igualmente o carácter eminentemente qualitativo desta investigação, exigindo uma forte interpretação de dados. Neste contexto, há sempre um grande potencial de ocorrência de interpretações enviesadas, muito em razão da ação dos juízos de valor inerentes ao investigador.

SECÇÃO I

REVISÃO DA LITERATURA

Capítulo I - Insegurança, Regiões e Potências (Globais e Regionais)

I.1. Segurança Internacional: Incursão ao Debate no Pós-Guerra Fria

Em 1989, uma série de revoluções¹⁸ populares eclodiram na Europa Central e Oriental, culminando, *a posteriori*, no que ficou conhecida como a queda da “Cortina de Ferro” e, por inerência, na implosão da outrora todo-poderosa União Soviética, volvidos dois anos. Esse acontecimento inaugurou uma nova era, no quadro das relações internacionais, pejada de incertezas, mas também de qualidades. No discurso académico e não só, esse cataclismo levaria à reformulação de uma panóplia de conceitos e teorias que se foram construindo no decorrer de quase meio século (Buzan, 2009). Pese embora a natureza das guerras contemporâneas tivesse continuado a ser alvo preferencial das produções científicas no domínio dos estudos de segurança e das relações internacionais, a retórica que se lhe subjaz – proliferação nuclear, contenção, corrida e controlo de armamento, *inter alia* – para a qual os estudos estratégicos se inclinavam, acabaria por sofrer enormes questionamentos por parte de um lastro de perspectivas teóricas que enformam a *abordagem abrangente de segurança* (Dannreuther, 2007). Grosso modo, as atenções passariam a centrar-se, sobretudo, nas repercussões do sistema internacional unipolar, nos antagonismos Norte/Sul e nas novas ameaças transnacionais (Dannreuther, 2007).

O realismo, malgrado os supramencionados eventos, continuava a dominar as produções teóricas, no domínio da política global, prevendo, entre outras coisas, novas instabilidades, mercê da emergência de um novo revisionismo suscetível de suprimir o *statu quo* de relativa acalmia¹⁹ (Gaddis, 1992). De um outro extremo, os liberais replicam com o argumento de que a prosperidade gozada pelas principais potências do sistema

¹⁸ O processo final que conduziu à implosão da União Soviética parece mais uma combinação de progressivas revoluções ou mobilizações democráticas – que em muito se assemelham às revoluções burguesas, já que suas bandeiras e demandas não diferem muito daquelas levantadas nas revoluções de 1789 e 1848 – com a implosão de um sistema político debilitado e ultrapassado, onde já não cabiam as forças produtivas e sociais que dentro dele se desenvolviam.

¹⁹ Vide, e.g. Mearsheimer, J. (1990). Back to the future: instability in Europe after the Cold War. *International security*, 15(1), 5–56.; Mearsheimer, J. (1994). The False Promise of International Institutions. (H. Stephen & O. Cerwyn, Eds.) *International Security*, 19(3), 5–49. JSTOR.; Mearsheimer, J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton.; Mearsheimer, J. (2004). Why China's Rise Will Not Be Peaceful. *Unpublished Manuscript, University of Chicago*, 1–5.; Mearsheimer, J. (2005). Clash of Titans. *Foreign Policy*.

internacional – a UE, os EUA e o Japão – configura um importante mecanismo inibidor de confrontos interestatais (Jervis, 1991; Van Evera, 1990). Os efeitos apaziguadores que se respaldam em fortes níveis de interdependência, consubstanciados no comércio livre e na integração económica, somados ao carácter total e sangrento²⁰ da guerra, seriam prenúncios de uma paz duradoura (Mueller, 2004; Van Creveld, 1991). Os constrangimentos institucionais, as normas e os valores que normalmente presidem a resolução dos problemas com que se confrontam as democracias tê-las-iam feito desenvolver um sentido de comunidade inibidor de conflitos entre si, asseveram os teóricos da paz democrática (Doyle, 1986).

No entanto, proponentes do realismo, como Mearsheimer (2001) e Layne (1994), afirmam que, quer a suposta relação entre o comércio e a paz, quer a teoria da paz democrática, não se furtam a algumas inconsistências. No primeiro caso, registe-se, a título ilustrativo, que os dois principais contendores, no quadro da II Guerra Mundial, eram Estados que, na altura, estavam ligados por uma forte relação de interdependência económica, a Alemanha e a França. Outrossim, conforme replica Mearsheimer (2001), uma ocupação militar poderá ser bem mais vantajosa do que a manutenção de relações económicas com o Estado sobre o qual o jugo é exercido. No concernente à segunda premissa, a de que as democracias não entram em guerra entre si, Layne (1994) contesta-a com o argumento de que a consolidação das relações pacíficas entre as democracias europeias teria sido, em grande medida, consequência do receio soviético. Mais: os realistas asseveram que as recorrentes intervenções militares dos EUA em países do Sul, alguns dos quais tidos como democracias relativamente consolidadas, não raras vezes, à margem do aval da ONU (Lake, 1992), refutam a asserção segunda a qual as potências liberais seriam inerentemente pacíficas.

Outra marca estruturante do debate securitário pós-Guerra Fria é o crescente destaque atribuído às relações e antagonismos Norte/Sul, centrado sobretudo na influência da pobreza e das desigualdades económicas nas dinâmicas da segurança internacional. Do ponto de vista *absoluto*, a pobreza está na base da insegurança de mais de mil milhões de

²⁰ Efetivamente, a teoria da paz democrática, que argumenta em favor da promoção global da democracia liberal, tem como fundamento filosófico o ensaio kantiano, de 1795 – A Paz Perpétua. Nesta linha, em 1964, o sociólogo americano, Dean Babst, publicaria um artigo intitulado "*Elective governments – A Force For Peace*," em que na esteira do trabalho clássico de Quincy Wright - *A Study of War, Analysis of Major Wars from 1480 to 1941*, conclui que a existência de Estados independentes, com governos eleitos, *i.e.*, democráticos, exponencia, em ampla medida, as chances da manutenção da paz mundial.

indivíduos, privando-os de meios de proteção contra choques externos e vulnerabilidades domésticas; do ponto de vista da *trajetória da pobreza à prosperidade*, não poucas vezes, consubstancia em desigualdades, alienação e conflitos sociais; e por último, em termos da sua percepção subjetiva, pode despertar ressentimentos, muitos dos quais já de longa data, em países menos prósperos (Dannreuther, 2007).

As assimetrias securitárias que separam o Norte e o Sul são especialmente sublinhadas pelos teóricos da *segurança humana* e dos *estudos críticos de segurança*. Estes alegam que, por norma, as fontes de insegurança no Sul radicam no próprio Leviatã, consubstanciando máxime em abusos, pressões e mortes cometidos em nome da segurança nacional (Dannreuther, 2007). Daí a necessidade de, por um lado, deslocar o indivíduo para o cerne da agenda de segurança e, por outro, um maior envolvimento dos atores não-estatais, designadamente as organizações não-governamentais (ONGs), nesse empreendimento (Dannreuther, 2007).

A variável “*cultura*” conhece, igualmente, algumas conceptualizações, dentro do debate securitário. É, por muitos, considerada como estando na raiz da eclosão de diversos conflitos etno-religiosos que, nalguns casos, extravasam o perímetro estatal para assumir uma dimensão civilizacional (Huntington, 1996)²¹. A retórica subjacente sugere que o recurso a valores identitários e culturais surge como uma reação defensiva ao que é tido, redobradas vezes, como a tentativa de homogeneização associada à globalização (Huntington, 1996).

Naturalmente, grande parte das análises centraria na potência hegemónica, os EUA, os quais, privados dos constrangimentos do socialismo soviético, se mostravam pouco propensos a agir em consonância com as disposições normativas engendradas pelas instituições e pelos regimes internacionais que, paradoxalmente, haviam tido o seu aval.

²¹ O choque de civilizações baseia-se na premissa segundo a qual as identidades culturais e religiosas dos povos consubstanciarão no foco primacial de conflito no mundo pós-Guerra Fria. A teoria foi originalmente formulada, em 1993, num artigo publicado pela *Foreign Affairs* intitulado “*The Clash of Civilizations?*” (do inglês “O Choque de Civilizações?”), como reação ao livro de Francis Fukuyama, *The End of History and the Last Man* (1992). Huntington, posteriormente, expandiu sua tese num livro de 1996, intitulado *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (do inglês “Choque de Civilizações e a Reconstrução da Ordem Mundial”). A expressão foi usada pela primeira vez por Bernard Lewis num artigo do exemplar de setembro de 1990 da *The Atlantic Monthly*, com o seguinte título: “*The Roots of Muslim Rage*” (do inglês “As Raízes da Ira Muçulmana”).

Assim, a questão de fundo era a de se saber se se estava perante um sistema internacional unipolar, bipolar ou multipolar (Ikenberry, 2001; Wohlforth, 1999).

O debate relativamente às implicações dessa incomensurável concentração de poderes num único ator, fazendo fé nas considerações de Cox (2004), pautou-se por profundas confusões analíticas, particularmente quando se prenuncia a emergência de uma “*nova era imperial*” afim à dos impérios pretéritos – Britânico ou Romano, a título ilustrativo (Doyle, 1986; Ferguson, 2004; Johnson, 2004). Em termos práticos, as análises incidem primacialmente sobre dois domínios: a natureza das relações EUA/Europa, com especial relevância para o que ficou conhecido como a crise das relações transatlânticas, despoletada em razão da intervenção norte-americana no Iraque, em 2003; e as relações entre os EUA e o resto do mundo (o Sul Global), entendidas, quase sempre, sob o prisma do conceito imperialismo (Doyle, 1986)²².

Como seria expetável, a globalização passa a ocupar um lugar destacado nesse debate, não fosse um fenómeno ao qual se atribui a responsabilidade pela transformação da estrutura e dos processos do sistema internacional (Dannreuther, 2007).

I.2. Segurança: Pressupostos Epistemológicos e Principais Teorias

A epistemologia seria particularmente negligenciada durante o Conflito Bipolar, com análises a circunscreverem-se sobretudo aos domínios da guerra e paz entre os Estados, à dissuasão nuclear, gestão de crises e de conflitos, às cimeiras diplomáticas, à evolução empírica da corrida ao armamento, e assim por diante, no quadro de um deficiente substrato teórico (Buzan, 2009). Os assuntos por norma considerados dentro da esfera da *low politics* – ambiente, direitos humanos, explosão demográfica, *inter alia* – malgrado tidos como problemáticos, raramente eram geridos como ameaças à segurança nacional, regional ou internacional (Buzan, 2009), havendo quem advogasse que a relação entre a segurança e as dimensões não-militares só era relevante contanto que estas estivessem na base de um conflito interestatal ou exercessem algum impacto sobre a guerra. A essa conceção de segurança, a qual se reporta, acima de tudo, à mensuração de ameaças aos valores adquiridos, Wolfers (1952) designa de *objetiva*.

²² O autor, sucintamente, entende o império como uma relação formal ou informal através da qual um Estado controla a soberania política efetiva de uma outra sociedade política.

O subjetivismo, malgrado relegado a uma posição de subordinação ao objetivismo²³ (Dannreuther, 2007), adquire alguma importância, após o fim da confrontação bipolar, haja vista a manifesta dificuldade intrínseca à mensuração objetiva das ameaças (Buzan, 2009). A conceção subjetiva, grosso modo, reporta-se à existência, ou não, do receio de que os valores adquiridos possam estar sob ameaça. Aqui enfatizam-se fatores como a história, as normas, as psicologias do medo, os erros de perceção, os contextos relacionais (amizade, rivalidade, neutralidade, inimizade, etc.) dentro dos quais as ameaças se erigem (Buzan, 2009).

As *abordagens discursivas*, embora relativamente próximas às subjetivas, distinguem-se daquelas pelo facto de ligarem a segurança a um ato discursivo²⁴ no seguimento do qual é declarado uma condição de emergência que demanda o uso de quaisquer meios necessários *vis-à-vis* eventuais ameaças (Buzan & Wæver, 2003; Buzan, Weaver, & Wilde, 1998; Buzan, 2009). Aqui o que está em causa é entender o processo através do qual as ameaças particulares se manifestam como problemas de segurança, no quadro da agenda política (Buzan & Wæver, 2003; Buzan et al., 1998; Buzan, 2009).

Ainda do ponto de vista epistemológico, convém ainda fazer a distinção entre dois princípios norteadores da análise do conceito de segurança: *positivismo/racionalismo*, preferencialmente utilizado pelos realistas e, de certo modo, liberais, e a *abordagem socio-filosófica/refletivismo* (Keohane, 1988), transversal às perspectivas construtivistas, pós-estruturalistas e a maioria das feministas.

²³ Alguns teóricos, inclusive realistas, como Waltz (1979), a reconheciam a importância da dimensão subjetiva de segurança, pese embora ligada fatalmente ao objetivismo (Dannreuther, 2007).

²⁴ A Escola de Copenhaga utiliza o conceito de “*speech act*”, proveniente da Linguística, para analisar o processo comunicativo por meio do qual uma questão é transposta para a esfera da segurança. A securitização afigura-se como um dos principais conceitos propostos pela escola, baseando-se na premissa segundo a qual o discurso é uma forma de ação e, portanto, carrega consequências – vide Barry Buzan (1990). *The European security order recast: scenarios for the post-cold war era*. London; New York: Pinter Publishers; Barry Buzan, (1991a). *People States and Fear: The National Security Problem in International Relations*. Brighton: Wheatsheaf; Barry Buzan, (1991b). New patterns of global security in the twenty-first century. *International Affairs (Royal Institute of International ...)*, 67(3), 431–451; Barry Buzan (2009a). *The evolution of international security studies*. Cambridge [U.K.]; New York N.Y: Cambridge University Press; Barry Buzan & Ole Wæver (2003). *Regions and powers the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press; Barry Buzan, Ole Wæver & Jaap de Wilde (1998). *Security: a new framework for analysis*. USA: Lynne Rienner Publishers; Ole Wæver (1997). *Concepts of security*. Cph.: Institute of Political Science University of Copenhagen.

Perspetivas Teóricas

O desenvolvimento dos estudos de segurança reflete, em grande medida, conforme assevera Buzan (2009), um conjunto de eventos-chave ocorridos no sistema internacional, *máxime* a Guerra Fria. Esses eventos acabariam por determinar as dinâmicas intrínsecas aos debates académicos, com repercussões na definição do objeto, nas ontologias, nas epistemologias e metodologias utilizadas.

Ora, a perscrutação da segurança, no quadro atual, afigura-se uma tarefa eminentemente complexa, sendo necessário, nas palavras de Dannreuther (2007)²⁵, entre outros, o acautelamento da interação entre os cientistas, internacionalistas e moralistas, num contexto impregnado de dinâmicas complexas, pautadas pela incerteza e imprevisibilidade. Com efeito, ao analista atual depara-se-lhe um rol de fenómenos e desenvolvimentos complexos, com especial incidência no cognominado Sul Global – pressões demográficas e ambientais, guerras civis, a par de ressentimentos que ainda persistem em razão do que o Sul Global encara como uma relação assimétrica, aquela que o liga ao Norte, tendentes a sedimentarem-se com a (uni)multipolaridade²⁶ (Dannreuther, 2007). Esta miríade de fenómenos vem, num registo crescente, complicar toda a equação securitária. É no quadro dessa mudança no panorama estratégico que os especialistas naturalmente buscam inspiração para as suas construções teóricas, identificando regularidades, continuidades e dinâmicas subjacentes a eventos que, redobradas vezes, se nos aparentam alheatórios (Dannreuther, 2007).

Ciente de que as teorias das relações internacionais podem prestar-se a ambiguidades, na sua complexidade e proliferação, passíveis de as tornar tão impenetráveis quanto a realidade a qual almejam equacionar, mister se torna, antes de mais, proceder a uma distinção entre dois ângulos teóricos: o *explicativo* e o *normativo*. O primeiro visa atingir as causas dos eventos, e na sua versão mais ambiciosa, reclama poderes preditivos. Contudo, aqui socorremo-nos à asserção de Gaddis (1992), não conseguiu prognosticar

²⁶ Samuel Huntington seria o principal defensor do conceito uni-multipolaridade. Segundo este teórico, o conceito em apreço admite uma monopolaridade militar, mesmo que provisória, e uma multipolaridade económica. Huntington sugere que “atualmente apenas há uma superpotência. Mas tal não significa que o mundo seja unipolar. Um sistema unipolar teria uma superpotência, grandes potências com pouco peso, e várias pequenas potências (...) A política internacional contemporânea não se inscreve em nenhum destes três modelos (unipolar, bipolar ou multipolar). Em vez disso, é um modelo híbrido, um sistema uni-multipolar com uma superpotência e várias grandes potências”

eventos-chave, nomeadamente o fim do Conflito Bipolar. Na sua versão mais modesta, chama a si a capacidade de facultar uma compreensão suficientemente robusta dos *leitmotifs* que estão na base de eventos aparentemente inesperados (Krause & Williams, 1996). O segundo, o *normativo*, cuja ambição transcende a explicação de eventos, procura advogar algumas assunções morais relativamente à conduta apropriada no sistema internacional (Dannreuther, 2007).

O realismo é, indubitavelmente, a teoria que maior destaque congrega dentro do quadro explicativo. Inexoravelmente influenciada pelo *statu quo* da Guerra Fria, esta corrente entende o sistema internacional como um palco onde a assimetria de interesses estatais resulta invariavelmente em relações antagónicas e conflituais. Daí a racionalidade subjacente à ação dos Estados, que se consubstancia fundamentalmente na preocupação com a estrutura de poderes, não só no que se reporta às capacidades militares, objetivas e potenciais, mas também com toda a rede de relações estatais suscetíveis de influenciar o curso de uma eventual guerra (Trachtenberg, 2003). Um sistema internacional do tipo, anárquico, como advoga o realismo, marca indelevelmente o comportamento dos Estados (Trachtenberg, 2003). Para o realismo, a segurança naturalmente será do e pelo Estado, traduzindo, *inter alia*, no primado da *high politics* sobre a *low politics* e, sobretudo, na proeminência da dimensão militar no equacionamento da segurança estatal (Buzan, 2009). Numa passagem bastas vezes citada, Waltz (1979) diz: “*in anarchy, security is the highest end. Only if survival is assured can states seek such other goals as tranquility, profit, and power*”.

Muitos realistas mantêm que a preocupação com o poder e, especialmente, com a luta pela vantagem político-militar, conduz a dilemas securitários passíveis de desembocar em confrontação direta (Trachtenberg, 2003). Mesmo teóricos assumidamente antirrealistas, como Wendt (2006), chegam a afinar pelo diapasão da *realpolitik*, sugerindo que é normal, e mesmo expetável, haver contextos de violência no sistema internacional. Contudo, essa asserção ganha maior força no seio dos realistas ofensivos, pese embora refutando a ocorrência de dilemas de segurança (Glaser, 2012). Mearsheimer (1994), por exemplo, sustenta que a estrutura do sistema internacional constrange os Estados, não tendo outra escolha, a agirem agressivamente uns contra os outros, com o intuito de maximizarem a sua respetiva segurança. Opinião contrária têm os realistas defensivos, para quem a segurança estatal pode ser otimizada não tanto com recurso à

tecnologia militar e alianças, quanto por via da cooperação, porquanto esta última funciona como atenuadora dos dilemas de segurança que se encontram no cerne da instabilidade do sistema internacional (Jervis, 1999). Na verdade, para o realismo defensivo, em determinadas circunstâncias – e.g., contexto de armamento e alianças – as políticas cooperativas consubstanciam num importante tipo de autoajuda (Glaser, 2012).

Contestado e, de certo modo, desacreditado em ampla medida, não só pelos acontecimentos de 1989/90, mas também pela impotência do Estado *vis-à-vis* às pressões que vêm sofrendo “por cima”, “por baixo” e “por dentro” (Tomé, 2010), o realismo vir-se-ia impelido a redirecionar as suas análises, sobretudo, para as implicações de um sistema internacional unipolar e para a possibilidade do mesmo evoluir-se rumo à multipolaridade (Waltz, 2000; Wohlforth, 1999).

Os ataques às torres gémeas imprimiriam um novo fulgor às análises realistas –, e.g., a *Estratégia de Segurança Nacional dos EUA*²⁷, de 2002, harmoniza com as suas premissas, em decorrência de uma forte ênfase na construção de um equilíbrio de poderes capaz de fomentar a paz, na legitimidade de ações unilaterais preemptivas e, finalmente, do ceticismo em relação ao multilateralismo e às instituições internacionais²⁸ (The White House, 2002).

O neoliberalismo, também de índole explicativa, não obstante assumir um diminuto espaço no quadro dos Estudos de Segurança, merece-nos algumas considerações. Em termos gerais, sugere a importância da cooperação e das instituições internacionais, que além de facultarem maior troca de informações, “*prescribe behavioral roles, constrain activity and shape expectations for states*”, na potenciação da segurança estatal (Keohane, 1989). Efetivamente, ao neoliberalismo foram beber outras perspectivas amplamente influentes no quadro da extensão multidirecional do conceito de segurança pós-Guerra Fria, nomeadamente a da Segurança Humana. Essa extensão, no verbo de Rothschild (1995), tomaria quatro sentidos: para baixo – segurança de grupos e indivíduos; para cima – segurança do sistema internacional, ou do ambiente físico; horizontal – segurança económica, societal, política, ambiental e humana; multidirecional – reportando-se à responsabilidade política na prossecução da segurança (organizações

²⁷ *The National Security Strategy United States of America (NSS)*, em Inglês.

²⁸ Outro foco analítico do realismo são os regimes e alianças pós-Guerra Fria, nomeadamente a NATO, em relação aos quais se mostra tendencialmente cético (Mearsheimer, 1994).

internacionais, arranjos regionais, ONGs, opinião pública, os *media*, forças abstratas do mercado, entre outros).

Quatro também são as questões estruturantes do debate teórico:

i) *Objeto de referência de segurança* – quiçá a questão que maiores discussões têm instigado. Aqui, seja a nível da “segurança nacional”, seja a nível da “segurança internacional”, as conceptualizações convergem-se em direção ao Estado, enquanto objeto de referência analítico e normativo (Buzan, 2009). ii) *Origem geográfica das ameaças*, questão que viria assumir acrescida textura, logo após o fim do Conflito Bipolar, com o surgimento de novos desafios securitários de cariz transnacional, em contramão com a diluição do receio soviético na retórica discursiva ocidental. iii) *Agentes e mecanismos de segurança*, reportando-se à expansão do conceito além do setor político-militar, dado a proliferação de correntes defendendo a existência de outros domínios com o potencial de influenciar o uso da força. Neste particular, a Escola de Copenhaga, a título ilustrativo, advoga não só um alargamento do leque de ameaças, como também dos objetos de referência de segurança (político/militar, económico, societal, ambiental). Essa reestruturação permitiria, segundo alguns teóricos, priorizar as necessidades humanas básicas e a violência estrutural (Buzan, 2009). iv) *Dinâmica das ameaças/urgência de resposta*, presente, principalmente, nas produções teóricas da escola suprarreferida (Buzan, 2009).

No espectro normativo, destaca-se sobretudo o *cosmopolitismo*, abordagem que partilha muitas das suas premissas com o *construtivismo* (particularmente influente no âmbito da abordagem da *segurança humana* (Dannreuther, 2007), conquanto este possua um cariz eminentemente explicativo. Efetivamente, as duas perspetivas afigurar-se-iam fundamentais no complemento da análise securitária de índole realista, alertando para a dimensão (inter)subjética (em cujo cerne interagem as ideias, normas e identidades) na reconfiguração das dinâmicas de segurança internacional.

Importado da sociologia, mas com raízes na filosofia idealista de Kant, o *construtivismo* preocupa-se fundamentalmente com a forma como a realidade se vê construída pela linguagem, rejeitando, deste modo, a premissa segunda a qual ela é externa, objetiva e desprovida de problematização (Dannreuther, 2007). A realidade, para os construtivistas, é socialmente construída através de significados subjetivos e entendimentos intersubjetivos, fenómeno ao qual as relações internacionais, em geral, e a sua dimensão

securitária, em particular, não são alheias. A título exemplificativo, os construtivistas veem o fim da Guerra Fria como o resultado do poder das ideias – os conceitos de “*defesa defensiva*”, “*lar comum europeu*”, ou “*opção zero*”, no quadro das conversações sobre o armamento nuclear (Koslowski & Kratochwil, 1994)²⁹. Ora, o destaque dado às normas, no seio do construtivismo, aparentemente confere uma explicação mais credível à evolução lenta das transformações normativas a longo-prazo, como a deslegitimação do imperialismo (Zacher, 2001), o fim do *apartheid* (Klotz, 1995), ou a emergência de regimes internacionais no domínio dos direitos humanos (Finnemore, 2003). Esta corrente se mostra igualmente parcimoniosa na análise do papel das comunidades epistémicas e das organizações morais no agenciamento da mudança internacional, mesmo quando privadas da ajuda dos Estados (Adler & Barnett, 1998).

Ademais, o *Construtivismo* confere uma profunda relevância às variáveis “*identidade*” e “*cultura*”, cujos processos de formação e transformação, aparentemente, o realismo terá demonstrado enormes dificuldades em explicar (Dannreuther, 2007). As identidades nacionais, conforme as veem os construtivistas, são construções modernas, fluídas e multiformes, não representando, de forma alguma, uma essência primordial e/ou inalterável. Daí se compreende, entre outras coisas, a possibilidade de serem manipuladas e instrumentalizadas para fins políticos (Oberschall, 2000).

A cultura e diferenciação cultural seriam importantes elementos de análise e compreensão das assimetrias ao nível das estratégias securitárias (Berger, 1998). Por exemplo, a dificuldade da UE em forjar uma política de defesa e segurança eficaz, dizem os construtivistas, estaria relacionada com a coexistência, nesse espaço geopolítico, de culturas securitárias nacionais contrastantes – a França e a Inglaterra seriam tendencialmente intervencionistas; a Alemanha e os países não-alinhados da Europa possuiriam uma cultura securitária eminentemente civil. A experiência histórica teria ditado aos germânicos o desenvolvimento de normas de segurança primordialmente cautelosas e introspetivas. Ao fator “*cultura de segurança*” os construtivistas atribuem, igualmente, a crise na aliança atlântica, aquando da intervenção norte-americana, em 2003, no Iraque.

O anti-estatismo construtivista, designá-lo-emos assim, teria profundas implicações em outras abordagens, particularmente a da *segurança humana* e a dos *estudos críticos de segurança*, pese embora tivessem nas tradições normativas liberais e radicais (particularmente o *cosmopolitismo liberal* e o *radicalismo neomarxista*, respetivamente) as suas raízes filosóficas.

Provavelmente a mais influente reconceptualização da segurança na era pós-Guerra Fria, o conceito de *segurança humana*, viria a adquirir alguma centralidade, não só em contexto académico, mas também no quadro da *policy making* (Tehrani, 1999). O conceito ter-se-ia institucionalizado por intermédio do *Relatório sobre a Segurança Humana do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD), em 1994, no qual é definido como “*safety from such chronic threats as hunger, disease and repression and protection from sudden and hurtful disruptions*” (Rothschild, 1995). Porém, é tributária da ideia de *segurança comum* avançada no âmbito da *Comissão de Palme sobre Desarmamento e Questões Securitárias*³⁰, de 1982. Malgrado criticada, porquanto restrita à vertente bélica do termo (ameaça nuclear), a verdade é que relatório é inovador no sentido em que inclui outras dimensões consideradas igualmente importantes, nomeadamente a económica, política, etc., no equacionamento das dinâmicas de segurança global (Dannreuther, 2007). Sucintamente, a *segurança humana* baseia-se no pressuposto de que se regista uma exagerada ênfase na segurança estatal, em claro detrimento de milhões de pessoas que crescentemente sofrem e perecem, paradoxalmente, por causa do Leviatã. Como salienta o *Relatório das Nações Unidas* de 1995, frequentemente no passado, a preservação da segurança do Estado serviu-se como subterfúgio para a execução de políticas contraproducentes à segurança das pessoas. Kofi Annan, ex-secretário geral da ONU, nessa mesma linha, argumenta que os Estados devem ser encarados como instrumentos ao serviço das populações, e não ao serviço dos interesses das elites estatais. Não obstante ter sido alvo de inúmeras críticas, alegadamente por falta de rigor académico, são inegáveis as valências inerentes às conceptualizações da segurança humana para os estudos de segurança, no pós-Guerra Fria (Dannreuther, 2007).

³⁰ *Palme Commission on Disarmament and Security Issues*, em inglês.

Rothschild (1995) entende que essa concepção de segurança, que caracteriza de pluralista e humanista, não é tão recente quanto eventualmente se nos apresenta. Em bom rigor, poderá ser encontrada em escritos de intelectuais do séc. XVII, como Leibnz, para quem o Estado, ou o que os latinos outrora denominavam *Respublica*, deveria encontrar respaldo numa grande sociedade que tem na segurança comum o seu propósito primacial, ou de Montesquieu, o qual ligava a segurança fatalmente aos indivíduos (algo, diz esse intelectual, para o qual os homens dispunham-se a abrir mão de outros bens). No decorrer da Revolução Francesa, essa concepção assumiria igualmente acrescido destaque, pese embora tivesse estado, durante o seu período militar, subsumida ao interesse nacional/coletivo, num contrato social, no entendimento de Rothschild (1995), visando assegurar a paz social e a liberdade individual. O estatocêntrismo seria, em ampla medida, uma inovação das Guerras Napoleónicas. A segurança individual, concebida como liberdade relativamente à possibilidade de violação pessoal, igualmente, encontra-se no cerne do pensamento liberal de Adam Smith (Rothschild, 1995). Mesmo na primeira metade do séc. XX, podemos encontrar algumas referências à segurança humana em escritos de teóricos, alguns dos quais realistas, como Edward Carr, para quem era vital que se erigisse “*a system of pooled security*” visando, acima de tudo, a segurança dos indivíduos (Rothschild, 1995).

Reconheça-se igualmente que, com o fim da Guerra Fria, emergia uma visão mais otimista relativamente à possibilidade e necessidade de mudança, para as quais contribuiria amplamente a consolidação da visão cosmopolita e universalista da segurança internacional, advogada pelos *estudos críticos de segurança*. Esta corrente compreende um conjunto de escolas que vão desde os *feministas* aos *pós-modernistas*, que, como vimos, advogam alguns pressupostos – o *anti-estatismo*, o *cosmopolitismo*, e.g – da segurança humana (Dunne & Wheeler, 2004), excetuando-se o internacionalismo liberal. É neste particular que as raízes intelectuais neomarxistas se nos apresentam mais evidentes. O neoliberalismo é visto como uma forma de perpetuar a contínua subjugação do Sul Global *vis-à-vis* ao Norte, e securitizar questões políticas e económicas que justifiquem ações preemptivas, por parte de Estados mais fortes (Dannreuther, 2007).

Os estudos críticos de segurança teriam sido profundamente influenciados por intelectuais como Gramsci e Foucault, mormente na forma como entendem os discursos políticos convencionais como enquadramentos ideológicos legitimadores do exercício injusto do

poder e da opressão (Dannreuther, 2007). Daí que chamem a si a tarefa de desconstrução dos discursos dominantes, abrindo caminho à liberdade, ou à apelidada emancipação humana. Neste sentido, alertam para o perigo inerente à hegemonia de concepções de segurança dadas por adquiridas, fruto dos receios do Norte e que, não raras vezes, têm atuado como mecanismos de deslocação suscetíveis de atribuir ao Sul Global a culpa pelos seus problemas (Dannreuther, 2007). Este etnocentrismo securitário, designá-lo-emos assim, também, minimiza, de certo modo, outras vertentes estruturantes da segurança, como a pobreza, a exclusão e o sofrimento, aliados às múltiplas formas em que o Estado se consubstancia em foco primacial de insegurança, particularmente no Sul Global (Dannreuther, 2007)³¹.

Outrossim, os *estudos críticos de segurança*, mais precisamente a sua vertente *feminista*, identificam uma lógica masculinista intrínseca à gramática securitária (Steans, 1998; Tickner, 1992). A segurança, para os *feministas*, é uma área onde prevalece um domínio do masculino, quer na sua vertente retórica quer na prática, facto que ocorre no contexto da guerra e violência, em geral, por exemplo, onde é evidente a distinção entre a violência masculina e a passividade feminina, combatentes masculinos e não-combatentes femininos, numa evidente marginalização das experiências femininas (Enloe, 1990).

Igualmente importante, no âmbito deste amplo debate envolvendo a segurança, a abordagem da *segurança completa (comprehensive security)*³² parte da premissa segundo a qual a gramática securitária compreende uma multiplicidade de dimensões – económicas, ambientais, sociais, entre outras. –, e instrumentos – Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), instituições e regimes internacionais, *inter alia*. A segurança económica/energética começou a despertar interesse de académicos e políticos, em virtude da crise de 1973 e do próprio *statu quo* internacional posterior à II Guerra Mundial, contexto em que se despontava uma profunda consciencialização relativamente à indispensabilidade de, haja vista a aceleração das interdependências económicas, garantir condições de desenvolvimento e de acesso aos mercados de abastecimento e escoamento, a par das respetivas rotas comerciais (Dannreuther, 2007).

³¹ Não obstante, é necessário termos sempre presente o perigo que um excesso de relativização e de confiança no altruísmo poderá comportar para conceitualização construtivista e cosmopolita, respetivamente.

³² Originária do Japão, nos anos 1970/80, no quadro da reconfiguração da doutrina Yoshida.

Seguramente, uma das abordagens mais em voga, nas últimas décadas, é a da *segurança ambiental*. Várias personalidades, mas também ONGs, organizações intergovernamentais (OIs), internacionalistas, etc., têm-se batido por essa dimensão da segurança internacional, sustentando que a degradação ambiental, em franco acréscimo, a avaliar pelas análises constantes na literatura da especialidade, estará a comprometer não só a qualidade de vida, como a própria vida em si mesma. Segundo Pureza & Cravo (2005), estamos em face a uma ubíqua consciencialização ambiental, tendente a questionar as noções clássicas de fronteira e soberania territorial dos Estados, e a reforçar a “comunidade global”. Essa extensão do conceito de segurança não se cinge aos *objetos de referência e ameaças*³³, também pressupõe uma dinâmica afim no concernente aos *instrumentos de segurança* – APD, regimes jurídicos e financeiros internacionais, entre outros (Pureza & Cravo, 2005).

I.3. Regiões e Insegurança Regional

Durante a Guerra Fria, a política de dissuasão militar empreendida por Washington, à qual os soviéticos replicaram com um vigoroso controlo dos espaços geopolíticos sob a sua alçada, cercearia indelevelmente a margem de autonomia dos Estados. Não obstante tivessem existido sistemas de segurança locais, a verdade é que se viam fatalmente constrangidos pela penetração sistémica (Acharya, n.d.; Buzan & Wæver, 2003; Buzan, 1997; Katzenstein, 2005). Apesar do quadro anárquico e tenso reinante, essa estrutura organizacional era suscetível de proporcionar níveis estáveis de segurança ao sistema internacional (Katzenstein, 2005).

O fim do confronto ideológico teve um efeito redutor em termos de interferência sistémica em questões regionais, imprimindo uma nova dinâmica às regiões (Buzan & Wæver, 2003; Prys, 2008, 2010). Outrossim, emergiram um conjunto de novos desafios securitários que se traduziram no surgimento de uma miríade de complexos e, por inerência, arranjos de segurança regionais, estruturados, maioritariamente, em torno das potências regionais (Buzan & Wæver, 2003; Raimo Väyrynen, 1979).

³³ Fazendo, de certa forma, jus às expressões “*geopolítica dos perigos globais*” e a “*nova era do terror e da bio-ansiedade*” de Dalby e Hartmann, et al., respetivamente (Tomé 2010).

Na compreensão da essência do fenómeno supra-descrito é essencial que façamos uma incursão aos conceitos região e regionalismo, perscrutando as suas interações com a temática da segurança. O que pressupõem? Qual é o elo que os ligam à segurança? Partindo do pressuposto de que os arranjos (de segurança) regionais são impulsionados sobretudo pelos Estados-membros, é imprescindível que se releve o nível regional, no qual são tidos (particularmente a potência regional) como importantes pontos-focais, no âmbito da avaliação das políticas de segurança.

Região, Regionalismo e Regionalização

Como afirmamos anteriormente, o período que mediou 1945 e 1989 pautou-se por uma extrema constrição sobre os subsistemas regionais, mercê da rivalidade político-ideológica global, limitando a importância atribuída aos mesmos, no quadro dos estudos de então sobre a política internacional³⁴. Uma realidade em clara diluição, no panorama atual, haja vista a emergência das regiões enquanto importantes espaços de gestão de cooperação e conflitos (Buzan & Wæver, 2003).³⁵

Apesar, ou parcialmente em virtude, da globalização, a regionalização assumiu acrescida proeminência praticamente em todo o globo, atestado pelo recrudescimento exponencial das organizações internacionais (Acharya, 2004, 2007, n.d.; Buzan & Wæver, 2003; Fawcett, 2004; Prys, 2010). Se é verdade que o regionalismo dos anos 1990 recebeu grande impulso com a descentralização do sistema internacional e a redução do “*overlay*” sistémico (Buzan & Wæver, 2003; Katzenstein, 2005), e é-o de modo indubitável, de igual forma não deixa de ser menos certo que o seu desenvolvimento, em várias partes do globo, foi influenciado em ampla medida pelo sucesso da UE e da ONU, enquanto representantes clássicos do empoderamento e das capacidades das instituições internacionais.

O fenómeno regionalismo despertou enorme interesse dentro da academia, contudo o seu espetro de abrangência e significação carece de consenso no quadro da teoria das relações

³⁴ O termo “região”, durante muito tempo, se viu reduzido à ideia de um microcosmo para a política de equilíbrio de poderes (a um nível inferior).

³⁵ A globalização, de certa forma, tem coexistido lado a lado com a regionalização – é o mundo de regiões de que nos fala Katzenstein (2005). Na verdade, a Guerra Fria provou ser uma arena fomentadora de projetos regionais, e o período que se lhe seguiu proporcionou novas oportunidades para emergência de uns e consolidação de outros arranjos regionais, pese embora a persistência de alguns constrangimentos outrora enfrentados pelas regiões.

internacionais (Fawcett, 2004). As conceptualizações, regra geral, privilegiam as interações formais e informais, quer espontâneas quer deliberadas, que se registam no nível regional (Fawcett, 2004). Mas a que se reporta o nível regional? Ora, se se der primazia à ação regional (*regional agency*), como é patente em muitas teorizações, então convém que se defina não só a sua estrutura como também o seu propósito. A “*delimitação geográfica*” (um *cluster* de Estados que partilham um espaço comum) (Fawcett, 2004) é a variável a que é atribuída, particularmente no panorama de teorias utilitaristas, maior relevância (Hwang, 2005). Neste quadro, a região tanto pode ser um continente como um pequeno grupo de Estados geograficamente contíguos. Perspetivas há, também, que juntam à geografia a variável “comportamento”. Assim, as regiões seriam unidades ou “zonas” enformadas por Estados ou territórios cujos membros patenteiam padrões de comportamento suscetíveis de os “isolar” do ambiente envolvente. Tais unidades seriam menores que o sistema internacional estatal, porém maiores do que os Estados; podem ser permanentes ou temporários, institucionalizadas ou não.

Como advoga Fawcett (2004), a maioria das regiões partilha as variáveis “*interdependência*” e “*território*”, malgrado em quantidades e combinações distintas. Porém, a autora retira à geografia o epíteto de variável primacial na conceptualização da região. Logo, o espetro regional passa a compreender unidades sub-estatais, supra-estatais e trans-estatais, que oferecem diferentes modalidades de organização e colaboração (Fawcett, 2004). Refira-se que, apesar da adjacência geográfica por si só afigurar-se redutor na compreensão das dinâmicas regionais, o facto é que é fundamental na diferenciação dos arranjos regionais relativamente a outras organizações mais ou menos globais (Hurrell, 2007). Como bem nota Hwang (2005), uma conceção de região que faz tábua rasa das variáveis “*proximidade geográfica*” e “*contiguidade geográfica*”, torna o conceito tão inclusivo quanto inútil.

A ambiguidade e o concomitante dissenso conceptual são igualmente extensivos ao termo regionalismo. O espetro de definições perpassa vários domínios, designadamente o social, cultural, económico, político, histórico, e o mais. (Hurrell, 2007). Grosso modo, é definido como uma política por meio da qual os atores estatais e não-estatais cooperam e coordenam estratégias dentro de uma região, perspetivando a consecução/promoção de objetivos comuns. Aqui alguns aspetos da teoria dos regimes são particularmente importantes na identificação de normas, regras e procedimentos em torno dos quais as

expectativas dos diferentes atores se convergem. O regionalismo não se esgota na sua versão dita dura, consubstanciada em grupos sub-regionais formalizados através de arranjos ou organizações interestatais; pode igualmente objetivar o fomento de consciência ou comunidade regional, ou consolidação de grupos e/ou redes regionais (Fawcett, 2004). Daí a asserção de Hwang (2005) segundo a qual o regionalismo seja um corpo de metas, objetivos e projetos de promoção e construção de uma identidade representadora de uma região específica.

Concebido como um projeto ou política, o regionalismo pode operar quer acima quer abaixo do Estado. Na verdade, um projeto regional bem-sucedido pressupõe uma eventual concertação entre Estados e atores não-estatais. Contudo, porque os primeiros continuam a ser atores centrais na estruturação dos arranjos regionais, o grosso da literatura no campo do regionalismo tende a colocar a tónica nas formas institucionais por meio das quais cooperam (Hwang, 2005). Segundo Hwang (2005), dado o regionalismo aproximar-se de um projeto político ou estatal, é de todo fundamental que seja perscrutado no quadro das dinâmicas políticas socialmente construídas por intermédio das várias interações interestatais.

Outro conceito igualmente importante, neste quadro, e que amiúde se vê confundido com o regionalismo, é o de regionalização. Ora se a região significa espaço, e regionalismo, ideia, propósito, projeto ou política, a regionalização se traduz no processo que conduz a padrões de cooperação, interação, complementaridade e convergência no quadro de um espaço geopolítico transnacional (Schulz et al., 2001). A regionalização é simultaneamente um projeto e processo. Numa definição muito básica, significa não mais do que a concentração de atividades no nível regional; representa um processo de interação social e de persecução de uma estratégia objetivando a criação de um sistema regional numa determinada área, contígua ou não (Hettne, 1994; Hurrell, 1995). Tal facto pode refletir na formação e transformação de uma região e, posteriormente, na emergência de atores, grupos ou organizações regionais. A regionalização pode ser simultaneamente causa e consequência do regionalismo.

A teoria construtivista das relações internacionais tem-se revelado particularmente profícua no concernente à produção literária em torno do regionalismo. Como notam Mansfield & Milner (1999), as variáveis contiguidade territorial (não obstante a sua centralidade), a partilha de laços étnicos, históricos, linguísticos, políticos e culturais não

esgotam o conceito³⁶. Este, igualmente, pode expressar identidades coletivas, autodesenvolvidas, e ainda reconhecidas pelos *outsiders* (Wæver, 1993). Para o construtivismo, uma região depende não tanto da realidade quanto das representações. O conceito é suscetível de refletir ideias e discursos regionalistas (Adler & Barnett, 1998). Em suma, uma região pressupõe um conjunto de Estados ou povos interligados por experiências, identidades, costumes e práticas comuns (Hurrell, 2007). A região pode emergir, não só através de redes sociais ou estruturas de transação e comunicação destacados no estudo seminal de Karl Deutsch sobre o Norte (Hurrell, 2007), como também de mapas cognitivos e identidades coletivas, ou seja, é suscetível de existir na mente das pessoas, não sendo necessariamente uma comunidade objetiva e institucionalizada (Hettne & Soderbaum, 2000).

Katzenstein (2005), por seu turno, afiança que as regiões não são constantes físicas, mas expressam práticas humanas em mutação. Tal como as nações, podem ser encaradas como comunidades imaginadas, projetadas pela ação humana, no quadro de um projeto político de construção regional onde os porta-vozes da comunidade imaginam uma certa identidade espacial e cronológica, posteriormente disseminada a terceiros³⁷.

Contudo, Buzan e Wæver (2003), malgrado sustentarem que os CSRs são socialmente construídos, quer consciente quer inconscientemente, pelos Estados que lhe dão forma, alegam que o construtivismo se mostra relativamente redutor na análise do regionalismo. Daí a necessidade de a teoria de securitização incluir as determinantes materiais *territorialidade e distribuição de poderes*³⁸. Neste sentido, os autores conciliam as perspetivas neorrealista, globalista e regionalista na caracterização da ordem securitária regional e global pós-Guerra Fria.

Do ponto de vista das relações político-securitárias internacionais, o termo região tende a referir-se a um subsistema distinto de relações de segurança abrangendo um conjunto de

³⁸ “*Atos discursivos*” da elite política que caracterizam uma questão como uma ameaça à sobrevivência de um “*objeto de referência de segurança*”, em relação ao qual se reclama o direito de sobrevivência (Buzan & Wæver, 2003; Buzan, Weaver, & Wilde, 1998).

Estados interligados pela proximidade geográfica (Acharya, n.d.; Buzan & Wæver, 2003; Buzan, 1991a). Em regiões propensas à eclosão de conflitos, os Estados integrantes tendem a engendrar relações cooperativas visando a estabilização regional. É o que Hettne (2008) designa por regionalismo securitário. Efetivamente, cada vez mais, como afirmam Lake & Morgan (1997), a cooperação e o controlo de conflitos têm-se desenrolado no nível regional, dando azo a um conjunto de dispositivos regionais capazes de anular uma eventual escalada e, assim, contribuir para a segurança regional (Acharya, 1992, 2004, n.d.; Adebajo, 2004; Allison, 2004; Barnett, 1996; Buzan & Wæver, 2003; McDougall, 2002).

Não obstante haver possibilidade do processo de pacificação se desenrolar numa base bilateral, o regionalismo securitário implica a existência de uma dimensão multilateral onde a consulta é empreendida no seio de grupos regionais. Outrossim, o multilateralismo proporciona uma ampla margem de manobra às potências regionais para o exercício da sua influência (McDougall, 2002).

O fim da Guerra Fria traduziu, entre outras coisas, na inclusão de um conjunto de *objetos de referência de segurança* no quadro do regionalismo securitário, designadamente a penetração das potências globais, as aspirações hegemónicas regionais, as disputas político-securitárias entre os Estados-membros, os conflitos interestatais regionais, a insegurança extrafronteira e as ameaças transnacionais envolvendo atores não-estatais (Haacke & Williams, 2009) .

Nalgumas regiões do globo, a constituição de arranjos securitários multilaterais fortaleceu de tal modo a interdependência securitária entre os elementos integrantes, transformando-as no que Buzan e Wæver (2003) denominam de CSRs.

Complexos de Segurança Regionais

A Teoria dos Complexos de Segurança Regionais (TCSRs) aparece no quadro da extensão da Escola Inglesa³⁹ das relações internacionais, tendo como precursores os

³⁹ A partir do conceito “*subsistema*” do velho regionalismo, a segurança regional moveu-se em direção a uma noção mais restrita e identificável – CSR (Buzan e Wæver, 2003). Aqui Buzan seria o teórico em destaque, ao avançar com um conjunto de variáveis intrínsecas às regiões, as quais dão um caráter único à política. Conscientemente alicerçado, quer em modelo neorrealista quer em modelo neoliberal, o trabalho de Buzan é tido como estando no âmbito do *mainstream* teórico positivista das relações internacionais. Buzan (1993) transferiu a variante historicizante do realismo da Escola Inglesa para as regiões, retendo o

acadêmicos Barry Buzan e Ole Wæver. Basicamente, a teoria parte do suposto que o sistema internacional pós-Guerra Fria compõe-se de uma superpotência, quatro grandes potências e regiões⁴⁰. Estas são definidas tendo como enfoque analítico no fator “segurança” (subsistemas territorialmente coerentes definidos por intermédio de padrões de securitização interligados). Daí a designação de CSRs, ou seja, estruturas territoriais densas, pautadas por fortes interações securitárias – sejam hostis, sejam amistosas – entre os atores constituintes, determinadas sobretudo pelas suas narrativas e percepções identitárias. Os padrões de amizade e de inimizade veem-se limitados pela capacidade de projeção de forças dos Estados. Malgrado o fenómeno globalização, em crescente, a contiguidade geográfica continua a significar a maior fonte de ameaça, real ou percebida, bem como um importante promotor de estratégias de cooperação (Buzan & Wæver, 2003). Essas interações interestatais, em matéria de segurança, seriam particularmente proeminentes a partir da diluição do “*overlay*”⁴¹ global sobre as regiões (Buzan e Wæver, 2003).

Buzan e Wæver (2003) definem CSRs como configurações regionais preenchidos por Estados cujos processos de (de)securitização se encontram de tal sorte interligados que uma eventual perscrutação ou tentativa de solucionamento dos desafios securitários que se lhes deparam nunca poderão ser empreendidos sem se ter em conta o grupo de Estados no seu todo (Buzan & Wæver, 2003).

Na identificação de CSRs é, amiúde, fundamental centrarmos as nossas atenções no foco (quem está no centro) da interconexão securitária (Buzan et al., 1998). Na maior parte das vezes, o fator determinante subjacente o desenvolvimento de CSRs é o alto nível de ameaça e receio sentidos entre dois ou mais Estados (Buzan, 1991b). Sem embargo,

foco tradicional no Estado e na competição enquanto revive a geopolítica. Buzan adiciona novas variáveis. As regiões são densas (Kelly, 2007). Os velhos regionalistas respondem à teoria de Kaplan (1957) relativa ao sistema, reduzindo-a a fim de procurar sistemas regionais “subordinados”, mas estruturalmente análogos. Buzan (1993) procede da mesma forma relativamente a Waltz e os seus sucessores. Buzan e Wæver (2003) admitem que o nível regional é compatível com, e complementar ao, esquema estrutural do neorrealismo, mas contraria a tendência neorrealista de se concentrar no nível global. Apesar do “namoro” com as possibilidades construtivistas de “securitização”, na prática, Buzan e Weaver (2003) apresentam uma leitura da segurança claramente ortodoxa (Hoogensen 2005), sublinhando noções como a *demarcação territorial* e a *distribuição de poderes*, próximos do neorrealismo e as grandes oportunidades de sinergia analítica entre a TRSC e o neorrealismo (Buzan e Wæver, 2003). Conceitos como “*swing power*” e “*overlay*” provêm claramente das noções (*offshore balancers e imperialism*).

⁴⁰ Na análise que fazem do conceito CSR, começam por dizer que a estrutura da segurança internacional se encontra moldada da seguinte forma: 1+4*distribuição de poderes. No topo estariam os EUA, seguidos pela UE, Japão, China e Rússia, com os restantes na cauda.

⁴¹ O *overlay* pressupunha o domínio de uma região por parte de potências extrarregionais.

determinados Estados podem ter inúmeros interesses convergentes e partilhados; a interdependência não demanda necessariamente conflitualidade (Buzan, 1991b). Estes padrões de interação tendem a reproduzir-se no tempo, por força de determinantes históricos, identitários, geográficos, etc. (Buzan & Wæver, 2003). Em todo o caso, as estruturas afiguram-se flexíveis, sendo que mudanças profundas em quaisquer dos seus componentes podem levar à redefinição dos CSRs (Buzan & Wæver, 2003).

Além da *anarquia*⁴², Buzan e Wæver (2003), vão buscar ao neorrealismo o conceito *polaridade*. Ao construtivismo, o processo de construção social, intrínseco à noção de *padrões de amizade e de inimizade*; estabelecem as “fronteiras” dos CSRs, distinguindo-os dos enquadramentos regionais adjacentes. Advogam igualmente a possibilidade de os CSRs serem alvo de intrusão por parte de atores externos, analisado através do conceito de *penetração*.

I.4. Potências Regionais e a Instabilidade Regional no Pós-Guerra Fria

No livro *Regions and Powers: The Structure of International Security*, Buzan & Wæver (2003) advogam que, no presente sistema internacional, a superpotência e as potências regionais ocupam espectros de poder diametralmente opostos, sendo mediados pelo poder das grandes potências⁴³.

As potências regionais são partes integrantes de uma região⁴⁴, geográfica, económica, política e ideacionalmente delimitada, para cuja construção foram determinantes, e com a qual estão profundamente interconectadas (Nolte, 2010). Neste sentido, as potências regionais exercem uma enorme influência limitada ao plano regional (Huntington, 1999;

⁴² Os CSRs são “mini-anarquias”, mais um conjunto de variáveis que são intrinsecamente regionais. A anarquia formalmente coloca todos os Estados em relacionamentos competitivos uns com os outros. Ainda assim, esses relacionamentos (incluindo ameaças) assumem maior acuidade entre Estados geograficamente próximos (Buzan, 1991b). Os Estados são imóveis, sendo que a maioria não consegue projetar forças a longas distâncias. Os dilemas de segurança e a desigualdade local criam histórias locais intensas (Kelly, 2007). O mesmo cluster de Estados interagirá através do tempo, criando padrões de amizade e de inimizade (história).

⁴³ Por exemplo, o conceito de médias potências traduz num reforço da perspectiva sistémica das relações internacionais, desatualizada no panorama atual (Buzan & Wæver, 2003). Os autores têm suposto que a distinção tradicional entre grandes e médias potências não reflete a verdadeira dinâmica do sistema internacional, em cujo espectro total só alguns Estados têm capacidade de operar (note-se que o raio de influência de a maioria dos Estados não vai além do nível regional)

⁴⁴ Para Buzan & Wæver (2003), as potências regionais determinam a polaridade do CSR (unipolar na África Austral; bipolar no Sul da Ásia; multipolar no Médio Oriente, América do Sul e Sudeste Asiático).

M. Wight, 1978)⁴⁵, tendo, igualmente, uma grande capacidade de ação isolada, nesse perímetro (M. Wight, 1978).

A saída das ex-potências coloniais europeias das regiões e a fim do conflito ideológico global foram decisivos para o recrudescimento da relevância das potências regionais, principalmente as do Sul Global, seja no plano da política regional, seja no plano da política global (Buzan & Wæver, 2003; Katzentein, 2005; Acharya, 2007). Essas potências passaram a estar profundamente envolvidas na definição e construção da ordem securitária regional (Acharya, 2004; Buzan & Wæver, 2003; Flemes, 2007; Katzenstein, 2005; Nolte, 2010; Prys, 2008, 2010), servindo-se, igualmente, de intermediários no quadro da relação entre a região e o sistema global (Frazier & Stewart-Ingersoll, 2010).

Para Frazier e Stewart-Ingersoll (2010), há três fatores a serem objetos de consideração na perscrutação da segurança regional, com relação à influência das potências regionais, quais sejam a *estrutura regional*, *papeis das potências regionais* e *orientações das potências regionais*.

A *estrutura regional* enfatiza os necessários, mas não suficientes, atributos de poder e capacidades no entendimento das dinâmicas de segurança regionais (Frazier & Stewart-Ingersoll, 2010). Alinhando com as definições do CSR e do neorrealismo, os autores conceptualizam a estrutura regional em termos do nível e da distribuição de capacidades regionais necessários à transformação da segurança regional (Frazier & Stewart-Ingersoll, 2010). A posse de fatores de poder⁴⁶ de cariz material – capacidade militar e económica – afigura-se crucial para a gestão da insegurança regional, bem como a projeção de poderes (Chase, Hill, & Kennedy, 1996). As potências regionais definem a agenda de segurança regional (Nolte, 2010), desempenhando, amiúde, o papel de *peacekeepers* regionais (Chase et al., 1996).

⁴⁵Estão fora dos cálculos de polaridade registados no nível sistémico, mesmo que reivindicuem o contrário, porquanto as suas capacidades e influências só têm relevância no processo de securitização regional. Contudo, podem ver-se arrastadas para um quadro de rivalidade global, como sucedeu com países como Vietname, Egipto e Iraque. Em situações do género, podem até ser tratados como se contassem dentro do quadro da política global de equilíbrio de poderes. Contudo, isso tende a refletir o facto de serem, amiúde, perçecionados como espólios de uma grande competição, e não como atores preponderantes, *per se* (Buzan & Wæver, 2003).

⁴⁶ Para os realistas, as relações interestatais estribam-se na assimetria de poderes (Mearsheimer, 1994, 2001; Waltz, 1979). É em função da avaliação do fator *poder* que os Estados assumem, e lhes são imputados, determinados papéis. O *poder* diferencia os líderes dos seguidores, os Estados provedores de segurança de os Estados, cuja segurança depende da ação de terceiros.

A centralidade das potências regionais assume tal monta que um eventual colapso das suas estruturas institucionais traduz numa espiral de desordem regional. Do mesmo modo, quanto mais robusta for a economia e as instituições domésticas das potências regionais, maior é mais probabilidade de que essa dinâmica tenha uma tradução afim, no plano regional (Chase et al., 1996).

De todo modo, conforme sugerem os construtivistas, a estrutura regional, ou seja, a distribuição de capacidades materiais entre os atores de um CSR, por si só, mostra-se insuficiente na perscrutação da ordem securitária, ou na identificação do Estado cuja ação lhe confere o epíteto de potência regional. O poder dos Estados manifesta-se não só através da posse de meios militares e económicos mas também no contexto de um lastro de relações políticas e sociais enformadoras das dinâmicas dos CSRs. Neste sentido, o enfoque no comportamento⁴⁷ das potências regionais é suscetível de proporcionar um quadro mais claro relativamente ao modo como a ordem securitária regional evolui no contexto, e não por causa, da estrutura. A *estrutura*, por si só, não determina a ordem regional, mas sim o que com ela se faz (Wendt, 2006).

Espera-se que as potências regionais sejam os principais promotores de regras e normas de conduta orientadoras da política e das relações regionais (Chase et al., 1996). Para a sua efetivação é imprescindível que possuam a necessária autoridade moral e ideológica (Chase et al., 1996; Nolte, 2010). Tais requisitos potenciam a sua reputação, transformando-as num modelo a ser seguido pelos congéneres (Frazier & Stewart-Ingersoll, 2010; Lake, 2004). Nye (2004) sugere que os recursos ideacionais – uma das vertentes do *soft power* – possuem uma dimensão simbólica e psicológica. O *soft power* radica na habilidade de se conseguir o que se quer através da atração em detrimento da coerção ou aliciamento (Nye, 2004). Para a construção e manutenção dessa autoridade é necessário (a) a provisão de uma ordem social que beneficie os subordinados, enredando-os nela, e (b) comprometer-se a não explorá-los, conseguido o consentimento da autoridade (Lake, 2009).

O comportamento das potências regionais num determinado CSR é, em ampla medida, influenciado pelo seu *papel* – *liderança, custódia e proteção* (baseado na avaliação que ele e os outros fazem das suas capacidades, do seu grau de aceitação, reputação e

⁴⁷ Buzan e Wæver (2003) argumentam que a estrutura dos CSRs é definida por quatro variáveis: *fronteiras, polaridade, estrutura anárquica e construção social*.

legitimidade angariadas nesse plano) – e as suas *orientações* – *statu quo/revisionista; multilateral/unilateral; proativo/reactivo*.

O papel de *liderança* implica uma enorme influência da potência regional sobre a definição das políticas de segurança regional, procurando, quase sempre, fazê-las convergir com os seus interesses nacionais. A *liderança* regional afigura-se extremamente importante em face a contextos que requeiram uma concertação multilateral. A *custódia* reflete sobretudo a estabilização da ordem securitária regional, através da provisão e coordenação de recursos suscetíveis de anular ameaças que eventualmente possam assolar a região⁴⁸. A *proteção* surge em resposta às ameaças tradicionais, que tendencialmente têm origem na ação de outras potências, principalmente as globais. Naturalmente os três papéis supramencionados são meros ideais-tipos, não sendo mutuamente exclusivos (Frazier & Stewart-Ingersoll, 2010).

As *orientações* reportam-se às inclinações e preferências da potência regional relativamente ao desenvolvimento e à manutenção da ordem de segurança regional (Frazier & Stewart-Ingersoll (2010)). No contexto das orientações das potências regionais, o eixo *statu quo/revisionista* reporta-se à intenção de a potência regional transformar ou aceitar a ordem regional vigente (Frazier & Stewart-Ingersoll, 2010). Na perscrutação do eixo *multilateral/ unilateral* e *reativo/proativo* procura-se saber se a potência regional tende a desenvolver regras e padrões de interação regionais com base em princípios do ordenamento internacional, e orientados na expectativa de cooperação a longo prazo (*multilateralismo*⁴⁹ e *proatividade*), ou se as suas ações refletem um sentido de segurança individualista e preocupações com ganhos relativos de viés imediato (*unilateralismo* e *reatividade*) (Frazier & Stewart-Ingersoll, 2010). Tanto o unilateralismo como o multilateralismo podem proporcionar níveis de segurança regional relativamente estáveis, pese embora esta última orientação tenda a transmitir maior legitimidade, e por conseguinte, longevidade à liderança (Frazier & Stewart-Ingersoll, 2010).

⁴⁸ A liderança e a custódia tendem a ser exercidas com o objetivo fundamental de solucionar as ameaças que normalmente emergem dentro do CSR (Frazier & Stewart-Ingersoll, 2010).

⁴⁹ O multilateralismo pressupõe uma concertação estribada na ideia da indivisibilidade dos interesses estatais, no quadro de uma ação em que não é exigido um *quid pro quo* imediato (Frazier & Stewart-Ingersoll, 2010).

1.5. Nigéria e as Intrusões das Potências Globais na África Ocidental

“Líder natural” da África, no verbo dos seus académicos e políticos, a Nigéria tem chamado a si a responsabilidade de promover e proteger os interesses dos Estados africanos (Adebajo & Landsberg, 2003; Adebajo, 2004; Alli, 2012)⁵⁰, não raras vezes, subsumidos aos das potências globais. Daqui resulta, em parte, o que muitos especialistas em política internacional consideram a histórica ambivalência evidenciada na política externa nigeriana *vis-à-vis* às potências globais, especialmente as ocidentais – precisa delas para potenciar a sua segurança económica e política, mas não as quer profundamente arreigadas em África.

Esse desconforto da Nigéria relativamente à presença das potências globais em África tem-se evidenciado em várias declarações dos seus responsáveis políticos. Segundo Sheu Shagari, chefe de Estado nigeriano, entre 1979 e 1983, impunha-se instituir uma espécie de *Doutrina Monroe* no continente (Adebajo, 2000).⁵¹ As declarações de Olusegun Obasanjo, presidente da Nigéria em 1976-79 e 1999-2007, vão no mesmo sentido, sugerindo não haver necessidade de polícias externos em África (Nwokedi, 1985). As potências regionais tendem a percecionar a penetração sistémica como uma ameaça à sua soberania (Ehteshami & Hinnebusch, 1997).

Note-se que ambos os posicionamentos tinham como destinatário principal a França, potência que outrora exercia uma presença avassaladora na África Ocidental, muito por via do novo enquadramento relacional – a *Françafrique* – engendrado com as suas antigas colónias oeste-africanas (Adebajo, 2000; Bah, 2005; Persson, 2012). Esse enquadramento estender-se-ia por três décadas, permitindo à França, *inter alia*, moldar a esfera política e económica das suas ex-colónias, acedendo, quase sem restrições, aos seus recursos naturais estratégicos (Adebajo, 2000). Na África Ocidental, a *Françafrique* corporizou numa rede intrincada de relações políticas, económicas, militares e culturais – *e.g.* pactos de defesa, indexação do franco CFA ao franco francês, promoção de cimeiras regionais, patrocínio de festivais e eventos culturais (Adebajo, 2000). Essa *hegemonia indireta*, exigida por de Gaulle como condição *sine qua non* para independência, mostrar-se-ia

⁵⁰ O ativismo nigeriano traduziu no envolvimento em diversas lutas de libertação em África e na oposição ao *apartheid*, particularmente nos anos 1970 e 1980 (Adebajo, 2000).

⁵¹ Em alusão aos pactos de defesa Sheu Shagari, em 1981, questionou a existência desses enquadramentos relacionais entre membros da então OUA e potências extrarregionais (Nwokedi, 1985).

fundamental para a preservação do estatuto da França como potência global ou, se quisermos, para *la grandeuse de la France* (Médard, 2008; Nwokedi, 1985).

Os pactos de defesa celebrados em 1977 – *Accord de Non Aggression e d'Assistance en Matiere de Defense (ANAD)*⁵² – permitiria à França exercer, vigorosa e contundentemente, o papel de polícia regional, até às vésperas da queda da cortina de ferro (Adebajo, 2000; Nwokedi, 1985; Rönnbäck, 2008)⁵³. Esse enquadramento militar teria proporcionado alguma estabilidade regional (Kacowicz, 1997)⁵⁴, criando condições para que a primeira geração de líderes francófonos pudessem aguentar-se, durante algum tempo, no poder (Herbert, 2011). A penetração francesa preservaria a integridade territorial e mantinha os grupos hostis fora da esfera do poder, em benefício da França e da *Numenklatura* regional (Nwokedi, 1985). Paris suportava e/ou derrubava déspotas oeste-africanos consoante estes ajudassem ou não na maximização dos seus ganhos estratégicos na região (Adebajo, 2000). Segundo MacFarlane (2004), as potências globais tendem a procurar engendrar enquadramentos cooperativos regionais consonantes com os seus interesses e, simultaneamente, reduzir a influência dos adversários em controlar as questões regionais. A maior parte dos Estados francófonos oeste-africanos via a penetração francesa de forma positiva, pois, para além de permitir conter as insurgências domésticas, proporcionava um equilíbrio de poderes regional suscetível de garantir proteção contra uma eventual ação agressiva por parte da Nigéria (Bah, 2005).

A Nigéria, dadas as suas características materiais e ideacionais (acérrimo defensor do pan-africanismo), posicionava-se como um importante obstáculo à expansão dos interesses franceses na África Ocidental (Médard, 2008). A França receava que uma Nigéria unida e bem-sucedida pudesse revestir-se num polo de atração para os fracos e fragmentados Estados francófonos, ameaçando assim o equilíbrio de poderes na região (Ogunbadejo, 1976). Daí um dos racionais da *Françafrique* ter sido limitar o poderio da Nigéria; e representou mesmo, durante muito tempo, uma séria ameaça à segurança nacional dessa potência oeste-africana, exponenciado pelo facto de os Estados oeste-africanos, na altura,

⁵² A ANAD seria posteriormente incorporada no Mecanismo de Segurança da CEDEAO, em 2001, marcando um ponto de viragem nos esforços da região na resolução das questões securitárias através de uma única plataforma, em detrimento de várias plataformas em competição que impediram os esforços do passado.

⁵³ A influência francesa seria potenciada pela presença dos seus soldados em alguns países da região, principalmente Senegal e Costa do Marfim.

⁵⁴ Kacowicz (1997) diz que as guerras civis regionais mais virulentas ocorreram fora da esfera de influência francesa – Biafra, Libéria, Serra Leoa.

conviverem num CSR (Buzan & Wæver, 2003), cujas interações securitárias caracterizavam-se por ser eminentemente negativas. De notar que a proximidade geográfica, a porosidade das fronteiras dos Estados regionais, experiências históricas e culturais, laços étnicos interestatais afiguram-se principais fatores potenciadores de insegurança nesse perímetro geográfico (Alli, 2012).

O conflito do Biafra (1967-70) veio fazer jus aos receios da Nigéria com relação à *Françafrique*. Seria a oportunidade que Paris precisava para limitar decisivamente as ambições da Nigéria. Na sequência desse conflito, os franceses procuraram reiteradamente desmembrar a Nigéria⁵⁵ (Abiodun Alao, 2011; Bah, 2005; Burgess, 2010; Nwokedi, 1985; Ogunbadejo, 1976), auxiliando, com intermediação dos seus satélites regionais, mormente a Costa do Marfim, os secessionistas biafranos (Adebajo, 2000).

Na verdade, essa guerra civil colocou a Nigéria no centro do tabuleiro estratégico mundial, atraindo diversos Estados que procuravam maximizar os seus ganhos relativos (Pham, 2007). Inglaterra mostrar-se-ia lenta em armar a sua criação⁵⁶; a União Soviética, almejando alargar a sua posição na África Ocidental, providencia assistência militar ao governo Federal; a China, em resposta, seguindo a “lógica” da divisão sino-soviética apoiou os secessionistas biafranos (Ogunbadejo, 1976; Pham, 2007); a África do Sul racista viu no conflito uma oportunidade de dividir a África Negra, colocando-se igualmente ao lado dos biafranos, tal como Portugal, que se via a braços com movimentos de libertação nacional, grande parte dos quais subsidiados pela Nigéria (Pham, 2007).

Quanto mais intrusiva for a ação da potência global, maior é a percepção de ameaça das potências regionais (Ehteshami & Hinnebusch, 1997). Daí que estas, amiúde, procurem recrudescer a sua autonomia balanceando essa penetração (Ehteshami & Hinnebusch, 1997). A Nigéria mantinha uma retórica bastante crítica para com o que considerava ser uma submissão dos Estados vizinhos ao neoimperialismo francês (Adebajo, 2000). Por

⁵⁵ É interessante registar que, se do ponto de vista político, as relações entre os dois Estados foram marcadas, durante um longo período de tempo, por rivalidade e suspeições mútuas, o mesmo não se pode afirmar tratando-se do panorama económico. As relações comerciais se desenrolaram sem quaisquer problemas, com particular acuidade para o setor petrolífero, com as autoridades nigerianas a evitarem retaliar contra as companhias francesas a operar em seu território. Empresas como a SAFRAP e a ELF foram os grandes responsáveis pela entrada massiva do petróleo nigeriano em França, fazendo a balança comercial pender a favor da Nigéria, pese embora os avultados investimentos franceses naquele país (Médard, 2008).

⁵⁶ Enquanto os britânicos puseram-se ao lado de Lagos, os americanos assumiram uma posição neutral considerada dúbia, e a França abraçou a causa biafrana (Ogunbadejo, 1976).

consequente, as suas relações com a França e os seus satélites regionais desenrolaram num quadro de grande tensão e desconfiança, assumindo, em alguns períodos, contornos relativamente hostis (Adebajo, 2000; Nwokedi, 1985; Alao, 2011). Em 1961, numa ação enérgica, havia expulsado do seu território o corpo diplomático, barcos e aviões franceses, em resposta ao teste nuclear realizado pela França no deserto do Sahara (Médard, 2008). Para além da instrumentalização e assistência militar aos insurgentes do Biafra, a França ripostou com o boicote à admissão da Nigéria como membro associado da então Comunidade Económica Europeia (CEE).

Em 1975, a Nigéria avançou, em meio de alguma relutância por parte dos vizinhos francófonos, com a criação da CEDEAO, enquadramento regional que propunha fomentar a união, o desenvolvimento económico (Adeleke, 1995) e a autoconfiança coletiva (Bach, 1983), fundamentalmente com o intuito de mitigar o peso gaulês na região (Bach, 2007; Okolo, 1985). Se é verdade que a CEDEAO, em certa medida, possibilitou à Nigéria reduzir o isolamento político e cultural a que estava sujeita durante a penetração francesa (Raimo Väyrynen, 1979), não deixa de ser menos certo que a organização evidenciava uma extrema ineficácia em fazer face à tarefa para a qual foi erigida, facto que perdura até os dias de hoje. Entre as muitas outras causas do falhanço da organização, podem-se apontar um conjunto de estratégias de instrumentalização dos Estados francófonos, levadas a cabo pela França, que se traduziram na criação da *Communauté Economique de l'Afrique de l'Ouest* (CEAO) (Bach, 1983; Nwokedi, 1985; Ojekwe, 2010) e a União Económica e Monetária Oeste-africana (UEMOA), envolvendo exclusivamente Estados francófonos. Com isso, Paris conseguiria dividir os Estados da região (Bach, 1983; Nwokedi, 1985; Ojekwe, 2010). A CEDEAO acabaria por se transformar mais num fórum político no sentido de conseguir consensos regionais do que numa união económica (Adebajo, 2000).

A partir de 1975 até meados dos anos 1990, ocorre um relativo desanuviamento das crispações entre os dois Estados, com a realização de algumas ações de cooperação, contudo muito incipientes. Persistiam ainda importantes fatores de tensão, mormente o relacionamento entre França e a África do Sul, particularmente no que toca ao comércio de armamento (Médard, 2008).

Seguiu-se um período de relativa acomodação, com os dois países a optarem por cooperar em assuntos de interesse mútuo, com particular acuidade para estabilização da África

Ocidental. Paris passou não só a reconhecer a liderança da Nigéria no contexto regional, como a incentivar a maximizar a sua participação em operações de gestão e manutenção da paz e prevenção de conflitos no panorama continental, como comprova o apoio às intervenções da Nigéria na região do rio Mano. Jacques Chirac, então presidente da França, chegaria até a mostrar-se favorável à ascensão da Nigéria ao lugar de membro permanente do CSNU. Os interesses económicos sobrepuseram-se aos sentimentos históricos (Meierding, 2010). Existia ainda um importante foco de tensão política decorrente da questão Bakassi, mas a França conseguiria habilmente conciliar os seus interesses económicos na Nigéria com a lealdade aos Camarões, país com o qual tinha, outrora, firmado acordos de cooperação em matéria de defesa (Médard, 2008).

Esse movimento estratégico, iniciado por Chirac, perpassou vários governos, inclusive o de Sarkozy (Alao, 2011). As relações comerciais entre os dois países ganharam um novo ímpeto, particularmente nos últimos 13 anos, no quadro das quais a Nigéria tornar-se-ia na principal exportadora de petróleo e derivados para a França, e esta a sua principal fonte de investimento externo direto (IED), destinado sobretudo aos setores petrolífero, automobilístico e da construção. A Total, a LaFarge e Peugeot, entre outras, têm sido os principais investidores franceses na Nigéria (Alao, 2011).

Face ao grande volume de negócio entre os dois países, que, a título ilustrativo, totalizou US\$5.7 mil milhões, em 2012 (4 mil milhões relativos às exportações nigerianas, principalmente, do petróleo, e os outros 1.7 às exportações da França) (Alao, 2011), a *Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD)* fez saber que pretende apoiar não só companhias francesas a operar na Nigéria mas também as próprias empresas locais (Alao, 2011).

É interessante registar que, se do ponto de vista político, as relações entre os dois Estados foram marcadas, durante um longo período de tempo, por rivalidades e suspeições mútuas, o mesmo não se pode dizer a respeito das relações económicas. Estas desenrolaram-se sem quaisquer problemas, principalmente o comércio e investimentos no setor petrolífero, com as autoridades nigerianas a evitarem retaliar contra as companhias francesas a operar no país. Empresas como a *Societe Anonyme Franchise des Recherches et d'Exploitation de Petrole* (SAFRAP) e a *Energie Liquide de France* (ELF) foram os grandes responsáveis pela entrada massiva do petróleo nigeriano em França,

fazendo a balança comercial pender a favor da Nigéria, pese embora os avultados investimentos franceses naquele país (Médard, 2008).

De todo modo, essa rivalidade entre a anglofonia e a francofonia oeste-africana não se diluiu totalmente, acabando sempre por vir à tona, particularmente em contextos de crises securitárias regionais. Por exemplo, uma das causas subjacentes ao arrastar dos violentos conflitos que varreram a bacia do rio Mano, por vários anos, radicou no facto de alguns Estados francófonos, mormente a Costa do Marfim e o Burkina Faso, terem procurado comprometer sub-repticiamente o processo de paz regional, motivados, entre outras coisas, por uma extrema desconfiança relativamente à liderança nigeriana. Se no âmbito da *Economic Community of West African States Monitoring Group* (ECOMOG), a ação destes dois países pautou-se pela neutralidade, nos bastidores posicionaram-se, amiúde sob a instrumentalização da França, a favor das forças rebeldes, entre as quais a *Frente Nacional Patriota da Libéria* (FNPL) de Charles Taylor (Adeleke, 1995). Tal estratégia visou fundamentalmente obstaculizar o que entendiam ser a emergência e institucionalização da *pax nigeriana*⁵⁷ na região (Essuman-Johnson, 2009; Galadima, 2006). Ademais, quer a França quer os seus satélites na África Ocidental, pretendiam evitar que a Nigéria recolhesse os louros da intervenção na Libéria e Serra Leoa, sob a forma de um recrudescimento do seu prestígio internacional (Dieye, 2010).

A dificuldade relacional entre a francofonia e a Nigéria, no panorama oeste-africano, ainda prevalece, embora em menor grau, nos dias de hoje (Herbert, 2011; Ojo, 1980; Persson, 2012), até porque os receios com relação ao estatuto de *big brother* associado à Nigéria continuam bem presentes na psique dos seus vizinhos. Alli (2012) afiança que as pretensões hegemónicas da Nigéria têm refletido numa grande preocupação com a defesa do território físico contra agressões ou intervenções externas, implicando a realização de um enorme investimento em *hardware* militar. Waltz (1979) diz que Estados, no sistema internacional anárquico, procuram proteger a sua integridade política e territorial, sem a qual não sobrevivem enquanto unidades políticas (Waltz, 1979). Porém a autoajuda pode ser mal-interpretada pelos congéneres participantes no sistema internacional, e dar azo a dilemas de segurança (Glaser, 1997; Jervis, 1978). A teoria waltziana parece aplicar parcimoniosamente no contexto geopolítico aqui analisado. O aumento do arsenal militar

⁵⁷ Expressão cunhada, pela primeira vez, pelo académico nigeriano Akinyeme (1970).

nigeriano é potencialmente desestabilizador, ao promover uma extrema percepção de insegurança entre os vizinhos.

Esse historial de relações difíceis com a França está profundamente enraizado na identidade política das elites nigerianas, com implicações relativamente ao modo como a Nigéria tem-se relacionado com as outras potências globais, especialmente os EUA. A Nigéria é um dos Estados africanos que maior relutância tem mostrado com relação à uma eventual transferência da AFRICOM da Alemanha para a África, mais precisamente a Libéria, país que se posiciona dentro do seu espaço geográfico de maior influência⁵⁸. O projeto levantaria imediatamente um conjunto de questões relativamente às possíveis implicações na segurança nacional da Nigéria (Ayokhai & Ogbang, 2013). Grande parte dos académicos nigerianos posicionou-se contra o projeto, visto como uma ferramenta expansionista e imperialista, suscetível de conflitar com os interesses securitários da Nigéria⁵⁹. De facto, conforme assevera Rogers (2009), o comando em causa, malgrado a retórica associada à estabilidade e democracia⁶⁰ propalada pelos responsáveis americanos, visa fundamentalmente proteger os interesses, mormente energéticos, dos EUA em África.

A AFRICOM na Libéria significaria necessariamente presença de uma força militar externa no Golfo da Guiné. A região, segundo os nigerianos, é parte integrante do Atlântico Sul, uma área dotada de uma sensibilidade securitária e estratégica inigualável (Ali, 2015) – trata-se do coração económico da Nigéria (petróleo e corredor comercial) e, ademais, extremamente vulnerável a uma eventual incursão hostil (Ayokhai & Ogbang, 2013). A Nigéria, como todas as nações africanas, tende a ser extremamente protetora relativamente à sua soberania (Rogers, 2009). A presença da marinha norte-americana

⁵⁸ Tanzânia e a Libéria parecem ser os principais defensores da iniciativa em África.

⁵⁹ Os jornais nigerianos descreveram a situação como um exemplo de “pomposidade americana” e desprezo pela Nigéria, enquanto alguns líderes militares lamentaram o perecimento da força nigeriana na região. Para o efeito, vide: Arild Nodland, “Guns, Oil, and ‘Cake’: Maritime Security in the Gulf of Guinea”, in Bruce A. Elleman, Andrew Forbes e David Rosenberg, eds. *Piracy and Maritime Crime: Historical and Modern Case Studies*, Newport, Naval War College Press, 2010, pp. 191–206, p. 202.; John Liebhart, *The groundswell of Opposition to AFRICOM from African Bloggers*, 24 February 2008, disponível: <http://globalvoicesonline.org/2008/02/24/african-bloggers-the-groundswell-of-opposition-to-africom/> 4 October 2011; Danny Glover and Nicole C. Lee, *Say No to Africom*, 19 November 2007, disponível em: http://www.thirdworldtraveler.com/Africa/Say_No_Africom.html, 24 September 2011 (Ali, 2015).

nessa área marítima representaria uma enorme intimidação psicológica⁶¹, política e militar. Outrossim, é preciso não perder de vista que esse movimento estratégico, por parte dos EUA, não só pode dar azo a eventuais ressentimentos e violência contra os interesses ocidentais, por parte de diversos grupos insurgentes que ali pululam, como também a uma forte competição e rivalidade entre potências globais, passíveis de conduzir à militarização regional (Ayokhai & Ogbang, 2013).

Em todo caso, a resposta dos líderes nigerianos face a essa possibilidade, numa fase inicial, primar-se-ia por uma certa ambiguidade e, nalgumas circunstâncias, contradição (Abiodun Alao, 2011; Ayokhai & Ogbang, 2013). A nível governamental, a reação passou de uma oposição aberta para a manutenção de uma posição diplomática controversa, conduzindo a alguma confusão analítica (Abiodun Alao, 2011; Ayokhai & Ogbang, 2013). Inicialmente, quer a Assembleia Nacional quer o Conselho do Estado, presidido pelo chefe de Estado Yar'Adua, deram indicação de que se opunham ao projeto (Abiodun Alao, 2011; Ayokhai & Ogbang, 2013). A confusão surgiu com a cobertura mediática de Yar'Adua nos EUA, divulgando que ele havia alterado a sua posição relativamente à matéria, quando disse que a Nigéria iria constituir-se num parceiro da AFRICOM (Ayokhai & Ogbang, 2013). Essa notícia provocaria um acérrimo debate interno, obrigando a uma posterior clarificação do então Ministro da Relações Externas nigerianas, Ojo Maduekwe, segundo a qual Yar'Adua pretendia dizer que os EUA deviam optar pela assistência, a uma eventual força de *stand by* de matriz africana (Abiodun Alao, 2011), posição corroborada posteriormente pelo próprio Yar'Adua⁶² (Abiodun Alao, 2011).

⁶¹ Na altura, o Secretário da Marinha dos EUA, Gordon England, disse que estavam ansiosos por aumentar as suas operações numa “região desgobernada” da África.

⁶² Na sequência disso, no que foi considerada uma operação de charme, a Nigéria perdoou a totalidade das dívidas da Libéria, conseguiu mobilizar o apoio de todos os países da região no seu repúdio ao projeto AFRICOM.

SECÇÃO II

QUADRO ANALÍTICO

Capítulo II - Fragilidade Estatal, Insegurança Regional e Relações Internacionais

II.1. Conceito de Estado Fraco

O Estado define-se como um agregado de instituições políticas que se ocupam da organização e dominação de um determinado território, em nome do interesse comum (McLean & McMillan, 1996). Esse objetivo é logrado graças fundamentalmente à posse de meios legítimos de coerção (mercê da partilha de valores e identidades entre os ocupantes de um determinado território), e à assunção de um conjunto de funções essenciais, nomeadamente a provisão do bem-estar, paz e segurança à população (Buzan & Wæver, 2003; Prys, 2010; Tilly, 1975), condição *sine qua non* à construção social da ideia do Estado, quer na mente dos governantes, quer na dos governados (Buzan, 1991b). Esta construção social do Estado repercute-se em legitimidade territorial, no sentido em que confere à população o direito de viver num território geograficamente demarcado e reconhecido pelo direito internacional⁶³, e ao Estado a legitimidade de exercer autoridade sobre esse mesmo território (Buzan, 1991b).

Os requisitos supramencionados afiguram-se eminentemente constrangidos, tratando de Estados fracos. Regra geral, esses Estados apresentam deficiências em um ou em todos os seguintes meios: materiais (força), institucionais (monopólio efetivo da soberania) e ideacionais (legitimidade)⁶⁴ (Buzan & Wæver, 2003; Herbst, 2013; Tilly, 1975). Trata-se de Estados que propendem a comungar as seguintes características: *i*) baixa coesão sociopolítica⁶⁵; *ii*) débil interação entre o governo e as outras instituições burocráticas; *iii*) fraco controlo do fluxo de programas políticos e económicos governamentais que acede às populações; *(4)* contexto doméstico caracterizado pela violência generalizada,

⁶³ Ao Estado é crucial que seja objeto de reconhecimento internacional (Jackson & Rosberg, 1982).

⁶⁴ O Estado é enformado por elementos *materiais (força)*, *institucionais (monopólio efetivo da soberania)* e *ideacionais (legitimidade)*, os quais se estruturam numa complexa relação com a sociedade. Se é verdade que a sua função primacial é assegurar a provisão de bens públicos (Tilly, 1979; Buzan e Wæver, 2003; Herbst, 2013), mormente a segurança, à população sob a sua soberania, de igual modo não deixa de ser menos certo que a realização dessa função é possível, em ampla medida, graças à instrumentalização da sociedade, que lhe proporciona os necessários recursos para o efeito (Prys, 2010; Francis, 2007).

⁶⁵ A robustez de um Estado mede-se sobretudo pelo grau de coesão sociopolítica interna, ou seja, o nível de integração entre a sociedade civil e o governo, o ponto em que a coerção do Estado deixa de ser necessária, no âmbito das suas relações com as pessoas.

pobreza, insegurança física, corrupção, dada à inexistência de canais institucionalizados por meio dos quais a população expressa o seu dissenso (Alden, 2014a; Roehrs, 2005).

Nos Estados fracos, o uso desmesurado da força, não poucas vezes, afigura-se o único recurso, sendo diretamente proporcional à ilegitimidade dos detentores do poder (Oskanian, 2010). A segurança nacional, privada da sua valoração sociopolítica, é definida em termos exclusivamente militares (Roehrs, 2005). A constituição da ameaça decorre da projeção da vulnerabilidade dos regimes políticos (Grant, 2010; Kelly, 2007; Söderbaum & Tavares, 2009) estabelecendo as bases para a institucionalização do autoritarismo (R. H. Jackson & Rosberg, 1982; Roehrs, 2005; Söderbaum & Tavares, 2009; Tavares, 2010). Outrossim, o subdesenvolvimento das instituições de segurança exponencia sumamente o recurso desmesurado ao elemento força. Muitas vezes, a mobilização militar toma precedência sobre o processo de fomento de consenso político suscetível de apoiar e legitimar a resposta governamental. (Roehrs, 2005). Ora, se os processos de securitização engendrados pelas elites políticas tendem a tomar a forma de um conjunto de medidas auto-protetoras e repressivas, a resposta da sociedade traduz-se na securitização do Estado como ameaça à sua segurança (Buzan et al., 1998).

Segundo Oskanian (2010), a legitimidade⁶⁶ reporta-se ao grau de aceitação oficial da estratégia de sobrevivência coletiva, dos valores e identidades intrínsecos, integrados, por sua vez, em discursos e práticas da sociedade. O Estado ilegítimo não consegue funcionar como o depositário de um conjunto dessas estratégias, não existe uma comunhão de identidade política suscetível de lhe permitir monopolizar a violência legítima, crucial para a estabilidade interna e a segurança dos indivíduos (Oskanian, 2010).

Os Estados com deficiências no elemento legitimidade, também designados de *inerentemente fracos* tendem a enfrentar estratégias coletivas de resistência que perpassam uma ampla secção da sociedade⁶⁷. Se é verdade que existem situações em que a deficiente internalização da estratégia de sobrevivência coletiva, por parte da sociedade,

⁶⁶ Quando a principal deficiência de um Estado se encontra no elemento legitimidade, o Estado em causa é designado de *inerentemente fraco* (Oskanian, 2010).

⁶⁷ A *instabilidade ostensiva* é intrínseca não só à natureza dos Estados frágeis, mas também ameaça Estados relativamente consolidados. A capacidade de o Estado, por exemplo, anular integralmente as várias estratégias de sobrevivência empreendidas por uma série de grupos, nomeadamente os criminosos, os secessionistas e separatistas, os terroristas, *inter alia*, não deixa de ser extremamente limitada (Oskanian, 2010).

ocorre em virtude da sua má definição, é certo também que, não poucas vezes, as variações nessa internalização não estão dependentes da ação política (Oskanian, 2010)⁶⁸.

A ilegitimidade estatal é suscetível de tomar duas configurações: a *horizontal*, sucedendo normalmente em contextos de heterogeneidade étnica ou religiosa, tendente a dar azo, igualmente, a uma instabilidade congénere, quando, por exemplo, grupos com tendências secessionistas se transformam em movimentos armados separatistas; a *vertical*, contexto em que a corrupção e a ilegalidade adquirem dimensões incrivelmente grosseiras, à medida que o Estado perde capacidade de reprimir as estratégias alternativas de sobrevivência promovidas por diversos atores, entre os quais rebeliões armadas, fações criminosas, grupos terroristas, entre outros. (Oskanian, 2010). Ambos os tipos de configurações podem ser encontrados em Estados fracos do continente africano⁶⁹.

O que difere a mera instabilidade do falhanço geral do Estado é que, neste último, ocorre a perda do monopólio legítimo e perdurável da violência, a denominada *soberania efetiva*. Esse monopólio da violência legítima demanda a existência de um equilíbrio entre a legitimidade e o uso da força, equilíbrio esse suscetível de ser perturbado não só por fatores endógenos – *e.g.* uso desmesurado da força, deficiente base ideológica, incompetência – como também exógenos – nomeadamente crises económico-financeiras, *inter alia* – com reflexos diretos na exacerbação da instabilidade (Oskanian, 2010).

A dificuldade em monopolizar a violência legítima perpassa tanto Estados falhados como ostensivamente instáveis. A diferença é que os primeiros normalmente não conseguem reassumir o controlo do poder, com grupos subestatais a estabelecerem-se, permanentemente, em parte do seu território. Nos segundos, o foco alternativo de legitimidade que se regista desafia o monopólio legítimo da violência, sem, contudo, traduzir na remoção da parcela do território do Estado (Oskanian, 2010).

⁶⁸ Ou seja, malgrado uma clara definição da identidade coletiva e dos valores do Estado, surgem resistências vindas de grupos dotados de valores e identidades díspares, normalmente grupos étnicos e religiosos, que normalmente securitizam o Estado como uma ameaça aos seus valores e identidades (Buzan, 1991).

⁶⁹ O colapso é uma ameaça que está sempre presente num Estado verticalmente ilegítimo, porquanto é-lhe, amiúde, negado o exercício da soberania positiva pelas fações criminosas, senhores de guerra, entre outros, ainda que sem a reivindicação do secessionismo. A ilegitimidade horizontal pode conduzir à fragmentação do Estado jurídico.

Nos últimos anos, haja vista um conjunto de transformações havidas no sistema internacional, nomeadamente o fim da Guerra Fria, o início do processo de globalização⁷⁰ e, mais recentemente, os ataques às torres gêmeas de Nova Iorque, temos vindo a presenciar um renovado interesse relativamente à questão dos Estados fracos, enquanto fatores de insegurança regional e internacional (Harpviken, 2010)⁷¹.

II.2. O Estado Africano: Soberania Negativa, Clientelismo e Neopatrimonialismo

O Estado, enquanto poder, no sentido maquiavélico, enquanto estrutura legítima de dominação, ou como base de legitimidade, em linha com a teorização de Weber, Hobbes, e Hegel, respetivamente (Evans, Ruescheneyer, & Stocpol, 1985; Porter, 1993; Tilly, 1975), encontra difícil aplicação em grande parte dos Estados africanos. Em África, os atributos fundacionais do Estado têm sido contestados, apropriados e subvertidos por diferentes atores e instituições – senhores da guerra, grupos secessionistas, redes criminosas transnacionais e, mais recentemente, grupos terroristas islâmicos (Chabal & Daloz, 1999).

Para Taylor & Williams (2008), a fragilidade do Estado africano traduz-se, entre outras coisas: na *institucionalização do clientelismo*; na *centralização do poder em torno da figura do presidente*; e na *coexistência do autoritarismo com outros regimes híbridos*. A primeira manifesta-se na troca de favores e acesso privilegiado aos recursos estatais. Neste quadro, as elites políticas mobilizam um grande esforço para a reprodução de um sistema que permite o uso vantajoso dos recursos em benefício próprio e da sua clientela (Taylor & Williams, 2008). A governação, em contexto de Estados fracos, reflete uma ação de equilíbrio, cada vez mais difícil, visando a manutenção de um certo grau de estabilidade política, através da satisfação dos apoiantes do regime, ao mesmo tempo que

⁷⁰ O novo “regionalismo”, com o seu enfoque no papel e na responsabilidade da cooperação regional no domínio da prevenção de conflitos, diplomacia da paz, manutenção e construção da paz, surge, de certa forma, como consequência dessas transformações (Hettne, 1994; Mansfield & Milner, 1999; Schulz, Soderbaum, & Ojendal, 2001; Väyrynen, 2003).

⁷¹ A globalização traduziu num maior fluxo de informação, capital e pessoas entre os Estados. O fim da Guerra Fria refletiu na emergência de um sistema internacional unipolar. Contudo, esse sistema pode estar a dar lugar à multipolaridade, contexto em que o poder dos EUA é desafiado por outras potências, pelo menos no plano regional. Alguns teóricos sugerem que estamos prestes a entrar num sistema internacional não polar, em que inúmeros atores (não só estatais) possuem diferentes tipos de poder (Haas, 2008). Os ataques terroristas em Nova Iorque, em 2001, deram azo a uma profunda preocupação da comunidade internacional relativamente à problemática dos Estados falhados enquanto *safe heavens* para as organizações terroristas (Harpviken, 2010).

se procura enfraquecer e dominar os oponentes com recurso a ameaças e violência física (Chabal & Daloz, 1999).

A segunda traduz-se em sistemas de dominação pessoalizados quase absolutistas. O poder é controlado com o recurso a práticas patrimoniais, pois a monopolização do Estado é fundamental para se ser próspero – daí o universo político ser encarado como um jogo de soma zero (Taylor & Williams, 2008)⁷², onde o Estado assume-se como um campo de batalha através da qual se logra a dominação política e económica – exercida sem qualquer preocupação com a segurança das pessoas (Taylor & Williams, 2008). A história de grande parte dos Estados africanos está intrinsecamente relacionada com a luta, na sua versão mais primária, pelo poder e pela sobrevivência dos regimes, no quadro da qual questões fundamentais como a democracia, a par da segurança interna e o desenvolvimento sustentável, malgrado crescentemente mobilizadas no quadro retórico, são constantemente marginalizadas pela governação. A construção de um projeto hegemónico que compreenda o desenvolvimento nacional, a par de uma economia produtiva abrangente não está entre as principais preocupações dos governantes⁷³. As reformas democráticas, caso sejam levadas avante, podem ser contraproducentes à manutenção do conveniente *statu quo* (Taylor & Williams, 2008). A fragilidade do Estado africano, segundo Bach (1995) e Herbst (2013), traz consequências dramáticas para os africanos, dado que, por um lado, há, numa erosão tremenda dos atributos do Estado, uma transferência de riqueza, autoridade e comércio para uma variedade de atores sub-estatais – famílias, tribos, clãs, grupos criminosos, entre outros. –, que tomam para si a tarefa de preencher o vácuo, e por outro, abre espaço a uma configuração política no seio da qual se têm proliferado e institucionalizado um conjunto de fenómenos – *inter alia*, clientelismo, patronagem, corrupção, cleptocracia (Buzan & Wæver, 2003).

⁷² Teoria dos jogos é um ramo da matemática aplicada que estuda situações estratégicas onde os jogadores escolhem diferentes ações na tentativa de melhorar seu retorno. Inicialmente desenvolvida como ferramenta para compreender o comportamento económico e depois usada pela Corporação RAND para definir estratégias nucleares, a teoria dos jogos é hoje utilizada em diversos campos académicos. A partir de 1970, passou a ser aplicada ao estudo do comportamento animal, incluindo evolução das espécies por seleção natural. Devido ao interesse em jogos como o dilema do prisioneiro iterado, no qual interesses próprios e racionais prejudicam a todos, a teoria dos jogos vem sendo aplicada em diversas áreas – ciências políticas, ciências militares, ética, economia, filosofia, recentemente, no jornalismo, área que apresenta inúmeros e diversos jogos, tanto competitivos como cooperativos. Finalmente, a teoria dos jogos despertou a atenção da ciência da computação que a vem utilizando em avanços na inteligência artificial e cibernética.

⁷³ Para Fatton (1998), a ausência de uma burguesia hegemónica alicerçada numa base económica estável, sólida e independente, bem-sucedida na acumulação de capital, levou a que a política africana se tenha transformado numa batalha material.

Esse autoritarismo, amiúde, coexiste com outros regimes *híbridos*, onde os mecanismos informais de autoridade política camuflam-se com adornos da ordem racional⁷⁴ intrínseca ao Estado moderno, tais como a burocracia, as leis formais e instituições do sistema legal racional weberiano, com o intuito de dar a aparência de uma certa legalidade, porém subvertidas sempre que constituam barreiras aos objetivos do regime (Chabal & Daloz, 1999)⁷⁵. Os Estados técnicos racionais⁷⁶ baseiam-se na distinção liberal entre o público e o privado (Francis, 2007). Contudo, estas esferas resultam inseparáveis em muitos Estados africanos (Francis, 2007). Os interesses pessoais anulam a burocracia estatal, pois a primeira preocupação dos atores do aparelho pseudo-burocrático é assegurar emprego, segurança e prosperidade para si e para os seus, nos marcos de uma lógica que distorce o que deveria ser o seu papel de ator burocrático racional (Francis, 2007), o qual se espera que seja leal ao Estado e não ao regime.

- *Determinantes da Crise do Estado Africano*

Aproximadamente sete décadas após o início da descolonização, a formação e a construção do Estado africano resultam problemáticas. A maior parte é extremamente frágil, alguns são falhados, outros colapsados. Mas afinal, como se explica a crise do Estado africano?

- a) *Marcas do Imperialismo Europeu*

Antes da colonização europeia, o controlo político, em grande parte da África, recaía não tanto sobre o território, quanto sobre as pessoas (Clapham, 1996; Herbst, 2013; Kaplan, 1994). As comunidades predispunham-se a engendrar obrigações nominais e alianças com vários centros políticos – a soberania tendia a ser repartida (Clapham, 1996; Herbst,

⁷⁴ O surgimento de regimes híbridos responde, em parte, à crescente pressão sistémica visando reformas democráticas, sem as quais se torna eminentemente difícil o acesso à ajuda externa ocidental (Taylor & Williams, 2008).

⁷⁵ Face a esse quadro, Herbst (2013) afiança que as políticas desenvolvimentistas prescritas para o continente, ainda que exequíveis noutras paragens, acabam por resultar ineficazes, porquanto concebidas no pressuposto de que os Estados africanos possuem uma lógica de funcionamento similar à dos Estados modernos.

⁷⁶ Em lugar do que Weber designa de Estados técnicos racionais, onde, por exemplo, a autoridade é delegada aos oficiais públicos, e a administração estatal se estriba num aparato burocrático efetivo, impera a patronagem a corrupção e o nepotismo, práticas que corrompem e subvertem as instituições do Estado (Chabal & Daloz, 1999; Clapham, 1996; Francis, 2007).

2013; Kaplan, 1994).⁷⁷ No sistema colonialista, a governação indireta implicou a coexistência de duas autoridades tendencialmente antagónicas dentro do Estado, a nativa e a colonial (Mazrui, 1986). As unidades administrativas faziam tábua rasa das afinidades étnicas, linguísticas, religiosas e das lealdades estabelecidas entre as populações pré-coloniais⁷⁸ (Clapham, 1996; Kaplan, 1994). A diferenciação identitária traduzia em relações pautadas pela indiferença, rivalidade e/ou inimizade entre os diferentes grupos, que eram governados, em parte, pelas instituições nativas (Mazrui, 1986).

A rapidez com que se processou a descolonização, à qual seguiu a implementação do modelo de organização política e estratégias de desenvolvimento económico ocidentais, minou a emergência de estruturas de autoridade estribadas em princípios racionais e legitimadores (Mazrui, 1986), comprometendo a necessária coesão interna estatal (Buzan & Wæver, 2003). A própria soberania de viés territorial traduziu-se num severo rompimento com as configurações e práticas políticas tradicionais vigentes no período pré-colonial (Clapham, 1996; Herbst, 2013; Kaplan, 1994).

Os líderes políticos herdaram um sistema estatal onde o controlo político se baseava na extração de recursos e na dominação da sociedade. Confrontados com as limitações relativamente ao exercício do poder, enveredam pela replicação do controlo autoritário e burocrático de índole colonial (Herbst, 2013). Apesar de não conseguirem aceder a padrões de exercício do controlo político vestefaliano advogados por Weber, Montesquieu, Rousseau e Locke, malgrado todo o aparato burocrático e institucional -, parlamento, partidos políticos, constituição, tribunais, *manu militari*, etc. (Herbst, 2013), mostram-se inexoravelmente relutantes em procurar modelos alternativos, crescentemente advogados por teóricos africanistas. Na verdade é preciso notar que o *statu quo* proporciona aos Estados africanos o ansiado reconhecimento jurídico, no

⁷⁷ Ayoob (1995) põe a tónica no domínio económico, sugerindo que o imperialismo teria adiado indelevelmente o que, de outro modo, seria um processo normal de desenvolvimento económico africano, ao ter comprometido a emergência de uma burguesia comercial e industrial. A esse descarrilamento do processo de evolução económica, igualmente, subjaz o fomento por parte da metrópole de produções agrícolas para fins comerciais (*cash crops*), em detrimento de uma agricultura de base alimentar, estabelecendo um enquadramento [de subalternidade] através do qual os Estados africanos se viam integrados na economia de mercado global.

⁷⁸ Por exemplo, a variável “soberania territorial”, fundamental para a caracterização do Estado moderno, não era indispensável no modelo de organização política pré-colonial. Conforme salienta Clapham (1995), nesse período predominavam estruturas de organização com contornos afins ao projeto vestefaliano, mas circundadas por vastas áreas que escapavam ao controlo soberano. Neste sentido, Kaplan (1994) sugere que o colonialismo e a descolonização correspondem mais a interlúdio do que uma transformação permanente do pré-modernismo para o modernismo

quadro do concerto das nações, além de que, entre a elite africana, prevalece a ideia de que essa forma de organização política veio para ficar (Herbst, 2013).

b) Fator Tempo

O processo de construção estatal é longo e não tem metas temporais pré-estabelecidas. Ao arrepio do Estado vestefaliano, cuja construção demandaria vários séculos, também preenchidos de sofrimentos, mortes, perdas de direitos, o Estado africano é relativamente novo (Tilly, 1975). É-lhe exigido que consiga fomentar políticas participativas, gerar desenvolvimento económico, manter a ordem social e civil, e exercer o controlo territorial, tudo isso, numa fase precoce do seu desenvolvimento. Ora, as exigências e as expectativas intrínsecas à construção estatal, quer do ponto de vista doméstico, quer do externo, são difíceis de se cumprir num período temporal tão exíguo, diz Ayoob (1995).

A natureza, de certa forma, caótica do Estado africano resulta, em parte, de um processo de construção estatal extremamente forçado e desequilibrado. Nesse desequilíbrio, segundo Ayoob (1995), radica a instabilidade crónica ubíqua no continente. A eclosão de contextos de violência e de insegurança decorre, sobretudo, do facto de a estratégia empreendida pela classe política visando alargar e aprofundar o alcance do Estado esbarrar em interesses políticos, económicos e sociais de outros grupos, nomeadamente a contra-elite.

Para Ayoob (1995), ao contrário do processo de construção dos Estados europeus, no quadro do qual se procurou terminantemente extrair recursos e acumular poder, sem qualquer preocupação com as exigências da distribuição económica e participação política, exceção feita a uma camada residual e privilegiada da população, os Estados africanos confrontam-se com pressões relativas à participação política e distribuição económica, prejudicando assim o processo de construção estatal. Segundo Charles Tilly (1975), os *state-makers* europeus construíram o Estado vestefaliano impondo-lhe um forte governo nacional, e só *a posteriori* se deu a massificação política. Em África, ambos os processos ocorrem simultaneamente. Daí o dilema clássico com que se confrontam os governantes africanos: como satisfazer as demandas populares e os imperativos do *state-building* de forma simultânea? E como utilizar a autoridade coerciva com o intuito de assegurar a ordem social e política interna, sem que ela atinja níveis inaceitáveis, no

contexto de uma população, cada vez mais, imbuída de noções como respeito pelos direitos humanos, participação política e justiça social? Esse dilema governativo tem colocado muitos governantes africanos em estado de alerta *vis-à-vis* a determinados segmentos populacionais e sociais, designadamente a população urbana⁷⁹, dado o tipo de ameaça que representam para a estabilidade política e sobrevivência do regime (Francis, 2007).

c) Política da Guerra Fria e a Relevância da Soberania Jurídica

Ao terem acedido à independência no decorrer da Guerra Fria, os Estados africanos funcionaram, simultaneamente, como peões e palcos no contexto da disputa entre as potências globais. Isso teve profundos reflexos ao nível da limitação das suas alternativas e opções políticas⁸⁰. A rivalidade Este-Oeste daria azo a um sem número de regimes fantoches, aos quais eram proporcionados assistência económica e militar com o intuito de se manterem fiéis às bases ideológicas em confronto (Francis, 2007). A divisão da África em duas esferas de influência ideológica esteve na base do surgimento e da proliferação de uma miríade de guerras por procuração, que a devastaram durante muitos anos. Registe-se que subjacente à projeção da rivalidade ideológica estaria a congénere comercial e económica para cujo desfecho, acreditava-se, os minerais estratégicos pudessem ter uma importância extrema. Outrossim, não se olvide o facto de as grandes potências, amiúde, precisarem de suporte político de pequenos Estados, no quadro das mais diversas configurações internacionais multilaterais, a fim de legitimarem eventuais ações que, de outro modo, seriam extremamente difíceis de levar avante.

Para além da subserviência aos interesses externos, a Guerra Fria faria com que os líderes africanos evidenciassem uma enorme relutância em engendrar um enquadramento securitário endógeno (Francis, 2007).

⁷⁹ O mundo rural vê-se usualmente encorajado a manter-se leal ao regime, através de relações clientelistas. Assim, as instituições do Estado, o aparelho militar e securitário, tornam-se importantes instrumentos para a coação ou repressão da oposição nas mãos da elite.

⁸⁰ Para uma melhor discussão da história dos países africanos, no quadro do sistema internacional, vide: Darwin, J., “Africa and International Politics since 1945: Theories of Decolonization”, in Woods, N., (ed), *Explaining International Relations Since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 1996; e Harberson, J. e Rothchild, D., (eds), *Africa in World Politics: Post-Cold War Challenges*. San Francisco: West View Press, 1995.

Outro aspeto merecedor de realce é a atribuição do conceito vestefaliano de soberania às novas configurações políticas libertas do jugo ocidental, malgrado carecessem da vertente positiva do conceito (R. Jackson & Rosberg, 1982). Isso contrasta-se com a prática tradicional em que os Estados, primeiro, se constituem como realidades empíricas, e só *a posteriori*, adquirem o estatuto de personalidades legais. Para R. Jackson & Rosberg (1982), a atribuição de *soberania jurídica* aos Estados africanos, ao legitimar externamente a classe política africana, refletiria inexoravelmente na perpetuação da corrupção, do clientelismo e do subdesenvolvimento da África.

d) Sobrevivência Estatal e Políticas de Declínio

Os fatores externos tiveram um enorme peso, nomeadamente as políticas das grandes potências, no atual quadro caótico que caracteriza a maioria dos Estados africanos. Porém, a elite política africana tem a sua quota-parte de responsabilidade. Clapham (1998) é de opinião que a experiência prática de transposição do sistema estatal vestefaliano para a África conduziu à subversão da soberania em ordem a servir a agenda privada das elites do Estado. Numa luta constante visando a afirmação do poder e a consolidação do regime, a autoridade política caminharia gradualmente para uma crescente pessoalização, baseada na acumulação patrimonial e no clientelismo, ao arrepio da desejável institucionalização (Francis, 2007). A etnicidade e as crenças religiosas são alvo de instrumentalização política, traduzindo em tensões políticas e conflitos, afetando a unidade nacional, a ordem política e civil, e a capacidade de os governos exercerem o controlo da soberania⁸¹.

II.3. Potências Globais, Estados Frágeis e Regiões Instáveis

O interesse pela problemática da segurança regional ganhou acrescida proeminência, passando a fazer-se acompanhar por uma nova retórica, após a queda do Muro de Berlim. Um crescente leque de autores abraçam um espírito de pluralismo intelectual, culminando na emergência de novos paradigmas teóricos, entre os quais o *novo regionalismo*, corrente que sublinha a autonomia analítica do nível regional (Hettne, 1994; Hurrell, 1995; Lake

⁸¹ A soberania, como sugerem Jackson & Rosberg (1982), está amplamente dependente de um conjunto de fatores, nomeadamente o grau de legitimidade e autoridade internas, o aparato do poder e a forma como o mesmo auxilia a governação, as circunstâncias económicas, etc.

& Morgan, 1997; Mansfield & Milner, 1999), com especial acuidade para a perscrutação das dinâmicas de segurança.

Tal facto configurou um novo cenário onde o nível regional assume-se como um minissistema para a experimentação das teorias sistémicas tradicionais (Kelly, 2007), no que às dinâmicas de segurança concerne, na sequência da dedução teórica empreendida por académicos como Barry Buzan, David Lake, Douglas Lemke, Bjorn Hettne, entre outros. Estes apresentam apreciações bastante similares a propósito das regiões, as quais passam a ser definidas tendo como enfoque analítico o fator “segurança”. Buzan e Wæver (2003), a título ilustrativo, expressam a ideia de que as regiões se caracterizam por serem subsistemas territorialmente coerentes com padrões de securitização estatal fortemente interligados, e permeados por relações de amizade e inimizade interestatais de matriz eminentemente identitária e histórica.

Sumariamente, as operações analíticas que dão corpo este “*novo regionalismo*” assentam em três pressupostos: *a) primeiro, a porosidade dos sistemas regionais, traduzindo, entre outros, num recrudescimento de constrangimentos sistémicos sobre as dinâmicas regionais (Buzan e Wæver, 2003); b) segundo, o pressuposto de que a proximidade geográfica exponencia os dilemas de segurança regionais, que podem ser distintos de região para região (Buzan e Wæver, 2003); c) o terceiro pressuposto é o de que CSRs preenchidos por Estados fracos ocasionam percepções de insegurança interestatal específicos, os quais subsumem amplamente as eventualmente existentes vis-à-vis o panorama extrarregional (Kelly, 2007).*

A conflitualidade é algo que está latente aos CSRs de Estados fracos. Os focos de instabilidade intrínsecos a esses Estados tendem a se perpetuar, sobretudo, em razão da natureza arbitrária subjacente à delineação do território estatal, a qual faz tábua rasa às configurações nacionais (Miller, 2005). Daqui resulta uma competição feroz entre subgrupos com lealdades e identidades distintas, desafiando o Estado, que é, amiúde, entendido como uma configuração política externamente imposta.⁸² As insurgências,

⁸² Mesmo muitos Estados do denominado Segundo Mundo apresentam dificuldades em termos de controlo efetivo da sua soberania. Apesar de deterem forte capacidade coerciva e infraestruturas adequadas, a maioria sofre de enormes problemas ligados à legitimidade. Com o fim da Guerra Fria, esses outrora imponentes Estados se desmoronaram da noite para o dia. Muitos dos seus sucessores continuam a ser Estados fracos. Ayoob (1995) e Job (1992b) sugerem que estes Estados se encontram num processo de construção nacional, com o consequente estresse no uso doméstico da força.

convulsões sociais, golpes de Estado, conflitos étnicos, bem como os fluxos de refugiados que provocam, regra geral, expandem-se para lá das fronteiras do Estado de origem, potenciando-se em virtude de uma intrincada rede de solidariedades étnicas, aliada à porosidade das fronteiras. Desta situação emerge uma extensa rede de relações estatais, pautadas simultaneamente por relações hostis e cooperativas (mas nem sempre positivas, do ponto de vista da estabilização regional) (Francis, 2007). Tudo isso contribui para que se mantenha válida a constatação de que os Estados fracos representam uma séria ameaça à segurança regional e internacional (Kovacević, 2011).

A interdependência não demanda necessariamente conflitualidade (Buzan, 1991b). Em muitas regiões, a natureza complexa e fluida das ameaças domésticas está na base do engendramento de arranjos cooperativos vocacionados para a promoção da estabilidade regional, dos quais a CEDEAO é um dos exemplos mais proeminentes. Segundo Kelly (2007), em contextos regionais do género, normalmente as mecânicas tradicionais dos dilemas de segurança veem-se relegadas para o segundo plano, face à contundência das ameaças intra-estatais. A guerra é um luxo que muitos Estados fracos não conseguem suportar (Ayoob, 1995; Lemke, 2012; Benjamin Miller, 2005); sem a resolução dos seus problemas internos, ela torna-se duplamente perigosa⁸³.

Impõe-se notar que as dinâmicas de segurança nos CSRs do Terceiro Mundo não se esgotam nas interações securitárias envolvendo atores regionais. De 1945 a esta parte, esses CSRs veem sendo alvo de profundos constrangimentos advenientes das operações de balança global de poderes e rivalidades levadas a cabo pelas potências globais, traduzindo numa inevitável interação entre o global e o regional (Ayoob, 1999).

Há uma tendência natural para que as grandes potências se envolvam em diversas regiões do globo, principalmente quando estas possuem amplos recursos energéticos ou valência estratégica. O termo “*envolvimento*” pode ser geralmente descrito como uma modalidade e dimensão de influência política de um ator num definido cenário regional, conceito afim ao que Cantori & Spiegel (1970) definem como sistema intrusivo. Seguindo a mesma linha, Buzan & Wæver (2003) reiteram essa simbiose existente entre os CSRs e o sistema global, que asseguram materializar-se através da penetração, que mais não é do que

⁸³ Mesmo em caso de vitória, não deixa de ser ameaçadora (Kelly, 2007). As populações conquistadas expõem a questão da crise de ilegitimidade, e instituições raquíticas carecerão de capacidade infraestrutural e coerciva para dominar territórios desgovernados.

alinhamentos securitários empreendidos entre atores regionais e potências globais. Para esses dois académicos, nos CSRs enformados por Estados fracos, a *penetração* costuma tomar a forma de *overlay*, isto é, numa avassaladora e permanente presença de uma potência extrarregional, acompanhada de fortes dispositivos militares, suscetíveis de impedir ou distorcer a evolução das dinâmicas de segurança locais (Buzan & Wæver, 2003).

Académicos como Katzenstein (2005), Mearsheimer (2001), Acharya (2007), e.g., sugerem que o nível sistémico tende a dominar as instituições e assuntos regionais, admitindo variações em função de especificidades intrínsecas a determinados contextos geopolíticos. Para Katzenstein (2005), os CSRs são espaços porosos, haja vista a globalização e a internacionalização⁸⁴, distintamente institucionalizados e hierarquicamente ligados aos “*core states*”, sob o manto do império americano⁸⁵. Como sugere o autor, os EUA são a única potência com capacidades de projeção de poder a nível global. Para Buzan e Wæver (2003), as potências globais afiguram-se cruciais na moldagem das opções dos demais Estados, visando a projeção de influências e rivalidades no seio do resto do sistema (Buzan & Wæver, 2003). Oskanian (2010), por seu turno, mantém que elas têm transformado constantemente os antagonismos intra-regionais, através de simples interações ou dominação direta.

O envolvimento das grandes potências em CSRs é melhor compreendido se o colocarmos num continuum que vai de “desinteresse” ou “pouco envolvimento”, passando por “envolvimento instrumental”, até “identificação⁸⁶”(Ayoob, 1999). Dentre estas quatro

⁸⁴ A globalização tem-se evoluído, sobretudo, em resposta ao desenvolvimento tecnológico e à proliferação de atores e processos não-territoriais, designadamente corporações multilaterais e organizações. Já a internacionalização se reporta a interações de índole territorial, na sequência das quais a soberania nacional é objeto de alguma mitigação, mas nunca é transcendida. Visto que nenhuma região está imune a esses dois processos, no verbo de Katzenstein (2005), não é possível haver blocos autárquicos ou exclusivos, no Mundo das Regiões.

⁸⁵ As grandes potências, por exemplo, exercem um papel fundamental na manutenção da ordem hegemónica, não só através de um firme apoio aos objetivos da superpotência, mas também em virtude da interferência direta em assuntos de outras regiões.

⁸⁶ O envolvimento das grandes potências baseado na estreita identificação com a região na qual não estão fisicamente localizadas tem sido exceção à regra. Presentemente, está limitado primeiramente ao envolvimento americano na Europa Ocidental, e é institucionalizado por intermédio da NATO. Se, por um lado, isto cria uma situação de quasi-hegemonia, por outro, a hegemonia toma a responsabilidade de prover bens coletivos nas arenas securitárias e do bem-estar. Ela procede desse modo porque perceciona a sua segurança e o bem-estar como inseparável da segurança e bem-estar da região em causa. Tal identificação não se estende às relações das grandes potências com o resto do mundo. Aqui o envolvimento tende a ser de carácter instrumental, sendo refém dos cálculos unilaterais das grandes potências. Tal facto, normalmente, prejudica as perspetivas de construção de uma sociedade regional.

modalidades de relacionamento, o envolvimento instrumental afigura-se o mais prejudicial para a estabilidade regional, tendo sido particularmente proeminente durante o *overlay* sistêmico, que seguiu o fim da II Guerra Mundial (Buzan e Wæver, 2003). O objetivo das potências não era tanto o desenvolvimento regional, quanto a prossecução dos seus interesses estratégicos relacionados com o confronto ideológico⁸⁷ (A. T. Albert & Dahida, 2013; Herbst, 2013; Quirk, 2017). Daí o amplo comprometimento das mesmas com a acomodação de regimes tirânicos, corruptos e autoritários, em vários CSRs, disponibilizando-os armamento e *expertise* necessários ao esmagamento das contestações internas (Rotberg, 2010), com o efeito de exponenciarem a violência generalizada, nacional e regional (A. T. Albert & Dahida, 2013). Uma das questões que vem assumindo contornos preocupantes decorre do facto de muito do armamento disponibilizado às forças de segurança estatais, quer durante o confronto bipolar, quer na contemporaneidade, tem acabado por chegar às nas mãos das forças rebeldes ou grupos ligados ao crime organizado, quando as forças governamentais são capturadas, ou, pior ainda, quando é vendido ou alugado pelos próprios militares (Rotberg, 2010).

Esse padrão relacional global/regional ainda persiste em muitos CSRs, ainda que as motivações que lhe subjazem se tenham alterado. Mais do que ideológicas, elas hoje são de índole eminentemente económicas (R. H. Jackson & Rosberg, 1982) ou utilitárias, na aceção de Ayoob (1999). Contudo, a tendência de as potências globais continuarem a sustentar regimes autoritários ainda persiste, porquanto beneficiam da exploração desenfreada e desregulamentada dos recursos naturais estratégicos, em abundância em muitas regiões do globo. Os recursos financeiros e militares proporcionados por essas potências tem-se traduzido num recrudescimento das capacidades coercivas de regimes ilegítimos, ampliando a sua resiliência face a ameaças domésticas (Ayoob, 1995, 1999; Clapham, 1996; David, 1991; Kassab, 2015; Quirk, 2017; Thomson, 2016). Nos Estados fracos, a conjugação entre a necessidade de assistência económica e militar externa, por

⁸⁷ As superpotências estavam mais interessadas em áreas que lhes proporcionassem posição estratégica para ataques, em caso de um eventual conflito. Isto é diferente das alianças, onde as ameaças são de origem externa (outro Estado ou grupo de Estados), e os Estados envolvidos se alinham com o fim de protegerem os seus respetivos interesses nacionais e sobrevivência territorial. As implicações políticas disto é que os profissionais devem esperar que os líderes dos Estados fracos procurem ativamente assistência de padrões externos, quando estão sob uma ameaça existencial no domínio interno. Similarmente, devem esperar, igualmente, a provisão de assistência (alinhamento), por parte das grandes potências, num contexto em que as ameaças domésticas afetam os interesses da mesma.

parte dos líderes políticos, e a personalização das lideranças significa que alterações na estrutura de poder conduzem quase sempre a profundas mudanças na política externa. Esta estrutura proporciona às potências externas grandes incentivos para se interferirem na política doméstica desses Estados (Buzan e Wæver, 2003). Desta forma, mantém-se válida a asserção de Reno (1998) segundo a qual o engajamento económico externo, paradoxalmente, tem uma grande responsabilidade no enfraquecimento da autoridade dos Estados fracos, como os africanos, ao reforçar uma privatização desenfreada da economia local em benefício dos líderes patrimoniais e senhores da guerra (Buzan e Wæver, 2003).

A lógica subjacente à penetração das potências globais nos enquadramentos regionais do Sul Global pode, até certo ponto, ser perscrutada sob o ângulo da teoria do Sistema-Mundo, a qual advoga que os Estados fracos, integralmente pertencentes à periferia do globo, estão numa posição de subordinação *vis-à-vis* às potências globais do centro do sistema capitalista, no que às relações económicas concerne (Ehteshami & Hinnebusch, 1997). A economia de a maioria desses Estados baseia-se fundamentalmente na extração e comércio de *commodities* primários, dependendo do exterior para a aquisição de produtos manufaturados. Segundo David (1991), a estrutura governativa, em contexto de Estados fracos caracteriza-se por ser extremamente débil. Os governantes tendem a carecer de legitimidade alargada *vis-à-vis* à população confinada dentro dos limites territoriais do Estado, e, além disso, têm que fazer frente a um lastro de ameaças à sobrevivência do regime. Esse facto desempenha um papel determinante no seu relacionamento com as potências globais. O cálculo racional desses governantes relativamente ao nível de comprometimento das potências globais com a sua segurança precede quase sempre os interesses do Estado. Daí que, o mais das vezes, a cooperação, mormente económica entre os Estados fracos e as grandes potências nunca é uma situação de *win-win*. De todo modo, desconsiderar os interesses das potências globais, amiúde, está longe de ser uma opção se esses governantes quiserem manter-se no poder. As ilustrações mais proeminentes do supradito ocorreram com alguma regularidade aquando do Conflito Bipolar em várias geografias regionais, com as potências globais a instrumentalizarem e armarem dissidentes domésticos visando a deposição de regimes não-cooperantes (Holslag, 2011). Um outro tipo de envolvimento sistémico nos enquadramentos regionais toma a forma de operações de paz da ONU, nas quais as potências globais têm tido posições de liderança.

Lake & Morgan (1997) argumentam que o concerto⁸⁸ das grandes potências assume-se como relevante instrumento em termos de paz e segurança regionais. Porém, essas intervenções, amiúde, catalogadas de humanitárias, podem ser ineficazes e, não raras vezes, contraproduativas – como nos é amplamente evidenciado pela história – na ausência de um sério comprometimento desses atores com a paz regional (Doyle & Sambanis, 2000; Fortna, 2004).

O ataque de 11 de setembro de 2001 adicionou um novo vetor no quadro da interação entre o sistema e as configurações regionais, no que às dinâmicas de segurança internacional concerne – o combate ao terrorismo. Esse reforço interacional baseou-se no pressuposto de que os Estados fracos proporcionam um ambiente propício à emergência e desenvolvimento de organizações terroristas, cujas ações têm consequências globais (Coning, 2007; Newman, 2009). No contexto oeste-africano, região na qual a Al Qaeda tem, pelo menos, uma base logística (Andrés, 2008; Smith, 2004), o 11 de setembro implicou uma intensificação de contactos militares dos EUA com vários Estados da região, através da *Pan-Sahel Initiative* (PSI), um programa de treino contra o terrorismo destinado a países africanos, e a AFRICOM (Kurlantzick, 2009), mas também do *Sahara Regional Initiative* (SRI), *Trans-Saharan Counterterrorism Initiative* (TSCTI) (Farhaoui, 2013). O próprio *Millenium Challenge Account* (MCA)⁸⁹ pode, até certo modo, ser enquadrado dentro desse contexto (Lee, 2006).

II.4. Potências Regionais Frágeis e a Interação Sistema/Região

As apreciações sobre as potências regionais tendem a convergir no facto de emergirem como atores com grande impacto na gestão das dinâmicas de segurança regional, evidenciando uma transferência gradual de poderes para os subsistemas regionais, no pós-

⁸⁸ A segunda ideia é a de que, em alguns contextos regionais, uma grande potência pode ser o garante da segurança. Concertos não devem, contudo, ser percecionados como uma estratégia camuflada, engendrada pelas grandes potências na persecução dos seus interesses nacionais, num contexto aparentemente mais cooperativo. Concertos, i.e., coligações informais de Estados que abraçaram preocupações comuns, equipam a região com outros instrumentos de gestão de conflitos. Como o caso europeu nos demonstrou, concerto de Estados são, por exemplo, um terreno fértil para o cultivo de normas e valores comuns, de uma forma espontânea e não institucionalizada.

⁸⁹ Embora o MCA tenha sido projetado com fins humanitários, segundo Carbone, um dos principais *leitmotifs* subjacentes à sua criação não é a redução da pobreza nos países mais pobres do globo. Foi criado, sobretudo, em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001. Em sua essência, o MCA foi delineado no quadro da estratégia de segurança nacional dos EUA visando evitar o alastramento do terrorismo (Lee, 2006).

Guerra Fria. “Libertas” que estão dos constrangimentos sistêmicos, importa indagar como as potências regionais respondem ao envolvimento – seja económico, seja militar – das potências globais nas regiões onde estão inseridas.

Segundo Nel & Stephen (2008)⁹⁰, os Estados se interagem no contexto de uma ampla rede de relações e estruturas de poder e privilégio (distribuição de recursos, equilíbrio de ameaças e oportunidades, oscilações nos dilemas de segurança, canais institucionalizados de ação, *inter alia*), que se lhes extravasam as fronteiras, estendendo-se aos planos regional e sistémico – e cujos atributos determinam, de certo modo, a sua identidade, as opções e preferências dos governantes (Nel & Stephen, 2008). Assim, a resposta das potências regionais ao fenómeno penetração global está dependente não só do modo como percecionam essa estrutura de poderes e privilégios que enforma a ordem global mas também das suas capacidades de a influenciar (Nel & Stephen, 2008).

Ehteshami & Hinnebusch (1997) advogam que, por norma, no panorama político, as hegemonias regionais do Sul inclinam-se a obstaculizar a globalização das superpotências, porquanto avessas à penetração global, encarada como uma ameaça à sua soberania e ao seu estatuto regional. Só seletivamente têm aceite as normas e os regimes internacionais ocidentais, designadamente os relacionados com as reformas democráticas, *rule of law* e com o controlo de armamento, etc. Amiúde têm optado por engendrar alianças no quadro de uma estratégia que objetiva equilibrar a influência sistémica na região da qual fazem parte (Ehteshami & Hinnebusch, 1997).

Contudo, os mesmos autores asseveram que a resposta das potências regionais depende muito das “*contingências da economia política*” e da “*natureza dos regimes políticos*” (Ehteshami & Hinnebusch, 1997). Outras vozes, nomeadamente Hettne & Soderbaum (2000), afinam pelo mesmo diapasão, sugerindo que a forma como uma potência regional age, nomeadamente no domínio da assunção do papel que dela se espera na gestão da segurança regional, é influenciada, pelo menos parcialmente, pelos atributos materiais, institucionais e ideacionais que a circundam. Regra geral, os Estados do Sul, sejam potências regionais ou não, confrontam-se com graves deficiências ao nível desses

⁹⁰ No quadro da teoria das relações internacionais há um relativo consenso concernente à necessidade de se perscrutar os níveis local, regional e sistémico para um melhor entendimento dos fenómenos que perpassam o panorama das relações internacionais. Nel & Stephen (2008) sublinham a importância de diversos fatores, sobretudo materiais, institucionais e ideacionais, que operam nos três níveis analíticos, no quadro da teorização que desenvolvem sobre a política externa.

atributos. Pese embora evidenciem algum poderio económico, que resulta fundamentalmente da posse de recursos naturais estratégicos, suscetíveis de lhes permitir atenuar o estatuto de Estados periféricos, não deixam de estar numa posição de dependência económica e tecnológica *vis-à-vis* o centro (Buzan, 1991).

Note-se que muitas potências regionais se distinguem por serem, simultaneamente, Estados fracos (a Nigéria é um exemplo bastante ilustrativo), tanto do ponto de vista da coesão sociopolítica, quanto do ponto de vista do poder material. Esta marca distintiva reflete amplamente nas relações que estabelecem entre si e com Estados de outros espaços geográficos (Lemke, 2012), entre os quais as grandes potências.

Nel & Stephen (2008) são de opinião de que a política externa das potências regionais do Sul relativamente às grandes potências tende a ser ambígua, em virtude dos desafios securitários que enfrentam não só a nível doméstico como também regional⁹¹ (Nel & Stephen, 2008). Steven David (1991) advoga que os constrangimentos relacionados com o défice de coesão estatal tornam a lógica da política internacional no seio dos Estados africanos, incluindo as potências regionais, distinta da dos Estados consolidados, ao empreenderem, amiúde, estratégias de equilíbrio de poderes direcionadas para dentro do território doméstico, a que designa de *omni-balancing*, alinhando com, ou apaziguando, as potências extrarregionais visando fundamentalmente maximizar a segurança nacional do Estado, muitas vezes confundida com a do regime (Singer, 1991). Para os Estados fracos, quer sejam potências ou não, a segurança do regime encontra-se no topo da hierarquia de prioridades, dada a multiplicidade de ameaças que se lhes deparam, perpassando a interferência de Estados adjacentes, os movimentos secessionistas, os grupos insurgentes, a criminalidade organizada transnacional, o terrorismo *inter alia*. Nessa digladição pelo poder político, muitas vezes, as elites governamentais negociam a autonomia nacional em ordem a capitalizar o suporte externo (Buzan, 1991), com reflexos quase sempre nefastos para o Estado.

⁹¹ Algumas regiões são mais propensas a desenvolver situações de rivalidade e violência interestatal que, regra geral, surgem em razão da dificuldade que os Estados evidenciam em engendrar estratégias de equilíbrio de poderes, da ausência de instituições vocacionadas à gestão de conflitos e, acima de tudo, do que é usualmente designado de incongruência entre a fronteira política e a nação (Nel & Stephen, 2008). Tal facto está amiúde na origem de políticas externas ambíguas por parte das potências regionais do Sul *vis-à-vis* às grandes potências.

SECÇÃO III

ASCENSÃO DA CHINA E A ENTRADA NA ÁFRICA OCIDENTAL

Capítulo III – China e a Ordem Internacional

A emergência da China tem preenchido, de forma avassaladora, os debates e análises contemporâneos, no contexto da política internacional. Na perscrutação do papel que Pequim pretende e/ou pode desempenhar, no mundo atual, mister se torna retermos o seguinte: é gigante, está com pressa e tem atitude (Foot, 2006; Goldstein, 1997a, 1997b; Wall, 1996). O crescimento económico brutal apresentado, nestas últimas décadas, está longe de se afigurar um fenómeno aleatório. Trata-se de o culminar de um conjunto de reformas, que se iniciaram com a governação de *Deng Xiaoping*, com o propósito de contornar o evidente falhanço da experimentação maoista, e prosseguidas com sucesso pelas subsequentes governações.

Um grande número de análises têm incidido sobre as perspetivas de manutenção desse crescimento económico (Wall, 1996), e a consequente possibilidade (ou não) de a China vir-se a constituir numa ameaça à ordem internacional liberal e unipolar. Com o processo de desaceleração económica, decorrente da transição económica em curso, muitos são os que perspetivam a emergência de sérios obstáculos a essa alegada pretensão, obrigando-a a se conformar com a presente ordem (Goldstein, 2001). Esses são os otimistas. Do outro lado estão os pessimistas, para quem, adquiridas as necessárias capacidades materiais e ideacionais, a China adotará imediatamente uma postura revisionista (Goldstein, 2001).

III.1. Perspetiva Pessimista – China Potência Revisionista

A perspetiva pessimista é abraçada, sobretudo, por académicos realistas, particularmente os ofensivos. Os realistas partem do suposto de que a paz é efémera e o conflito a norma, no plano sistémico anárquico, dada a inexistência de uma autoridade supra-estatal capaz de resolver as disputas e impor-se nesse plano (Waltz, 1979). Nessas condições, é o poder material, em particular a força militar, a decidir a transformação dos padrões de relacionamento entre os Estados (Friedberg, 2005; Mearsheimer, 1994, 2001; Waltz, 1979). Em linha com os pressupostos realistas, a manutenção dos níveis de crescimento económico registados nas últimas décadas proporcionará a China amplas capacidades

financeiras e tecnológicas suscetíveis de traduzir em melhoria da quantidade e qualidade de armamento (Friedberg, 2005).

No verbo de Mearsheimer (2005), a experiência histórica comprova a tendência natural de as grandes potências ambicionarem ser hegemônicas em determinadas regiões do globo, não fosse o seu principal racional a maximização da sua quota de poder global e, em última instância, a dominação total do sistema internacional. Assim, espera-se que a China tente pôr em prática um conjunto de políticas e estratégias visando o recrudescimento do diferencial de poderes relativamente aos vizinhos, o que lhe permitiria, de certa forma, ditar as fronteiras do comportamento dos mesmos.

Ademais, como sustentam os realistas pessimistas, as potências emergentes caracterizam-se por serem problemáticas, ao ambicionarem revolucionar o *statu quo*, através, *inter alia*, do recrudescimento da securitização fronteiriça e a concomitante expansão territorial, do aumento do mercado, e da procura em aceder a matérias-primas e novas rotas de transporte. Outrossim, inclinam-se a defender os seus aliados e amigos, e promulgar valores que desafiam regimes internacionais estabelecidos (Friedberg, 2005). Mesmo que nenhum dos objetivos acima elencados integre as pretensões de Pequim, há que contar com os dilemas de segurança que o seu crescimento tem dado azo (Friedberg, 2005).

O supradito, segundo os realistas pessimistas, implicaria a implementação, por parte da China, de uma “Doutrina Monroe” face à presença dos EUA na Ásia, condição *sine qua non* para a recuperação da Formosa (Mearsheimer, 2005). Note-se que nenhum outro elemento da política da China tem inspirado tantas preocupações e desconfianças internacionais, como a sua abordagem às questões territoriais (Maxwell, 1971).

No entender de Mearsheimer (2005), a resposta natural da superpotência, dado não tolerar competidores, tomaria a forma de um conjunto de estratégias de contenção do poderio chinês, no contexto asiático, cujo resultado seria irremediavelmente a eclosão do conflito sino-americano. Twomey (2007), no entanto, acredita que o potencial de conflito poderá ser diluído, contanto que os EUA consigam gerir de forma cuidadosa e inteligente esse processo, recorrendo, simultaneamente, a estratégias de contenção, dissuasão e *enmeshment*.

O pessimismo não se esgota no âmbito da corrente realista. Está presente igualmente em determinados segmentos do construtivismo e do liberalismo. Estes últimos alertam para

a eventualidade de as pressões domésticas visando reformas democráticas traduzirem no reforço da retórica nacionalista, enquanto subterfúgio para a manutenção do *statu quo*, permitindo as elites forjarem bode-expiatórios e inimigos fictícios da nação (Friedberg, 2005). É na fase da transição do autoritarismo para a democracia que se regista maior probabilidade de os Estados entrarem em guerra (Friedberg, 2005). Sublinhe-se que o debate sobre o nacionalismo chinês é permeado por três assunções fundamentais: a sua orientação antiocidental, o seu carácter estatizante (ou seja, nacionalismo do Estado) e a sua ambição histórica e cultural (Guang, 2005). A estrutura do Partido Comunista Chinês (PCC) é normalmente encarada pelo pensamento político e estratégico ocidental como eminentemente militante e agressiva, e a China imprudente e, de certo modo, insensível no uso da força (Guang, 2005; Maxwell, 1971). Ademais, alguns liberais pessimistas sublinham o carácter conflitual intrínseco a certas características da democracia americana. Se é verdade que as democracias tendem a se relacionar pacificamente umas com as outras (Nye, 2007), é, igualmente, factual a sua aversão a outros sistemas políticos. Washington, advogam os liberais pessimistas, tem tido uma atitude relativamente agressiva para com o sistema político chinês. Além disso, não se tem coibido de sub-repticiamente prover assistência militar a alguns países que entende estarem sob ameaça chinesa, fazendo, nalguns casos, *tábua rasa* dos seus cálculos estratégicos. Para o bem e para o mal, os EUA são um país profundamente ideológico, e a sua política externa tem sido globalmente guiada pelos seus ideais, mesmo quando conflitua com os seus interesses materiais (Friedberg, 2005).

Os construtivistas pessimistas partem do suposto de que a repetição das interações estatais pode reforçar antigas identidades e estruturas sociais existentes. Conforme nota Wendt (2006), a tendência é para que qualquer estrutura de crenças e expectativas, uma vez estabelecida, se torne um facto social objetivo suscetível de reforçar certos comportamentos e desencorajar outros. Assim, em situações preenchidas por uma intensa competição e escassez de confiança, gestos abnegados visando a redução de tensões são propensos a más-interpretações ou explorações, tornando-os menos inclinados a se repetirem (Friedberg, 2005). Os participantes de um determinado sistema social podem também ter um forte desejo de manter as “identidades de papéis relativamente estáveis”, em parte, por causa da necessidade psicológica de minimizarem a incerteza e a ansiedade. Os contactos frequentes com o “Outro”, em relação ao qual a nossa identidade se vê

desafiada, tendem a produzir percepções de ameaça, que dão azo a resistências à transformação do *self* e à mudança social (Friedberg, 2005). O construtivismo advoga a possibilidade de que tal fenómeno esteja a ocorrer nas relações sino-americanas. As críticas dos EUA às violações dos direitos humanos na China tendem a reforçar os receios dos chineses de que elas visam, no fundo, minar o regime. Exemplos repetidos do que os EUA veem como batota ou fuga, no âmbito dos acordos que incidem sobre a limitação da produção das armas de destruição massiva (ADM), *inter alia*, corroboram a perspectiva segundo a qual os interesses dos dois Estados, neste domínio de extrema importância, não coincidem. Apesar dos frequentes contactos entre oficiais dos dois Estados visando o solucionamento dessa questão, a desconfiança ainda impera (Friedberg, 2005).

III.2. Perspetiva Otimista – China Potência *Statu Quo*

Muitas das cogitações que apontam para a postura revolucionária da China baseiam-se em analogias com a Alemanha (Guilhermina e Nazi), o Japão Imperial e a União Soviética Comunista. Contudo, diz Goldstein (2001), é preciso termos presente que a China não persegue uma glória imperialista, não possui uma ideologia de superioridade racial e nem se assume como o bastião da ideologia comunista. A sua ascensão tem motivado uma grande apreensão, no quadro regional, sobretudo porque os seus intentos relativamente à proteção da sua integridade territorial (restauro do que acredita ser o *statu quo de jure*), amiúde, colidirem com os interesses dos vizinhos. Porém, segundo Friedberg (2005), na história moderna da China, não se registam episódios de conquista territorial; na verdade, Pequim tem se mostrado bastante cauteloso na abordagem das disputas territoriais.

O receio de que o sucesso económico da China venha traduzir numa ampla capacidade militar ofensiva não tem razão de ser; não há paralelo histórico algum que corrobore tal cenário, defendem os otimistas. Por exemplo, o que motivou o Japão, a Alemanha e Itália a provocarem a II Guerra Mundial foi, sobretudo, a sua derrota na I Guerra Mundial, a par de o recrudescimento da proteção securitária dos EUA (Cable & Ferdinand, 1994). Os gastos militares de Pequim destinam-se ao reequipamento das FAs, uma instituição a que se atribuiu uma diminuta atenção nos anos 1970. Saliente-se que a natureza do crescimento económico chinês envolve a construção de pontes com a vizinhança, através do comércio e fluxo de investimento. Tal facto constitui um verdadeiro entrave a uma eventual confrontação militar. Na verdade, o maior perigo seria um falhanço económico

e instabilidade política dentro da China, o que desestabilizaria irreparavelmente a região (Cable & Ferdinand, 1994).

Foot (2006) sugere que a simplicidade das perspectivas conflituais as torna bastante atrativas. Porém, denotam grandes dificuldades, que não se lhes restringem, em apreender a complexidade das perspectivas chinesas, e mesmo o senso de vulnerabilidade subjacente ao comportamento de Pequim. As reformas político-económicas implementadas, nas últimas décadas, deram azo a uma multiplicidade de entendimentos relativamente à forma como a China deverá encarar a ordem internacional. Esses entendimentos seriam influenciados por diversos eventos, nomeadamente: a visita do presidente do Taiwan aos EUA, em 1995; a demonstração de força dos EUA no estreito de Taiwan, em 1996; a revisão das linhas gerais do acordo de defesa firmado entre os EUA e Japão, em 1996-97; a crise financeira asiática de 1997-99; a intervenção da NATO no Kosovo, em 1999, e o consequente bombardeamento da embaixada chinesa em Belgrado; o início da campanha antiterrorismo e o concomitante aumento da presença americana na Ásia Central; a campanha do Iraque em 2003; as mudanças no equilíbrio entre as influências das elites estatais chinesas (Foot, 2006). Tudo isso recomenda uma abordagem de maior pendor interpretativo sobre a forma como a China vê a ordem global, uma abordagem que rejeite a preordenação dos fenómenos e a sua determinação sistémica (Foot, 2006).

Durante a Guerra Fria, o enquadramento conceptual da China relativamente à ordem global atribuía especial enfoque à ascensão e queda das potências hegemónicas. Na altura, Pequim via a sua segurança ligada à estratégia das duas superpotências, os EUA (1950-60) e a União Soviética (1960-1980). No período pós-Guerra Fria, a China passa a realçar as vantagens da cooperação securitária, da globalização e do multilateralismo (Foot, 2006). Apesar de os chineses sublinharem as fragilidades da economia dos EUA (Zhao, 2004 e China; Daily, 2003; in Foot, 2006), reconhecem-lhes a condição de superpotência, *statu quo* que acreditam irá perdurar durante um amplo lastro temporal (Deng, 2001, in Foot, 2006). Segundo *Foreign Broadcast Information Service* (FBIS), os EUA têm um “poder nacional compreensivo” superior a todos os Estados, e a sua psicologia estatal atingiu um ponto que lhes permite uma grande autonomia no quadro das relações internacionais (Foot, 2006). A inovação tecnológica, a dominação cultural e a globalização conferem aos EUA amplas vantagens, no quadro do reforço da unipolaridade (Deng, 2001; in Foot, 2006).

Registe-se que, dentro da China, sobressaem três importantes posições relativamente às perspetivas de evolução das relações sino-americanas: a primeira perpassa a grande maioria da elite local, perspetivando uma longa acomodação das relações entre os dois países; a segunda, aventada por um pequeno grupo, composto por uma elite muito influente, é muito otimista relativamente à evolução dessa relação, a qual acredita, terá que eventualmente se sujeitar a uma agonizante acomodação; a terceira, a conflitual, é prognosticada por uma pequena minoria de políticos com pouca influência (Yinhong, 2005; in Foot, 2006). O que liga essas perspetivas entre si é o facto de aceitarem a integração da China num mundo dominado pelos EUA (Foot, 2006). Existem ressentimentos com relação à ordem global, mas mesmo os mais insatisfeitos advogam a necessidade de se encontrar uma forma de se viver com isso (Foot, 2006), tal é o *décalage* de poder entre os dois países. Apesar de a China manifestar-se desagradada com o domínio internacional dos EUA, o seu comportamento inclina-se mais para o *bandwagoning* (Wohlforth, 1999).

Face ao receio que o seu crescimento económico e as suas reivindicações territoriais têm suscitado, a China pôs em prática, a partir de 1996, o chamado *novo conceito de segurança*, o qual releva a necessidade de desenvolver a confiança mútua e congregar os interesses regionais na promoção de um quadro securitário genuíno. Isso traduziria num maior engajamento com os arranjos multilaterais regionais, como a *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN) e a *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC); outrossim, Pequim apoiou a criação da *ASIA-only Economic Grouping*, a *ASEAN PLUS THREE*; promoveu a assinatura de tratados de amizade com diferentes países; tem mostrado maior comprometimento com a questão coreana e com a *Shanghai Cooperation Organization* (SCO). Fora isso, Pequim recrudescer a sua presença em operações de manutenção de paz a nível global; juntou-se, em 2004, ao *Nuclear Suppliers Group* (NSG); solicitou também a entrada no *Missile Technology Control Regime* (MTCR), entre outros.

Para Foot (2006), os factos supramencionados corroboram as perspetivas pacifistas da ascensão chinesa (Foot, 2006). Cheung (2008) é de opinião que a China é uma potência que tem almejado, num registo crescente, a projecção e promoção da sua posição cultural e histórica na região da Ásia Oriental, através da consolidação da comunidade, do *soft power* e emergência pacífica. Quer Brzezinski (2005) quer Goldstein (2001) advogam

que, ao contrário do que se possa pensar, os ressentimentos e a humilhação resultantes do imperialismo ocidental têm servido como travão a um eventual ímpeto expansionista da China. Para o primeiro autor, o principal objetivo de Pequim continuará a ser o crescimento económico, a par da sua aceitação como grande potência no concerto das nações. Uma atitude de confronto *vis-à-vis* a Washington acabaria por minar inexoravelmente esse crescimento e a legitimidade do regime (Brzezinski, 2005).

Avery Goldstein (1997a) sugere uma perspetiva de menor pendor alarmista relativamente as possibilidades de conflito, sublinhando a relevância das avaliações que os *policymakers* fazem das reais capacidades da China. A elite política local tem sido racional e calculista, consciente do poderio da China, mas também das suas amplas debilidades. No panorama estratégico, o país tem tido uma postura de *dissuasão mínima*; tem poucos mísseis balísticos capazes de atingir os EUA (Brzezinski, 2005); existem uma miríade de objetivos políticos por cumprir; o país é vulnerável a um eventual bloqueio e isolacionismo forçado pelos EUA, de modo que, num eventual conflito, o comércio marítimo e o fluxo de combustível que se lhe dirigem cessariam imediatamente (Brzezinski, 2005).

Alguns teóricos realistas acreditam que há uma tendência para se sobrestimar o crescimento económico da China, acrescentando que as suas ambições têm permanecido modestas. Há um conjunto de obstáculos, quer económicos quer militares, a serem ultrapassados para que Pequim consiga manter os níveis de crescimento das últimas décadas (Friedberg, 2005). Na verdade, há uma forte probabilidade desse crescimento declinar nos próximos anos, em virtude de possíveis turbulências sociais e políticas, e da dificuldade de se criar instituições financeiras equitativas e eficientes. Perante esse quadro, muito dificilmente a China conseguirá expandir as suas capacidades militares (Friedberg, 2005). De notar, igualmente, a existência de outros *handicaps*, designadamente no campo da organização, da educação, da formação e da doutrina desenvolvimentista (Friedberg, 2005). Sobrestimar as capacidades da China poderá resultar numa profecia que se cumpre por si mesma. Os governantes chineses estão a par dos perigos relacionados com os dilemas de segurança que um comportamento ambíguo poderá acarretar (Goldstein, 2001).

O Otimismo liberal, por seu turno, põe a tónica na capacidade de pacificação de três mecanismos causais que se reforçam mutuamente: *interdependência económica*,

instituições internacionais e democratização (Friedberg, 2005). Segundo Schweller (2004), nem todas as potências emergentes almejam revolucionar o *statu quo*, algumas têm pretensões modestas, como a consecução de alguns ajustamentos marginais. A China não aparenta ser uma potência revolucionária, em nenhum sentido do termo. Abandonou a ideologia maoista-leninista-marxista e o seu antigo objetivo de difundir o comunismo pela Ásia; os ajustamentos concretos que ambiciona são limitados (a reintegração de Taiwan, a retificação de algumas linhas fronteiriças, a aceitação por parte da comunidade internacional das suas reivindicações relativamente à posse do mar a sul do seu território terrestre) (Friedberg, 2005).

Relativamente aos eventuais dilemas de segurança, os realistas otimistas dizem que estes são compensados por um conjunto de mecanismos que mitigam as possibilidades de uma má avaliação das intenções dos Estados. Num sistema internacional bipolar, como é o caso do Oriente Asiático, as potências estão profundamente focadas umas nas outras, razão pela qual muito dificilmente há lugar para maus julgamentos relativamente às capacidades e intenções dos Estados. Por outro lado, o grande *décálage*, em termos de poder, que separa os EUA e China dos restantes Estados regionais, mitiga a possibilidade de uma repentina alteração do equilíbrio de poderes, e de uma eventual mudança nas alianças (Friedberg, 2005).

Os construtivistas otimistas, por seu turno, sustentam que as relações entre os Estados são consideravelmente moldadas por fatores subjetivos, que se manifestam no modo como interpretam determinados eventos. Nesta linha, as identidades, normas e cultura estratégicas dos Estados, malgrado tendentes a resistir à mudança, são suscetíveis de ser alterados através de interações com o “Outro” (Friedberg, 2005). Regra geral, os construtivistas estão de acordo com a conceção segundo a qual o sistema internacional é violento e competitivo, sustentando que essa realidade não decorre de princípios imutáveis do comportamento humano, mas sim porque, ao longo de séculos, os líderes foram levados a encará-lo nesses termos – é a profecia que se realiza por si própria, no verbo de Wendt⁹²”. Desde que amplamente partilhado pelas nações mais poderosas do globo, uma avaliação mais otimista das perspetivas e benefícios da cooperação

⁹² Os agentes agem como se determinadas ideias fossem naturais, necessárias ou desejáveis, porque se encontram implicados em termos identitários com as mesmas. Ao agirem como se determinada ideia fosse real, a ideia torna-se efetivamente real através das práticas sociais.

internacional pode ter um efeito semelhante (Friedberg, 2005). Neste sentido, a participação da China em várias instituições internacionais é capaz de alterar a sua cultura estratégica, normas do comportamento internacional e, de certa forma, determinados aspetos da sua identidade nacional (Friedberg, 2005).

Ao contrário dos liberais otimistas, que salientam o papel das instituições na transformação dos cálculos relativos aos custos-benefícios dos *decision makers*, os construtivistas otimistas acreditam que a repetição das interações pode, na verdade, transformar os princípios, as crenças, os interesses e as categorias mentais dos atores (Friedberg, 2005). Assim, as conceções de jogos de soma-zero são suscetíveis de ser suavizados à medida que se incrementam os contactos entre estadistas, académicos, oficiais militares, entre outros, dos dois Estados (Friedberg, 2005).

Para Friedberg (2005), apesar de muitos dos académicos do campo das relações internacionais sentirem-se atraídos pela problemática da emergência da China e a concomitante repercussão sobre a ordem internacional unipolar, a verdade é que ninguém pode arrogar vaticinar o rumo que tal fenómeno irá tomar; não existem ferramentas que nos permitam prognosticar com segurança a futuro das relações sino-americanas daqui a 5 anos, quanto mais a 50 anos⁹³. Há vinte anos atrás, quase ninguém conseguiu prever o desmoronamento da União soviética (Friedberg, 2005; Gaddis, 1992).

⁹³ Sobre a dificuldade de prever o futuro, no contexto das relações internacionais, vide Robert Jervis, "The Future of World Politics: Will It Resemble the Past?" *International Security*, Vol. 16, No. 3 (Winter 1991/92), pp. 39-46; John Lewis Gaddis, "International Relations Theory and the End of the Cold War," *International Security*, Vol. 17, No. 3 (Winter 1992/93), pp. 5-58; Steven Bernstein, Richard Ned Lebow, Janice Gross Stein, and Steven Weber, "God Gave Physics the Easy Problems: Adapting Social Science to an Unpredictable World," *European Journal of International Relations*, Vol. 6, No. 1 (March 2000), pp. 43-76; Gabriel A. Almond and Stephen J. Genco, "Clouds, Clocks, and the Study of Politics," *World Politics*, Vol. 20, No. 4 (July 1977), pp. 489-522; Stanley H. Hoffmann, "International Relations: The Long Road to Theory," *World Politics*, Vol. 11, No. 3 (April 1959), pp. 346-377; Ithiel de Sola Pool, "The Art of the Social Science Soothsayer," in Nazli Choucri and Thomas W. Robinson, eds., *Forecasting in International Relations: Theory, Methods, Problems, Prospects* (San Francisco, Calif.: W.H. Freeman, 1978), pp. 23-34. Segundo Jervis (1991/92), a questão de fundo é que ele designa de "efeitos sistémicos" (*systemic effects*). Assim, os sistemas integrados por unidades densamente interconectadas se veem, muitas vezes, caracterizados por "circuito de reação" (*feedback loops*) e interações não-lineares. Em tais circunstâncias, pequenos acontecimentos são suscetíveis de acarretar enormes repercussões dificilmente previsíveis e controláveis.

Capítulo IV - Evolução Histórica das Relações Sino-Africanas

IV.1. Relações Sino-Africanas durante a Guerra Fria

Embora as relações sino-africanas sejam bastante antigas, remontando, fazendo fé no discurso oficial de Pequim, à época das viagens de circunavegação de Zheng He (1372-1433) ao globo (Pannell, 2008; SaferWorld, 2011; Taylor, 2012), foi só a partir da Conferência de Bandung (1955)⁹⁴ é que começaram a adquirir alguma consistência (Pannell, 2008). Bandung marca, em certa medida, o início do recrudescimento do interesse de Pequim pelas questões africanas, com particular acuidade para a luta anticolonial e anti-imperialista (Chuka, 2011; Idun-Arkhurst & Laing, 2007). Assim, o engajamento dos chineses seria sustentado por uma retórica que colocava o imperialismo ocidental como o denominador comum à história da África e da China (Chuka, 2011; Idun-Arkhurst & Laing, 2007).

O acontecimento em apreço afigura-se, em certa medida, o início do reconhecimento, por parte da chancelaria chinesa, da enorme valência diplomática que os Estados africanos podem representar para a China (Taylor, 2012), fazendo, assim, jus ao périplo do então Premier chinês Zhou Enlai, entre 1963 e 1964, a vários países africanos, inaugurando uma era de um quase contínuo engajamento político da China com aquele continente (SaferWorld, 2011).

Note-se que um dos grandes objetivos dos chineses, no quadro dessa relação, era a exportação da ideologia maoista para a África. Assim se explica o suporte chinês a um sem número de movimentos independentistas e nacionalistas, no continente negro (Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)⁹⁵, *Zimbabwe African National Union (ZANU)*, *Front de Libération Nationale (FNL)*, Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o secessionismo biafrano⁹⁶, *inter alia*) (Chuka, 2011; Dan Large, 2007). Para os chineses, os conflitos armados que

⁹⁴ A conferência teve lugar na cidade de Bandung, Indonésia, entre 18 e 24 de abril de 1955, reunindo líderes de 29 Estados asiáticos e africanos com o propósito de promoverem uma cooperação económica e cultural de perfil afro-asiática, em ordem a fazer frente ao que na época se percebia como a emergência de uma atitude neocolonialista por parte das duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, e as demais potências imperialistas.

⁹⁵ Primeiramente, a China começou por apoiar o MPLA, mas quando esta voltou-se para a União Soviética, transferiu o seu suporte para a UNITA e o FNLA.

⁹⁶ Contudo, não existem evidências que apontem para o facto de que os chineses tenham fornecido armamento aos biafranos (Ogunbadejo, 1976)

assolavam a África, nas décadas de 1960-70, resultavam, sobretudo, da ação de regimes fantoches controlados pelas potências imperialistas do Ocidente (Holslag, 2009a).

Pequim mostrar-se-ia, igualmente, comprometido com vários projetos desenvolvimentistas em países como o Zaire, a Zâmbia, a Tanzânia⁹⁷, etc. (Uchegara, 2009). Até os anos 1980, apoiou mais de 800 projetos em África, perpassando várias áreas, muitos dos quais canalizados dentro do enquadramento da OUA (SaferWorld, 2011).

A China seria também uma das grandes defensoras da política do não-alinhamento *vis-à-vis* ao conflito ideológico em curso nesse período, e tinha como objetivo primeiro, no quadro da sua política externa, a mitigação da influência da União Soviética, país com o qual se encontra envolvida em relações difíceis no panorama internacional (Hellström, 2009)⁹⁸ (Chuka, 2011; Dan Large, 2007).

Assim, as relações sino-africanas viram-se enquadradas no que ficou conhecido como os cinco⁹⁹ e oito princípios da coexistência pacífica e da ajuda externa¹⁰⁰, respetivamente (Hellström, 2009), estabelecendo as bases para a consolidação da política de não-interferência nos assuntos da soberania interna dos Estados, tão cara para ambos os espaços geopolíticos.

Em 1971-72, Pequim começou a colher os frutos desse ativismo político, quando os votos de 26 Estados africanos, no quadro da Assembleia Geral da ONU, mostraram-se indispensáveis para a aprovação da moção que lhe permitiria substituir Taiwan no CSNU (Hellström, 2009; SaferWorld, 2011).

Depois de ocupar uma das cadeiras do CSNU, a China passou a opor-se veementemente a todas as operações de manutenção de paz em África, posição que seria alterada, a partir

⁹⁷ Construiria a Tanzara, autoestrada que liga a Zâmbia à Tanzânia, aberta em 1976.

⁹⁸ Esses imperativos da Guerra Fria, por exemplo, levaram a China a juntar-se aos EUA e à África do Sul racista no apoio de movimentos armados em Angola que lutavam contra o MPLA, na altura apoiada pela União Soviética.

⁹⁹ Respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; não-agressão mútua; não interferência em assuntos domésticos de Estados terceiros; igualdade e benefícios mútuos; coexistência pacífica.

¹⁰⁰ Assistência a países terceiros de acordo com os princípios de igualdade e benefícios mútuos; respeito pela soberania dos países recetores sem condicionalismo e privilégios requeridos; provisão de empréstimos despojados de interesses; ajudar os Estados recetores a serem autoconfiantes e independentes economicamente; consecução de resultados rápidos através de pequenos investimentos; provisão de equipamento, bens e materiais chineses de elevada qualidade; ajudar os Estados recetores a dominarem a tecnologia; *experts* enviados pela China deverão receber o mesmo tratamento do que os congéneres dos Estados recetores (Hellström, 2009).

de 1980, com a redução das rivalidades no plano sistémico, por uma abordagem mais moderada. Oficialmente, Pequim passou a considerar a conflitualidade africana como o culminar de um contexto de violência estrutural, *i.e.* marginalização política e económica no sistema mundial, devendo, por isso, ser solucionada no plano estrutural (Holslag, 2007).

O episódio Tiananmen reacenderia, de certa forma, o interesse chinês pela África, após um período relativamente longo de interregno relacional. A repressão estudantil por parte do regime chinês, em 1989, malgrado ter sido objeto de uma ampla condenação no Ocidente, seria profusamente apoiada por grande parte dos países africanos, reforçando, uma vez mais, a centralidade diplomática da África enquanto suporte fundamental nas disputas entre China e os demais atores globais (Hellström, 2009; Taylor, 2012).

A “continuidade relacional” e “a identidade partilhada de países em desenvolvimento” (a China considera-se líder do mundo subdesenvolvido) são fatores que a China tende a relevar nas suas relações com o continente negro. Porém, é preciso dizer que o primeiro pressuposto resulta altamente contestável, até porque, a dada altura, no quadro das reformas empreendidas por Deng Xiaoping, houve uma redefinição do foco do engajamento ideológico internacional para o desenvolvimento económico doméstico, culminando num *downgrade* das relações com a África – o que Taylor (2012) cognomina de “década da negligência”. O mesmo se aplica ao segundo pressuposto, visto que a China, desde há muito, deixou de pertencer ao universo de países em desenvolvimento (SaferWorld, 2011).

IV.2. Relações Sino-Africanas no Pós-Guerra Fria

O crescente interesse da China pela África obedece a racionais políticos e, sobretudo, económicos. Diplomáticamente, os países africanos afiguram-se-lhe importantes aliados nos principais *fora* e instituições internacionais, com especial acuidade para a ONU, quanto mais não seja porquanto a China tem em mãos assuntos sensíveis, como os direitos humanos, a “questão Taiwan” e um rol de disputas territoriais com quase a totalidade de Estados que lhe são adjacentes. A África é, igualmente, uma peça-chave na retórica de cooperação Sul-Sul e *Win-Win*, amiúde, mobilizada pela chancelaria chinesa, no quadro da sua diplomacia económica. Na verdade, Pequim precisa do amplo mercado africano,

não só para exportar mercadorias, capital e mão-de-obra excedentários, rentabilizando, com isso, os recursos e minimizando a sua dependência face à economia doméstica (Schoeman, 2007), como também para importar *commodities* primários – cobre, bauxite, urânio, ferro, alumínio, ouro e, sobretudo, petróleo, críticos para a manutenção do crescimento económico e a maximização da sua segurança energética (Botha, 2006; Chuka, 2011; Cooke, n.d.; Hall-Martin, 2009; Dan Large, 2007; Taylor, 2012), e consequentemente a consecução do que Taylor (2012) entende como o objetivo contemporâneo primeiro da China, a sua afirmação enquanto superpotência, no panorama internacional.

Até a data, a China tem, de certo modo, logrado os objetivos estipulados no âmbito da sua diplomacia africana, sobretudo, através da mobilização de um quadro discursivo que vai ao encontro da representação que os líderes africanos têm da soberania estatal e das relações internacionais. Esse quadro discursivo assenta na defesa de valores como a solidariedade e confiança e, sobretudo, na propugnação da política da não-ingerência na soberania interna dos Estados¹⁰¹. Registe-se também que os governantes de Pequim têm-se esforçado por transmitir uma imagem da China identitariamente afim aos Estados do cognominado Terceiro Mundo, sobretudo em razão do facto de ambos terem sido vítimas do imperialismo ocidental (Botha, 2006; Taylor, 2012). Pequim considera-se um grande amigo dos africanos e parceiro comercial benéfico para a África.

O fim da Guerra Fria e a globalização em curso imprimiram profundas mudanças nas relações sino-africanas, com particular ênfase no plano económico. Pressionados pelas condições impostas pelos doadores internacionais e sucessivos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) prescritos pelo FMI, os países africanos ver-se-iam obrigados a enveredar-se pela liberalização económica (SaferWorld, 2011), recrudescendo as oportunidades de negócios para a China.

Em 1995, o presidente Jiang Zemin empreenderia um périplo pelo continente, criando as fundações para o Fórum sobre a Cooperação China-África (FOCAC)¹⁰², visando a construção de uma ordem política e económica envolvendo os dois espaços geopolíticos.

¹⁰¹ Muitos líderes africanos partilham a visão chinesa segundo a qual direitos humanos, tais como “direitos económicos”, “direitos de subsistência”, afiguram-se principais prioridades dos países em desenvolvimento, sobrepondo-se aos direitos individuais, nos termos em que são concebidos pelo Ocidente (Taylor, 2012).

¹⁰² Em inglês, Forum on China-Africa Cooperation.

O FOCAC destaca-se por ser uma plataforma promotora de projetos multilaterais entre os países africanos e a China sob as premissas da cooperação Sul-Sul e igualdade no relacionamento entre Estados, sendo realizado de três em três anos, alternando-se entre Pequim e uma cidade africana.

O primeiro FOCAC teve lugar em Pequim, em 2000, juntando mais de 40 Estados africanos, 17 organizações regionais internacionais, ONGs e empresários, em torno de uma agenda preenchida por discussões acerca da cooperação Sul-Sul, Norte-Sul, a promoção do diálogo, o perdão da dívida e, em última instância, o fomento da cooperação económica sino-africana. Desse FOCAC saíam a *Declaração de Pequim* e o *Programa Sino-Africano de Cooperação Económica e Desenvolvimento Social*.

No segundo FOCAC realizado em Adis Abeba, em 2003, a China anuncia o perdão de um total de US\$ 1.27 mil milhões à África (Uchegara, 2009). Além disso, Pequim estipularia o seu *Plano de Ação* para a ajuda externa africana, com especial incidência nas seguintes áreas: desenvolvimento infraestrutural, saúde, recursos humanos e agricultura (Copper, 2016). Nesse ano, Hu Jintao visitaria vários países africanos, e com o seu “*Six Pillar Plan*”¹⁰³ abre caminho a uma extensiva relação com os mesmos. Em 2005, adicionou o que ficou conhecido como os “*Três Princípios*” de relacionamento entre a China e a África¹⁰⁴ (Copper, 2016). Jintao exortaria, igualmente, a comunidade internacional a prestar mais atenção à África, proporcionando-a, entre outras coisas, uma ajuda mais “justa” (Copper, 2016).

No mesmo ano, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China publica a “*China’s African Policy*” (Copper, 2016). Para além de reiterar o interesse chinês em promover a paz e a estabilidade em África, o documento em apreço sublinha os ideais de amizade, solidariedade, benefícios mútuos, apoio e aprendizagem mútuos na procura do desenvolvimento (Copper, 2016). A publicação compromete-se com o recrudescimento do comércio, investimento e assistência económica a África (Copper, 2016).

¹⁰³ Tais pilares são: a não-ingerência, controlo político africano na resolução dos problemas da África, aumento da assistência económica com condições políticas limitadas, confiança e cooperação mútuas, pressão sobre a comunidade internacional no sentido de prestar maior atenção à África, e a promoção de um contexto internacional que conduza ao desenvolvimento africano.

¹⁰⁴ Reforço da cooperação em todos os setores, concessão das ajudas em troca de contratos e a defesa dos direitos e interesses dos países em desenvolvimento.

Em meados do ano 2006, o Presidente Hu Jintao faria uma viagem a três países africanos, seguida do périplo do primeiro-ministro Wen Jiabao a sete países do mesmo continente (Copper, 2016). Em finais desse mesmo ano, Jintao anunciaria, no quadro das celebrações dos 50 anos de relacionamento entre a China e a África, a criação da *China-Africa Development Fund (CADF)* com um capital de US\$ 5 mil milhões, destinados a encorajar as empresas chinesas a investirem em África (Copper, 2016). Por altura de 2009, Hu Jintao já teria concluído a sua 16ª visita à África, desde que se tornou presidente da República Popular da China (Copper, 2016).

Em 2010, decorreram uma série de visitas diplomáticas a diversos países africanos, tendo em vista, sobretudo, proporcionar assistência adicionais decorrentes dos compromissos assumidos no FOCAC de 2009 e o engendramento de alianças estratégicas (Copper, 2016). O então vice-presidente chinês Xi Jinping, proposto para assumir o topo da hierarquia política, em 2012, reunira-se com vários líderes sul-africanos em Joanesburgo, perspetivando o aprofundamento de relações com o continente africano (Copper, 2016). No mesmo ano, os gestores da CADF propuseram investir US\$2.385 mil milhões em 61 projetos distribuídos por 30 Estados africanos, tendo, já na altura, feito investimentos no valor de US\$1.806 mil milhões em 53 projetos (CHINA, 2013).

Em 2014, Xi Jinping, na condição de presidente da China, escolheu a África como destino para o seu primeiro périplo mundial (Copper, 2016), na sequência do qual anunciaria uma série de novas medidas de reforço da cooperação, dando um poderoso ímpeto ao avanço das relações económicas entre os dois espaços (CHINA, 2013). As frequentes visitas de alto nível têm culminado no reforço de entendimentos e confiança mútuos, e consolidação dos laços bilaterais (Chun, n.d.).

De notar que, após a visita de Xi Jinping, a China reforçaria significativamente o seu engajamento com as questões de segurança em alguns países da África, como comprovam o envio de um contingente composto de 170 tropas, no quadro das operações multilaterais de paz levadas a cabo no Mali, e o interesse na mediação do conflito no Sudão (Copper, 2016).

Em 2015, realizou-se o sexto FOCAC, o mais importante até o momento, tendo como palco Joanesburgo. A proeminência desta última cimeira radica no volume de compromissos financeiros prometidos por Xi Jinping. São US\$ 60 mil milhões destinados a um rol de programas de investimentos que perpassam vários países africanos (Sun,

2015). Esse volume financeiro é surpreendente, em certa medida, dado ser o triplo do montante disponibilizado no FOCAC anterior. Note-se que a regra era a duplicação dos montantes relativos ao FOCAC transato: 5 mil milhões (FOCAC 2006); 10 mil milhões (FOCAC 2009); 20 mil milhões (FOCAC 2012) (Sun, 2015).

Note-se, igualmente, que se registam outras diferenças significativas entre este e os FOCACs precedentes, mormente na composição dos compromissos. Em 2006, a China especificaria que, dos US\$ 5 mil milhões disponibilizados, US\$ 3 mil milhões destinariam-se a empréstimos concessionais, e o remanescente a financiamentos ao comprador¹⁰⁵ (Sun, 2015). Em 2009, os 10 mil milhões foram inteiramente para empréstimos concessionais. Os 20 mil milhões, disponibilizados em 2012, seriam canalizados também, na sua totalidade, para empréstimos concessionais (Sun, 2015). No FOCAC 2015, os US\$ 60 mil milhões disponibilizados foram designados de *investimento*. Deste universo, US\$ 5 mil milhões vão ser destinados a *doações e empréstimos livres de juros*, US\$ 35 mil milhões serão canalizados para *empréstimos concessionais e financiamento ao comprador*, e o restante, *empréstimos comerciais* (Sun, 2015). Esta diversificação de portfólio transmite a seguinte mensagem: 1) a China mostra-se mais confiante relativamente ao futuro da economia africana; 2) a China está a tornar-se mais agressiva, em termos do seu input financeiro em África; 3) os ativos da China, no continente, vão aumentar (Sun, 2015).

Estas cimeiras têm consubstanciado em fortalecimento das relações diplomáticas da China com a maioria de os Estados africanos, com os quais tem partilhado consensos sobre as mais variadas questões internacionais, interesses comuns e vontade de aprofundar as relações de cooperação (Chun, n.d.). Para Chun (n.d.), este reforço das relações sino-africanas tem contribuído para aumentar o status internacional de ambas as partes (Chun, n.d.).

¹⁰⁵ O banco fornece o *crédito ao comprador* a companhias estrangeiras pela importação de produtos, tecnologia e serviços chineses. Os empréstimos são proporcionados não só em moeda nacional, como também estrangeira. O crédito ao comprador é uma modalidade de financiamento muito útil no comércio internacional, visto que são raras as vezes em que compradores pagam em *cash* as grandes compras, enquanto poucos exportadores tem a capacidade de estender quantidades substanciais de créditos a longo-prazo aos seus clientes. A facilidade de crédito ao comprador envolve a extensão do crédito por parte de um banco, bem como uma agência financeira de exportação baseada no país do exportador para garantir o empréstimo.

Pequim tem sabido astuciosamente tirar partido das relações difíceis entre os parceiros de desenvolvimento ocidentais e a elite política africana. Para esta, o estreitamento de laços com a China traz vantagens infinitamente superiores, quando comparado com o cumprimento das condicionalidades políticas – transparência, *accountability*, boa governação, reformas democráticas e económicas, *inter alia* – exigidas pelo Ocidente.

Presentemente, a China é o maior parceiro comercial da África – de onde sai a maioria das suas importações, sendo igualmente o segundo maior mercado para as suas empresas de construção (CHINA, 2013). Os montantes relativos ao comércio entre os dois espaços geopolíticos têm aumentado de forma bastante expressiva: US\$2 mil milhões, US\$29.2 mil milhões e US\$ 39.7 mil milhões, em 1999, 2004 e 2005, respetivamente (Taylor, 2012). Entre 2000 e 2008, o volume comercial aumentou aproximadamente dez vezes (Van Hoeymissen, 2011). Em 2012, cifrou em torno de US\$ 198.49 mil milhões (CHINA, 2013). Desse montante, US\$ 85.319 mil milhões (16.7%) reportam-se às exportações chinesas e os restantes US\$ 113.171 mil milhões (21.4%) às exportações africanas (CHINA, 2013).

Os valores referentes ao investimento têm sido, igualmente, avassaladores. Em 2005, atingiram os US\$ 175 mil milhões, facto para o qual muito contribuiu a aquisição de 50% a 60% do petróleo sudanês, correspondendo aproximadamente a 7% das necessidades domésticas chinesas. Em 2006, a China pagou US\$ 2,27 mil milhões pela exploração de parte das reservas de gás e de petróleo no *offshore* nigeriano (Schoeman, 2007). Em 2012, assinou tratados de investimentos bilaterais e estabeleceu mecanismos de comissão económica conjunta com 32 e 45 Estados africanos, respetivamente (CHINA, 2013).

Apesar das relações económicas sino-africanas assumirem um carácter multifacetado, o destaque vai para o comércio petrolífero. A corrida ao petróleo insere-se dentro de uma estratégia global de desenvolvimento chinês, não obedecendo tanto a objetivos imediatos de natureza economicista ou securitária, quanto a considerações estratégicas de longo-prazo, perspetivando a maximização do domínio sobre os recursos petrolíferos globais (Taylor, 2012). Por exemplo, a estratégia negocial das empresas petrolíferas chinesas *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e *China Petrochemical Corporation* (SINOPEC) deixa transparecer uma relativa despreocupação com lucros imediatos. Isso poderá revelar-se muito útil, não só do ponto de vista do consumo, como também, no caso

de a China se tornar numa eminente produtora mundial, tendo em conta a enorme quantidade de petróleo que se especula existir nos seus mares (Taylor, 2012).

Contudo, a desaceleração da economia da China, nos últimos anos, impõe enormes desafios ao fortalecimento das suas relações económicas com os países africanos. De acordo com as estatísticas do Ministério do Comércio Chinês, nos primeiros nove meses do ano 2015, as relações comerciais sino-africanas caíram 18%, comparativamente ao ano transato, representando o maior declínio dos últimos anos (Sun, 2015). O IED, por seu turno, situou-se à volta de US\$ 1.19 mil milhões, na segunda metade de 2014, caindo 40% de ano para ano (Sun, 2015).

Outra importante dimensão do relacionamento sino-africano ocorre no plano militar, traduzido fundamentalmente na venda de tecnologia militar, assistência na manufatura endógena de armamento ligeiro, participação em operações de manutenção de paz, no quadro da ONU, e intervenções pontuais visando a proteção de cidadãos chineses a laborar em África (Shinn, 2009; Kurlantzick 2009). Pequim tem sido, ao longo dos últimos anos, o maior fornecedor de armas ligeiras à África (Chuka, 2011), transação essa que não visa o lucro – até porque tal possibilidade afigura-se extremamente difícil (Bromley, Duchâtel, & Holtom, 2013; Hellström, 2009)¹⁰⁶. É, por muitos, considerada tão-somente um “bónus” chinês, no contexto dos grandes negócios relacionados com o acesso a recursos naturais estratégicos (Schoeman, 2007). Note-se que a China não impõe quaisquer condicionalismos à aquisição do seu armamento, mesmo quando os compradores são considerados párias, à luz do entendimento ocidental, e, portanto, alvo de embargos e sanções por parte das instituições internacionais (Chuka, 2011). É sabido que muitas firmas chinesas têm um historial de envolvimento no contrabando de armamento ilegal – AK 47, metralhadoras, lança-rockets, entre outros. – em países particularmente instáveis, como a Libéria, Serra Leoa e Costa do Marfim (Chuka, 2011). Não é por acaso que “*l’enfants terribles*”, como o Sudão, Zimbabué e a própria Nigéria são, juntamente com Angola, Egipto, Uganda, Argélia, Zâmbia, África do Sul e Gana, os principais clientes de Pequim (Hellström, 2009; SaferWorld, 2011). O caso do Sudão atraiu grande atenção dos *media* internacionais, em virtude da campanha brutal de Cartum

¹⁰⁶ Segundo a SIPRI, entre 2008 a 2012, a China foi a quinta exportadora mundial de principais armas convencionais, totalizando 5% do volume de transferências internacionais. De 2006 a 2010, pelo menos 46 países africanos importaram armas da China. De resto, o continente africano possui maior registo de importações das armas ligeiras da China (Bromley et al., 2013).

visando a supressão das sucessivas rebeliões em Darfur. Os enormes interesses económicos de Pequim no Sudão ditaram, amiúde, o bloqueio a uma série de resoluções da ONU avalizando sanções e intervenções externas nesse país africano¹⁰⁷.

Entre 2005 e 2007, Zimbábue despendeu US\$ 28 milhões por seis jatos chineses. Seguiram-se mais US\$ 240 milhões desembolsados na aquisição de doze caças e 100 veículos militares (SIPRI, 2010, in Chuka, 2011). Logo depois das eleições de março de 2008, vários países limítrofes recusaram o desembarque, a partir do navio chinês An Yue Jiang, de quatro contentores carregados de armamento que teriam como destino o mesmo país, vendo-se obrigado a retornar o carregamento para a China¹⁰⁸ (Brautigam, 2009).

Note-se que o Zimbábue, a par do Sudão e da Nigéria, beneficia também de assistência técnica chinesa na manufaturação de armamento ligeiro e das respetivas munições (Meidan 2006, in Chuka, 2011). Em 2007, por exemplo, relatórios indicaram que a *Defence Industries Corporation of Nigeria* (DICON) teria adquirido da China uma linha de produção de munições 7.62-mm e de cópias de *kalashnikovs* OBJ-006. Há declarações de oficiais nigerianos a reiterar a capacidade de o país produzir lançadores de granadas RPG-7 e morteiros de 81-mm (Bromley et al., 2013). Muitos dos *upgrades* das FAs nigerianas efetivaram-se graças à cooperação chinesa¹⁰⁹. A título ilustrativo, no ano 2008, Abuja acordou com Pequim a compra de 12 aeronaves F-7M e três FT-7N, 23 mísseis PL-9 ar-ar de curta distância, rockets não-guiados e bombas antitanques, bem como o treinamento de pilotos nigerianos na China (Chau 2007, in Chuka, 2011; Hellström, 2009).

Segundo Bromley et al. (2013), o aumento do comércio de armas entre a China e a África é fomentado por uma panóplia de razões, entre as quais sublinhe-se a intransigência de Pequim com relação à violação do princípio de não-interferência (designado por alguns académicos de *doutrina da soberania*) nos assuntos internos dos Estados, o facto de Pequim oferecer preços bastante competitivos, incluindo o “preço amigo” e opções de

¹⁰⁷ Recentemente, tem ocorrido o que muitos analistas consideram como uma reavaliação das posições de Pequim, dadas as fortes pressões da comunidade internacional e a atenção que o drama do Darfur suscitou nos *media* internacionais.

¹⁰⁸ Existem relatórios que apontam para o facto de que, posteriormente, acabaram por chegar a Zimbabué quantidades ainda maiores de arsenal militar, através da República Democrática do Congo (Chuka, 2011).

¹⁰⁹ Em 2001, a China pôs à disposição do governo nigeriano US\$ 1 milhão destinado à atualização do arsenal militar. O Gana recebeu da China, em 2007, uma soma que totalizou US\$ 1.7 milhões, destinada ao mesmo fim.

financiamento bastante favoráveis (empréstimos suaves, comércio de permuta e concessões de mineração). Trata-se de um negócio prenhe de obscuridade sobretudo porquanto, amiúde, os quantitativos das transações não são reportados, quer por parte da China, quer por parte dos países africanos, às instituições internacionais, mas também devido à proliferação de intermediários não autorizados, usualmente cidadãos e firmas ocidentais, nesses negócios. Registam-se importantes condenações de intermediários no comércio de armamento para países oeste-africanos tradicionalmente instáveis, como a Libéria, Serra Leoa e Nigéria, em alguns países europeus (Bélgica, Holanda e Reino Unido)¹¹⁰ (Bromley et al., 2013).

No cômputo geral, na revisão da literatura acerca do engajamento de Pequim no continente negro, salta à vista um certo pessimismo¹¹¹ por parte dos analistas, sobretudo em resultado da cognominada “política de nenhuma questão”, a qual afiançam ter sua quota-parte de responsabilidade na perpetuação de regimes políticos despóticos, repressivos e autoritários no continente. Na mesma linha, as organizações internacionais humanitárias que operam em África são contundentes em afirmar que essa postura de relacionamento passivo da China para com os Estados africanos tem contribuído para exacerbar o *statu quo* de instabilidade (Chuka, 2011; Taylor, 2012). No verbo de Chuka (2011), o fluxo de armamento chinês para áreas instáveis, a violação dos embargos da ONU, a par da determinação de Pequim em proteger militarmente os seus interesses em África, têm um impacto extremamente negativo na segurança continental. Bromley et al. (2013) alertam, neste contexto, para o perigo inerente ao fluxo de armamento chinês para

¹¹⁰ Gus Van Kouwenhoven, diretor da Companhia Liberiana de Borracha, dado o seu papel na intermediação na transferência de espingardas, metralhadoras e lançadores de granadas da *China National Aero-Technology Import and Export Corporation* (CATIC) para as forças de Charles Taylor, aquando do embargo da ONU à Libéria, em 2001 e 2003. Foi preso em Rotterdam, a 18 de março de 2005 e acusado de crime de guerra. O belga Serge Muller, através da Amylam Sierra Leone Ltd, intermediou a transferência de armas ligeiras (cinquenta metralhadoras pesadas, cem metralhadoras leves, dois mil e quinhentos espingardas de assalto, cem lançadores de granadas 40-mm e duzentos pistolas automáticas NP-18) e munições da China avaliada em US\$ 4.5 milhões destinadas a ala paramilitar da polícia, *The Operational Support Division* (OSD) (Bromley et al., 2013). Em 2010, o Reino Unido condenou Ghulum Sayeed pelo seu papel no fornecimento ilegal de 14 sub-metralhadoras da China à *Nigerian Drug Enforcement Agency*, via *Huntingdon International Ltd*. Em 2012, Gary Hyde teve o mesmo destino, pela intermediação ilegal de 40000 espingardas de assalto, 30000 espingardas semiautomáticas, 10000 pistolas da China para a Nigéria, fornecidas pela *Poly Technologies*. O tribunal revelaria que Hyde teria recebido uma comissão de US\$ 450 mil resultante do negócio (Bromley et al., 2013).

¹¹¹ Esse pessimismo, apesar de ser fundamentalmente ocidental, começa a emergir progressivamente entre alguns segmentos de *opinion makers* africanos. Conforme nota um observador queniano, a África não possui uma política para a China, só Pequim controla os *fora...* (...) China fala de confiança mútua, mas existe o perigo de a África ser trapaceado, tal como aconteceu com as potências ocidentais (Taylor, 2012).

um sem número de fações em confronto, como é o caso da espingarda de assalto Type-56 e os mísseis terra-ar FN-6.

Tal como o negócio de armas, o do petróleo, paradoxalmente, pode igualmente constituir um grande *handicap* à estabilidade sociopolítica em África. Para Taylor (2012), o recrudescimento da importação chinesa desse *commodity* promove a displicência dos governantes africanos relativamente à necessidade de se empreender políticas que resultem numa maior diversificação económica, de se investir em recursos humanos e proceder a reformas institucionais profundas, etc. Não olvidar igualmente que uma extrema dependência relativamente ao petróleo aumenta a vulnerabilidade económica dos países produtores face a fluxos de preços nos mercados internacionais.

Igualmente, há quem sugira que os acordos militares sino-africanos afiguram-se uma alternativa securitária credível à postura de intransigência ocidental face aos países africanos, e que, por exemplo, os *peacekeepers* chineses têm sido uma mais-valia na estabilização de várias regiões em África (Kurlantzick, 2009; Shinn, 2009), sobretudo, em razão do recrudescimento do engajamento chinês, em sede da ONU, nos processos de manutenção de paz em várias regiões do globo. Assim, em linha com o pressuposto de “Defesa Ativa” plasmado no *Livro Branco*, intitulado “A Defesa Nacional Chinesa em 2006”, a China enviou aproximadamente 2000 capacetes azuis a várias partes do globo, a maioria dos quais, ou seja 77%, para África (Chuka, 2011). O grosso desses *peacekeepers* integra as designadas unidades de reabilitação, como os 315 membros do contingente de engenharia enviados no âmbito da *United Nations Mission in Darfur* (UNAMID) com o objetivo de ajudar na construção de acampamentos, estradas, pontes, *inter alia*. Darfur, igualmente, receberia da China sondas de perfuração e demais equipamentos, no sentido suprir a falta de água para a força híbrida composta pela ONU e a UA (Chuka, 2011). Não nos esqueçamos igualmente que a China, na sequência da política de reforço do seu *soft power*, tem empreendido um conjunto de investimentos que têm repercutido no melhoramento das condições de vida dos africanos – construção de escolas, hospitais, barragens, entre outros. O mesmo se pode afirmar relativamente ao envio de especialistas das mais diversas áreas – médicos, técnicos em desminagem, professores – para a África.

Face ao exposto, Taylor (2012) e, de certa forma, de Oliveira (2006), sugerem que qualquer análise da diplomacia chinesa em África deve primar-se pelo equilíbrio, de

modo a evitar a hiperbolização. Para o primeiro autor, o investimento chinês em África é necessário e bem-vindo. A questão de fundo radica na capacidade de os governos africanos usarem esse investimento para melhorar as condições de vida dos africanos, promovendo o desenvolvimento, num contexto amplamente dominado pela predação e incompetência. Naturalmente, nesse quesito, a defesa da política de não-ingerncia, assim como o desinteresse de Pequim relativamente ao destino a que é dado ao seu dinheiro resulta particularmente problemático.

Ricardo de Oliveira (2006) sugere que as abordagens sobre investimento petrolífero chinês em África carecem de precisão factual, clarividência analítica e mesmo de um pouco de sobriedade. A cobertura mediática, particularmente nos EUA, concentra-se exclusivamente nas implicações da cognominada “*falta de uma agenda moral*” chinesa para com os direitos humanos e a governação. Oliveira (2006) contrapõe advogando que, longe de destruir uma economia transparente, localmente benéfica, substituindo-a por algo diferente e prejudicial, os chineses, na verdade, têm vindo a inserir-se numa economia política muito antiga – iliberal, destrutiva e híper-exploradora. Durante décadas, essa economia política assentou-se no apoio político das potências ocidentais à *nomenklatura* africana, em troca de petróleo (de Oliveira, 2006). Em certa medida, a crítica dirigida à política externa chinesa *vis-à-vis* a África carrega consigo uma profunda hipocrisia. Na sua essência, as relações entre a África e a França, e os EUA, por exemplo, nunca primaram pelos valores da *liberdade, igualdade e fraternidade, da democracia e direitos humanos*, respetivamente (Taylor, 2012).

Na verdade, o “sobre-vendido e sub-conseguido” pressuposto de responsabilidade social empresarial, a par das agendas de transparência, tem convencido muitos de que existe uma genuína diferença entre o Ocidente e a China, dentro da economia política africana, o que não é verdade (de Oliveira, 2006).

Capítulo V - África Ocidental: Geopolítica de uma Região Instável

The increasing use and proliferation of mercenaries, child soldiers and small arms account for much of the instability in the West African subregion. This is not an exhaustive list of such problems. The culture of impunity, the spread of HIV/AIDS, the continued weakening of the security sector, the proliferation of roadblocks, youth unemployment, environmental degradation, social exclusion, remnants of war, mass refugee movements and other forced displacement, inequitable and illicit exploitation of natural resources, weak national institutions and civil society structures, and violations of human rights, including the rights of women, are some of the other serious cross-border problems afflicting many parts of the subregion¹¹².

Report of the Secretary-General on ways to combat subregional and cross-border problems in West Africa.

A ideia da “África Ocidental”, entendida como um espaço territorialmente organizado, trata-se de uma criação moderna, um fenómeno pós-independência (Adedeji, 2004). Durante o imperialismo europeu havia entendimentos distintos relativamente à definição das fronteiras físicas do perímetro geopolítico em questão¹¹³. O traçado definitivo só seria acordado nos anos 1960, sob a égide da Comissão Económica para África (CEA), a qual propôs a divisão do continente em cinco regiões – Norte, Sul, Centro, Este e Oeste –, no sentido de viabilizar os diversos projetos de integração regional (Adedeji, 2004). Atualmente, o termo “África Ocidental” remete para a área geopolítica a oeste da África, que inclui países na costa oriental do Oceano Atlântico e alguns da parte ocidental do deserto do Saara, no total 15 unidades geopolíticas, que enformam a CEDEAO.

A CEDEAO seria criada em 1975, a partir do Tratado de Lagos, perspetivando a promoção do desenvolvimento socioeconómico e estabilidade dos Estados da África Ocidental, através da integração regional. As barreiras alfandegárias e as restrições à livre circulação de pessoas no espaço regional, segundo os apologistas da integração,

¹¹² http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2004/200.

¹¹³ Para os britânicos, correspondia às suas quatro colónias e protetorados (Nigéria, Costa de Ouro (atual Gana), Serra Leoa e Gâmbia). Até 1958, os franceses cingiam-no à federação das oito colónias sob o seu jugo (Mauritânia, Senegal, Costa do Marfim, Sudão Francês (atual Mali), Guiné Francesa, Dahomey (agora Benim), Níger e Alto Volta (agora Burkina Faso). Já o Togo francês possuía um estatuto distinto. Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, para os lusos, constituíam a África Ocidental portuguesa. Nos primórdios da descolonização, numa estratégia de contrabalançar o poderio nigeriano, no quadro das negociações que visavam a constituição de uma união económica oeste-africana, Leopold Senghor afirma que a África Ocidental se estendia de Cabo Verde e Mauritânia a Zaire (atual República Democrática do Congo).

consubstanciavam em *handicaps* primaciais à prosperidade da região. Contudo, não tem feito jus à sua constituição, malgrado a retórica otimista, particularmente no seio dos *decision makers* oeste-africanos. Volvidos aproximadamente quatro décadas após à sua constituição, o balanço é manifestamente negativo. No cômputo geral, os Estados, ao arrepio das expetativas iniciais, regrediram em quase todas as dimensões do desenvolvimento – a maioria ocupa a cauda do *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma situação que tende a perpetuar-se (Adedeji, 2004). O falhanço da CEDEAO decorre fundamentalmente do facto de não ter conseguido dar sequência a alguns dos seus objetivos fundamentais, nomeadamente: i) a liberalização comercial; ii) a uniformização da tarifa comercial; iii) a harmonização da política fiscal e comercial; iv) a criação de uma zona monetária; v) a maximização do compromisso dos Estados para com o orçamento da organização; vi) e a ratificação e implementação alargada dos protocolos (Adedeji, 2004).

Ao incumprimento das metas estipuladas inicialmente pelos Estados-membros subjazem diversos fatores, quais sejam: i) o prevalecimento de um entendimento distorcido, particularmente entre a chancelaria oeste-africana, relativamente às noções “desenvolvimento” e “integração”; ii) as contingências político-económicas impostas pelos sucessivos programas de ajustamento estruturais prescritos pelas instituições de Bretton-Woods¹¹⁴; iii) o surgimento de organizações paralelas dentro da CEDEAO, com implicações ao nível da perda de tempo na harmonização dos programas; iv) a invariável relegação dos ideais da CEDEAO a um plano secundário, sempre que surjam crises internas; v) a debilidade subjacente à liderança da Nigéria (que malgrado deter alguns pré-requisitos, de certo modo, legitimadores da sua pretensão hegemónica, patenteia um conjunto de elementos estruturantes de um Estado fraco¹¹⁵; vi) e, por último, a instabilidade regional, traduzida em infindáveis *coups d'états* e conflitos étnicos.

O carácter distintivo da CEDEAO *vis-à-vis* às congéneres africanas (e não só) decorre do facto de ser uma organização de matriz económica, que paulatinamente, tem-se

¹¹⁴ Neste contexto, Adedeji (2004) diz que os africanos, particularmente os mais instruídos, tendem a ver a África, o Ocidente e o mundo, em geral, através de lentes distorcidas fabricadas pelos europeus – a síndrome das três lentes. O recurso a tais lentes *made in Europe* torna a tão propalada descolonização económica virtualmente impossível.

¹¹⁵ Além disso, a postura de Lagos com relação a alguns objetivos fundamentais da CEDEAO tem sido, no mínimo, ambígua. Compreende-se, pois, que um país que se vem confrontando com um longo período de instabilidade política, estagnação económica e corrupção alargada, careça de legitimidade moral para liderar os congéneres.

transformado num enquadramento com uma estrutura afim a uma aliança militar coletiva (Bah, 2005).

V.1. Dinâmicas Gerais de Insegurança Regional

West Africa is becoming the symbol of worldwide demographic, environmental and societal stress in which criminal anarchy emerges as the real “strategic” danger. Disease, overpopulation, un-provoked crime, scarcity of resources, refugee migrations the increase erosion of nation-states and international borders, the empowerment of private armies, security firms and international drug cartels are now most tellingly demonstrated through a West African prism.

Robert Kaplan

A África Ocidental é conhecida, globalmente, por ser uma região problemática. Ali, as interações securitárias potenciadas pela proximidade geográfica e conflitos domésticos unem indivíduos e Estados em torno de determinadas ameaças, produzindo perceções securitárias distintas (Buzan & Wæver, 2003; Francis, 2007). O grosso dessas interações ocorre entre os níveis intra e trans-estatal, sobretudo, na forma de *spillovers* de fontes de insegurança domésticas, nomeadamente fluxos de refugiados, expulsões de estrangeiros, guerras civis, e o mais.

Para Buzan & Wæver (2003), pese embora as dinâmicas de insegurança oeste-africanas, mormente de índole conflitual, instigarem, desde há muito, uma rede relativamente complexa de alianças, suspeições, relações hostis entre atores estatais e subestatais regionais, o facto é que só podemos falar da África Ocidental como CSR a partir de 1975, por força da criação da CEDEAO¹¹⁶. De todo modo, sublinhe-se, a constituição das OIs não é uma condição *sine qua non* para a emergência de CSRs, podendo estes existir sem aqueles. O que interessa não é a construção discursiva da região, neste caso, o modo como se define as fronteiras da África Ocidental, mas sim a ocorrência de interações securitárias significativas entre os Estados que a enformam (Buzan & Wæver, 2003) – e foi o que a CEDEAO trouxe à região.

¹¹⁶ Foi por via das intervenções da ECOMOG na Libéria e na Serra Leoa, que se começou a desenhar essa tendência. Antes desses eventos, a região nem sequer podia ser considerada um pré-complexo de segurança, em virtude da exiguidade das conexões securitárias.

Arquitetada com o intuito de promover o desenvolvimento económico regional, a CEDEAO rapidamente se enveredou pelo campo securitário (Bah, 2005; Buzan & Wæver, 2003; Ebo, 2007), aglutinando as preocupações de segurança dos Estados da região, por intermédio do seu *Mecanismo de Segurança Regional*¹¹⁷. Em 1978, os Estados-membros acordaram o estabelecimento do *Protocolo de Não-Agressão*, três anos volvidos, o *Protocolo da Assistência Mútua em matéria de Defesa*¹¹⁸. Em 1990, emergiu o *Comité de Mediação*¹¹⁹, que daria azo à formação da ECOMOG, força de manutenção da paz que, sob o comando nigeriano, interveio nos conflitos da Libéria, Serra Leoa e, em menor grau, na Guiné-Bissau (Persson, 2012). Seguiram-se outros importantes instrumentos securitários, nomeadamente o *Protocolo sobre a Democracia e Boa Governança*¹²⁰ (2001), e a *Moratória sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre*¹²¹ (2006), refletindo o reconhecimento, por parte dos burocratas, da profunda interdependência securitária que perpassa a região (Bah, 2005).

A marca distintiva do CSR da África Ocidental não é tanto a projeção do poder e dilemas securitários, segundo a interpretação realista¹²² das relações internacionais, quanto a natureza dinâmica e compósita intrínseca às ameaças domésticas que comportam enormes repercussões regionais. A variante securitária dominante emerge em decorrência de conflitos intra-estatais, a par de alianças entre Estados/regimes e atores não estatais, tornando as interferências dos Estados em crises dos congéneres bastante corriqueiras (Adebajo, 2004; Agyeman-Duah, 1990; Buzan & Wæver, 2003; McGowan, 2005a, 2005b; McGowan & Johnson, 1986; Omeje, 2005). Os fluxos massivos de refugiados produzidos pelos conflitos, as redes intrincadas de apoios, cumplicidades e solidariedades transcendentais às fronteiras do Estado, acabam por fomentar um clima de suspeições e até alguma hostilidade interestatal, mas que se esgotam ali mesmo.

Dada a fragilidade dos Estados, as interações securitárias de estilo vestefaliano, ou seja, situações de confrontação direta têm sido raras, não obstante a dimensão multiétnica da região, aliada à perpetuação de conflitos intraestatais, que tendencialmente transbordam

¹¹⁷ *Ecowas Protocol Relating to the Mechanism for conflict Prevention, Management, Resolution, Peacekeeping and Security*, em inglês.

¹¹⁸ *Ecowas Protocol on Mutual Assistance and Defence*, em inglês.

¹¹⁹ *Ecowas Mediation Committee*, em inglês.

¹²⁰ *Ecowas Protocol on Democracy and Good Governance*, em inglês.

¹²¹ *Ecowas Convention on Small Arms and Light Weapons (SALW)*, em inglês.

¹²² Note-se que o conceito CSR outrora denotava uma forte influência do realismo, conhecendo reformulações após o alargamento do conceito de “segurança”.

os limites geográficos da soberania estatal – é a paz negativa a que se refere Kacowicz (1997). Excetuando-se a Nigéria, que também é um Estado fraco, nenhum outro Estado oeste-africano possui capacidades materiais que lhe permitem empreender relações securitárias a longas distâncias (Buzan & Wæver, 2003; Kacowicz, 1997; Omeje, 2005). As intervenções da Nigéria em resposta às crises securitárias regionais, não obstante os seus inúmeros fracassos, afiguram-se ilustrações singulares de operações de manutenção e construção da paz no Terceiro Mundo, desenhadas e levadas a cabo por Estados regionais (Buzan e Weaver, 2003).

Esta dinâmica securitária de matriz localista, aliada à relutância dos Estados em redefinir as fronteiras coloniais, torna os padrões de segurança regionais quase indiscerníveis. O efeito *spillover* cria o que se assemelha a padrões securitários, porém estes não comportam uma demarcação objetiva. Manifestam-se não tanto como padrões coordenados de alianças e rivalidades, quanto a canais de eventos discretos.

Conforme sugere Francis (2007), de todos os CSRs elencados pelos teóricos da Escola de Copenhaga, o *Proto-Complexo de Segurança Oeste-africano* afigura-se um dos mais complicados do globo, porquanto composto por vários micro-complexos sub-regionais, cada qual com sua dinâmica própria e que, não raras vezes, se veem sobrepostos (Francis, 2007).

Registe-se que o CSR da África Ocidental opera num sistema internacional marcado indelevelmente pelo impacto contraditório da globalização. Deste modo, na compreensão das dinâmicas de segurança que ali operam, temos que nos atentar não só à ação de atores subestatais, nomeadamente os grupos insurgentes, mas igualmente à dos transnacionais, o crime organizado, a título ilustrativo, bem como dos Estados extrarregionais (designadamente a Grã-Bretanha, os EUA, França e, nos últimos anos, a China).

V.2. Perceções de Ameaças Domésticas

Segundo Buzan & Wæver (2003), regra geral, as relações de amizade/inimizade entre Estados, num dado quadro regional, traduzem em padrões coerentes de interdependência securitária – *formação de conflitos, comunidades de segurança* ou *regimes de segurança*, etc. Na África Ocidental, o padrão de relacionamento dominante é a “*formação de*

conflitos”¹²³ de cariz e sub e trans-estatal (Buzan & Waever, 2003). Os Estados oeste-africanos têm sido assolados, quase que permanentemente, por conflitos étnicos, golpes de Estado, insurreições, *inter alia*, cujas repercussões quase sempre extravasam as suas fronteiras, culminando na deterioração das relações interestatais e da segurança regional (McGowan, 2005a). Uma das principais consequências negativas desses conflitos são os fluxos massivos de refugiados, normalmente seguidos por frequentes incursões militares entre Estados vizinhos. A guerra civil liberiana de 1989 provocaria a deslocação de 600 mil refugiados, a partir de uma população de 2.5 milhões de pessoas, para os países limítrofes. As forças rebeldes ignoraram as fronteiras, e contrabandearam diamantes e armas que alimentavam o conflito e desestabilizavam os vizinhos (McGowan, 2005a). As guerras civis na Serra Leoa, Costa do Marfim e na Guiné-Bissau apresentariam o mesmo padrão.

A natureza da percepção de ameaça que perpassa a região obriga a elite governamental oeste-africana a apostar fortemente em mecanismos securitários suscetíveis de a proteger contra as insurreições, subversões, golpes militares (Haacke & Williams, 2008a, 2008b, 2009) e, simultaneamente, o Estado dos eventuais ataques externos¹²⁴. Daqui resulta o dispêndio de avultadas somas, tendo em conta o PIB e demografia do país, destinadas ao reforço do setor da defesa (Anda, 2000; Howe, 2001; Ojo, 2009).

Os golpes militares, um dos principais instigadores da insegurança regional, são, de longe, os mais temidos pela elite política regional (Anda, 2000; McGowan, 2005a, 2005b). A tentativa de secessão biafrana, as guerras civis da Libéria, Serra Leoa, Costa

¹²³ Nas designadas formações conflituais (Senghaas, 1973; Väyrynen, 1984), a cultura regional da anarquia está dependente das capacidades materiais: O determinante dominante da segurança do Estado são as relações do poder. De uma perspetiva objetiva e macro, as interações securitárias entre os Estados são reguladas por um número mínimo de normas que não têm por fim sistematicamente excluir os riscos de conflitos armados. Os pressupostos básicos do realismo – mormente o equilíbrio de comportamento e a interação política enquanto jogos de soma zero – serão válidos para a região, manifestando-se através de comportamentos facilmente observáveis, como, por exemplo, corrida ao armamento e alianças *ad hoc* (Oskanian, 2010).

¹²⁴ Se é verdade que, grosso modo, as percepções de ameaça dos Estados africanos, em geral, e oeste-africanos, em particular, afiguram-se eminentemente domésticas, de igual modo não deixa de ser menos certo que, o espaço geopolítico oeste-africano já foi, no pretérito, objeto de violações externas, no que à segurança concerne. A título ilustrativo, em novembro de 1970, ocorreu uma invasão à República da Guiné, por parte de mercenários portugueses, que posteriormente seria abortado. Em janeiro de 1977, a República do Benim experienciou um outro assalto por parte de mercenários franceses.

do Marfim, Guiné-Bissau, todas elas foram precedidas de golpes de Estado¹²⁵ (McGowan, 2005a).

A recorrência com que se despoletam golpes de Estado faz jus à centralidade do setor militar no contexto securitário oeste-africano (Anda, 2000). Segundo McGowan (2005a), o número abissal de tentativas de golpes na África Ocidental reflete o facto, de uma vez iniciados, haver uma enorme probabilidade de sucesso. Ademais, mesmo em Estados pobres¹²⁶ e fracos, os benefícios simbólicos e materiais para os detentores do poder são de tal modo avassaladores que os golpes se tornaram numa estratégia política racional de *rent-seeking*. Os golpes são amiúde seguidos de contragolpes, mormente quando se traduzem em facionalismos militares¹²⁷, deteriorando, regra geral, ainda mais, a segurança regional (McGowan, 2005a). Esse facionalismo quase sempre se caldeia em crispações étnicas, regionais, religiosas e identitárias, como se tem constatado em países como a Libéria, a Costa do Marfim e a Nigéria, (McGowan, 2005a). O que, amiúde, lhe está subjacente é a crescente rivalidade existente entre as hierarquias das forças armadas (FAs) – oficiais superiores *versus* oficiais subalternos *versus* sargentos; oficiais militares *versus* forças de elite responsáveis pela segurança dos presidentes de república (McGowan, 2005a). Facionalismos extremos também têm existido entre os detentores do poder, mesclados com rivalidades pessoais. Um exemplo paradigmático é o golpe de Estado protagonizado no Burkina Faso, por Blaise Campaoré, e a subsequente aniquilação do seu outrora confrade Thomas Sankara (McGowan, 2005a).

Se as repercussões dos golpes tendem a extravasar as fronteiras dos Estados, também é verdade que, muitas vezes, eles derivam ou são potenciadas por interferência e instigação de atividades subversivas por parte de Estados vizinhos (Agyeman-Duah, 1990), motivados por rivalidades entre líderes políticos, questões ideológicas ou afinidades

¹²⁵ A secessão no Biafra foi instigada sobretudo pelo golpe e o contragolpe de 1966, a par da subsequente violência comunal; A guerra civil liberiana surgiu do golpe de Doe em 1980 e a subsequente polarização étnica e as políticas caóticas avançadas por esse governante. A Guerra Civil Serra-leonesa, de 1991, foi reflexo de quatro tentativas de golpes de Estado, das quais uma bem-sucedida, e o colapso do sistema democrático; o breve conflito na Guiné-Bissau, em 1993, seguiu a mesma lógica. A guerra civil da Costa do Marfim foi o resultado do golpe de Estado protagonizado por general Robert Guei, em 1999 e o golpe falhado em 2002, que deu azo a conflitos entre norte e sul do país (McGowan, 2005a).

¹²⁶ Um exemplo evidente da extração rentista operada por militares ocorre na Gâmbia, onde as possibilidades de enriquecimento através da política são minúsculas comparativamente ao Gana e à Nigéria. Embora esse quadro possa vir a alterar com as descobertas de petróleo no seu *offshore*.

¹²⁷ Regra geral, as forças militares africanas não possuem um modelo organizacional complexo e, em vez disso, são círculos de campos armados leais a um conjunto de oficiais em competição, pertencentes a diferentes ramos, cozinhados com uma variedade choques étnicos, pessoas e corporativos.

étnicas (Francis, 2007). O resultado é quase sempre um emaranhado de tensões ou alianças envolvendo grupos étnicos, militares, elite política de um conjunto de Estados contíguos (Francis, 2007).

Na verdade, o encorajamento de atividades subversivas entre os governantes oeste-africanos está longe de ser um fenómeno recente. A atmosfera de ódio, suspeições, paranoia e inimizade, no quadro das relações interestatais na África Ocidental remonta os tempos áureos do pan-africanismo (Agyeman-Duah, 1990; Kum, 1990). Nos primórdios da descolonização, o então Presidente Nkrumah mandou construir um conjunto de campos de treino no país, em ordem a alimentar subversões em Estados vizinhos – Níger, Costa do Marfim e Nigéria. Houphouet Boigny, então presidente da Costa do Marfim, um dos maiores críticos do governo ganês, o qual acusava de apoio à subversão, fomentando a desconfiança entre os líderes regionais (Kum, 1990), igualmente, daria guarida a dissidentes ganeses (Agyeman-Duah, 1990). Especula-se que o Gana, a par do Burkina Faso, tenha igualmente incitado e auxiliado movimentos insurgentes no Togo. O próprio Nkrumah sobreviveu a, pelo menos, dez tentativas de golpes de Estado, desde que assumiu o poder em 1981, engendrados por dissidentes ganeses estabelecidos em Lomé (Anda, 2000). Essa tendência de Estados da região prover refúgio e apoio a dissidentes de Estados vizinhos tem-se perpetuado no tempo, representando um importante fator de instabilidade regional (Agyeman-Duah, 1990).

Francis (2007) afirma que os Estados e indivíduos oeste-africanos encontram-se fortemente interligados, não só num quadro de proximidade geográfica, mas também por fatores históricos (nos quais se destaca a rivalidade entre o bloco anglófono e francófono), socioculturais, raciais, etnolinguísticos, ideológicos, entre outros, que acabam por alimentar padrões de interdependência, quer em termos de relações amistosas quer em termos de relações de desconfiança e hostilidade (Francis, 2007), mas que raramente desembocam em confrontos diretos.

Note-se que os padrões de rivalidade e amizade nem sempre são coincidentes com a divisão anglofonia e francofonia. Registam-se apenas dois casos de confrontação interestatal, ainda assim efémeros. Aconteceram em 1975 e 1985, e tiveram como protagonistas o Mali e o Burkina-Faso, países com um longa história de relações tensas; o mesmo se pode dizer da relação entre o Senegal e a Mauritânia. O perigo inerente a tais forças centrífugas motivou a procura de um mecanismo de cooperação e defesa mútua

subregional, como o ANAD, assinado em 1977, por sete¹²⁸ dos nove Estados francófonos. No panorama anglófono, registre-se a antiga rivalidade entre a Nigéria e o Gana. Apesar de integrar o bloco anglófono, o Gana nunca chegou ter a Nigéria como um verdadeiro amigo (Buzan & Wæver, 2003), repercutindo em divergências na abordagem das operações de *peacekeeping*, particularmente na primeira fase do conflito liberiano (Wardhani, 2006). De igual modo, já se registaram alianças entre Estados pertencentes a blocos identitários distintos, como a que juntaria a Guiné radical, Gana e Mali, logo após a saída das potências coloniais da região.

Os golpes militares influenciam enormemente as interações políticas na África Ocidental, porquanto exponenciam o sentimento de insegurança dos líderes políticos, levando-os a focarem-se no domínio doméstico, em detrimento da cooperação regional. Por exemplo, a relutância e a demora da Libéria em ratificar o *Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas* deveu-se sobretudo ao sentimento de insegurança que se seguiu ao derrube do antigo Presidente William Tolbert – na altura um líder muito popular na África Ocidental e presidente da OUA – em abril de 1980. O mesmo sentimento levaria o Gana e a Nigéria a encerrarem as suas fronteiras depois do golpe de 1981 e 1983, respetivamente, violando o espírito da Carta da CEDEAO (Anda, 2000).

Um golpe militar num de Estado tende a transformar profundamente as relações de amizade/inimizade dentro de uma organização regional da qual faz parte, com especial acuidade para as organizações regionais compostas por Estados fracos, como é o caso da CEDEAO. A tendência é para que estes ajam em bloco, repudiando o golpe e relegando o regime emergente à condição de pária, particularmente quando existe uma forte relação de amizade com o regime deposto. A título ilustrativo, o golpe de Estado liberiano, perpetrado por Samuel Doe, traduziu numa série de eventos que levariam à deterioração relacional da Libéria com outros Estados da região. Em resposta à sua exclusão da Cimeira de Lomé (1980), Doe anunciaria a desvinculação da Libéria da organização e o retorno dos membros dos corpos diplomáticos que residiam na Nigéria, Serra Leoa e no Senegal (Anda, 2000).

¹²⁸ Burkina-Faso, Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Togo.

V.3. Descrição e Análise dos Principais Conflitos Regionais

- *Conflito do Biafra*

A guerra civil biafrana, ocorrida entre 1967 e 1970, foi uma das mais mortíferas da região – estima-se que tenha provocado aproximadamente três milhões de mortos. O conflito opôs as forças governamentais, dominadas sobretudo pelos Hausa-Fulani do Norte, a vários grupos étnicos que habitam o Delta do Níger, sobretudo os Igbo e os Yorubas. Estes, em conjunto, pretendiam criar um Estado independente naquela região – o Biafra –, em resposta ao que consideravam ser uma extrema discriminação económica a que estavam expostos, não obstante habitarem o coração económico da Nigéria.

O conflito produziu uma miríade de dilemas e perceções securitários negativos entre os membros do espaço regional, na maior parte dos casos instigados por atores extrarregionais, elevando significativamente as possibilidades de confrontação direta. Praticamente todos os Estados pertencentes ao bloco francófono, mormente a Costa do Marfim, reconheceu o Estado do Biafra, funcionando como *pivots* no suporte francês aos secessionistas locais.

Esta guerra de secessão colocou a Nigéria no centro do palco mundial, e atraiu participantes de vários espaços regionais, nalguns casos em alianças inesperadas, na procura de tirar máximo partido dos seus interesses (Pham, 2007). A Grã-Bretanha posicionou-se, ainda que não oficialmente, ao lado do Governo Federal. A União Soviética, almejando recrudescer a sua posição na região, seguiu as pisadas dos britânicos, e forneceu armamento ao governo. A China, seguindo a “lógica” de separação sino-soviética suportou os biafranos (Pham, 2007). O mesmo sentido tomaram os apoios de países como a África do Sul, Portugal e França, cujos interesses regionais se viam mitigados pela emergência da Nigéria em África (Pham, 2007).

Presentemente, a aparente acalmia está longe de esconder a atmosfera de tensão latente na região. O Delta continua a ser uma das áreas mais pobres da Nigéria, insegura e dilacerada por uma enorme catástrofe ambiental, devido à exploração petrolífera.

- *Conflito da Bacia do rio Mano*

O conflito da bacia do rio Mano teve o seu início na Libéria, em 1989, quando os rebeldes da FNPL, sob a liderança de Charles Taylor¹²⁹, entraram no país, a partir da Costa do Marfim com o propósito de derrubar o então ditador liberiano Samuel Doe. Doe, para além de incompetente e autoritário, era amplamente acusado de corrupção, nomeadamente o favorecimento do seu grupo étnico de origem, os Khran, em detrimento de outras etnias (Gio e Mano) (Ebo, n.d.).

O conflito, um dos mais complexos e horrendos a assolar a região, arrastou-se por quase 15 anos (na Libéria, a primeira fase decorreu entre 1989 e 1997, e a segunda fase de 2002 a 2003). Vários fatores contribuíram para a sua prolongação. Em primeiro lugar, Taylor conseguiu controlar vastas áreas ricas em recursos naturais como madeira e diamantes, que eram, posteriormente, vendidos às empresas ocidentais, via Costa do Marfim. Em segundo lugar, Taylor beneficiava de importantes suportes externos, nomeadamente dos antigos presidentes da Líbia, Burkina Faso e Costa do Marfim. Kadhafi¹³⁰ tinha um longo historial de patrocínio de revoluções contra regimes que entendia serem fantoches do imperialismo. Blaise Compaoré tinha interesses em beneficiar da economia política da guerra. E Houphouet-Boigny pretendia vingar o assassinato do seu genro A. B. Tolbert, filho do antigo presidente liberiano W. Tolbert¹³¹, aquando do golpe de Doe (Omeje, 2005).

O conflito liberiano ilustra de forma bastante clara a complexidade em termos de amizade e inimizade, suspeições, cumplicidade e interesses envolvendo vários líderes regionais. O carácter hipercentralizado, hiperpersonalizado e predatório do regime tayloriano, a par da sua interação com outros regimes regionais daria azo a um ambiente ideal para a difusão de intrigas (Sawyer, 2004).

¹²⁹ Charles Taylor nasceu em 1948, no seio de uma família libero-americana, as antigas elites do país. Depois de terminar os seus estudos nos EUA, Taylor regressou ao país, em 1980, e trabalhou como diretor da *General Services Agency Controlling Liberia's Budget*. Acusado de fraude, Taylor foi preso e enviado para os EUA. Depois de fugir da prisão, Taylor dirigiu-se para a Líbia onde receberia treino militar, e onde também fez amizades com os antigos presidentes marfinês e burquinabê Felix Houphouet-Boigny, Blaise Compaoré, respetivamente. Foi também em Trípoli que conheceu o ex-líder da RUF Foday Sankoh.

¹³⁰ Cor. Muammar Qadhafi se autointitulava o revolucionário e pan-africanista.

¹³¹ Samuel Doe havia prometido ao então presidente marfinense, Houphouet-Boigny que A. B. Tolbert, que havia sido retirado à força da embaixada francesa na Libéria, aquando do derrube de William Tolbert, sairia ileso do ataque. Contudo, acabou por ser morto. Houphouet-Boigny nunca o perdoaria por isso.

O conflito em apreço rapidamente se alastrou para países vizinhos, principalmente a Serra Leoa, que se viu mergulhada numa guerra civil, em 1991, quando Charles Taylor, na altura, presidente da Libéria, suportou o grupo insurgente serra-leonês denominado Frente Revolucionária Unida (FRU), comandado pelo seu confrade Foday Sankoh, nas suas incursões naquele país¹³². Apoiando Sankoh, Taylor cumpriria dois objetivos: por um lado, vingou-se das autoridades governamentais serra-leonesas, por lhe terem negado a implantação de uma base na Serra Leoa e, por outro, acedeu aos recursos naturais daquele país.

As campanhas da FRU rapidamente ganharam impulso com a inclusão de milhares de jovens desapontados com as condições económicas, principalmente nas zonas rurais. Para conter a incursão dos rebeldes, no início dos anos 90, o governo militar da Serra Leoa contratou liberianos pertencentes ao Movimento Unido de Libertação para a Democracia (MULD), bem como mercenários sul-africanos, em 1995, estes últimos em troca de US\$ 2 milhões mensais. As hostilidades cessaram em 2000, após a intervenção da ECOMOG, e a Serra Leoa conheceria um período de relativa acalmia com a eleição do presidente Tejan Kabbah, em 2002¹³³.

A Guiné foi outro vizinho a sofrer profundamente com as consequências do conflito liberiano, após Taylor ter acusado as autoridades daquele país vizinho de terem suportado dissidentes liberianos, permitindo-lhes orquestrar ataques a partir do território guineense (Global Security, n.d.). Os ataques transfronteiriços protagonizados pelas forças guineenses, por um lado, e pelos rebeldes liberianos e serra-leoneses, por outro, culminaram em conflitos intermitentes de vária intensidade, no início do sec. XXI.

O processo de estabilização regional a cargo da ECOMOG foi marcado por profundos cismas e rivalidades¹³⁴. Vários Estados francófonos, numa fase inicial, reagiram em unísono, contra a entrada da ECOMOG na Libéria e Serra Leoa (Wardhani, 2006). De todo modo, Estados como a Guiné (este, por razões óbvias), Mali e Togo posicionaram-

¹³² Daí que a FNPL, entre outras coisas, serviu-se de intermediário, no quadro da canalização das ajudas provenientes da Líbia e do Burkina Faso em direção às FUR.

¹³³ Vide: Zabadi, I. (2005) 'Civil Militias: Threats to National and Human Security in West Africa', D. J. Francis (ed.) *Civil Militias: African Intractable Security Menace?* Aldershot: Ashgate, 117-130.

¹³⁴ Ora, nem sempre os antagonismos chegam a culminar em hostilidade aberta; nalguns casos, traduzem-se em simples competição ou mesmo ignorância. Esta, a par de atitudes não-cooperativas, reflete também relações de inimizade, embora num nível mais baixo (Wardhani, 2006).

se, de certo modo, do lado da Nigéria (Wardhani, 2006). Os dois últimos serviram-se de palco para as conversações de paz, até porque os respetivos presidentes tinham estado na presidência da CEDEAO, durante grande parte do conflito (Wardhani, 2006). A Costa do Marfim, que na altura fazia parte da CSNU, levou a competição à arena global, contribuindo para que a crise liberiana fosse tratada com alguma displicência naquele órgão. Por conseguinte, as operações de *peacekeeping* e *peace-enforcement*, na fase inaugural, ficariam exclusivamente a cargo da CEDEAO (Wardhani, 2006). Senegal, um dos Estados da região com melhor *profile* internacional, justificou a sua objeção com o facto de a Nigéria ter-se escusado de consultar os restantes membros da organização. A dicotomia anglofonia *versus* francofonia não é tão patente, no caso do Senegal. Na verdade, Senegal é um dos países que mais têm fomentado relações amistosas na região. Mesmo a rivalidade que o opõe à Nigéria tende a ser considerada, de certa forma, saudável, inclinando a dar azo a um padrão de amizade específico (Wardhani, 2006). Porém, em diversas situações, durante a crise da região do rio Mano, o Senegal mostrou-se empenhado em equilibrar o poderio nigeriano, como por exemplo, através da disponibilização de uma quantidade apreciável de tropas e da promoção do *meeting* de Dakar, em 2001. Guiné, Gâmbia e Serra Leoa, na altura, recetores de assistência financeira nigeriana, também se posicionaram a favor da intervenção (Wardhani, 2006).

Em 2001, o processo diplomático de pacificação regional provocou uma significativa diluição dos receios e rivalidades existentes entre os Estados da região. Burkina-Faso acabaria por alterar de posição, cooperando no processo de manutenção da paz, facto que serviu de mote para a visita de Obasanjo, então presidente nigeriano, àquele país. Ouagadougou serviria, igualmente, de anfitrião para o *meeting* de 2002, do qual sairia o grupo de contacto para a Libéria (Wardhani, 2006). Já a Costa do Marfim envolver-se-ia mais ativamente no processo de paz (Francis, 2007), servindo-se igualmente de palco para a realização do *meeting* de 1991¹³⁵ (Wardhani, 2006). Até certo ponto, a Costa do Marfim nunca chegou a desempenhar um papel de relevo, nem mostrou uma hostilidade aberta aquando da intervenção da ECOMOG na Libéria. Todavia, a partir de 2002, recuou no apoio a Taylor, dado este supostamente ter auxiliado grupos secessionistas do norte do seu território (Wardhani, 2006).

¹³⁵ Porém, alega-se que o racional de fundo subjacente à estratégia cooperativa marfinense teria a ver com a necessidade de equilibrar a preponderância nigeriana no processo de paz liberiano.

A crise da região do rio Mano expôs, de certa forma, a necessidade de os Estados da região superarem os receios e as cismas no sentido de engendram um enquadramento cooperativo suscetível de estabilizar a região. Assim, a paz e a segurança estatal e regional rapidamente tornaram-se no objetivo central dos governantes oeste-africanos, pese embora a sua consecução aparentar-se, cada vez mais, difícil (Wardhani, 2006).

- *Conflito da Costa do Marfim*

O conflito marfinense foi o culminar de anos de intensa luta pelo poder que seguiu a morte Houphouet-Boigny, presidente do país entre 1960-1993 (Kirwin, 2006). A Costa do Marfim, na altura, não detinha uma cultura política, bem como instituições que permitissem uma transição pacífica do poder¹³⁶. Quer a elite política quer a militar encetaram uma forte campanha de intrigas e politização da cidadania e identidade étnica, perseguição de opositores e promoção de insurreições com vista a capturar o poder (Omede, 2006). Os três primeiros chefes de Estado que sucederam Houphouet-Boigny – Henri Konan Bédié (1993-1999), Gen. Robert Guei (1999-2000) e Gbagbo nasceram no sul/sudoeste do país. Todos procuraram consolidar o poder político e militar dos seus respetivos grupos étnicos de origem e, ao mesmo tempo, capitalizaram-se através de um profundo sentimento xenófobo direcionado aos marfinenses do Norte, considerados imigrantes, apesar de estarem no país há várias gerações (BBC News Africa, 2013). A fim de obstaculizarem a emergência de candidatos provenientes do Norte, entre os quais o atual presidente Alassane Ouattara, inventou-se e institucionalizou-se o conceito de “*ivorité*”, que impedia a candidatura à presidência da república de cidadãos com ascendência estrangeira, ainda que tivessem nascido no país (BBC News Africa, 2013). Em setembro de 2002, vários oficiais do exército no norte do país empreenderam uma tentativa de golpe de Estado. Esses oficiais e apoiantes, liderados por Guillaume Soro, formaram a *New Forces* (NF), rapidamente ganharam controlo sobre a região norte,

¹³⁶ Note-se que a Costa do Marfim estava ainda sujeito ao Programa Ajustamento Estrutural implementado nos anos 1980 em resposta à profunda crise económica que seguiu ao decréscimo do preço do café e do cacau nos mercados internacionais (Kirwin, 2006). A degradação das condições de vida dos marfinenses seria a gota de água que faria transbordar a contestação em direção a uma guerra, em 2002 (Omeje, 2005), dividindo o país em dois.

mergulhando o país numa guerra civil, que se prolongaria por cinco anos (Insight of Conflict, 2011).

Em 2010, a Costa do Marfim mergulhou novamente numa grave crise sociopolítica, depois de o presidente derrotado das eleições presidenciais, Laurent Gbagbo, se ter recusado a ceder o poder ao candidato vitorioso, Alassane Ouattarra. As confrontações entre as forças leais ao Gbagbo¹³⁷ e a Ouattarra provocaram vários mortos e uma deslocação massiva de refugiados rumo a países limítrofes (Omede, 2006).

A instrumentalização étnica foi um fenómeno permanente no conflito marfinense, influenciado enormemente pela interferência de Estados vizinhos. Do Burkina Faso¹³⁸ tem saído armas para o *Movimento Patriótico da Costa do Marfim* (MPCM), a principal formação rebelde, constituída sobretudo por grupos étnicos burquinabês (HRW, 2005; SRI, 2003). A guerra civil liberiana proporcionou centenas de mercenários a ambas as fações em disputa do poder. A Libéria tornar-se-ia igualmente um território de retirada não só para os rebeldes como também para as forças governamentais, tropas francesas, forças da CEDEAO e da ONU (HRW, 2005; SRI, 2003).

- *Conflito do Casamansa*

A principal razão por detrás do conflito da região de Casamansa, que envolve os rebeldes Diola e as forças governamentais senegalesas, não é essencialmente de natureza étnica. A luta dos Diola pela independência da região do Casamança, que começou em 1982, resulta do crescente descontentamento relativamente à marginalização económica e política sofrida ao longo de vários anos. Como tem sido regra na região, o conflito, muitas vezes, foi influenciado por relações de aliança étnica extra-fronteiriças. A título ilustrativo, há relatos de que, nos finais dos anos 1990, determinadas fações das FAs da Guiné Bissau teriam fornecido reiteradamente armamento aos casamansenses¹³⁹.

¹³⁷ Atualmente, a ser julgado no TPI por crimes cometidos durante a sua governação.

¹³⁸ Burkina Faso, um país com enormes problemas económicos, receava também uma deslocação massiva de refugiados de origem burquinabê para o interior das suas fronteiras.

¹³⁹ O clímax da desestabilização da Guiné-Bissau deu-se quando o governo guineense tentou demitir o então chefe de Estado Maior das FAs, Asumane Mané, acusado de fornecer armas aos rebeldes da Casamansa, concorrendo para a eclosão de um breve período de guerra civil. A guerra civil na Guiné-Bissau estalou a 7 de junho de 1998, quando o exército formado pelo brigadeiro Ansumane Mané pretendeu levar a cabo um golpe de Estado que conduzisse à queda do presidente Nino Vieira. As tropas militares rebeldes

As hostilidades regionais cessaram-se em 2004, com a assinatura de um acordo de paz entre os rebeldes do Movimento Casamansês para Democracia (MCFD) e o presidente senegalês Wade. O processo de paz, porém, permanece muito frágil e preocupante, com grandes desafios logísticos associados à desmobilização, ao desarmamento e à reintegração dos ex-rebeldes, bem como à reconstrução das infraestruturas públicas e comunitárias.

- *Conflito do Mali*

Mali, como ocorre em maioria dos Estados oeste-africanos, tem um longo historial de instabilidade política, incluindo uma federação falhada com o Senegal e um governo militar que terminou em 1992 (Lanteigne, 2014). A partir dessa data, Mali experienciou um certo grau de estabilidade política, incluindo eleições reconhecidas pela comunidade internacional como relativamente livres e democráticas (Kristensen et al., 2012). Porém, as raízes da instabilidade estão longe de ser dirimidas. O Estado maliano confronta-se com um complexo problema, que resulta das exigências separatistas dos Tuaregues do norte do país (Shinn, 2013a), exigências essas que remontam a década de 1960 (Kristensen et al., 2012).

As ambições secessionistas dos Tuaregues emergem sobretudo da discriminação política e económica, comparativamente aos habitantes negros do sul, que vem sofrendo, desde a independência do Mali (Lanteigne, 2014). Tradicionalmente nómadas, tem-se movimentado ao longo do cinto ocidental da região do Sahel, envolvendo o Mali, Burkina Faso, Argélia, Níger e Líbia (Kristensen et al., 2012). A incapacidade de o Estado proteger o seu território transformou o norte do Mali numa zona de guerra com diferentes atores a competirem entre si (Kristensen et al., 2012). Vários grupos rebeldes e terroristas têm-se aproveitado do vácuo securitário para prosseguirem os seus interesses, entre os quais a implementação da *sharia*, o secessionismo, tráfico de drogas e terrorismo (Kristensen et al., 2012)¹⁴⁰.

entraram em confronto com as forças presidenciais, que foram ajudadas pelos senegaleses. O país entrou numa guerra sangrenta, que fez milhares de refugiados guineenses, espalhados, sobretudo, por todo o continente africano.

¹⁴⁰ Rendimentos provenientes do tráfico têm patrocinado atividades terroristas – de grupos como a AQMI, Movimento para a Unidade da Jihad na África Ocidental (MUJAO) Ansar Dine e o Movimento Nacional para a Libertação de l’Azawad (MNLA), Al-Mulathamín (Os mascarados) – na região.

Em 2012, exponenciado pelo fluxo de armas e pelo fervor extremista provenientes da Líbia, bem como pela *Primavera Árabe* (Lanteigne, 2014), os Tuaregues encetaram uma rebelião que, posteriormente, conduziria ao desmoronamento do sistema político e militar maliano (Kristensen et al., 2012). Logo no início da sublevação, capturaram a cidade histórica de Timbuktu, seguindo-se, em janeiro de 2013, a vila estratégica de Konna, que dista 700 quilómetros de Bamako. Os habitantes dessas regiões viram-se obrigados a se submeterem aos ditames da *lei sharia* (Lanteigne, 2014).

O que começou por ser uma insurgência relativamente limitada, rapidamente passou a ser uma preocupação internacional quando os separatistas se aliaram a uma segunda coligação de extremistas liderada por *Ansar Dine* (Defensores da Fé), sendo suportados pela *Al Qaeda no Magrebe Islâmico* (AQMI) (Lanteigne, 2014). *Ansar Dine* é um opositor de longa data não só do governo maliano, como também da minoria religiosa *Sufi*. É fervoroso apoiante da independência Tuaregue e da implementação da *sharia* por todo o Mali (Lanteigne, 2014).

O então presidente, Amadou Toumani Touré, mostrou-se incapaz de solucionar o conflito, preocupando-se sobretudo com a estabilidade do regime, enquanto os militares permaneciam subequipados e desmotivados na frente de batalha. Em decorrência disso, em março de 2012, os militares o derrubaram, e o país caminhou para a anarquia. Em vez de fortalecer as FAs malianas na luta contra os Tuaregues, o golpe teve, na verdade, um efeito contrário, dando azo a motins e desordens, que possibilitaram um maior avanço dos rebeldes rumo à capital, Bamako (Lanteigne, 2014).

A estabilização securitária do país só foi conseguida através da intervenção das forças francesas. Contudo, apesar da pesada derrota sofrida pelos rebeldes, a situação está longe de uma resolução definitiva (Kristensen et al., 2012). O quadro de insegurança crónico no norte do país tem suscitado grandes preocupações entre as principais organizações regionais, mormente a CEDEAO, e atores internacionais, como os EUA, a ONU e principalmente a França, haja em vista os enormes interesses económicos que esta última possui naquela região (Kristensen et al., 2012).

V.4. Relações de Poder: Perscrutando a Frágil Unipolaridade Regional

A estrutura de poderes no quadro oeste-africano é unipolar, com a Nigéria a assumir o papel de líder regional, mercê de uma panóplia de fatores, nomeadamente geográficos (possui um território terrestre que se estende do coração da África ao Oceano Atlântico), demográficos, económicos e militares. Os seus 167 milhões de pessoas a tornam duas vezes mais populosa que qualquer outro Estado africano. É um gigante em franco crescimento, malgrado os conhecidos problemas relacionados com a má governação e corrupção, que se estima lhe terem custado, nos últimos dez anos, US\$ 50 mil milhões. O produto interno bruto (PIB) de uma das suas principais cidades, neste caso, Lagos, supera o da maior economia da África Oriental, o Quênia. De acordo com *The National Bureau of Statistics*, em 2013, o PIB da Nigéria aumentou em 40%, ascendendo os US\$ 350 mil milhões, não muito longe dos US\$ 400 mil milhões da África do Sul. O Banco Mundial (BM), por seu turno, através do *Relatório sobre a Economia Nigeriana*, do ano 2013, salienta que as perspetivas económicas do país, a médio prazo, afiguram-se bastante positivas, augurando elevadas taxas de crescimento, baixo nível de inflação e significativa acumulação de reservas. Em 2014, a Nigéria torna-se na primeira economia africana, superando a África do Sul (CIA Factbook, Nigeria, 2014).

O PIB da Nigéria permite-lhe manter uma força militar colossal, quando comparada com as forças militares dos vizinhos da região. Daí resulta a preponderância do país na gestão da segurança regional, como evidenciado aquando dos conflitos da Libéria e da Serra Leoa, com a disponibilização de 24 mil homens, ou seja, 80% do total de tropas da ECOMOG destacadas para os dois países, aliada a uma contribuição financeira que ascendeu a 90% do orçamento dessa força de manutenção de paz (Adebajo, 2004). Ademais, a Nigéria tem tido uma postura bastante ativa no quadro das missões de manutenção de paz levadas a cabo pela ONU, não só no continente africano, mas também noutras áreas do globo.

V.5. Interações Militares Interestatais

Numa região cronicamente instável, com uma enorme diversidade étnica, transversal às fronteiras de vários Estados, é expetável a emergência de interações securitárias interestatais de matriz eminentemente negativas. Porém, essas interações tomam,

sobretudo, a forma de choques fronteiriços. Na verdade, as probabilidades de um determinado Estado engendrar um ataque bem-sucedido direcionado ao vizinho são eminentemente remotas (Anda, 2000; Kacowicz, 1997), pois, com exceção da Nigéria, todos os restantes Estados da região aquilatam-se em termos de poder militar. Para Kacowicz (1997), o contexto securitário resultante é a “*paz negativa*”, em que a ausência formal de guerras interestatais é mantida no quadro de uma base instável de ameaças e contenções, e/ou, ainda, por relutância ou incapacidade dos Estados entrarem em guerra.

Os pequenos conflitos (amiúde na forma de incidentes fronteiriços) na região resultam sobretudo de disputas territoriais, como as que chegar a envolver o Burkina Faso, o Mali e o Gana; o Togo e o Gana; o Níger e o Benim. Contudo, a única situação de confrontação direta foi protagonizada pelo Burkina Faso e Mali, em 1985/86, na sequência da disputa do estreito de Agacher, rico em minerais estratégicos (Anda, 2000). A guerra demoraria cinco dias, acabando por ser solucionada através da *quiet diplomacy* (Anda, 2000).

De todo modo, é preciso notar que, conforme sugere Agyeman-Duah (1990), o confronto em causa foi enormemente instigado pela antipatia e receios por parte do então presidente do Mali, Moussa Traoré, relativamente ao regime liderado por Thomas Sankara. Segundo o autor, a emergência de regimes radicais reveste-se, igualmente, num importante instigador de dinâmicas conflituais interestatais na África Ocidental¹⁴¹ (Agyeman-Duah, 1990). Ainda prevalece um enorme receio de que as insurgências ou revoluções num determinado Estado possam exercer um efeito de contágio em Estados adjacentes¹⁴².

As interações militares de cariz positivo traduzem-se em arranjos cooperativos, com particular acuidade entre Estados que partilham a mesma identidade colonial, mas que não têm tido tradução prática. Porém, registam-se algumas exceções: em 1971, tropas guineenses entraram na Serra Leoa em ordem a assistir o regime de Siaka Stevens que estava prestes a cair, respondendo ao acordo de defesa estabelecido entre os dois países (Agyeman-Duah, 1990). A gendarmaria guineense também afigurar-se-ia fundamental na restauração da ordem na Libéria, durante os tumultos de 1979. Em 1980, tropas

¹⁴¹ É preciso fazer notar, contudo, que as disputas entre o Gana e o Togo evocam normalmente sentimentos etnocêntricos.

¹⁴² Noutras áreas do continente, as causas imediatas dos conflitos são fundamentalmente o irredentismo, como no caso dos conflitos entre Etiópia e Somália, e entre Quênia e Somália; combinação entre disputas territoriais e *power politics*, como no caso Líbia-Chade; ou intervenções humanitárias, como aconteceria na guerra entre Tanzânia e Uganda, entre 1978-1979.

senegalesas intervieram no território gambiano, a pedido do então presidente daquele Estado vizinho, Jawara, anulando o golpe em curso. No contexto mais abrangente da CEDEAO, importa sublinhar a criação da ECOMOG, e os anteriores *Pacto de Não-Agressão*, de abril de 1978, e o *Protocolo de Assistência Mútua*, no domínio da defesa, de junho de 1981. Os pactos de defesa surgem, sobretudo, em razão da proximidade geográfica dos membros, bem como da comunhão da perceção de ameaça (Agyeman-Duah, 1990).

Importa sublinhar que a interação militar interestatal dentro da África Ocidental se vê constrangida pelo facto de alguns desses Estados possuírem acordos de defesa com as antigas potências coloniais, especialmente a França, dos quais estão profundamente dependentes. A maioria volta-se para a antiga potência para se abastecer de armas e munições, bem como para o auxílio em situações sublevação interna.

V.6. Cultura Política, Insegurança e Cooperação Securitária

Como bem notam Chabal & Daloz (1999), na África Ocidental, as políticas, preferências e interações dos Estados baseiam-se não tanto em expetativas e desejos dos cidadãos, quanto dos seus líderes. Assim, estes acabam por exercer um peso avassalador na transformação do CSR, e na interação entre as unidades (Estados) e o sistema (África). Acharya (n.d.), por seu turno, considera que o CSR oeste-africano esteja a se estruturar, não em função da rivalidade interestatal, mas sim, e cada vez mais, em resposta à partilha de interesses securitários da elite política regional. A crescente transformação dos instrumentos securitários da CEDEAO faz jus à posição deste eminente académico.

A cooperação securitária, no contexto da África Ocidental, encontra-se formalizada através dos seguintes instrumentos: Protocolo de Não-Agressão (1978); Protocolo de Assistência Mútua e Defesa (1981); ECOMOG¹⁴³ (ECOWAS n.d.), Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, Manutenção da Paz e Segurança¹⁴⁴ (composto pelo *Conselho de Mediação e Segurança*, *Comissão de Defesa e Segurança* e

¹⁴³ Cujo âmbito de ação seria alargado e legitimado no quadro da revisão do Tratado de 1993 (ECOWAS n.d.);

¹⁴⁴ Constituído com base em experiências registadas nas intervenções da Libéria e Serra Leoa.

*Conselho dos Anciãos*¹⁴⁵) (ECOWAS n.d.) e *Unidades de Standby* para uma rápida intervenção em contexto de crises¹⁴⁶ (Ibid, Artigo 30). As intervenções podem ser empreendidas se registadas as seguintes situações: i) agressão externa; ii) conflitos entre dois ou mais Estados-membros; iii) conflitos domésticos suscetíveis de conduzir a desastres humanitários ou perigar a segurança regional; iv) contextos de sérias violações dos direitos humanos e da *rule of law*, e v) derrube de regimes democraticamente eleitos. Com o intuito de antecipar eventuais crises, foi criada a ECOWATCH¹⁴⁷ – um sistema de alerta que dá a possibilidade de recolher informações relativas à governação, democracia e economia, *inter alia*.

A institucionalização de regras comuns aos Estados tende a assumir maior acuidade no plano regional, fundamentalmente em razão, entre outras coisas, de o padrão normativo de Estados contíguos apresentar paralelos em sua natureza e evolução (Bah, 2005). Os Estados oeste-africanos possuem um amplo espectro de experiências históricas comuns e um contexto cultural semelhante, consubstanciando na promoção de uma mútua compreensão e a coordenação relativamente pacífica dos interesses ditos nacionais. Segundo Bah (2002), foi neste tipo de interpenetração entre os padrões de socialização de diferentes Estados que se baseou Deutsch, quando, em meados do séc. XX, forjou o conceito de comunidades de segurança¹⁴⁸, enquadramento para o qual a CEDEAO poderá estar a caminhar, dadas as boas práticas democráticas constantes no Mecanismo de Segurança, assevera este académico (Bah, 2005). Bah (2005) prossegue dizendo que a promoção de valores e instituições democráticos pode mitigar a propensão para que grupos insurgentes sejam auxiliados por Estados vizinhos, com os seus anseios e reivindicações a serem solucionados através do recurso a canais e procedimentos democráticos¹⁴⁹.

¹⁴⁵ Cabe aos primeiros a responsabilidade da implementação das provisões do Mecanismo, através do segundo e do terceiro (Ibid, Artigos 7, 17). As operações de manutenção da paz são planeadas na *Comissão de Segurança e Defesa*, enquanto o *Conselho dos Anciãos* se ocupa fundamentalmente da monitorização das eleições e mediação de conflitos (Ibid, Artigos 17, 19, 20).

¹⁴⁶ Além das intervenções militares, tais unidades têm competências ao nível da observação das missões supervisionadas pela ECOMOG (operações de cessar-fogo, desmobilização, eleições, respeito pelos direitos humanos, atividades humanitárias, entre outras) (Ibid, Artigos 30-31).

¹⁴⁷ Encontra-se distribuída por quatro países: Benim, Burkina Faso, Gâmbia e Libéria (ECOWAS n.d.).

¹⁴⁸ As comunidades de segurança definem-se como aglomerados estatais nos quais existe uma garantia de que os seus membros não entram em confrontos físicos entre si (Deutsch 1957).

¹⁴⁹ Segundo Bah, o Protocolo para a Resolução de Conflitos e o Protocolo para a Democracia e Boa Governação afiguram-se passos fundamentais rumo à concretização da Comunidade de Segurança.

De todo modo, a asserção de Bah (2005) está impregnada de um otimismo exagerado. As crises e os conflitos têm adquirido um caráter permanente na região, facto que emerge da própria natureza do Estado africano; os conceitos democracia e soberania, dois dos pilares de primeira ordem das *comunidades de segurança* são altamente contestáveis, no quadro da África Ocidental. Ademais, a estruturação do mecanismo securitário regional aparta-se do que seria expetável no quadro de uma comunidade de segurança. O conceito de segurança em apreço, no quadro regional, resulta adjacente ao de defesa coletiva, na sua vertente mais restrita – ou seja, *enforcement action*. Essa perspetiva, na prática, encontra-se dominada pela segurança político-militar, ou seja, a tradução prática do ato discursivo tem lugar, acima de tudo, no setor político-militar (Taylor e Williams 2008).

De uma forma geral, as políticas, preferências e interações dos Estados oeste-africanos não se baseiam em expetativas e desejos dos cidadãos (Chabal & Daloz, 1999), nem em rivalidades interestatais (Acharya, n.d.), mas sim, e cada vez mais, em resposta à partilha de interesses e cultura securitários da elite política regional. O facto de a cultura política ser eminentemente de base patrimonial, a par da subsequente incapacidade dos governantes constituírem uma “ordem hegemónica”, repercute indelevelmente no modo como operam e assumem compromissos que informam as suas crenças e práticas relativamente às ameaças securitárias (Taylor e Williams 2008). Não é por acaso que a cultura securitária da CEDEAO têm como valores centrais a igualdade, a integridade territorial, a independência política dos Estados¹⁵⁰, etc. (Taylor e Williams 2008). A cultura securitária dominante num arranjo regional tende a estruturar-se não só em função do seu legado histórico, como também em função das características filosóficas, políticas, cognitivas e culturais das elites políticas (Johnston 1995). A essência da arquitetura e da cultura de segurança da CEDEAO decorre, sobretudo, da fragilidade das bases sobre as quais se sustentam os regimes políticos oeste-africanos.

Estamos em face a um espaço geopolítico pejado de regimes políticos com um longo historial de violação de valores estruturantes do Estado de direito, com o propósito de se perpetuarem na dominação do aparelho do Estado. Com efeito, a forma como está estruturada o sistema de segurança regional e a ambiguidade que caracteriza os critérios

¹⁵⁰ Outros valores constantes nos protocolos são solidariedade e autoconfiança coletiva, não-agressão e boa vizinhança, resolução pacífica das disputas e resistência aos poderes inconstitucionalmente conseguidos.

legitimadores da intervenção vão ao encontro dos intentos e anseios dos regimes políticos regionais.

A título ilustrativo, analisemos o quarto critério legitimador da intervenção militar na região: “[a]ny other situation as may be decided by the Mediation and Security Council”. A ambiguidade que lhe é intrínseca introduz a possibilidade de manipulação do Mecanismo de Segurança em favor de regimes autoritários¹⁵¹, como de resto sucederia nos conflitos liberiano e serra-leonês, sem prejuízo da condenação das ações dos movimentos rebeldes. Por outro lado, mesmo o critério precedente, (“*event of an overthrow or attempted overthrow of a democratically elected government*”), pode se tornar problemático, dada a região ser composta sobretudo por Estados que permanecem numa posição de retaguarda quando se trata da aferição dos níveis de democraticidade.

Ademais, o relevo atribuído à segurança estatal, entenda-se do regime, traduz-se numa desvalorização do nível regional. O facto de o *Protocolo de Assistência Mútua* estar a sofrer alguma diluição, a ponto de não ser considerado mais um pacto de defesa, na aceção tradicional da palavra, é sinal de que, face à inexistência de interesses estratégicos, a abordagem da *defesa coletiva* é inapropriada para a CEDEAO. Numa região repleta de Estados fracos, esta abordagem securitária tende a transformar-se numa ferramenta de apoio a regimes disfuncionais e autocráticos, em face a revoltas populares, ignorando questões centrais como a boa governação e a legitimidade, em prejuízo da segurança regional.

¹⁵¹ Tais alegações foram feitas contra a ECOMOG, particularmente a Nigéria, em relação ao então líder liberiano Samuel Doe, quando as tropas de manutenção da paz entraram no país, em 1990. Semelhantes acusações foram dirigidas à Guiné e ao Senegal, em virtude do apoio militar concedido a Nino Vieira, após a tentativa de golpe de Estado em 1998 (Adebajo, 2006).

Capítulo VI – Vetores da Penetração Chinesa na África Ocidental

As relações entre a China e a maioria dos países oeste-africanos remontam a década de 1960, altura em que se viam balizadas fundamentalmente pela solidariedade ideológica e pelo anti-imperialismo (Omar, 2012; Pigato & Gourdon, 2014). A Guiné foi o primeiro país com quem estabeleceu relações, as quais rapidamente se estenderam à vizinhança (Pigato & Gourdon, 2014).

Atualmente, a cooperação sino-africana tem sido determinada, sobretudo, por considerações de natureza económica. Em reconhecimento das potencialidades de negócios existentes entre as duas realidades geográficas, um conjunto de burocratas e empresários oeste-africanos reuniram-se com os congéneres chineses, em Pequim, em 2008, no sentido de concertar posições e explorar oportunidades nesse domínio. No final do encontro, Ibn Chambas, então secretário executivo da CEDEAO afirmaria que, sendo economicamente complementares, há um enorme potencial de cooperação entre a China e a África Ocidental (Embassy of the People's Republic of China in the Republic of Liberia, 2008). Pequim tem uma forte presença na região, sobretudo, na Guiné, Gana, Nigéria e Mali, todos países com enormes potencialidades em termos de recursos naturais¹⁵². Os dois últimos figuraram, ao longo de mais de duas décadas, – 1979 a 2001 – entre os trinta maiores parceiros comerciais da China (Omar, 2012).

Essas relações extravasam o perímetro comercial, englobando investimentos, sobretudo no domínio da exploração dos recursos naturais estratégicos, e cooperação para o desenvolvimento.

Nos últimos dez/quinze anos, acompanhando o referido *boom* das relações económicas, o fluxo de migrantes chineses para a África Ocidental conheceu um recrudescimento notável.

VI.1. Exploração de Recursos Naturais Estratégicos

Nos finais dos anos 1970, sob a batuta de Deng Xiaoping, a China iniciaria um conjunto de reformas económicas tendo em vista a construção de uma economia de mercado, cujo

¹⁵²A influência da China no continente africano cresce a um ritmo e numa extensão que “assusta” o Ocidente (Djik, 2009).

sucesso é corroborado por meio de um crescimento económico espetacular, nas últimas décadas. Presentemente, a China, segundo algumas métricas, nomeadamente o *PIB em termos de paridade de poder de compra*¹⁵³, se posiciona no vértice superior da pirâmide das maiores economias mundiais¹⁵⁴.

De entre as muitas repercussões práticas desse crescimento económico fulgurante, no contexto das dinâmicas da economia global, releve-se o fluxo massivo e permanente de recursos energéticos, máxime petróleo e gás, bem como de uma variedade de matérias-primas dos quatro cantos do globo, entre os quais da África Ocidental, em direção ao mercado chinês, especialmente nos últimos 30 anos (Pigato & Gourdon, 2014).

Tendo em conta a sua dimensão territorial e populacional, a China é um país com um claro déficit de recursos naturais, sobretudo terras aráveis, recursos hídricos renováveis, petróleo e metais. Aqui, a África Ocidental ocupa o extremo oposto, pese embora a abundância em termos de recursos naturais tardar em traduzir em melhorias nas condições de vida das populações ali residentes.

De entre os recursos naturais estratégicos presentes em grande volume na região, o destaque vai claramente para os combustíveis fósseis, globalmente referenciados como sendo de alta qualidade. O Golfo da Guiné é responsável por uma importante quota de produção global de petróleo e gás, suportada essencialmente pela indústria petrolífera nigeriana. De resto, perfilam-se boas perspetivas de aumento de produção, nos próximos anos, em razão do surgimento de novos produtores, como o Gana, o Mali e o Níger, aliado à descoberta de reservas de crude em países como a Libéria, Serra Leoa e Costa do Marfim.

Daí que o petróleo e os seus derivados surjam destacados entre as importações chinesas a partir da África Ocidental (Pigato & Gourdon, 2014), e a Nigéria seja o país oeste-africano com maiores exportações para a China. Estas, no ano 2016, a título ilustrativo,

¹⁵³ A análise da paridade de poder de compra permite saber o que conseguiria comprar com a sua moeda noutro país. Uma vez que, com o mesmo dinheiro, consegue-se comprar mais coisas na China, o PIB chinês é beneficiado. Por exemplo, segundo os dados do *World Economic Forum*, um maço de cigarros custa menos 75% em Pequim do que em Nova Iorque, os transportes públicos custam menos 93% e uma cerveja menos 28%. Por outro lado, a gasolina ou um iPhone são mais caros (74% e 33%, respetivamente). Esta perspetiva permite uma análise mais estável dos dados e dá um melhor retrato do poder de compra agregado dos consumidores e, como tal, uma aproximação ao bem-estar.

¹⁵⁴ Segundo os dados do FMI, quando se mede o PIB de ambos os países em paridade de poder de compra, a China já ultrapassou os EUA em 2014, quando a sua economia passou a representar 16,6% do PIB mundial e os EUA caíram para 16%. Hoje, a diferença é ainda maior: 17,9% vs 15,6%.

totalizaram US\$ 1.689 mil milhões, valor que representa 53.5% da globalidade das exportações oeste-africanas para aquele país asiático (Comtrade, 2017). No entanto, as exportações da Nigéria para China não se resumem exclusivamente ao petróleo, estendendo-se a minérios vários, produtos florestais, produtos agrícolas, entre outros.

Num futuro não muito longínquo é expetável que não só o Mali como também a Libéria e a Serra Leoa, em cujo *offshore* prospeções revelaram quantidades apreciáveis de crude, venham a integrar o círculo de países exportadores de petróleo para a China (Datzberger, 2013). Mesmo estando numa fase embrionária, a exploração petrolífera nesses países já conta com uma ampla participação de corporações ¹⁵⁵ chinesas (Datzberger, 2013).

Este padrão relacional entre a África Ocidental e a China, no plano comercial, onde a Nigéria surge numa posição destacada, assumiu contornos mais vinculados, no pretérito, tendo sido levemente atenuado com o surgimento de novos produtores petrolíferos na região, nomeadamente o Gana e a Costa do Marfim. De resto, estes dois países, haja vista as suas potencialidades económicas, estão logo atrás da Nigéria, no que se refere a parceiros comerciais da China na região.

Basicamente, tirando os combustíveis fósseis, as principais mercadorias que a China adquire nessa área são: ferro (Serra Leoa, Nigéria e Guiné¹⁵⁶), Bauxite e alumínio (Guiné e Guiné-Bissau, Gana e Serra Leoa), ouro (Burkina-Faso e Mali), urânio (Níger¹⁵⁷ e Mali), fosfatos (Togo e Senegal), cacau (Gana, Costa do Marfim, Libéria e Serra Leoa), algodão (Mali, Costa do Marfim, Benim e Burkina-Faso) e castanha de caju (Guiné-Bissau, Benim e Costa do Marfim), madeira (Nigéria, Guiné-Bissau, Libéria e Costa do Marfim), titânio (Serra Leoa), café (Serra Leoa, Gana e Costa do Marfim) etc. (Datzberger, 2013; Pigato & Gourdon, 2014)¹⁵⁸.

¹⁵⁵ Existem quantidades de petróleo comercializáveis na região norte do país, onde decorrem operações de prospeção, principalmente na Bacia de Taoudeni (Fletcher, 2010).

¹⁵⁶ A Guiné, apesar de não ser um colosso territorial, detém uma das maiores reservas de ferro e bauxite do mundo, bem como quantidades apreciáveis de diamante e ouro, oferecendo grandes oportunidades de negócio.

¹⁵⁷ O Níger, um parceiro estratégico, é um dos maiores recetores de investimento chinês, nas últimas décadas. A sua importância advém sobretudo do facto de possuir vastas reservas energéticas, como o urânio (é o quarto produtor mundial), mas também petróleo.

¹⁵⁸ Entre 2007 e 2012, esses recursos cifraram-se à volta de 70% do total das importações chinesas a partir daquela região.

VI.2. Conquista de Mercado para a Exportação

A China tem, paulatinamente, escalado o *ranking* relativo aos principais parceiros comerciais dos países da África do Oeste, embora esteja ainda abaixo do pódio, no que concerne aos principais destinos das exportações oeste-africanas – ocupado pelos EUA, a UE e a Índia. Contudo, a China é praticamente o principal exportador para o território oeste-africano. É preciso não esquecer que a China tem sido, nas últimas duas/três décadas, o que muitos apelidam de *workshop mundial*, ou o centro de atividades manufatureiras globais (Djik, 2009), não só respeitante à produção de vestuários e brinquedos, mas também de computadores, iPods, tecnologia de saúde, entre outros. (Brautigam, 2009). Se é certo que o seu crescimento económico deveu-se sobretudo ao progresso registado no setor manufatureiro, não deixa de ser menos verdade que a China necessita de novos mercados de consumo capazes de sustentar a sua trajetória de crescimento (Ayodele & Sotola, 2014). Daí que as indústrias chinesas estejam numa constante procura de novos destinos de escoamento dos excedentes de produção, integrando, assim, todo o tipo de cadeia de valores globais (Schmitz e Messner, eds, 2008; in Djik, 2009).

Com aproximadamente 1/3 da população africana, a África Ocidental constitui um mercado consumidor bastante vantajoso para a China (Atlas on Regional Integration in West Africa, 2006). Nos últimos anos, o fluxo de mercadorias chinesas para a região aumentou de forma impressionante (Atlas on Regional Integration in West Africa, 2006), com especial destaque para os têxteis e maquinaria relacionada com o transporte ferroviário. Estes representam, em conjunto, 40% das exportações chinesas para a região, entre 2007 e 2012. Outras importações, igualmente, importantes são equipamentos elétricos, bens manufaturados, vestuários (Pigato & Gourdon, 2014). Regra geral, os produtos chineses são considerados mais adequados ao mercado africano, em virtude do seu baixo preço, facto que os torna acessíveis a uma ampla faixa populacional com rendimentos extremamente baixos. Por exemplo, a massificação do acesso a um conjunto de *gadgets* tecnológicos, como telemóveis e computadores, entre os oeste-africanos, afigura-se, em ampla medida, o resultado desse fluxo comercial (Ayodele & Sotola, 2014).

Tal como acontece com o fluxo comercial inverso, o destaque aqui vai todo para a Nigéria. Sozinha recebe quase 42% das exportações chinesas destinadas à África

Ocidental. Atrás de si tem o Gana, a Costa do Marfim, o Senegal e a Guiné (Atlas on Regional Integration in West

Africa, 2006).

Os posicionamentos relativos às implicações desta relação comercial para os Estados oeste-africanos não são consensuais. Por um lado, alguns otimistas (Ademola, Bankole, & Adewuyi, 2009; Brautigam & Xiaoyang, 2011; CCS & DBSA, 2008; Fletcher, 2010; Oyeranti, Babatunde, Ogunkola, & Bankole, 2010) defendem que a região tem retirado amplos benefícios do crescimento económico chinês, através do aumento da demanda de recursos naturais regionais, por parte das indústrias chinesas, e que o acesso preferencial ao mercado chinês proporciona um *outlet* alternativo para os países oeste-africanos que se deparam com dificuldades em penetrar o mercado ocidental (Dimova & Vaitilingam, 2014).¹⁵⁹ Outrossim, mantêm que as exportações chinesas dão aos oeste-africanos a possibilidade de acederem a uma variedade de bens, a baixo preço, que de outro modo seria impossível.

Por outro lado, os pessimistas põem a tónica no facto de a China estar a socorrer-se do seu poderio económico para canalizar, de forma massiva, mercadorias baratas para região. Esse fluxo de mercadorias, na ótica dos pessimistas, é suscetível de minar o desenvolvimento da indústria local e o empreendedorismo, com consequências severas do ponto de vista do recrudescimento do desemprego. Ademais, advogam que quase a totalidade das importações chinesas provenientes da região se cinge a recursos naturais, promovendo um padrão comercial que não proporciona bases sustentáveis de crescimento aos países produtores desses *commodities*, como é notório no caso nigeriano. Pelo contrário, sustentam, promove a inépcia, a corrupção e práticas neopatrimoniais entre os detentores do poder, prejudicando amplamente as populações, particularmente as desfavorecidas.

¹⁵⁹ Enquanto as vantagens da produção e exportação industrial colocaram os mercados emergentes numa espiral de desenvolvimento ascendente, a maior parte da África continuou a depender quase que exclusivamente dos recursos naturais primários para a sua exportação. Ao longo dos anos, foram criados alguns acordos comerciais visando solucionar essa questão, mas regras complexas, a par da competição dos países asiáticos limitaram as possibilidades de diversificação das exportações africanas para os mercados industrializados, enquanto constrangimentos em termos de capacidade reduzem as possibilidades de beneficiarem das iniciativas como o Acordo Multifibra e AGOA.

Se é verdade que as indústrias ligadas à exploração de recursos naturais, principalmente os estratégicos, têm um enorme peso do PIB desses países, de igual modo não é menos certo que a sua capacidade de empregar mão-de-obra intensiva afigura-se eminentemente limitada, não contribuindo de forma significativa para a redução do desemprego, um dos principais desafios económicos da região. Outrossim, como a experiência holandesa, nos anos 1960, e, de certa forma, norueguesa, nos últimos anos, evidenciaram, grandes reservas de petróleo e minérios podem distorcer o valor da moeda, estimulando o aumento do preço de outras produções nacionais, nomeadamente de produtos agrícolas, com repercussões amplamente nefastas para os níveis de exportação (Eigen, 2012).

Estamos em face a uma relação comercial caracterizada por uma extrema assimetria, em prejuízo da balança de pagamentos dos países oeste-africanos (Pigato & Gourdon, 2014). Esse desequilíbrio, no perímetro das relações comerciais entre China e a África Ocidental começou a desenhar-se logo no início de 2000, ano em que se inicia o recrudescimento da penetração económica chinesa em África, pese embora a pequenez dos montantes associados – 187 milhões amealhados pelos países oeste-africanos, contra os 638 milhões da China (Comtrade, 2017). Esse desequilíbrio comercial em favor da China vai-se acentuando, cada vez mais, com o passar dos anos (Comtrade, 2017). A título ilustrativo, em 2016, os quantitativos referentes ao comércio em apreço totalizaram US\$ 18.850 mil milhões, tendo a região oeste-africana, desse montante, recebido US\$ 3.157 mil milhões, o resto foi para China. Desses US\$ 15. 693 mil milhões transferidos para os cofres da China, US\$ 8.010 saíram da Nigéria (Comtrade, 2017).

Um dos principais fatores subjacentes a essa assimetria comercial tem a ver com as exigências das autoridades de Pequim, no âmbito de negociações relacionadas com os empréstimos concessionais, sobretudo os destinados a projetos de infraestruturação. Em primeiro lugar, Pequim exige que esses projetos sejam realizados por empresas chinesas – quer sejam públicas, quer semi-públicas, ou privadas. Em segundo lugar, os acordos de financiamento desses projetos impõem aos países recetores a aquisição de materiais de construção *made in China*. Convém, igualmente, não olvidar o peso do fator preço, que tem determinado um consumo massivo de produtos chineses na região, quando comparado com o dos congéneres ocidentais (Pigato & Gourdon, 2014).

De todo modo, no contexto das relações comerciais com a China, cada país oeste-africano possui vantagens comparativas específicas, as quais repercutem na quantidade e tipologia,

quer das suas importações quer das suas exportações, *vis-à-vis* à China. Assim, no contexto dessa relação, resultam assimétricas os ganhos e as perdas desses Estados, sendo fundamentalmente determinados pelas seguintes condições (Ayodele & Sotola, 2014):

Posse ou não de enormes quantidades de matérias-primas, como o petróleo e metais estratégicos, com alta procura no mercado chinês. Embora prevaleça um entendimento generalizado relativamente ao facto de a expansão da economia chinesa oferecer rápidas oportunidades de crescimento aos mercados dos países africanos, a verdade é que um país, cuja produção tem grande procura na China, tira maiores proveitos dessa relação. A massificação da produção industrial na China, e o consequente crescimento avassalador das suas exportações, no plano global, traduzem, igualmente, em vantagens para os países importadores, na medida em que a tendência é para que o custo dessas importações decresçam (Ayodele & Sotola, 2014).

Tipos de mercadorias exportadas. Países oeste-africanos com exportações que se assemelham às da China incorrem a perdas consideráveis na sua balança de pagamento, em razão do aumento da competição e da consequente queda de preços nos mercados internacionais. Do mesmo modo, os países que importem mercadorias com alta procura na China acabam por enfrentar grandes perdas, em razão da exponenciação de preços (Ayodele & Sotola, 2014).

VI.3. *Leasing* e Aquisição de Terrenos Aráveis

O aumento da população mundial e a concomitante dinâmica análoga, do ponto de vista do consumo, está na base, nas últimas décadas, da procura de terras aráveis africanas, quer por parte de atores estatais quer por parte das grandes corporações internacionais (Integrated Regional Information Networks, 2012a). A China, ainda que *latecomer*, tem assumido um papel preponderante nesse negócio, como se pode constatar em vários países da África Ocidental (Djik, 2009). Com somente 8% de terra arável, a China tem que alimentar 20% da população do planeta, uma população que aumenta a um ritmo de 10 milhões de pessoas por ano (Djik, 2009). Trata-se de uma tarefa eminentemente árdua, malgrado os enormes avanços tecnológicos registados no panorama agrícola, nas últimas décadas (Brautigam, 2009). Se por um lado, uma enorme quantidade de terra arável, 20% para sermos mais exatos, foi perdida para a urbanização, indústria e zonas de desenvolvimento (Djik, 2009), por outro lado, a entrada da China na Organização

Mundial do Comércio (OMC) impôs um conjunto de constrangimentos aos agricultores chineses, principalmente o aumento da competição no mercado doméstico (Brautigam, 2009; Schiere, 2014). Estes factos exerceram uma forte pressão sobre os agricultores chineses, os quais, incentivados pelo governo, expandiram as suas atividades agrícolas para a África (Brautigam, 2009).

Tal como a energia, os alimentos são uma questão de segurança nacional para a China, não fossem os embargos alimentares uma importante “arma” política, algumas vezes, utilizada pelos EUA (Brautigam, 2009). Neste particular, a África assume-se como uma nova fronteira para a multinacionais e pequenos agricultores chineses, que ali se estabeleceram com o intuito de prosseguir os seus investimentos em agronegócios (Brautigam, 2009; SaferWorld, 2011). Os *policymakers* chineses acreditam que a tecnologia agrícola, as sementes e a *expertise* chinesas podem ser extremamente importantes no seu padrão de engajamento com a África (Brautigam, 2009).

A África Ocidental, com as suas largas extensões de terras férteis, para mais subaproveitados, tem sido naturalmente um dos grandes destinos para os investimentos agrícolas de empresas públicas e privadas, e de pequenos agricultores chineses. Nos últimos anos, a Serra Leoa rubricou quase duas dezenas de acordos de larga escala, que se traduziram na concessão de terras aráveis a várias corporações agrícolas chinesas. O maior acordo seria registado em 2012, no total de US\$ 1.2 mil milhões, permitindo à multinacional *Hainan Natural Rubber Industry Group* explorar, em regime de *leasing*, 135.000 hectares de terra para a plantação de borracha e arroz (Integrated Regional Information Networks, 2012b). A companhia prometeu plantar cerca 35.000 hectares de arrozal com o intuito de suprir a demanda do mercado local, a par da construção de uma fábrica de processamento de borracha com capacidade de criar 100 mil postos de trabalho (Integrated Regional Information Networks, 2012b). As plantações de borracha estendem-se por mais de 100 mil hectares, perpassando três distritos – Moyamba, Tonkolili, and Port Loko (Integrated Regional Information Networks, 2012b). Outro investimento de monta é a *joint-venture* formada, em 2009, entre a *China National Complete Plant Import & Export Corporation* (CNPIEC) e a *Sugar Magbass*, no domínio da agricultura e energias renováveis (Landmatrix, n.d.). É também nesses dois domínios que se concentra a *joint-venture*, iniciada em 2001, entre a CNPIEC e a Sucobe, no Benin, tendo à sua disposição 4.800 hectares de terras (Landmatrix, n.d.).

No Mali, a *N'sukula e a China Light Industrial Corporation for Economic and Technical Cooperation* exploram, desde 2009, 20 mil hectares de plantação de açúcar (Landmatrix, n.d.). Em 2010, a *Sun Yeun Corporation Junhao Timber* assinou com o governo maliano um contrato de exploração de madeira numa área que se estende por 10 mil hectares. Na Nigéria estão presentes a (*Chongqing Seed Corp*) (2006), *ZJS International Company*, e vários pequenos empresários agrícolas (Landmatrix, n.d.), e.g, as *Baoding villages* (Castel & Kamara, 2009)¹⁶⁰. Contudo, até a data, na Nigéria não se verifica a aquisição de grandes extensões de terra, como sucede noutros países africanos (Egbula & Zheng, 2011), pese embora o país possua uma enorme quantidade de terras férteis (Nabine, 2009).

É interessante notar que parte considerável de investimentos no perímetro agrícola surgiu na sequência de programas de assistência ao desenvolvimento que, passados anos, se tornaram insustentáveis, ilustrando como a ajuda chinesa tem-se transformado em negócio em África (Brautigam, 2009). Um desses projetos é o *Koba Farm* na Guiné, um centro de promoção de arroz irrigado construído pelos chineses em 1979. A exploração sofreu vários anos de má gestão, após ser entregue às autoridades locais, em 1982. Em 1996, no quadro das reformas das ajudas, *China State Farm Agribusiness Corporation* assinou um contrato estabelecendo um *joint-venture* com o Ministério da Agricultura guineense, permitindo-lhe explorar esse centro (Brautigam, 2011).

A produção efetuada em regime de *joint-ventures* destina-se sobretudo ao consumo local e regional. Um pequeno grupo de agricultores – produtores de açúcar no Togo, Serra Leoa, e vegetais orgânicos no Senegal – exporta para o Ocidente, principalmente os EUA e alguns países europeus, aproveitando os incentivos alfandegários¹⁶¹.

Brautigam (2009) sugere que essas incursões de multinacionais e pequenos empresários chineses em África, em geral, e na África Ocidental, em particular, é suscetível de traduzir em benefícios para setor agrícola, mormente no domínio da eficiência. De notar que muitos Estados da região despendem grandes somas na aquisição de alimentos, mormente cereais. A Serra Leoa importa aproximadamente 85% do arroz que consome, uma das maiores importações em África. O Senegal e a Libéria gastam quase US\$ 2 mil milhões

¹⁶⁰ As *Baoding Villages* são aldeias chinesas estabelecidas em África, aludindo à cidade Baoding, situada na província de Hebei, onde nasceu o seu promotor Mr Liu.

¹⁶¹ Alguns produtores de sementes sésamo no Senegal têm visto os seus planos de exportar para a China gorados, em virtude dos altos custos de transportes.

anuais na compra desse cereal, que também tem sido alvo de uma enorme politização na região. Segundo o antigo ministro da agricultura da Serra Leoa, Sama Monde, a escassez do arroz já esteve na base de longos períodos de instabilidade naquele país. As guerras de 1919 e 1954, e mesmo a crise securitária regional teriam sido instigadas, em parte, por pela carência desse cereal¹⁶² na Libéria. Até que se resolva esse problema definitivamente, segundo Monde, nunca estarão certos do desaparecimento das insurreições (Brautigam, 2009).

Alguns dirigentes africanos têm encarado as vastas extensões de terras aráveis como recursos inexploráveis. Contudo, o ritmo com que se tem feito as concessões tem motivado enormes críticas, regionais e internacionais (Brautigam, 2009). Começam também a emergir alguns protestos e insurreições por parte de alguma população local, à medida que mais corporações agrícolas rumam à região. Muitas pessoas não se têm mostrado satisfeitas com a forma como os acordos têm sido rubricados; segmentos da sociedade civil evidenciam uma enorme preocupação com a possibilidade desses acordos não estarem a produzir cenários *win-win*, amplamente propalados pela China. Os problemas que daí decorrem afiguram-se típicos dos países em desenvolvimento: assimetria de poderes nas negociações e escassez de regulação implicam que as comunidades rurais quase sempre sejam colocadas à margem (Integrated Regional Information Networks, 2012b). É mais provável, segundo assevera a SaferWorld (2011), que esse *modus operandi* crie sérios problemas domésticos, instigando e alimentando conflitos em regiões onde as propriedades são altamente contestadas (SaferWorld, 2011), como na África Ocidental, onde aproximadamente 80% das terras aráveis não possuem registo de propriedade (The Rockefeller Foundation, n.d.).

Conceder várias extensões de terra a empresas estrangeiras sem um consentimento informado da população autóctone afigura-se uma estratégia com pouca probabilidade de sucesso. Por exemplo, as sementes híbridas patenteadas podem ser de grande valia para os agricultores modernos, mas apresentam riscos consideráveis para os agricultores tradicionais (Brautigam, 2009). Segundo Djik (2009), é expetável que, num futuro não

¹⁶² A “revolta do arroz” ocorreu em abril de 1979, quando o antigo Ministro da Agricultura do governo de W. Tolbert, Florence Chenoweth, propôs um aumento do preço de arroz subsidiado de 22 para 26 dólares librianos por libra. Os prejuízos da destruição causada pela insurreição ascenderam a 40 milhões de dólares librianos.

muito longínquo, emirjam acérrimas discussões relativamente à soberania, principalmente em países onde se regista alguma escassez de terra arável e baixa produção agrícola. Seria de todo sensato que a política de concessão de terras aráveis fosse empreendida preferivelmente sob os auspícios das organizações sub-regionais (Djik, 2009).

VI.4. Fluxos Migratórios

A migração chinesa para a África não é tão recente como alguma literatura regista. Park (2009) afirma que os chineses estão em África desde o séc. XVII¹⁶³. Porém, essa migração começou a ganhar maior ênfase, a partir dos anos 1970, em resposta às reformas postas em marcha por Deng Xiaoping, adquirindo proporções avassaladoras no início do novo milénio (Dupré & Weijing, 2008; Park, 2009). As estimativas variam ¹⁶⁴ (Park, 2009), se bem que a maior parte dos estudos sobre o fenómeno em apreço tende a situá-lo à volta de um milhão de migrantes (Djik, 2009), maioritariamente saídos das províncias costeiras de Guadong, Zhejiang e Fujian. Grande parte desses migrantes permanecem temporariamente – dois a três anos – em África; outros optam por ficar por mais tempo para a implantação de negócios (Park, 2009).

Se é verdade que parte desse movimento migratório resulta como consequência direta da estratégia de Pequim para com a África (Brautigam, 2009; Djik, 2009), de igual modo não é menos certo que as estratégias individuais descentralizadas também têm um grande peso na evolução desse fenómeno (Caubin, 2010; Dupré & Weijing, 2008).

Muitos empreendedores chineses veem na África uma enorme oportunidade de negócio (Schiere, 2014). Dedicam-se sobretudo à restauração, prestação de serviços estéticos, médicos e farmacêuticos, manufatura, impressão e comércio, em geral (Marfaing & Thiel, 2011).

¹⁶³ O primeiro grupo estabeleceu-se na região do Cabo, trazidos pela Companhia Holandesa das Índias Orientais. Eram fundamentalmente condenados e escravos, sendo posteriormente (séc. XIX) seguidos por contratados e artistas. Mais tarde, no início do séc. XX, seguiram para a região 63.000 mineiros para a companhia Transvaal (Park, 2009).

¹⁶⁴ Isto resulta de um conjunto de fatores, entre os quais se relevam as deficiências nas políticas de imigração e nos mecanismos de rastreio de migrantes, bem como a corrupção endémica, que permite altos níveis de imigração ilegal em África. Dados preliminares também sugerem que o aumento do sentimento anti-chinês tende a inflacionar o número de imigrantes chineses em África (Park, 2009).

Naturalmente, a África Ocidental, em razão das suas potencialidades económicas – mormente mercado amplo e recursos naturais – afigura-se uma região bastante atrativa para a migração chinesa. Daí o surgimento de alguns estudos sobre essa temática: – Cabo Verde (Haugen & Carling, 2005), Benim (Dupré & Weijing, 2008), Burkina Faso¹⁶⁵ (Mohammad, 2014), Senegal e Gana (Marfaing & Thiel, 2011), Costa do Marfim (Caubin, 2010) etc. A Nigéria é o país para o onde se dirige o grosso desses imigrantes. Embora não existam estatísticas oficiais, estima-se que no país residam aproximadamente 50.000 chineses (Egbula & Zheng, 2011). As estimativas para o Gana e o Senegal são 10.000 e 30.000 chineses, respetivamente. Os dois países, segundo a *China-Africa Business Council*, nos últimos anos, receberam milhares de chineses, maioritariamente agricultores, vindos sobretudo da Província de Hubei. No Mali, as estimativas apontam para a existência de uma comunidade de 3.000 migrantes (Marfaing & Thiel, 2011), que tem tido um impacto bastante positivo, principalmente ao nível do investimento e emprego (Esterhuyse & Kane, 2014).

VI.5. Cooperação para o Desenvolvimento: Ajuda Pública ao Desenvolvimento e Investimentos

“Their game is clear. They say “I’ll build you a road if you give me that mine”. They are completely transparent”.

Dito em anonimato por um líder africano.

“Clearly, for us, in Africa, we have a lot to learn from China, beyond its financial capacity to assist. China has made the most progress over the past several decades in reducing poverty. That experience is of great interest to us”.

Antoinette Sayeh, ex-Ministra das Finanças da Libéria

A APD¹⁶⁶ que a China proporciona à África, em geral, e aos países da África do Oeste, em particular, tem acompanhado, de certa forma, o fluxo de investimentos e comércio

¹⁶⁵ Burkina-Faso é, desde 1994, o único país oeste-africano, e um dos três africanos (os outros dois são São-Tomé e Suazilândia), que não têm qualquer relação diplomática com Pequim. Mesmo assim, o país possui aproximadamente 600 imigrantes chineses, a maioria dos quais pequenos empresários (Marfaing & Thiel, 2011).

¹⁶⁶ De acordo com a OCDE, a assistência internacional é considerada APD se cumprir com os seguintes critérios: ser empreendido por um setor oficial; ter como principal objetivo promover o desenvolvimento económico e bem-estar; e ser fornecido a termos concessionais e com o elemento de subvenção de pelo

que se move no mesmo sentido. As motivações subjacentes à sua atribuição estão ligadas, sobretudo, à prossecução de uma diplomacia estratégica (Brautigam, 2009). Com efeito, essa modalidade de assistência afigura-se um instrumento privilegiado por meio do qual a China publicita a sua *expertise* (Brautigam, 2009), ao mesmo tempo que promove a imagem e compreensão da realidade chinesa no seio da sociedade civil africana, com repercussões positivas ao nível da diplomacia cultural (Thompson, 2005), bem como na expansão do seu *soft power* em África (Yin & Vaschetto, 2011). Note-se que, globalmente, a África esteve sempre ao lado da China quando precisou de travar importantes “batalhas”, no plano internacional, onde se destacam o antagonismo com a União Soviética, a competição com Taiwan para a assunção da cadeira de membro permanente da ONU e Tiananmen (Brautigam, 2009; Taylor, 2005, 2006).

Brautigam (2009) é de opinião que não podemos descurar o facto de a cooperação para o desenvolvimento surgir também em resposta às exigências inerentes ao recrudescimento do estatuto e responsabilidades da China no panorama internacional¹⁶⁷ (Brautigam, 2009).

De todo modo, não se descarte a possibilidade de à essa modalidade relacional subjazem igualmente racionais de índole económica. Um caso particularmente saliente se regista no quadro da indústria da construção chinesa. Os empréstimos concessionais, que constituem uma ínfima¹⁶⁸ parte do portfólio do *EXIMBANK*¹⁶⁹ (Brautigam, 2011a), destinam-se, amiúde, a projetos infraestruturais¹⁷⁰ dominados pelas multinacionais chinesas, ou a *joint-ventures* que as ligam às congéneres africanas, mormente as públicas, traduzindo num reforço mútuo entre as ajudas, o comércio e os investimentos (de Oliveira, 2006; Nuutinen, 2012; SaferWorld, 2011). Ademais, a APD, ao se traduzir num recrudescimento do *soft power* chinês no continente, possibilita às suas multinacionais

menos 25 por cento sobre os empréstimos. A APD inclui projetos de capitais, ajuda alimentar, cooperação técnica, *emergency relief*, *peacekeeping*, contribuições para as instituições multilaterais, *inter alia* (Malwanda and Suliman, 1999).

¹⁶⁷ As pressões da sociedade civil, embora existam, não têm a mesma força das registadas nas sociedades ocidentais (Brautigam, 2009).

¹⁶⁸ Na avaliação do *EXIMBANK*, em 2006, a agência de *rating* Standard & Poor's fez notar que os empréstimos concessionais, nos finais de 2005, só perfaziam 3% dos ativos desse banco.

¹⁶⁹ O *EXIMBANK* e a *CDB* têm sido atores centrais na concessão dessas linhas de créditos, no quadro de uma abordagem que alinha o financiamento de projetos com a evolução da capacidade de pagamento da dívida. Atente-se que os montantes relativos aos empréstimos em causa normalmente não chegam a entrar nos cofres dos países onde os projetos são desenvolvidos, sendo transferidos diretamente para a conta das empresas chinesas.

¹⁷⁰ A ajuda chinesa está em muitas formas conectada com os negócios. Mais: a maior parte dos pacotes de ajuda destinam-se a projetos de infraestruturação, e não à exploração de recursos naturais.

uma maior influência em outros setores económicos, particularmente no domínio da exploração de recursos naturais. Há quem diga mesmo que Pequim esteja a alinhar estrategicamente as APDs com os investimentos, precisamente, no sentido de promover a entrada das suas multinacionais em setores estratégicos em África (Ayers, 2013; Egbula & Zheng, 2011; Hellström, 2009; Idun-Arkurst & Laing, 2007).

Não se perca de vista que o continente africano recebe mais de metade do orçamento destinado a projetos de desenvolvimento externo, segundo informações oficiais do governo chinês (Parks, 2015). Em todo o caso, encontrar informações credíveis sobre essa questão – os montantes correspondentes à APD e a sua distribuição por setores, sub-regiões e países – é um autêntico quebra-cabeças (Datzberger, 2013). A China não produz ou não publicita informação explícita sobre as ajudas¹⁷¹ (Nuutinen, 2012), e as poucas que existem, disponibilizadas, sobretudo, em cimeiras intergovernamentais (Nuutinen, 2012), não são sistemáticas e, portanto, de difícil análise estatística. Difícil também se torna a tentativa de isolar a componente ajuda da componente cooperação económica (SaferWorld, 2011). Ademais, os chineses não se sentem à vontade com o termo “doador” (Brautigam, 2009), preferindo o termo “parceria”, para se distanciarem da típica relação entre um doador e um recetor. Outro fator que complica sobremaneira o estudo da ajuda chinesa decorre do facto de Pequim se ter recusado a aderir aos critérios da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) estabelecidos pelo *Comité para a Assistência ao Desenvolvimento* (CAD) da OCDE (Nuutinen, 2012).

Tudo isto têm propiciado o surgimento de uma série de estimativas bastante enviesadas, misturando promessas que não se realizam com projetos consumados, valores em yuan com valores em dólares, “*Other Official Flows*” (OOF) com APD, não só nos *media*, mas também em alguns centros de investigação e *think tanks*, colocando a China na posição de principal doador da África (Brautigam, 2011a).

¹⁷¹ Desde de 2002 que a China não fornece dados sobre as ajudas (Ayodele & Sotola, 2014), sobretudo por receio de surgimento de pressões internas. É preciso notar que a China tem muitas províncias, principalmente as do interior em estágios de desenvolvimento bastante precários. (Nuutinen, 2012). As estatísticas da ajuda são uma questão sensível para os chineses. Para além da tradição cultural específica e da filosofia da ajuda, a China é um país em desenvolvimento. Daí que a ajuda pode parecer imoral, dados os níveis de pobreza e desemprego domésticos (Datzberger, 2013).

Separando a ajuda (no sentido estrito do termo, conforme proposto pela OCDE¹⁷²) de atividades financeiras estatais, que se assemelham à, mas não se qualificam como, ajuda – em particular, financiamentos estatais orientados para o comércio com altas taxas de juro e baixas subvenções, Parks (2015) sugere, baseando-se em dados produzidos pela AidData.org, que, dentro do lapso temporal que mediu 2000 e 2013, a ajuda chinesa destinada à África situou-se à volta dos US\$ 31,5 mil milhões, ou seja, aproximadamente US\$ 2.25 mil milhões anuais. Note-se que o montante desembolsado pelos EUA, durante o mesmo perímetro temporal, cifrou-se em US\$ 92.7 mil milhões, traduzindo em aproximadamente US\$ 6.62 mil milhões anuais¹⁷³ (Parks, 2015).

Segundo Brautigam (2009, 2011a, 2011b, 2011c), o que tem inflacionado enormemente as estatísticas constantes em uma série de análises relativas à ajuda chinesa à África é o que o CAD designa de OOF (Brautigam, 2011a). Incluem-se nesta categoria empréstimos que não sejam concessionais, empréstimos com elemento de subvenção inferior a 25%, e transações oficiais bilaterais, qualquer que seja o seu elemento de subvenção, com o propósito primacial de suportar as exportações (os créditos à exportação, e.g.), ajuda militar, não sendo, por isso, considerados APD (Brautigam, 2011a).

A categoria OOF transferidos pelos países da OCDE para os congéneres africanos tem sido, regra geral, muito inferior aos fundos proporcionados nos termos da APD. Com a China acontece o oposto – o seu financiamento, neste contexto, insere-se sobretudo no quadro dos OOF¹⁷⁴. Por exemplo, os fundos relacionados com a APD recebidos pela

¹⁷² APD é um tipo de ajuda governamental destinada à promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar em países em desenvolvimento. Empréstimos visando propósitos militares são excluídos. A ajuda pode ser fornecida bilateralmente, do doador para o recetor, ou canalizadas através de organizações multilaterais, como a ONU ou o BM. APD inclui, igualmente, doações, empréstimos suaves (onde o elemento subvenção ascende a 25% do total) e a provisão de assistência técnica. A OCDE possui uma lista de países em desenvolvimento, e só as assistências a esses Estados contam como APD. A referida lista é atualizada periodicamente, e, correntemente, contém mais de 150 países e territórios como rendimento per capita abaixo dos USD\$ 12 276, em 2010. Uma meta de longa data da ONU é que os Estados desenvolvidos canalizem 0,7% do seu PIB para a APD (OCDE, 2017).

¹⁷³ Contudo, existe um elemento de verdade nas asserções populares que veem o financiamento chinês aos Estados africanos a rivalizar-se com o dos EUA. Se utilizarmos uma definição abrangente da ajuda (designada de financiamento oficial) que inclua transferências financeiras sem ou com um montante residual do elemento subvenção e transferências financeiras não destinadas a projetos de desenvolvimento, a China e os EUA proporcionam quase os mesmos montantes à África – US\$ 94.3 mil milhões e US\$ 107.9 mil milhões, respetivamente, entre 2000 e 2013. A razão é simples: os fundos da China destinam-se sobretudo a propósitos comerciais, em detrimento da APD.

¹⁷⁴ Como foi referido anteriormente, o financiamento oficial da China à África inclui subvenções, empréstimos sem juros, perdões de dívidas e empréstimos concessionais (todos a qualificar como APD), bem como créditos preferenciais à exportação, crédito ao comprador a taxas de juros do mercado, créditos comerciais a partir de bancos chineses – nenhum dos quais podem ser classificados de APD. A China

Nigéria, entre 2000 e 2008, foram relativamente modestos – US\$ 440 milhões, se considerarmos um empréstimo preferencial de US\$ 200 milhões destinados a um projeto relacionado com comunicação por satélite como APD (Brautigam, 2011a).

Os instrumentos promotores do desenvolvimento disponibilizados pela China suscetíveis de serem integrados na categoria de APD¹⁷⁵ tomam a forma de donativos, empréstimos livres de juros¹⁷⁶, empréstimos concessionais (com taxas de juros muito baixas e fixas)¹⁷⁷ (Djik, 2009; Nuutinen, 2012). Esses instrumentos financiam as bolsas de estudo para estudantes africanos na China (cerca de 5500, por ano), a deslocação e estadia de grupos de médicos chineses em África, *projetos chave na mão*, assistência técnica em vários domínios, programas de formação a curto prazo, voluntariado e uma série de donativos em espécie (Brautigam, 2011a). Saliente-se, igualmente, aqui os perdões de algumas dívidas, como os US\$ 1.2 mil milhões contraídos por trinta e um países africanos sobre-individados, na sequência do FOCAC 2003¹⁷⁸ (Alden 2005).

Investimento

Uma das mais notórias facetas da penetração económica da China em África tem se efetivado por meio da transferência massiva de Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

também proporciona fundo de ações para assistir as suas companhias a operar em África através da CADF, e estabeleceu um fundo de US\$ 1 mil milhões visando a concessão de empréstimos a pequenas e médias empresas africanas, através de bancos locais. Se CADF, enquanto suporte financeiro para as empresas chinesas não pode ser considerado APD, o financiamento às pequenas e médias empresas africanas qualifica-se como APD, desde que seja concedido a termos concessionais (Brautigam 2011b).

¹⁷⁵ Segundo a *China New Africa Policy*, a China proporciona assistência económica em função das suas possibilidades, o que evidencia um fraco comprometimento com relação a determinados segmentos de ajuda, fornecendo um subterfúgio para a recusa da ajuda – a limitação das capacidades (Botha, 2006).

¹⁷⁶ Os donativos e empréstimos livres de juros são fornecidos pelas finanças do Estado (Alves, 2013), e destinam-se predominantemente a projetos de cariz social (Djik, 2009) e de prestígio (Alden, 2007).

¹⁷⁷ Os subsídios para a taxa de juros, disponibilizados no quadro dos empréstimos concessionais, provêm do orçamento do Estado chinês para a política externa.

¹⁷⁸ O cancelamento das dívidas é uma excelente ferramenta de relações públicas, que vem sendo utilizada pela China no sentido de promover a sua imagem no quadro da opinião pública internacional (Alden 2005). Ao invés da declaração de falência, as dívidas dos Estados africanos aos países e às instituições de crédito ocidentais têm sido recalendarizadas por longos períodos, durante os quais é praticamente impossível obter novos empréstimos no Ocidente. Esta é a principal razão que explica o facto de a China ter-se tornado no principal credor dos países em desenvolvimento.

chinês para aquele continente. Esse fluxo tem aumentado a um ritmo impressionante, desde que as autoridades de Pequim delinearam a estratégia “*Go Global*” (Brautigam, 2009). “*Go Global*”, no fundo, trata-se de um conjunto de políticas engendradas com o intuito de encorajar as empresas nacionais a expandirem-se além-fronteiras, em resposta a um conjunto de pressões internas, particularmente, o incremento massivo das reservas monetárias externas, bem como a premência de aceder a novos mercados e matérias-primas considerados fundamentais para a sustentação do seu crescimento económico (Brautigam, 2009). Não se olvide que a expansão do investimento chinês além-fronteiras atua como uma importante alavanca de potenciação do seu *soft power* no plano global (China Power Team, 2016).

Entre 2005 e 2016, a China investiu cerca de US\$ 272 mil milhões, só na África Subsaariana (American Enterprise Institute, 2017). Em 2006, ano em que foi realizado o segundo FOCAC, essa parte da África receberia mais de US\$ 10 mil milhões em investimento chinês. De resto, o governo chinês anunciou, isto em 2014, através do seu premier Li Keqiang, no quadro da visita realizada à União Africana (UA), que a China perspetivava investir US\$ 100 mil milhões em todo o continente africano, até 2020 (Kuo, 2015), principalmente em áreas consideradas críticas para o desenvolvimento económico. Esse montante, nas palavras Li Keqiang, seria canalizado através de bancos chineses, incluindo o recém-criado BRICS Bank (Kuo, 2015).

A África Ocidental tem sido o destino de uma parte significativa desses investimentos¹⁷⁹ (Omar, 2012). Na verdade, no contexto africano, é a região onde se nota maior crescimento do investimento chinês, nos últimos anos (Kragelung & Dijk, 2011). A título ilustrativo, entre 2005 e 2017, a região em questão receberia cerca de 27% (US\$ 21.28 mil milhões) de todo o investimento chinês destinado à África, seguida pela África Central, com 25.2% (19.82 mil milhões) (China Power Team, 2016). Os principais recetores desse investimento, dentro desse espaço temporal, seriam a Nigéria (7.55 mil milhões) e o Níger (5.18 mil milhões). De resto, ambos os países figuram no *top cinco* do *ranking africano* no concernente à capacidade de atrair IDE chinês (China Power Team, 2016). Se tomarmos como intervalo analítico o ano 2016, constatamos que os US\$ 4.96 mil milhões recebidos, na forma de IDE chinês, colocam a Nigéria numa posição

¹⁷⁹ Entre 1979 a 2002, quase 10% do IDE chinês teve a África como destino.

destacada, no quadro regional, no que a esse fluxo diz respeito. A Guiné ocupa a segunda posição, com US\$ 1.87 mil milhões. Até meados do ano 2017, os quantitativos referentes ao IDE chinês na Nigéria já totalizavam US\$ 2.36 mil milhões, seguida pelo Senegal, com US\$ 1.08 mil milhões (China Power Team, 2016).

Sem surpresa, esses investimentos estão configurados no sentido de maximizarem a extração dos recursos naturais estratégicos abundantemente encontrados na região (China Power Team, 2016). Daí que estejam maioritariamente concentrados em setores relacionados com a exploração energética, infraestruturas e telecomunicações (Brautigam, 2009).

Em 2013/14, a China investiu cerca de US\$ 3.4 mil milhões no setor petrolífero oeste-africano (Out-Law, 2015). Tenha-se presente que a produção do petróleo atingiu novos máximos, nos últimos anos, com perfurações a proliferarem pela região, muito por causa da descoberta de reservas no Gana, na Serra Leoa e no Mali (Omar, 2012). Daqui resulta um fortalecimento da presença de corporações petrolíferas chinesas, mormente a SINOPEC e a *China National Offshore Oil corporation* (CNOOC), na África Ocidental (Alves, 2013).

O mesmo se pode afirmar relativamente à *China Aluminum Coporation* (Chinalco), à *China National Nuclear Corporation* (CNNC) e a sua subsidiária *International Uranium Corp* (SINO-U), os quais operam no domínio da extração de minérios, no quadro de uma estratégia que visa assegurar um contínuo fornecimento de minérios à China, num mercado ainda dominado por grandes corporações ocidentais – Vale, BHP Billiton, Rio Tinto, e o mais. (Alves, 2013). A China, como principal transformadora mundial do minério de ferro, espera que os acordos efetuados com os países oeste-africanos lhe proporcionem maior influência na oscilação dos preços nos mercados internacionais (Alves, 2013).

Atentemo-nos à distribuição de investimentos chineses em alguns países oeste-africanos, no lapso temporal que medeia 2005 e 2016: só no setor dos transportes da Nigéria, os chineses investiram cerca de US\$ 23.45 mil milhões. Pese embora este montante supere o dobro do despendido no setor energético (US\$ 10.62 mil milhões), a verdade é que parte significativa das infraestruturas está indiretamente ligada à exploração petrolífera. Outros investimentos chineses de monta situam-se no campo imobiliário (US\$ 2.99 mil milhões) e tecnológico (US\$ 1.65 mil milhões). Na Guiné, os setores dominantes foram o da

exploração de metais estratégicos (US\$ 2.56 mil milhões), o imobiliário (US\$ 2 mil milhões), o energético (US\$ 1.83 mil milhões), o dos transportes (US\$ 770 milhões) e o das tecnologias (US\$ 240 milhões). O panorama energético destaca-se em termos de receção de investimentos chineses em países como o Gana e a Costa do Marfim, ascendendo a US\$ 3.52 mil milhões, do total de US\$ 7.13 mil milhões investidos, e US\$ 1.73 mil milhões, do total de US\$ 2.78 mil milhões investidos, respetivamente (China Power Team, 2016).

O grosso desses investimentos é feito com recurso a linhas de crédito proporcionadas por dois bancos chineses: o *EXIMBANK* e a *China Development Bank* (através da *China Development Fund*) (Alden & Alves, 2009; Pigato & Gourdon, 2014). Trata-se de investimentos, segundo Collier (1999), que podem traduzir em aumento das receitas públicas e crescimento económico em Estados frágeis, reduzindo, assim, o risco desses Estados entrarem em ciclos de instabilidade (*conflict trap*) (Schiere, 2014). Para a China, apresentam a vantagem de estimular a inovação no seio das empresas nacionais, permitindo-as, desse modo, escalarem a cadeia de valores globais.

Caso seja bem-sucedida na tarefa de reequilibrar a sua economia, nos próximos anos, a China tem fortes possibilidades de ascender ao topo do ranking de investidores estrangeiros na África Ocidental (China Power Team, 2016), ultrapassando os EUA e alguns países da UE, tradicionais investidores na região.

Casos Específicos

A seguir apresentam-se exemplos de cooperação para o desenvolvimento entre a China e alguns países oeste-africanos. Os países escolhidos são a Libéria, a Guiné, o Gana, o Mali, o Níger e a Serra Leoa. A relação entre a China e a Nigéria, o seu principal parceiro económico na região, será tratado num capítulo à parte. O critério de escolha dos países radicou essencialmente na dimensão e diversificação da cooperação.

- *Libéria*

As relações económicas e de cooperação para o desenvolvimento entre a China e a Libéria receberam um grande impulso com o restabelecimento dos laços diplomáticos entre os dois países, em 2003¹⁸⁰. A China é tida pelas autoridades liberianas como um parceiro estratégico, no quadro do processo de reconstrução do país, que ainda se debate com as repercussões negativas de uma das mais sangrentas guerras civis registadas em África (Moumouni, 2014; Schiere, 2014). Note-se que a China participou ativamente no processo de manutenção da paz na Libéria, no quadro da *United Nations Mission in Liberia* (UNMIL), conseguindo cumprir, em 2011, todas as obrigações assumidas no âmbito do *Comité Liberiano para o Desenvolvimento e Reconstrução*, no qual esteve presente (Moumouni, 2014). Na sequência do FOCAC 2006, a China cancelou parte das dívidas da Libéria no valor de US\$ 16 milhões, prometendo igualmente um pacote de ajuda anual de US\$ 20 milhões ao país (Moumouni, 2014).

Nos últimos anos, a China reforçou as suas relações de cooperação com esse Estado africano, estendendo-as a vários domínios (Moumouni, 2014), entre os quais educação, saúde, agricultura, comércio e investimento, desenvolvimento infraestrutural e formação de quadros. Até aos finais de 2013, estima-se que 500 estudantes liberianos tenham recebido educação universitária na China, somados aos 2000 técnicos a quem foram também disponibilizados formações de curta duração (Moumouni, 2014).

O impacto da China no processo de reconstrução do Estado liberiano é amplamente visível do ponto de vista da infraestruturização, grande aposta do atual governo. Trata-se de um domínio onde estão presentes multinacionais chinesas de peso, como por exemplo a *Chongqing International Construction Company* (CICO) (que opera fundamentalmente no domínio das infraestruturas rodoviárias) (Allafrica, 2013). Outras empresas de menor dimensão têm sido responsáveis pela construção e requalificação de uma série de infraestruturas, onde se relevam a *Fendell Campus da Universidade da Libéria*, o *Hospital Jackson F. Doe*, aberto em 2011, ao custo de US\$ 10 milhões, o *Centro Anti-malária*, em Monróvia, a *sede do Ministério da Saúde* (Moumouni, 2014), as *instalações*

¹⁸⁰ Note-se que Taylor havia cometido o “incesto diplomático” de reconhecer tanto a China como Taiwan como países soberanos, o que levou a primeira a cortar as suas relações com Libéria.

militares em Bong e a *China Agricultural Technology Demonstration* em Maryland County (um dos dez centros do tipo em África)¹⁸¹ (Moumouni, 2014).

Pequim não tem mostrado receio em avançar com investimentos em países altamente instáveis, do ponto de vista económico e político, no quadro de uma estratégia que visa superar a concorrência em África (Hainzl, 2007). Segundo Schiere (2014), o engajamento chinês com os Estados frágeis caracteriza-se por um “apetite de alto risco”, (...), e flexibilidade em se adaptar ao ambiente político em questão. Assim se compreende o recrudescimento de investimentos chineses na Libéria, a qual, malgrado a normalidade democrática alcançada com eleição da presidente Johnson-Sirleaf¹⁸², continua a ser considerada um país com enorme propensão para a instabilidade. Schiere (2014) sugere que, ainda que se alcance uma paz sustentável, há sempre um enorme risco de países como Libéria entrarem em ciclos de conflitos domésticos. Na verdade, estima-se que 90% das guerras civis ocorram em países que já as tenham sofrido nos últimos 30 anos (World Bank, 2011).

No caso específico da Libéria, esses investimentos explicam-se, sobretudo, pelo facto de, não obstante a sua exiguidade territorial, ser rica em *commodities* fundamentais para a economia chinesa, nomeadamente madeira e o ferro. Além disso, possui, segundo recentes prospeções, reservas de crude exploráveis no seu *offshore*¹⁸³. De acordo com o BM, grande parte dos US\$ 10 mil milhões que a China investiu na Libéria, até 2013, concentra-se na exploração dos recursos supramencionados (Allafrica, 2013). Em 2014, a *China Union Investment Company Liberia Ltd* e o governo liberiano assinaram um contrato que estabelece um investimento de US\$ 2.6 mil milhões na reconstrução e requalificação de infraestruturas ligadas às minas de ferro das regiões de Margibi e Bong (National Port Authority of Liberia, 2013). É o maior investimento alguma vez feito na Libéria, que se espera traduzir na criação, direta e indireta, de 18 mil postos de trabalho.

¹⁸¹ Na sequência disso, fez uma doação em espécie – equipamentos agrícolas – no valor de US\$ 1 milhão, a par do envio *experts* para o *Booker T Washington Agricultural and Industrial Institute* visando formar liberianos no cultivo de arroz (Moumouni, 2014).

¹⁸² Em segundo lugar, há um claro “valor de marca” em benefício da presidente Sirleaf, a primeira mulher a alcançar a posição de chefe de Estado em África, além de ter sido galardoada com o prémio nobel da paz. Outrossim, Sirleaf tem empreendido importantes políticas promotoras de boa governação e da redução da pobreza. Estes fatores facilitam a negociação com os doadores internacionais (Schiere, 2014).

¹⁸³ Note-se que algumas multinacionais, entre as quais a americana Chevron, já deram início à exploração do petróleo nos mares da Libéria.

- *Guiné*

O passado revolucionário de Sekou Touré, primeiro presidente da Guiné, marcou indelevelmente as relações sino-guineenses. A Guiné foi um dos primeiros países africanos, logo após a descolonização do continente, a estabelecer relações diplomáticas com a China. Nos anos seguintes, a assistência financeira chinesa permitiu ao governo guineense construir importantes infraestruturas, nomeadamente fábricas, escolas, edifícios governamentais, e implementação de diversos projetos agrícolas (Agubamah, 2014).

A China é tida como um *latecomer* na Guiné, não só por causa do seu desenvolvimento tardio, relativamente às potências ocidentais, mas também devido às contingências inerentes a uma série de oscilações da política externa guineense, após a morte de Touré (Brautigam, 2010). Essas contingências diluíram-se, nos últimos anos, passando a China a ser um dos principais investidores no país, em resposta às oportunidades de negócio que o mesmo oferece.

Sublinhe-se que a Guiné possui as maiores reservas de bauxite e de ferro do mundo, diamante e ouro, entre outros minérios. Daqui tem resultado um aumento gradual de investimentos chineses nesse domínio, pese embora as participações mais importantes sejam detidas pelas multinacionais ocidentais – Alcoa & Alcan, Rio Tinto, *RusAl*, *BHP Billiton*, *Mitsubishi*, e *Anglo-Aluminium* (National Port Authority of Liberia, 2013). Em novembro de 2005, foi garantida à *Chinalco* e um consórcio da Província de Henan licenças de prospeção de bauxite (Brautigam, 2010). Em fevereiro de 2008, a *China Power Investment* (CPI) entrou numa *joint-venture* com a russa *RusAl* para a construção de uma fábrica de processamento de alumina, e em setembro do mesmo ano, consegue uma licença de exploração de bauxite. Em 2010, o gigante da indústria mineira Rio Tinto associou-se às empresas chinesas a *Aluminum Corporation of China* Lda (CHALCO) e *Chinalco* visando a exploração de ferro nas montanhas de Simandou, a qual permitirá a China, no verbo do presidente da Chinalco, suprir as suas demandas de ferro nos próximos anos. Em 2011, a CPI negociou um acordo de US\$ 5.8 mil milhões no campo da mineração de bauxite, a que se junta a construção de uma central de carvão, uma refinaria de alumina e um porto de águas profundas (Agubamah, 2014).

A participação da China se estende ao setor energético, até porque a Guiné tem um grande potencial hidroelétrico (CIA, n.d.). Em 2007, após um acordo com o *EXIMBANK*, Pequim anunciou que a *Sinohydro* e a CPI iriam construir a barragem hidroelétrica de Souapiti, no rio Konkuaré¹⁸⁴. No final do ano 2009, a *China International Fund* (CIF) acordou com o governo guineense investir US\$ 7 mil milhões na exploração de petróleo, gás e ferro. Esse investimento previa também a construção de um conjunto de infraestruturas a jusante, incluindo um porto de águas profundas. O acordo em causa suscitaria uma enorme crítica da comunidade internacional, dado ter sido firmado com o regime saído do golpe militar ao governo de Lassana Conté¹⁸⁵ (Agubamah, 2014).

- *Gana*

A China tem-se mostrado particularmente ativa no seio da economia ganesa, não só em virtude das potencialidades económicas ali existentes, mas também porque o Gana tem evidenciado, juntamente com o Senegal e Cabo Verde, uma sólida estabilidade sociopolítica. Os domínios onde o IDE chinês é mais notado são o das infraestruturas e do petróleo, fonte energética descoberta nos últimos anos. O Gana iniciou a exploração petrolífera em 2011, e espera-se que as receitas daí advenientes atinjam US\$ 1.2 mil milhões, no decurso de duas décadas (Diaouari, 2011). Petrolíferas chinesas, sobretudo a CNOOC e a SINOPEC, tem aumentado consideravelmente os seus investimentos nesse setor, à medida que vão batendo a concorrência das congéneres ocidentais, como a Exxon Mobil (Jiang & Jing, 2010).

De notar que o enorme êxito que as multinacionais chinesas têm tido nos leilões petrolíferos em África advém do facto de, por um lado, não se sentirem pressionadas pelo lucro imediato, o que lhes tem permitido superar as licitações concorrentes e, por outro,

¹⁸⁴ Inicialmente, tentou-se ligar o projeto a várias propostas para a construção de refinarias de alumina, mas não conseguiram convencer os principais investidores a financiarem a construção da barragem. A sua conceção original previa a produção de 750 MW de electricidade, mas *updates* posteriores revelaram que a estação de Souapiti teria uma capacidade para produzir 515 MW, podendo abastecer não só a capital, mas também muitos projetos industriais, tais como refinarias de alumina em áreas fora de Conacri.

¹⁸⁵ Pequim negou quaisquer ligações à CIF, defendendo que se tratava de uma companhia baseada em Hong Kong. A CIF é uma companhia sombria, mas a sua diretora, Lo Fong Hung, é também diretora da Sonangol SINOPEC International Ltd., uma *joint-venture* entre a SINOPEC e a angolana Sonangol (Oster, 2009). Após as eleições na Guiné e melhorias na questão dos direitos humanos, a CIF anunciaria um acordo prevendo o fornecimento de US\$ 2.7 mil milhões para a construção de caminhos de ferro, portos e infraestruturas associadas ao projeto de mineração de Kalia, que se estima produzir cerca de 50 milhões de toneladas anuais de minérios (Loni, 2010).

de serem as “preferidas” dos governantes africanos, face aos incentivos disponibilizados pelo governo chinês: empréstimos com juros bastante baixos, como foram os US\$ 2 mil milhões transferidos para os cofres do Estado ganês (Jiang & Jing, 2010), e construção de infraestruturas a jusante à produção.

A assistência financeira chinesa incide sobretudo no domínio da construção de um conjunto de vias de comunicação cruciais para o desenvolvimento da indústria petrolífera (Jiang & Jing, 2010). Em 2010, o *EXIMBANK* e CDB concederam um empréstimo de US\$ 10.4 mil milhões e US\$ 3 mil milhões ao governo ganês, destinados a projetos de infraestruturação e petrolíferos (principalmente no campo petrolífero de Jubilee), respetivamente¹⁸⁶. Em 2011, a *Ghanian National Petroleum Corporation* (GNPC) e CNOOC constituíram uma *joint-venture* visando a aquisição de parte (23.5%) dos ativos da *Dallas-based Kosmos Energy LLC*. Contudo, não foram bem-sucedidos (Diaouari, 2011). Embora as companhias chinesas não tivessem obtido ativos colaterais substanciais na sequência desses empréstimos, o facto é que conseguiram entrar no setor *downstream*, alegadamente como parte das condições do empréstimo (Alves, 2013).

Note-se que, em 2007, antes da bonança petrolífera, o *EXIMBANK* já tinha financiado um projeto hidroelétrico orçado, na altura, em US\$ 292 milhões, que seriam reembolsados com os lucros da exportação de cocos (Alves, 2013).

- *Mali*

O Mali é um país relativamente grande e rico em recursos naturais estratégicos, nomeadamente ouro, cobre, algum diamante, urânio e reservas exploráveis de crude, como confirmam as operações de prospeção na Bacia de Taoudeni. Porém, essa abundância de recursos não tem tirado o país da cauda dos *rankings* internacionais em matéria de desenvolvimento. Os problemas são os do costume – má governação, corrupção, choques étnicos e, por consequência, conflitos -, e têm impedido o país de

¹⁸⁶ O reembolso da dívida, disponibilizado em dois tranches e com períodos de carência de 3 e 5 anos, foi assegurado com receitas petrolíferas e conta garantia. Depois de uma acalorada discussão doméstica, o acordo “infraestrutura por petróleo” seria finalmente aprovado pelo parlamento em agosto de 2011, e o primeiro tranche de \$US 1 mil milhões seria desbloqueado, em abril de 2012. Essa tranche inicial destinou-se ao financiamento de infraestruturas relacionadas com a produção de gás no campo de Jubilee. Os 2 mil milhões remanescentes seriam desembolsados em 2013, sendo canalizados para o desenvolvimento de infraestruturas aeroportuárias, caminhos de ferro e projetos agrícolas.

beneficiar de investimentos diretos externos e aceder a financiamentos no mercado internacional, fundamentais para a economia dos países subdesenvolvidos. Recentemente, viu a sua ajuda orçamental cancelada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial (BM) e pela União Europeia (UE) (Diarra, 2014)¹⁸⁷. O país tem tido quase sempre classificações negativas nas agências de *rating* internacionais (Fletcher, 2010).

A penetração económica da China em África constitui, de certa forma, um balão de oxigénio para países como o Mali, que apresentam performances governativas e económicas fracas. As relações sino-malianas conheceram um significativo incremento nos últimos anos, particularmente do ponto de vista económico. O volume do comércio entre os dois Estados cifrou-se, em 2010, à volta dos US\$ 300 milhões, valores modestos para os padrões internacionais, mas extremamente importantes para o Mali (Esterhuyse & Kane, 2014). Parte significativa desse montante está relacionada com a exportação do algodão (Farhaoui, 2013)¹⁸⁸. Contudo, em razão da dimensão do país e dos recursos que dispõe, podemos dizer que o grau de penetração económica da China no Mali é relativamente modesto, quando comparado com o registado noutros países africanos. Os investimentos da China concentram-se maioritariamente em setores como hotelaria, restauração e algumas indústrias (Schier, 2014). A entrada de chineses no setor agroindustrial, e o consequente aumento de empregos, traduziu numa significativa redução do êxodo rural (Esterhuyse & Kane, 2014). Pequim pretende aumentar os seus investimentos, principalmente em áreas estratégicas, entre as quais a extração do urânio, até agora dominada pela França¹⁸⁹. No domínio energético, embora as prospeções na Bacia de Taoudeni não tenham revelado ainda quantidades comercializáveis de petróleo, verifica-se grande disponibilidade da parte das corporações chinesas para a realização de investimentos, ao contrário das congéneres ocidentais. De resto, em 2004, a SINOPEC

¹⁸⁷ O FMI e o BM congelaram perto de US\$ 70 milhões, após o Mali ter gasto US\$ 40 milhões na compra de um jato presidencial e ter contraído empréstimos para a compra de equipamento militar. Esses negócios minaram a confiança dos doadores relativamente ao compromisso do novo governo maliano na reconstrução do país, após o golpe de 2012.

¹⁸⁸ Aproximadamente 40 milhões de chineses têm emprego na indústria do algodão. De igual modo, a indústria têxtil representou 11% do PIB chinês, em 2010. A África Ocidental é a origem de grande parte das importações de algodão para a China (Farhaoui, 2013).

¹⁸⁹ Este relacionamento encontra-se ancorado à França, em virtude da extensa rede de investimentos, e cooperação comercial e para o desenvolvimento. Ademais, a França tem uma larga comunidade migrante originária do Mali, o que faz com que haja razões políticas e eleitorais claras para a manutenção da relação de proximidade entre os dois países.

conseguiu licenças de exploração em cinco zonas localizadas nas cidades de Timbuktu e Gao (Farhaoui, 2013).

Fazendo fé nas declarações do Ministro do Investimento do Mali, Ben Barka, nos anos seguintes, a China irá estar envolvida num conjunto de projetos estruturantes para a economia maliana, nomeadamente a construção de um caminho-de-ferro de 900 Km, ligando Mali e a Guiné, orçado em US\$ 8 milhões; reabilitação do antigo caminho-de-ferro que vai para o Senegal; construção da quarta ponte sobre o Bamako, permitindo a fluência do trânsito na capital do país; construção de quatro barragens no rio Senegal; construção da maior fábrica de medicamentos da África Ocidental (Diarra, 2014). Quanto ao mais, a indústria da construção civil chinesa tem uma significativa presença no mercado maliano, com impacto positivo em termos de emprego e investimento. Positivo, igualmente, do ponto de vista da criação do emprego, foi a reabertura do *Complexe Sucrier Du Kala Supérieur SA SUKALA*, encerrada em decorrência da submissão ao Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) (Esterhuyse & Kane, 2014).

Há uma complementaridade entre a abordagem dos tradicionais parceiros ocidentais e a da China, no caso maliano. Esta foca-se em domínios como a infraestruturação, assistência técnica na agricultura e saúde, enquanto aqueles apoiam no processo político e na governação (Schiere, 2014).

- *Níger*

Nos últimos 10 anos, as relações sino-nigerinas registaram algum dinamismo, mormente no perímetro comercial, embora possuam laços diplomáticos que remontam à década de 1970¹⁹⁰. Em 2002, o volume do comércio bilateral entre os dois países atingiu US\$ 14.743 milhões, correspondentes na sua totalidade às exportações chinesas – sobretudo, arroz, têxteis e equipamentos de telecomunicação (Chinese Foreign Ministry, 2006).

O Níger possui uma importância estratégica para a China. Não é por acaso que tenha sido dos dez países africanos que mais investimento chinês recebeu, nos últimos anos (Nossiter, 2010). Estamos a falar de um país que possui vastas reservas energéticas,

¹⁹⁰ Malgrado suspensas, a China e o Níger estabeleceram relações diplomáticas em julho de 1974, entretanto suprimidas em 1992 em razão do estabelecimento das relações com Taiwan por parte do governo de transição, e retomadas em 1996.

sobretudo urânio (é o quarto produtor mundial), mas também petróleo. Em 2007, a SINO-U uniu-se numa *joint-venture* com o governo nigerino, originando a *Société Minière d’Azelik*¹⁹¹, com o propósito de explorar as reservas de urânio em Azelik (a maior mina do país). Tratou-se de uma estratégia engendrada pelo então presidente da República do Níger, Mamadou Tandja, com o intuito de romper com o monopólio de quatro décadas da empresa francesa *Areva* nesse domínio. O acordo foi descrito pelo *Financial Times* como a “batalha pelos recursos” entre a China e a França. As explorações iniciaram-se em 2010.

No setor petrolífero, a CNPC iniciou, em 2011, operações de extração na região de Agadem¹⁹², após prospeções de crude e gás terem revelado quantidades três vezes superiores às estimativas iniciais. A CNPC prevê fazer investimentos na ordem dos US\$ 5 mil milhões no desenvolvimento desse bloco petrolífero. A exploração também é feita no âmbito de uma *joint-venture* com o governo, com o financiamento do *EXIMBANK*¹⁹³. O projeto Agadem engloba, igualmente, a construção de uma refinaria em Soraz com capacidade de 20.000 barris diários, nos arredores de Zinder (Thurston, 2012), e de um gasoduto com 2.000 km de extensão, permitindo o transporte de petróleo do Níger para um país costeiro, provavelmente o Benim. De resto, as empresas chinesas têm estado envolvidas em vários outros projetos, principalmente no domínio da agricultura e construção – prospeção de recursos hídricos em Zinder, reparação de infraestruturas estatais, construção de residências, expansão das salas da Universidade de Niamey, entre outros (Chinese Foreign Ministry, 2006).

¹⁹¹ Azelik pertence à Societe des Mines d’Azelik SA (SOMINA), uma *joint-venture* estabelecida em 2007, na qual o governo nigerino detém 33% das ações e a SinoU 37.2%. O restante pertence às empresas chinesas ZXJOY Invest e Trendfield Holdings.

¹⁹² Note-se que as quantidades de petróleo nessa região foram subestimadas pelas congéneres ocidentais, que recusaram avançar com os investimentos.

¹⁹³ O *EXIMBANK* foi criado em 1994. É, na sua totalidade, propriedade do governo chinês, estando sob a liderança do Conselho do Estado. Desempenha um papel fundamental na promoção do comércio externo e cooperação económica, atuando como um canal-chave na política que financia as importações e exportações de produtos mecânicos e eletrónicos, equipamentos e tecnologias, e no empreendimento de contratos de construção, entre outros investimentos, levados a cabo por empresas chinesas no estrangeiro.

- Serra Leoa

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1971, a China e a Serra Leoa engendraram uma série de relações cooperativas em diversos setores, como agricultura, saúde, infraestrutura e educação (Brautigam, 2009). Durante a guerra civil que assolaria a Serra Leoa, entre 1991 e 2002, a China enviou um contingente militar com a tarefa de atuar em domínios eminentemente humanitários. Outrossim, representantes do governo chinês integraram um grupo consultivo, liderado pelo BM, com o intuito de coordenar os esforços dos doadores para a crise humana registada na Serra Leoa, nos anos seguintes ao fim da guerra civil (Brautigam, 2009). Pequim também cancelaria todas as dívidas da Serra Leoa em *default*, na sequência de um acordo assinado em maio de 2001 (Brautigam, 2009). Mesmo antes de a guerra civil ter formalmente terminado, a China já estava a reorganizar as suas estruturas de assistência no sentido de renovar alguns projetos anteriormente iniciados. Nessa altura, encorajados pela sua embaixada em Freetown, algumas empresas chinesas começaram a se estabelecer no país à procura de oportunidades de negócios, com destaque para a exploração do *Hotel Bintumani* e a *Magbass Sugar Complex* (Brautigam, 2009).

A partir de 2003, as relações entre Pequim e Freetown assumiram outra dinâmica, com a o primeiro a mostrar-se bastante ativo não só no contexto da ajuda humanitária, particularmente no panorama alimentar e sanitário, como também no quadro da cooperação económica (Brautigam, 2009), tornando essa relação bastante multifacetada (Datzberger, 2013).

Grande parte do engajamento chinês com a Serra Leoa visou consolidar antigos projetos, muitas vezes, procurando transformá-los em negócios. O regresso da *China National Electric Equipment Corporation* (CNEEC) ao controlo da central hidroelétrica de Goma é um dos exemplos que confirma esse padrão (Brautigam, 2009).

Entre 2001 e 2007, os dois países assinariam, pelo menos, oito acordos separados, cada qual envolvendo subvenções, empréstimos sem juros, ou a combinação das duas modalidades (Brautigam, 2009), destinados, sobretudo, ao desenvolvimento infraestrutural. É preciso não perder de vista que a Serra Leoa é um país ainda em processo de reconstrução. Precisa urgentemente de uma revolução infraestrutural, unanimemente considerada condição *sine qua non* para o desenvolvimento económico

nacional. A China tem sido um parceiro estratégico neste particular, financiando e construindo uma série de infraestruturas. Entre estas destacam-se alguns projetos – o estádio de futebol e o edifício dos ministérios erigidos em Freetown (Brautigam, 2009); o Hospital Amizade China-Serra Leoa, no distrito de Jui; um novo estádio de futebol no distrito de Bo; a Torre de Relógio na cidade nortenha de Makeni; e o novo complexo de edifícios para o Ministério dos Negócios Estrangeiros (Brautigam, 2009; Datzberger, 2013). Em 2013, o presidente Koroma anunciou a consecução de um acordo com a *Chinese Railway International Company* para a realização de dois projetos ambiciosos – o aeroporto Mamamah e uma via férrea de alta velocidade. O aeroporto em questão substituiria o congénere atual – *Lungi International Airport* – antiga base aérea das forças britânicas e bastante limitado em termos de capacidade. Os dois projetos têm um custo aproximado de US\$ 8 mil milhões. Contudo, se encontram em banho-maria, havendo quem dissesse mesmo que o *EXIMBANK* ter-se-ia recusado a avançar com o desembolso de novos tranches visando a continuidade dos mesmos, depois da realização dos trabalhos iniciais, que já custaram US\$ 10 milhões ao Estado serra-leonês. A decisão do *EXIMBANK* estaria relacionada com a queda abissal do preço do minério de ferro, o qual serviria de garantia para o empréstimo concessional anteriormente acordado.

Em linha com o que Gehrold & Tietze (2011) sugerem para o caso senegalês, o envolvimento chinês na Serra Leoa está longe de ser altruísta. O seu interesse é de cariz primordialmente económico. A China almeja fundamentalmente expandir o seu acesso aos vastos recursos minerais do país. Não se descarte, igualmente, a enorme oportunidade que o desenvolvimento infraestrutural na Serra Leoa representa para as construtoras chinesas (Bah, 2017). Presentemente, operam aproximadamente trinta empresas chinesas em território serra-leonês, grande parte dos quais com ansiando o aumento das suas participações no setor da mineração, ainda dominada por multinacionais ocidentais – *Africa Minerals e a London Mining* (Bah, 2017).

Segundo Datzberger (2013), a presença da China na Serra Leoa é inquestionavelmente importante para a promoção do desenvolvimento económico do país. Investimentos, “presentes” e comércio, de certa forma, têm diluído o estereótipo segundo o qual a presença da China no país tem como propósito primordial a exploração de recursos minerais (Datzberger, 2013). Contudo, a longo prazo, os investimentos e a ajuda chineses ao país podem não se traduzir em aumento de empregos e uma sustentável redução da

pobreza. As instituições do país permanecem ainda profundamente frágeis para regular a ação dos investidores privados (Datzberger, 2013). Uma questão preocupante tem a ver com as obras pomposas que não trazem quaisquer efeitos multiplicadores em termos do recrudescimento do PIB, autênticos elefantes brancos que servem exclusivamente para encher o ego e os bolsos de alguns governantes, num país onde a taxa de alfabetização, acesso à informação, e, por inerência, o dinamismo da sociedade civil são bastante reduzidos.

O enquadramento cooperativo em apreço é conhecido por “*Consenso de Pequim*” (Ramo, 2004)¹⁹⁴, e harmoniza com os princípios de não-ingerência e respeito mútuo historicamente defendidos por Pequim (Ayodele & Sotola, 2014; Brautigam, 2009, 2011b; Djik, 2009; Taylor, 2005, 2006). Surge em oposição ao “*Consenso de Washington*” e ao *Clube de Paris*¹⁹⁵, conhecidos por imporem um conjunto de condições – disciplina fiscal, boa governação, liberalização política, democratização, respeito pelos direitos humanos, *inter alia* – para a concessão de ajudas. Para a China, na avaliação do programa de ajuda importa, acima de tudo, considerar a estabilidade política, sem a qual, advogam, não há crescimento económico (Djik, 2009). A boa governação, a proteção dos direitos humanos e a preservação do ambiente vêm em segundo plano.

A China justifica esse modelo de cooperação com o seu próprio sucesso económico (SaferWorld, 2011), cuja ignição seria provocada pelos investimentos e empréstimos (sem juros e/ou preferenciais) massivos do Ocidente e do Japão. Com todo esse capital, investiria fortemente em infraestruturas, que serviram de catalisadores para o seu

¹⁹⁴ O economista Paul Collier sugere que a infraestrutura africana vem sendo negligenciada pelos parceiros ocidentais, e que a assistência chinesa nesse domínio é, no geral, muito positiva (SaferWorld, 2011). O BM estima que a África requer US\$ 93 mil milhões anuais em gastos com as infraestruturas, a fim de satisfazer as suas necessidades no domínio do desenvolvimento (SaferWorld, 2011).

¹⁹⁵ As convicções do Ocidente sobre a assistência ao desenvolvimento mudaram significativamente, ao longo dos anos – no início, recaíam fundamentalmente sobre infraestruturação e indústria; depois vieram os Programas de Ajustamento Estrutural; governação e democracia, microfinanças, transferência condicional de dinheiro, programas de desenvolvimento rural integrado, e por aí adiante, todos com resultados por ver.

crescimento económico, não obstante o autoritarismo político prevalecente (Djik, 2009). Daí o ditado chinês “*yao xiang fu, xian xiu lu*” (se queres ser rico construa primeiro uma estrada) (SaferWorld, 2011).

O “*Consenso de Pequim*” permite aos governantes africanos alguma triangulação dos doadores, e uma consequente maximização da margem de manobra, no âmbito do *policy making* (Nuutinen, 2012).

Para Brautigam (2009), a abordagem chinesa no domínio da cooperação para o desenvolvimento¹⁹⁶ traz benefícios a ambos os lados – lucro e mercado às empresas chinesas, empregos e impostos às finanças dos Estados africanos, superando, assim, os vários experimentos levados a cabo pelo Ocidente, nos últimos 50/60 anos. Segundo a *Report on Economic Conditions in West Africa 2010*, a cooperação chinesa tem contribuído para a redução da pobreza e, consequentemente, melhoria das condições de vida das populações da região (ECOWAS & ECA, 2012). Isto se manifesta fundamentalmente no facto de a China intervir massivamente em setores sociais essenciais (Saúde e Educação) e na construção de infraestruturas cruciais para o desenvolvimento económico e social dos países oeste-africanos (ECOWAS & ECA, 2012).

Em todo caso, o modelo de cooperação chinesa é objeto de acérrimas críticas por parte dos parceiros tradicionais da África, dada a escassez de informações, bem como o perigo de minar, como asseveram os críticos, os esforços do Ocidente visando a promoção da boa governação em África. Em teoria, a ajuda chinesa à África opera segundo “*request-based system*”: os países africanos fazem sugestões às embaixadas chinesas, e posteriormente, são aprovados ou negados (maioritariamente são aprovados). Isto, muitas vezes, traduz em projetos que não têm grande impacto na redução da pobreza, tais como estádios e palácios governamentais (Nuutinen, 2012). Na Serra Leoa, por exemplo, construtoras chinesas erigiram, em resposta a políticas populistas e bairristas levadas a cabo por governantes daquele Estado oeste-africano, uma série de infraestruturas, entre as quais um imponente estádio de futebol na cidade de Bo, que estão notoriamente abandonadas, haja em vista as enormes dificuldades de manutenção (Brautigam, 2009).

¹⁹⁶ Note-se que a autora recusa utilizar o termo “ajuda”.

Outra crítica frequente à política de cooperação para o desenvolvimento chinês decorre da alegada combinação da APD com os negócios em favor das suas multinacionais (Brautigam, 2009). Também aqui a Serra Leoa afigura-se um exemplo bastante ilustrativo. Nos anos seguintes ao fim da guerra civil, a Huawei, multinacional chinesa no domínio das telecomunicações, desenvolveria uma série de projetos na Serra Leoa, entre os quais, um, a extensão da rede de comunicações sem fios da empresa pública Sierratel, sem que se realizasse qualquer leilão. Esse projeto seria financiado pelos Ministérios do Comércio e das Finanças chineses, em parceria com o *EXIMBANK*, no valor de 16. 6 milhões de Yuans (o enquadramento do acordo e os termos concessionais (2% de taxa de juro e vinte anos de reembolso), bem como o facto de o empréstimo ter sido efetuado em moeda nacional chinesa, tornam essa operação em APD) (Brautigam, 2009).

Como sugere a *Report on Economic Conditions in West Africa 2010*, apesar de o envolvimento da China no desenvolvimento económico e social da região, e de se orgulhar por não impor condições políticas à concessão de ajudas, a verdade é que elas são condicionadas aos interesses de Pequim (ECOWAS & ECA, 2012). A tecnologia empregada nos projetos tem que ser necessariamente importada da China, garantindo uma dependência a longo-prazo da África Ocidental (ECOWAS & ECA, 2012). Efetivamente, mais de 70% da ajuda chinesa à África retorna à China através da compra de bens e serviços chineses (Chaponnière, 2011). Ademais, na maioria dos casos, são empregues mão-de-obra chinesa nos projetos de construção, com reflexos nulos no combate ao desemprego na região. A ajuda é controversa: embora concedida segundo o princípio *win-win*, a verdade é que China acena com os seus milhões, em maior parte dos casos, a países que, em troca, estejam dispostos a conceder-lhe acesso aos recursos naturais (ECOWAS & ECA, 2012).

Capítulo VII - Ameaças aos Interesses Económicos da China

Como referido anteriormente, a presença chinesa na África Ocidental vem ganhando contornos bastante expressivos, nos últimos anos, materializada, sobretudo, em uma série de investimentos em setores económicos estratégicos, cruciais para a pujança económica daquele Estado asiático – petróleo, gás, minérios, madeira, etc., Regra geral, esses investimentos estão a cargo das grandes corporações empresariais estatais, que se estabeleceram em peso na região, juntamente com pequenos empreendedores – comerciantes, agricultores, sobretudo.

Estamos em face a uma tendência que evolui em sentido contrário ao que têm sido a resposta – a negativa – de muitos investidores de outras paragens, mormente os ocidentais, quando exortados a investir na região. Via de regra, essa negativa impera em razão das dificuldades económicas por que passam muitas empresas ocidentais, mas também e, sobretudo, de o facto da África Ocidental inspirar muitos receios haja vista o seu largo historial de instabilidade sociopolítica.

Tenha-se presente que qualquer investimento que se faça na região, principalmente os *projetos greenfield*, está sujeito a um alto risco, como nos corrobora a história política dos seus elementos constituintes, desde os anos 1960. Se é verdade que todos os Estados da África do Oeste são considerados democracias, não deixa de ser menos certo que o panorama político que lhes perpassa continua a ser moldado pela instabilidade, corrupção, debilidade institucional e violência política (Kuo, 2015; SaferWorld, 2011). Não obstante as principais economias da região, sobretudo a Nigéria e o Gana, terem apresentado, nos últimos anos, dinâmicas de crescimento económico interessantes, o facto é que se distinguem por serem economias que se confrontam com enormes deficiências, nomeadamente um setor privado eminentemente anémico, e a sua extrema dependência relativamente aos *commodities* primários (Toit, 2013). Ademais, apesar do notório crescimento da classe média, a maior parte dos oeste-africanos vive na pobreza extrema, privados do desenvolvimento social e da educação.

A China debate-se, igualmente, com outras importantes ameaças, no perímetro regional em apreço – nomeadamente a *emergência de sentimentos Sinofóbicos*, o *crime organizado e interesses estratégicos de outras potências*. De todo o modo, tais contingências parecem não demover os investidores chineses. As corporações estatais e os pequenos empreendedores têm-se mostrado menos avessos aos riscos relacionados

com os focos de instabilidade, comparativamente às empresas do Ocidente, na sua decisão de investirem em África. Ao mais, beneficiam, principalmente as corporações energéticas, do facto de as finanças governamentais estarem cheias de reservas monetárias estrangeiras.

VII.1. Violência Política

A violência política é um fenómeno recorrente no contexto geopolítico oeste-africano, com especial relevância para os conflitos domésticos, insurreições políticas e o terrorismo. Estamos tão somente em face a uma das regiões com maior número de golpes de Estado no mundo, onde a possibilidade de conflito está sempre presente, em razão da constância de inúmeras tensões e contradições internas aos Estados – diferendos étnicos, desemprego, corrupção, má-governança, abuso dos direitos humanos, e assim por diante. (Toit, 2013).

É consensualmente considerado que um dos principais fatores de risco advem do número avassalador de antigos mercenários e armas ilegais que proliferam na região, originários principalmente de países como a Libéria e a Serra Leoa.

Tratando-se de um contexto securitário regional extremamente volátil, regra geral, como é notório no caso nigeriano, as elites políticas, no quadro de um jogo de soma zero, procuram munir o Estado de um conjunto complexo e diferenciado de instituições quase similares às dos Estados modernos, mas que têm como intuito primacial otimizar e acelerar a sua depredação, haja vista o sempre presente perigo de serem depostas por um eventual golpe de Estado.

As receitas prescritas visando contornar esse quadro, especialmente as dos parceiros ocidentais, não têm surtido efeito, uma vez que divergem do âmago do problema, que é a continuidade de instituições políticas e económicas extrativas e discriminatórias (Acemoglu & Robinson, 2012). Essas instituições são as principais responsáveis pela colocação desses países na retaguarda nos *rankings* de fragilidade estatal. Estão na base do círculo vicioso enformado pela pobreza violência e instabilidade intrínseco a estes Estados. Guerra e instabilidade retraem investimentos externos, impedindo, por sua vez, o crescimento económico; baixo crescimento económico implica mais conflitos e

instabilidade. Para os investidores, é fundamental que os seus investimentos se desenrolem num ambiente seguro e estável (Dittengen & Daniel, 2012).

Os chineses parecem ser os únicos a contrariar a lógica supramencionada, pois apesar do quadro de insegurança presente na região, acreditam, ao contrário de muitas multinacionais do Ocidente, que os benefícios, os quais não se esgotam em lucros imediatos, justificam os riscos (Tull, 2006). A instabilidade política e social por que inúmeros Estados da África do Oeste atravessam tem-se revestido, muitas vezes, em importantes oportunidades de negócio para o empreendedores chineses (Tull, 2006).

Porém, as coisas nem sempre têm corrido bem. A instabilidade política e social crescente tem constituído uma séria ameaça aos interesses da China, à medida que o seu *footprint* se expande na região. As suas empresas e cidadãos têm sido obrigados, num registo crescente, a interagir diretamente com o contexto sociopolítico e securitário endógeno, onde agitações, tumultos e golpes de Estado complicam imensamente as operações, e traduzem em grandes incertezas relativamente à sua segurança (Africa Monitor, 2014a).

Não têm sido raras a ocorrência de ataques politicamente motivados, direcionados a chineses, sobretudo porquanto têm sido, amiúde, considerados parceiros da elite regional na exploração e opressão das populações que vivem em regiões ricas em hidrocarbonetos, e grandes causadores da degradação ambiental (Idun-Arkhurst & Laing, 2007; Mthembu-Salter, 2009). A Nigéria constitui um exemplo paradigmático, a este respeito. Em 2006, movimentos separatistas do Delta do Níger detonaram um carro-bomba no sul do país, como aviso aos investidores chineses de que seriam tratados como ladrões. Além disso, ameaçaram novos ataques a pontes, armazéns e infraestruturas petrolíferas (Holslag, 2009b). Em 2007, vários funcionários chineses de uma empresa de telecomunicações foram raptados por homens armados na cidade petrolífera de Port Harcourt, igualmente no sul da Nigéria (Holslag, 2009b). Duas semanas volvidas, outros nove nacionais chineses desapareceram em resultado de um ataque levado a cabo no Estado de Bayelsa (Holslag, 2009b). Desde aí, as ameaças de grupos insurgentes e secessionistas direcionadas às corporações petrolíferas chinesas têm-se multiplicado (Dan Large, 2007).

Outra ameaça regional com que os cidadãos e empresas chineses têm de lidar é o terrorismo de matriz islâmica. Nos últimos anos, esse fenómeno assumiu uma enorme

proporção dentro do panorama oeste-africano¹⁹⁷, onde tem encontrado um contexto assaz propício à sua expansão, com especial destaque para a informalidade da economia, disfuncionalidade institucional, instabilidade política, porosidade das fronteiras, violência comunal, corrupção, desemprego, clivagens etno-religiosas, entre outros. (Trosper, 2009). Estas últimas, por exemplo, têm permitido a algumas organizações terroristas o engendramento de alianças extrafronteiras do Estado, que chegam a envolver até mesmo membros da elite política no poder, como a que o Boko Haram estabeleceu não só com alguns políticos no norte da Nigéria, como também com o ex-presidente do Burkina Faso, Blaise Campaoré. Essas alianças têm facilitado ao Boko Haram a realização de atividades paralelas – mormente tráfico de diamantes, armas e drogas – e a estruturação da sua logística¹⁹⁸ (Agyeman-Duah, 1990; GIABA, 2013; Olawale, 2013; Trosper, 2009).

Além do Boko Haram, operam na região, principalmente em territórios que perpassam a Mauritânia, Níger e Mali, grupos terroristas como o AQMI, o *Movimento de Unidade e Jihad da África Ocidental* (MUJAO), o *Movimento Nacional de Libertação de Azwad* (MNLA), e *Ansar Edinne* (Trosper, 2009). De todos esses grupos, o mais forte, quer em termos financeiros quer em termos de *know how*, é o AQMI. A frequência com que os ataques têm vindo a ser perpetrados, aliada à quantidade de vítimas que têm provocado atestam uma crescente sofisticação dos grupos terroristas regionais (GIABA, 2013; Trosper, 2009). De resto, sabe-se de a existência de alianças táticas intergrupais no sentido maximizar a eficácia dos ataques (United States Department of States 2012).

A ameaça que a atuação desses grupos fundamentalistas representa para os interesses chineses é bastante séria. Fizeram da China um inimigo, não só porque considerada uma potência neocolonialista em África, mas também opressora da minoria muçulmana Uigure, a nível doméstico. A AQMI, por exemplo, jurou vingança à China, depois da repressão chinesa ao motim dos Uigure, ocorrido em julho de 2009, na Província de Xinjiang, (Shinn, 2013b).

¹⁹⁷ Em 2012, a fim de reforçar os mecanismos regionais de combate ao terrorismo, as autoridades oeste-africanas puseram em marcha o Plano de Ação Contraterrorismo¹⁹⁷, com a ajuda de parceiros internacionais. Em 2013, no quadro da Cimeira dos Chefes de Estado realizada em Abidjan, foi adotada a Estratégia da CEDEAO para o Combate ao Terrorismo¹⁹⁷ e o seu Plano de Implementação, bem como uma Declaração Política de Posição Comum contra o Terrorismo (GIABA, 2013).

¹⁹⁸ Esta organização terrorista terá, igualmente, desenvolvido ações de treino no território burquinabê com o assentimento do antigo presidente Campaoré (Agyeman-Duah, 1990).

A dimensão das ameaças terroristas sobre os interesses da China assume particular acuidade na Nigéria, onde se concentra a maior parte das suas indústrias – sobretudo as extrativas e de construção. Os projetos mais importantes estão localizados em áreas remotas sem as mínimas condições de segurança, principalmente na região do Delta do Níger, mas também no Norte, onde tem ocorrido o grosso dos ataques perpetrados pelo Boko Haram. Em maio de 2014, indivíduos não-identificados, presume-se pertencentes a esse movimento salafista que opera fundamentalmente no norte da Nigéria, atacaram a estação de conservação de água e a central hidroelétrica de uma empresa chinesa, ao longo da fronteira da Nigéria com os Camarões (Africa Monitor, 2014a). Ao Boko Haram também é atribuída a responsabilidade pelo rapto de vários cidadãos chineses na mesma fronteira (Campbell, 2013). Os ataques não se têm cingido às fronteiras nigerianas. Por exemplo, em maio de 2007, um dos executivos da companhia nuclear chinesa SINO-U seria raptado por terroristas que operam no norte do Níger (Hellström, 2009). Em 2015, dois funcionários da construtora *China Railway Construction Corporation* perderam a vida na sequência de um ataque perpetrado por radicais islâmicos ao Hotel Radisson Blu, no Mali (Daniel Large, 2016). No ano seguinte, um soldado chinês, pertencente ao contingente da ONU destacado para o Mali, morreu em decorrência de um ataque de morteiro à base da ONU no norte do país (Shinn, 2016).

VII.2. Emergência de Sentimentos Sinofóbicos

Com contornos igualmente preocupantes para a política económica chinesa na região, a “sinofobia” afigura-se um fenómeno que não pode ser menosprezado pelas autoridades chinesas. Ela tem emergido entre determinados segmentos populacionais oeste-africanos, à medida que a China intensifica os seus investimentos na região, em contramão com a imagem globalmente positiva que detém entre a elite política africana (F.-L. Wang & Elliot, 2014; Wu, 2013)¹⁹⁹.

As razões subjacentes a esse sentimento resultam da confluência de diversos fatores (F.-L. Wang & Elliot, 2014). Em primeiro lugar, note-se que o aumento de fluxos migratórios,

qualquer que seja a nacionalidade dos migrantes, tende, quase sempre, a dar azo a receios nos países de acolhimento²⁰⁰. Os contactos frequentes com o “Outro”, em relação ao qual a nossa identidade se vê desafiada, tendem a produzir percepções de ameaça, que repercutem em resistências à transformação do *self* e à mudança social (Friedberg, 2005). Em muitos países africanos, esse fenómeno é bem patente, facto para o qual muito contribuiu a experiência colonial africana.

De todo o modo, como afiançam uma série de autores, o grosso de sentimentos e manifestações sinofóbicas surge em resultado, sobretudo, da atuação das multinacionais e dos pequenos empresários chineses. Alden (2014a) aponta o estabelecimento de negócios opacos envolvendo multinacionais chinesas, particularmente as petrolíferas, e regimes (semi)autoritários, bem como a sua preferência por mão-de-obra chinesa, como principais obstáculos à expansão de uma imagem positiva da China em África. Esterhuyse & Kane (2014) colocam a tônica na competição brutal que os pequenos comerciantes chineses impõem aos congéneres regionais. Para estes autores, embora a competição económica seja uma ferramenta eficaz para a promoção da competitividade, o facto é que, em determinados contextos, tem efeitos contraproducentes, nomeadamente anulação do empreendedorismo local, falência de pequenas empresas e aumento do desemprego (um fenómeno registado no Mali, por exemplo) (Esterhuyse & Kane, 2014).

As práticas laborais perversas adotadas pelas empresas chinesas, amiúde a lembrar o trabalho escravo, também não ajudam na promoção do *soft power* chinês entre a população oeste-africana (SaferWorld, 2011)²⁰¹. A título ilustrativo, em 2002, um incêndio deflagrado numa fábrica de produtos de plástico, situada na região de Ikorodu (Nigéria), fez aproximadamente 50 vítimas mortais²⁰², porque os seus portões estavam fechados a cadeado (uma medida de controlo laboral tomada pelo patrão)(Aye, 2010).

Essas manifestações de descontentamento e de revolta contra os chineses, no panorama regional, perpassam organizações da sociedade civil, os *media* e forças políticas na

²⁰⁰ Esse sentimento reavivou-se, recentemente, em virtude das declarações do diretor do *EXIMBANK* sobre a possibilidade de se estender os empréstimos aos agricultores que queiram estabelecer-se em África (Chaponnière, 2011).

²⁰¹ Os *media* locais e internacionais têm desempenhado um papel fundamental no fomento de percepções negativas sobre a penetração económica chinesa na região, muito em razão das condições laborais a que os operários africanos são submetidos e do incumprimento, por parte dos empreendedores chineses, de um conjunto de condições impostas pela legislação laboral (Alden, 2014b).

²⁰² O número exato de mortes ainda é motivo de alguma discussão. Algumas fontes colocam-no em duas centenas.

oposição. Em 2005, a cidade de Bamako, no Mali, vivenciou um conjunto de tumultos que culminaram na pilhagem de inúmeros bares e lojas chineses (Esterhuyse & Kane, 2014). Em 2012, uma inundação de protestos contra comerciantes e mineiros chineses, levados a cabo pelas comunidades locais, subsidiados por ações policiais ilegais, irromperam em países como o Gana e o Senegal (Alden, 2014a). Na Nigéria, saques e ataques à integridade física dos nacionais da China já não constituem novidade (Esterhuyse & Kane, 2014).

Apesar da intensa diplomacia de charme²⁰³ (F.-L. Wang & Elliot, 2014) engendrada pelas autoridades de Pequim no sentido de conquistar os corações dos africanos, a verdade é que os resultados estão longe de ser satisfatórios.

VII.3. Criminalidade Organizada

O crime organizado na África Ocidental transformou-se, a partir da última década, num problema internacional²⁰⁴. Os alarmes soaram a partir do momento em que se percebeu que a região estaria a ser usada como ponto de trânsito, no quadro do narcotráfico transatlântico²⁰⁵ (Andrés, 2008; UNODC, 2013).

Os efeitos nefastos desse fenómeno tem-se manifestado, ao mais alto nível, em vários países da região, particularmente na Guiné-Bissau, Guiné, Gâmbia e Serra Leoa, através do aumento da corrupção²⁰⁶ e de uma intensa luta, na sua versão mais primária, no seio

²⁰³ Há evidências claras de Pequim estar a envidar extensos esforços no sentido de influenciar a visão dos africanos, melhorar a sua posição, para ganhar favores em África. Em 2013, o presidente Xi Jinping sublinhou, no quadro de uma visita à África, as novas iniciativas para a troca de ideias de governação com os africanos, potenciar trocas e movimentos pessoais, e educar os jovens africanos a fim de formar futuros líderes suscetíveis de proteger a amizade China-África (Wang & Elliot, 2014).

²⁰⁴ Avaliações subsequentes conduzidas pela UNODC revelaram que um conjunto de problemas relacionados com a criminalidade organizada transnacional ameaçam a estabilidade da região, nomeadamente *oil bunkering*, tráfico de armas, tráfico humano, tráfico de drogas, medicinas fraudulentas, etc. (UNODC, 2013).

²⁰⁵ Traficantes de cocaína, principalmente os da região sudeste da Nigéria, têm estado muito ativos no mercado global, incluindo no comércio a retalho em muitos países europeus. Analisando, as estatísticas de apreensões de quatro países europeus – Alemanha, Itália, Suíça e Portugal -, em 2011, conclui-se que 30% dos presos estrangeiros são oeste-africanos (UNODC, 2013).

²⁰⁶ A Guiné-Bissau tem um longo historial de golpes de Estado, tentativas de golpes de Estado e tumultos políticos, desde a sua independência, incluindo o assassinato do ex-presidente da República Nino Vieira, em 2009. Enquanto os conflitos aparentam desenrolar-se entre linhas políticas claramente identificáveis, a competição pelos lucros da cocaína aumentou as tensões entre os grupos rivais. Já na Guiné, aquando da morte do antigo presidente Lassana Conté, em 2008, descobriu-se que membros da sua família imediata e da elite militar estiveram envolvidos no tráfico de drogas, fazendo o uso de passaportes diplomáticos para o efeito; em 2010, o presidente gambiano demitiu a maior parte dos membros do *staff* de segurança nacional,

da elite política e militar²⁰⁷, justificada pelos benefícios financeiros advenientes dessa modalidade delitiva (UNODC, 2013). A isso, junte-se o facto de esse enorme fluxo de droga que chega à África Ocidental funcionar como importante fonte de financiamento para vários grupos armados que pululam na região (UNODC, 2013).

O narcotráfico é, por natureza, um importante fator de insegurança nacional e regional, ameaçando automaticamente os interesses chineses na África Ocidental. Apesar de reconhecer a dimensão dessa ameaça, Pequim, ao contrário da UE e os EUA, tem seguido uma postura de *low profile*, não-intervencionista e de *business as usual*. Por exemplo, no caso da Guiné-Bissau – tido por muitos como o primeiro narco-Estado da África -, a China acredita que o risco seja gerível, não afetando os seus interesses gerais (Horta, 2007). Instado a comentar uma hipotética situação em que os EUA e a UE impõem sanções à Guiné-Bissau, o Ministro das Relações Externas da China responderia que “[s]anctions don’t solve anything, the drug problem results from poverty, so economic development is the answer. Therefore, we should help the country in that area, that’s what China is doing. Sanctions will only make matters worse” (Horta, 2007).

Ainda no perímetro do crime organizado, outra ameaça bastante séria é a pirataria marítima no Golfo da Guiné, um fenómeno que aparenta, segundo estudos recentes (Ali, 2015; Nastali, 2016; Zhou & Seibel, 2015), estar a assumir proporções preocupantes, ano após ano. A atuação dos designados piratas, outrora confinada às águas nigerianas, é praticamente transversal a toda a costa oeste-africana²⁰⁸ (UNODC, 2013). Se no passado os ataques eram engendrados como retaliações devido ao *statu quo* no Delta do Níger, presentemente não obedecem a motivações políticas, estas são eminentemente financeiras (UNODC, 2013).

por causa do seu envolvimento no tráfico de droga; o ministro dos transportes serra-leonês foi obrigado a se demitir, em 2008, quando se descobriu que o seu sobrinho esteve associado à entrada no país de um avião transportando 700 kg de cocaína. Testemunhas, no tribunal implicaram o próprio ministro nesse negócio (UNODC, 2013).

²⁰⁷ Recorde-se que um alto ex-quadro da Marinha, o Almirante Bubo Na Tchuto, preso pela DEA em águas cabo-verdianas, supostamente em atividades relacionadas com o narcotráfico, assumiu-se como culpado perante o tribunal dos EUA.

²⁰⁸ Em 2011, por exemplo, foram consumados vinte dois ataques em águas do Benim, a maioria dos quais direcionados a petroleiros. No ano seguinte, Togo passou a ser um importante *hotspot*, com dezoito ataques (UNODC, 2013). Esses ataques levaram os avaliadores de seguro marítimo a recategorizarem as águas do Benim como de “alto risco”, aumentando o custo do transporte marítimo para o país. Como resultado, o tráfico portuário diminuiu em 70%, constituindo um enorme problema para a economia do país, principalmente porque os impostos sobre o comércio representam metade das receitas do Estado.

O *modus operandi* dos piratas também sofreu alterações, nos últimos anos. Até 5/6 anos atrás, os ataques, maioritariamente direcionados aos grandes navios, visavam fundamentalmente o roubo da carga (preferencialmente crude), que era posteriormente vendida no mercado negro²⁰⁹ (Africa Monitor, 2014b). Nos últimos anos, os piratas têm, num registo crescente, optado por realizar raptos, seguidos de pedido de resgate. Segundo um relatório da *Oceans Beyond Piracy*, foram registados 32 raptos, em 2016, no Golfo da Guiné (Nastali, 2016). Esta estratégia surge, por um lado, em resposta à intensificação de patrulhas por parte de forças ocidentais naquela região, pois os raptos, por regra, são executados com maior rapidez do que o roubo de enormes quantidades de mercadorias (Nastali, 2016). Por outro lado, essa mudança de estratégia pode advir da queda do preço do petróleo nos mercados internacionais (Nastali, 2016).

Segundo Erickson & Strange (2013), a pirataria marítima afigura-se uma nova fronteira no combate à criminalidade marítima²¹⁰. Assim, importa perceber qual é o papel da China neste quadro, não só pelo facto de ser uma potência marítima com enormes interesses na região e dependente, igualmente, da estabilidade das vias marítimas (Erickson & Strange, 2013), mas também em razão das suas pretensões relativamente à consecução do estatuto de potência emergente responsável, advogado amiúde pela sua elite política e académica. Note-se também que, desde 2010, dezenas de cidadãos chineses, laborando quer em navios chineses, quer em navios de outras nacionalidades, foram vítimas de ataques perpetrados por piratas no Golfo da Guiné (Zhou & Seibel, 2015).

Os chineses preferem uma solução regional, com os Estados afetados a assumirem as rédeas do combate, porém auxiliados eventualmente por uma força multilateral da ONU, até porque grande parte dos crimes ocorrem em águas territoriais, ou seja, dentro das 12 milhas náuticas, e, segundo o enquadramento jurídico marítimo, são considerados assaltos à mão armada, e não pirataria (Zhou & Seibel, 2015).

Em todo o caso, a assistência da China às iniciativas regionais nesta matéria, até ao momento, afigura-se eminentemente ténue, comparativamente ao que vem sendo feito

²⁰⁹ Os ataques no Golfo da Guiné traduzem sobretudo no roubo do petróleo dos navios petroleiros, e surgem em resposta ao *boom* do mercado negro do petróleo na África Ocidental.

²¹⁰ De acordo com o artigo 101 da Convenção das Nações Unidas sobre as Leis Marítimas (UNCLOS), é considerada pirataria marítima quando os ataques ocorrem exclusivamente em alto-mar, ou seja, além das 12 milhas náuticas. Os ataques efetuados dentro das águas territoriais de um Estado são designados de assaltos à mão armada, estando o seu combate sob a responsabilidade do respetivo Estado. Os ataques do Golfo da Guiné têm ocorrido em ambos os espaços marítimos (Zhou & Seibel, 2015).

pela UE e pelos EUA²¹¹. A sua contribuição ficou-se pela doação de US\$ 100 mil ao *Fundo para a Segurança Marítima na África Central e Ocidental*, que supervisiona a implementação do código de conduta acordado durante a Cimeira de Yaoundé (Zhou & Seibel, 2015). Pequim continua também a não pertencer à *G8 ++ Amigos da Plataforma de Capacitação Marítima do Golfo da Guiné*, cujo objetivo é a potenciação da coordenação entre parceiros internacionais dentro das atividades de capacitação regional (Zhou & Seibel, 2015).

Porém, é preciso dizer que, contrariamente aos outros parceiros externos, a China confronta-se com desafios únicos no tocante à sua participação em iniciativas securitárias decorrentes no Golfo da Guiné (Ali, 2015). Regra geral, a contribuição de Estados não-regionais no combate à insegurança costuma adquirir uma das quatro formas: *treino e exercícios militares, acordos de defesa e segurança, apoio logístico, ou a aplicação do direito marítimo internacional* (Ali, 2015). Apesar de a China possuir relações militares com alguns Estados do Golfo da Guiné, não existe nenhum acordo de defesa e segurança que os liga. E não é exetável que o *statu quo* se altere a curto/médio prazo, em razão de questões de inter-operacionalidade, como sejam as assimetrias doutrinárias, a par de barreiras culturais e linguísticas (Ali, 2015).

A opção de patrulhamento do Golfo da Guiné, à semelhança do que tem sido efetuado por alguns Estados ocidentais, levanta sérios desafios legais e geostratégicos para a China. Pequim tende a considerar os princípios do direito internacional que permitiriam a efetivação de tal prática, designadamente a *liberdade de navegação* e a *passagem inocente*²¹², ferramentas hegemónicas, divergentes dos seus princípios estratégicos – não-ingerência, ascensão pacífica, a par do princípio de desenvolvimento sem hegemonia²¹³ (Ali, 2015).

²¹¹ A UE estabeleceu the *Critical Maritime Routes of Gulf of Guinea* (CRIMGO) visando complementar as iniciativas anti-pirataria regionais, e os EUA iniciaram exercícios marítimos no quadro da AFRICOM - “*Obangame Express*” e o seu programa *Africa Partnership Station* (APS), o qual proporciona assistência a nível da *capacity building*, no âmbito das missões anti-pirataria na região (Zhou & Seibel, 2015).

²¹³ Sobre a doutrina da ascensão pacífica sem hegemonia, vide *China’s Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997–2005* Washington D.C. Brookings Institution Press, 2005. Wen Jiabao, “Turning Your Eyes to China,” 10 December 2003. Steven L. Horrell, *China’s Maritime Strategy: Peaceful Rise?* Pennsylvania United States Army War College, 2008. Ross Terrill, *The New Chinese Empire* New York Basic Books, 2003. Bruce Swanson, *Eighth Voyage of the Dragon* Annapolis Naval Institute Press, 1982.

A solução que impõe menores constrangimentos aos princípios estratégicos da China, à qual tem mostrado maior abertura, é a entrada na região de uma força multinacional sob os auspícios da ONU, e com a aquiescência dos Estados regionais (Erickson & Strange, 2013), pois que lhe permitiria defender-se das críticas relativamente à incoerência da sua doutrina de ascensão pacífica, como noutras ocasiões, respondendo que a participação das suas forças no quadro das missões da ONU visa fundamentalmente o cumprimento das suas obrigações enquanto membro permanente do CSNU (Ali, 2015).

De todo modo, Pequim tem proporcionado, no plano bilateral, importantes contribuições para a estabilidade daquela região marítima, visível ao nível da realização de exercícios militares conjuntos, assistência técnico-militar, e capacitação das forças militares, entre outros (Zhou & Seibel, 2015). Em 2006, a China doou um barco-patrolha e quatro pequenas embarcações à Serra Leoa; em 2011, Benim receberia uma doação de 4.8 milhões de euros para a compra de um barco-patrolha (Ali, 2015); em 2012, a Nigéria aprovou a compra de dois navios-patrolha, os maiores e mais avançados da região (Ali, 2015), tornando-se no primeiro país oeste-africano a operar navios de guerra de fabrico chinês²¹⁴(Shinn, 2014); no mesmo ano, o Gana deu aval à construção de quatro navios-patrolha por parte da empresa chinesa de armamento *Poly Technologies*, com o intuito de, entre outras coisas, reforçar o combate à criminalidade marítima nas suas águas (Zhou & Seibel, 2015). A capacitação técnica de funcionários públicos e oficiais governamentais na China é, igualmente, suscetível de servir como uma importante plataforma de partilha de experiências no domínio da luta contra a pirataria marítima (Zhou & Seibel, 2015).

O papel da China no combate à criminalidade marítima no Golfo da Guiné também ocorre no plano de ações multilaterais, sobretudo ao nível da ONU. Enquanto membro permanente do CSNU (Zhou & Seibel, 2015), Pequim votou a favor de duas resoluções em matéria de combate à pirataria naquela região africana (Zhou & Seibel, 2015), resoluções essas que culminaram, entre outras coisas, na realização da cimeira regional em Yaoundé e a consequente criação de um *Centro de Coordenação Inter-regional*. Essas

²¹⁴ Em 2014, a *China Shipbuilding and Offshore International Company* iniciou a construção do primeiro de dois navios de patrulha P18-N encomendados pela Nigéria (Shinn, 2014). 50% a 70% do segundo navio será construído na Nigéria, num esforço visando a potenciação da capacidade da indústria naval daquele país, e simultaneamente, promover a transferência tecnológica (Shinn, 2014). Os dois navios têm 95 metros de comprimento, capazes de transportar um helicóptero, e terão a missão de vigiar as perigosas águas do Golfo da Guiné (Shinn, 2014).

iniciativas almejam fundamentalmente a implementação de estratégias regionais, entre as quais, um *memorandum* sobre a proteção e segurança marítimas, a par de um código de conduta regional (Zhou & Seibel, 2015). Pequim, outrossim, tem exortado a comunidade internacional a providenciar necessária assistência, principalmente tecnológica, aos países e às organizações regionais oeste-africanos, em paralelo com a partilha de informações e experiências, e potenciação de competências. Para os chineses, as raízes da pirataria nutrem-se na pobreza, pelo que a sua erradicação requer necessariamente a promoção do desenvolvimento económico regional (Erickson & Strange, 2013).

VII.4. Interesses Estratégicos de Potências Ocidentais

Os interesses estratégicos de potências ocidentais, sobretudo os EUA e, em menor grau, a França, colocam importantes entraves ao êxito do engajamento político e económico da China na África Ocidental. Para Washington, o Golfo da Guiné, conhecido pelo seu crude de alta qualidade, é central dentro da sua estratégia de diversificação das fontes energéticas²¹⁵, transversal, pelo menos, às quatro últimas administrações (Raphael & Doug, 2011). Essa diversificação é fundamental para a segurança energética dos EUA, pois as regiões onde têm ido buscar uma parte significativa do petróleo que consomem, nomeadamente o Médio Oriente, são conhecidas por serem extremamente instáveis (Hainzl, 2007; Newman, 2009; Obi, 2008a).

Esse engajamento americano com os países da região assume particular acuidade no plano securitário, onde se relevam enquadramentos cooperativos como PSI. Trata-se de iniciativas implementadas com o intuito, sobretudo, de assistir os Estados pertencentes à região do Sahel no combate às inúmeras ameaças à segurança regional (Farhaoui, 2013) e, com isso, assegurar o normal fluxo de recursos petrolíferos da região para o seu território²¹⁶ (Boucher & Holt, 2007).

²¹⁵ Respondendo à crescente presença chinesa no setor energético no SAHEL, os países ocidentais pressionaram os governantes da região a serem mais transparentes nos contratos estabelecidos com as empresas chinesas. Washington tem-se mostrado cada vez mais interessado nas reservas de petróleo e de gás localizadas no Golfo da Guiné. Durante um discurso, em 2006, o então presidente americano George W. Bush declarou a sua intenção de reduzir a dependência dos EUA do petróleo do Médio Oriente em 75%, até 2025. Em 2009, os investimentos americanos nas operações de perfurações em águas profundas do Golfo da Guiné atingiram 32% do total das participações – ou seja, US\$ 52 mil milhões.

²¹⁶ Os atentados bombistas nas embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia, o 11 de setembro e o aumento do status da África como uma fonte vital de recursos naturais, incluindo petróleo, minerais, levaram os EUA a reavaliarem o continente, e particularmente o Golfo da Guiné (Ali, 2015).

Contudo, o projeto securitário mais proeminente é a AFRICOM²¹⁷. Constituída em 2007, a partir da *United States Central Command* (CENTCOM) e da *United States European Command* (EUCOM) (Boucher & Holt, 2007; Farhaoui, 2013). A AFRICOM, fazendo fé na sua declaração de missão, almeja proteger e defender os interesses relacionados com a segurança nacional dos EUA, através do reforço das capacidades de defesa dos Estados africanos e organizações regionais e, quando mandatado, conduzir operações militares visando deter e derrotar ameaças transnacionais e proporcionar um contexto securitário conducente à boa governação e ao desenvolvimento (Ali, 2015; Boucher & Holt, 2007). O mesmo enquadramento tem sido dado a algumas iniciativas económicas, entre as quais a *African Growth Opportunity Act* (AGOA)²¹⁸ e o MCA. O primeiro programa foi introduzido pela administração Clinton, em 2000, no mesmo ano em que se realizou a primeira cimeira FOCAC, e traduz na supressão de barreiras comerciais a um conjunto de produtos africanos, a fim de facilitar as relações comerciais entre os EUA e a África (Grabowski, 2011). A AGOA sofreu pequenas alterações durante as administrações Bush e Obama, com o propósito de otimizar o fluxo de hidrocarbonetos²¹⁹ da África Ocidental para os EUA (Smith, 2004). A segunda iniciativa partiu da administração Bush (2001-2004), e tem-se materializado na assistência financeira a Estados africanos que cumpram com um conjunto de requisitos, mormente o comprometimento com a implementação de políticas económicas neoliberais.

O facto de o reforço das relações dos EUA com os países oeste-africanos ter ocorrido num momento coincidente com a entrada da China na região, ou seja, a partir do ano 2000, daria azo a muitas interpretações (Hainzl, 2007; Hellström, 2009; Holslag, 2009b; Klare & Volman, 2006; Pham, 2007) que o apontam como uma estratégia de contenção da China na região. A constituição da AFRICOM afigura-se um exemplo bastante

²¹⁷ O estabelecimento da AFRICOM foi anunciado aquando da visita do presidente Hu Jintao a África em 2006 (Dittengen & Daniel, 2012; Holslag, 2009).

²¹⁸ A AGOA foi institucionalizada, em 2000, um grande número de empresas têxteis chinesas deslocaram-se para a África, a fim de aproveitarem o acesso preferencial ao mercado americano, concedido pelo AGOA (Tull, 2006).

²¹⁹ Contudo, se analisarmos o volume de comércio da AGOA, concluímos que, com exceção de alguns pequenos nichos, compreende sobretudo exportações de tecnologia e maquinaria americanas para a África, em troca da importação de petróleo, minerais estratégicos e outros recursos naturais. Produtos não petrolíferos representam menos de 10% das importações americanas. Como tal a AGOA reproduz e reforça os padrões clássicos de desequilíbrio comercial entre a África e o resto do mundo (Ayers, 2013).

ilustrativo relativamente à preocupação que a entrada chinesa em África suscita nos EUA, asseveram esses analistas.

A França, pelo seu historial de domínio e pelos seus interesses regionais, é outra potência que os chineses devem ter em conta, no quadro da competição pela exploração de recursos na África Ocidental. Paris continua a exercer uma enorme influência política entre as suas antigas colónias da África do Oeste, o que lhe permite, entre outras coisas, o monopólio da exploração de vários recursos naturais na região. Em alguns países, essa influência é de tal monta a ponto de ditar quem mantêm-se ou não no poder. Não são raros os casos em que serviços secretos franceses se veem envolvidos na deposição de líderes pouco colaborativos. A saída de cena, através de um golpe de Estado, do ex-presidente nigerino Mamadou Tandja é um caso paradigmático, ilustrando até onde Paris está disposto a ir quando os seus interesses são ameaçados.

A França necessita de 50% do urânio²²⁰ nigerino para manter em funcionamento as suas centrais nucleares, necessidade essa suprida fundamentalmente em razão do monopólio de exploração das minas de urânio exercida pela multinacional pública Areva²²¹, desde os finais de 1950 (Farhaoui, 2013). Em 2008, as perspetivas de entrada da China no campo da exploração mineira no Níger traduziram na deterioração das relações entre este e Paris. Basicamente, Tandja, nas negociações com a Areva para a renovação e atribuição de novas licenças de concessão, exigiu um aumento significativo da percentagem de *royalties* concedidos ao governo nigerino, ao mesmo tempo que acenava à China para a entrada nesse segmento (Burgis, 2010). A estratégia de Tandja tinha como fim mitigar o domínio avassalador que a Areva tinha na exploração mineira no país, bem como compensar o congelamento da assistência ao desenvolvimento ocidental em resultado da extensão inconstitucional do seu mandato (Burgis, 2010)²²². A postura de Tandja revelou-se uma “afronta”, e Paris não perdoou. Para manter o *statu quo ante*, assistiu secretamente as forças opositoras no seu derrube (Farhaoui, 2013), após ter sido acusado de corrupção

²²⁰ A demanda pelo urânio extraído naquela região aumentou exponencialmente nos últimos anos, em decorrência da construção de centrais nucleares na China, Índia, Rússia e Emirados Árabes Unidos e África do Sul (Farhaoui, 2013).

²²¹ Os dias do monopólio absoluto por parte da AREVA, a multinacional francesa que opera no ramo da energia atômica, e que abastece as centrais nucleares francesas chegaram ao fim. A SINO-U, a resposta chinesa ao AREVA, está a trabalhar para criar a que será a maior mina de urânio em África, a fim de alimentar o programa nuclear chinês (Burgis, 2010).

²²² Dois funcionários da AREVA seriam expulsos do país alegadamente por conspirarem com rebeldes anti-governamentais na região mineira situada a norte do país.

e práticas impróprias em grande parte dos acordos rubricados no campo da exploração dos minérios²²³ (Farhaoui, 2013).

A descoberta de amplas reservas de urânio no vizinho Mali promete ser a nova fronteira para a competição entre os dois Estados. Para já, a França parece estar em vantagem, como pode ser ilustrado através da contundente intervenção das suas forças naquele país, aquando da insurgência tuaregue de 2012.

²²³ Foram levantadas questões relativamente à atribuição do cargo de *Attaché* comercial na Embaixada chinesa no Níger ao filho do presidente, Osman Tandja; e a recusa do governo em constituir uma comissão para supervisão dos acordos no domínio da exploração mineira foi encarada como uma prova implícita de práticas corruptas.

Capítulo VIII – China e a Insegurança Regional

As Iyasu (2013) points out: “Whether China likes it or not, it plays a significant role in peace and security in Africa; negatively, through its absence, and positively, through an increased partnership with African states and institutions working for peace and security”.

Nos últimos anos, a China tem mostrado uma maior propensão para se envolver em questões securitárias africanas. As motivações subjacentes à reconsideração da sua abordagem com relação à África, no que à segurança concerne, são de natureza eminentemente económica, dada a crescente exposição dos seus interesses aos caprichos da política africana. Contudo, há que considerar a força das pressões no sentido de Pequim demonstrar ações consonantes com a retórica de potência responsável (Alden, 2014a).

No quadro da África Ocidental, esse envolvimento traduz num maior ativismo no domínio das operações multilaterais de manutenção da paz, quer seja através da cooperação a nível da ONU e da UA, quer seja através do destacamento de tropas chinesas para a África, ou ainda através da assistência financeira e capacitação de estruturas de segurança regionais. Esta tendência recebeu um grande impulso com o anúncio da *China-Africa Cooperative Partnership for Peace and Security*, em 2012, que promete uma maior integração das questões securitárias no FOCAC²²⁴.

VIII.1. China e a Arquitetura Securitária Regional

Com o fim do Conflito Bipolar, o enquadramento cooperativo entre a ONU e as organizações securitárias, plasmado no Cap. VIII da Carta da ONU, assumiu especial relevância nos trabalhos e discussões conceptuais no seio daquela organização, com particular acuidade para o caso africano. A África tinha perdido a sua valência estratégica enquanto palco de disputa ideológica, abrindo espaço a um crescente envolvimento da

²²⁴ Ligar este compromisso aspiracional com uma forma de envolvimento mais institucionalizado continua, contudo, a ser problemático, em parte devido à incerteza chinesa quanto às implicações práticas sobre os seus interesses estabelecidos, bem como a intrínseca ambivalência relativamente às algumas dimensões normativas da *African Peace and Security Architecture* (APSA). Essas preocupações refletem, por sua vez, os debates internos relativamente à eficácia da expansão do papel da China nas estruturas de governação regionais e globais (Shinn, 2014).

ONU na resolução de conflitos que a assolavam. Envolvimento esse nem sempre bem-sucedido dada a carência de recursos e o estatocentrismo intrínseco à abordagem da carta.

Após a passividade da comunidade internacional face ao genocídio de Ruanda, em 1994, e a retirada da ONU da Somália, no ano seguinte, as capacidades da África seriam reforçadas em ordem a lidar com futuras crises. As organizações regionais africanas, em certa medida, passaram a preencher o vácuo deixado pelo recuo da ONU (Van Hoeymissen, 2011), exercendo um papel crucial na manutenção da paz e segurança em África, não obstante os inúmeros *handicaps* relacionados com a carência de meios e deficiências organizativas. Organizações como a UA, CEDEAO, SADC, entre outras, vêm-se mostrando, cada vez mais ativas, na procura de soluções para as crises securitárias dos Estados-membros, através da mediação, operações de *peacekeeping* e *peace-enforcement* (Adebajo, 2004; Agyeman-Duah, 1990; Ajulo, 1989; McGowan, 2005a, 2005b; Rönnbäck, 2008; Sawyer, 2004; Taylor & Williams, 2008; Yansane, 1977).

Se inicialmente eram encaradas com algum ceticismo, por parte da comunidade internacional, hoje, dúvidas não restam sobre a sua imprescindibilidade na gestão e resolução das crises que grassam no continente negro, como comprovam os amplos incentivos que têm recebido da comunidade internacional.

A China tem estado na linha da frente no que toca à defesa da conhecida retórica “*soluções africanas para problemas africanos*” (Holslag, 2007)²²⁵. Enquanto membro permanente do CSNU, detém uma voz decisiva nas questões securitárias em África, continente que, a partir do fim do conflito Este/Oeste, vem adquirindo cada vez mais importância dentro da agenda da sua política externa (Van Hoeymissen, 2011).

Historicamente, no que à relação com a África concerne, Pequim, regra geral, tem mostrado grande preferência pelo bilateralismo. Contudo, nos últimos anos, tem sido notório uma evolução positiva das relações – políticas, diplomáticas, económicas e securitárias – da China com as organizações regionais e sub-regionais africanas, como, de resto, testemunham as linhas programáticas do *Plano de Ação China-África*, aprovado em novembro de 2006 (Holslag, 2009a). Para J. Wang & Zou (2014), esta é uma das facetas da crescente abrangência da diplomacia chinesa em África – a transição da

²²⁵ De notar que o enquadramento cooperativo China-África estriba-se fundamentalmente no *slogan* “*soluções africanas para problemas africanos*” e pelas considerações relativas à solidariedade Sul-Sul. Para a China, as organizações regionais africanas são indispensáveis nesse processo (Hainzl, 2007).

diplomacia bilateral pura para a intensificação consciente da diplomacia multilateral, consubstanciada, entre outras coisas, no auxílio ao regionalismo africano. A institucionalização da FOCAC ilustra, de certa forma, esse movimento. O *draft* da *Declaração de Pequim* (FOCAC 2000) sublinha claramente a importância do CSNU e organizações regionais enquanto guardiãs da paz e da segurança em África (Holslag, 2007), e provedoras de um enquadramento compreensivo para o avanço da integração regional (SaferWorld, 2011). Na abertura do segundo FOCAC, realizado em 2003, em Adis Abeba, o então primeiro-ministro chinês Wen Jiabao afirmou que a China continuaria a participar em operações de manutenção de paz da ONU e a assistir os esforços das organizações regionais africanas nesse perímetro (Dan Large, 2007, 2008). Ademais, Pequim tem apelado repetidamente à comunidade internacional no sentido de recrudescer o auxílio ao regionalismo em África (Holslag, 2007; J. Wang & Zou, 2014). É preciso não perder de vista que, conforme sustenta Van Hoeymissen (2011), os arranjos regionais e sub-regionais africanos podem ser grandes aliados de Pequim na replicação das ameaças que enfrenta enquanto potência política e económica emergente em África (Van Hoeymissen, 2011). Nesta perspetiva, os canais de relacionamento bilateral China-UA, no panorama securitário, foram expandidos significativamente (Van Hoeymissen, 2011).

Pequim tem também procurado gradualmente usar as configurações multilaterais africanas em ordem a alcançar resultados coletivos não atingíveis no decurso da diplomacia tradicional bilateral (J. Wang & Zou, 2014). A partir de 2008, a China e a UA iniciaram a realização de diálogos estratégicos anuais, os quais incluem, *inter alia*, trocas de pontos de vistas sobre as principais questões regionais e internacionais de preocupação comum (*Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*, 2011). Estes diálogos surgem como um complemento de outros mecanismos multilaterais, como a *consulta política* lançada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros chinês e dos países africanos, no contexto da ONU, em 2007, a fim de coordenar as respostas para as crises securitárias regionais (Huang, 2007; in Van Hoeymissen, 2011).

Para a China, conquanto mandatadas pelos Estados-membros, as organizações regionais estão imbuídas de legitimidade para interferirem na esfera doméstica dos mesmos, sempre que se justificar (*Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*, 2005). Os mecanismos regionais de resolução de conflitos, diferente dos congéneres

engendrados nos sistemas de segurança coletiva globais, possuem um impacto muito menos intrusivo na soberania dos Estados do Terceiro Mundo, advogam os chineses (Van Hoeymissen, 2011). Por isso, aproximam-se do que consideram ser métodos mais aceitáveis de resolução de conflitos e de gestão das relações internacionais (Van Hoeymissen, 2011). Aparentemente, existe uma genuína crença, entre os académicos e *policymakers* chineses de que, ao contrário de outros atores internacionais, as organizações regionais africanas estão numa posição ímpar para fazer julgamentos acerca da soberania e das questões internas dos Estados-membros (SaferWorld, 2011); possuem uma vantagem política, moral e geográfica única, no quadro da prevenção e resolução de conflitos africanos (SaferWorld, 2011). A intervenção da CEDEAO na Libéria, por exemplo, provocou algumas discussões centradas na sua legalidade e desejabilidade, no seio de determinados círculos académicos chineses. Porém, no geral, foi considerada necessária, e encarada como o reflexo da mudança de mentalidade entre os africanos a favor de um maior envolvimento do continente na resolução dos seus conflitos (Obi, 2009; Van Hoeymissen, 2011). Os analistas chineses tendem a defender que é necessário confiar na força coletiva para a resolução dos conflitos domésticos, e que isto devia ser a regra em África (SaferWorld, 2011; Van Hoeymissen, 2011).

Pequim é, igualmente, favorável a outras soluções normalmente consideradas invasivas, como o estabelecimento de mecanismos de alerta precoce, intervenções externas de carácter global e apoio humanitário (*Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*, 2005), se bem que existe sempre o receio de que a ONU possa servir-se de instrumento útil para a interferência, por parte das potências ocidentais, no domínio doméstico dos Estados mais fracos, com o fito de fazerem valer os seus interesses.

Pese embora a política externa de Pequim relativamente à África seja encarada pelo Ocidente como um obstáculo à estabilidade da mesma, a China tem-se posicionado, nas últimas décadas, a favor de uma maior abertura para com iniciativas ocidentais direcionadas às organizações regionais africanas (*New Partnership for Africa's Development* (NEPAD), assistência ao *Mecanismo de segurança da CEDEAO*²²⁶, e.g.),

²²⁶ Na África Ocidental, a CEDEAO adotou um mecanismo suscetível de operar no campo da prevenção, gestão e resolução de conflitos, *peacekeeping*, apoio humanitário, *peacebuilding* e segurança regional (SaferWorld, 2011).

argumentando que foram sancionadas pelos governantes africanos e que harmonizam com princípios de *cooperação Sul-Sul* (SaferWorld, 2011).

O comprometimento chinês com as organizações sub-regionais africanas começou a ganhar alguma relevância, pelo menos no plano discursivo, a partir do FOCAC 2003. A título ilustrativo, o *Plano de Ação* diz o seguinte: *[W]e are resolved to step up co-operation and work together to support an even greater role of the United Nations, the African Union and other sub-regional African organizations in preventing, mediating and resolving conflicts in Africa ... [China will] provide, within the limits of its capabilities, financial and material assistance as well as relevant training to the Peace and Security Council of the African Union. In order to strengthen the capacity of African States to undertake peacekeeping operations, we look forward to the strengthening of China's co-operation with African states and sub-regional organizations in the areas of logistics* ("Forum on China-Africa Cooperation-Addis Ababa Action Plan," 2003).

Passados dois anos, a China nomeou representantes para a CEDEAO e outras organizações sub-regionais africanas, e em 2008, realizou-se o primeiro *Diálogo Estratégico China-UA*, em Adis Abeba, repercutindo no reforço das relações políticas e de cooperação em diversas áreas. Em junho de 2006, Pequim disponibilizou US\$ 3.5 milhões em apoio orçamental e ajuda humanitária para a missão da UA no Sudão, tendo previamente fornecido apoio técnico e financeiro à CEDEAO (Holslag, 2007, 2009a).

Em janeiro de 2010, o CSNU apresentou um debate temático, sob a égide da presidência chinesa, visando encontrar a melhor maneira de maximizar a cooperação entre a ONU e as organizações regionais. Na altura, o então embaixador chinês na ONU, Zhang Yesui, sublinhou que a UA e demais organizações sub-regionais africanas têm mostrado grande compromisso no solucionamento das crises africanas, através dos bons ofícios e operações de manutenção da paz, mas que tais esforços têm sido limitados pelo défice de fundos e de capacidades (SaferWorld, 2011).

Grosso modo, as posições da China relativamente aos assuntos africanos tendem a estar alinhadas com as das organizações regionais africanas, no contexto no CSNU, numa estratégia de resposta às expectativas e críticas internacionais que recaem sobre a política chinesa em África (Van Hoeymissen, 2011). Mesmo que existam alguns desentendimentos entre os burocratas africanos e chineses, no âmbito da ONU, relativamente à melhor forma de solucionar uma determinada crise, estes acabam sempre

por ceder face à posição unificada daqueles²²⁷ (Van Hoeymissen, 2011). Em 2008, a China vetou uma medida do CSNU que pretendia impor sanções ao Zimbábue, sob o subterfúgio de que, nas palavras do representante chinês Wang Guangya, as sanções contrariavam as posições dos Estados e organizações africanos, dado a cimeira da UA ter apoiado o recurso aos bons ofícios e esforços de mediação da SADC (CSNU, 2008; in SaferWorld, 2011); o mesmo sucederia com o conflito sudanês, em que se opôs, tal como a UA, ao julgamento do presidente do Sudão Omar al-Bashir no *Tribunal Penal Internacional* (TPI) (SaferWorld, 2011). Neste último caso, a China expressou o seu total apoio à centralidade da UA no processo de paz e de reconciliação. Em 2007, a posição da UA seria determinante no apoio chinês à resolução 1769, que determinou a criação da UNAMID para a região do Darfur.

A assistência chinesa às OIs africanas tem traduzido sobretudo em apoio logístico, suporte financeiro a operações de paz, no quadro da ONU (Van Hoeymissen, 2011). Esta última traz importantes retornos para os militares chineses, nomeadamente reembolsos, oportunidades de aprendizagem e possibilidade de os seus oficiais subirem na hierarquia da ONU²²⁸ (Ling, 2007; Van Hoeymissen, 2011).

Se a assistência financeira norte-americana e europeia às OIs africanas é dada no quadro de programas específicos – *e.g.* *UE African Peace Facility*, ou *US Global Peace Operations Initiative* – a de Pequim é, amiúde, canalizada numa base *ad hoc*, em forma de apoio a determinadas operações de paz e mediação (Van Hoeymissen, 2011). Nos finais de 2006, Pequim doou cerca de US\$1.8 milhões à *African Union Mission in Sudan* (AMIS), até hoje a sua maior contribuição financeira às iniciativas securitárias da UA. Em 2009, disponibilizou US\$ 300 mil à *African Union Mission to Somalia* (AMISOM) (SaferWorld, 2011) e, em 2010, US\$ 1.32 milhões à UA, dos quais parte substancial se destinou às suas missões na Somália (AUC, 2010; in SafeWorld, 2011). Para os burocratas da UA, essas contribuições representam um gesto de boa vontade por parte governo chinês, mas estão longe de ser substanciais: só a AMISOM despendia US\$ 2

²²⁷ Isso sucedeu, por exemplo, quando a China decidiu alinhar a sua decisão com a da UA em impor sanções e embargo de armas à Costa do Marfim, em 2004, e à Eritreia, em 2009.

²²⁸ O aspeto interpersoal da manutenção da paz internacional é mais reconhecido na forma de formação técnica. A participação em operações de manutenção da paz fornece uma boa oportunidade aos países de testar os equipamentos e treinar os militares num ambiente severo.

milhões, por dia²²⁹. (Concord Times, 2008; in SafeWorld, 2011). O grosso da contribuição financeira chinesa para as operações de paz no continente africano é encaminhado através da ONU, sendo igualmente irrisório – muito inferior à das potências ocidentais e do Japão (SafeWorld, 2011). Porém, dos cinco membros permanentes do CSNU, Pequim é o que mais se tem destacado, no que concerne à disponibilização de efetivos militares no quadro das operações de manutenção de paz em África (Statistics of the UN Department of Peacekeeping Operations, 2011).

VIII.1.1. Assistência Diplomática e Financeira

Como referido, Pequim, malgrado algumas exceções, tende a mostrar-se bastante relutante em aceitar intervenções externas nas crises securitárias do continente africano, considerando as organizações autóctones melhor posicionadas para o efeito. Os chineses têm exortado a comunidade internacional a proporcionar mais meios às organizações regionais africanas. Além disso, tem desempenhado um papel fundamental na assistência diplomática às mesmas, no quadro da ONU.

No caso da CEDEAO, a organização beneficiou, inúmeras vezes, dessa assistência diplomática, na sequência de esforços relacionados com a resolução dos vários conflitos regionais. Como vem sendo regra, os chineses procuram invariavelmente articular as suas posições com as dos países-membros da CEDEAO, no tocante às estratégias de pacificação regional. Em 1997, Pequim começou por expressar amplas reservas relativamente à imposição de sanções à Serra Leoa, acabando posteriormente por votar favoravelmente à resolução do CSNU, que converge com a posição CEDEAO (Van Hoeymissen, 2011); em 2003, apoiou a *Resolução 1521*, sancionando a indústria diamantífera e madeireira liberiana, pese embora, na altura, fosse um importante destino deste último *commodity*²³⁰ (Konings, 2007; Moumouni, 2014); em 2004, deu a sua aprovação ao embargo de armas à Costa do Marfim (Van Hoeymissen, 2010). Recentemente, na sequência das crises no Mali e no Burkina Faso, Pequim agiu igualmente em coerência com as posições anteriores, suportando também as decisões da

²²⁹ A UE, por exemplo, proporcionou US\$ 35.5 milhões à AMISOM, no quadro da *African Peace Facility*, entre 2008 e 2009 (Franke 2009: 261). As estatísticas da UE revelam que, no total, esta organização deu um contributo que ascende a 142.5 milhões de euros à AMISOM.

²³⁰ Mais de 70% dos troncos destinavam-se à China, e para a Europa dirigiam cerca de 80% de madeira serrada.

CEDEAO. Estas são meras ilustrações de um conjunto de resoluções avalizadas pelo governo chinês relativamente aos conflitos na região oeste-africana, sempre espelhando o entendimento da CEDEAO.

A assistência financeira por parte da comunidade internacional às organizações e iniciativas regionais africanas – e.g. NEPAD e enquadramento da CEDEAO para a prevenção de conflitos – é fundamental para promover a paz e a boa governação regionais (SaferWorld, 2011). Trata-se de apoios financeiros que almejam fundamentalmente a capacitação institucional, mediações específicas e iniciativas destinadas à manutenção da paz (Van Hoeymissen, 2010). Segundo Holslag (2007), o apoio financeiro da China às organizações regionais africanas, entre as quais a CEDEAO, no âmbito das suas operações de paz, sofreu um ligeiro recrudescimento, nas últimas décadas.

Porém Tull (2006) argumenta que esses apoios financeiros afiguram-se insignificantes, dada a natureza avassaladora dos desafios securitários com que organizações como a CEDEAO e UA têm que dar respostas. O autor chega a afirmar que o suporte chinês às organizações regionais africanas é sobretudo retórico e amplamente ambivalente. A título ilustrativo, Pequim tem insistido em canalizar o seu apoio à NEPAD por intermédio do enquadramento da FOCAC, o que lhe permite, assim, contornar uma situação potencialmente embaraçosa, que seria ter que apoiar elementos-chave e estruturais do NEPAD: *democracia, transparência, e liberdade de informação* (Thompson, 2005; in Tull, 2006). Esta ambiguidade se estende, de certa forma, ao panorama financeiro. A China não se tem cansado de apelar, nos fora internacionais, ao recrudescimento da assistência financeira às organizações regionais africanas. Contudo, as suas doações afiguram-se muito insignificantes, sendo dadas numa base *ad hoc*, o que denota algum cinismo. Em setembro de 2004, a CEDEAO recebeu aproximadamente US\$ 125 mil de Pequim para as suas operações de manutenção da paz (He, 2007); em 2008, voltaria a beneficiar-se de um apoio de US\$ 100 mil²³¹, destinados ao *Fundo para Paz da CEDEAO*²³². Na altura, numa breve cerimónia, o embaixador chinês Xu Jianguo afirmou

²³¹ US\$ 400 mil foram os quantitativos doados pela China à UA, no quadro do processo de mediação do conflito no Darfur (Tull, 2006).

²³² O *Fundo para a Paz da CEDEAO* foi criado em 2003, a fim de otimizar a sua reação *vis-à-vis* os problemas securitários regionais. Segundo o então Secretário Executivo Mohammed Ibn Chambas, o fundo permitirá à organização empreender medidas preemptivas na confrontação de potenciais situações conflituais, evitando que estas se desemboquem em violentos conflitos, como tem sido regra no panorama regional.

que a contribuição premeia o esforço da CEDEAO visando a integração regional (SaferWorld, 2011);

A ambivalência intrínseca à assistência chinesa à CEDEAO, e às demais OIs africanas levanta importantes questões, entre as quais assume particular relevância a posição da China *vis-à-vis* às reformas que se preveem realizar nessas organizações. Recentemente, organizações como a CEDEAO vêm-se posicionando, pelo menos no plano retórico, próximas dos princípios e procedimentos contrários aos que a China advoga deverem ser respeitados no quadro das relações internacionais (sacralização da soberania e não-interferência). Por exemplo, a CEDEAO vem dando mostras de estar a assimilar paulatinamente um enquadramento bastante progressivo, no que à prevenção e resolução de conflitos violentos concerne. A organização tem reclamado um enquadramento mais abrangente, nomeadamente intervenções militares no sentido de prevenir e anular abusos contra os direitos humanos e crimes contra a humanidade. O mecanismo *Per Review* da NEPAD, que pretende fomentar a democracia nos países africanos, afigura-se, pelo menos em teoria, um instrumento de interferência na política doméstica dos Estados. Enfim, difícil se torna vislumbrar até que ponto estas conceções contrastantes poderão ser equilibradas, obviamente, partindo do pressuposto de que há um claro comprometimento, por parte dos Estados em causa em levar avante as suas promessas (Tull, 2006).

VIII.1.2. Gestão de Crises e *Peacebuilding*

A China presentemente tem sido um ator cada vez mais central nos processos de gestão e resolução de conflitos em várias geografias do globo. Mas nem sempre foi assim. Na década de 1970 e, de certa forma, de 1980²³³, a sua postura face aos esforços da comunidade internacional visando a gestão e resolução de conflitos regionais era de forte ceticismo e criticismo (He, 2007; Huang, 2011; Van Hoeymissen, 2011; Zhongying, 2005), em razão do que considerava ser uma grosseira violação dos princípios normativos (nomeadamente, soberania e não-interferência) que deviam nortear a relação entre os

²³³O primeiro envio de forças chinesas para operações de manutenção da paz aconteceu em 1989, quando 20 observadores militares chineses participaram na UN Transition Assistance Group (UNTAG), a fim de monitorar as eleições na Namíbia. Seguiu-se o envio de cinco observadores militares para apoiar a UN Truce Supervision Organization (UNTSO) no Médio Oriente. Depois, em 1992, a China enviaria as suas primeiras unidades militares – dois contingentes separados de 400 especialistas em engenharia, acompanhados de 49 observadores militares – para a *UN Transitional Authority in Cambodia* (UNTAC), durante 18 meses (Bates e Huang, 2009).

Estados, posição que emerge, em grande parte, dos seus receios relativamente à atuação das superpotências EUA e União Soviética, no contexto da competição ideológica (He, 2007; J. Wang & Zou, 2014). Esses receios também perpassaram o *momento unipolar*. De todo o modo, verifica-se, nos finais do ano 1980, algum ajustamento do conservadorismo chinês *vis-à-vis* às operações de manutenção de paz da ONU, sobretudo, em virtude da premência de romper com o isolamento internacional, motivado pelo “Tiananmen”, neutralizar a “ameaça” de “evolução pacífica” ocidental e restaurar um ambiente internacional favorável à sua estratégia de modernização (He, 2007).

O Ano 1999²³⁴ é normalmente apontado como sendo o momento de viragem no que tange à participação chinesa em operações de manutenção de paz da ONU. Pouco a pouco, Pequim começaria a adotar uma interpretação mais flexível e menos conservadora acerca do *Capítulo VII* da *Carta da ONU* (He, 2007). Os seus esforços visando o aperfeiçoamento das capacidades de treino e formação militar, o recrudescimento das participações em arranjos cooperativos internacionais, a sua eminente contribuição em termos de efetivos militares e policiais no quadro das operações de manutenção de paz sob os auspícios da ONU, entre outros, corroboram, em ampla medida, essa mudança de postura por parte da China (Bates & Huang, 2009; He, 2007).

Pequim passaria, igualmente, num registo crescente, a associar-se aos esforços internacionais visando a capacitação de organizações regionais²³⁵, do ponto de vista securitário (He, 2007; Zhongying, 2005). Segundo Zhongying (2005), a participação em operações de paz da ONU tem-se tornado um elemento-chave da cooperação securitária chinesa, afigurando-se, no entender dos *policymakers* nacionais, uma demonstração do seu compromisso para com a ONU e das suas responsabilidades ao nível da segurança global. Zhongying (2005) advoga que as operações de manutenção de paz da ONU afiguram-se uma arena através da qual a China pode aprender a interagir com a comunidade internacional em consonância com o seu *status* de potência emergente (Gill & Huang, 2009).

²³⁴A China aprova firmemente a manutenção da paz, enquanto principal atividade da ONU. Pequim patrocinou a primeira cimeira do CSNU, em 2000, a qual abordou o papel das operações de manutenção da paz na preservação da estabilidade mundial. Na cimeira, o então presidente chinês Jiang Zemin fez notar que as operações de paz se afiguram uma das principais ferramentas através das quais a ONU cumpre as suas responsabilidades na promoção da segurança mundial (Zhongying, 2005).

²³⁵ Contudo, a atitude cooperativa de Pequim para com o CSNU, não a tem impedido de proteger os seus interesses, mormente com o recurso a abstenções, ameaça e uso do poder de veto.

Segundo Gill & Huang (2009), o pragmatismo subjacente ao fortalecimento do engajamento chinês no quadro das operações de manutenção de paz mundiais traz vantagens práticas e simbólicas para Pequim. Note-se que a China tem-se esforçado por transmitir uma imagem de potência responsável face os receios regionais e globais advinentes da sua emergência (Suzuki, 2009; Zhengyu & Taylor, 2011). A combinação de políticas desenhadas no sentido de cultivar a sua reputação enquanto ator responsável procura assegurar um contexto internacional que proporciona a China a oportunidade de dar seguimento ao tão ambicionado processo de modernização, fundamental para a sua afirmação como uma grande potência (Goldstein, 2001, 2005; Ling, 2007). Um maior ativismo nas missões de paz globais também abre espaço para a China suavizar as perceções internacionais segundo as quais a sua emergência constitui uma ameaça estratégica, permitindo-lhe cultivar uma identidade de uma potência *statu quo* e amiga dos países em desenvolvimento (Lanteigne, 2014). Na esteira da perspetiva construtivista das relações internacionais, podemos afirmar que as operações de paz proporcionam a Pequim a oportunidade de desenvolver uma identidade estratégica baseada na cooperação para a resolução dos modernos problemas securitários, e de apoiar a estabilidade internacional (Lanteigne, 2014). Num quadro mais específico, Van Hoeymissen (2011) assevera que a participação em operações de *peacekeeping* representa um conjunto de ganhos, em termos de aprendizagem, de influência militar e reembolsos para a *manu militari* chinesa.

Os *peacekeepers* chineses estiveram presentes, no âmbito das missões de manutenção da paz da ONU, na maior parte das crises securitárias ocorridas na África Ocidental. Durante a primeira fase da guerra civil liberiana (1993 e 1997), respondendo ao pedido de auxílio da Libéria, Pequim enviou 90 capacetes azuis, (Besada, 2008) – no âmbito da *United Nations Observer Mission in Liberia* (UNOMIL), depois de Monróvia ter alterado o reconhecimento diplomático de Taipei para Pequim (Besada, 2008); onze anos volvidos, em dezembro de 2004, as autoridades chinesas voltariam a enviar 558 tropas afetas à unidade logística, incluindo 240 elementos da companhia dos transportes, 275 da companhia dos engenheiros e 43 elementos integrantes do domínio sanitário – as cognominadas *enabling units* – no quadro da UNMIL²³⁶ (He, 2007; Sicurelli, 2010), força

²³⁶ Substituiu a UNOMIL. Consistiu numa força constituída por 15.000 militares, 1.115 policias, além de um número significativo de civis.

estabelecida em setembro de 2003, na sequência da *Resolução 1509* do CSNU, com o propósito de monitorizar o acordo de cessar-fogo na Libéria, proteger o *staff* da ONU, infraestruturas e civis (sobretudo apoio humanitário e defesa dos direitos humanos) (SaferWorld, 2011), após a resignação de Charles Taylor e à subsequente conclusão da segunda guerra civil naquele país. O mandato incluía igualmente a implementação do programa *Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração* (PDDR) para os antigos combatentes e assistência à reforma do setor de segurança, incluindo a polícia nacional e o exército (SaferWorld, 2011). O número de capacetes azuis chineses foi aumentando paulatinamente, atingindo 1,800 unidades, por volta do ano 2007 (Holslag, 2007). Até à data presente, a UNMIL foi a missão de manutenção da paz que maior número de capacetes azuis chineses recebeu (He, 2007).

O contingente dos *peacekeepers* chineses era constituído sobretudo por *unidades não-combatentes* (Alden, 2014a). Grande parte do sucesso dessa missão foi tributária, segundo Gill & Huang (2009), da atuação de unidades como a *Companhia de Transportes Chinesa*, que teve a seu cargo o transporte de pessoal, combustíveis, água e demais bens essenciais dentro do país. Provou ser amplamente confiável, não obstante ter operado, muitas vezes, em áreas extremamente perigosas. Essas unidades foram também fundamentais, por exemplo, no plano do desenvolvimento infraestrutural, com os seus engenheiros a trabalharem afincadamente com o *Ministério dos Serviços Públicos* na construção e reabilitação de infraestruturas, especialmente no sudeste do país (Gill & Huang, 2009). Atualmente, a China tem aproximadamente seis centenas de homens na Libéria, o maior contingente de manutenção de paz no continente africano (Farhaoui, 2013).

Outrossim, Pequim tem proporcionado alguma assistência financeira ao país, centrada sobretudo na capacitação das forças de segurança²³⁷ (J. Wang & Zou, 2014).

A atuação dos *peacekeepers* chineses mereceu amplos elogios dos *decision makers* liberianos. A presidente Ellen Johnson-Sirleaf, por exemplo, assevera que o contingente chinês é constituído por elementos bem treinados e muito disciplinados (He, 2007; J. Wang & Zou, 2014). Essa governante expressou o seu apoio à abordagem de *cooperação*

²³⁷ Em 2004, fez uma doação de US\$ 3 milhões à Libéria; em 2005, garantiu US\$ 600 mil para a capacitação das forças de segurança nacionais; em 2006, US\$ 1.5 milhões (J. Wang & Zou, 2014).

Sul-Sul propagada por Pequim, afirmando, outrossim, que a Libéria tem a China como um amigo e parceiro estratégico com o qual conta fortalecer as suas relações, no quadro de programas de cooperação bilateral e multilateral que beneficiem ambos os lados (*Forum on China-Africa Cooperation*, 2009b; Sicurelli, 2010). Segundo a antiga *Ministra das Finanças da Libéria*, Antoinette Sayeh, torna-se claro para os africanos a necessidade de muito aprender com a China, pois tem feito um enorme progresso, nos últimos anos, no quadro da luta contra a pobreza – uma experiência que interessa a todos os africanos, assevera essa governante (SaferWorld, 2011).

Como é facilmente comprovado no caso liberiano, a participação da China em missões de *peacekeeping* pode ser o prelúdio de um maior envolvimento em enquadramentos multilaterais destinados à resolução de conflitos (Dan Large, 2008). À primeira vista, este significativo engajamento de Pequim com Monróvia pode parecer destituído de racionalidade estratégica, dada a dimensão das oportunidades económicas que o país proporciona (Farhaoui, 2013). Contudo, é preciso fazer notar que, por um lado, a Libéria possui uma relação privilegiada com os EUA, e, por outro lado, a sua localização estratégica permite à China otimizar a monitorização do Golfo da Guiné, região onde sai grande parte do petróleo que se lhe dirige (Farhaoui, 2013). Zhengyu & Taylor (2011), por seu turno, sugerem que a campanha do Kosovo pode ter constituído um importante catalisador para a mudança da política chinesa relativamente às missões de paz. O choque provocado e, especialmente, o bombardeamento da embaixada chinesa na opinião pública nacional levaria os estrategos chineses a procurarem novas formas de assegurar a influência do seu país sobre os métodos e processos de intervenção internacional (Gill and Reilly, 2000 Wu; in Zhengyu & Taylor, 2011). Moumouni (2014), por sua vez, sublinha cinco razões que explicam participação chinesa em operações de paz em África, em geral, e na Libéria, em particular: pujança económica; 11 de setembro, o qual ajudou a transformar a compreensão que a China tinha da soberania nacional; tentativa chinesa de cultivar uma boa imagem internacional; experiência para os seus militares; e promoção do multilateralismo.

À semelhança do ocorrido na Libéria, a China participou ativamente nas missões “*United Nations Observer Mission in Sierra Leone*”²³⁸ (UNOMSIL) (1998/99) e “*United Nations*

²³⁸ A UNOMSIL foi estabelecida em julho de 1998, a fim de monitorar a situação civil e militar na Serra Leoa, bem como o desarmamento e desmobilização dos antigos combatentes. A UNOMSIL terminou a sua

Mission in Sierra Leone” (UNAMSIL) (1999 a 2005)²³⁹. O contributo chinês incidiu sobretudo na implementação do PDDR, apoio eleitoral e ajuda financeira à Serra Leoa (Staehle, 2006; in Zhengyu & Taylor, 2011), ações que, a par da proteção da distribuição da ajuda humanitária e patrulhas a locais estratégicos, se aproximam daquilo que é visão de Pequim acerca do processo de *peacekeeping* (Zhengyu & Taylor, 2011).

O governo chinês tem cooperado com outros doadores internacionais no sentido de auxiliar o congénere serra-leonês nos seus esforços de reconstrução do país. Entre 2001 e 2007, cancelou um conjunto de dívidas ao país, assinando também, pelo menos, oito acordos de cooperação. Várias empresas chinesas estiveram envolvidas na construção de redes de transportes, centrais elétricas, escolas hospitais, etc. naquele país oeste-africano (SaferWorld, 2011; J. Wang & Zou, 2014).

Tendência afim se verifica com a participação chinesa no quadro da *United Nations Operation in Côte d’Ivoire* (UNOCI) – presente na Costa de Marfim, desde 2004. As tropas chinesas têm-se dedicado sobretudo à proteção do governo de Ouattarra e do *staff* da ONU.

A crise no Mali pode ser, de certa forma, considerada o ponto de viragem para as missões chinesas de *peacekeeping* em África, na medida em que é a primeira vez que a China envia oficialmente *unidades de combate*, ou *forças de segurança*, como as designam os burocratas chineses, para a África (Lanteigne, 2014; Schiere, 2014). Registe-se que o governo chinês tem evitado falar abertamente sobre a natureza eminentemente belicista dessa força, receando eventuais críticas da comunidade internacional (Lanteigne, 2014). Os primeiros dois contingentes, totalizando quase quatro centenas de operacionais (395, para sermos mais precisos) desembarcaram em Mali, em janeiro de 2014, no quadro da *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali* (MINUSMA) (Lanteigne, 2014).

Face ao profissionalismo evidenciado pelo contingente chinês no cumprimento da missão, Albert Gerard (Bert) Koenders, *representante especial* da ONU para o Mali,

função em outubro de 1999, quando o CSNU autorizou de uma nova força de manutenção da paz – a UNAMSIL.

²³⁹ UNAMSIL seria autorizada no quadro do Capítulo VII para assegurar a segurança do *staff* da ONU e defender os civis.

declarou que a prestação da China excedeu as expectativas (The Diplomat, 2013; People's Daily Online, 2013; in Alden, 2014).

A decisão de participar em operações da ONU no Mali, assevera Lanteigne (2014), deve ser encarada como um importante marco no processo de maturação da política de *peacekeeping* chinesa, tendo em conta a natureza do conflito e dos bens económicos e políticos em causa. Para Schiere (2014), a China tem todo interesse que a região permaneça estável, em razão dos interesses económicos que ali possui. As relações económicas, ainda que modestas, a ligar os dois países, segundo Lanteigne (2014), foram negativamente afetadas pelo conflito. Antes da crise, a China comprava 1/3 do seu algodão, bem como quantidades significativas de ouro ao Mali, perfazendo o total US\$ 130 milhões. Registe-se ainda que a participação chinesa no MINUSMA seria influenciada por outros fatores, nomeadamente: (i) o facto de a operação ter sido desenhada com o fito de proteger o regime; (ii) e o facto de a força opositora ser composta sobretudo por extremistas religiosos que almejavam, através da força, desmembrar a soberania de um Estado, uma ameaça afim à que Pequim se vem confrontando nos últimos anos, mormente na Província de Xinjiang (Lanteigne, 2014).

A operação Mali proporcionou à China uma oportunidade de desafiar tacitamente as abordagens ocidentais de operação de paz nos países em desenvolvimento (Lanteigne, 2014). Atualmente, o estatuto de Pequim no plano internacional coloca-o numa posição de maior conforto nos debates sobre as questões estratégicas fora do arco do pacífico (Lanteigne, 2014). Esse facto ficou evidenciado aquando da sua discordância *vis-à-vis* à abordagem do Ocidente com relação à Síria e à crise da Ucrânia/Crimeia – em ambos os casos, a China alertou para o facto de se estar a criar um subterfúgio visando promover unilateralmente a mudança do regime (Lanteigne, 2014). Mali significou, em certa medida, uma oportunidade de Pequim contrapor a sua política de manutenção e construção da paz com a de Paris, sugerindo o seu desejo de avançar com modelos e abordagens alternativos de *peacebuilding* (Lanteigne, 2014).

VIII.2. Capacitação das Instituições de Segurança Nacionais

- *Treino*

Há uma extensa literatura versando sobre as forças de segurança africanas, com uma tendência invariável para se atribuir particular enfoque ao *handicap* técnico e à sua conduta antirrepublicana. William (1995), seguindo essa linha, sugere que as FAs oeste-africanas estão em declínio acelerado, decorrente não só da carência de meios financeiros, mas também das crescentes pressões internacionais visando a sua redução e desmobilização, a par de alguma relutância por parte das potências, mormente as ocidentais, em proporcioná-las assistência gratuita. O cenário resultante é desolador – as armas pesadas repousam nos quartéis, equipamentos carecendo de manutenção e militares mal preparados (porquanto o treino é quase inexistente) (William, 1995).

No contexto em estudo, as principais forças de ordem estão votadas à desordem, com a agravante de a maior parte dos países da região carecer de *soberania empírica*. O quadro completa-se com uma constante relação de forças entre os políticos e os oficiais militares. Estes procuram o controlo político, e aqueles procuram manipular o setor securitário (Williams, 2012).

Muitas narrativas justificam a frequência dos golpes militares na região oeste-africana com o défice de profissionalismo²⁴⁰ das FAs. Estas, a par das forças policiais, estão na linha da frente no que concerne à corrupção e abusos dos direitos humanos (Le Sage, 2010). Quando as forças de segurança não são competentes e nem politicamente responsáveis, constituem uma enorme ameaça ao desenvolvimento nacional (Howe, 2001)²⁴¹. O profissionalismo, normalmente, requer um sistema institucionalizado de

²⁴⁰ Esse livro assume que a natureza política do Estado influencia fortemente o profissionalismo militar – um conceito que inclui capacidades militares e responsabilidades políticas para com o Estado – competência e lealdade suscetíveis de salvaguardar o desenvolvimento político e económico do Estado. Max Weber refere ao monopólio da coerção militar como característica definidora do sistema estatal pós-1648; e Martin Van Creveld advoga que o primeiro dever de uma entidade social é proteger as vidas dos seus membros. Ou os modernos Estados conseguem lidar com a intensidade dos conflitos, ou desaparecem. A provisão de uma segurança efetiva permite o desenvolvimento pacífico e legitima o Estado perante os cidadãos. Os regimes pessoalizados, método de governação predominante entre os países subsaarianos, desde a independência, tem traduzido, amiúde, no enfraquecimento do profissionalismo militar. A divisão civil-militar tem sido rompida com a tentativa de os civis manipularem as questões militares, bem como oficiais militares à procura de controlo político do Estado. A resultante fragilização militar ameaça crescentemente a legitimidade do Estado, na era pós-Guerra Fria (Howe, 2001).

²⁴¹ Um exemplo dessa abordagem são os estudos de Samuel Huntington, Amos Perl Mutter, e Samuel Finer, os quais exaltam as virtudes dos militares na política. O argumento de “não-profissionalismo” sugere que as estruturas políticas nacionais e valores ajudam a determinar a reputação da força.

valores políticos estáveis, abrangentes, aceites e existentes independentemente do regime. Implícita está a distinção entre Estado (*permanente*) e o Regime (*temporário*). Dito de outra forma, os valores e os interesses do Estado, incluindo os militares, sobrepõem-se aos ditames de qualquer líder ou grupo de poderosos²⁴² (Howe, 2001). Segundo Le Sage (2010), os investimentos no profissionalismo militar tem traduzido na diminuição da interferência dos militares na esfera política. De todo modo, há quem, como Ziankahn (2012), refute a relação entre o profissionalismo e a submissão dos militares ao poder político. Para este autor, embora a asserção segundo a qual a “*educação nos afasta da barbárie*” seja encarada, amiúde, como uma declaração de factos, a verdade é que, por vezes, falha na prova dos nove. A maioria dos golpes em África parte de oficiais educados segundo os padrões ocidentais. O que falta realmente é a educação e formação no campo das relações entre o domínios civil e militar, em que os militares são treinados para compreenderem a noção de “submissão militar ao civil” (Ziankahn, 2012).

Os conflitos da Libéria e da Serra Leoa costumam ser trazidos à baila para mostrar as deficiências das FAs oeste-africanas, em geral, e as da potência regional, a Nigéria, em particular.²⁴³ (Howe, n.d.). O alto nível de corrupção entre as FAs, no âmbito das missões de paz nos dois países, drenou significativos recursos, o que traduziu na mitigação da capacidade militar da ECOMOG²⁴⁴ (Bach, 2007). Outrossim, furtos perpetrados por, e indisciplina dos, soldados nigerianos deram azo à ira da população dos dois países (Adebajo, 2004, 2008; Akoutou, Sohn, Vogl, & Yeboah, 2014; Howe, n.d.).

Pese embora, para os padrões africanos, a Nigéria possa ser considerada uma potência militar, a verdade é que 13 anos de envolvimento militar na esfera política erodiram significativamente o seu profissionalismo (A. Alao, 2011; Abiodun Alao, 2011; Howe, 2001). Entre 1988 e 1994, durante o regime militar, US\$ 12.5 mil milhões provenientes das vendas de petróleo desapareceram das contas do Estado²⁴⁵. Em 2000, uma auditoria americana ao estado do exército nigeriano concluiu que 75% do equipamento militar

²⁴² Isto espelha a distinção de Max Weber entre o “racional-legal” e a “autoridade carismática”, bem como definição Huntingtoniana de modernização política. A primazia do nacionalismo cívico (inclusivo) sobre o étnico (ou outro subgrupo) está implícita no argumento sobre a institucionalização.

²⁴³ O retorno da ordem democrática, desde maio de 1999, minimizou consideravelmente o papel da Nigéria enquanto potência regional na gestão das operações de paz na região (Akoutou et al., 2014).

²⁴⁴ A maior parte dos elogios direccionaram-se à atuação das forças ganesas.

²⁴⁵ Um padrão que perdurou durante o regime de Abacha, o qual foi associado ao desvio de mais de US\$ 3 mil milhões, depositados nos centros financeiros europeus.

estava completamente avariado ou inoperável²⁴⁶(Bach, 2007). Ademais, divisões internas e instabilidade têm afetado amplamente o campo militar, estando na base de, pelo menos, dois golpes de Estado, em 1966 e em 1975 (Lewis, 2006).

Há um consenso alargado relativamente à necessidade de se reformar o setor de segurança na África Ocidental. Williams (2012) sugere que é preciso forjar um enquadramento sustentável no contexto do qual os civis aprendem, compreendem e apoiam as funções e responsabilidades do setor de segurança, e este se abstém de interferir na esfera política e económica do Estado.

Numa sub-região onde as forças de segurança são os principais instigadores da insegurança, era expetável que o envolvimento económico chinês fosse acompanhado de políticas de cooperação securitária, centradas, *inter alia*, na capacitação das mesmas (Diaouari, 2011).

A cooperação militar entre a China e a África, nas palavras de Holslag (2009b), tem sido deficientemente perscrutada, por duas razões: em primeiro lugar, ela afigura-se modesta, especialmente quando confrontada com os esforços diplomáticos visando o aprofundamento das relações comerciais; em segundo lugar, trata-se de relações eminentemente opacas, o que dificulta a avaliação da sua natureza, detalhe e profundidade (SaferWorld, 2011).

Apesar do secretismo intrínseco, ainda assim é possível traçar-lhe um quadro geral. Numa das análises mais detalhadas sobre o assunto, Shinn (2009) assevera que a China proporciona, pelo menos, uma modesta assistência militar a todos os países africanos com os quais possui relações diplomáticas. Quase a totalidade do engajamento militar da China em África se desenrola numa base bilateral²⁴⁷ (SaferWorld, 2011), assumindo especial acuidade em países africanos que tradicionalmente contribuem com tropas nas missões de paz regionais (Hussein, Gnisci, & Wanjiru, 2004; Van Hoeymissen, 2011).

No panorama oeste-africano, a Nigéria e o Gana têm sido os principais beneficiários dessa cooperação (Hellström, 2009). A capacitação pode tomar diferentes formas, mormente

²⁴⁶ Dos cinquenta e dois navios pertencentes à Marinha, só dois podem ser considerados operacionais e, talvez, cinco jatos Alpha da Força Aérea, das noventa unidades combatentes (*Africa Confidential*, 2000).

²⁴⁷ A frequência de visitas de alto nível, entre as delegações militares entre os dois países, tem aumentado, desde 1990. Contudo, manteve-se constante, ao longo da década passada. Isto, de certa forma, constitui uma surpresa, dado a China ter aumentado significativamente as trocas militares, no mesmo período, com o resto do mundo (saferworld, 2011).

assistência legislativa à polícia e aos serviços legais (Diaouari, 2011), *intelligence sharing* (Lee, 2006) e treino militar (Schoeman, 2007). Esta última variante de cooperação militar é proporcionada quer na China quer em África. Note-se que a China tem um longo historial de treino às FAs africanas, que remonta, de certa forma, o período da luta anticolonial²⁴⁸. A fase de militância revolucionária da sua política para com o 3º mundo mediaria, com algumas variações, entre 1950 e 1960 (Dan Large, 2007).

Para a SaferWorld (2011), a China deve assegurar-se que os princípios subjacentes à proteção civil e à lei humanitária internacional sejam um importante componente do seu treino, pois a assistência militar ganha maior eficácia quando é capaz de dar azo a forças de segurança submissas ao poder civil, e desenhada enquanto parte de um processo holístico de desenvolvimento do setor de segurança²⁴⁹.

- *Transferência de Tecnologia Militar*

A venda de armas é seguramente a variante desse relacionamento que maior expressão tem assumido, não fosse Pequim, nos dias que correm, considerado o principal exportador de tecnologia militar aos países subsaarianos (Chuka, 2011; Taylor, 2005, 2006, 2012), seguindo um racional que visa não tanto o lucro (Dan Large, 2007) quanto assegurar o acesso às fontes de energia e outras matérias-primas²⁵⁰ (Ayers, 2013). Neste contexto, a Nigéria, a principal economia africana, graças sobretudo às suas amplas reservas de petróleo de alta qualidade, afigura-se um alvo cada vez mais apetecível – facto que vai ao encontro dos interesses da sua elite político-militar.

De notar que, nos últimos anos, a Nigéria tem-se confrontado com alguma relutância por parte dos países ocidentais em prover-lhe armamento necessário ao combate das inúmeras

²⁴⁸ Forneceu assistência militar à África em várias ocasiões, ajudando os movimentos nacionalistas africanos. Na verdade, a *Peking Review* de 26 de Janeiro de 1973, legitimaria a oposição armada, sugerindo que “a luta armada é a única via capaz de eliminar o colonialismo, o *apartheid* e a discriminação racial na África Setentrional e na Guiné” (Uchehara, 2009).

²⁴⁹ Vide, e.g. Hartung, William, and Bridget Moix. “Deadly Legacy: US Arms to Africa and the Congo War.” Arms Trade Resource Center, January 2000. Disponível em: <http://www.worldpolicy.org/projets/arms/reports/congo.htm>. Internet. Acedido a 18 de dezembro 2006., a respeito da assistência militar americana à África.

²⁵⁰ Mas a sua estratégia não está confinada a países fornecedores de recursos estratégicos. A *Política Chinesa para a África 2006* anunciou trocas militares de alto nível, cooperação tecnológica e treino aos efetivos militares africanos. Assim, o Exército Popular da China tem estabelecido ligações militares com, pelo menos, 43 países. Apesar disso, a soma dessas interações militares permanece consideravelmente modestas (Ayers, 2013).

ameaças que operam no plano doméstico²⁵¹. Quando viu gorada a tentativa de adquirir armas nos EUA, em 2001, Abuja voltou-se para Pequim, negociando²⁵² um contrato de US\$ 251 milhões, o qual permitiu a aquisição de doze aviões de combate F-7M e três aviões de treino FT-7NI (Chau, 2007; in Chuka, 2011), vinte e três mísseis ar-ar, de curto alcance PL-9, *rockets* não guiados, bombas antitanque, entre outros. O acordo também previa o treino de pilotos nigerianos em solo chinês, a par do *upgrade* das instalações bélicas nigerianas, para o qual Pequim disponibilizou uma quantia a rondar US\$ 1 milhão (Chuka, 2011). Para o mesmo fim, o Gana, outro Estado com o qual a China vem estreitando relacionamento, recebeu mais US\$ 700 mil do que a Nigéria. Antes disso, a China tinha posto à disposição do governo ganês US\$ 3.8 milhões, os quais permitiram a construção, em Burma Camp, Acra, de várias casernas militares e policiais (Chuka, 2011).

VIII.3. Combate ao Fundamentalismo Islâmico

O terrorismo de matriz islâmica tem, nos últimos anos, entrado paulatinamente no centro da agenda de cooperação entre a China e os Estados da África Ocidental. Inicialmente, as ações da China pautaram sobretudo por intervenções, no contexto dos *fora* globais, relativamente à urgência de dotar os Estados regionais de capacidades materiais e financeiras suscetíveis de lhes permitir otimizar o combate à essa ameaça.

Contudo, à medida que os interesses económicos aumentam, a atitude passiva de Pequim *vis-à-vis* não só ao extremismo e terrorismo, como também com relação a outras ameaças, tem-se desvanecido (Shinn, 2013a; Van Hoeymissen, 2011; J. Wang & Zou, 2014). A intensificação dos ataques terroristas, principalmente na Nigéria e no Mali, dois países onde possui enormes interesses estratégicos, obrigou Pequim a rever o seu papel nesse domínio. Não obstante a inexistência de pronunciamentos oficiais, sabe-se que a China teria disponibilizado assistência técnica e financeira, e transferido tecnologia militar²⁵³

²⁵¹ A exportação de armas chinesas para a Nigéria começou a ganhar contornos pronunciados no início do ano 2000, quando os EUA recusaram a fornecer-lhe armamento para o combate aos rebeldes do delta do Níger (Chuka, 2011).

²⁵² Com esse comércio a China tem procurado fundamentalmente aumentar o seu grau de influência em países ricos em recursos naturais estratégicos e o seu *status* enquanto potência internacional, já que as perspectivas de lucro são bastante baixas (Hellstrom, 2009, in Chuka, 2011).

²⁵³ Como foi comprovado com o descobrimento de um drone de fabrico chinês despenhado na região norte da Nigéria.

para as forças de segurança nigerianas, durante o auge dos ataques perpetrados pelo Boko Haram, no norte e noroeste da Nigéria (Ehikioya, 2014).

Em 2012, a cooperação chinesa contra o terrorismo islâmico estendeu-se ao Mali (Shinn, 2013a), a partir do momento em que os seus interesses económicos se viram negativamente afetados pelo conflito entre o governo e os tuaregues do norte²⁵⁴ (Lanteigne, 2014). Inicialmente, a cooperação tomou a forma de assistência militar, muito embora modesta, e apoio humanitário²⁵⁵, justificando-os com o princípio de integridade territorial dos Estados (Shinn, 2013a). Posteriormente, a China enviaria para o Mali 600 tropas, uma companhia de engenharia civil, no quadro da força de manutenção de paz da ONU, que viria a substituir as forças francesas. Até ao momento, os contingentes de *peacekeeping* que a China tem enviado para a África têm sido compostas sobretudo por *unidades não-combatentes* – engenheiros, médicos, logística, entre outros. (Shinn, 2013a). De todo modo, o envolvimento chinês só avançou depois de os franceses terem derrotado os rebeldes. Outrossim, Pequim, através do porta-voz do *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, apelou igualmente à implementação da *Resolução 2085* do CSNU, a qual enfatiza o diálogo político e a entrada de uma força africana, em resposta às ameaças (Shinn, 2013a).

Note-se que a primeira reação de Pequim à crise maliana foi de condenação à violação do princípio de não-interferência, em alusão à entrada das forças francesas no país, exortando a CEDEAO a mediar a crise²⁵⁶ (Shinn, 2013a). He Wenping, diretor dos *Estudos Africanos na Academia Chinesa das Ciências Sociais*, disse que a França arriscava-se a cometer os mesmos erros que os EUA cometeram no Afeganistão (Sun, 2013). Em janeiro do mesmo ano, o mesmo He Weping que havia criticado a política francesa, uma semana antes, defendeu a necessidade da intervenção dessa intervenção, face à possibilidade dos rebeldes atingirem pontos estratégicos não muito distantes de Bamako (Shinn, 2013a).

Discursando na ONU, o embaixador chinês Li Baodong advogou que o combate ao terrorismo em África devia ser partilhado pela comunidade internacional (Shinn, 2013a). Tem-se notado alguma flexibilização do princípio de não-interferência, com a China a

²⁵⁴Note-se que antes do conflito a China era responsável por 1/3 das exportações malianas, sobretudo de ouro, algodão, no valor de US\$ 130 milhões anuais.

²⁵⁵Pequim prometeu também US\$ 1 milhão à UA e apoios materiais no valor de US\$ 5 milhões.

²⁵⁶ Segundo Sun (2013), a tépida resposta da China à intervenção francesa no Mali adveio da sua preocupação com potenciais abusos relativamente ao mandato da ONU, aquando da intervenção na Líbia.

mostrar-se cada vez mais disponível a intervir sempre que a estabilidade regional esteja em causa²⁵⁷ (Botha, 2006; Chuka, 2011; Hellström, 2009; Holslag & Van Hoeymissen, 2010; Holslag, 2009b; Lirong, 2011).

Contudo, o terrorismo em solo africano não parece estar no topo da escala de prioridades de Pequim, pela simples razão de que não constitui uma ameaça direta à segurança do território chinês (Shinn, 2013b; Sun, 2014). Não é factível que os Uigure, os responsáveis pelos ataques extremistas na China, tenham laços com os extremistas oeste-africanos. As relações desta minoria etno-religiosa chinesa restringem-se a grupos extremistas de países vizinhos da Ásia Central e do Sul – Afeganistão e Paquistão, principalmente (Sun, 2014).

A China tem sido objeto de alguma crítica, mormente vinda dos EUA, em virtude do que consideram uma postura de *“free-rider”*, no contexto da guerra global contra o terrorismo²⁵⁸. Pequim opõe-se a este epíteto, argumentando que as intervenções externas quase sempre desembocam em mais instabilidade. A Líbia é um caso frequentemente citado, tendo em conta que a intervenção francesa e inglesa representou para a China US\$ 20 mil milhões em investimentos perdidos (Sun, 2013). Ademais, o governo chinês defende que qualquer intervenção deverá ocorrer com o aval do CSNU, o que nem sempre tem sido respeitado.

²⁵⁷ Apesar de a política de não-ingerência chinesa, ultimamente, ter-se tornado mais moderada, ela tem-se limitado às questões securitárias não tradicionais e crises humanitárias (J. Holslag & Van Hoeymissen, 2010). Recentemente, a política de não-ingerência tem sido questionada no seio de círculos académicos. De acordo com alguns estudiosos, no novo contexto político internacional, uma adesão rígida e cega ao princípio em questão não é construtiva para a realização e manutenção dos interesses nacional da China e, em alguns casos, pode conduzir ao isolamento da China. No futuro, a política de não-interferência será provavelmente substituída por um novo termo – “intervenção criativa”, que até agora tem sido um slogan, mais do que um conceito com um conteúdo substancial (Lirong, 2011).

²⁵⁸ O exemplo de *“free-riding”* muitas vezes citado é a guerra no Afeganistão. Muitos veem a China como uma superpotência que não tem exercido o seu peso, e tem beneficiado injustamente das políticas contra o terrorismo. Contudo, a China vê a guerra no Afeganistão não como uma tentativa dos EUA de estabilizar a região, mas o avanço dos interesses geoestratégicos dos EUA na região, o que cria mais instabilidade do que estabilidade. Ademais, Pequim sustenta, ademais, que a sua mais-valia no Afeganistão radica no domínio da reconstrução pós-conflito, particularmente em áreas ligadas ao desenvolvimento infraestrutural e investimento (Sun, 2013).

Capítulo IX - China enquanto Fator de Instabilidade Regional

A penetração económica e política da China em África é bastante controversa. Não obstante lhe serem reconhecidos importantes contributos em termos de desenvolvimento económico de uma série de países daquele continente, o facto é que Pequim tem, nesse contexto, optado por um conjunto de políticas suscetíveis de anular os avanços alcançados em matéria de estabilidade sociopolítica regional, com especial relevância atribuída à transferência de armamento para Estados tradicionalmente instáveis, exploração desenfreada e, amiúde, ilegal de recursos naturais e suporte a regimes autoritários.

IX.1. Transferência de Tecnologia Militar

“Whatever the exact figure, the devastating conflicts in the sub-region, particularly in the Mano River axis, confirm that SALW are West Africa’s Weapons of Mass Destruction (WMD)”.
Adedeji Ebo.

Não estando necessariamente na origem de conflitos no Terceiro Mundo²⁵⁹, o fluxo de armamento tem um enorme potencial para exacerba-los, assim como as tensões latentes, mormente em regiões instáveis. A aquisição de armamento por parte de um Estado pode dar azo a distorções percetivas (Ross, 1990), alterações de expectativas e de comportamento (Kinsella, 2002) ou, mesmo, à corrida ao armamento (Ayoob, 1995), que podem ser amplamente nefastos para a segurança regional. Daí que a venda de armas seja um dos aspetos mais controversos da diplomacia chinesa em África (J. Wang & Zou, 2014), alvo de estridentes críticas por parte da comunidade internacional. Essas armas têm um enorme potencial desestabilizador (Alden & Vieira, 2005; Chuka, 2011; Taylor, 2005; Tongkeh, 2008), que não decorre não tanto da emergência de dilemas securitários interestatais, conforme sugerem os estudos de Ayoob (1995) e Kinsella (2002), quanto pelo facto de poderem transformar-se em instrumentos de repressão e abusos dos direitos humanos, especialmente em contextos de crises domésticas, que posteriormente tendem a adquirir uma dimensão regional.

²⁵⁹ Os proponentes do realismo político enfatizam a possibilidade da paz e estabilidade através da contenção armada.

Face às fortes críticas, a China aderiu à uma série de disposições normativas internacionais, e adotou políticas domésticas²⁶⁰ com relação ao controlo de armamento (Holslag & Van Hoeymissen, 2010), mas com poucas implicações práticas. A questão de fundo é que não existe transparência na transferência da tecnologia militar chinesa para a África, pois a China opõe-se às normas internacionais relativamente ao comércio lícito de armamento. Não ajuda também o facto de os códigos internacionais nesse domínio serem ambigualmente formulados, o que dá azo a diferentes interpretações (Holslag, 2007).

De acordo com os últimos dados da edição anual da *Military Balance*, divulgados pela *International Institute of Security Studies* (IISS) e relatórios da *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), a partir de 2005, registou-se um rápido adensamento de transferências de armas chinesas para a África (Katzenellenbogen, 2016). No contexto oeste-africano, a Nigéria é, de longe, o maior cliente da China, seguida por Estados como o Mali (que já produz, com tecnologia chinesa, diversas armas ligeiras)²⁶¹ (Farhaoui, 2013), Costa do Marfim, Níger e Serra Leoa. Refira-se que um dos estudos mais compreensivos sobre a disseminação de armas ilícitas na região, o relatório da *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), intitulado *Transnational Organized Crime in West Africa: Threat Assessment*, sugere que grande parte de armas ali detetadas são espingardas de assalto *kalashnikov Norinco Type 56* e metralhadoras *Norinco Type 80* de fabrico chinês. Essas armas, assim como as respetivas munições - *7.62 x 39 mm* e *7.62 x 54R* – são de aquisição relativamente fácil na região (UNODC, 2013).

A ampla disponibilidade de armas na África Ocidental decorre de um conjunto de fatores, no quadro dos quais destacamos: o facto de a região ter um longo historial de insurreições e conflitos domésticos²⁶²; a corrupção endémica entre as forças de segurança estatais e

²⁶⁰ Em 2002, por exemplo, reviu as regulações nacionais em matéria de controlo de exportação de produtos militares, publicando uma lista de controlo, a qual estabeleceu um conjunto de linhas orientadoras dessa exportação (Jonathan Holslag, 2007). No mesmo ano, aderiu ao *Protocolo sobre a Produção Ilícita e Tráfico de Armas de Fogo*, com repercussões no recrutamento da confiscação e destruição de armas ilícitas (Jonathan Holslag, 2007). Em 2005, começou a testar o sistema nacional de gestão de informação sobre a produção posse e comércio de armas ligeiras, e introduziu o sistema de monitoração dos destinatários finais de armas de fabrico chinês, no sentido de evitar que as mesmas caíam em mãos erradas. Em 2006, apoiou o *draft* da resolução da ONU sobre o comércio ilícito de armas ligeiras (Jonathan Holslag, 2007).

²⁶¹ Segundo Farhoui (2013), a China tem um enorme potencial para vir a ser o principal fornecedor de armas ligeiras à África Ocidental, uma região que tem sido atormentada por milícias e rebeliões armados.

²⁶² Muitas firmas chinesas transferiram ilegalmente AK-47, metralhadoras e lança-rockets para a Libéria, Serra Leoa e Costa do Marfim, onde os rebeldes e mercenários estiveram envolvidos na guerra civil (Chuka,

deficiências nos mecanismos de controlo (SaferWorld, 2011; Shinn, 2009; Vines, 2005), que repercutem na venda e/ou aluguer de diversas armas inclusive às organizações criminosas e terroristas que proliferam pela região (SaferWorld, 2011; UNODC, 2013). Estima-se que o montante de armas ligeiras ilegais em circulação na África Ocidental ascenda a aproximadamente 10 milhões de unidades (Andrés, 2008; Bah, 2005). Esses números podem já ter sido superados em razão da *Primavera Árabe*, com especial destaque para a queda do regime de Kadhafi, a qual inundou a região de armas ilegais.

A China defende que as armas destinam-se ao reforço da capacidade das forças de segurança dos Estados recetores, e que impor condicionalismos à aquisição das mesmas traduz numa grave interferência²⁶³ nos assuntos internos dos Estados (SaferWorld, 2011; J. Wang & Zou, 2014). Porém, é preciso dizer que a China, ao fazer tábua rasa dos direitos humanos e da estabilidade política na exportação das suas armas, corre o risco de ajudar regimes despóticos nas frequentes campanhas de repressão, as quais estão na base de a maioria dos conflitos na região (SaferWorld, 2011; J. Wang & Zou, 2014). Outrossim, a ampla disponibilidade de armas ligeiras promove a expansão do crime organizado e do terrorismo, que beneficiando também da porosidade das fronteiras, continuam a minar a boa governação, a *rule of law*, o crescimento económico, e desenvolvimento cultural e societal na região (Andrés, 2008; Hussein et al., 2004; Ukeje, 2008).

Esforços têm sido envidados no sentido de limitar a proliferação dessas armas no plano regional, mormente através da *Moratória sobre a Manufatura, Importação e Exportação de Armas Ligeiras*, assinada em 1998, pelos membros da CEDEAO (Ukeje, 2008), bem como as sanções da ONU. Contudo, persistem sérias dúvidas relativamente a sua eficácia (Ebo, n.d.; Obi, 2008b; Ukeje, 2008; Vines, 2005)²⁶⁴.

2011). A China foi um dos principais fornecedores de armas à Serra Leoa, aumentando os seus carregamentos no início da guerra civil (Taylor, 2005), violando reiteradamente as sanções das Nações Unidas (Taylor, 2005).

²⁶³ Paradoxalmente, o comércio de armamento chinês acaba por traduzir numa grave interferência nos assuntos internos desses Estados (SaferWorld, 2011; Wang & Zou, 2014).

²⁶⁴ A sua implementação, a nível nacional, esbarra-se na debilidade das instituições de segurança; falta de vontade política em alguns Estados membros da CEDEAO para tomar ações estabelecidas pela moratória; e cooperação limitada entre os Estados membros (Hussein, Gnisci, & Wanjiru, 2004).

IX.2. Exploração Insustentável e/ou Ilegal dos Recursos Naturais

“China’s demand for natural resources has meant that it has not only become an involved actor in internal affairs, but that in some cases it has reinforced and fueled pre-existing conflict dynamics.”

Safer World, 2011

Ao longo dessas últimas quatro décadas, a China pôs em prática um programa de modernização que, se baseando fundamentalmente em modelos de desenvolvimento económicos tradicionais²⁶⁵ (Jiang, 2009), implica enormes custos ambientais, os quais não se esgotam dentro do seu território. Considerado a nova fronteira para as multinacionais chinesas, o continente africano tem pago um enorme preço ambiental em razão do *boom* económico chinês²⁶⁶ (Jiang, 2009). A acentuação da insegurança ambiental em África por via da ação das empresas chinesas é particularmente preocupante, uma vez que, via de regra, a preservação do ambiente não é atribuído um carácter prioritário na agenda política, quer dos líderes chineses²⁶⁷ quer dos congéneres africanos²⁶⁸ (Shinn, 2015). Ambos os lados tendem a encarar o alinhamento dos investimentos com políticas ambientais modernas e responsáveis como um “empecilho” ao crescimento económico (Shinn, 2015). Daí que, não obstante a crescente retórica em prol da preservação do ambiente e da responsabilidade social empresarial, de parte a parte, é mais provável que esse ciclo de destruição ambiental se perpetue.

²⁶⁵ Caraterizado por uma massiva industrialização, na qual assumem particular relevância as indústrias pesadas e as indústrias de capital e mão-de-obra (barata) intensivos; A produção é orientada para a exportação (Jiang, 2009).

²⁶⁶ Com 6% do PIB mundial, a China, em termos globais, consome 31% do carvão, 30% de ferro, 27% de aço, 40% de cimento, 20% de cobre, 19% de alumínio, e 10% de eletricidade (Jiang, 2009). A acompanhar isso, existe um tremendo desperdício de energia. Por exemplo, para produzir cada 10.000 yuan de PIB, a China usa três vezes mais energia que a média global. Este rácio é ainda maior, quando comparado com os principais países industrializados. Para produzir o PIB de 1 dólar, a China consome oito vezes mais energia do que o Japão; e na produção da mesma quantidade de produtos industriais, a China usa 11.5 vezes mais energia do que o seu vizinho (Jiang, 2009).

²⁶⁷ Há uma crescente evidência de que a China tem incentivado as suas companhias que investem em África a seguir melhores práticas ambientais. Em 2013, o Ministério do Comércio e o Ministério da Proteção Ambiental estabeleceram linhas orientadoras voluntárias, encorajando as empresas nesse sentido. Contudo, se as companhias optarem por ignorá-las não há qualquer penalização.

²⁶⁸ Um recente estudo da *Pew Research Center* envolvendo 44 países, entre os quais 9 africanos, analisou cinco das maiores ameaças enfrentadas pelo mundo. A poluição e o ambiente ficaram na última posição em 8 dos 9 países africanos (Shinn, 2015).

Naturalmente, a África Ocidental não foge à regra, até porque, ali, a maior parte dos investimentos chineses concentra-se em setores económicos especialmente vulneráveis: florestas, pescas e extração mineira (Shinn, 2015). A forma como as multinacionais e pequenas empresas chinesas têm operado nesses domínios tem dado azo a enormes preocupações entre a sociedade civil, e ONGs regionais e extrarregionais. Note-se que, para além de a região ter um longo historial de casos de negligência ambiental, principalmente no Delta do Níger, tem o seu ecossistema sujeito a uma enorme pressão, mormente em razão da alta densidade populacional costeira e da crescente desflorestação²⁶⁹ (African Development Bank & Fund, 2011). A isso soma-se um outro fator extremamente problemático, que é histórica competição por recursos naturais, particularmente pasto, árvores e água, entre os mais de 300 grupos étnicos que habitam a região. Essa competição é considerada um dos principais instigadores e amplificadores de conflitos na África Ocidental (Omeje, 2005).

Um dos domínios mais afetados é claramente o florestal. Na verdade, o papel da China na destruição das florestas oeste-africanas já vem de longe: foi o principal comprador da madeira liberiana, durante o conflito na região do rio Mano – 45% no total das exportações do país, segundo os cálculos da Greenpeace (2002) – fazendo tábua rasa dos embargos da ONU. Os proventos desse negócio foram fundamentais para que Taylor pudesse prolongar o conflito por vários anos, apesar das sanções (Botha, 2006; Chuka, 2011; Tull, 2006). Atualmente, a alta procura de madeiras nobres entre a classe média e alta chinesas tem provocado, o que muitos consideram, um autêntico desastre ambiental regional, sobretudo em virtude da exploração ilegal da madeira-rosa (Forget, 2015; Shinn, 2015). Esta destruição florestal assume proporções alarmantes em vários países oeste-africanos, com particular acuidade na Nigéria, Senegal e Guiné-Bissau (Aiyetan, 2016).

Entre 2014 e 2015, aproximadamente 50% da madeira ilegal oeste-africana que entrou no mercado chinês saiu das florestas nigerianas (Aiyetan, 2016), grande parte da qual através de esquemas ilegais. Apesar de a maioria dos Estados nigerianos, enquanto responsáveis

²⁶⁹ Em virtude dos impactos da recente mudança climática na geoestratégia, o Conselho Nacional Francês formou uma comissão, em outubro de 2010, a fim de investigar como a região tem sido afetada pelo fenómeno em apreço. O relatório da comissão determinou que as águas subterrâneas na região de Iullemmeden, localizada entre Mali, Níger e Nigéria tem diminuído a níveis preocupantes. De acordo com diferentes estudos, a quantidade de água continuará a diminuir até atingir níveis insustentáveis em 2025. A alteração climática e a diminuição de água nas fontes sugerem que a região do SAHEL pode experienciar novas guerras e tensões (Farhaoui, 2013).

pela gestão florestal, proíbe ou limita o corte de árvores, a verdade é que os resultados têm sido amplamente insatisfatórios (Shinn, 2015). Alguns Estados aparentam ter jogado a toalha ao chão, cobrando descaradamente impostos à madeira explorada ilicitamente (Aiyetan, 2016).

Na Guiné-Bissau, os chineses têm tirado partido dos incessantes ciclos de instabilidade que assolaram o país nos últimos anos. O padrão registado na Guiné-Bissau reflete a tendência global do comércio da madeira na África Ocidental, em que os chineses aproveitam-se da instabilidade para se moverem rapidamente entre os países da região, aproveitando as deficiências governativas e securitárias regionais (Environmental Investigation Agency, 2016). Segundo a Environmental Investigation Agency (2016), com o golpe de Estado de 2012, o fluxo de madeira-rosa para a China atingiu um volume avassalador. No conjunto, entre 2012 e 2014, partiram para aquele país asiático cerca de 94000 metros cúbicos de madeira-rosa, no total de US\$ 65.3 mil milhões.

Mesmo países relativamente estáveis, como o Senegal, veem-se impotentes em fazer face à esta onda de destruição florestal patrocinada pelos comerciantes chineses. Todos os anos, Senegal perde cerca de 40 mil hectares de floresta em resultado do abate ilegal de árvores (Forget, 2015). Em 2015, as autoridades apreenderam cerca de 20 mil troncos cortados ilegalmente, prontos a serem transportados para a China (Forget, 2015).

A exploração ilegal da madeira reproduz-se, fundamentalmente, à conta de uma série de *handicaps* que perpassam a maioria dos países que ocupam esse espaço geográfico: débil legislação florestal, falta de meios técnicos para a monitorização das florestas e a corrupção endémica (Aiyetan, 2016).

Os danos ambientais também se estendem à fauna marinha regional²⁷⁰. A costa da África Ocidental é um dos mais pilhados do mundo (Walker, 2013), fazendo jus ao epíteto de “*oeste selvagem marítimo*” cunhado por Lebling (2015). O volume de captura de pescado por parte das traineiras chinesas é de tal monta que pouco tem restado para os pescadores artesanais da região (Greenpeace, 2015; Lebling, 2015; Walker, 2013). Ora, a não, ou a demora na, recuperação do stock de pescado é suscetível de traduzir, a longo prazo, não só em recrudescimento da insegurança alimentar dos oeste-africanos, como também na

²⁷⁰ A abundante flora marítima faz da costa oeste-africana uma das mais ricas em pescado do mundo (Lebling, 2015).

pressão sobre recursos piscatórios dos lagos e rios regionais (Lebling, 2015; Shinn, 2015; Walker, 2013)

A *Greenpeace*, uma das organizações ambientais mais ativas na denúncia deste tipo de pescas na costa oeste-africana, encontrou, entre 2014 e 2015, um total de 74 embarcações com bandeira chinesa, não só a pescar em áreas protegidas, mas também munidas de documentação forjada relativamente à tonelagem de pescado (Greenpeace, 2015).

Note-se também que, malgrado necessários, os investimentos no perímetro petrolífero e da mineração afiguram-se potencialmente problemáticos. Por um lado, grande parte das reservas de petróleo e minérios encontram-se em áreas ecologicamente frágeis (Shinn, 2015). Por outro lado, convém não deixar no olvido os inúmeros casos de más-práticas ambientais associadas às empresas chinesas, que vêm sucedendo não só em África mas também em outras latitudes²⁷¹. Efetivamente, têm surgido alguns casos preocupantes de poluição ambiental por causa da exploração mineira (Shinn, 2015). O Gana é um caso paradigmático: a maior parte dos rios do país se encontra envenenado em consequência do uso contínuo do mercúrio (a maior parte do qual importado da China) na mineração do ouro, por parte de garimpeiros chineses e nacionais (The Economist, 2013b; The Guardian, 2013). Na Nigéria, várias ONGs têm acusado a madeireira chinesa WEMPCO de frequentes descargas de resíduos perigosos no *Cross River*, com consequências nefastas para a fauna e flora da região sudeste do país. A metalúrgica WAHUM, que opera em Lagos, tem sido alvo de enormes contestações por alegadamente estar a libertar substâncias nocivas para o ar (Obiorah, Kew, & Tanko, 2008).

Ambientalmente insustentáveis são também muitas construções – particularmente barragens e autoestradas – ainda que, à primeira vista, aparentem ser uma mais-valia para o crescimento económico regional (Shinn, 2015). Por exemplo, a construção da barragem Bui, no Gana, implicou o deslocamento de milhares de agricultores que se viram despojados da sua principal fonte de rendimento (Idun-Arkhurst & Laing, 2007). Não fossem as pressões das organizações internacionais ligadas aos direitos humanos e ambiente, e protestos emergidos no seio da sociedade civil ganesa, o governo teria feito tábua rasa do plano de reassentamento (Idun-Arkhurst & Laing, 2007).

²⁷¹ Shinn (2015) advoga que as multinacionais chinesas estão 15/20 anos atrás das congéneres ocidentais, quando se trata de adoção de políticas ambientais modernas.

Em suma, os investimentos chineses na África Ocidental têm sido considerados cruciais para o crescimento económico. Porém, nem todos têm respeitado o ecossistema regional. A manter este *statu quo*, e tendo em conta as características da região, é mais provável que os supostos ganhos em termos de crescimento económico venham a ser rapidamente anulados pela degradação ambiental e a concomitante instabilidade sociopolítica inerente.

IX.3. Autoritarismo e Insegurança Humana

A história de a maioria dos Estados africanos é caracterizada por incessantes lutas, na sua vertente mais primária, pelo poder (Taylor & Williams, 2008). No quadro de um intenso jogo de soma zero, os vencedores, ao invés de procurarem estabelecer um projeto hegemónico e integrador dos diferentes níveis sociais e étnicos, optam tendencialmente por institucionalizar sistemas de dominação pessoalizados e patrimoniais (Taylor & Williams, 2008). E não havendo autoridade e legitimidade do regime, não existe também estabilidade sociopolítica (R. Jackson & Rosberg, 1982).

A Nigéria é um exemplo paradigmático. Trata-se de um Estado despojado de *soberania positiva*, em virtude da incapacidade de o Governo Federal estender o controlo soberano sobre toda a parcela do território reconhecido e legitimado como “Nigéria”, pelo direito internacional. A disfuncionalidade do Estado nigeriano manifesta-se na fragilidade das instituições do Estado, na extrema corrupção, mormente ao nível da cúpula governamental, nas divisões comunais e étnicas (Lewis, 2006). Reformas políticas e democráticas de fundo, suscetíveis de dar azo a alguma *destruição criativa* (Schumpeter, 2013), são eternamente adiadas em favor da perpetuação do controlo predatório e patrimonial dos recursos naturais, por parte dos sucessivos regimes. Com isso, assegura-se a permanência da *Numenklatura* no poder (Taylor & Williams, 2008).

O patrimonialismo político e a má-governança têm relegado vastos segmentos populacionais à marginalização político-económica, que traduz, por sua vez, no reforço da ilegitimidade, no perímetro de um círculo vicioso extremamente pernicioso para o desenvolvimento da Nigéria. A região mais afetada por esses dois fenómenos é indubitavelmente o Delta do Níger, apesar de ser o coração económico do país. Daí a

incessante luta dos vários grupos étnicos que a habitam, mormente os Ijaw, pelo secessionismo²⁷² (Bach, 2004).

Se é verdade que a responsabilidade pelo subdesenvolvimento e pela insegurança no Delta do Níger deve ser assacada sobretudo ao Governo Federal, também é verdade que tem contado com uma grande convivência das corporações petrolíferas na exploração predatória dos recursos daquela região. O relativo recuo das corporações ocidentais, como a Royal Dutch Shell, Exxon Mobil, ENI, Total, em razão da emergência de fortes pressões nos seus países de origem, seria rapidamente preenchido pelas congéneres chinesas, principalmente as estatais CNOOC e SINOPEC.

O enredamento dos interesses das corporações chinesas e da elite política nigeriana (Alden & Alves, 2009) não converge com o interesse nacional. A falta de transparência nos contratos de concessão (note-se que, quer as corporações petrolíferas chinesas, quer o Governo Federal mostram-se relutantes em aderir a iniciativas como *Publish What You Pay* e *Extractive Industries Transparency Initiative* (EITI), respetivamente (Nabine, 2009; Utomi, 2008) tem permitido os responsáveis políticos apoderarem-se indevidamente de avultadas somas que deveriam ser canalizadas para os cofres do Governo Federal. Segundo F.-L. Wang & Elliot (2014), não só ignoram os direitos humanos e outras questões políticas em África, como também os políticos e negociantes chineses engendram conexões pessoais (*guanxi*) que, muitas vezes, envolvem subornos. Trata-se de uma forma de fazer negócios convergente com normas sociais e tradicionais de muitos países africanos.

O recrudescimento de investimentos chineses no Delta do Níger, a par da cumplicidade das multinacionais com o *statu quo*, tem deixado a região em polvorosa. O acirramento de tensões entre as várias milícias que pululam a região, mormente as do *Movement for the Emancipation of the Niger Delta* (MEND), de um lado, e o Governo Federal e as corporações chinesas, do outro, é evidente (Dan Large, 2008; Obi, 2008a). Relatos dão conta que várias empresas chinesas, entre as quais a WEMPCO, têm concertado posições

²⁷² Nos Estados da região sudeste, um programa ainda mais radical é avançado pelo *Movement for the Actualisation of the Sovereign state of Biafra* (MASSOB), com os membros a recusarem a aceitar a sua integração na Nigéria. Usam uniformes das antigas forças policiais do Biafra, hasteiam a antiga bandeira separatista e fazem circular mapas evidenciando as fronteiras do Biafra. No sudoeste, sentimentos de profundas frustrações deram azo à criação da *Oodua People's Congress* (OPC) (Bach, 2004).

com as forças governamentais para suprimir violentamente os protestos da população local (Obiorah et al., 2008). Ademais, há que contar com o facto de a China, regra geral, tender a responder pronto e favoravelmente às solicitações da Nigéria relativamente ao fornecimento de armamento que, por sua vez, é utilizado na repressão de comunidades marginalizadas, principalmente no Delta do Níger. Segundo Dan Large (2007), a assistência militar e financeira a Estados corruptos e malgovernados nunca pode traduzir-se no aumento da segurança dos mesmos.

Os efeitos perniciosos advenientes da diplomacia económica chinesa estendem-se a outros países da região. A regra é seguir a abordagem *business as usual*, independentemente do tipo de regime no poder, contanto que este não ponha em causa os seus interesses económicos, como se constatou aquando dos golpes de Estado na Guiné (2008), Níger (2010) e Guiné-Bissau (2012) (Holslag & Van Hoeymissen, 2010). Escudando-se no princípio de não-interferência, Pequim fez tábua rasa das sanções impostas pelas organizações internacionais e regionais, nomeadamente a ONU e a CEDEAO, direccionadas a vários regimes políticos regionais emergidos de golpes de Estado (Holslag & Van Hoeymissen, 2010), aumentando o seu engajamento económico com os referidos países (Holslag, 2011).

Especula-se que a China tenha instigado golpes de Estado em alguns países africanos cujos regimes no poder enveredaram por políticas económicas contrárias aos seus interesses. O Chade, país que, embora não pertença à CEDEAO, possui uma ligação umbilical com o CSR oeste-africano, costuma ser referenciado como um dos exemplos. Em 2012, as relações entre o Chade e a China deterioraram-se, em razão de desacordos relativamente à exploração petrolífera, tendo a China supostamente providenciado assistência militar e técnica a grupos opositores do então governo chadiano (Farhaoui, 2013).

O facto de o relacionamento entre a China e a África primar-se por uma enorme assimetria, a par do apoio chinês a governos autoritários a expensas dos direitos humanos, faz com que as repercussões económicas advenientes do engajamento chinês em África sejam, na melhor das hipóteses, heterogéneas, enquanto as consequências políticas inclinam-se a ser deletérias (Tull, 2006).

Capítulo X - A Nigéria e a Penetração Chinesa na África Ocidental

X.1. Radiografia do Estado Nigeriano

X.1.1. Porquê a Nigéria?

Pouca atenção tem sido dispensada às potências regionais do Sul, em geral, e à Nigéria, em particular, no universo analítico das relações internacionais. Meierding (2010) sugere que, tendo sido um Estado a suscitar algum interesse, logo a seguir à sua independência, hoje, passadas aproximadamente quatro décadas, seria de esperar que as investigações incidentes sobre a política nigeriana tivessem atingido um estágio de relativa profundidade. Na verdade, o facto de ser um país em desenvolvimento, torna-o um objeto de estudo pouco apelativo para o *mainstream* teórico das relações internacionais (Meierding, 2010).

Porém, é preciso dizer que, dadas as suas especificidades, a Nigéria afigura-se um interessante caso de estudo. É nigeriano um em cada cinco africanos; a Nigéria é líder indisputado da sua sub-região, responsável por mais de um terço do orçamento da CEDEAO; dispõe de vastas reservas de petróleo, que a tornam num dos maiores produtores africanos; e tem tido uma postura proativa na gestão da segurança regional, como comprovam as operações militarizadas de manutenção de paz na Libéria e Serra Leoa (Adebajo, 2000; Abiodun Alao, 2011; Alli, 2012; Bach, 2010a). Para além disso, a Nigéria aspira, no quadro de uma futura reconfiguração da estrutura da ONU, o estatuto de membro permanente do Conselho de Segurança dessa organização (Ojekwe, 2010).

Outrossim, a Nigéria é um Estado fraco (Adebajo, 2008; Aigbokhan, 2008; Bach, 2004; Landsberg, 2008; Mthembu-Salter, 2009). Trata-se de um Estado que tem vivenciado, durante décadas, uma série de tensões, mormente de natureza etno-religiosa e regional, particularmente nos Estados do Norte, que o tornam eminentemente instável. O Delta do Níger permanece profundamente inseguro, malgrado o fim do conflito biafrano. A exploração petrolífera nessa região continua a ter uma forte oposição local, pese embora, o relativo êxito do Governo Federal no quadro das negociações de cessar-fogo, que não se sabe por quanto tempo irá perdurar. Observadores internacionais têm manifestado enormes preocupações relativamente ao grau de consolidação das instituições democráticas; a mais recente transição do autoritarismo para a democracia ocorreu em 1999 (Meierding, 2010). A instabilidade e incerteza intrínsecas ao Estado nigeriano

refutam o ideal-tipo de Estado unitário e hierarquicamente organizado no panorama interno (Bach, 2004) .

De todo modo, é necessário fazer notar que, desde a sua independência, o país vem empreendendo uma política externa por muitos considerada relativamente competente²⁷³, e sob estrito controlo do governo central, pese embora as irregularidades governamentais e as sucessivas transições de regime. É verdade que as escolhas no âmbito da política externa têm sido condicionadas pelo ambiente doméstico, porém esta contingência não se aplica exclusivamente à Nigéria e aos Estados fracos, em geral (Meierding, 2010).

Para Meierding (2010), a Nigéria constitui um interessante caso para se testar aplicabilidade do *mainstream teórico* das relações internacionais a uma escala inferior. O aparato da política externa de Abuja distingue-se exclusivamente no campo quantitativo, e não no qualitativo, do dos Estados ocidentais. Assim, se as tradicionais teorias das relações internacionais se afiguram úteis aproximações da realidade, devemos esperar que tenham valência analítica no caso nigeriano (Meierding, 2010). Mesmo o neorrealismo, não obstante as inúmeras críticas que se lhe dirigem, pode ser aplicado ao contexto em apreço, mercê da sua posição de potência regional. Pese embora nunca poder aspirar ser uma potência global, a Nigéria possui uma capacidade latente de dominação.

Centrando-se concretamente na relação entre as potências regionais africanas e as potências globais, Pham (2007) sugere que perscrutar os aspetos teóricos e práticos da política externa das primeiras, em resposta à designada “nova corrida à África”, dentro da qual a China se assume como um dos principais atores, é crítico não só para a compreensão das dinâmicas políticas contemporâneas no continente, mas também para a facilitação da paz, estabilidade, boa governação e desenvolvimento em África.

²⁷³ Esta asserção é objeto de refutação por parte de muitos académicos. Para o efeito, vide Cyril Obi. (2008). Nigeria's foreign policy and transnational security challenges in West Africa. *Journal of Contemporary African Studies*, 26(2), 183–196; Atah Pine. (2013). Nigeria Foreign Policy, 1960-2011: Fifty One Years of Conceptual Confusion: Modern Ghana.

X.1.2. Paradoxos de uma Potência Regional à Beira do Precipício

“The favorable combination of resource endowments only establishes the fact that...potentials for growth and development are tremendous”
(Adedeji, 2000, 46)

“[T]hey have squandered their oil wealth, they have allowed corruption to fester and now they are losing their territory because they wouldn’t make hard choices”

Hillary Clinton, em entrevista ao canal ABC

As potências regionais são atores fundamentais dentro dos CSRs, sobretudo, porquanto centros de convergência das interações securitárias emergentes nesse perímetro (Buzan & Wæver, 2003; Buzan et al., 1998). As suas capacidades militares e financeiras, embora exíguas no contexto da competição sistémica, afiguram-se inigualáveis no contexto regional. Daí o enorme peso que têm na definição da ordem securitária nesse mesmo plano (Frazier & Ingersoll, 2010)²⁷⁴. No contexto oeste-africano, esse epíteto vai claramente para a Nigéria – o elemento determinante da polaridade, amiúde, das relações de amizade/inimizade e de instabilidade/estabilidade no perímetro do CSR (Katsina, 2011; Obi, 2008a).

Segundo Pham (2007), o enorme peso estratégico e geopolítico da Nigéria não se esgota no plano sub-regional. A sua centralidade decorre fundamentalmente da dimensão do seu poder material (Mearsheimer, 2001; Waltz, 1979), que se estriba no seu amplo território, nos 199 milhões pessoas que nele habitam (“Nigeria Population,” 2019)²⁷⁵, na abundância de recursos naturais estratégicos, sobretudo petróleo e gás natural. Estamos a falar de um país que é o 7º maior produtor mundial de petróleo, e detentor da 9ª maior reserva de gás natural do globo, praticamente inexplorada. A estimativa do rácio de

²⁷⁴ Para Frazier & Stewart-Ingersoll (2010), a ordem securitária regional é influenciada por dinâmicas (e.g. dispersão ou concentração) registadas nas seguintes variáveis: *estrutura regional*, determinada pela distribuição de capacidades materiais; *papel das potências regionais (liderança, custódia e proteção)* e; *orientação da potência regional (statu quo, cooperação e design a longo prazo)*.

²⁷⁵ Trata-se do país mais populoso da África: são aproximadamente 199 milhões de pessoas, segundo as estimativas Worldometers (“Nigeria Population,” 2019), superando o somatório dos efetivos populacionais de todos os Estados que com ela partilham a região, confinadas a uma extensa área territorial - 923,773 km² -, que em termos regionais, só é superada pelos territórios do Níger e do Mali; possui igualmente um extensa linha costeira totalizando 853 km (Bach, 2007).

produção é de 125 anos, comparada com os 30 anos do petróleo²⁷⁶(Bach, 2007). Além disso, a Nigéria possui outros importantes recursos naturais, nomeadamente columbite, palmeira, amendoim e terras férteis (A. Alao, 2011). No quadro sub-regional, estima-se que mais de 50% de potencial de matérias-primas e produtos manufaturados estejam localizados dentro das suas fronteiras (Bach, 2007). Esses atributos colocam a Nigéria numa posição ímpar dentro da África Ocidental (Katsina, 2011).

Assim, não é de se estranhar que a Nigéria seja o principal *locus* económico regional, exercendo uma forte atração e influência sobre as economias dos Estados vizinhos (Bach, 2010a). Mesmo depois da independência, as relações comerciais entre a Nigéria e os vizinhos, porquanto fomentadas pela comunhão de laços históricos e étnicos antecedentes ao colonialismo, principalmente na sua fronteira norte, manteve-se vibrante. Presentemente, vem recebendo estímulos decorrentes da existência de uma larga diáspora dispersa pela África Ocidental (Bach, 2010a).

Nas últimas décadas, pese embora algumas oscilações resultantes de alternâncias dos regimes domésticos, grosso modo, a Nigéria tem tido uma atuação consonante com o que se espera de uma potência regional, particularmente na abordagem das crises securitárias africanas. A natureza e a distribuição de capacidades político-militares no panorama oeste-africano permitem à Nigéria, de certa forma, dominar e estruturar o quadro securitário regional (Bach, 2010a; Katsina, 2011). Com um exército de aproximadamente 70.000 homens, um dos maiores da África (Bach, 2007), é um dos países que mais têm contribuído, em termos de efetivos militares, nas operações de paz da ONU em África (Mthembu-Salter, 2009; Pham, 2007). Porém, é na sub-região que essa atuação tem assumido maior proeminência (Bah, 2005; Mthembu-Salter, 2009). A Nigéria teve um papel central na estabilização da região do rio Mano, ao promover uma força de manutenção da paz, a ECOMOG, à qual forneceu 80% do suporte logístico, financeiro e militar (Obi, 2008a). A forma como conseguiu restituir a ordem democrática naquela área da África Ocidental, não obstante as dificuldades encontradas e outras situações menos positivas, nomeadamente maquinações geopolíticas por parte dos países intervenientes (Söderbaum & Tavares, 2009), excessivo uso da força e abuso dos direitos humanos, é

²⁷⁶ Desde os anos 1990, que o Golfo da Guiné vem se tornando numa das regiões mais promissoras em termos de reservas petrolíferas. O uso de novas tecnologias, que permitem a perfuração em águas profundas, levaram a um conjunto de descobertas na Nigéria, Guiné Equatorial, São-Tomé e Príncipe, e Mauritânia (Traub-Merz e Yates, 2006).

amiúde citada como exemplo de prontidão no que respeita à assunção de responsabilidades securitárias regionais por parte de uma potência regional (Adebajo, 2004; Adedeji, 2004; Aning, 1999, 2008; Bach, 1983; Bekoe & Mengistu, 2002; Howe, n.d.). Em 2012, a Nigéria enviou também militares para o Mali, integrando uma força de estabilização africana autorizada pela ONU, destinada a conter as insurgências no norte daquele país oeste-africano (Ploch, 2013). A AFISMA (*Africa-led International Support Mission in Mali*) contaria com 1200 tropas, duas caças (NAF 452 e NAF 455) e alguns helicópteros de ataque nigerianos (Nigeria Policy Force, 2014).

Os recursos da Nigéria, a par do seu ativo engajamento diplomático e militar na gestão das dinâmicas de insegurança sub-regionais e regionais subjazem à retórica, com maior acuidade no plano interno, segundo a qual o país não só é potência regional, como também líder natural da África (Bach, 2007; Shaw & Fasehun, 1980). Vários académicos nigerianos advogam que o estatuto hegemónico²⁷⁷ da Nigéria na África Ocidental é tão proeminente que a única ordem realmente existente é a nigeriana (Katsina, 2011). Com efeito, a auto-perceção afigura-se um requisito fundamental na consolidação do estatuto de uma potência regional (Nolte, 2010; Prys, 2010). Estas estão cientes das responsabilidades e deveres que delas se esperam, na sua relação com os demais Estados com os quais partilha a mesma área geográfica (Prys, 2010). Porém, é preciso fazer notar, como assevera Prys (2010), que a auto-perceção por si só não chega. É necessário que o Estado materialmente preponderante, num dado enquadramento espacial, evidencie determinados comportamentos, nomeadamente a gestão eficaz da ordem securitária regional e a provisão de bens públicos à região. A questão de fundo é que a Nigéria é um Estado fraco. E aqui reside um dos grandes *handicaps* da sua liderança na África Ocidental.

Fatores objetivos, como população, poder militar e económico colocam a Nigéria numa posição ímpar dentro da sua região (Bach, 2010a), como já se referiu. Contudo, a realidade é muito menos impressionante do que aparenta. A Nigéria, desde a sua independência, vem enfrentando pressões securitárias internas que a tornam num gigante aleijado à beira do precipício (Bach, 2010a). Vários estudos tendem a relevar fatores como a diversidade étnico-religiosa, incompetência, corrupção e a própria abundância de

²⁷⁷ Essa hegemonia é contestada por Adebajo, no Livro *Cape to Congo*.

recursos naturais, como os principais responsáveis pela emergência de uma economia política de matriz predatória (Bouchat, 2013).

É o “*paradoxo da abundância*” de que nos fala Olonisakin (2008). Para este autor, os recursos naturais são, de certa forma, um dos grandes responsáveis pelo atraso da Nigéria. A exploração petrolífera, por exemplo, tem levado a expropriação de enormes quantidades de terras aráveis (Olonisakin, 2008), traduzindo num enorme desastre ambiental e económico (Bouchat, 2013). A alta demanda mundial incita as grandes corporações a explorarem as fraquezas relacionadas com a governação e a interferirem na política doméstica (Olonisakin, 2008). A entrada de investimentos externos e as receitas petrolíferas são consideradas, por muitos, uma praga para o país, pois não têm traduzido no melhoramento das condições de vida dos nigerianos. Muito pelo contrário, têm fomentado a corrupção, o neopatrimonialismo, o clientelismo a discriminação, para a desgraça das populações desfavorecidas, que desesperam por uma distribuição mais justa de recursos (Olonisakin, 2008).

A luta pelo controlo dos recursos petrolíferos, não raras vezes, perpassada por tensões etno-religiosas, é o denominador comum de todos os conflitos, insurreições e ascensão dos vários regimes autocráticos que o país conheceu desde a sua independência. Quase a totalidade dos regimes que precederam o estabelecimento da ordem democrática, em 1999, surgiram a partir de golpes de Estado (Bouchat, 2013). A Nigéria teve o seu primeiro golpe de Estado em 1966, seis anos depois da sua independência, seguido por uma sucessão de golpes e contragolpes até a restauração da democracia, em 1999 (Mthembu-Salter, 2009). O ano 2007 viu a primeira transferência de poder entre civis quando Umaru Musa Yar'Adua assumiu o poder, no seguimento de uma eleição considerada fraudulenta pela comunidade internacional (Mthembu-Salter, 2009). A violência étnica e religiosa, corrupção, más-práticas governativas têm limitado o crescimento económico, a infraestruturação e a consequente autoridade e legitimidade do Estado (Ploch, 2013).

Os indicadores relativos ao IDH são dos mais baixos da África (Mthembu-Salter, 2009). Os índices de pobreza atuais conseguem ser superiores aos registados no período imediatamente posterior à independência – 70% da população vive com menos de um dólar por dia; na verdade, os rendimentos dos nigerianos decresceram 1.5 %, em média, durante os últimos 25 anos, enquanto continua sem se saber o paradeiro de

aproximadamente US\$ 380 mil milhões desviados dos cofres do Estado pelos sucessivos regimes (Bach, 2007). O panorama sanitário é dramático, com o país a ter, entre outras coisas, o segundo maior número seropositivos em África. A SIDA já é considerada uma ameaça à segurança nacional do país.

A complexa arquitetura federal (36 Estados e 774 governos locais), ao multiplicar as oportunidades de acesso a cargos públicos e, por conseguinte, a fundos governamentais, tem transformado as eleições, entre as quais se releva a de 2003, em competições mortíferas (Bach, 2007). Assassinatos de figuras proeminentes da política e o monopólio das instituições públicas por parte dos designados *big men* ou *padrinhos* afiguram-se práticas corriqueiras (Bach, 2007). Em meados do ano 2006, 2/3 dos governadores nigerianos foram alvo de investigações por parte da *Economic and Financial Crime Commission* (EFCC). De resto, a corrupção ao nível dos governos locais tem atingido tal proporção que os responsáveis da EFCC falam em gangsterismo (Bach, 2007). O federalismo nigeriano é bastas vezes considerado sinónimo de prebendalismo (designado de ideologia de partilha do bolo nacional), um enquadramento rentista em favor dos políticos. A adesão constante ao consociativismo perpetua a politização da etnicidade, promove o fortalecimento de lealdades seccionais, em detrimento da cidadania, e a discriminação entre indígenas e não indígenas (Human Rights Watch, 2006, in Bach, 2007). Apesar das frequentemente anunciadas políticas públicas de combate à corrupção corporativa e aos crimes financeiros, a cultura política das elites estatais permanece, em todos os níveis governamentais, fundamentalmente imutável (Bach, 2007).

As tensões etno-religiosas, nomeadamente entre muçulmanos do norte e cristãos do sul, são responsáveis pela morte de milhares de nigerianos, nas últimas décadas, afigurando-se uma enorme ameaça à segurança nacional (Ploch, 2013)²⁷⁸. Segundo Pham (2007), a menos que essa patologia social venha a ser solucionada, o país corre o risco de se posicionar na linha da frente no quadro do choque de civilizações entre o Islão militante e os que se lhe opõem. Trata-se de um problema antigo, mas que só ganhou alguma expressão internacional após a tentativa frustrada de um jovem nigeriano atacar um avião americano, em 2009, a par das incursões sangrentas do grupo radical Boko Haram no

²⁷⁸ Em 1999, quando doze Estados predominantemente muçulmanos começaram a adotar um código legal baseado no Sharia, seguiram-se fortes objeções da minoria cristã e violentos motins que reclamaram aproximadamente 10.000 vidas.

norte da Nigéria (Ploch, 2013). Para piorar a situação, há evidências que sugerem a expansão de relações entre esse grupo radical e demais congéneres em África, nomeadamente a AQMI (Ploch, 2013).

Trata-se de um quadro de insegurança que demanda, entre outras coisas, um enorme profissionalismo das forças que atuam no panorama securitário. Infelizmente, profissionalismo e, já agora, competência são dois atributos em défice entre as forças de segurança desse Estado oeste-africano. Por exemplo, os militares, para além da sua propensão em ingerirem no universo político, têm um longo historial de intervenções desastrosas, particularmente, na região do Delta, facto que têm acirrado ainda mais as aspirações secessionistas dos habitantes locais, mas também no quadro regional (A. Alao, 2011).

O Estado nigeriano tem-se aguentado graças ao controlo de um vasto e valioso recurso, o petróleo, mas carece de atributos clássicos do estatismo, incluindo a robustez institucional, o controlo do território e da violência legítima, e o compromisso para com a noção de bens públicos. Ora, o estabelecimento durável de interesses nacionais num contexto desses é extremamente difícil. Roehrs (2005) assevera que a função primeira do Estado é a provisão de bens públicos, principalmente segurança, às pessoas, implicando o monopólio da violência legítima e a instrumentalização da sociedade, a fim de conseguir os recursos necessários para o efeito. Isso só está ao alcance de um Estado cuja população o tenha como legítimo (Roehrs, 2005), o que não acontece de todo com a Nigéria. Não havendo um equilíbrio entre *elementos materiais, institucionais e ideacionais* (Roehrs, 2005), o Estado nigeriano debate-se com dificuldades em monopolizar a violência legítima (Tilly, 1975). Apesar da transição democrática de 1999, que não deixou de ser problemática, e do registo de melhorias significativas nos índices de governação (Bouchat, 2013), a Nigéria figura entre os Estados mais fracos do mundo (Bach, 2007).

Os problemas internos da Nigéria afiguram-se um enorme obstáculo à transmissão de uma imagem de credibilidade na África Ocidental e, por conseguinte, à consolidação da sua legitimidade enquanto líder daquela região (Adebajo, 2004; Adedeji, 2004; Alli, 2012; Katsina, 2011). O exercício do poder das hegemonias regionais manifesta-se no prevalecimento do seu modo de pensar, projetando as suas preferências, sem recurso à força, mas antes por intermédio de incentivos materiais, socialização, persuasão e discurso hegemónico (Naber, 2007, in Prys, 2010). Segundo Prys (2010), a liderança não

existe sem o seguidismo, algo que está intrinsecamente relacionado com a legitimidade, ou seja, à apreciação que os outros Estados fazem das condições do líder em tomar decisões em nome do grupo, na busca de objetivos coletivos. Segundo Adebajo & Landsberg (2003), muitas vezes, a Nigéria tem enveredado por um estilo diplomático unilateral, que não tem caído no agrado dos vizinhos²⁷⁹. Alli (2012), por sua vez, sugere que os Estados oeste-africanos não se sentem preparados para substituir o jugo colonial pela carga nigeriana.

Na verdade, a Nigéria é o Estado para o qual se convergem a maioria das considerações securitárias negativas dos Estados que com ela partilham o mesmo espaço geopolítico (Ojekwe, 2010). Isso decorre do facto de, por um lado, a Nigéria deter um poder material insuperável na região – o que naturalmente causa alguma apreensão em Estados mais pequenos, qualquer que seja o contexto geopolítico – e, por outro, por possuir algum historial de confronto com a vizinhança (Ojekwe, 2010) – e.g. ameaças à Guiné Equatorial²⁸⁰ e invasão da Península de Bakassi, nos Camarões (Omede, 2006), disputas territoriais com o Chade. Nem o Estado com o qual possui maiores afinidades culturais e étnicas, o Benim, consegue alhear-se ao dilema de insegurança resultante das suas ambições hegemónicas (Omede, 2006)²⁸¹. Segundo Meierding (2010), o medo da Nigéria na África Ocidental mina as suas aspirações de liderança, ao provocar resistências aos projetos económicos e políticos propostos.

Esses receios são particularmente proeminentes entre os Estados francófonos (Meierding, 2010). Experiências coloniais distintas, combinadas com sistemas políticos igualmente distintos têm um enorme potencial de recrudescerem as suspeições e hostilidades entre esses Estados (Meierding, 2010). Na verdade, grande parte das desconfianças direcionadas à Nigéria é fruto da política francesa de divisão da África Ocidental, que remonta o início da descolonização.

²⁷⁹ Como sugere, Sule Lamido, antigo Ministro das Relações Externas da Nigéria, estando na posição de *big brother*, a Nigéria deve estar ciente de que os países com que está a lidar são Estados soberanos, e reconhecer o seu sentimento psicológico de independência (Adebajo, 2000).

²⁸⁰ Tensões com a Guiné equatorial, porquanto esta permitiu a instalação de base uma sul-africana e a perseguição de nigerianos nesse país vizinho.

²⁸¹ Um episódio que atesta esta percepção de insegurança é a compra, em 1970, de alguns tanques T-55, de fabrico russo, como resposta à aquisição dos mesmos por parte da Nigéria (Vogt, 1987; in Omede, 2006). No entanto, esses receios não impediram algumas ações provocatórias por parte do Benim, como o apoio aos biafranos, aquando da guerra civil no Biafra, e, mais recentemente, as frequentes violações territoriais, traduzidas na cobrança ilegal de impostos no interior das fronteiras nigerianas (Ate & Akinterinwa, 1992; in Omede, 2006).

X.1.3. Política Externa: História e Retórica

- *Quadro Histórico*

A Nigéria ganhou a sua independência em 1960, numa das fases mais turbulentas da Guerra Fria. Naturalmente, nessa altura, a sua política externa acabaria por espelhar os constrangimentos impostos pelo fenómeno. Contudo, a Nigéria conseguiria alguma margem de manobra para empreender uma política externa, que se centrava sobretudo no continente africano, com especial enfoque para o auxílio dos movimentos de libertação e luta contra o *apartheid* (Gambari, 2008).

Durante a 1ª República (1960-66), o país defendia os seguintes princípios e objetivos, no quadro da sua política externa: i) *defesa da soberania, integridade territorial e independência nacional*; ii) *criação de condições económicas, políticas, sociais e culturais necessárias à asseguuração da independência da nação nigeriana e dos congéneres africanos*; iii) *promoção dos direitos do povo negro e dos demais então sob o jugo colonial*; iv) *promoção da unidade africana*; v) *promoção da paz mundial, construída na base da liberdade, do respeito mútuo e da igualdade de todos os povos*; vi) *respeito pela integridade territorial de todas as nações, e*; vii) *assunção de uma conduta neutra no quadro das disputas ideológicas vigentes* (Gambari, 2008).

Tratava-se, em traços gerais, de uma política externa, nas palavras de Gambari (2008), relativamente modesta, em decorrência de uma profunda preocupação relativamente à consolidação do novo Estado Federal. De todo modo, a Nigéria mostraria algum dinamismo no tratamento de algumas questões, particularmente relacionadas com o continente. Começa, três meses após a sua independência, por abrir as hostilidades contra Paris, criticando os testes nucleares efetuados no Sahara (Adebajo, 2008); negocia um pacto de defesa com a antiga metrópole; assume-se como ator central na criação da OUA; intervém no Congo; e engendra uma política externa coerente relativamente ao Médio Oriente (Gambari, 2008).

Com a saída de cena de Balewa, primeiro-ministro da Nigéria entre 1957-66, a política externa nigeriana ganha um novo fulgor. O país estabelece laços diplomáticos com a China e a União Soviética; condena a convivência do Ocidente relativamente ao *apartheid*; corta relações com Israel; lidera as negociações entre os países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e a CEE, que viriam a dar azo à assinatura da *Convenção de Lomé*, em

1975; e cria a CEDEAO (Gambari, 2008). Esse pendor mais ativista da liderança de Yakubu Gowon (1966-75) deveu-se muito, no verbo de Gambari (2008), a um conjunto de fatores, com especial relevância para a necessidade de um equilíbrio de poderes a favor do governo militar central *vis-à-vis* os diferentes Estados federados, o aumento vertiginoso do preço do petróleo nos mercados mundiais, a Guerra do Biafra (1967-70) e a consequente interferência externa com o intuito de minar a estrutura do Estado Federal.

A guerra civil do Biafra, ao ter evidenciado os perigos da penetração externa, reforçou, em grande espectro, o interesse nigeriano de lhe ser reconhecido o epíteto de líder regional. Para que isso se efetivasse, era fundamental arredar a França da África Ocidental, conquistando assim a confiança da vizinhança (Ihonvbere, 1991; in Meierding, 2010). Assim, no quadro da então designada política de boa vizinhança²⁸², Gowon promove programas de assistência financeira e de venda de petróleo a preços concessionais a vários Estados oeste-africanos (Gambari, 2008; Ihonvbere, 1991; Meierding, 2010), no quadro de uma política externa extremamente ambiciosa, materializada à custa da crise petrolífera de 1973²⁸³ (Gambari, 1975) e da entrada massiva de IDEs no país (Aluko, 1981; Meierding, 2010).

A CEDEAO consumaria a perda da supremacia de Paris na sub-região. A organização conheceria importantes progressos, à medida que se esfumavam os receios do bloco francófono relativamente às repercussões de uma eventual hegemonia nigeriana no panorama regional. Para o êxito dessa política externa muito contribuíram a sua capacidade de sedução dos vizinhos com os lucros do petróleo, a contínua ênfase das relações amistosas entre os Estados regionais e a bem conseguida condução das negociações com a CEE (Aluko, 1981; Meierding, 2010).

Debelada significativamente a questão da desconfiança regional, a governação Mohammed/Obasanjo (1975-1979) prossegue com esse registo ativista no panorama das relações externas, particularmente no perímetro africano, mantendo na agenda o *apartheid*, o imperialismo e o multilateralismo (sub)regional. De realçar, ademais, a

²⁸²As manobras políticas nesse sentido, particularmente os esforços visando aglutinar Estados francófonos e anglófonos em torno de arranjos multilaterais, tendiam amiúde a encontrar uma grande relutância dos primeiros. Antes preferiram, sob a égide da metrópole, constituir os seus próprios arranjos institucionais – e.g. Comissão da Bacia do Lago Chade, Comissão do Rio Níger, *inter alia* (Aluko, 1973; in Meierding, 2010).

²⁸³ O País ascende à nona posição no *ranking* de países exportadores de petróleo.

propensão para as duas figuras em questão tomarem decisões críticas, como foi o auxílio prestado ao MPLA, no contexto da guerra civil angolana (Abegurin, 2003; in Meierding, 2010). Em 1976, no quadro da sua política anti-*apartheid*, a Nigéria defende o boicote aos *Jogos Olímpicos de Montreal*, em resposta ao relacionamento da Nova Zelândia com o regime sul-africano (Delancy, 1983; in Meierding, 2010). Dois anos volvidos, o país ascende à posição de membro não permanente do CSNU, proporcionando-lhe uma nova plataforma para o combate à discriminação racial na África do Sul (Bach, 1983; in Meierding, 2010). Ao contrário do antecessor Gowon, Mohammed e Obasanjo pretendem uma Nigéria com um *high profile* no contexto regional.

O que para muitos foi o período áureo da política externa nigeriana terminou com a eleição do presidente Shagari (1979-1983) que, em face, sobretudo, à uma drástica redução das receitas petrolíferas, não se lhe restou opção outra senão relegar a postura ativista, outrora assumida, e o compromisso com as instituições regionais, para segundo plano. A crise económica e social, a par do eclodir da violência religiosa, em 1980/82, nas cidades nortenhas de Kano e Kaduna, serviram de subterfúgios para a expulsão, em 1983, de milhares de oeste-africanos, na altura, tidos como “ilegais”, ação que Abegunrin (2003) considera ter consubstanciada na maior crise internacional, desde a guerra civil nigeriana. Segundo Gambari (2008), os políticos da *II República* não conseguiram solucionar os desafios encontrados no âmbito da política externa. A economia deteriorou-se, a dívida externa, a fraude e a corrupção sofreram um incremento expressivo. Outrossim, as frequentes incursões das forças camaronesas e chadianas no interior do território da Nigéria viriam a corroborar o decréscimo do respeito que o país chegou a ter no plano externo. Realce-se, igualmente, a vergonhosa prestação no quadro da missão de manutenção da paz no Chade, em 1981/82.

As falhas da *II República* serviram de *leitmotifs* para a segunda chegada dos militares ao poder. Buhari (1983-85), malgrado, numa fase inicial, ter mostrado alguma abertura para com os vizinhos, não hesitou em encerrar-lhes as fronteiras, aquando dos motins religiosos em Yola (1984) (Gambari, 1989; in Meierding, 2010). De notar igualmente o facto de o compromisso da Nigéria com a então OUA, amplamente realçado durante a Conferência de Kuru (1986), não ter sobrevivido à contínua redução do preço do petróleo nos mercados internacionais.

O novo governo, a vigorar entre 1986 e 1988, sob a liderança de Babangida, seria obrigado a submeter o país ao PAE do FMI, face à persistência da crise económica (Sesay e Ukeje, 1997; in Meierding, 2010).

Nos finais dos anos 1980, a Nigéria redireciona a sua atenção para o panorama regional, com repercussões, *inter alia*, na criação da ECOMOG – força de manutenção da paz que viria a intervir nos conflitos da Libéria, após o derrube do então presidente Samuel Doe e, posteriormente na Serra Leoa. As relações de amizade entre Doe e Babangida, a par do receio de que o conflito pudesse servir de pretexto para a entrada de forças externas na região, motivaram a intervenção.

Esses eventos coincidem com o movimento oposto de total descomprometimento francês na África Ocidental (Adebajo, 2000), mas nem por isso esfumaram-se os receios, amplamente reforçados pelo carácter brutal do regime militar nigeriano de então, relacionados com perspectiva de estabelecimento de uma *Pax* Nigeriana (Sesay e Ukeje, 1997; in Meierding, 2010).

A reputação nigeriana, em decrescência no plano internacional, acirra-se quando Babangida anula as eleições de 1993, ganhas por Moshood Abiola. Seguiram-se protestos domésticos e sanções internacionais, por parte da UE e dos EUA, contudo ineficazes, dado terem deixado de fora o setor petrolífero. Ao governo de Babangida segue o de Shonekan (interino), o qual foi deposto por Sani Abacha. Este, volvido um mês após o golpe, agita a região invadindo a Península de Bakassi, rica em petróleo, sob disputa com os Camarões (Meierding, 2010).

Em novembro de 1995, a execução de nove líderes do *Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni*, acusados de tentativa de golpe de Estado, levou a UE e os EUA a aplicarem novas sanções ao regime de Abacha, que novamente não incluíram a compra do petróleo (Abegunrin, 2003; Mahmud, 2001; in Meierding, 2010). Essa omissão comprometeria profundamente as pressões internacionais visando a implementação de reformas democráticas (Sesay e Ukeje, 1997; in Meierding, 2010).

O fim da Guerra Fria mitigou as razões estratégicas subjacentes ao engajamento das grandes potências em diversas regiões do globo (Adebajo e Landesberg, 2003; in Meierding, 2010), facto aproveitado por Abacha para avalizar a intervenção das forças nigerianas, no quadro da ECOMOG, na crítica região do rio Mano. Isso permitir-lhe-ia,

de certo modo, reduzir a imagem negativa que transmitia para a comunidade internacional.

Segue novamente Obasanjo, agora democraticamente eleito, em 1998, na sequência da morte de Abacha. Reposta a ordem constitucional, o país volta a ser membro ativo do concerto das nações, é readmitido na *Commonwealth* e vê-se livre das sanções anteriormente impostas. Em 1999, a Nigéria sai da Serra Leoa, redirecionando os seus recursos para a problemática região do Delta (Adebajo, 2000; in Meierding, 2010). No plano sub-regional, Obasanjo apresentou-se como um *peacekeeper*. Quando o *Tribunal Internacional de Justiça* (TIJ) decidiu em favor da entrega da Península de Bakassi aos Camarões, aceitou o veredito, não obstante a forte contestação interna. Obasanjo também reiterou o desejo de aprofundar o processo de integração regional (Kaplan, 2006, in; Meierding, 2010), bem como o compromisso com as instituições internacionais, em geral, suscitando acérrimas críticas no plano interno (Adebajo e Landsberg, 2003).

Uma das principais tendências que perpassam a política externa pós-Obasanjo é o esforço da Nigéria em empreender relações de amizade com os atores-chave da diplomacia internacional, por forma a satisfazer, acima de tudo, as demandas domésticas – consolidação da democracia, provisão de infraestruturas básicas, etc., – mas também de modo a desempenhar o papel que dela se espera no plano regional e continental (Alao, 2011). Efetivamente, o país continua a reiterar a importância dos compromissos tradicionais com a África, em geral, e a sua parte ocidental, em particular. Por isso, a diplomacia da Nigéria pós-1999 tem sido extremamente cautelosa na prossecução do equilíbrio entre os tradicionais compromissos estabelecidos com a África e as relações que engendra com o mundo (Alao, 2011).

Essa política externa é conformada por seis determinantes primaciais, claramente concebidos em função das exigências domésticas: i) *dissociar-se do estatuto de quasi-pária a que o país, de certa forma, foi relegado, ao longo dos anos*; ii) *assumir-se como ator-chave no panorama regional e continental, mormente em face ao recrudescimento da importância estratégica do Golfo da Guiné*; iii) *assegurar de que as relações estabelecidas com as potências externas traduzam em melhorias no contexto doméstico*; iv) *alcançar o perdão de parte da sua dívida externa*; v) *obter assistência externa visando a consolidação da democracia*; vi) *e melhorar a má imagem do país resultante das atividades criminosas desenvolvidas pelos seus nacionais no estrangeiro* (Alao, 2011).

Essa nova linha da política externa nigeriana, que atravessa as governações de Olusegun Obasanjo (1999), Amaru Yar'Adua (2007) e Goodluck Jonathan (2010), objetiva fundamentalmente o aprofundamento de relações com os principais atores do sistema internacional, tendo em conta não só as crescentes exigências que emergem dentro do país, mas também a relativa estabilidade reinante no panorama (sub)regional (Alao, 2011).

- Quadro Retórico Conceptual

Os termos sobre os quais se delineiam a política externa são inexoravelmente moldados por um conjunto de fatores, *máxime* os designados objetivos fundamentais do Estado ou, se quisermos, interesses nacionais, que acabam por ser, amiúde, construídos em função das mundividências, agendas e dos interesses das elites estatais. A promoção e preservação dos mesmos, no âmbito das interações que a Nigéria empreende com o globo, constituem princípios basilares da sua política externa.

A insegurança crónica que vem preenchendo o contexto sociopolítico da Nigéria, como refere Obi (2008a), tem traduzido numa forte acentuação, transversal aos sucessivos governos, quer civis quer militares, de um conjunto de premissas no quadro das suas relações externas, como sejam: *a sobrevivência do Estado enquanto cerne da política externa; a necessidade da Nigéria cultivar relações amistosas e de boa vizinhança com outros Estados, mormente no panorama regional; a importância de se constituir instituições pan-africanas robustas, a fim de se servirem de instrumentos de auxílio à segurança nacional; a imperiosidade de se encetar relações sustentáveis com os principais blocos de poder do sistema internacional* (Pham, 2007).

Segundo Atah Pine (2011), essa retórica congrega um rol de conceitos, entre os quais se elencam os mais relevantes:

Círculos concêntricos – os diplomatas e académicos nigerianos tendem a explicar a política externa do país recorrendo, sobretudo, à teoria dos círculos concêntricos. O círculo mais pequeno representa a esfera mais restrita da segurança nacional, estando centrado nos seus vizinhos imediatos – Benim, Camarões, Chade e Níger; o segundo círculo diz respeito às relações com os membros da CEDEAO; o terceiro círculo estende

o enfoque ao continente africano; e o quarto compreende as relações que estabelece com organizações, instituições e Estados não africanos (Adebajo, 2008).

Centralidade africana – o conceito surgiu no quadro do relatório sobre a política externa elaborado por Adebayo Adedeji (cognominado *Relatório Adedeji*), em 1976, partindo do pressuposto de que o engajamento nigeriano no quadro do sistema internacional deverá ser visto através de binóculos africanos (Mustapha, 2008). Algumas das questões que deram expressão prática à centralidade africana foram as reminiscências do colonialismo, o *apartheid*, os movimentos de libertação, as guerras por procuração, entre outros (Pine, 2013).

Política externa dinâmica – entrou no discurso da política externa durante a *I República*, no âmbito dos sucessivos debates parlamentares. Porém, os vários discursos têm falhado na operacionalização do conceito “*dinamismo*”, a par da sua utilidade no quadro do processo de política externa (Pine, 2013). A declaração que mais se aproxima de uma operacionalização conceitual aceitável é a de Enahoro, segundo a qual os grupos subalternos representariam a verdadeira voz e a ténpera da população nigeriana e, assim, uma política externa que se aparte desse pressuposto careceria de inspiração, não sendo, por isso, dinâmica (Pine, 2013).

Diplomacia económica – o conceito teria sido introduzido durante a *administração Babangida* (Pine, 2013), compreendendo a promoção de exportações, investimentos e reforço de assistência financeira aos países amigos. Os imperativos do enquadramento da diplomacia económica seriam inspirados nas pressões económicas exercidas pelo PAE ao qual o país se submeteu (Pine, 2013).

Diplomacia civil – surgiu no quadro da *administração Obasanjo*, sendo prosseguida por Ar’Adua e Jonathan (Pine, 2013). Em termos gerais, reclama a colocação dos cidadãos nigerianos no centro da política externa nacional, pressupondo o acautelamento dos seus direitos fundamentais, no âmbito da condução das mesmas (Pine, 2013).

Pine (2013) entende que os conceitos suprarreferidos, não tendo sido objeto de profundas reflexões filosóficas, estão despojados de conteúdo. Almejam, acima de tudo, com recurso a elegantes construções epistemológicas, caracterizar regimes específicos, numa tentativa psicológica de lhes dar uma identidade própria. Acrescenta que a Nigéria precisa de uma política externa que realce o subdesenvolvimento, os desafios da pobreza,

liderança e desenvolvimento político, entre outros. Obi (2008a), por sua vez, a propósito da mobilização de valores concernentes à segurança do Estado, no quadro retórico da política externa nigeriana, sugere que à tal operação esta subsumida uma estratégia de dominação socioeconómica elitista, dado que as elites locais, oficiais governamentais, grupos de interesse, académicos, oficiais militares de topo, líderes religiosos, jornalistas, entre outros, exercem uma grande influência, quer direta quer indireta, sobre o rumo da política externa da Nigéria²⁸⁴ (“Foreign Relations,” 2013).

X.1.4. Petróleo e a Política Externa

A importância singular que o petróleo adquire dentro do circuito económico internacional faz dele uma variável fundamental na perscrutação da política externa de um Estado, seja ele exportador ou importador. *Ceterius paribus*, a posse ou não do petróleo afigura-se central na avaliação que os atores estatais fazem em termos da importância que detêm no âmbito dos cálculos estratégicos internacionais. No panorama das relações externas nigerianas, esta matéria-prima adquire uma proeminência desmesurada, dado ser responsável por aproximadamente 95% das suas relações comerciais externas (Pham, 2007).

A produção diária do petróleo na Nigéria aumentou a um ritmo espetacular, desde 1957. De 20 mil barris produzidos, em 1960, passou para mais de 2 milhões de barris, treze anos volvidos. Em 2006, a marca cifrava-se em 2.456 milhões de barris diários, um registo admirável, haja vista os constrangimentos securitários endógenos, nomeadamente as frequentes campanhas de bombardeamento às infraestruturas petrolíferas e os sucessivos raptos de trabalhadores estrangeiros empreendidos, sobretudo, por insurgentes da região do Delta (Pham, 2007).

Conforme mantem Cyril Obi (2008a), o facto de o país deter uma economia formal na dependência quase que exclusiva desse *commodity*, torna o carácter e a substância da sua diplomacia convergentes com as expectativas de dominação das elites que, para preservarem as bases do poder, frente a constrangimentos advindos das políticas facionais

²⁸⁴ A título ilustrativo, no quadro de uma conferência realizada em 1986 dedicada à política externa, os grupos acima mencionados participaram ativamente, acabando por sugerir um conjunto de recomendações sobre o rumo a dar a política externa nos anos 1990 e seguintes.

e militarizadas, procuram a todo custo aceder a esse nicho extremamente lucrativo da economia, amiúde, através do controlo das instituições estatais afetas ao mesmo. Isso permite-lhes, *inter alia*, determinar as perceções relativas ao interesse nacional, ao mesmo tempo que consolida a petro-dependência económica.

Outrossim, o petróleo tem influenciando profundamente as relações da Nigéria com as ONGs, corporações económicas internacionais, e mesmo grupos subestatais (Pham, 2007). Dos muitos exemplos, citem-se as reivindicações e marginalização política e ambiental do povo Ogoni, no Delta do Níger, as quais culminaram, em 1995, na execução de Saro-Wiwa²⁸⁵ e mais sete ativistas, o nexó entre as operações comerciais da *Royal Dutch Shell* e os interesses económicos da elite governamental, as não necessariamente neutras preocupações das ONGs internacionais e as pressões diplomáticas exercidas pelos governos estrangeiros, juntos mostram como ameaças domésticas não solucionadas, direcionadas ao Estado nigeriano, especialmente quando filtradas através do prisma do setor energético, determinam grandemente a sua posição no sistema internacional. Por conta disso, em alguns períodos da sua história, a Nigéria viu-se votada a uma posição de Estado-pária dentro do concerto das nações (Pham, 2007).

Pelo facto de ser um dos principais produtores de petróleo, a nível mundial, a Nigéria tem mostrado, ao longo dos tempos, uma inclinação pró-ocidental, nas mais variadas questões, não obstante ter sido um membro integrante do grupo de *Estados não-Alinhados* (“Foreign Relations,” 2013). Com o fim da Guerra Fria, essa postura de proximidade com o Ocidente seria objeto de reforço, através da diplomacia económica, pressupondo negociações sobre as concessões comerciais, atração de investimento externo e recalendarização do pagamento das dívidas aos credores externos (“Foreign Relations,” 2013).

²⁸⁵ Kenule “Ken” Beeson Saro-Wiwa (10 de outubro de 1941 – 10 de novembro de 1995) foi um escritor, produtor e ativista ambiental da Nigéria. Saro-Wiwa pertencia ao povo Ogoni, um grupo étnico minoritário nigeriano radicado no delta do Níger, e liderava – através do Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni – uma campanha não-violenta contra a degradação ambiental das terras e das águas da região, pelas petrolíferas transnacionais, especialmente a Shell. Em decorrência disso, acabou preso, em 1994, a mando do regime. Em um processo judicial considerado fraudulento, Saro-Wiwa foi condenado à morte e enforcado em 1995. Em 2009, a Shell, reconhecendo a sua implicação na morte do ativista e dos seus oito companheiros, pagou US\$ 15,5 milhões às famílias das vítimas, esperando assim minimizar os efeitos negativos para sua imagem deste caso.

X.1.5. Política Externa Regional

A prossecução de relações estáveis com a vizinhança tem constituído um dos princípios basilares política externa nigeriana, pese embora, em determinados períodos da história, tivesse deparado com alguns obstáculos decorrentes sobretudo do prevalecimento de suspeições mútuas e dissensos com relação à definição das fronteiras coloniais, temperados com a penetração externa. Referimo-nos sobretudo a países com os quais a Nigéria partilha fronteiras – o Benim e os Camarões –, mas também o Chade e a Guiné Equatorial, facto que faz jus à asserção de Buzan & Weaver (2003) segundo a qual as ameaças interestatais se deslocam mais facilmente a pequenas distâncias. A única exceção é o Níger. As relações entre Niamey e Abuja ilustram comunhões fundamentais, laços religiosos, culturais, históricos e étnicos tendentes a resistir o próprio legado colonial²⁸⁶.

As relações com o Benim têm-se pautado por alguma ambivalência, oscilando entre o amor e o ódio. Note-se que os dois Estados chegaram a pertencer ao mesmo império, o Oyo, do qual, ainda hoje, são notórios alguns resquícios – os Yorubas, os Gun, entre outras tribos do sul do Benim, os Bariba do centro e os Hausa do norte da Nigéria partilham o mesmo território. Contudo, isso não tem amenizado as crispações benino-nigerianas que, reconheça-se, já vêm de longe, e decorrem sobretudo da deslocação para a Nigéria de um conjunto de ameaças que emergem das inúmeras crises que têm afetado o panorama sociopolítico do Benim. Este fenómeno assumiu particular acuidade aquando do conflito biafrano, em que o Benim serviu-se de intermediário para apoio humanitário e logístico, sobretudo francês, aos secessionistas locais. A essa aliança que visava, acima de tudo, privá-la do monopólio de um dos seus territórios mais ricos em petróleo, a Nigéria respondeu, com sucesso, encetando uma diplomacia regional, por muitos considerada, de *“pau e da cenoura”* (Osuntokun, 2008).

Do extravasamento extrafronteiriço das repercussões das crises chadianas emergem, igualmente, as dificuldades das relações entre Ndjamena e Abuja. As frequentes instabilidades sociopolíticas no Chade têm tido, quase sempre, contornos sobremaneira preocupantes para a soberania nigeriana, dado os fluxos de refugiados, a par das recorrentes incursões dos militares chadianos no interior do seu território. Essas ameaças

²⁸⁶ Os Hausa e Fulani e os Kanuri, dois dos principais grupos étnicos nigerianos, ascendem a aproximadamente 50% da população nigerina. Essa relação de proximidade é igualmente extensiva ao panorama político.

chegaram a motivar duas intervenções militares da Nigéria dentro do território chadiano – 1979 e 1982. Esta última foi mais enérgica e contundente, em virtude da violação da fronteira norte, por parte das forças chadianas, as quais, sem meios, se viram na contingência de se baterem em retirada (Osuntokun, 2008). Outrossim, alguns conflitos regionais traduziram na penetração de algumas potências globais, principalmente a França, mas também os EUA e, de certa forma, Israel, a par da interferência de tradicionais desestabilizadores continentais, como a Líbia de Kadhafi, no panorama geográfico em apreço, fenómeno em relação ao qual a Nigéria tem mostrado uma enorme oposição.

Extremadas também se revelaram, outrora, as relações entre a Nigéria e a Guiné Equatorial, para as quais seriam particularmente determinantes dois fatores – a marginalização da mão-de-obra nigeriana na Guiné Equatorial e o papel estratégico da ilha de Bioko, no auxílio externo aos secessionistas do Delta. É facto assente que muito do bem-estar económico da ilha em questão se deveu aos agricultores nigerianos que, não obstante, teriam sido, durante muito tempo, objeto de uma extrema marginalização e, amiúde, perseguição dentro daquele Estado vizinho, fomentando, não raras vezes, discursos inflamados e ameaçadores por parte da elite nigeriana. Outrossim, quiçá em resposta, Malabo empreendeu alinhamentos suscetíveis de pôr em xeque a soberania territorial nigeriana, nomeadamente com a França, prontificando-se, entre outras coisas, a servir-se de ponto de escala para a assistência humanitária gaulesa aos secessionistas, e a África do Sul racista, a qual chegou a instalar uma base militar na ilha, a poucos quilómetros de distância das instalações petrolíferas do Delta do Níger, acirrando ainda mais as tensões e suspeições entre os dois Estados (Osuntokun, 2008).

De todas as hostilidades, a mais espinhosa foi, indubitavelmente, a que chegou a opor a Nigéria aos Camarões, por causa das disputas fronteiriças, particularmente em regiões ricas em petróleo, como a Península de Bakassi. Essas disputas tiveram dois picos de tensão: em 1981, quando a gendarmaria camaronesa abateu cinco e feriu três soldados nigerianos, ao longo da contestada área do *Rio del Rey* que se crê próspera em uma multiplicidade de minérios; e a invasão da referida península, em 1995, durante a *administração Abacha* (Osuntokun, 2008).

Malgrado os antagonismos supramencionados, a Nigéria tem se afigurado um ator-chave na busca da estabilidade regional, solucionando, com maior ou menor dificuldade, alguns

dos principais conflitos que chegaram a assolar a região, entre os quais o liberiano e o serra-leonês, o burkina-maliano e o togo-ganês, no quadro de um racional que, *inter alia*, visou a consolidação das fronteiras coloniais, a estabilização das relações entre vizinhos imediatos e também a proteção dos direitos humanos dos seus nacionais, conhecidos por serem trabalhadores-migrantes (“Foreign Relations,” 2013).

Naturalmente, a África Ocidental é uma área geográfica vital para os interesses económicos, políticos e estratégicos da Nigéria, daí que tenha todo o interesse na sua estabilidade. O país cedo percebeu, na sequência do conflito biafrano, que alguns desenvolvimentos domésticos podem dar azo a *ameaças existenciais* estatais suscetíveis de assumir contornos incomensuráveis em face à instrumentalização por parte de uma vizinhança relativamente hostil. O papel da França na provisão de apoio logístico e humanitário aos secessionistas do Biafra, a partir da Costa do Marfim, República do Benim e o Gabão, entre outros, a par da entrada de mercenários suportados por potências extrarregionais, especialmente na Guiné-Bissau, acentuaram a vulnerabilidade da Nigéria pós-colonial, e com isso, a percepção da importância de se estabelecer relações pacíficas com a vizinhança, face à possibilidade de puderem servir-se de plataformas para eventuais invasões externas.

Na realidade, o pensamento securitário nigeriano, que remonta os anos 1970, liga os interesses nacionais da Nigéria à imperiosidade da consecução da liderança regional, em todas as suas vertentes (Obi, 2008a). O Estado nigeriano vê-se como líder natural da região, haja vista, sobretudo, a sua gigantez, perspectiva vincada na maioria das opiniões dos seus políticos, intelectuais e analistas políticos.

A Nigéria entende que a expansão da sua esfera de influência à toda sub-região permite-lhe fazer valer os seus interesses económicos e securitários, fundamentais no quadro da projeção do seu poder externo, enquanto gigante petrolífero africano. Porém, o carácter excessivamente militarista da sua liderança, em determinados períodos da história, teria amplos reflexos no surgimento de percepções securitárias intrarregionais de matriz eminentemente estatocêntrica (Obi, 2008a), que nalguns casos, joga contra a sua pretensão de líder regional. Para reforçar ainda a mais a conceção de segurança supra, a Nigéria chegou a estar envolvida em algumas disputas fronteiriças com Estados adjacentes (“Foreign Relations,” 2013), e não teve receio de expulsar, no início dos anos 1980, milhares de cidadãos oeste-africanos, sobretudo ganeses, do seu território sob o

pretexto de serem imigrantes ilegais (“Foreign Relations,” 2013), em clara dissonância com o *Protocolo de Livre Circulação de Pessoas e Bens*. Para Adebajo (2000), é fundamental que a Nigéria trate os seus vizinhos com respeito, consultando-os sempre que necessário, a fim de que as suas aspirações de liderança não sejam comprometidas. O autor parte do suposto que a maioria dos Estados oeste-africanos, longe de contestar a utilidade da Nigéria como líder regional, assusta-se com sua inclinação, em algumas situações, em optar por um estilo diplomático unilateral, o qual o autor considera uma ofensa para as sensibilidades dos Estados mais pequenos. Pham (2007), por seu turno, advoga que a Nigéria tem evidenciado alguma cautela na prossecução dos seus intentos hegemónicos, malgrado deter, no âmbito sub-regional, um *hard power* de dimensão inigualável (Pham, 2007).

Para mitigar esse clima de desconfiança e potenciar a segurança nacional nigeriana, tornou-se evidente, para os tecnocratas ao serviço do governo militar nacionalista pós-Biafra, a necessidade de se engendrar um projeto de integração pragmático (Adedeji, 2004). Nem a retórica voltada para o desenvolvimento e estabilidade regional, a ser alcançada através da integração, permitiria à Nigéria atenuar a incredulidade dos Estados mais próximos (Obi, 2008a). A integração regional era encarada, na perspetiva de Abuja, como panaceia para o problema do subdesenvolvimento oeste-africano, provendo os Estados da região os recursos de que necessitam, e assim, a prazo, libertá-los das malhas das potências externas, mormente a França (Obi, 2008a).

Com esse intuito, a diplomacia nigeriana, no início dos anos 1970, empreenderia contactos com Estados adjacentes perspetivando a criação da CEDEAO. Segundo Hurrel (1995), as hegemonias tendem a promover a criação de instituições multilaterais regionais visando a prossecução dos seus interesses, solucionando problemas comuns, conseguindo apoios e legitimidade internacionais para as suas políticas. Contudo, a organização tem sido objeto de fortes críticas, dada à extrema dificuldade com que se depara em se afirmar no campo económico, em virtude deste ter sido gradualmente preterido face às considerações de índole geopolítica, que estão impregnadas nos sucessivos tratados (Pham, 2007). A CEDEAO costuma ser visto como um arranjo securitário ao serviço dos intentos geopolíticos das elites políticas regionais.

X.1.6. Política Externa Continental

Our country [Nigeria] is the largest single unit in Africa... we are not going to abdicate the position in which God Almighty has placed us... The whole black continent is looking up to this country to liberate it from thrallldom.

Jaja Wachuku, first Minister of Foreign Affairs, House of Representatives Debates (Lagos), January 1960, col. 54.

Nigeria would no longer wait to be part of O.A.U. consensus before stating Nigerian positions.... On the contrary, Nigeria was now adoting a strategy of staking out Nigerian initiatives and providing a leadership of ideas, thus setting out the parameters of ensuing debate.

Bolajia kinyemi, Ministro dos Negócios Estrangeiros Nigeriano, em 1975

Como referido anteriormente, um dos aspetos mais citados no quadro do debate sobre, ou o que deveria ser, a posição da Nigéria, no plano regional e internacional, bem como no contexto dos estudos sobre a sua política externa, é a sua gigantez territorial, demográfica e, de certa forma, económica, isto no contexto africano. Território e população, pluralismo político, economia diversificada e em desenvolvimento, psique nacional, petróleo são algumas das variáveis enfatizadas pelos analistas e académicos (Shaw & Fasehun, 1980). A maioria das teorizações sobre o papel da Nigéria em África harmoniza com o paradigma clássico da política internacional, indo ao encontro das aspirações e assunções dos *decision makers* e da elite económica nigerianos. Estes advogam que o país exerce um poder ímpar no panorama regional e continental, sendo, por isso, o líder legítimo da África.

A chamada a si do estatuto de líderes da África, por parte dos governantes nigerianos, remonta o período pós-independência (Pham, 2007). Daí importância do conceito “*Africa Centerpiece*”(centralidade africana), cunhada pelo *Relatório Adedeji* (Pine, 2013), e bastas vezes mobilizada em círculos políticos, diplomáticos e académicos, nas considerações sobre a política externa da Nigéria, no plano continental. O conceito “*Africa Centerpiece*” é perspectivado com base na ideia de que a Nigéria detém uma posição ímpar no continente, a qual lhe permite identificar e defender os seus interesses legítimos (John, 2013). Segundo o conceito, a Nigéria vinca a sua independência em todas

as questões que afetem a comunidade internacional, porém assume-se como não-neutra em tudo quanto diga respeito aos destinos da África (John, 2013).

No entender de Pine (2013), inúmeros são os fatores subjacentes ao conceito “*Africa Centerpiece*”, agrupando-os em duas categorias: *políticos* – reminiscências do colonialismo no continente, *apartheid* sul-africano, movimentos de libertação, guerras por procuração de matriz ideológica, entre outros; *culturais e históricos* – pertença racial, proximidade cultural, experiências históricas comuns e ideais enformadores do pan-africanismo.

O conceito “*Africa Centerpiece*” tem justificado o grande comprometimento nigeriano com as principais organizações e iniciativas do continente, particularmente a UA e a CEDEAO. O processo de institucionalização da primeira organização (na altura OUA), em 1963, contou com um apoio ímpar da Nigéria (Aluko, 1973), não obstante tivesse visto gorado o desejo de sediar a organização em apreço em Abuja. Confrontada com uma difícil guerra civil, a Nigéria via nos princípios da OUA – *não-ingerência nos assuntos internos dos Estados, defesa do statu quo territorial*, etc. – importantes instrumentos de proteção da sua soberania (Ogunbadejo, 1977). Ademais, com o apoio à OUA, a Nigéria almejava não só a promoção da unidade e solidariedade e a cooperação económica dentro da África, como também a eliminação do colonialismo e do racismo (Aluko, 1973). A par da África do Sul, a Nigéria seria crucial na promoção do *Ato Constitutivo* da UA (2000), o qual legitima a sua intervenção em Estados-membros que se confrontam com graves violações dos direitos humanos e da ordem constitucional, genocídio, ou quando se tornam em fontes de instabilidade regional. O princípio de não-ingerência salientado aquando da constituição da OUA, já não mais se afigura sacrossanto para a UA (Landsberg, 2008). A Nigéria teve, igualmente, um papel decisivo na institucionalização da NEPAD, iniciativa que considera de extrema importância no processo de desenvolvimento africano (Landsberg, 2008).²⁸⁷

O compromisso para com a África tem sido vincado em todas as lideranças políticas e, no passado, traduziu em importantes ações, nomeadamente apoios concedidos a uma

²⁸⁷ A NEPAD é uma iniciativa que objetiva, entre outros, promover os ideais da democracia e da paz em África, partindo do suposto que as democracias não entram em guerra entre si. Releva, outrossim, a importância de estratégias concertadas de mediação e resolução de conflitos. Contudo, outros projetos mais ambiciosos, como a criação dos Estados Unidos da África proposto por Kadhafi, receberam forte rejeição da Nigéria (Landsberg, 2008).

multiplicidade de movimentos de libertação nacionais – Angola, Moçambique, Namíbia, entre outros, passando por movimentos anti-*apartheid* na África do Sul, bem como assistências técnicas proporcionadas no quadro do *Banco Africano para o Desenvolvimento* (BAD), de que a Nigéria é o principal contribuinte, e ao *Peace Corps* (“Foreign Relations,” 2013), vendas do crude a preços concessionais²⁸⁸, *inter alia*. Com a ajuda aos congéneres africanos, o Estado nigeriano pretende colar a si o epíteto de “*frontline nation*”, em assuntos regionais (“Foreign Relations,” 2013; Pine, 2013).

A retórica em torno do papel da Nigéria em África diverge em duas perspetivas diametralmente antagónicas: uma vinca a necessidade de o país desempenhar uma posição afim à que os EUA têm no quadro da *Organização dos Estados Americanos* (OEA), pressupondo, igualmente, um engajamento internacional que harmonize com os interesses africanos. Os apologistas dessa perspetiva sustentam a possibilidade da mesma incrementar a posição e influência da Nigéria, a par da própria solidariedade, no contexto africano (“Foreign Relations,” 2013)²⁸⁹.

A outra perspetiva defende que “*charity begins at home and therefore any Nigerian foreign policy that does not takes into consideration the peculiar position of Africa is unrealistic*”, mostrando um grande ceticismo quanto a essa relação. Os apoiantes dessa linha de pensamento advogam uma maior reciprocidade, no sentido de evitar que a Nigéria se transforme num “*burro de carga*” para os africanos. Muitos cétricos baseiam-se no facto de a consecução dos objetivos hegemónicos que também sustentam o conceito “*Africa Centerpiece*” afigurar-se eminentemente difícil, haja vista a existência de um conjunto de *handicaps* intrínsecos ao Estado nigeriano, aos quais se junta a performance económica da grande rival, a África do Sul – uma economia mais pujante, mais diversificada e mais atrativa ao investimento externo (Pham, 2007).

²⁸⁸ Em julho de 1974, o governo de Gowon decide vender crude aos Estados africanos a preços concessionais, não obstante a oposição da OPEC. Em todo caso, tal facto afigurou-se, em ampla medida, uma resposta a um conjunto de pressões externas: a tentativa de dividir países do designado terceiro-mundo em membros da OPEC e não produtores de petróleo; a reclamação de vários países africanos relativamente ao elevado preço do petróleo; e o facto de a Organização para a Conferência Islâmica (OPCI) e a Organização de Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) terem estabelecido programas de ajuda a países pobres, encorajando outros países exportadores, especialmente os africanos, a acompanhá-las nessas ações (“Foreign Relations,” 2013).

²⁸⁹ Pine (2013) considera que essa enunciação representa a origem filosófica do afro-centrismo dentro da política externa nigeriana.

Pine (2013) vê a questão de um ângulo ligeiramente diferente. Para o autor, regista-se uma reprodução constante do conceito “*Africa Centerpiece*”, enquanto baluarte da política externa de Abuja. Nela se inspiram outras teorias, nomeadamente a dos *Círculos Concêntricos* e *Concerto das Médias Potências* (Pine, 2013). Este autor assevera que as elites da política externa e os governantes aparentam-se mais fascinados com a “*sedução filosófica*” que lhe é intrínseca do que com a sua conceção racional. Ou seja, as considerações sobre os benefícios económicos, a liderança política continental, os interesses nacionais, as parcerias militares e os engajamentos estratégicos, entre outros, têm sido sacrificados no altar da boa vizinhança e gratificação psicológica. É por isso, diz Pine (2013), que apesar dos enormes sacrifícios feitos em muitos países, como por exemplo, na Libéria e Serra Leoa, não se veem quaisquer dividendos de natureza económica para a Nigéria. O conceito em questão não se estriba em considerações relativas ao crescimento económico e desenvolvimento nacionais, e que qualquer que seja o seu grau de elegância, tem-se revelado vazio de substância (Pine, 2013).

John (2013) afina pelo mesmo diapasão, mantendo que as incongruências na condução da política externa perpassam todos os governos que até hoje estiveram à frente do país, tal é a dificuldade de definir os interesses nacionais da Nigéria. Acrescenta que a redefinição da política externa tem encontrado grandes obstáculos que surgem, entre outros, das várias permutações diplomáticas e ideológicas ocorridas nas últimas décadas. Especialistas sugerem que, mesmo hoje, o país não consegue estabelecer, de forma líquida, a sua ideologia e os seus interesses nacionais, e que isso, em parte, se deve ao facto de a política externa se encontrar inextricavelmente ligada à política doméstica. Porquanto enferma, nas palavras de John (2013), a política interna limita o menu de escolhas políticas, no plano multilateral.

Assim, a política externa da Nigéria tem falhado na prossecução dos pressupostos plasmados pelo pan-africanismo, malgrado a retórica subjacente. Globalmente, acrescenta John (2013), os nigerianos não gozam do bem-estar social e dos seus direitos fundamentais, nem da paz, um paradoxo quando se sabe que a Nigéria despendeu US\$ milhares de milhões na pacificação de outros países, sem que com isso tivesse conseguido contrapartidas. Essa falsa generosidade externa, em contraposição com a penúria doméstica, segundo John (2013), mostra tão-somente que a Nigéria pretende ser o que não é.

X.1.7. Nigéria e as Potências Globais

Heranças coloniais, ligações históricas e conexões económicas têm ligado profundamente a Nigéria às potências tradicionais, transformando-as, o que ocorre igualmente com alguns países emergentes, em atores-chave da diplomacia nigeriana.

- Os EUA

Grosso modo, as relações entre os EUA e a Nigéria têm sido dominadas por três questões: economia, segurança e governação democrática (Gwendolyn, 2008). No início dos anos 1960, essas relações pautaram-se por uma relativa ambiguidade, sobretudo porque as baterias americanas estavam direcionadas para o Vietname e, além disso, a *Casa Branca*, percecionava a Nigéria como estando dentro da esfera de influência britânica (Gwendolyn, 2008). Nos anos seguintes, as relações oscilaram entre tensão e displicência, explicada por um conjunto de fatores, entre os quais se relevam: o prevalecimento de visões opostas relativamente à libertação na África Austral; o descontentamento da elite político-militar nigeriana *vis-à-vis* às propagandas pro-Biafra realizadas em solo americano; a recusa das *administrações Johnson* (1963-1969) e *Nixon* (1969-1974) em auxiliarem a Nigéria na luta contra o secessionismo (“Foreign Relations,” 2013; Gwendolyn, 2008).

Ultrapassado o problema da secessão, as relações entre os EUA e Nigéria conheceram uma significativa melhoria, principalmente nos domínios militar e económico (petróleo, investimento e transportes). A *administração Carter* (1977-1981) via na Nigéria uma força estabilizadora na região, e com a qual também era imprescindível estabelecer canais de diálogo no tratamento de questões ligadas a todo o continente africano (Gwendolyn, 2008).

Pese embora as relações entre os dois Estados tivessem piorado significativamente com a entrada da *administração Reagan*, em 1981, dado o surgimento de alguns interesses divergentes (“Foreign Relations,” 2013), Abuja continuou a beneficiar de alguma assistência financeira, muito por causa da crise petrolífera, é certo, mas também porque aceitou retomar as negociações concernentes às reformas democráticas (Gwendolyn, 2008).

Naturalmente, os EUA reconheciam a importância da Nigéria na gestão do problema da insegurança regional, confirmada, anos mais tarde, no quadro dos conflitos da região do rio Mano (Gwendolyn, 2008). Desde aí, a cooperação em matéria securitária aumentou exponencialmente, centralizada na profissionalização militar, nos apoios à manutenção da paz, no quadro da *African Contingency Operations Training and Assistance* (ACOTA) e da *National Guard State Partnership Program* (NGPP) e na segurança marítima e fronteiriça (Ploch, 2013). Contudo, os EUA têm receado, e não se têm refreado de criticar, o carácter eminentemente militarista do regime nigeriano (Gwendolyn, 2008).

Podemos afirmar que, até 1999 (data que marca o início da transição democrática), as relações entre a Nigéria e os EUA conheceram vários momentos críticos. Por um lado, a Nigéria tem um historial abissal de golpes de Estado, abusos graves aos direitos humanos e corrupção e, por outro, Washington não tem refreado a sua tendência de ingerir na soberania interna da Nigéria. Mesmo assim, durante a Guerra do Golfo (1990), a Nigéria apesar de ter optado por uma posição de *low profile*, não enviando tropas para o referido conflito, manteve o seu firme apoio às operações americanas.

A *administração Clinton* (1993-2000), que via a diversificação económica e a liberalização política como essenciais para o desenvolvimento da Nigéria, limitaria a assistência financeira exclusivamente às organizações pró-democracia e grupos da sociedade civil nigerianos (Gwendolyn, 2008).

Durante o período da transição democrática, a Nigéria atinge a segunda posição na lista de países usufruidores de ajuda dos EUA. Estes acreditavam que o aprofundamento das relações com o gigante africano teria um impacto positivo no processo de democratização do continente (Gwendolyn, 2008). Já a *administração Bush* encetaria a “*estratégia do pau e da cenoura*”, com o intuito de encorajar o aprofundamento do processo de liberalização política e económica. Nesse período, a Nigéria beneficia de assistência e treino militar no quadro da *Operation Focus Relief (OFR)* e da *Military Professional Resource Incorporated (MPRI)*, financiamento e venda de armamento, e ajudas na luta contra o HIV. Contudo, na altura, a importância da Nigéria, no contexto dos interesses nacionais dos EUA, decresceria significativamente, gorando as expetativas de que as relações pudessem extravasar o panorama energético. Os EUA coíbem-se de participar no processo de construção da nação nigeriana (Gwendolyn, 2008).

Presentemente, os EUA e a sua comunidade empresarial continuam a enfrentar grandes dificuldades na persecução dos seus interesses na Nigéria, sobretudo, por causa da debilidade intrínseca às instituições estatais, da corrupção e insegurança generalizadas. O processo de privatização, por exemplo, tem-se pautado por uma lentidão extrema, dado colidir com interesses instalados (Gwendolyn, 2008).

A *Casa Branca* atribui os problemas securitários vigentes no Delta do Níger – miséria, poluição, abusos dos direitos humanos, entre outros – à existência de um vácuo de liderança, mantendo, outrossim, a necessidade de a escolha dos futuros líderes extravasar os círculos oficiais. Nos últimos anos, tem-se comprometido com um sem número de reformas dentro do Estado nigeriano, entre as quais se relevam o reforço dos mecanismos de combate à corrupção, as reformas económicas e eleitorais, a privatização do setor energético, e programas de promoção da paz e desenvolvimento no Delta do Níger (Ploch, 2013). Em 2010, a *administração Obama* e a *administração Jonathan* criaram a *US-Nigeria Binational Comission* (BNC), uma plataforma de diálogo estratégico visando solucionar questões de interesse mútuo. De notar que os EUA têm sido o principal doador bilateral àquele país africano, com um montante anual a rondar os US\$ 600 milhões, quantia que tem sido canalizada, sobretudo, para a educação, saúde (mormente para a luta contra o HIV), agricultura, segurança e reformas no quadro da governação democrática (Ploch, 2013). Refira-se também que a Nigéria se afigura um parceiro económico fundamental para os EUA, não fosse o principal destino do IDE americano em África. O país representa um mercado consumidor de aproximadamente 192 milhões de pessoas, as quais evidenciam grande afinidade para com os produtos e a cultura americanos (Ploch, 2013). Daí que a *administração Obama* tenha proposto, no quadro da *President National Export Initiative* (PEI), duplicar as suas exportações para a Nigéria, até porque esta tem uma balança comercial altamente superavitária relativamente aos EUA, em virtude da venda do petróleo, que é responsável por mais de 90% das exportações para os EUA (Ploch, 2013).

As reservas de crude nigerianas, por se localizarem maioritariamente no território *offshore*, afiguram-se particularmente sensíveis à pirataria marítima que grassa no Golfo da Guiné, algo em relação ao qual os EUA têm mostrado grande preocupação, até porque o país é internacionalmente referenciado como um porto seguro para a criminalidade organizada, cujos tentáculos se estendem por todo o globo. Washington e Abuja têm

procurado contornar esse problema no quadro de uma estratégia que assenta no incremento do patrulhamento no referido golfo e na realização de um conjunto de *fora* sobre a segurança marítima.

Outra questão que, de uns anos para cá, vem ganhando significativo relevo nas relações entre os dois Estados é o combate ao terrorismo de matriz islâmica, perpetrado pelo Boko Haram, particularmente nos Estados do norte da Nigéria, mas que, segundo alguns especialistas, poderá, a breve trecho, atingir interesses dos EUA, não só regionais, mas também globais, até porque existem evidências que o ligam aos extremistas do norte do continente africano. A Nigéria é o único Estado da África subsaariana a beneficiar da assistência securitária, fronteiriça, e contraterrorista, no âmbito da *Global Security Contingency Fund* (GSCF). Neste contexto, o governo nigeriano acabou por estabelecer relações de cooperação com o *Department of Homeland Security* (DHS), *The Federal Aviation Administration* (FAA) e a *International Civil Aviation Organisation* (ICAO), entre outros, com o propósito de reforçar os sistemas domésticos de segurança (Ploch, 2013). A Nigéria é igualmente um dos participantes da *State Department's Trans-Sahara Counterterrorism Partnership* (TSCTP), um arranjo que tem por objetivo maximizar as capacidades dos Estados da região no combate ao terrorismo (Ploch, 2013).

- França: entre a Rivalidade Política e os Imperativos Económicos

President Monroe proclaimed the American hemisphere free from the military incursions of the Europeans empire builders and adventures, so we also do...in Nigeria and in Africa insist that African affairs be left to Africa to settle (Adebajo, 2000).

SheuShagari, ex-presidente da Nigéria

We have to be recognized as a regional power in West Africa. This is our region and we have the right to go to war. It's a Monroe Doctrine a sort (Adebajo, 2000).

OLuSanu, antigo Embaixador da Nigéria em Washington

Até ao final da Guerra Fria, as relações políticas franco-nigerianas seriam preenchidas por uma extrema desconfiança, chegando a assumir, nalguns períodos, laivos de hostilidade de ambas as partes (Adebajo, 2000; Nwokedi, 1985; Alao, 2011). A compreensão das razões dessa hostilidade remete-nos para uma sucinta incursão às

estratégias de relacionamento da França *vis-à-vis* as suas antigas colónias africanas, a designada *françafrique*, que se consubstanciou numa avassaladora presença da França em África. Essa presença, que se estendeu por quase trinta anos, permitiu aos franceses moldarem a esfera política e, concomitantemente acederem, quase sem restrições, aos recursos naturais estratégicos desses Estados. Para os franceses, essa *hegemonia indireta*, exigida por de Gaulle como condição *sine qua non* para independência, afigurava-se imprescindível para a preservação do estatuto da França como potência global ou, como é costume dizer, para *la grandeur de la France* (Médard, 2008; Nwokedi, 1985).

Esse sistema alternativo de relações França/ex-colónias naturalmente motivou fortes críticas por parte da Nigéria (Médard, 2008), que se via constrangida na sua ação, com a presença de uma potência global num espaço geopolítico do qual se achava líder natural. Para a França, um Estado anglófono, acérrimo defensor do pan-africanismo e com enormes capacidades materiais representava uma verdadeira ameaça ao seu projeto neocolonial (Médard, 2008).

As tensões entre os dois países emergiram logo a seguir à independência da Nigéria. Esta abriu as hostilidades, expulsando o corpo diplomático, barcos e aviões franceses do seu território, em resposta aos testes nucleares realizados pela França no deserto do Sahara; A retaliação francesa não se fez esperar: boicote à admissão da Nigéria como membro associado da então CEE e auxílio ao secessionismo biafrano (Médard, 2008). Esse quadro de tensão perdurou por aproximadamente dez anos.

A partir de 1975 até meados dos anos 1990 dá-se um relativo desanuviamento das crispações, em paralelo com alguma cooperação, em todo caso eminentemente incipiente. Persistiam ainda importantes fatores de tensão, mormente o relacionamento entre França e a África do Sul, particularmente no que toca ao comércio de armamento, aliado à tentativa francesa de comprometer o projeto de integração regional concebido por Abuja, ao instruir a sua clientela regional a forjar um arranjo integrativo no qual figurassem exclusivamente Estados francófonos (Médard, 2008).

Seguiu-se um período de relativa acomodação, com os dois países a optarem por cooperar em assuntos de interesse mútuo, com particular acuidade para estabilização da África Ocidental. Paris passou não só a reconhecer a liderança da Nigéria no contexto regional, como também a incentiva maximizar a sua participação em operações de gestão e manutenção de paz, e prevenção de conflitos no panorama continental, como comprova

o apoio às intervenções da Nigéria na região do rio Mano. Digno de nota foi o facto da França, através do seu então presidente Jacques Chirac, ter chegado a manifestar-se a favor da atribuição de um lugar de membro permanente do CSNU à Nigéria. Os interesses económicos sobrepuseram-se aos sentimentos históricos (Meierding, 2010). Existia ainda um importante foco de tensão política decorrente da questão Bakassi, mas a França conseguiria habilmente conciliar os seus interesses económicos na Nigéria com a lealdade aos Camarões, país com o qual tinha, outrora, firmado acordos de cooperação em matéria de defesa (Médard, 2008).

Esse movimento estratégico, iniciado por Chirac, perpassou vários governos, inclusive o de Sarkozy (Alao, 2011). As relações comerciais entre os dois países ganharam um novo ímpeto, particularmente nos últimos 13 anos, no quadro das quais a Nigéria tornar-se-ia na principal exportadora de petróleo e derivados para a França, e esta a sua principal fonte de IED, destinado sobretudo aos setores petrolífero, automobilístico e da construção. A Total, a LaFarge e Peugeot, entre outras, têm sido os principais investidores franceses na Nigéria (Alao, 2011).

Face ao grande volume de negócio entre os dois países, que, a título ilustrativo, ascendeu a US\$ 5.7 mil milhões, em 2012 (4 mil milhões relativos às exportações nigerianas, principalmente do petróleo, e os outros 1.7 mil milhões relativos às exportações da França) (Alao, 2011), a AFD fez saber que pretende apoiar não só companhias francesas a operar na Nigéria mas também as próprias empresas locais (Alao, 2011).

É interessante registar que, se do ponto de vista político, as relações entre os dois Estados foram marcadas, durante um longo período de tempo, por rivalidades e suspeições mútuas, o mesmo não se pode dizer a respeito das relações económicas. Estas desenrolaram-se sem quaisquer problemas, principalmente o comércio e investimentos no setor petrolífero, com as autoridades nigerianas a evitarem retaliar contra as companhias francesas a operar em seu território. Empresas como a SAFRAP e a ELF foram os grandes responsáveis pela entrada massiva do petróleo nigeriano em França, fazendo a balança comercial pender em favor da Nigéria, pese embora os avultados investimentos franceses naquele país (Médard, 2008).

- Grã-Bretanha: Consolidação de Laços Antigos

A história das relações anglo-nigerianas costuma ser considerada uma complexa mistura entre o circunstancial e o contínuo. Trata-se de relações que se pautaram por frequentes oscilações, decorrentes, por um lado, de ressentimentos históricos advindos da experiência colonial (Whiteman, 2008) e, por outro, da própria instabilidade que, desde a independência até finais dos anos 1990, vem preenchendo o panorama sociopolítico nigeriano. Começaram por ser cordiais, nos anos seguintes à independência nigeriana, traduzindo, entre outros, na tomada de posições similares relativamente a diversas questões internacionais. Cordialidade essa que seria, amiúde, entrecortada por contextos de animosidade e incertezas, muito por causa dos sucessivos golpes de Estado ocorridos naquele país africano. Essa animosidade seria particularmente sentida aquando do primeiro golpe, em 1966²⁹⁰, o qual desembocaria na tentativa de secessionismo no Biafra (1967-70) (Alao, 2011), em razão da relutância dos britânicos proverem armamento aéreo à Federação²⁹¹. As especulações que davam conta de supostas negociações petrolíferas entre a *British Petroleum* (BP) e os secessionistas contribuíram para acirrar ainda mais as tensões (Whiteman, 2008). De todo modo, esses momentos de indefinição, segundo Aluko (1977), acabavam quase sempre por ser suplantados pela lógica da *realpolitik*.

As relações entre os dois Estados conheceram grandes melhorias com o regresso da ordem civil, em 1999, como testemunham as visitas de líderes ingleses, inclusive da rainha Elizabeth II à Nigéria. Desta, igualmente, partiram inúmeras delegações com destino à antiga metrópole (Alao, 2011). Apesar disso, essa aproximação não tem traduzido num maior comprometimento nigeriano, evidenciado outrora, com a *Commonwealth* (Alao, 2011).

As melhorias também se estenderam ao plano comercial, com a Nigéria a fornecer à antiga metrópole, não só petróleo e o gás, mas também alguns produtos agrícolas. Em

²⁹⁰ O golpe iniciou-se em 15 de janeiro de 1966, quando soldados do sul liderados por Chukwuma Kaduna Nzeogwu assassinaram 11 altos políticos nigerianos e dois soldados, sequestrando igualmente outros três. Os golpistas atacaram as cidades de Kaduna, Ibadan, e Lagos e ao mesmo tempo bloquearam o rio Níger e o rio Benue por um período dois dias.

O golpe foi mal efetuado em certas partes do país e houve uma forte acusação de tribalismo. Os nortistas acusaram Nzeogwu, bem como seus companheiros golpistas, de encenar um golpe pró-Igbos uma vez que a maioria dos oficiais mortos durante o golpe foram os de outra parte do país.

Antes de os golpistas serem subjugados, um alto oficial do Exército, General Johnson Aguiyi-Ironsi, utilizou o golpe de Estado como um pretexto para encerrar a Primeira República da Nigéria. Foi a centelha que irrompeu a Guerra Civil da Nigéria.

²⁹¹ Na altura, o Governo Federal da Nigéria adquiriu a maior parte do armamento à União Soviética.

2008, por exemplo, os montantes referentes a essas transações ascenderam os 600 milhões de libras, porém um valor muito aquém dos 1.27 mil milhões despendidos pelos nigerianos, em razão da provisão de serviços por parte dos britânicos (Alao, 2011). O quadro comercial tem sofrido um significativo desenvolvimento que, segundo Alao (2011), resulta da percepção do enorme potencial de exploração de novas áreas, facto para o qual muito contribuíram as melhorias da democracia nigeriana (Alao, 2011).

Realce-se igualmente que a Grã-Bretanha tem sido num ator indispensável no domínio da prestação de assistência ao cancelamento das dívidas nigerianas, bem como no da política de promoção da boa governação. Outras áreas-alvo são a prevenção da malária, educação feminina e reformas no setor da justiça. Por exemplo, no que toca a este último setor, ressalve-se que um dos assuntos em agenda tem a ver com quantidade abissal de nigerianos (20.000) nas prisões britânicas ²⁹²(Alao, 2011). Registe-se também que os dois países têm tido algum sucesso na recuperação de avultadas somas outrora desviadas dos cofres públicos nigerianos, mormente aquando da vigência do regime de Abacha, para os bancos ingleses (Alao, 2011).

- União Soviética/Rússia

A União Soviética seria dos poucos atores globais a apoiar a Nigéria durante o conflito biafrano. Depois disso, a União Soviética (posteriormente a Rússia) começa a ganhar alguma posição dentro da diplomacia nigeriana, contudo não equiparável à das potências ocidentais. Em 2001, os dois Estados assinaram a *Declaração de Princípios sobre as Relações de Amizade e Parceria*, e o *Programa de Cooperação Cultural e Científica*; e em 2008, uma série de memorandum de entendimentos relacionados com a energia e a produção petrolífera (Alao, 2011).

Para além da questão energética, a Rússia tem interesse em projetos relacionados com a infraestruturação do país, a metalurgia, etc. A visita de Medvedev à Nigéria, em 2010, culminaria com a assinatura de um conjunto de acordos no campo energético. Uma questão que a Rússia tem consagrado particular atenção é o projeto de gasoduto transariano destinado a abastecer a Europa, já que a Gazprom, neste particular, ocupa uma

²⁹² Facto que tem dado azo a algumas especulações relativamente a um projeto inglês de construção, em território nigeriano, de uma prisão orçado em US\$ 3 milhões, onde seriam enviados esses encarcerados.

posição desvantajosa *vis-à-vis* as outras companhias, nomeadamente a Royal Dutch Shell, Chevron, e a Exxon Mobile (Alao, 2011).

Em 2010, o volume de negócios entre os dois países cifrou-se em US\$ 300 milhões, colocando a Nigéria na posição de segundo maior parceiro comercial russo, no contexto da África subsariana, atrás da África do Sul (Alao, 2011). Porém, este valor fica muito abaixo dos referentes ao comércio entre a Nigéria e as potências ocidentais. Daí que Medvedev tenha, aquando dessa visita, mostrado o desejo de aumentar esses valores para a fasquia dos US\$ 1000 milhões (Alao, 2011).

X.2. Perscrutando as Relações Sino-Nigerianas

X.2.1. Estabelecendo o Contexto de Meio Século de Relações Diplomáticas

A China e a Nigéria iniciaram as suas relações diplomáticas em fevereiro de 1971 (normalizando-se após o fim da guerra civil nigeriana), precisamente ano em que Pequim substitui Taipei²⁹³ como membro da ONU, facto para o qual o apoio do bloco africano afigurou-se determinante. Desde o início das relações, a Nigéria definiu uma política externa que lhe proporcionasse alguma autonomia face à China. No quadro da guerra civil angolana, por exemplo, estiveram em campos opostos – Lagos com o MPLA e Pequim com o FNLA²⁹⁴ (Ramani, 2016). Nos trinta anos seguintes, as relações diplomáticas entre os dois Estados produziram poucos resultados económicos (Egbula & Zheng, 2011). Se durante esse período, a China fez progressos assinaláveis no panorama económico, a Nigéria tropeçava em uma série de golpes de Estado, principalmente entre o lapso temporal que compreende 1980 e 1990. Registaram-se alguns sinais de normalização das relações, como o estabelecimento da *Câmara de Comércio Sino-Nigeriana*, durante o regime militar liderado pelo General Sani Abacha (1993-1998), em virtude das sanções ocidentais de que foi alvo. Contudo, no essencial, essas relações permaneciam algo mornas (Egbula & Zheng, 2011).

Não foi antes da transição democrática de 1999, que as relações sino-nigerianas começaram a registar importantes desenvolvimentos, especialmente no panorama

²⁹³ A substituição ocorreu em novembro do mesmo ano.

²⁹⁴ A decisão da China de apoiar o FNLA causou algum mal-estar entre os nigerianos, que a acusaram de uma conduta hipócrita relativamente aos movimentos de libertação em África (Ramani, 2016).

económico, sobretudo, porque coincidiu com a mudança de orientação da China relativamente à África, em 2000 (Egbula & Zheng, 2011). Durante o segundo mandato de Obasanjo (2003 a 2007), tanto o presidente Hu Jintao como o primeiro-ministro Wen Jiabao visitaram a Nigéria. Obasanjo faria, igualmente, duas visitas à China. Estas visitas, aliadas a vários contactos interministeriais, permitiriam aos dois países desenvolver e intensificar relações de amizade e de familiaridade mútuas (Egbula & Zheng, 2011). Em 2001, os dois países assinaram vários acordos sobre o estabelecimento de uma agência de comércio e investimento²⁹⁵. Durante a visita do ministro das Relações Exteriores da China à Nigéria, em 2006, foi assinado um *memorando de entendimento* sobre o estabelecimento de uma *parceria estratégica* entre os dois países. Na altura, burocratas nigerianos afirmaram que petróleo, energia, telecomunicações e indústria seriam as principais áreas a receber investimentos da China (Egbula & Zheng, 2011).

A China delineou uma clara estratégia, baseada firmemente nos seus interesses nacionais. O Ministério do Comércio identificaria os principais objetivos da política do governo relativamente à Nigéria: *a) aumentar a presença de multinacionais chinesas no mercado nigeriano; b) expandir o mercado nigeriano para as manufaturas chinesas; c) aumentar a participação chinesa no setor petrolífero nigeriano; d) alavancar os investimentos na Nigéria no sentido expandir para todo o mercado regional* (Egbula & Zheng, 2011).

A abordagem de Obasanjo, nesse contexto, consistiu, sobretudo, na adjudicação de contratos petrolíferos às multinacionais chinesas a termos favoráveis, em troca do compromisso da China com o desenvolvimento infraestrutural nacional. De acordo com Mthembu-Salter (2009), a decisão de Obasanjo refletiu a extrema necessidade que a Nigéria tinha de desenvolver as suas infraestruturas, aliada à crescente frustração das elites políticas nacionais com os condicionalismos impostos pelos parceiros de desenvolvimento ocidentais (Egbula & Zheng, 2011).

As relações sino-nigerianas conheceram poucos progressos, durante o governo de Yar'dua, que chegou ao poder em 2007. Na verdade, Yar'dua suspendeu a maioria dos contratos adjudicados aos chineses, aludindo à falta de transparência nas negociações. A assunção da presidência da Nigéria por Goodluck Jonathan²⁹⁶, em 2010, traduziu num

²⁹⁵ *Nigeria Trade Office*, na China; e *China Investment Development and Trade Promotion Centre*, na Nigéria. Em 2006, foi instituída a *Intergovernmental Nigeria-China Investment Forum*.

²⁹⁶ Goodluck Jonathan, na altura, Vice-Presidente da Nigéria, ascenderia ao cargo de Comandante em Chefe, em abril, por consequência do falecimento de Yar'dua, no mês anterior.

novo impulso nas relações entre os dois Estados. No mesmo ano, a China declarava o seu plano para uma nova *parceria estratégica* com a Nigéria, caracterizado pela estabilidade política, confiança mútua, cooperação *win-win* e trocas culturais (Egbula & Zheng, 2011).

O plano propõe os seguintes objetivos: *a) recrudesce a confiança política mútua em ordem a fomentar a cooperação estratégica; b) expandir a cooperação em vários domínios, nomeadamente a agricultura, petróleo, eletricidade, infraestruturação, telecomunicações e satélite; c) expandir trocas culturais e combater inúmeras doenças, como a malária e a gripe das aves; d) reforçar a cooperação no domínio das questões internacionais para a promoção da paz, bem como aumentar a coordenação em matéria de direitos humanos, políticas antiterrorismo e esforços de manutenção da paz, e promover o diálogo Sul-Sul e Sul-Norte (Egbula & Zheng, 2011).*

X.2.2. China e o Impasse nas Relações Político-Securitárias entre a Nigéria e os EUA

Como exposto anteriormente, a Nigéria e os EUA são parceiros estratégicos de longa data, tanto no panorama económico como no securitário. Contudo, estamos em face a um quadro relacional pejado de altos e baixos, sobretudo em razão das crescentes pressões de Washington visando o empreendimento de reformas políticas e económicas de matriz liberal.

Nos últimos anos, o foco de tensão tem emergido sobretudo no quadro das relações securitárias. Os EUA têm sido atores particularmente ativos no campo das reformas do setor militar nigeriano, com especial acuidade para a promoção de uma conduta profissional entre os militares, unanimemente considerada como premente para a solidificação do Estado de direito democrático e a segurança nacional. Porém essas relações têm sido marcadas por algumas controvérsias.

Um dos primeiros episódios a preencher o desencontro de posições entre os dois países, no que ao setor da *manu militari* concerne, seriam as objeções da elite militar nigeriana relativamente à prossecução do treino disponibilizado às forças militares do país, por parte da MPRI, estabelecido no quadro de um acordo previamente firmado entre as

autoridades dos dois países. O argumento subjacente à recusa foi o de que o referido treino afigurar-se-ia uma forma de dominação externa²⁹⁷ (Abiodun Alao, 2011).

Nos últimos anos, essa crispação, vigente no âmbito das relações militares, estendeu-se ao contexto da luta contra o fundamentalismo islâmico na Nigéria. Os nigerianos têm criticado fortemente os seus congéneres americanos relativamente ao que consideram ser uma postura displicente e de má vontade no combate ao Boko Haram (Tukur, 2014). Discordâncias relativamente à melhor forma de fazer frente a esse grupo terrorista, que atua predominantemente no norte do país, culminaram, por exigência de Abuja, no cancelamento de alguns projetos de cooperação militar nesse campo²⁹⁸.

A questão de fundo aqui tem a ver com a tecnologia militar que Abuja anseia, e cujo fornecimento Washington tem recusado terminantemente, não fosse a Nigéria um dos países com um dos piores registos a nível do respeito pelos direitos humanos (Tukur, 2014). Note-se que a *Diretiva Política Presidencial 27*, de 15 de janeiro de 2014, estipula que o fornecimento de armas a países terceiros deverá obdecer um conjunto critérios que dificilmente permitem a aquisição das mesmas por parte da Nigéria, nomeadamente: “(...) *human rights, democratization, counterterrorism, counterproliferation, and nonproliferation record of the recipient, and the potential for misuse of the export in question; [t]he likelihood that the recipient would use the arms to commit human rights abuses or serious violations of international humanitarian law, retransfer the arms to those who would commit human rights abuses or serious violations of international humanitarian law, or identify the United States with human rights abuses or serious violations of international humanitarian law*”(White House, 2014).

Outra questão que tem suscitado alguma apreensão entre as elites governamentais e militares nigerianas é a pretensão que os EUA evidenciam em transferir a AFRICOM para a África. Este comando militar, com base na Alemanha, seria constituído em outubro de 2008, visando uma melhor administração das políticas e proteção dos interesses

²⁹⁷ Na altura, houve alguma controvérsia relativamente ao facto de a Nigéria ter solicitado aos EUA a criação um pacto de defesa ou assistência em termos de reorganização militar. O *staff* do Ministério dos Negócios Estrangeiros Nigeriano negou quaisquer considerações relativamente ao assunto. Contudo, o embaixador americano na Nigéria, na altura, afirmou que os EUA recusaram a assinatura de um pacto de defesa com a Nigéria, receando serem apelidados de neocolonialistas, preferindo, assim, assistir a Nigéria no empreendimento de reformas neoliberais (Alao, 2011).

americanos em África. Oficialmente, em concertação com outras nações africanas, e demais parceiros internacionais, a AFRICOM almeja um engajamento securitário sustentável para com a África, através de programas militares direcionados a promover um contexto securitário estável para política externa norte-americana na região (Rogers, 2009).

A resposta nigeriana começou por ser ambígua. Depois de uma condenação inicial, o então presidente nigeriano, no seguimento de uma visita aos EUA, afirmaria que a Nigéria era um parceiro estratégico dos americanos, no que ao referido comando concerne²⁹⁹. (Abiodun Alao, 2011). Essa posição daria azo imediatamente a uma grande confusão, culminando na posterior clarificação do então ministro da Relações Externas nigerianas, Ojo Maduekwe, segundo a qual o presidente pretendia dizer que o apoio dos EUA devia tomar a forma de assistência a uma força de *standby* africana (Abiodun Alao, 2011). Essa posição seria, pouco tempo depois, reiterada por Yar'Adua, aquando da assunção da presidência dos EUA por parte de Obama (Abiodun Alao, 2011).

A Nigéria, como todas as nações africanas, tende a ser extremamente protetora no concerne à sua soberania, e não quer uma presença permanente da AFRICOM em África (Rogers, 2009). Note-se que a Nigéria se tem posicionado na linha da frente, dentro do universo dos países africanos que se opõe às políticas securitárias norte-americanas em África, classificando-as de imperialistas. Obviamente, não aspira, e nem está dotada de capacidades materiais e ideacionais suscetíveis de lhe permitir confrontar a hegemonia americana, no plano global, pretendendo tão-somente minar e/ou frustrar algumas iniciativas passíveis, segundo sustentam as elites nigerianas, de afetar negativamente o *satu quo* regional e doméstico. Essa resistência começou por ser evidente em diversos assuntos, como a oposição à invasão do Iraque³⁰⁰ em 2003 (Pham, 2007), e a concomitante recusa em empreender, a pedido dos EUA, reformas legislativas que fossem ao encontro do *Patriot Act*³⁰¹ (Whitaker, 2010).

²⁹⁹ Tanzânia e a Libéria parecem ser os principais defensores da iniciativa em África.

³⁰⁰ Note-se que a Nigéria possui uma enorme população muçulmana na região norte do país, a qual tem um profundo peso na política externa do país relativamente ao Médio Oriente.

³⁰¹ *USA Patriot Act*, referido nos editoriais em português como “Lei Patriota”, é um decreto assinado pelo presidente George W. Bush, logo depois do 11 de setembro de 2001, que permite, entre outras medidas, que órgãos de segurança e de inteligência dos EUA intercetem ligações telefónicas e e-mails de organizações e pessoas supostamente envolvidas com o terrorismo, sem necessidade de qualquer autorização da justiça, sejam elas estrangeiras ou americanas. Segundo Whitaker (2010), no caso nigeriano,

Na verdade, a Nigéria tem um longo historial de oposição às potências ocidentais, no concernente às suas políticas securitárias em África. No quadro da conferência promovida pela *International Peace Academy* (IPA), em Lagos, em 1979, o então chefe de Estado Gr. Obasanjo defendeu que a África não necessitava de polícias externas, aludindo à então presença francesa no continente, por não haver qualquer vácuo a ser preenchido militarmente pelos “benfeitores” internacionais. Mesmo sentido tomou o posicionamento do também ex-presidente *Shehu Shagari*, dois anos volvidos, em julho de 1981, questionando a existência de pactos militares entre membros da então OUA e potências extracontinentais (Nwokedi, 1985). Malgrado constituírem exemplos aleatórios, os dois posicionamentos ilustram o grau de preocupação da Nigéria com a interferência de potências ocidentais em África.

Whitaker (2010), baseando-se em conceitos como *equilíbrio de poderes* e *bandwagoning*, sugere que determinados Estados, diante de constrangimentos estruturais impostos pelas potências globais, mormente pela potência hegemónica, veem-se forçados a adotar “*estratégias de oposição*” – o designado *soft balancing*. Isto assume particular acuidade no seio das potências regionais (Whitaker, 2010). A China afigura-se uma peça fundamental no quadro dessa “*estratégia de oposição*” nigeriana às políticas securitárias norte-americanas em África, em geral, e no Golfo da Guiné, em particular. O facto de as elites nigerianas poderem contar com a assistência militar e económica chinesa, sem quaisquer condicionalismos em termos de reformas democráticas e securitárias afins ao neoliberalismo, lhes proporciona maior margem de manobra no quadro do empreendimento de resistências às pressões dos EUA, quer sejam políticas, quer sejam económicas ou securitárias.

É preciso não olvidar, igualmente, que os EUA impuseram um importante constrangimento ao desenvolvimento económico nigeriano, o qual tem sido relativamente mitigado através da cooperação económica com a China. Referimo-nos ao facto de os EUA, outrora os principais importadores de petróleo nigeriano, terem deixado, desde julho de 2014, de ser clientes da Nigéria (Tukur, 2014).

essa lei reforçaria os poderes das forças de segurança, aumentaria a vigilância e limitava as liberdades individuais em nome da segurança nacional.

X.2.3. China e as Contingências da Economia Política Nigeriana

A Nigéria é um país que oferece, não obstante as deficiências estruturais e securitárias com que se depara, amplas oportunidades de negócios às corporações internacionais, que continuam a ser maioritariamente ocidentais. A UE os EUA e o Canadá têm dominado os fluxos comerciais, de IDE, de empréstimos que se dirigem a esse país africano. Porém, globalmente, os resultados dessas relações cooperativas para o desenvolvimento económico nigeriano continuam muito aquém do desejável pelas autoridades locais (Oyeranti et al., 2010).

Paralelamente a esse quadro, nas últimas décadas, a China vem, paulatinamente, assumindo uma posição de enorme relevo no quadro das relações bilaterais nigerianas, as quais não se esgotam no panorama económico. Ora, malgrado o início da relação sino-nigeriana datar de 1971, só a partir da transição democrática é que começa a adquirir contornos realmente expressivos. Na base desse avolumar relacional está o facto de serem duas economias em crescimento, e que, para além disso, se complementam. Pequim tem contribuído significativamente para a mitigação de um dos grandes *handicaps* da economia nigeriana, as deficiências ao nível das infraestruturas (Oyeranti et al., 2010). Com uma poderosa e competitiva indústria de construção civil, construída ao longo das últimas décadas, em razão de um crescimento económico impressionante, a China tem-se afigurado o principal parceiro externo da África, em geral, e da Nigéria, em particular, no que ao desenvolvimento infraestrutural concerne (Oyeranti et al., 2010). Outrossim, o processo de industrialização em curso na China requer enormes quantidades de energia e minérios, que estão fora das capacidades produtivas domésticas, mas que a Nigéria tem em abundância, mormente o petróleo. O peso da Nigéria, no quadro da diplomacia económica chinesa em África, não decorre exclusivamente de considerações energéticas, pese embora a sua centralidade. É preciso não olvidar que a Nigéria representa um mercado de quase 200 milhões de consumidores, para o qual se direccionam grande parte de mercadorias chinesas que tem a África como destino (Oyeranti et al., 2010).

- *Comércio*

Desde abril de 2014 que a Nigéria é considerada a primeira economia africana, em virtude de um conjunto de modificações nos critérios de análise económica, nomeadamente a

alteração do ano-base para o cálculo do PIB, que atingiu, em 2014, US\$ 500 mil milhões (CIA Factbook, Nigéria, 2014). Com isso, destronaria a África do Sul, país que vinha ocupando essa posição, há vários anos. Pese embora a existência de profundos constrangimentos que permeiam o panorama socioeconómico, institucional e securitário nigeriano, limitadores do seu potencial de crescimento económico, a Nigéria, nos últimos anos, tem visto a sua economia crescer entre 6% a 8% por ano. Para isso muito contribuíram algumas melhorias verificadas no campo da agricultura³⁰², telecomunicações e serviços (CIA Factbook, Nigéria, 2014), a par de, no verbo de alguns analistas, uma maior diversificação das suas relações económicas, no plano externo, e a consequente entrada de capitais e IDE no país.

Um dos parceiros económicos da Nigéria que mais destaque vem assumindo ultimamente é, indubitavelmente, a China. Note-se que relações económicas sino-nigerianas não são recentes. Contudo, foi após a assinatura do comunicado conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois Estados, em 1971, é que ganharam um novo fôlego (Utomi, 2008). Repare que de US\$ 2.3 milhões, em 1970, o valor do comércio entre os dois Estados ascende a US\$10 milhões, ainda no ano da assinatura do comunicado (Mthembu-Salter, 2009). Em 1993, a China já era o segundo importador de petróleo da Nigéria (Utomi, 2008), com os quantitativos referentes ao comércio global sino-nigeriano a aproximarem-se dos US\$ 200 milhões (Mthembu-Salter, 2009).

Contudo, o aprofundamento das relações económicas e diplomáticas não ocorreria antes do início do novo século, motivado pelo crescimento brutal da economia chinesa, nas últimas décadas, que obrigou Pequim a procurar novos mercados e recursos energéticos (Udeala, 2013). De notar que o aumento e a diversificação do engajamento chinês para com a Nigéria ocorrem durante o processo de transição democrática naquele Estado oeste-africano. A relativa diluição de alguns focos de instabilidade interna revestir-se-ia fundamental na atração de investimento externo e crescimento económico, em geral. Em 2000, o comércio sino-nigeriano totalizou US\$ 830 milhões (Mthembu-Salter, 2009), dos quais 66.7% se referem às exportações chinesas (Egbula & Zheng, 2011).

³⁰² Investidores têm feito incursão na agricultura, embora em pequena escala. Não se tem verificado a compra de vastas extensões de terra, como noutros países africanos (Egbula & Zheng, 2011).

Essa relação tem evoluído em direção a uma maior complexidade, particularmente no panorama financeiro (Utomi, 2008). Os principais objetivos de Pequim, no quadro das suas relações económicas com a Nigéria são: *i) aumentar a presença das suas multinacionais no mercado nigeriano; ii) expandir o mercado nigeriano para suas manufaturas; iii) incrementar a presença no setor petrolífero nigeriano; iv) alavancar os seus investimentos na Nigéria, e a partir daí, conquistar o mercado da CEDEAO* (Egbula & Zheng, 2011).

A assinatura do *Acordo sobre a Promoção do Comércio*, em 2001, daria um enorme impulso às relações comerciais entre os dois Estados, que assumiram maior amplitude. A título ilustrativo, os montantes advenientes dessa relação atingiram a cifra dos US\$ 17.7 mil milhões, em 2010, um montante quase dez vezes superior ao registado dez anos atrás (Egbula & Zheng, 2011). Em 2014, esse valor rondou os US\$ 16 mil milhões (Nigerian Tribune, 2015). De acordo com Egbula & Zheng (2011), o comércio sino-nigeriano representa aproximadamente 1/3 de todas as transações comerciais de Pequim com a África Ocidental (Egbula & Zheng, 2011). A China, neste momento, ocupa a terceira posição entre os principais parceiros comerciais da Nigéria³⁰³ (Nigerian Tribune, 2015), sendo que mais de 90% das exportações desta para aquela diz respeito a produtos petrolíferos (Udeala, 2013). Efetivamente, a segurança energética é um dos principais *leitmotifs* subjacentes ao engajamento chinês para com aquele país oeste-africano, visto possuir amplas reservas energéticas e de boa qualidade³⁰⁴. Porém, outras mercadorias compõem, se bem que em muito menor escala, a lista de importações chinesas, quais sejam os produtos agrícolas³⁰⁵ (mandioca, sésamo, amêndoas, borracha (Abiodun Alao, 2011). A Nigéria, por seu turno, adquire na China uma vasta gama de produtos, sobretudo maquinaria, e artigos de baixo custo (Egbula & Zheng, 2011; Nabine, 2009).

³⁰³ Apesar da recente expansão, a China continua a ser responsável por um a pequena parcela do comércio global da Nigéria, muito atrás dos EUA, o seu principal parceiro comercial, e enfrenta contendores de peso, como a Índia, o Brasil e os tradicionais parceiros europeus, mormente a França (Egbula & Zheng, 2011). As exportações de petróleo nigeriano para a China constituem 1.6% do total das exportações nigerianas, em 2010. Os EUA compram 58.7, Brasil 11% (Egbula & Zheng, 2011).

³⁰⁴ A Nigéria é o maior produtor de petróleo em África, e ocupa 11ª posição, a nível global. Aproximadamente 80% das receitas do Estado advêm do petróleo. Trata-se de um tipo de crude de alta qualidade e com pouca quantidade de sulfuro, daí a designação de crude doce, bastante valorizado pela alta quantidade de gasolina (Taylor, 2007).

- *Investimento*

Nos últimos anos, a Nigéria tem sido destino de um enorme fluxo de IDE chinês. Estruturalmente, esses investimentos perpassam setores como a construção, manufaturas, serviços, tecnologias, e o mais. (Oyeranti et al., 2010). Um grande número de empresas chinesas, tanto públicas como privadas, têm estado envolvidas na construção de zonas especiais, estradas, caminhos de ferro, aeroportos, etc., dentro território nigeriano (Egbula & Zheng, 2011). É preciso fazer notar que a Nigéria, com os seus aproximadamente duzentos milhões de habitantes dispersos por um enorme e rico território, do ponto de vista dos recursos energéticos, afigura-se particularmente atrativa para os investidores chineses. De acordo com *China's Bulletin of Overseas Investment*, a Nigéria ocupa a segunda posição (depois da África do Sul) entre os países africanos que maiores fluxos de IDE chinês receberam entre 2003 e 2009 – no total foram US\$ 2.3 mil milhões (Egbula & Zheng, 2011).

A composição desses investimentos é altamente fragmentada. Entre *joint-ventures* e empresas de capital exclusivo, a China tem aproximadamente três dezenas de companhias na Nigéria (Oyeranti et al., 2010). Os investimentos chineses provêm tanto de capitais públicos como de privados. Segundo a *Nigerian Investment Promotion Commission* (NIPC), os IDE privados direcionam-se sobretudo para áreas relacionadas com a agricultura, manufaturas e comunicações, enquanto os públicos, para setores energéticos. Estes investimentos têm contribuído para a melhoria do setor agrícola, que sofre de falta crónica de fundos, ao mesmo tempo que ajuda a debelar o desemprego nas áreas rurais. A corporação *Chongqing Seed Corp*, a título ilustrativo, emprega agricultores locais no cultivo de arroz híbrido chinês, que é exportado para a China (Egbula & Zheng, 2011). Durante os anos 1990, técnicos chineses forneceram assistência técnica na irrigação das plantações do arroz em Lagos (A. Alao, 2011). A Nigéria tem uma vasta área fértil, e aproximadamente 70 % da população rural depende da agricultura e pecuária como fontes de rendimento. Contudo, a agropecuária tem sido uma área a que se tem dado pouca atenção, em detrimento do setor petrolífero (Nabine, 2009).

A exploração petrolífera é onde se concentra o grosso do investimento chinês, não fosse a Nigéria o maior produtor de petróleo em África, o sexto exportador, a nível global. Segundo *The Oil and Gas Journal*, estimativas relativas à quantidade de petróleo que a Nigéria detém cifram-se em torno dos 30 mil milhões de barris, localizados sobretudo na

região do Delta do Níger e na Baía do Benim (Erinne, 2010). A capacidade produtiva tem diminuído significativamente, ano após ano, face à instabilidade, particularmente, na região do Delta do Níger, somada às deficiências infraestruturais. Estima-se, igualmente que o país possua 180 trilhões de pés cúbicos de gás natural no seu território, a maior reserva no continente negro e a nona, no plano global (EIA, 2015). Em todo o caso, a produção é extremamente baixa, pelas razões supracitadas. Na verdade, 75% do gás é queimado e 12% é re-injetado, um desperdício enorme para um país com muitas carências. O governo nigeriano fixou como meta reduzir esse desperdício até 2010 e encorajar a produção de gás como forma de aumentar as receitas até 50% *vis-à-vis* o lucro petrolífero (Taylor, 2007a).

Durante muito tempo, a indústria petrolífera nigeriana foi fortemente dependente dos contratos de exploração conjunta, as *joint-ventures*³⁰⁶, que chegaram a perfazer 95% das explorações, ao arripio do que sucedia em grande parte dos membros da OPEP, onde a produção tendia a ser controlada diretamente pelas empresas estatais (Taylor, 2007a). Seria neste enquadramento que companhias petrolíferas pós-OPEP – Gulf Oil, Texaco, ELF Petroleum, Exxon Mobil, entre outras –, a par da SHELL³⁰⁷, que já estava na Nigéria muito antes, procederam a exploração petrolífera naquele país (Taylor, 2007a). Petrolíferas chinesas, como a SINOPEC e a *PetroChina*, acediam ao petróleo por intermédio de contratos a longo prazo e compras em *spot market*³⁰⁸ (Mthembu-Salter, 2009). À medida que a Nigéria procura aumentar a sua produção diária, começa a debater-se com uma enorme escassez de fundos para fazer face a novos contratos de *joint-venture* (note-se que neste particular, a *Comissão Anticorrupção Nigeriana* estipula que cerca de US\$ 220 mil milhões terão sido desviados dos cofres públicos, desde a independência) (Taylor, 2007a), obrigando-a a forjar uma nova modalidade contratual – *production sharings contracts* (PSCs). Isso coincidiu com a duplicação da demanda do petróleo por parte da China, que se viu obrigada a entrar na corrida pelo acesso aos blocos petrolíferos,

³⁰⁶ *Joint-venture* é uma expressão de origem inglesa, que significa a união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade económica comum, por um determinado período de tempo e visando, dentre outras motivações, o lucro. As empresas que se juntam são independentes juridicamente e no processo de criação da *joint-venture* podem definir se criam uma nova empresa ou se fazem uma associação (consórcios de empresas).

³⁰⁷ O domínio da SHELL terminou em 1971, aquando da adesão da Nigéria à OPEP, depois da qual o país passou exercer um papel mais ativo na gestão dos seus recursos petrolíferos, através da NNPC.

potenciada também pelos enormes incentivos que a então *administração de Obasanjo* proporcionava³⁰⁹.

Nesse tipo de contrato, o adjudicatário (*i.e.* a companhia petrolífera) suporta todos os custos e os riscos da operação, obtendo lucro somente se a exploração for bem-sucedida (Taylor, 2007a). Nesse caso, recupera os seus investimentos através da alocação do petróleo, o que é designado, no comércio, de “*cost oil*” e da produção para *royalties* (Taylor, 2007a). O resto, “*profit oil*”, é partilhado com o governo. As companhias pagam um imposto de 50% sobre o lucro, sendo que as instalações permanecem como propriedade do governo durante o contrato. Isto é considerado um negócio bastante atrativo para o governo nigeriano (Taylor, 2007a). Os riscos associados aos PSCs, a par das exigências do governo nigeriano para que as companhias fizessem investimentos a jusante, nomeadamente em vias de transportes e refinarias, e constituíssem sociedades com cidadãos nacionais, a maior parte dos quais camaradas políticos, levaram a que muitas companhias ocidentais cedessem caminho às corporações petrolíferas chinesas nos leilões relativos a novas prospeções (Mthembu-Salter, 2009). É preciso fazer notar que estamos em face a companhias de capitais públicos, que ao contrário das congéneres ocidentais, não almejam lucros imediatos. O principal objetivo subjacente à sua presença no setor petrolífero nigeriano é assegurar um fluxo contínuo de crude em direção a Pequim. As empresas petrolíferas chinesas são peças centrais na diplomacia económica chinesa *vis-à-vis* a África. A China pode perder muito dinheiro, mas mantém uma posição importante no setor. Ademais, a sua disponibilidade em investir onde as companhias ocidentais mostram-se relutantes a fazê-lo dá-lhe grande influência sobre o governo (Konings, 2007) .

Outrora sem qualquer participação no setor petrolífero nigeriano, dominado quase que exclusivamente pelas multinacionais ocidentais, Pequim rapidamente reverteu a situação, através de uma diplomacia considerada inteligente, a par de um conjunto de acordos adocicados, muitos dos quais alheios ao universo petrolífero, que, em última instância, lhe garantiram a consecução de muitos PSCs³¹⁰ (Taylor, 2007a). Segundo Erinne (2010), pese embora a sua condição de *latecomer*, a China, com paciência e proeza política, tem

³¹⁰ Em 2007, a China lançou o primeiro satélite nigeriano para o espaço.

conseguido conquistar o seu espaço numa área estratégica para a prossecução do seu desenvolvimento económico. O interesse de Pequim em adquirir quantidades massivas de petróleo em vista a suprir as suas necessidades energéticas, proporciona uma maior margem negocial com as corporações ocidentais, acostumadas a ditar o curso das negociações, no quadro das concessões. As exigências aumentaram. Muitos blocos petrolíferos, que tinham sido adquiridos por empresas ocidentais, entre 1993-1998, foram abandonados, face às novas exigências dos governantes nigerianos (Taylor, 2007a). Os nigerianos têm dado preferência a empresas que estejam dispostas a fazer grandes investimentos, não só no setor em causa, bem como em áreas conexas (Erinne, 2010), como vem acontecendo desde a *administração de Obasanjo*. Em todo o caso, faz-se necessário notar que a China só tem a ganhar com o desenvolvimento das infraestruturas nigerianas, particularmente, as vias de comunicação e infraestruturas elétricas, das quais dependem o êxito do processo de extração e escoamento do petróleo (Oyeranti et al., 2010).

Em 2006, a Nigéria conseguiu da China um financiamento de US\$ 5 mil milhões para o efeito, que representou, na altura, 75% do total dos financiamentos chineses na África subsariana. Note-se que Obasanjo, um presidente democraticamente eleito, ao contrário de a maioria dos seus antecessores, tinha que prestar algumas contas aos seus eleitores, esperançados de que o governo cumprisse as promessas eleitorais relativas à revitalização da economia (Erinne, 2010).

Em 2004, a SINOPEC e a NNPC assinaram um acordo de exploração de várias áreas no Delta do Níger³¹¹. A CNOOC igualmente conseguiu um acordo de prospeção e exploração de petróleo e gás *upstream*, ao qual eventualmente seriam incorporados projetos *downstream*. Em julho de 2005, a CNOOC e a NNPC assinaram um contrato de US\$ 800 milhões, que previa o fornecimento de 30.000 barris diários à China por um período de 5 anos, contrato revisto anualmente (Taylor, 2007a). Nos dois leilões efetuados em 2006, CNPC conseguiria quatro licenças de exploração – blocos OPL 471 e OPL 298, na região do Delta do Níger, OPL 732 e OPL 721, na bacia do Chade – dos 19 oferecidos,

³¹¹ *Oil Mining Lease (OML)* 64 e 66. OML 64 tem cinco perfurações, das quais uma bem-sucedida. Os chineses tiveram mais sucesso com a OML 66, das 18 perfurações, 12 foram bem-sucedidas. A SINOPEC tem também um contrato com a NPDC e a italiana *Eni* para a exploração dos campos de Okono e Okpoho, os quais possuem reservas combinadas que ascendem os 500 milhões de barris.

com promessa de investir US\$ 2 mil milhões na refinaria de Kaduna³¹². Em 2007, dez dias antes de Obasanjo deixar o cargo, seria concedido o direito de primeira recusa à CNOOC relativamente a quatro blocos, em troca de um empréstimo de US\$ 2.5 mil milhões concedido pelo *EXIMBANK*, visando a reabilitação do caminho-de-ferro entre Lagos e Kaduna, aliada à construção da central hidroelétrica de Mambilla (Mthembu-Salter, 2009). A CNOOC também tem explorações *offshore* em águas profundas, como o campo petrolífero Akpo, descoberto em 2000, cujas estimativas na altura apontavam possuir 700 milhões de barris de crude e 2.5 triliões de pés cúbicos de gás (Taylor, 2007a). A CNOOC despendeu igualmente US\$ 2.7 mil milhões na compra de 45% do bloco OPL246, no *offshore*, explorado pela gigante francês TOTAL (A. Alao, 2011).

As relações entre Pequim e Abuja sofreriam algum abrandamento com as reformulações efetuadas pela *administração Yar'Adua*, em virtude não só de várias suspeitas de corrupção, no âmbito do programa “*petróleo por infraestrutura*”, mas também dos atrasos registados em muitos projetos acordados com a administração cessante. A SINOPEC, por exemplo, seria amplamente afetada pela suspensão do referido programa (Mthembu-Salter, 2009). Malgrado algumas dificuldades iniciais, petrolíferas chinesas conseguiram importantes participações na sequência de um conjunto de leilões efetuados em 2007. A CNOOC conseguiu licença para a exploração do Bloco OML 130, e a SINOPEC adquiriu 29% do Bloco 2 da Zona de Desenvolvimento conjunto de São-Tomé e Nigéria (Mthembu-Salter, 2009).

Como dito anteriormente, as *joint-ventures* constituídas por empresas públicas de ambos os Estados têm sido fundamentais na prossecução de uma série de investimentos na Nigéria. Neste contexto, podemos destacar a *Kajola Specialised Railway Industrial Free Trade Zone*, uma *joint-venture* de US\$ 775 milhões, formada pela *Ogun State Government* (OGSG) e a *Chinese Civil Engineering Construction Company* (CCECC), visando a industrialização e o aprofundamento do fluxo de IDE para a Nigéria (Oyeranti et al., 2010); *Ofada Vee Tee Rice Limited*, uma companhia com um capital de US\$ 2 mil milhões, que opera, sobretudo, na área da produção do arroz (Oyeranti et al., 2010); *Ogun Guangdong Free Trade Zone*, um projeto tripartido envolvendo duas companhias

³¹² O investimento chinês na refinaria de Kaduna fará com que a Nigéria consiga refinar quantidade suficiente de petróleo para o consumo local e também para a exportação. Os lucros da exportação de petróleo refinado são muito superiores aos da exportação de crude. Este investimento traduzirá igualmente em aumento de postos de trabalho para as populações locais.

chinesas – *Guangdong Xinguang International e China-Africa Investment Limited* e OGSG, financiado em US\$ 500 milhões por um consórcio sino-nigeriano (quando concluído, o FTZ consistirá em cerca de 100 firmas principalmente envolvidas em manufaturas leves e médias, como calçado, produção de borracha, cerâmica, mobiliário, etc.); a *Lekki Free Trade Zone*, uma *joint-venture* constituída por LGSG e o governo chinês, que tem como objetivos desenvolver uma zona de crescimento económico *offshore*, atrair investimento externo, promover a exportação, criar oportunidades de trabalho e reduzir a fuga de capital (Oyeranti et al., 2010); a *Chinatown* em Lagos, constituída por 120 lojas maioritariamente chinesas (75%), que se dedicam ao comércio de pequenos produtos, calçados, materiais elétricos, decoração, bolsas, e assim por diante. (Oyeranti et al., 2010).

Uma série de corporações instalaram-se na Nigéria, no quadro da sua estratégia de expansão internacional. Em 2005, a gigante de comunicação chinesa *Zhong Xing Telecommunication Equipment Company* (ZTE) associou-se à *Nigerian Telecommunications Limited* no quadro do projeto de alargamento da rede de telemóveis no Estado de Borno (A. Alao, 2010). O facto da ZTE, bem como a HUAWEI, outra gigante do mesmo domínio, oferecerem preços bastantes competitivos, permite-lhes superar a concorrência imposta pelas congéneres ocidentais, nomeadamente a Nokia e Ericsson (Egbula & Zheng, 2011).

X.2.4. Assistência Militar Chinesa e a Segurança Nacional Nigeriana

A cooperação securitária ocupa um importante espaço nas relações entre os Estados, sendo tanto mais relevante no contexto africano, haja em vista as debilidades associadas às organizações sociopolíticas que o preenchem. Daí que as elites políticas e militares africanas sempre se mostraram ávidas em procurar estabelecer relações de cooperação securitária com atores extrarregionais, mormente os EUA, a França, URSS/Rússia e a China. Cooperação essa com resultados nem sempre positivos. Atualmente, os Estados africanos têm esbarrado em uma forte relutância dos parceiros ocidentais em engendram determinadas formas de cooperação, como por exemplo a transferência de tecnologia militar, a qual receia-se ser contraproducente à estabilidade regional.

Esses receios não parecem ser proeminentes entre os governantes chineses, que não impõem quaisquer condicionalismos à transferência de armamento aos países africanos com os quais tem relações diplomáticas. De notar que a *China's African Policy 2006* atribui particular relevo à cooperação com a África, em matéria de segurança, sublinhando, entre outras coisas, a importância da troca de informações e *intelligence*, enquanto estratégias centrais no combate às novas ameaças, por natureza, globais (Hellström, 2009).

Daí que a cooperação securitária, nos últimos anos, tenha conquistado algum espaço, no contexto das relações sino-nigerianas. Os responsáveis políticos nigerianos têm grandes aspirações quanto à essa forma relacionamento, até porque a China é um dos principais parceiros económicos do país. Como sugere Nesiana (2013), estamos em face a dois Estados que partilham um conjunto de similaridades suscetíveis de abrir espaço a um maior aprofundamento dessas relações – são países em desenvolvimento, com uma enorme relevância regional, que se debatem com um conjunto ameaças *sui generis* (separatismo, fundamentalismo religioso, pirataria marítima, etc.) Outrossim, é preciso não esquecermos que, malgrado, considerado gigante africano, a Nigéria afigura-se um dos Estados mais fracos do globo, muito em razão da ação das ameaças supracitadas, as quais, não raras vezes, têm afetado diretamente os interesses económicos de Pequim. Recorde-se que as empresas chinesas, principalmente as petrolíferas, têm sido alvos preferenciais tanto para os insurgentes (região do Delta do Níger), como para os grupos terroristas (Norte e Noroeste da Nigéria), tendo igualmente sofrido vários ataques de pirataria (*offshore* do Golfo da Guiné).

O terrorismo, uma ameaça que, nos últimos anos, tem assumido proporções assombrosas na Nigéria, tem vindo paulatinamente a entrar, pelo menos no plano retórico, no centro da agenda de cooperação securitária sino-nigeriana. A China tem-se mostrado disponível em fornecer alguma assistência técnica e financeira à *manu militari* local, no seguimento da proliferação de ataques do grupo islamita Boko Haram, no norte e noroeste da Nigéria (Ehikioya, 2014). Note-se que a esse grupo radical islâmico é atribuída a responsabilidade pelo rapto de alguns cidadãos chineses na fronteira da Nigéria com os Camarões (Campbell, 2013).

Desde o estabelecimento de *secções de defesa* em ambos os países, e da consequente reunião entre os respetivos *attachés de defesa*, em 1999, as relações sino-nigerianas, no

domínio militar, vem adquirindo acrescida dinâmica (Nesiana, 2013), máxime no domínio da transferência de tecnologia militar³¹³ e de programas de formação militar, amiúde, incluídos em pacotes de ajuda. Dois anos depois da reunião dos *attachés de defesa*, a Nigéria receberia da China US\$ 1 milhão destinados à modernização das infraestruturas militares (SaferWorld, 2011). Em 2005, depois de o falhanço das negociações com os EUA para uma possível assistência militar na região do Delta do Níger³¹⁴, a Nigéria voltou-se para a China (Dan Large, 2007), adquirindo vários equipamentos militares – doze caças F-7NI, três Trainers F-7NI e duzentos barcos de patrulha – justificados pela necessidade de potenciar a eficácia e eficiência das FAs na defesa da integridade territorial (Nesiana, 2013). Essas compras foram possíveis graças a um conjunto de contratos petrolíferos, então, celebrados entre os dois países. Em 2014, Abuja adquiriu na China alguns drones CH-3^a, no contexto da ofensiva contra os islamitas do Boko Haram³¹⁵.

De notar, igualmente, que os chineses têm transferido algum *know-how* e tecnologia suscetíveis, a crer no que diz a elite militar local, de permitir à Nigéria produzir algum armamento (SaferWorld, 2011), nomeadamente lançadores de granada RPG-7 e morteiros de 81 mm (Bromley et al., 2013). Em 2007, soube-se que a DICON teria feito várias aquisições militares na China, entre as quais uma linha de produção de munições 7.62 mm e maquinaria para a produção de Kalashnikovs OBJ-006 (Bromley et al., 2013). De resto, a DICON tem uma parceria com a *Poly Technologies*, que, entre outras coisas, tem permitido a deslocação de técnicos nigerianos à China, no quadro de diversos programas de formação (Bromley et al., 2013). Esta cooperação tem trazido significativos benefícios em termos do desenvolvimento da *manpower* e assistência técnica, permitindo a formação de uma grande variedade de técnicos em diferentes áreas militares (Nesiana, 2013).

Uma área que tem merecido especial atenção dentro do quadro de cooperação securitária sino-nigeriana é, indubitavelmente, a vigilância marítima. Ao arrepio do que tem vindo a

³¹³ Embora atualmente a venda de armas pareça ter, em termos gerais, menores motivações políticas do que antigamente, a verdade é que as relações militares constituem parte recorrente do pacote de relações políticas que a China cultiva com os países africanos (Large, 2007).

³¹⁴ Recorde-se que os EUA têm sub-repticiamente negado assistência militar à Nigéria, em virtude das graves violações dos direitos humanos registados naquele país africano, perpetradas sobretudo por agentes de segurança.

ser defendido por alguns especialistas (Perouse de Montclos, 2011), Pequim não vê motivos para fazer operações de patrulhamento no Golfo da Guiné, como sucedeu durante algum tempo no Golfo de Áden, no auge da pirataria somali. Tem, para o efeito, optado sobretudo por fornecer equipamentos e tecnologia à marinha nigeriana. Em 2014, a *China Shipbuilding and Offshore International Company* iniciou a construção do primeiro de dois navios de patrulha *P18-N* encomendados pela Nigéria (Shinn, 2014). 50% a 70% do segundo navio será construído na Nigéria, num esforço visando a potenciação da capacidade da indústria naval daquele país, e simultaneamente, promover a transferência tecnológica (Shinn, 2014). Os dois navios têm 95 metros de comprimento, capazes de transportar um helicóptero, e terão a missão de vigiar as perigosas águas do Golfo da Guiné (Shinn, 2014).

Trata-se de uma cooperação que tem tido uma evolução que pode ser considerada positiva e cordial (Nesiama, 2013). Contudo, é preciso sublinhar que a mesma carece de maior extensão e profundidade, pois tem estado restrita a trocas diplomáticas de alto nível, aquisição de equipamentos de defesa e treino. Ademais, ela afigura-se desequilibrada em termos de reciprocidade, particularmente no tocante ao domínio dos contratos de defesa e intercâmbio de treino (Nesiama, 2013), em razão de um conjunto de fatores, tais como: memorandum de entendimentos mal preparados; barreiras linguísticas; interferência de outras potências, mormente os EUA, com enormes interesses na Nigéria; fragilidades das bases do *soft power* nigeriano; fraca atualização das prioridades de treino (Nesiama, 2013).

Outrossim, a cooperação securitária sino-nigeriana caracteriza-se por ser bastante problemática, pelo facto de os chineses serem encarados como parceiros da elite política e militar nigeriana na exploração e opressão das populações que vivem em regiões ricas em hidrocarbonetos, nomeadamente o Delta do Níger (Mthembu-Salter, 2009). Daí os frequentes ataques às corporações e aos cidadãos chineses (Idun-Arkurst & Laing, 2007).

X.2.5. Ofensiva de Charme e Uso Suave do Poder por parte da China

O termo *soft power* (SP) foi cunhado por Joseph Nye, no seu livro seminal intitulado “*Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*”, o qual define como habilidade de um Estado influenciar o comportamento e as preferências dos congéneres, permitindo-lhe alcançar os objetivos estipulados, sem recurso a *pay offs* ou ameaças tangíveis (Nye, 2004). Esta forma de poder, advoga o mesmo Nye (2004), opera fundamentalmente por via da atração aos valores, cultura, ideologia ou níveis de prosperidade³¹⁶ de um determinado Estado.

Esta perspetiva teórica, recentemente, tem servido de pano de fundo para uma série de análises sobre a emergência da China, bem como das suas relações com o denominado Sul Global (Cooke, n.d.; Hansen, Ropke, & Frederik, 2013; Kurlantzick, 2009; Li, 2009; Suzuki, 2009; Thompson, 2005). Segundo Li (2009), o conceito SP está muito centrado na realidade norte-americana, pelo que é necessário redefini-lo no sentido de se poder aplicá-lo ao contexto chinês³¹⁷. Para isso, Li (2009) socorre-se do argumento avançado por Fareed Zakaria³¹⁸ segundo o qual a *China tem usado o seu SP só no sentido em que ela tem exercido o seu poder de forma suave*, para erigir a sua reconceptualização do SP chinês. Ora, Li (2009) sustenta que o SP não deve reportar ao estrito perímetro dos recursos de poder de um Estado, é necessário, igualmente, perscrutar o modo como esses recursos são usados. Fontes tradicionais e tangíveis de *hard power* (HP) – tais como a assistência militar e económica – podem perfeitamente traduzir em SP se usados suavemente. Esta abordagem comportamental de SP, de acordo com Li (2009), proporciona uma melhor compreensão do SP, em geral, do caso chinês, em particular.

Abandonando a diplomacia defensiva, que caracterizou a sua política externa, ao longo de várias décadas, Pequim mostrar-se-ia crescentemente engajado com o globo, cortejando-

³¹⁶ A influencição do outro pode operar em diferentes formas. Neste quadro, Nye (2011) empreende uma distinção entre uma abordagem ativa e passiva de *soft power*. A primeira pressupõe a criação da atração através de, por exemplo, diplomacia pública, transmissão radiofónica e televisiva, e assistência, enquanto a segunda implica atração devido ao facto de se ser um exemplo para os seguidores.

³¹⁷ O recrudescimento do SP chinês dificilmente pode ser explicado pelo enquadramento teórico existente – o perfil global, cultura, ideologia e valores chineses, bem como a sua habilidade em moldar as instituições internacionais não aumentaram muito (Li, 2009).

³¹⁸ Fareed Zakaria sugere, por exemplo, que “*China has used soft power only in the sense that it has exercised its power softly*”. Tem-no feito conscientemente no sentido de mostrar que não é um *big brother*. Zakaria nota que os EUA podem facilmente superar o “charme” chinês. Uma investigação realizada em 2008 concluiu que a China está muito abaixo dos EUA em termos de SP no Leste da Ásia, onde era expectável que a China tivesse uma enorme influência.

o com recurso a uma abordagem cada vez mais suave, almejando objetivos concretos (Kurlantzick, 2007). Em África, a Nigéria faz parte de um conjunto de Estados para os quais essa abordagem tem assumido especial relevância, sobretudo, em razão das enormes vantagens que oferece para a economia chinesa.

A nossa análise da influência que o SP chinês exerce sobre a Nigéria converge com a concetualização avançada por Li (2009). Assim, começamos por descrever algumas fontes do HP chinês na Nigéria para, numa fase posterior, perscrutarmos o modo como são usados e transformados efetivamente em SP.

Para Ramani (2016), a Nigéria e a China têm interagido num contexto de aliança política que remonta o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1971. Note-se que, durante a guerra do Biafra (1967-1970), as relações entre os dois países pautavam-se por alguma hostilidade adveniente da assistência chinesa aos secessionistas biafranos. Numa altura em que a estigmatização de que Nigéria estava votada, no seio da sociedade das nações, em virtude do que a mesma considerava graves atropelos aos direitos humanos perpetrados pelos militares, ameaçava a segurança económica do país, não obstante o contexto de bonança motivado pela subida exponencial do preço do petróleo nos mercados internacionais, a aliança com a China afigurou-se vital para a elite política do país (Ramani, 2016). Apesar de alguns desacordos, como o relacionado com a guerra civil angolana, Lagos procurou manter fortes relações com China, nos anos seguintes. As relações entre os dois países esfriaram-se, nos anos 1980, mas voltaram a fortalecer com a estratégia *Look East* de Sani Abacha, ditador que liderou um regime militar, entre 1993 e 1998 (Ramani, 2016).

Presentemente, a China tem na Nigéria um aliado político e parceiro económico fundamentais em África. Prova disso são as inúmeras visitas de entidades governamentais chinesas, nos últimos anos, àquele Estado da África do Oeste. Essas visitas, para além de serem símbolos da cooperação interestatal, são, igualmente, arenas onde a política externa é formulada e exibida, afigurando-se também importantes fatores de projeção do SP chinês entre os nigerianos. Apesar de criarem recursos de HP (modernização dos caminhos de ferro, influência no setor petrolífero, aprofundamento de relações comerciais, e.g.), essas visitas fomentam uma perceção pública positiva das relações de cooperação entre os dois países, materializando num importante meio de SP (Nye, 2004).

Assim se compreende o facto de a Nigéria figurar entre os três primeiros recetores da ajuda ao desenvolvimento disponibilizada pela China aos países africanos (Hansen et al., 2013). Essa ajuda tem tomado a forma de assistências às emergências humanitárias, provisão de materiais vários, cooperação técnica, formação dos recursos humanos, projetos de infraestruturação financiados com empréstimos concessionais, cancelamento de dívidas³¹⁹, e o mais. Pese embora seja extremamente difícil a aferição dos quantitativos monetários referentes a essa modalidade de assistência, Brautigam (2011b) estima que o seu valor total tenha sido relativamente modesto. Por exemplo, a autora sugere que, entre 2000 e 2008, não chegou a atingir a fasquia dos US\$ 220 milhões.

As visitas presidenciais, os acordos bilaterais, que se traduzem, amiúde, no recrudescimento de investimentos chineses no território nigeriano, constituem uma vertente importante da estratégia de cooperação Sul-Sul propalada por Pequim (Egbula & Zheng, 2011). Trata-se de uma estratégia abrangente que junta as facetas económicas e diplomáticas na relação da China com a África (Hansen et al., 2013). Pequim tem procurado caraterizar a sua relação com os países africanos como benigna, usando uma retórica que gira em torno de ganhos económicos mútuos. Aqui o *Consenso de Pequim* é o termo amplamente usado, remetendo para o modelo alternativo de assistência económica, face à relação doador-cliente que carateriza a assistência ocidental (Hansen et al., 2013). As elites políticas chinesas tem se recorrido a uma implícita comparação entre o modelo de cooperação proporcionado pela China e o das outras potências, no cortejo das elites políticas e económicas, e do cidadão comum nigerianos (Hansen et al., 2013). A China tem conseguido fazer passar essa mensagem, pois o seu modelo de cooperação é amplamente defendido pelos líderes políticos africanos, que o consideram mais adequado à realidade do continente (Hansen et al., 2013; Wu, 2016).

A China tem também deixado a sua marca no panorama da cooperação securitária com a Nigéria, preenchendo, de certa forma, o vazio deixado pelo recuo dos EUA no apoio às operações de contrainsurgência no Delta do Níger e no confronto com os radicais islâmicos do Boko Haram. Ainda no perímetro securitário, Pequim tem advogado em favor de uma maior assistência, mormente financeira, às potências e organizações

³¹⁹ A Nigéria beneficiou de uma das três rondas de cancelamento de ajudas realizadas pela China, em 2000 (Ramani, 2016).

regionais africanas, o que lhes permitiria uma maior autonomia na resolução das crises securitárias que afligem o continente. Este entendimento vai ao encontro do que vem sendo propalado pela classe dirigente africana, em geral, e nigeriana, em particular.

O estreitamento de laços políticos entre a China e a Nigéria tem refletido em apoios diplomáticos mútuos no contexto dos *fora* e das organizações internacionais. Em 2015, a China pronunciou-se a favor da pretensão nigeriana em se tornar membro permanente do CSNU, sob a justificação de que a Nigéria é um dos grandes líderes dos países em desenvolvimento (Ramani, 2016). Os nigerianos têm argumentado que a história e as características internas do país o tornam líder natural da África, e não tendo os africanos qualquer representante no CSNU, é uma questão de justiça atribuir um assento ao seu suposto líder, numa futura reformulação daquele órgão³²⁰. A retribuição da Nigéria veio através do apoio às posições chinesas no quadro das disputas territoriais na região da Ásia-Pacífico. Apesar de a Nigéria manter relações comerciais com Taiwan, incluindo um escritório comercial em Taipei, posicionou-se ao lado da China publicando um comunicado conjunto, em 2005, considerando Taiwan como parte inalienável do território chinês (Ramani, 2016).

Muitas análises tendem a atribuir grande ênfase aos recursos do HP – investimentos, relações comerciais, assistência financeira e securitária, e.g. – enquanto incentivos primaciais no fomento do relacionamento sino-nigeriano, pois trata-se de *outcomes* tangíveis, que representam ganhos concretos para ambos os países. Contudo, conforme sugerem Hansen et al. (2013), essas relações devem ser interpretadas numa perspetiva mais abrangente, extravasando, assim, as oportunidades económicas e securitárias. Esses mesmos autores sugerem que determinados elementos do HP são suscetíveis de se transformar em elementos de SP, se enveredarmos por uma análise que coloque a tónica no modo como os recursos do poder são usados. Daí a expressão “*uso suave do poder*” avançada por Li (2009) em alusão à diplomacia de charme crescentemente engendrada pelo governo chinês, na sua relação com o globo. Esse “*uso suave do poder*” por parte

³²⁰ Porém, alguns académicos, entre os quais nigerianos, como é o caso de Aderemi Opeyemi Ade-Ibijola (2015), advogam que a consecução da cadeira de membro permanente do CSNU, por parte da Nigéria, não depende exclusivamente dos seus registos a nível da luta pela a causa africana, mas também das condições domésticas do país, epitomada pela boa governação, proteção dos direitos humanos, credibilidade das instituições democráticas, dedicação das lideranças políticas, intolerância para com a corrupção, instituições judiciais robustas. O sucesso da Nigéria depende, igualmente, da capacidade de garantir a segurança interna, de combater a pobreza massiva e fomentar o desenvolvimento económico.

da China tem tido implicações políticas significativas – reafirma a aliança sino-nigeriana e contribui profundamente para a fomento de uma perceção positiva da China entre a elite política do país – produzindo um conjunto de *outcomes* favoráveis a ambos os Estados (Ramani, 2016).

Li (2009) socorre-se de dois modelos de relacionamentos sino-africano – ajuda ao desenvolvimento e cooperação económica – para mostrar como elementos tradicionais do HP podem se tornar em símbolos de SP, em virtude dos valores que propugnam. A assistência ao desenvolvimento chinês à África, em geral, e à Nigéria, em particular, ao contrário da apregoada e disponibilizada pelos parceiros ocidentais, converge com as aspirações e os valores dos líderes políticos nigerianos, os quais encaram as imposições relacionadas com a implementação de reformas neoliberais como uma violação à soberania dos Estados africanos. Assim, como advogam Hansen et al. (2013), a importância da ajuda ao desenvolvimento e cooperação económica chinesas para a Nigéria não decorre exclusivamente da sua valência material, mas também das condições sob as quais são efetuadas, dos valores que lhes estão associados, nomeadamente o facto de os Estados africanos serem vistos como pares no quadro dessas relações.

Nye (2004) defende que na conversão dos *recursos* de SP (e.g. cultura, valores, ideologia, políticas) em *comportamento* de SP, ou seja, a habilidade de se conseguir os *outcomes* estipulados pela influência dos outros, determinando a sua agenda, persuadindo e provocando atração positiva (Nye, 2004), torna-se fundamental a ação do que ele designa de *clusters* de qualidades (*competência*, *carisma* e *benignidade*). Aqui a qualidade *competência* é particularmente relevante no quadro da admiração e atração que o modelo de desenvolvimento económico chinês exerce sobre os líderes e *opinion makers* nigerianos. A *competência* ajuda-nos a entender a forma como a faceta económica do HP pode se tornar desejável, traduzindo-se em fonte de SP.

Registe-se, igualmente, que Pequim tem sido particularmente bem-sucedido no recurso à diplomacia pública para expandir o seu SP na Nigéria. A diplomacia pública lida com a influência das atitudes do público na formação e execução da política externa (Nye, 2008). Ela olha para aspetos das relações internacionais que transcendem a diplomacia tradicional, implicando, por exemplo, ações governamentais visando o cultivo da opinião pública no estrangeiro, interações entre grupos privados e os seus interesses, comunicações sobre questões externas, e processos de contacto intercultural (Nye, 2008).

Esta estratégia de Pequim começou a assumir particular destaque a partir do início do segundo milénio, no quadro da qual vem procurando demonstrar as suas intenções enquanto potência emergente responsável, almejando assim influenciar a atitude pública sobre as decisões de política externa (Bolewski & Rietig, 2008; in Wu, 2016). Segundo Nye (2008), uma diplomacia pública bem-sucedida é sinónima de SP. Para este académico, tanto um como outro conceito reconhece o papel da esfera pública na comunicação da cultura, de valores e ideologias (Nye, 2008).

São vários os instrumentos de diplomacia pública usados pelos governantes chineses para a promoção de uma imagem positiva da China entre os nigerianos – a concessão de bolsas de estudos, promoção de intercâmbios estudantis, de académicos e *think tanks*, criação do *Instituto Confúcio*³²¹, o único em África, visando a promoção do mandarim entre os nigerianos, criação de um centro de investigação sobre a cultura chinesa³²². Apesar de possuírem experiências históricas e tradições culturais distintas, a China tem sido extraordinariamente bem-sucedida nos seus esforços de promoção da sua cultura na Nigéria (Ramani, 2016).

O sucesso desta ofensiva de charme chinesa pode, de certa forma, ser corroborado através da análise dos resultados de vários inquéritos relacionados com as perceções dos nigerianos relativamente à China. A investigação levada a cabo pela *Pew research Review*, em 2007, evidenciou que 79% dos inqueridos possui uma perceção positiva da China, enquanto os EUA só conseguiram 58% (Pew Research Center, 2007). Outros inquéritos empreendidos pela mesma organização, em 2010 e 2013, chegaram a resultados similares, concluindo também que a maioria dos nigerianos considera os chineses parceiros e não inimigos da Nigéria (2010: 75%; 2013: 71%) (Hansen et al., 2013). O inquérito de 2013, por exemplo, constatou que a maioria dos respondentes (70%) acha que a China tem em consideração os interesses da Nigéria, no quadro das suas relações económicas e diplomáticas, preferindo, igualmente, que Abuja estreite as relações com Pequim, em detrimento de Washington (Hansen et al., 2013). Outros inquéritos de opinião, como os da autoria da *Afrobarometer*, da *BBC*, da *Pew Charitable*

³²¹ Em 2007, a universidade Nnamdi Azikiwe criou o Instituto Confúcio destinado ao ensino da língua chinesa aos estudantes nigerianos. Um projeto bem-sucedido e pertinente, tendo em conta o aumento das relações económicas e políticas entre os dois países (Ramani, 2016)

³²² Prevê-se igualmente a criação de um Instituto da Língua Igbo na China para encorajar os estudantes chineses a trabalharem para as empresas chinesas a operar na Nigéria.

Survey, corroboram esse padrão, não só na Nigéria, mas também em muitos outros países africanos (Brautigam, 2014).

As razões subjacentes à boa imagem da China entre os nigerianos resultam fundamentalmente daquilo que consideram as oportunidades que a China proporciona em termos de cooperação para o desenvolvimento, aliadas ao seu bem-sucedido modelo desenvolvimento económico, visto como um exemplo a seguir pela Nigéria (Hansen et al., 2013). Este facto põe a nu a interconexão entre o sucesso económico tangível (*HP*) e a atração que ele causa (*SP*) (Hansen et al., 2013).

Os *media*, quer chineses quer nigerianos, sendo janelas a partir das quais as relações sino-nigerianas são observadas pelo público, afiguram-se centrais na construção social dessa imagem positiva da China entre os nigerianos (Hansen et al., 2013). As narrativas mediáticas, ao proverem significado e construírem a realidade social das relações sino-nigerianas, produzem um “*regime de verdade*” que as caracterizam como algo bastante positivo (Hansen et al., 2013).

Apesar de a importância da mente sobre a força constituir-se uma característica histórica da cultura política chinesa, a era da informação global alterou as condições de influência (Wu, 2016). O poder tornou-se crescentemente intangível e o papel dos *media* e das tecnologias de informação assume uma extrema relevância no quadro da diplomacia pública (Nye, 2002). Uma simples transmissão televisiva ou radiofónica tem o poder de romper com as barreiras geográficas e alcançar o mais íntimo espaço físico da audiência (Wu, 2016).

A China tem utilizado as suas próprias plataformas mediáticas para se engajar com as audiências em regiões estrategicamente importantes (Wu, 2016), entre as quais a África. Esse engajamento surge em resposta não só à era global da informação como também à necessidade de uma comunicação mais ativa³²³. Em termos gerais, os chineses acreditam existir um desfasamento entre a perceção pública e o rápido recrudescimento das relações económicas, bem como de contactos regulares entre os *policymakers* dos dois países. Outrossim, Pequim tem se apercebido que terceiros têm divulgado narrativas sobre a China, sem se darem ao trabalho de procurar saber o ponto de vista oficial (Lathan, 2009;

³²³ Em 2011, o governo chinês anunciou que os *media* chineses com transmissão para o estrangeiro receberiam um aumento de investimento nas décadas seguintes, a fim de lhes permitir apresentar uma imagem verídica da China ao mundo (*China Daily*, 2011; in Wu, 2016).

in Wu, 2016), principalmente as que retratam o engajamento da China com os países africanos de forma bastante negativa (Wu, 2016). Daí a importância dos *media* chineses na divulgação de uma imagem positiva da China visando contrariar essas narrativas (Wu, 2016).

O engajamento mediático chinês tem traduzido igualmente numa série de intercâmbios entre jornalistas chineses e africanos (e.g. *Sino-African Cooperation Forum* (SACF), Terceiro Workshop para Jornalistas Africanos), possibilitando a estes últimos, em geral, e nigerianos, em particular, o conhecimento de diversas facetas da cultura chinesa, bem como da sua política externa para com os países africanos. Outra estratégia levada a cabo por Pequim, neste particular, é instalação de instituições mediáticas nacionais em alguns países africanos. Na Nigéria, temos a *West African United Business Weekly*, lançada oficialmente em 2005, o primeiro jornal chinês da região oeste-africana (Ramani, 2016).

Segundo Nye (2004), as narrativas são moedas do SP. Investigações levadas a cabo por Hansen et al. (2013), esmiuçando as notícias e os artigos de opinião em quatro dos principais jornais nigerianos – *The Punch*, *Vanguard*, *This Day* e *The Guardian* – constataram que os *media* nigerianos têm cumprido um papel fundamental enquanto veículos de promoção do SP chinês, transmitindo um discurso bastante positivo das relações entre os dois Estados, e influenciando a percepção dos cidadãos nigerianos relativamente à China.

Dito isso, podemos concluir que os chineses exercem o seu SP na Nigéria quer direta, atraindo e persuadindo a elite política estatal, quer indiretamente³²⁴, no qual os *media* e a opinião pública, influenciados por uma diplomacia de charme, por sua vez, afetam as decisões dos líderes políticos nigerianos relativamente a Pequim (Hansen et al., 2013).

X.3. Nigéria, China e Segurança Regional: Razões para Otimismo?

A problemática respeitante à penetração económica e, principalmente, securitária, por parte das grandes potências, em regiões e arranjos regionais do Sul Global tem merecido amplas análises no quadro da política internacional (Acharya, 2007, n.d.; Allison, 2004;

³²⁴ A forma direta de SP refere-se à atração e persuasão que acontecem ao nível dos líderes políticos, enquanto a indireta é um modelo de duas fases, no qual o público e terceiros são influenciados, para posteriormente influenciarem os líderes políticos (Nye, 2011).

Annawitt, 2010; Buzan & Wæver, 2003; Buzan, 2003; Cantori & Spiegel, 1970; Goh, 2005; Katzenstein, 2005; J. Kelly, 2007; MacFarlane, 2004; Mearsheimer, 2001; B Miller & Kagan, 1997; B Miller, 1997; Benjamin Miller & kagan, 1997).

No caso da penetração militar, essas análises, regra geral, têm atribuído um grande enfoque aos efeitos desestabilizadores que implicam para a segurança regional (Jones, 2015). Acadêmicos como Acharya (2007), Katzenstein (2005) e Mearsheimer (2001) são de opinião de que esse tipo de penetração sistêmica, normalmente, se traduz em diversos constrangimentos para os atores regionais (e.g. domínio externo sobre instituições e assuntos regionais), podendo igualmente, em determinados contextos, sobretudo quando traduzida em uma forte presença militar (*overlay*), impedir ou distorcer a evolução das dinâmicas de segurança locais (Buzan & Wæver, 2003).

O *overlay*, quer durante a competição ideológica, quer durante o colonialismo teve um profundo impacto no fomento do quadro de insegurança que perpassa a África Ocidental, espelhado, sobretudo, no *déficit* da soberania empírica e na fragilidade das instituições estatais. Em Estados frágeis, [como o grosso dos oeste-africanos] onde a natureza da legitimidade dos regimes é contestada, e a capacidade de se exercer o controlo soberano sobre a população e território é limitada, os desafios securitários são multifacetados (Alden, 2014a). No contexto geopolítico em apreço, essa fragilidade tem traduzido na produção e atração de um sem número de ameaças, tais como insurgências etno-religiosas, secessionismo, golpes de Estado, conflitos domésticos, várias tipologias de criminalidade organizada, terrorismo, etc.

Essa multiplicidade de ameaças com que a África Ocidental se confronta coloca enormes desafios à Nigéria, a potência regional é um dos Estados africanos mais proativos, no âmbito das operações de paz no mundo. Abuja tem procurado posicionar-se, com algum sucesso, na linha da frente, em termos de estruturação das operações de paz no plano regional (Adebajo, 2004; Adedeji, 2004; Aning, 1999, 2008; Bach, 1983; Bekoe & Mengistu, 2002; Howe, n.d.). Efetivamente, como sugerem Bach (2010b) e Katsina (2011), a natureza e a assimetria da distribuição de capacidades político-militares, no contexto oeste-africano, permitem à Nigéria dominar e, de certa forma, estruturar o quadro securitário regional. Contudo, algumas operações realizadas no passado, mormente a entrada da ECOMOG (força de manutenção de paz constituída sobretudo por militares nigerianos) na Libéria e Serra Leoa, puseram a nu um conjunto de debilidades

que estiveram, em ampla medida, na base da perpetuação dos conflitos que assolaram os dois países, nomeadamente carência de meios financeiros, debilidades operacionais e logísticas, falta de profissionalismo dos militares, etc.

Tais constrangimentos podem ser superados com um maior envolvimento da China nas questões securitárias regionais. Como, e que desenvolvimentos indicam que, a China pode vir a exercer um papel relevante na mitigação dos mesmos? Ora, conforme avançam Mariani & Gotterson (2016) e Van Hoeymissen (2010), acontecimentos recentes [nomeadamente o incremento do engajamento das forças chinesas em operações de paz em países como Sudão, Mali, Costa do Marfim, a par da implantação de uma base militar em Djibuti³²⁵] indiciam que Pequim estará a se enveredar para uma abordagem político-securitária mais pragmática relativamente à África, a qual aponta para uma maior presença militar nos próximos anos, em resposta às ameaças direcionadas aos seus investimentos e interesses naquele continente³²⁶. Segundo Verhoeven (2016), esse *movimento estratégico* evidencia o abandono paulatino do princípio³²⁷ sacrossanto da não-ingêrência em assuntos domésticos dos Estados, malgrado considerado pedra basilar da política externa chinesa, desde 1949.

Na África Ocidental, esse *movimento estratégico*, já tem implicações visíveis, nomeadamente uma presença militar mais contundente aquando das insurgências Tuaregue, no norte do Mali, em 2013, bem como na anuência de Pequim à intervenção francesa na sequência do conflito marfinense de 2010.

Ora, uma interpretação mais flexível do princípio de não-interferência e um eventual reforço do engajamento militar chinês em resposta à insegurança no contexto oeste-

³²⁵ A expressão mais proeminente do interesse chinês, no domínio naval, foi a decisão de estabelecer uma instalação militar permanente em Djibuti, que se prevê estar operacional a partir de 2017. A China, em virtude das críticas direcionadas à política norte-americana de estabelecimento de bases militares em várias partes do globo, tem feito um enorme esforço para fazer passar a ideia para a opinião pública internacional de que as instalações não são uma base militar. Observadores chineses tendem a designá-las de *hub* logístico para as embarcações chinesas.

³²⁶ A China já começa a evidenciar alguns sintomas associados à tendência de as grandes potências transformar os seus interesses económicos em presença diplomática e militar em África, à medida em que a perceção do continente africano se altera de oportunidade para riscos (Verhoeven, 2016).

³²⁷ Diversos conflitos – no Mali, Burundi, na Nigéria e Somália -, a par das atividades dos terroristas no Egito e no Quênia amplificaram as pressões para que a China recrudescesse o seu envolvimento. Daí a decisão de Pequim abrir uma instalação naval – epitetado por alguns de base naval – em Djibuti (Verhoeven, 2016). A instalação naval afigura-se um importante sinal de que os estrategas em Pequim estão crescentemente a estruturar os interesses económicos da China de modo a que se traduzam inexoravelmente na assunção de maiores responsabilidades políticas e securitárias (Verhoeven, 2016).

africano terão sempre que ter em linha de conta o estatuto, o historial e a importância da Nigéria na gestão das crises de segurança que têm afetado a região. E tudo aponta nesse sentido, haja em vista não só as boas relações entre os dois Estados, como também os posicionamentos da chancelaria chinesa relativamente à centralidade da Nigéria na gestão da insegurança regional.

Do outro lado, não são raras as exortações dos congéneres nigerianos para que a China exerça um maior envolvimento no combate das ameaças securitárias regionais. E tudo indica que essas posições convergem com as expectativas dos demais atores regionais. Os Estados africanos estão cientes de que a ressurgência da China e dos demais membros dos BRICS, em contramão com a significativa erosão da hegemonia dos EUA, prenuncia a tão almejada emergência de um sistema internacional multipolar, no qual Pequim terá um peso avassalador. Segundo Nel e Stephen (2008), a resposta dos Estados, mormente a potência regional, caso exista, ao envolvimento das grandes potências na região onde estão inseridos depende, sobremaneira, não só do modo como percecionam a estrutura de poderes e privilégios que enforma a ordem global, mas também as suas capacidades de a influenciar (Nel & Stephen, 2008).

Outrossim, é preciso não esquecer que a China vem apregoando um conjunto de valores, a nível da política interna e externa, relativamente ao que deveria ser a estrutura da ordem económica e política internacional, da cooperação para o desenvolvimento, *inter alia*, que vão ao encontro das expectativas dos líderes políticos africanos. Neste quadro, Breslin (2013) afiança que um dos objectivos-chave da China é empoderar a ONU como o único corpo de *decision making* legítimo, no que concerne à procura de soluções globais, não só para problemas transnacionais, como também para casos de falhanço de Estados.

Este facto torna a China num poderoso aliado dos Estados africanos. Segundo Alden (2014a), a crença de que a emergência da China requer uma reformulação das instituições internacionais, a fim de refletir as mudanças nas dinâmicas sistémicas e um compromisso proporcional por parte da China com relação a uma maior provisão de bens públicos tornou-se um artigo de fé entre os *policy making* chineses. As críticas da China relativamente aos malefícios de uma ordem internacional unipolar neoliberal, dominada pelos EUA pode, de certa forma, refrear as inquietudes e os anseios advenientes do reforço da penetração securitária de Pequim no contexto regional, que eventualmente possam persistir em alguns Estados.

O reforço da cooperação sino-nigeriana, quer centrada no combate às ameaças emergentes dentro do perímetro fronteiriço nigeriano, quer voltada para o quadro securitário regional, é suscetível de constituir um importante passo para a otimização do combate das ameaças que pairam sobre a África Ocidental. Uma das mais-valias da China decorre do facto de as suas forças militares serem melhor preparadas, em termos técnico-táticos, possuírem uma cultura estratégica superior, e estarem melhor apetrechadas a nível de tecnologia militar, comparativamente às congéneres nigerianas, o que se afigura fundamental para a formação das mesmas – amplamente referenciadas, no plano regional, no tocante à sua falta de profissionalismo e inclinação por práticas corruptas – e para eventuais operações conjuntas que venham a ser necessárias para a estabilização de determinadas áreas conhecidas por serem particularmente voláteis, nomeadamente a região do rio Mano, o norte do Mali, a região do Delta, e o próprio Golfo da Guiné.

Hettne & Soderbaum (2000) sugerem que a forma como uma potência regional age, nomeadamente no domínio da assunção do papel que dela se espera na gestão da segurança regional, é influenciada, não só pelos seus atributos materiais, mas também institucionais e ideacionais. Regra geral, os Estados do Sul, quer sejam potências ou não, confrontam-se com graves deficiências ao nível desses atributos. As potências regionais, pese embora evidenciem algum poderio económico, que resulta normalmente da sua dimensão territorial, aliada à posse de recursos naturais estratégicos suscetíveis de lhes permitir atenuar o estatuto de Estados periféricos, não deixam de estar numa posição de dependência económica e tecnológica *vis-à-vis* ao centro (Buzan, 1991). A Nigéria não foge a essa regra.

Note-se também que a China e a Nigéria comungam um conjunto de similitudes, do ponto de vista securitário, passíveis de fortalecer a sua cooperação nesse domínio, nomeadamente o facto de serem países em desenvolvimento, com uma enorme relevância regional, e que se debatem com um conjunto ameaças *sui generis* (separatismo, fundamentalismo religioso, pirataria marítima, e assim por diante.) (Nesiana, 2013).

Convém, igualmente, não esquecer que o facto de constituir o epicentro a partir do qual se difundem um conjunto de ameaças, quer subjetivas quer objetivas, para o panorama regional, conforme sugere Aning (2008), a Nigéria é, de certa forma, um dos principais responsáveis pelo falhanço da tentativa de estabelecimento de um enquadramento institucional robusto no panorama regional. Uma Nigéria instável implica

necessariamente uma dinâmica afim em todo CSR oeste-africano. Desta forma, esse *movimento estratégico* chinês, no perímetro oeste-africano, terá que necessariamente atribuir especial atenção à essa plêiade de ameaças emergentes dentro das fronteiras da Nigéria, até porque estamos a falar de um dos principais parceiros económicos da China em África.

Outro facto que joga a favor da China num eventual reforço do seu engajamento militar na África Ocidental é, sem dúvida, a boa imagem cultivada entre os políticos africanos, fruto do seu *smart power* (Nye, 2016), que basicamente traduz na conjugação da cooperação económica com a *doutrina da soberania*. O envolvimento da China em África, ao arrepio do que normalmente tem sucedido com as potências ocidentais, não suscita desconfianças e resistências entre os Estados regionais, especialmente a Nigéria³²⁸ – note-se que a China, não só não tem um passado colonial, como, à semelhança dos Estados africanos, foi vítima do imperialismo ocidental. Pequim não tem poupado críticas às potências europeias pelo seu papel no subdesenvolvimento da África, no quadro da sua ofensiva de charme direcionada aos países do Sul. Este facto aumenta a possibilidade de a China, querendo, poder ser enredada³²⁹ em enquadramentos cooperativos regionais ligados ao panorama securitário.

As boas relações mantidas entre os Estados oeste-africanos e a China, bem como o facto de esta última defender o estatuto de líder do continente negro para a Nigéria, como corroborado pelo recente apoio à pretensão de Abuja conseguir um assento enquanto membro permanente do CSNU, podem ser particularmente importantes no reforço da liderança nigeriana no plano sub-regional, assim como para a mitigação dos tradicionais cismas e receios históricos dos Estados oeste-africanos direcionados à Nigéria.

A própria articulação entre a China e a Nigéria na gestão das dinâmicas de insegurança regional afigura-se particularmente útil neste aspeto, pois a China pode ser, em certa medida, percecionada como um contrapeso relativamente ao poderio da Nigéria.

³²⁸ Este movimento pode criar algum conflito de interesses entre as várias partes envolvidas. A Nigéria está, assim, perante um dilema relacionado com a manutenção da harmonia entre as grandes potências, nomeadamente a China e os EUA (Nesiama, 2013).

³²⁹ Em inglês, *enmeshment*. A ideia de “*enmeshment*” refere-se a um processo de engajamento com um ator ou entidade de forma a arrastá-lo para um profundo engajamento para com o sistema ou comunidade, envolvendo-o numa rede de trocas e relacionamentos sustentáveis. Neste processo, os interesses do ator são redefinidos e a sua identidade alterada de modo a primar pela proteção da integridade e ordem do sistema. Este conceito medeia, em certa medida, as noções de engajamento e comunidades de segurança.

O exercício do poder, por parte das potências regionais, está amplamente dependente de um conjunto de fatores, entre os quais se relevam a projeção do seu modo de pensar e das suas preferências entre os Estados adjacentes (Naber, 2007, in Prys, 2010), processo para o qual é fundamental a capacidade de converter os *recursos de soft power* em *comportamento de soft power*. A liderança e o seguidismo são duas faces de uma mesma moeda, estando intrinsecamente relacionados com a legitimidade (Prys, 2010). A Nigéria não tem sido bem-sucedida neste particular. O país tem se confrontado com enormes obstáculos à transmissão de uma imagem de credibilidade dentro do panorama regional, o que tem beliscado a sua legitimidade enquanto líder regional (Adebajo, 2004; Adedeji, 2004; Alli, 2012; Katsina, 2011).

Outrossim, conforme sugere Lemke (2012), é preciso não perder de vista que o contexto regional é preenchido maioritariamente por Estados fracos, tanto do ponto de vista da coesão sociopolítica, quanto do ponto de vista do poder material. Para este autor, esta marca distintiva dos Estados africanos pesa amplamente nas relações que estabelecem entre si – que se caracterizam sobretudo por dilemas de segurança e relações hostis – e com Estados de outros espaços geográficos [nomeadamente as grandes potências] (Lemke, 2012). Isso exponencia ainda mais os receios centrados numa eventual liderança musculada por parte da Nigéria.

De referir também que a China, presentemente, possui um *know how* mais atualizado, em termos de gestão de crises e operação de paz, fruto da crescente participação das suas forças em operações multilaterais de apoio à paz em diversas partes do globo, a par de ações de patrulhamento juntamente com forças ocidentais, como as realizadas com a NATO no Golfo de Áden. Esse *know how* pode revestir-se particularmente importante no treino das forças de segurança regionais, principalmente a *Standby Force*, para um melhor combate às crises securitárias nesse perímetro.

A China, ao contrário da UE e os EUA, está mais recetiva em transferir tecnologia militar para os Estados africanos. Se bem que aqui é necessário fazer uma ressalva de que a transferência de tecnologia militar, principalmente para Estados fracos, como são os da África Ocidental, amiúde, tem efeito contraproducente. Não são raras as situações em que armas destinadas às forças governamentais acabam nas mãos dos insurgentes e rebeldes, ou de elementos afetos à criminalidade organizada.

A própria cooperação económica da China com os Estados regionais, contanto que bem gerida pelos mesmos, pode afigurar-se um importante fator de estabilidade regional, dada a enorme ameaça que a insegurança económica representa para as populações oeste-africanas. Esta resulta da incapacidade de os Estados proverem bens públicos necessários à satisfação das suas necessidades. Não havendo *contrato social*, deixa igualmente de haver legitimidade de os regimes políticos na condução dos destinos do Estado. Ora, um reforço da penetração económica e financeira da China no espaço regional oeste-africano, em geral, e na Nigéria, em particular, pode ter repercussão positiva na segurança económica de determinados segmentos populacionais, mitigando assim um importante constrangimento do processo de construção estatal³³⁰ nesse espaço geográfico.

X.4. Penetração Económica Chinesa e a Agencialidade Nigeriana

A problemática da cognominada *agencialidade ou ação africana* tem recebido crescente destaque entre os estudiosos e analistas da relação China/África. O tratamento dessa questão, como sustenta Brown (2012), permite-nos desvendar as tensões que emergem entre o crescente ativismo dos Estados africanos e a persistência de um conjunto de constrangimentos estruturais a que estão submetidos, particularmente no que toca ao comércio global.

Durante as duas últimas décadas, a África viu a sua capacidade de ação e exercício do poder ou, como é comumente designado entre a literatura especializada, a sua *agency* (C. Wight, 2006), aumentar consideravelmente no plano global, como de resto foi patente em diversos *fora* internacionais³³¹, nas “coligações” Sul-Sul, nas negociações sobre a concessão e administração de ajudas e, por último, na sua crescente centralidade no quadro das intervenções militares (Brown, 2012). De todo modo, neste contexto, os Estados africanos continuam a enfrentar um conjunto de desafios, quer endógenos – onde se relevam os altos níveis de pobreza e subdesenvolvimento, a fragilidade económica,

³³⁰ O conceito de construção estatal implica um mecanismo internacional aplicado como resposta a um potencial falhanço dos Estados, o como meio de conter o seu declínio (Kovačević, 2011). A segurança internacional coloca a construção estatal dentro de um contexto relacionado com o fenómeno dos Estados fracos, os quais podem afigura-se refúgios para terroristas e redes de crime organizado internacional, e como tal, tornaram-se fontes de instabilidade, imigração ilegal e terror (Kovačević, 2011).

³³¹ Como sejam negociações sobre as mais diversas questões internacionais – comércio internacional, alterações climáticas, G8, G20, etc.

política e militar –, quer exógenos, advenientes, sobretudo, da estrutura assimétrica do sistema internacional.

No que concerne ao relacionamento com a China, grosso modo, aos africanos é atribuído um papel passivo, em se tratando do estabelecimento de prioridades e termos de engajamento, face a uma China proativa e insaciável na prossecução dos seus interesses económicos (SaferWorld, 2011). Contudo, registre-se que existem perspetivas as quais não afinam por esse diapasão. Alguns académicos, nomeadamente Corkin e Mohan, são de opinião de que muitas investigações apresentam um retrato enviesado do problema (Carmody & Kragelung, 2016), falhando no registo da “ação” dos Estados africanos na moldagem das relações com a China. Na mesma linha, a SaferWorld (2011) apresenta alguns exemplos de proatividade africana: *i) o escrutínio rigoroso exercido pelo parlamento ganês aos acordos comerciais celebrados com China, traduzindo numa significativa pressão sobre governo no sentido de otimizar os termos dos mesmos; ii) as bem-sucedidas negociações entre os governos da Angola e da China, as quais refletiram no estabelecimento de quotas relativas à contratação de mão-de-obra local para as empresas chinesas; iii) e as medidas políticas postas em prática pelos burocratas sul-africanos visando mitigar o impacto negativo das importações da China sobre o setor têxtil nacional* (SaferWorld, 2011).

No contexto nigeriano pode se apontar alguns casos de proatividade entre os altos responsáveis políticos nacionais, se alinharmos com os considerandos avançados pela SaferWorld, nomeadamente: as exortações direcionadas à ONU e ao G20 no sentido de pressionar a China a cumprir os protocolos internacionais em matéria de direitos humanos³³² (Agubamah, 2014b), em resposta ao que consideram ser tratamento indigno e discriminatório dado a muitos cidadãos nigerianos, principalmente reclusos, na China³³³; a revisão dos termos de uma série de “*contratos petróleo por infraestruturas*”, no início do mandato do presidente Yar’Adua, sob a justificação de não terem sido respeitados os critérios de transparência e de boa gestão, quando foram concessionados

³³² É paradoxal aqui que Nigéria exorte os *fora* internacionais no sentido de exercer pressão sobre as autoridades chinesas para que respeite os direitos humanos dos imigrantes nigerianos na China, quando a Nigéria tem um péssimo registo no domínio dos direitos humanos. Interessante notar que a Nigéria outrora foi uma importante aliada da China contra as condenações do Ocidente por causa dos acontecimentos registados na praça de Tiananmen.

³³³ Em julho de 2010, um grupo de africanos realizaram uma manifestação em resposta à morte de um cidadão nigeriano durante uma intervenção policial.

durante a governação de Obasanjo (1999-2007). Por exemplo, um dos contratos afetados seria o de exploração da refinaria de Kaduna, por parte da CNOOC. Note-se que, juntamente com a atribuição da gestão da refinaria em questão, a referida multinacional petrolífera tinha sido premiada com a concessão de quatro licenças de perfuração, sob a promessa de realizar vários investimentos, que nunca chegaram a se concretizar (Agubamah, 2014a; Taylor, 2007a).

De todo modo, a decisão de rever os termos dos contratos petrolíferos celebrados no período em que Obasanjo esteve à frente dos destinos do país, não obstante as suas virtudes, resultou da necessidade de satisfazer as exigências e pressões da nova elite político-económica emergida com o “novo regime”, ávida em recuperar as oportunidades de que foram despojadas durante o mandato anterior. Na Nigéria, bem como em maioria dos Estados africanos, o exercício político traduz num jogo de soma nula, no qual é expetável, de certa forma, que os detentores do poder façam uso dos recursos do Estado a seu favor, bem como do grupo étnico a que pertencem.

Não são raras as situações em que os detentores do poder na Nigéria manifestam insatisfações relativamente a determinados aspetos considerados problemáticos advenientes da penetração económica chinesa. Um dos focos de tensão é o facto de grande parte das multinacionais chinesas, principalmente as pertencentes aos setores infraestrutural e petrolífero, preferirem utilizar sobretudo mão-de-obra trazida da China (Wagner & Cafiero, 2013), o que faz pouco sentido para os nigerianos, tanto mais porquanto o país se confronta com uma alta taxa de desemprego, mormente entre a camada jovem. Ademais, a importação de mão-de-obra da China constitui um fator limitador da transferência de *know how* para as comunidades locais (Agubamah, 2014b). A pequena fração de nigerianos que consegue emprego nas empresas chinesas tem que se submeter a condições laborais sub-humanas, facto que também está na origem de muitas críticas por parte das autoridades nigerianas (Wagner & Cafiero, 2013).

Os burocratas governamentais têm manifestado, igualmente, alguma preocupação com a entrada massiva de uma série de produtos manufaturados no mercado nacional, traduzindo não só no recrudescimento da assimetria na balança comercial, como também da própria taxa de desemprego, por via do encerramento de muitas empresas nacionais. Além disso, muitos desses artigos são contrafeitos e/ou de muito baixa qualidade, onde constam diversos géneros alimentícios e produtos farmacêuticos, constituindo uma

enorme ameaça à saúde pública nacional e regional. Este problema assume particular acuidade num país carecedor de instituições reguladoras capazes de controlar a entrada desses produtos no seu território (Agubamah, 2014a). É verdade também que os comerciantes nigerianos têm a sua quota-parte de responsabilidade nesse problema, ao engendram, em parceria com os congéneres chineses, esquemas fraudulentos, no sentido de ludibriar as autoridades, isto quando estes não aceitam subornos. Esta questão é tanto mais preocupante se tivermos em conta que, quer a China quer a Nigéria, são, de certa forma, *hubs* de dois dos principais grupos de criminalidade organizada transnacional – a *Máfia nigeriana e as Tríades chinesas* – organizações cujo espectro de atividades se entende à contrafação, inclusive de produtos farmacêuticos e alimentares.

A questão do *dumping* e da contrafação de produtos chineses também adquire particular relevância no setor têxtil. Via de regra, os empresários chineses a operar nesse domínio copiam o *design* de uma série de vestimentas tradicionais africanas e levam para a China para serem produzidos em massa. Posteriormente, são exportados para a África, onde são vendidos a preços tão baixos que eliminam qualquer possibilidade de competição por parte dos produtores locais. O seu baixo preço faz com que sejam preferidos entre os consumidores nigerianos, ainda que a qualidade não seja a desejável. Em 2010, os têxteis chineses dominavam 80% desse segmento de mercado nigeriano, resultando no encerramento de mais de 170 empresas têxteis nacionais, e na concomitante perda de 350.000 postos de trabalho (Agubamah, 2014a). Para além disso, o crescente aumento das exportações de têxteis chineses para os EUA tem comprometido as perspectivas de a Nigéria, bem como outros países africanos, potenciarem as oportunidades proporcionadas no âmbito da AGOA (Kumpe & Chen, 2014). De notar que a AGOA, ao facilitar as exportações africanas para os EUA, constitui um grande incentivo à localização de empresas chinesas na Nigéria, competindo diretamente com empresas nacionais nesse segmento de mercado (Agubamah, 2014a).

É premente o empreendimento de medidas, por parte dos governos africanos, no sentido de contrariar este efeito perverso que a penetração chinesa tem exercido sobre o crescimento do mercado doméstico e as exportações do continente (Kumpe & Chen, 2014), sob pena deste vir a se tornar num perdedor, no quadro dessa relação com a China (Lyman, 2005). Langmia (2011) é a favor do estabelecimento de políticas protecionistas

e acordos que acautelem o desenvolvimento económico a longo-prazo e o bem-estar das populações, sem as quais é praticamente impossível reverter esse quadro.

A China pode, naturalmente, exercer um papel decisivo no futuro do desenvolvimento do continente africano, retribuindo-lhe os seus benefícios, conforme advogado por Barnett (2012) no seu artigo intitulado “*New Rules: China must pay globalization forward in Africa*”³³⁴”.

O desequilíbrio comercial sino-nigeriano tende a ganhar proporções assombrosas, a cada ano que passa. Tenha-se presente que a Nigéria possui uma economia extremamente frágil, cuja a exportação se baseia fundamentalmente num único *commodity* – o petróleo –, e a China é simplesmente a segunda economia mundial, em vias de aceder o primeiro lugar do pódio. Ademais, grande fração desse comércio bilateral é “*off the record*”, no qual uma significativa quantidade de mercadorias chinesas entra em território nigeriano atravessando as porosas e disfuncionais fronteiras que partilha com os vizinhos, exponenciada, amiúde, pelos altos níveis de corrupção registados entre as autoridades oficiais (Wagner & Cafiero, 2013).

Como sugere Agubamah (2014b), muita da matéria-prima que China adquire na Nigéria faz o circuito inverso, sob a forma de produtos manufaturados. Trata-se de uma relação que equipa a China com maiores capacidades tecnológicas, e deixa muito pouco à Nigéria – esta é a essência do colonialismo. O prevalecimento desse padrão de relacionamento assimétrico traduzirá, nas palavras de Agubamah (2014b), inevitavelmente na desindustrialização da Nigéria, e futuramente poderá se constituir num grande obstáculo ao curso das relações sino-nigerianos (Agubamah, 2014b).

A resolução desse problema implica necessariamente, como sugere Agubamah (2014b), o recrudescimento de exportações de produtos não-petrolíferos para a China. Porém, entre esta constatação e a sua efetivação vai uma enorme distância. Para que isso aconteça, os *decision makers* nigerianos teriam que pôr em prática um conjunto de reformas conducentes à diversificação da economia nacional e ao surgimento de instituições políticas e económicas inclusivas (Acemoglu & Robinson, 2012). Naturalmente, isso não

³³⁴ A histórica expansão da globalização da Europa para a América do Norte e, posteriormente, para a Ásia apresentou uma dinâmica familiar. A Europa foi o primeiro investidor, cliente e integrador da economia dos EUA, na sua emergência no séc. XIX e séc. XX, e os EUA procederam a sua retribuição à Ásia Oriental nas décadas seguintes à II Guerra Mundial. Agora é a vez da Ásia, através de a China, retribuir à África (Barnett, 2012a).

é do interesse da elite política nacional, dado que muitos elementos desse círculo têm investimentos no domínio da produção petrolífera, e não querem correr o risco de ver esvaírem-se as vantagens que a presente estrutura económica do país lhes proporciona.

Antes preferem socorrer-se de retóricas populistas e medidas de cosmética com o intuito de transmitir alguma preocupação, mas não passam de estratégias almejando aplacar as críticas populares e mediáticas, sem efeitos substanciais na mudança da base estrutural dessas relações (Egbula & Zheng, 2011). A título ilustrativo, o *deficit* comercial tem estado a ser discutido, há muito tempo, no quadro da *Comissão de Planeamento Conjunto China-Nigéria* (Agubamah, 2014b), e não se vislumbram medidas contundentes a esse respeito. Relativamente ao *dumping* de mercadorias baratas no mercado nigeriano, os responsáveis políticos da Nigéria ficaram-se pela ameaça de apresentarem uma queixa à OMC. A única medida mais contundente seria tomada, em 2005, pelo então Ministro das Finanças, anunciando uma lista de 20 tipos de manufaturas chinesas, incluindo têxteis, calçados, bolsas, *inter alia*, com entrada restrita no mercado nacional³³⁵ (Taylor, 2007a). Relativamente à precariedade laboral, os governantes nigerianos também se ficaram pela retórica. Em 2015, a *Vanguard*, um dos mais destacados jornais nigerianos, num artigo intitulado “*China to Sanction Companies for Disobeying Nigerian Law*”, apresentou as considerações do embaixador chinês na Nigéria, Gu Xiaojie, sobre essa complexa questão, nas quais exortava as empresas chinesas a cumprirem as leis nigerianas em matéria laboral, prometendo mesmo punir os prevaricadores (Vanguard, 2015). Da parte dos *policymakers* locais, não obstante os esforços empreendidos pelos profissionais desse jornal, não se conseguiu obter quaisquer reações (Vanguard, 2015). Isto ilustra, de certa forma, como os governantes nigerianos têm tratado este assunto com pinças.

³³⁵ Contudo, é preciso que se diga que o colapso do setor têxtil nigeriano não pode ser atribuído somente à entrada de têxteis chineses na Nigéria. Esta situação decorre em ampla medida da ineficácia crónica, incompetência e corrupção dentro das indústrias nigerianas. Por exemplo, a Nigéria possui a décima maior reservas de gás, bem como quantidades consideráveis de carvão, e um potencial para o desenvolvimento de um vigoroso setor hidroelétrico. Ainda assim, a Nigéria gera somente 3000 megawatts de eletricidade – apesar da demanda doméstica situar-se à volta dos 6000 megawatts. O resultado é que muitas empresas laboram com recurso a geradores elétricos com combustíveis comprados a preços extremamente altos, muitas vezes escassos, apesar de o país ser o sétimo maior produtor de petróleo mundial. Daí que o custo associado à realização de negócios na Nigéria seja muito alto. Num tal contexto, torna-se virtualmente impossível, mesmo para a mais eficiente empresa têxtil nigeriana, competir com os produtos chineses (Taylor, 2007).

No relacionamento com a China, conforme avança Carmody & Kragelung (2016), a ação dos nigerianos tem se restringido às *margins*³³⁶, dado surgir em resposta às pressões exercidas pela sociedade civil nigeriana, e, mesmo assim, com poucos efeitos práticos. Estamos, assim, em face a uma estratégia hegemónica visando o consenso da parte dos governados, sem que se mexa na estrutura económica necessária à prosperidade de determinados segmentos da elite nacional.

De todo modo, mesmo que houvesse um genuíno esforço por parte da elite nigeriana em alterar a estrutura da economia nacional, o que potenciaria a *ação* da Nigéria relativamente à China, é preciso não esquecer os fortes constrangimentos que a estrutura económica global exerce sobre a África.

Em suma, a penetração económica chinesa na Nigéria é encarada com alguma ambivalência por parte dos nigerianos. Se por um lado, provê um conjunto de bens a preços muito baixos, outrora inacessíveis à maioria da população, por outro lado, reforça a nefasta dependência da economia nigeriana relativamente à exportação de *commodities* primários, criando resistências entre os *decision makers* em empreender políticas suscetíveis de conduzir à diversificação económica. A elite política nigeriana está mais preocupada em retirar vantagens económico-financeiras, a partir desse relacionamento. Não há uma política coerente relativamente à China, como de resto acontece com a maior parte dos países africanos. Se se pode falar de uma política nigeriana relativamente à China, esta consiste em nada mais do que o dispêndio de uma enorme quantidade de energia, por parte dos burocratas nigerianos, em desenvolver uma sólida relação com Pequim, em toda a gama de aspetos políticos e económicos, com muito poucas questões a serem levantadas acerca de aspetos mais sensíveis, quais sejam a política de responsabilidade social das multinacionais chinesas, o respeito pelas leis laborais e pelos regulamentos ambientais, a questão do *dumping* e da contrafação, entre muitos outros. Contanto que as elites políticas prosperem, tudo está bem.

³³⁶ Em inglês, *agency at the margins*. “ação às margens”, em ordem a capturar uma grande parte dos recursos nacionais para si ou para o tesouro.

Capítulo XI - Transição Económica Chinesa e a Segurança Económica Regional

Quem ouviu as declarações de Xi Jinping, proferidas no âmbito do FOCAC 6, realizado a 5 de dezembro de 2015, em Joanesburgo, nas quais promete disponibilizar um pacote de ajuda aos países africanos, no valor de US\$ 60 mil milhões, destinados a um conjunto de projetos no domínio da industrialização, redução da pobreza, infraestruturação, segurança, *inter alia*, é levado a pensar que as relações económicas sino-africanas se desenrolam sem quaisquer constrangimentos. Porém, as dinâmicas que lhes são intrínsecas afiguram-se muito mais complexas do que aparentam. Na verdade, como sugere Olander (2015), *encruzilhada* é o termo que melhor as caracteriza, muito em razão do processo de transição económica em curso na China.

Após aproximadamente três décadas de crescimento económico surpreendente, a China tornou-se no maior exportador global, em 2007 (Bussolo, 2016), e facilmente atingiu a posição de segunda economia mundial, em 2010. Presentemente, ocupa a segunda posição entre os países importadores de bens e serviços (Bussolo, 2016). Os valores relativos às suas exportações excedem em 60% e 75% os dos EUA e da Alemanha, respetivamente, duas das principais potências industriais do Ocidente (Bussolo, 2016).

A posição da China no panorama económico mundial advém de um ambicioso programa posto em prática por parte dos sucessivos governos que seguiram a saída de cena de Mao-Zedong, o qual se centrou na criação de incentivos visando uma forte industrialização, a fim de recrudescer o poderio económico da China e o seu estatuto no plano global. Os resultados não se tardaram em aparecer: crescimento económico massivo, urbanização e modernização de grande parte do território, recrudescimento dos rendimentos das famílias, etc. (Dulue, Onu, & Alake, 2016; Stratfor, 2013).

O modelo em causa proporcionava grande controlo por parte dos governos local e central relativamente à alocação de financiamento, de terras e recursos naturais, à subsidiação de preços e disponibilização desses *inputs* para o benefício do setor corporativo (Stratfor, 2013). As empresas, por sua vez, expandiram-se rapidamente, elevando os impostos e salários. O sistema retribuía em forma de estabilidade social e segurança do regime (Stratfor, 2013).

Volvidas três décadas após essa pujança económica, o modelo aparentemente entrou em falência: ou seja, chegou-se a um ponto em que a aposta numa economia fortemente

centrada na industrialização passa a ter efeito contraprodutivo. Apesar ter permitido a expansão da economia doméstica e a conquista do mercado global, o modelo em causa tem conduzido a um forte desequilíbrio económico decorrente do excesso da capacidade industrial. Grande parte das indústrias, principalmente as pesadas, aumentaram a produção de tal sorte que o seu escoamento se torna extremamente difícil, num quadro de retração do consumo mundial (Stratford, 2013). O que não impediu que continuassem a expandir-se, dando azo a uma competição feroz, num contexto em que a produção em massa não tem correspondência em termos de aumento dos preços. O racional subjacente a essa estratégia é a superação do rival com recurso ao aumento da produção, em detrimento da inovação, gestão ou *branding*³³⁷ (Stratford, 2013).

Em muitos casos, o que impede uma empresa ineficiente de entrar em bancarrota são financiamentos proporcionados pelos governos locais ou bancos públicos (Stratfor, 2013). Mesmo assim, amiúde, esses empréstimos acabam por ficar estagnados nos cofres das corporações industriais, ou por ser investidos em novas produções ineficientes. Saliente-se, igualmente, que aproximadamente um quarto das fábricas na China está fora de uso, exponenciando ainda mais os custos gerais e a depreciação de capital (Stratfor, 2013).

A ineficiência e o défice tecnológico que perpassam essas indústrias – manifestados, entre outras coisas, através do consumo massivo do carvão e petróleo – não só colocam a China entre os países mais poluidores do mundo, como também atrasam a mudança para um modelo de produção mais avançado³³⁸ (Stratford, 2013).

Se as empresas não são rentáveis, não há aumento de salários, o qual poderia funcionar como catalisador para o aumento do consumo doméstico. Para piorar a situação, uma

³³⁷ Segundo o Conselho de Estado, o setor do ferro e do aço utiliza 72% da capacidade, cimento 74%, alumínio electrolítico 72%, vidro 73%, e construção naval 75%, notando que esses níveis estão muito abaixo dos apresentados pelos rivais internacionais operando a um ritmo normal (Stratford, 2013).

³³⁸ Administrações anteriores reconheceram a necessidade de atacar a sobrecapacidade e consolidar as indústrias de modo a aumentar a eficiência económica e controlo político. Mas o interesse de muitas firmas e governos locais em manter o crescimento, geralmente, tem sobreposto as visões dos planificadores governamentais. Quando o antigo presidente Jiang Zemin tentou restringir a produção do carvão, várias companhias simplesmente disfarçaram os seus reais níveis de produção, e quando o seu sucessor adotou a mesma política com relação ao aço, os resultados foram semelhantes (Stratford, 2013). A principal razão subjacente ao falhanço da recente consolidação foi a crise financeira de 2008. Em resposta à essa crise global, o governo chinês empreenderia uma política extremamente agressiva de créditos, a qual demandou um grande relaxamento das regulações, bem como a aprovação de novos projetos. Esse estímulo afigurava-se a tábua de salvação de muitas empresas, que de outro modo estariam na bancarrota (Stratford, 2013).

porção considerável do rendimento das famílias chinesas acaba por ser transferida para as poupanças (Stratfor, 2013).

Estão em curso um conjunto de reformas através das quais as autoridades chinesas pretendem fazer emergir um modelo de crescimento económico considerado mais sustentável, e que se baseie essencialmente no aumento do consumo doméstico conjugado com o desenvolvimento do setor dos serviços (Rhee, 2015). Tal transformação permitiria, entre outras coisas, uma redução drástica da dívida e dos investimentos públicos (Rhee, 2015), aliada à diversificação das bases da economia chinesa.

Se é verdade que estamos em face a um processo unanimemente considerado essencial para a emergência de uma economia mais sustentável, e suscetível de proporcionar maior preponderância às forças do mercado (Rhee, 2015; Sheets, 2016), de igual modo não deixa de ser menos certo que a tarefa que os *decision makers* chineses têm pela frente afigura-se hercúlea, complexa e morosa.

Segundo a prestigiada empresa de análise geopolítica, Stratford, o novo modelo de crescimento requererá profundas mudanças no sistema de educação, investigação, gestão e nas próprias convenções sociais (Stratford, 2013). Rhee (2015) põe a tónica na necessidade de equilíbrio de ação por parte das autoridades chinesas, por forma a manter altos níveis de procura dentro de um contexto de estabilidade financeira. Este autor adianta que, à medida que as reformas avançam, é essencial assegurar uma gestão eficaz de novos mercados e empresas liberalizadas, o que pede não só o endurecimento dos constrangimentos orçamentais, quer para empresas públicas, quer para as privadas, como também o fortalecimento contínuo do enquadramento de supervisão financeira (Rhee, 2015).

Até ao momento, desenvolvimentos registados na economia real proporcionam algum otimismo. O atual ritmo de abrandamento da economia está em consonância com as previsões do FMI, apesar do recrudescimento de alguns riscos (Rhee, 2015). Nos últimos três anos, o setor dos serviços cresceu a ritmo superior ao setor industrial; investimentos na área dos serviços e do consumo mantiveram-se relativamente robustos, mesmo em face à lentidão registada nos níveis globais de investimento; outrossim, os quantitativos referentes ao registo de novos negócios totalizaram US\$ 4.4 milhões, em 2015, representando um acréscimo anual de 22% (Rhee, 2015); nesse mesmo ano, treze milhões

de empregos foram criados em zonas urbanas, excedendo, em grande medida, a meta do governo (Rhee, 2015).

Todavia, numa fase inicial, as notícias relativas às reformas económicas chegaram a irradiar ondas de choque por todo mundo, não fosse avassaladora a influência que a economia chinesa exerce dentro das relações económicas globais. Atualmente, quer mercados financeiros em economias avançadas, quer mercados produtores de *commodities*, todos vêm seguindo com alguma apreensão o evoluir desse processo. Paira no ar uma grande incerteza, entre os parceiros económicos da China, não só em relação ao lapso temporal que esse processo irá demandar, mas também à probabilidade de sucesso do mesmo. Qualquer que seja o *outcome*, ele terá grande impacto na economia mundial.

As consequências já começam a ser visíveis na fraca performance económica de muitos Estados africanos, particularmente os cujas economias dependem sobretudo das receitas advenientes da exportação de *commodities*. Pese embora a performance da economia africana esteja condicionada por um conjunto de fenómenos, tais como a volatilidade dos mercados financeiros globais, fragilidade no crescimento económico global, aumento dos custos dos empréstimos e estrangimentos infraestruturais severos (particularmente no fornecimento de energia), a verdade é que nenhum dos fenómenos acima mencionados se equipara ao peso do despencamento do preço dos *commodities* – principalmente petróleo e minerais estratégicos – nos mercados mundiais, que seguiu o abrandamento da economia chinesa (Ighobor, 2017).

Desde o início da desaceleração da economia chinesa, em 2011, os preços da energia, metais e produtos agrícolas caíram em 70%, 50% e 35%, respetivamente (Abiad, 2016). De US\$ 100/barril, em 2013, o preço do petróleo caiu para US\$ 26/barril, em 2016, flutuando à volta de US\$ 50/barril em outubro desse mesmo ano³³⁹ (Ighobor, 2017). Trata-se de um *commodity* responsável por 90% das exportações e aproximadamente 70% do orçamento anual da Nigéria (Ighobor, 2017), país que atravessa enormes dificuldades económicas, experienciando, neste momento, uma contração económica na ordem de - 1.3%, quando, em 2014, crescia a 6.54% (Trading Economics, 2017). Em junho de 2016,

³³⁹ Nos anos do *boom*, houve um enorme esforço para se criar uma pseudo-classe média, sugere Keith Richards, diretor da empresa de produção alimentar *Promasidor Nigéria*. Foram erigidos centros comerciais, escolas privadas, hospitais, etc., e produtos ocidentais foram massivamente importados. Porém, o país não investiu em infraestruturas sobre as quais um crescimento económico sustentável poderia ser construído. Em agosto de 2014, chegou a tempestade perfeita do colapso do preço do petróleo.

a inflação chegou a atingir 17.1% – valor mais alto em mais de uma década (Financial Times, 2017). A Financial Times (2017) defende que esta recessão ameaça colocar em xeque o estatuto da Nigéria como a maior economia africana. Para Ighobor (2017), com a depreciação do naira, o valor da economia nigeriana passou a situar-se à volta de US\$ 296 mil milhões, em 2016, quando há dois anos atrás³⁴⁰ valia US\$ 488 mil milhões, fenómeno que retira a Nigéria o epíteto de primeira economia africana.

A situação económica de outros países da região não é muito diferente. Considere-se, por exemplo, a Serra Leoa: o país, depois de se ter recuperado dos desastrosos efeitos do ébola, epidemia mortífera que assolou a região do rio Mano, no ano passado, tem novamente pela frente outro eminente desafio – a queda do volume de exportação do ferro para a China³⁴¹. Com a redução da procura desse metal, o preço despencou; de US\$ 191/ton, em 2011, passou para US\$ 45/ton, em junho de 2016 (Ighobor, 2017). A moeda serra-leonesa, o leones, conheceu, no espaço de um ano, uma grande desvalorização face ao dólar – de 5000L/1\$ para 6500L/1\$ (Ighobor, 2017). A estabilidade macrofinanceira do país vê-se, assim, profundamente comprometida, revertendo a assinalável trajetória de crescimento económico (Ighobor, 2017).

A descida do preço das matérias-primas nos mercados internacionais tem afetado, ainda que em menor grau, outros Estados da região, nomeadamente a Libéria, a Guiné e o Gana. Tendo em conta que grande parte desses Estados tem uma enorme carga de dívida externa, contraída irresponsavelmente durante o período de bonança, cujas prestações têm que ser pagas sob pena de entrarem em *default* para com os credores internacionais, o que pioraria ainda mais a situação, a solução é invariavelmente cortes extremos a nível dos programas sociais, aumento de impostos e congelamento de vários projetos destinados ao fomento da economia, acirrando ainda mais a instabilidade social.

Registe-se que há um outro fluxo constante de *commodity* que sai da África Ocidental em direção à China, mas que não se traduz em *cash* para os cofres dos Estados da região, uma vez que estão relacionados com os designados contratos *recursos-por-infraestruturas*, (Olander, 2015).

³⁴⁰ Com o *rebasement* económico.

³⁴¹ Note-se que as reservas existentes nas minas de Tonkolili, no norte do país, fazem dele um dos maiores produtores de ferro do mundo – ferro esse amiúde considerado a sua boia de salvação (Ighobor, 2017)

Na Nigéria, a crise de liquidez tem dificultado o reembolso das dívidas externas, entre as quais se incluem as próprias dívidas chinesas. Daí o apelo do senador nigeriano Udoma Udo Udoma, feito no âmbito do *Fórum Sino-Nigeriano sobre a Cooperação Económica e Comercial*³⁴², realizado em Abuja, em 2015, no sentido de a China mesclar as subvenções com os empréstimos por forma a reduzir a carga da dívida do país (Economic Confidential, 2016). O paradoxo é que, apesar desse enorme volume de dívida, a Nigéria está em negociações, que já se prolongam por algum tempo, com o EXIMBANK e o governo chinês para a contração de um empréstimo no valor de 20 mil milhões de Naira³⁴³. A demora na conclusão das negociações decorre do endurecimento das condições para a aprovação do empréstimo. Aparentemente, a China tem-se mostrado mais cautelosa na concessão dos mesmos, como se pode comprovar através da recusa do EXIMBANK em financiar uma série de projetos de infraestruturação no Gana, em 2016³⁴⁴.

Saliente-se, igualmente, que as repercussões do abrandamento da economia da China já começam a ter tradução afim ao nível do volume de investimentos, quer chineses quer de outros países na África Ocidental, particularmente na Nigéria (Financial Times, 2017). Segundo Anaeto, Eboh, & Nnorom (2017), o fluxo de IDE para a Nigéria situou-se entre US\$ 4.52 a US\$ 5.12 mil milhões, em 2016, valor mais baixo dos últimos nove anos, com maior incidência no setor petrolífero (Sweet Crude, 2016).

Uma das várias consequências da quebra das exportações petrolíferas nigerianas é a escassez de divisas externas, particularmente o dólar, a qual levou o Banco Central Nigeriano a impor um controlo mais restrito sobre os fluxos monetários direcionados ao exterior. Resultado: incremento de transações no mercado negro e dissuasão de entrada de investimentos. Por exemplo, companhias aéreas estrangeiras, nomeadamente a *United Airlines* e a *Ibéria*, face a impossibilidade de transferir os lucros para os respetivos países de origem, deixaram de voar para Lagos (Financial Times, 2017).

A presente situação aparenta invocar alarmes semelhantes à era do *boom*, onde se releva a declaração do antigo ministro das Finanças da Nigéria, Lamido Sanusi, segundo a qual a

³⁴² Em Inglês, *China-Nigeria Economic and Trade Cooperation Forum*.

³⁴³ No entanto, o empréstimo tarda em ser aprovado. A postura da China, neste particular, pode ser um indício de falta de confiança na capacidade de os nigerianos cumprirem com as obrigações de crédito.

³⁴⁴ Os chineses afirmaram, após o estudo de documentos relativos aos projetos, que transmitiram ao governo ganês que os empréstimos concessionais, bem como os créditos preferenciais ao comprador são fundamentalmente direcionados a projetos lucrativos e com capacidade de reembolso, o que não era o caso.

relação sino-africana afigura-se problemática e insustentável (Staden, 2015). Não são poucos os analistas e académicos a considerar o futuro da África perigosamente entrelaçado com o da China (Olander, 2015).

Nos próximos tempos anteveem-se maiores dificuldades económicas para os produtores de *commodities* oeste-africanos, porquanto a China está no início do processo de transição económica, não existindo certezas quanto ao lapso temporal necessário à sua conclusão. Isto é tanto mais preocupante quando muitos analistas perspetivam um forte desengajamento dos EUA com a África, nos próximos anos, haja em vista diversos posicionamentos nada abonatórios do presidente Donald Trump sobre o referido continente³⁴⁵. Outrossim, segundo o relatório de *Instituto de Contabilistas Certificados da Inglaterra e Gales*, e a *Universidade de Oxford*, publicado em 19 de dezembro de 2017, a administração Trump tem dado mostras de querer enveredar por uma postura fiscal expansionista, limitando igualmente os gastos públicos, o que poderá repercutir, entre outras coisas, na redução da assistência económica e securitária à África. Tal política, a confirmar-se, teria nefastos efeitos para a África Ocidental, pois a Nigéria tem sido um dos principais beneficiários da assistência americana em África.

Porém, nem tudo são más notícias. Conforme advoga Carlos Lopes (2016), ex-secretário executivo da *United Nations Economic Commission for Africa* (UNECA), a presente transformação na estrutura da economia chinesa expõe a África a riscos, é certo, mas também a oportunidades. Para este académico, mais do que qualquer declínio duradouro da procura, a volatilidade dos preços dos *commodities* tem se afigurado muito mais problemática para os países produtores, por um lado (Lopes, 2016). Por outro lado, *commodities* não processados – particularmente minérios e metais – possuem maior volatilidade do que os processados, com as flutuações de preços anuais a variarem 23% para os não processados e 13% para os processados (Lopes, 2016). Isto, por si só, evidencia a imperiosidade de diversificação económica, que não se deve restringir ao perímetro dos *commodities*, para a sustentabilidade económica dos países africanos, em geral, e da África do Oeste, em particular.

³⁴⁵ A *intelligentsia* africana mostrou-se bastante desagrada com as duras palavras de Trump acerca da África e preocupada com a retórica “primeiro a América”. Receam que essa postura por parte do presidente americano poderá traduzir numa maior marginalização da África na política económica dos EUA. Trump não se esforçou por esconder a sua visão bastante negativa da África e dos africanos, chegando mesmo a propor aos afro-americanos que voltassem para a África, caso não gostassem dos EUA (Wenping, 2017).

Taylor (2007b) sustenta que uma baixa nos preços dos *commodities*, que persista por um largo lapso temporal, poderia obrigar economias de enclave³⁴⁶ (Taylor, 2007a), de que a Nigéria é um dos expoentes máximos em África, a arrear caminho, movendo-se em direção a uma economia mais inclusiva (Acemoglu & Robinson, 2012), melhorando, igualmente, as suas relações com os parceiros ocidentais, mormente a UE, com repercussões positivas ao nível do seu comprometimento com os ideais da NEPAD.

Ademais, a transição da economia chinesa irá repercutir no aumento da procura de outros tipos de *commodities*, nomeadamente diversos produtos agrícolas, a par de uma série de serviços³⁴⁷ (Abiad, 2016; Bussolo, 2016). Tiezzi (2015) sugere que, no quadro da reestruturação económica, um dos grandes planos do governo chinês é a transferência da cadeia de valores – o que envolve não só o *upgrading* das capacidades domésticas de produção de bens *high-techs*, mas também a deslocalização de indústrias menos complexas para outras regiões do globo, suportando assim a política “*Go global*”³⁴⁸ (Tiezzi, 2015). Isto reforça ainda mais a premência da diversificação do portfólio económico, principalmente em Estados oeste-africanos com maiores potencialidades económicas, como sejam a Nigéria, o Gana e a Costa do Marfim.

De todo o modo, muitos analistas asseguram que esta baixa de preços dos *commodities* tem os seus dias contados. Perspetivam-se novos aumentos nos próximos anos, em razão da emergência de outros gigantes económicos, principalmente a Índia e a Indonésia. Atualmente, a média de crescimento económico nos restantes países em desenvolvimento do continente asiático é cerca de 4% superior à média de crescimento económico chinês. Caso ocorra um sólido crescimento económico no universo das economias emergentes asiáticas, durante a próxima década e meia, haverá uma demanda de *commodity* no mínimo semelhante à era do boom chinês (Abiad, 2016). A confirmar-se, essas perspetivas da economia mundial, elas podem constituir-se um risco ou uma oportunidade

³⁴⁶ As economias de enclave, como a indústria petrolífera nigeriana, são problemáticas porquanto a geração de rendimento está fisicamente confinada a pequenos locais, com os principais mercados para os produtos a ser externos. Isso torna a saúde económica das áreas fora do enclave secundárias, senão irrelevantes. Em economias de enclave, as elites políticas e económicas ganham pouco com a prosperidade económica das massas (Leonard e Straus, 2003). Daí a relutância das elites nigerianas em empreenderem reformas suscetíveis de alterar a estrutura económica do país. Em vez disso, concentraram-se no controlo das economias de enclave, mantendo estreitas relações com as multinacionais estrangeiras (Taylor, 2007).

³⁴⁷ A percentagem de trabalhadores qualificados no setor terciário da economia chinesa conhecerá um incremento brutal – situando-se na ordem dos 100 milhões – nos próximos 10 anos (Bussolo, 2016).

³⁴⁸ Esta parte da estratégia de “*Belt and Road*”, a qual enfatiza a industrialização paralelamente à infraestruturação é amiúde negligenciada pelos analistas (Tiezzi, 2015).

para os Estados oeste-africanos, consoante de decisão das autoridades em levarem, ou não, avante, reformas necessárias à diversificação da economia regional.

Capítulo XII - China e a África Ocidental – Cenários Futuros

A cenarização, ou seja, a elaboração de um conjunto de hipóteses consistentes relativamente ao modo como o futuro pode desdobrar-se, tem sido amplamente utilizada entre os cientistas sociais, em geral, e cientistas políticos, em particular. Segundo Neumann & Øverland (2004), tendo em conta que a perspetivação do futuro é intrínseca ao planeamento político, é fundamental que os cientistas procurem a sua sistematização.

No plano das relações internacionais, a cenarização comporta importantes implicações no concernente ao desenvolvimento de métodos inovativos de “predição” de eventos globais³⁴⁹. Neste particular, Han (2011) coloca a ênfase no leque de abordagens alternativas que esta perspetiva oferece face ao domínio das teorias sistémicas. Por exemplo, uma das suas mais-valias decorre do facto de nos abrir a possibilidade de lançar mãos a uma plêiade de *insights* teóricos na perscrutação de importantes *puzzles* empíricos (Han, 2011), que se justifica em virtude da natureza complexa da política internacional – prática que converge com posicionamentos de Katzenstein & Okawara (2002) sobre a necessidade de recurso ao *ecletismo analítico* por forma a superar a competição inter-paradigmática, nociva, consideram, ao progresso do saber³⁵⁰.

O cenário a que nos propomos pretende encontrar respostas para as seguintes questões: *como serão as relações entre a China e a África Ocidental em 2037? Que fatores determinarão a evolução das mesmas?*

Para tal elaboramos quatro narrativas sustentadas por sete forças motrizes, a saber: *evolução da economia chinesa, o processo de integração regional na África Ocidental, o mercado global, a ação dos atores globais, o contexto securitário na África Ocidental,*

³⁴⁹ Este racional é mais relevante no campo das RI, dado o falhanço da predição do fim da Guerra Fria, vinte e sete anos atrás. Depois de se deparar com o abrupto fim do conflito bipolar, um dos principais especialistas na matéria, John Lewis Gaddis, notou que “*we tend to bias our historical and our theoretical analyses too much toward continuity... we rarely find a way to introduce discontinuities into theory, or to attempt to determine what causes them to happen.*” (Gaddis, 1992).

³⁵⁰ Os trabalhos mais relevantes neste contexto são Steven Weber, “Prediction and the Middle East Peace Process,” *Security Studies* 6-4 (1997), p. 173; Janis Gross Stein, et al. “Five Scenarios in the Israeli-Palestinian Relationship in 2002,” *Security Studies* 7-4. 1998, pp. 195-208.; Steven Bernstein, Richard Ned Lebow, Janice Gross Stein, and Steven Weber. “God Gave Physics the Easy Problems: Adapting Social Science to an Unpredictable World,” *European Journal of International Relations* 6-1. 2000, pp. 43-76. Um dos esforços recentes de explicar cenários em contexto regional é o artigo de Celik, Ayse Betul and Andrew Blum. “Future Uncertain: Using Scenarios to Understand Turkey’s Geopolitical Environment and its Impact on the Kurdish Question,” *Ethnopolitics* 6-4. 2007, pp. 569-583. Outros importantes trabalhos são: Aron Friedberg. “The Future of U.S.-China Relations: Is Conflict Inevitable?” *International Security* 30-2. 2005, pp. 7-45; e Daniel Drezner. 2010. “Night of the Living Wonks: Towards an international relations theory of zombies.” *Foreign Policy Journal Website*.

o tipo de governação prevalecente entre os Estados oeste-africanos, as políticas económicas regionais dos Estados oeste-africanos, a ação da Nigéria e a postura das empresas chinesas na região.

XII.1. Forças Motrizes e Incertezas

Tabela 1: Forças Motrizes e Incertezas

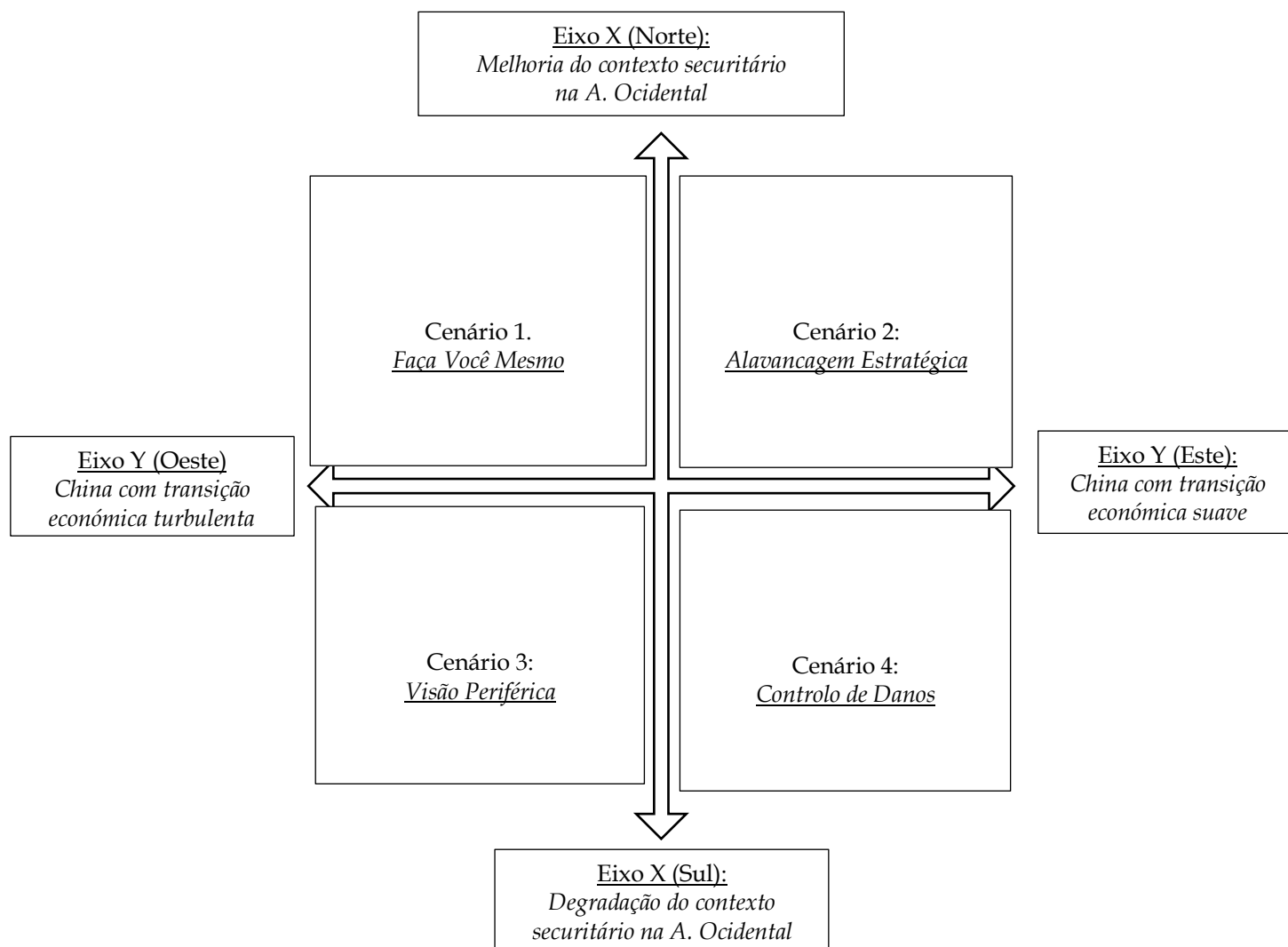
	Forças Motrizes	Incertezas
1	Evolução da economia chinesa	<u>Impacto da transição económica nas relações com a África Ocidental (Incerteza Crítica y)</u>
2	Mercados (fluxos de investimentos, comércio global)	Impacto dos mercados e especialmente investimentos dos EUA, França, Reino Unido e as demais potências emergentes
3	Ação dos atores globais	Domínio ou não dos EUA e França na região? A ONU e as operações de paz
4	Contexto securitário na África Ocidental	Mais ou menos segurança?
5	Políticas económicas regionais	<u>A região empreenderá políticas de diversificação económica ou reproduzirá instituições políticas e económicas extrativas? (Incerteza Crítica x)</u>
6	Ação da Nigéria	A forma como a Nigéria percebe e responde a evolução da penetração chinesa na região
7	Postura das empresas chinesas	Cumpridoras, ou não, com a regulamentações laborais, ambientais e comerciais?

Do leque das incertezas acima elencadas, identificamos duas a que consideramos críticas para a evolução das relações entre a China e a África Ocidental – Contexto Securitário na África Ocidental e Processo de Transição Económica (suave ou turbulenta) na China, as quais constituirão os eixos X e Y, respetivamente, da matriz dos cenários.

Outras forças Motrizes

Consideramos, igualmente, criticamente importantes mais três forças motrizes, cujos graus de incerteza são relativamente limitados. Trata-se de *elementos predeterminados* que operam em todas as quatro narrativas. São eles: a *localização geográfica*, a *diversidade de culturas e etnicidades* e o *crescimento demográfico* na África Ocidental.

Figura 4: Matriz do Cenário



XII.2. *Breve Excursus sobre as Incertezas Críticas*

- Eixo X (Norte) – a África Ocidental atravessa um período de estabilidade e de um crescimento económico relativamente robusto, que resulta de um sério comprometimento dos atores políticos regionais com a realização de um conjunto de reformas económicas e políticas, com particular relevância para a diversificação da economia, combate genuíno à corrupção e promoção da transparência, em consonância com a agenda da NEPAD e do *Consenso de Washington*. Tais reformas têm implicações extremamente positivas na estabilização regional, entre outras coisas, ao promoverem a criação de emprego, mitigarem a discriminação política e, consequentemente, as contestações sociais. O clima de estabilidade regional, ademais, permite a diluição de suspeições e dilemas de segurança vários entre os Estados oeste-africanos, bem como o engendramento de políticas estatais visando o reforço do projeto de integração regional.
- Eixo X (Sul) – a África Ocidental vivencia um contexto de extrema volatilidade securitária, com insurreições e golpes de Estado a devastarem vários países que ali se situam. As novas ameaças à segurança, sobretudo o narcotráfico, o terrorismo, o tráfico de armas, e o mais, encontram terreno fértil à expansão. As dificuldades económicas, a corrupção e a má-governança motivam uma grande contestação social, a qual mescla com clivagens étnico-religiosas, desembocando em desordem generalizada.
- Eixo Y (Este) – a China implementa um conjunto de reformas económicas e sociais, nomeadamente a imposição de uma maior disciplina financeira para as empresas públicas, a eliminação de empresas não produtivas, o reforço da rede de segurança social (investimentos massivos na saúde, educação, habitação urbana e nos transportes), que permitem inverter o domínio dos investimentos sobre o consumo doméstico.

Na sequência de um processo de transição bem-sucedido, a economia da China volta a atingir níveis de performance assinaláveis, demandando maior fluxo de

recursos energéticos, a par de maior escoamento da produção para mercados internacionais.

- Eixo *Y* (Oeste) – as reformas económicas não tiveram o efeito desejado, sobretudo, em razão da morfologia da pirâmide etária chinesa. Em 2037, a faixa etária igual ou superior a 60 anos situa-se à volta de 2/3 da população geral. Esse nível de envelhecimento populacional anula substancialmente o efeito das reformas forjadas com o intuito de reforçar a rede de proteção social, já que a poupança entre os idosos é bastante alta, dada a necessidade de se criar uma almofada financeira durante o período de reforma.

Os efeitos contraproducentes, igualmente, se estendem ao encerramento de corporações estatais não-lucrativas, o qual despoleta o recrudescimento da poupança corporativa, com dinâmica afim relativamente às poupanças globais, não obstante a redução de investimentos. O resultado é o aumento da *superavit* da conta corrente, aumento de desemprego e contestações internas.

XII.3. Cenarização

a) Descrição do Cenário 1 - Faça Você Mesmo

Incertezas Críticas:

- *Melhoria do Contexto Securitário na África Ocidental*
- *China com Transição Económica Turbulenta*

A presença da China na África Ocidental assume maior expressão no perímetro económico, embora seja relativamente discreta. Os recursos energéticos ocupam uma enorme fatia no conjunto das exportações regionais para a China, ainda que se registre um ligeiro aumento, tanto qualitativo como quantitativo, de outras exportações, explicado pelo empreendimento de um conjunto de políticas de diversificação económica, por parte de vários Estados da região. De todo modo, a retração do consumo na China limita, em ampla medida, o engrossamento do fluxo de produtos oeste-africanos que se lhe dirige.

O curso inverso de bens e serviço é mitigado, sobretudo, pelas dificuldades que perpassam o setor produtivo chinês.

Há um número não despreciable de empresas chinesas a estabelecerem-se na região, sobretudo, na Nigéria, cuja economia apresenta um grande dinamismo, mas também no Gana, Costa do Marfim e Senegal.

Essas empresas, cada vez mais, vêm-se obrigadas a melhorar a qualidade dos bens e serviços disponibilizados, não só haja vista as exigências da sociedade civil e o reforço dos mecanismos de fiscalização estatais, mas também por força dos ditames da competição, exponenciada com a chegada de um grande número de empresas de outras paragens como dos EUA, UE, Índia, Brasil, África do Sul e Médio Oriente, atraídos pelas oportunidades de negócio num contexto de estabilidade regional. O acirrar da competição, aliado às restrições em termos de financiamento nos bancos chineses, traduz na insolvência de número significativo de empresas chinesas. As grandes corporações estatais, principalmente as petrolíferas e mineiras, não obstante a instituição de maior transparência no quadro das concessões de licenças de exploração, a par do reforço dos investimentos dos congéneres ocidentais, aguentam-se em razão da umbilical relação mantida com o governo chinês.

O envolvimento chinês no panorama securitário regional afigura-se residual, restringindo-se à cooperação militar com alguns Estados, principalmente os mais preponderantes, bem como alguma assistência financeira à CEDEAO, destinada à consolidação da arquitetura de segurança regional.

Em matéria de assistência ao desenvolvimento, Pequim torna-se mais seletivo – quer em termos de tipologia, quer em termos de países elegíveis – na canalização das ajudas, criando novas regras, mais restritivas, por exemplo, para a concessão de empréstimos e perdão de dívidas dos países sobre-endividados. Tudo isso repercute numa considerável diluição da influência político-diplomática e económica chinesa na região, tanto mais não seja porquanto os seus rivais do Ocidente estão num crescente cortejo com os atores regionais.

b) Descrição do Cenário 2 - Alavancagem Estratégica

Incertezas Críticas:

- *Melhoria do Contexto Securitário na África Ocidental*
- *China com Transição Económica Suave*

Este cenário traduz num forte comprometimento chinês, tanto do ponto de vista político, como económico e militar, com os Estados oeste-africanos. A Nigéria consegue o tão almejado assento de membro permanente do CSNU, processo que teve como suporte um profundo engajamento diplomático chinês. Embora os progressos registados no plano da governação democrática, traduzindo em diluição da relutância anteriormente manifestada por outros membros permanentes do CSNU, principalmente os EUA e a França, com a candidatura nigeriana, tivessem sido determinantes para o efeito.

As trocas comerciais entre os dois espaços geográficos conhecem grande dinâmica. Se a China aumenta consideravelmente a quota de serviços no quadro das suas exportações, em crescendo, para a África Ocidental, esta também, em consequência de um conjunto de políticas regionais conducentes a uma maior diversificação económica, amplia o leque de mercadorias exportadas para aquele país asiático, destacando-se, neste contexto, os produtos agrícolas. Em todo o caso, existe ainda um claro domínio dos recursos energéticos nessas exportações.

Os termos de alguns acordos comerciais são revistos, relevando-se os do setor têxtil, o que culmina, entre outras coisas, numa significativa redução da entrada de têxteis chineses na região, em benefício das empresas regionais desse setor.

As grandes corporações industriais chinesas, principalmente metalúrgicas e cimenteiras, instalam-se em grande número na África Ocidental, com maior acuidade na Nigéria, Costa do Marfim, Gana, Mali, Níger e Guiné, dado não só possuírem matéria-prima em abundância, mas também infraestruturas e mercados mais desenvolvidos. Isto tem um profundo impacto na redução do número de desempregados, na promoção da transferência de *know-how*, desenvolvimento de competências entre os Estados regionais. As políticas de liberalização de investimentos externos levadas a cabo pelo governo chinês, ao despoletarem uma deslocação em massa de empresas nacionais para a África Ocidental, traduzem numa mitigação do controlo por parte de Pequim sobre o comportamento das mesmas. Contudo, o reforço dos enquadramentos institucionais e dinamismo da sociedade civil dos Estados regionais limitam a ação dos potenciais

prevaricadores, que se veem obrigados a operar em consonância com as regulamentações laborais e ambientais, mostrando-se, em muitos casos, mormente as petrolíferas, envolvidos em projetos de responsabilidade social, com particular acuidade na região do Delta do Níger. Estando a prioridade económica dos Estados oeste-africanos crescentemente direcionada à integração regional e à consecução de um desenvolvimento económico inclusivo, enfatizando a industrialização, o desenvolvimento do potencial agrícola e a criação do emprego para os milhões de jovens, quer nas negociações bilaterais quer multilaterais, cada vez mais, prescindem de *projetos adoçantes* em troca de recursos³⁵¹. Aliás, com o reforço do processo de integração regional, há uma maior concertação de posições entre os atores regionais nas suas relações com terceiros.

A ajuda ao desenvolvimento e a cooperação militar chinesas privilegiam, cada vez mais, a segurança humana e ambiental, sendo canalizadas crescentemente para as instituições regionais.

Os modernizadores oeste-africanos usam os investimentos chineses para o aumento da produtividade local, em benefício da população. Dois Estados – Gana e Senegal – são *winners* deste cenário, em virtude dos seus altos níveis de governação. Para esses Estados, os investimentos chineses proporcionam grande alavancagem para negociações com outros parceiros económicos, principalmente a UE, EUA, Japão outros membros do BRICS.

A assistência securitária da China aos Estados regionais torna-se, cada vez mais, seletiva, isto no plano militar, atribuindo especial ênfase à capacitação, promoção de uma conduta profissional entre as FAs e à cooperação técnica.

No plano securitário, há uma aproximação entre os EUA, a China e UE no domínio no combate a algumas ameaças que ainda continuam a assolar a região, com principal incidência para a luta contra o terrorismo e desastres ambientais. Criam-se canais de

³⁵¹ Alguns dos projetos infraestruturais ou “*presentes simbólicos de amizade*” (e.g. estádios, hospitais, estradas, etc.) tendem a ser utilizados como “adoçantes” para a consecução de grandes concessões no domínio da exploração dos recursos naturais. O primeiro objetivo das estradas e caminhos-de-ferro construídos pela China em África é a supressão dos constrangimentos advenientes do transporte das matérias-primas exploradas pelas suas multinacionais. A beneficiação das comunidades locais é um objetivo secundário. Esses “*adoçantes*” ou “*presentes simbólicos*” afiguram-se, igualmente, uma forma de auxiliar os políticos locais a mostrar algum trabalho a curto-prazo. Segundo alguns analistas, esses empreendimentos permitem, em muitos casos, aos políticos desviar recursos, ou proporcionar aos seus apoiantes grandes oportunidades de lucrar através da consecução de concessões. Por exemplo, um acordo de construção de um estádio pode trazer uma cláusula que preveja a construção e manutenção do relvado por uma empresa local, a qual não o constrói de acordo com os padrões especificados, e nem tão pouco proceda a trabalhos de manutenção.

diálogo político entre esses três atores e a CEDEAO, nas mais diversas questões, quer bilaterais quer multilaterais, relacionadas com a região.

c) Descrição do Cenário 3 - Visão Periférica

Incertezas Críticas:

- *Degradação do Contexto Securitário na África Ocidental*
- *China com Transição Económica Turbulenta*

Este cenário é marcado por uma grande atenuação das relações, quer económicas, quer militares, entre China e África Ocidental, à medida que ambos os espaços geopolíticos se deparam com fortes instabilidades sociopolíticas e económicas. Essa atenuação abarca não só trocas comerciais, mas também investimentos – a maioria das empresas chinesas outrora presentes na região oeste-africana transfere as suas operações para áreas mais estáveis do continente. As que ficam, sobretudo as petrolíferas e madeireiras, procuram tirar máximo partido da economia política de guerra, estando, por conseguinte, ligadas a uma enorme devastação ambiental, principalmente na região do rio Mano, na Guiné-Bissau e no Delta do Níger.

A economia de guerra também constitui uma oportunidade de lucro para algumas empresas bélicas chinesas, que veem o número de clientes aumentar na região. Essas empresas têm uma grande responsabilidade na perpetuação da instabilidade regional – apesar dos embargos da ONU à transferência de armamento aos Estados oeste-africanos afetados por conflitos, essas empresas estão por detrás do fluxo enorme de armas ligeiras, principalmente AK 47 Norinco, para a África Ocidental.

O *low profile* chinês no plano internacional reflete em participações bastante discretas no âmbito das operações multilaterais de paz da ONU/UA destinadas à região, participações essas que também se veem condicionadas pela forte presença das forças americanas e francesas nessas operações.

As forças navais americanas e francesas dominam as águas do Golfo da Guiné, operando, amiúde, em conjunto visando a proteção dos seus respetivos interesses económicos e estratégicos ali presentes. Porém, divergências relacionadas com o controlo de recursos no Golfo da Guiné e no norte do Mali, não raras vezes, desembocam em situações de competição estratégica entre si, prejudiciais à estabilização da região.

A Nigéria encontra-se numa posição bastante desconfortável. Dilacerada por múltiplas insurgências domésticas, e esgotada na sua capacidade de gestão da segurança regional, precisa de apoios externos para a pacificação da África Ocidental, que provêm sobretudo da França e dos EUA, dois atores com os quais tem um historial de relações difíceis. A presença contundente dessas duas potências na África Ocidental despoleta profundos receios securitários entre os nigerianos, para além de ir em contramão com os princípios fundamentais da sua cultura³⁵² político-securitária – o pan-africanismo e o anti-imperialismo.

d) Descrição do Cenário 4 - Controlo de Danos

Incertezas Críticas:

- *Degradação do Contexto Securitário na África Ocidental*
- *China com Transição Económica Suave*

Este cenário é marcado por um grande comprometimento militar chinês com a África Ocidental. O *high profile* chinês, no plano internacional, traduz numa forte presença no âmbito das operações multilaterais de paz promovidas pela tríade ONU/CEDEAO/UA na região, onde se destaca em termos de disponibilização de recursos financeiros e humanos. A grande frequência com que se registam ataques perpetrados não só por insurgentes, mas também terroristas e grupos criminosos, que aproveitam o contexto de instabilidade para lucrar, aos interesses chineses no Mali, Níger, Guiné e Nigéria justifica também ações militares bilaterais envolvendo forças chinesas e dos países afetados. Essas ações militares conjuntas são essenciais ao curso das operações de produção energética e trânsito de cargueiros no Golfo da Guiné.

A forte presença da China da região é encorajada pela Nigéria, pois lhe permite contrabalançar a influência de outros atores globais ali presentes, especialmente a França e os EUA.

³⁵² A cultura tem se tornado crescentemente numa importante ferramenta para a compreensão e explicação das questões securitárias internacionais. Como assevera Jeffrey Lantis, um dos mais significativos desenvolvimentos acerca do interesse académico na cultura é a emergência de um consenso no quadro dos estudos sobre as políticas de segurança nacional sobre o facto de a cultura afetar a *Grande Estratégia* e o comportamento dos Estados (Jaye, 2008). O conceito “identidade securitária”, no âmbito da Ciência Política, é definida como um conjunto de princípios coletivamente mantidos, com amplo suporte político, relacionados com as melhores ações do Estado em matéria de segurança, e institucionalizados no processo de *policy making* (Akimoto, 2013).

A China, a França e os EUA, apesar de atuarem em conjunto no contexto das operações de paz, não raras vezes, digladiam-se nos bastidores, por causa de interesses estratégicos divergentes, comprometendo profundamente o desiderato de estabilidade regional propalado em círculos oficiais. Os conflitos em eclosão no Mali, Níger e no Delta do Níger, opondo rebeldes insurgentes às forças governamentais, assumem, cada vez mais, contornos de guerra por procuração, produzindo uma escalada de tensões entre França e os EUA, de um lado, e China, do outro. A incapacidade de os atores globais concertarem posições e estratégias, no quadro das operações de paz, permite que esses conflitos evoluam em direção a sistemas regionais de conflito, alastrando-se a outros Estados adjacentes.

A participação de corporações bélicas e intermediários chineses nesses conflitos é mais limitada, não só em razão das pressões internacionais, mas também porque a China introduz um conjunto de reformas legais convergentes com as convenções internacionais em matéria de comércio de armamento, as quais reduzem significativamente as transferências de armas chinesas para a região.

Um grande número de empresas e investimentos chineses abandona a região. Os resistentes, sobretudo as corporações energéticas, operam auxiliados por forças de segurança chinesas, procurando tirar o máximo proveito da economia de guerra, mantendo uma relação obscura não só com a elite política e militar regional, mas também com os vários senhores de guerra que pululam pela região.

Essas relações obscuras, principalmente entre a elite político-militar acirram ressentimentos das populações marginalizadas e produzem estridentes críticas por parte dos atores ocidentais, que consideram a presença chinesa prejudicial à estabilização regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da penetração chinesa no continente africano, bem como as dinâmicas que lhe estão associadas, têm instigado uma série de produções académicas, coberturas mediáticas, posicionamentos políticos, etc., nas mais diversas geografias do globo. A questão central transversal a essas reações é a de se saber se se trata de uma relação *win-win*, ou se a mesma se tem desenrolado nos marcos de uma lógica neocolonialista, traduzindo numa relação *win-lose* em favor de Pequim, fazendo, amiúde, tábua rasa não só das transformações que o fenómeno vem assumindo, bem como da diversidade das organizações sociopolíticas e dos enquadramentos sub-regionais que enformam o continente em apreço.

Neste contexto, reduzindo o enfoque analítico para o perímetro sub-regional (África Ocidental) pareceu-nos ser uma das estratégias a seguir no sentido de mitigar alguma generalização presente em muitas análises incidentes sobre o fenómeno. De todo modo, a África Ocidental – haja vista as suas dinâmicas de insegurança, as suas enormes potencialidades em termos de recursos naturais estratégicos, o consequente interesse que estes despertam nas potências globais, aliados ao facto de congregar um conjunto de Estados fracos, com especial relevância para o que muitos designam de “Estado paradoxo”, a Nigéria – se nos apresenta como um espaço geopolítico que, *per se*, faz jus ser destacado neste contexto.

Assim, a penetração chinesa na África Ocidental se afigura o objeto sobre o qual incide a investigação a que propusemos desenvolver. O objetivo aqui foi identificar e analisar as implicações securitárias, positivas e negativas, daí advenientes, sempre balizados por um entendimento abrangente do conceito de segurança.

Especial destaque mereceu-nos a Nigéria, não só pelo seu estatuto de potência regional, mas também porquanto dotada de determinadas características intrínsecas à sua cultura político-securitária, que se nos afiguram *sui generis*, comparativamente às dos Estados adjacentes. O intuito aqui é perceber até que ponto essa referida “*sui generidade*” tem influenciado a sua resposta à presença da China na região.

A investigação pretende ser uma contribuição dentro do âmbito dos estudos sobre o novo regionalismo com foco na relação entre as dinâmicas de segurança regional e o nível sistémico, aqui tendo a interação China/África Ocidental como pano de fundo, tema que,

ao longo dos nossos estudos exploratórios, não nos apercebemos ter sido objeto de tratamento numa investigação ao nível de um doutoramento.

O objeto da investigação foi tratado socorrendo-se a várias lentes conceptuais, aliás como vem sendo prática corrente entre muitos académicos do novo regionalismo. Com isso, este trabalho almeja, igualmente, proporcionar o seu contributo no âmbito da problemática em torno do recurso à abordagem eclética no estudo das relações internacionais. Isto é tanto mais premente tratando-se de atores e enquadramento regionais não ocidentais.

Na África Ocidental, em consonância com o padrão registado em outras geografias africanas (e não só), a penetração chinesa assume um carácter fundamentalmente económico, aqui materializada na entrada massiva de investimentos direcionados, sobretudo, à exploração de recursos naturais estratégicos, onde se destacam o petróleo bem como uma variedade de minérios, abundantemente encontrados na região. A performance económica impressionante que a China apresentou, nas últimas décadas, só foi possível graças à importação, em grande escala, de recursos naturais, principalmente o petróleo, saídos de regiões como a África Ocidental.

Os investimentos chineses no domínio dos recursos naturais oeste-africanos estão, maioritariamente, sob a alçada das grandes corporações públicas. Nos últimos anos, estas corporações viram a sua quota de participação nesse setor aumentar significativamente, não só em virtude da sua disponibilidade financeira e de o facto de não almejarem lucros imediatos, mas também em decorrência do aumento das exigências dos governantes oeste-africanos relacionadas com a construção de infraestruturas a jusante à produção, a qual as multinacionais privadas ocidentais não estão dispostas a realizar.

As grandes multinacionais privadas têm cingido a sua participação, sobretudo, à exploração de minérios, desenvolvimento infraestrutural, agricultura e comunicação. Em muitos casos, os investimentos traduzem em *joint-ventures* envolvendo essas corporações privadas e congéneres regionais, na sua maioria públicas, financiadas por bancos de investimento chineses. Estes são, igualmente, responsáveis pelo financiamento de investimentos – fundamentalmente no domínio do pequeno comércio, restauração, pequena indústria – levados a cabo por pequenas e médias empresas chinesas que se estabeleceram massivamente nos países da África do Oeste.

Não raras vezes, os investimentos se veem umbilicalmente ligados ao que chancelaria designa de cooperação para o desenvolvimento, cujos alguns dos vetores muitos analistas, erradamente, consideram APD. Neste contexto, relevam-se, a título ilustrativo, os projetos infraestruturais governamentais – estradas, caminhos de ferro, portos, centrais elétricas e hidroelétricas – financiados através de empréstimos não-concessionais disponibilizados pelo EXIMBANK, os quais, não só têm servido de oportunidades de negócio para as grandes construtoras da China, como também facilitam as operações de produção levadas a cabo pelas suas corporações energéticas, mineiras e florestais. Note-se também que parte substancial do lucro estatal que essas explorações originam vai diretamente para os cofres da EXIMBANK, na forma de reembolso dos empréstimos.

Mesmo os empréstimos concessionais que, ao contrário do que nos é dado a perceber, mormente pelas fontes mediáticas, implicam a participação de corporações chinesas, designadamente no quadro de *joint-ventures* com empresas nacionais dos países recetores. E quando, na prossecução desses projetos, há necessidade de importação de tecnologia e materiais diversos, os termos dos acordos exigem que sejam importados da China.

Outro importante vetor de penetração chinesa na região tem-se materializado na intensificação das relações comerciais. Embora a China compre uma variedade de mercadorias na região, principalmente *commodities* primários, a verdade é que esse fluxo comercial se afigura irrisório face ao fluxo inverso. O *boom* económico registado, nas últimas décadas, deixou o mercado produtivo em situação de sobreprodução, pelo que as empresas chinesas precisam de amplos mercados externos suscetíveis de absorver essa quantidade massiva de excedentes de produção nacional. Neste particular, a África Ocidental, haja em vista a sua dimensão demográfica, tem se revelado um mercado consumidor bastante promissor.

Como referido anteriormente, uma importante parcela de investimentos chineses nessa região se concentra no setor agrícola, com empresários chineses a adquirirem grandes porções de terra para o efeito. Note-se que a China, dada à crescente urbanização, depara-se com um enorme défice de terrenos aráveis suscetíveis de manter uma produção que dê vazão às demandas domésticas. A África Ocidental ocupa o extremo oposto, nesse capítulo, já que o padrão que perpassa a maior parte dos Estados da região é a existência de amplas extensões de áreas férteis subaproveitadas.

Juntamente com os investimentos, a agricultura também tem sido responsável pela entrada de um número considerável de imigrantes chineses. Estes estão também em grande número em setores como restauração, prestação de serviços estéticos, médicos e farmacêuticos, manufatura, impressão, e comércio, em geral. Este fenómeno resulta, em grande medida, de um conjunto de estímulos proporcionados, na sequência da política “*Go Global*”, visando a expansão do investimento externo chinês e, concomitantemente, a redução do desemprego doméstico.

Concentrados numa das áreas mais instáveis do globo, os investimentos chineses, naturalmente, estão sujeitos à ação de uma série de ameaças, quais sejam insurgências domésticas, terrorismo, crime organizado, mesclados com alguma sinofobia que começa a emergir em alguns Estados. Se as três primeiras ameaças já são tradicionais na região, traduzindo em enormes constrangimentos para todas as multinacionais, e pequenas e médias empresas que ali operam, quer sejam chinesas ou não, a última, enquanto percepção e ação negativas direcionadas aos chineses e aos seus bens, começou a assumir contornos expressivos nos últimos anos, motivada, sobretudo, por um conjunto de procedimentos menos corretos da parte dos empreendedores e corporações chineses – práticas laborais extenuantes e que fazem tábua rasa das leis e regulamentos domésticos, concorrência desleal, contrafação, que, num registo crescente, se estende aos produtos farmacêuticos e alimentares, aliados ao que muitos, principalmente, as populações marginalizadas que habitam as regiões ricas em hidrocarbonetos, consideram a obscuridade relacional existente entre as grandes corporações energéticas chinesas e a elite política regional. Tais relações, consideram, têm fomentado a sua marginalização e corrupção dentro do aparelho do Estado Federal. A ameaça terrorista surge em resposta às incursões dos policiais chineses sobre a minoria muçulmana Uigure que ocupa o extremo oeste da China, consideradas massacres, por parte dos muitos grupos radicais que pululam a região, principalmente a AQMI.

Malgrado a dimensão das ameaças e o perigo que representam para os interesses chineses na região, até ao momento, pese embora algumas mudanças observadas nos últimos anos, podemos afirmar que são encaradas com alguma displicência por parte do governo chinês, principalmente no respeitante à cooperação securitária com os atores estatais e enquadramentos regionais como a CEDEAO. No plano da cooperação bilateral, a ação chinesa tem se desenrolado de uma forma *ad hoc*, quer no que diz respeito à

disponibilização de tecnologia militar a alguns países da região, sobretudo os mais proeminentes, quer ao nível da assistência no treino militar. Já a cooperação securitária com a arquitetura de segurança regional afigura-se praticamente irrisória – umas centenas de milhares de dólares doados intermitentemente, destinadas a fazer face às despesas inerentes ao funcionamento do mecanismo de segurança regional. De resto, a chancelaria chinesa tem-se desdobrado em posicionamentos vários, exortando a comunidade e organizações internacionais a assistirem financeiramente os arranjos regionais como a CEDEAO no fortalecimento das suas estruturas securitárias, sob a justificação de estarem melhor posicionadas no que concerne ao solucionamento dos desafios securitários da região sob a sua alçada.

De todo modo, Pequim tem dado mostras de querer exercer uma conduta mais proactiva com relação às dinâmicas de insegurança regional, como corrobora a decisão de utilizar, pela primeira vez no quadro africano, unidades combatentes, no âmbito da força de paz da ONU/UA destacada para o Mali, em 2013. Registe-se que nas anteriores missões do género, nomeadamente na Libéria e na Serra Leoa, Pequim tinha optado por enviar uma força, não obstante extensa, composta exclusivamente por unidades não-combatentes. A continuidade e, eventualmente, o reforço dessa conduta mais proactiva com relação aos processos de estabilização regional dependerá da evolução das dinâmicas de insegurança regionais (e no modo como afetam os seus interesses na região) e do sucesso, ou não, do processo de transição económica em curso na China.

É preciso não esquecer que a China tem a sua quota-parte de responsabilidade na potenciação de determinados vetores de insegurança regional. Por exemplo, ali ainda circulam quantidades significativas de armas de fabrico chinês, reminiscências sobretudo dos conflitos que assolaram a área em torno do rio Mano; muitas corporações mineiras, madeireiras e pesqueiras de origem chinesa têm enveredado por atividades que configuram crimes ambientais, e, mesmo assim, continuam impunes. Estas situações resultam das deficiências institucionais, transversais a todos os Estados Oeste-africanos, que refletem em ineficácia das autoridades, quando não são corrompidas, no controlo das operações de produção.

Contrariamente ao que se tem sucedido com outras potências, principalmente a França e os EUA, a resposta da Nigéria à penetração chinesa na África Ocidental é bastante positiva, motivada por um conjunto de fatores que perpassam os domínios estatal,

regional e internacional. Note-se que a China é um parceiro económico estratégico da Nigéria. Com efeito, é nesse Estado que se concentra o grosso de investimentos chineses na África Ocidental, e a partir do qual sai a maior parte de mercadorias regionais em direção a aquele Estado asiático. Quadro similar ocorre no plano da cooperação securitária bilateral, com a Nigéria a destacar-se entre os Estados oeste-africanos recetores de assistência técnica e militar chinesa.

Refira-se, igualmente, que Pequim se afigura um importante parceiro diplomático de Abuja, no contexto dos arranjos multilaterais, apoiando, entre outras coisas, a sua centralidade nos processos de paz regionais, bem como a sua pretensão de ascender a membro permanente do CSNU.

A maior proatividade chinesa, no âmbito dos processos de paz regionais, constitui uma mais-valia, num contexto em que a Nigéria se depara com enormes constrangimentos económicos internos, os quais, entre outras coisas, têm repercutido num défice de liderança regional. De notar também que uma maior presença da China nessas operações de paz traduz-se, de certo modo, na mitigação de um certo desequilíbrio de poderes favorecendo potências ocidentais, tradicionalmente registado, ao longo dos anos, e em relação ao qual Abuja tem evidenciado algum desconforto. Tenha-se presente que algumas potências ocidentais, principalmente a França e, em menor grau, os EUA, têm um grande historial de ingerência em assuntos domésticos dos Estados oeste-africanos, a par de ações amiúde questionáveis no âmbito dos processos de pacificação regional.

Ultimamente, as relações entre a Nigéria e esses atores, principalmente os EUA, têm conhecido momentos de alguma animosidade em virtude de um conjunto desencontros de posicionamentos relativamente a reformas democráticas, os quais tem repercutido na recusa da Casa Branca em avançar com determinadas vertentes da assistência militar, como a transferência de armas no âmbito da luta contra o Boko Haram.

Face a esses constrangimentos, o reforço das relações económicas, diplomáticas e militares com a China tornou-se quase que num imperativo para a elite política nigeriana. O facto de a Nigéria encontrar-se aqui numa posição de extrema dependência limita-a em termos de assunção de uma postura proactiva, no âmbito dessa relação.

Globalmente, a penetração chinesa na África Ocidental pode ser considerada positiva, sobretudo, em razão de estar na base de uma entrada massiva de IDE e da realização de

uma variedade de projetos infraestruturais na região. Referimo-nos a dois vetores de desenvolvimento económico que, segundo os especialistas, devem estar no centro da agenda política dos *decision makers* regionais, se se quiser, verdadeiramente, reduzir a pobreza e a insegurança na África Ocidental.

De todo modo, de pouco vale a acumulação de investimentos e desenvolvimento infraestrutural num contexto onde persistam instituições políticas e económicas extrativas, como sucede na maior parte dos Estados oeste-africanos, com especial acuidade para a Nigéria. Só conjugando os ideais intrínsecos aos dois “consensos” – o de Washington com o de Pequim – é que podemos perspetivar a emergência de alicerces robustos de crescimento económico e estabilidade regionais

BIBLIOGRAFIA

- Abiad, A. (2016, April). China and Future of Commodities Prices. *Economia*. Retrieved from <http://economia.icaew.com/opinion/april-2016/china-and-the-future-of-commodity-prices>
- Acemoglu, D., & Robinson, J. (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, and Prosperity*. Crown Publishing.
- Acharya, A. (1992). Regional military-Security Cooperation in the Third World: A Conceptual Analysis of the Relevance and Limitations of ASEAN (Association of Southeast Asian Nations). *Journal of Peace Research*, 29(1), 7–21.
- Acharya, A. (2004). *Regional Security Arrangements in a Multipolar World? The European Union in Global Perspective*. Berlin: FES.
- Acharya, A. (2007). The Emerging Regional Architecture of World Politics. *World Politics*, 59(4), 629–52.
- Acharya, A. (n.d.). *Regional Security Complexes" in the Third World: Stability and Collaboration*. Department of Political Science of National University of Singapore. Retrieved from <http://www.amitavacharya.com/sites/default/files/Regional%20Security%20Complexes%20in%20the%20Third%20World.pdf>
- Adebajo, A. (2000). Nigeria: Africa's New Gendarme? *Security Dialogue*, 31(2), 185–199.
- Adebajo, A. (2004). Pax West Africana? Regional Security Mechanisms. In a. Adebajo & I. Rashid (Eds.), *West Africa Security Challenges: Building Peace in a Trouble Region* (pp. 291–318). Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Adebajo, A. (2008). Hegemon on a Shoestring. In A. Adebajo & A. Mustapha (Eds.), *Gulliver's Troubles: Nigeria Foreign Policy After the Cold War* (pp. 1–37). Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press.
- Adebajo, A., & Landsberg, C. (2003). South Africa and Nigeria as a Regional Hegemons. In M. Baregu & C. Landsberg (Eds.), *From Cape to Congo: Southern Africa Evolving Security Challenges*. Lynne Rienner Publishers.
- Adedeji, A. (2004). ECOWAS: a Retrospective Journey. In A. Adebajo & I. Rashid (Eds.), *West Africa Security Challenges: Building Peace in a Trouble Region* (pp. 21–49). Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Adeleke, A. (1995). The Politics and Diplomacy of Peacekeeping in West Africa: The ECOWAS Operation in Liberia. *The Journal of Modern African Studies*, 33(4), 569–593.
- Ademola, O., Bankole, A., & Adewuyi, A. (2009). China–Africa Trade Relations: Insights from AERC Scoping Studies. *European Journal of Development Research*, 21, 485–505.
- Adler, E., & Barnett, M. (1998). *Security Communities*. Cambridge UK ;New York: Cambridge University Press.

- Adler, E., & Crawford, B. (2002). *Constructing a mediterranean region: a cultural approach*. Lisboa: Conference on the convergence of civilizations? constructing a mediterranean region.
- Africa Monitor. (2014a). China's Views and Responses to Risk in Africa. Africa Monitor. Retrieved from <http://www.fsgroup.com/chinas-views-risks-africa/>
- Africa Monitor. (2014b). Is West Africa the New Haven for Pirates? Africa Monitor. Retrieved from <http://www.fsgroup.com/is-west-africa-the-new-haven-for-pirates/>
- African Development Bank, & Fund, A. D. (2011). *Regional Integration Strategy Paper For West Africa 2011-2015* (No. March) (pp. 1–64). ADB and ADF.
- Agubamah, E. (2014a). China's Relations with West African Countries. *Scottish Journal of Arts, Social Sciences and Scientific Studies*, 19(II), 90–99.
- Agubamah, E. (2014b). Bilateral relations: periscoping Nigeria and China relations. *European Scientific Journal*, 10(14). European Scientific Journal.
- Agyeman-Duah, B. (1990). Military Coups, Regime Change, and Interstate Conflicts in West Africa. *Armed Forces & Society*, 16(4), 547–570.
- Aigbokhan, B. (2008). *Growth, Inequality and Poverty in Nigeria* (No. 3). Economic Commission for Africa.
- Aiyetan, D. (2016, January). How China Fuels Deforestation In Nigeria, West Africa. International Centre for Investigative Reports. Retrieved from <http://icirnigeria.org/how-china-fuels-deforestation-in-nigeria-west-africa/>
- Ajulo, S. (1989). The Economic Community of West African States and International Law. *The Journal of Modern African Studies*, 27(2), 233–250.
- Akoutou, A., Sohn, R., Vogl, M., & Yeboah, D. (Eds.). (2014). *Understanding Regional Integration in West Africa – A Multi-Thematic and Comparative Analysis*. Federal Ministry of Education and Research.
- Alao, A. (2010). *Banking in Nigeria and Chinese Economic Diplomacy in Africa*. South African Institute of International Affairs.
- Alao, A. (2011). *Nigeria and the BRICs: Diplomatic, Trade, Cultural and Military Relations*. South African Institute of International Affairs.
- Alao, A. (2011). *Nigeria and the Global Powers: Continuity and Change in Policy and Perceptions*. South African Foreign Policy and African Drivers Programme.
- Albert, A. T., & Dahida, D. P. (2013). External Intrusion and the Failed State Question: Is Nigeria Really a Failed State? *CentrePoint Journal (Humanities Edition)*, 16(1).
- Albert, H. (2015). Karl Popper, critical rationalism, and the Positivist Dispute. *Journal of Classical Sociology*, 15(2), 209–219. SAGE Publications Sage UK: London, England.
- Alden, C. (2006). Through African Eyes: Representations of China on the African continent. *SciPo/Fudan/LSE conference*.
- Alden, C. (2007). *China in Africa: Partner, Competitor, or Hegemon?* Zed Books.
- Alden, C. (2014a). *Seeking Security in Africa: China's Evolving Approach to the African Peace and Security Architecture*. Norwegian Peacebuilding Resource Centre.

- Alden, C. (2014b). Seeking Security in Africa: China's Evolving Approach to the African Peace and Security Architecture. In E. N. Tjønneland, C. Alden, A. van Nieuwkerk, A. E. Abdenur, & D. M. de Souza Neto (Eds.), *Rising Powers and the African Security Landscape* (pp. 13–23). Chr. Michelsen Institute and Norwegian Peacebuilding Resource Centre.
- Alden, C., & Alves, A. (2009). *China and Africa's Natural Resources: The Challenges and Implications for Development and Governance*. South African Institute of International Affairs.
- Alden, C., & Hughes, C. R. (2009). Harmony and discord in China's Africa strategy: some implications for foreign policy. *The China Quarterly*, 199, 563–584. Cambridge Univ Press.
- Alden, C., & Vieira, M. (2005). The New Diplomacy of the South: South Africa, Brazil, India and Trilateralism. *Third World Quarterly*, 26(7), 1077–1095.
- Ali, K.-D. (2015). *Maritime Security Cooperation in the Gulf of Guinea: Prospects and Challenges*. Brill.
- Allafrica. (2013, December). Liberia: China's Direct Investment Reaches U.S.10 Billion. AllAfrica. Retrieved from <http://allafrica.com/stories/201312201473.html>
- Alli, W. (2012). *The Role of Nigeria in Regional Security Policy*. Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Allison, R. (2004). Regionalism, regional structures and security management in Central Asia. *International Affairs*, 80(3), 463–483.
- Alves, A. (2013). *China's Economic Statecraft and African Mineral Resources: Changing Modes of Engagement*. South African Institute of International Affairs.
- Anaeto, E., Eboh, M., & Nnorom, N. (2017). Recession: Foreign Investment Inflow Down by 4.5bn in 2016. Vanguard. Retrieved from <http://www.vanguardngr.com/2017/02/recession-foreign-investment-inflow-4-5bn-2016/>
- Anda, M. (2000). *International Relations in Contemporary Africa*. (U. P. of America, Ed.).
- Andrés, A. (2008). West Africa under Attack: Drugs, Organized Crime and Terrorism as the New Threats to Global Security? *UNISCI Discussion Papers*, 16(January), 203–228.
- Aning, E. (1999). From “Eco-Pessimism” to “Eco-Optimism” — ECOMOG and The West African Integration Process. *African Journal of Political Science*, 4(1), 21–39.
- Aning, E. (2008). ECOWAS and the African Union's Peace and security architecture: Issues, Problems and perspectives.
- Annawitt, P. (2010). *Global Security and Regional Responses: Conflict Management in a Fractured World*. Geneva Centre for Security Policy.
- Atlas on Regional Integration in West Africa. (2006). *China and Africa*. ECOWAS-SWAC/OECD.

- Aye, B. (2010, November). Repression of African Workers In Chinese Firms. Sahara Reporters. Retrieved from <http://saharareporters.com/2010/11/26/repression-african-workers-chinese-firms>
- Ayers, A. (2013). Beyond Myths, Lies and Stereotypes: The Political Economy of a 'New Scramble for Africa. *New Political Economy*, 18(2), 227–257.
- Ayodele, T., & Sotola, O. (2014). China in Africa: An Evaluation of Chinese Investment. *Infiafive for Public Policy Analysis Working Paper Series*, 1–20.
- Ayokhai, F. E. F., & Ogbang, E. T. (2013). Nigeria's Response to the United States' African Command (AFRICOM) Project in the Gulf of Guinea.
- Ayoob, M. (1995). *The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and International System*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Ayoob, M. (1999). From regional system to regional society: Exploring key variables in the construction of regional order. *Australian Journal of International Affairs*, 53(3), 247–260. Taylor & Francis.
- Bach, D. (1983). The Politics of West African Economic Cooperation: CEAO and ECOWAS. *The Journal of Modern African Studies*, 21(4), 605–623.
- Bach, D. (1995). *Frontiers Versus Boundary-Lines: Changing Patterns of State-Society Interactions in Sub-Saharan Africa*. Pan-European Conference of the ECPR Standing Group on International Relations.
- Bach, D. (2004). Nigeria: Towards a Country without a State? *Institute d' Etudes Politiques, University of Bordeaux*, 6.
- Bach, D. (2007). Nigeria's "Manifest Destiny" in West Africa: Dominance Without Power. *Afrika Spectrum, GIGA Institute of African Affairs*, 2(42), 301–321.
- Bach, D. (2010a). Nigeria: Called to Hegemony. *Grain de Del*, 51.
- Bach, D. (2010b). Nigeria: Called to Hegemony. *Grain de Del*, 51.
- Bah, A. (2005). West Africa: From a security complex to a security community. *African Security Review*, 14(2), 77–83.
- Barnett, M. (1996). Regional security after the Gulf War. *Political Science Quarterly*, 111(4), 597–618.
- Bastos, C. I., & Keller, V. (1992). *Aprendendo a Aprender - Introdução à Metodologia Científica*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda.,
- Bates, G., & Huang, C.-H. (2009). *China Expanding Role in Peacebuilding*. SIPRI.
- BBC News Africa. (2013). Ivory Coast Profile. Retrieved from <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13287216>
- Bekoe, D., & Mengistu, A. (2002). *Operationalizing the ECOWAS Mechanism for Conflict Prevention, Management, Resolution, Peacekeeping, and Security* (No. August) (pp. 1–44). International Peace Academy. Retrieved from <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Operationalizing+the+ECOWA+S+Mechanism+for+Conflict+Prevention+,+Management+,+Resolution+,+Peace+keeping+,+and+Security#0>
- Berger, U. (1998). *Cultures of Anti-militarism: National Security in Germany and Japan*. Baltimore: John Hopkins University Press.

- Besada, H. (2008). *The Implications of China's Ascendancy for Africa*. The Centre for International Governance Innovation.
- Botha, L. (2006). *China In Africa: Friend or Foe? China's Contemporary Political and Economic Relations With Africa*. University of Stellenbosch.
- Bouchat, C. J. (2013). The causes of instability in Nigeria and implications for the United States. *Current Politics and Economics of Africa*, 6(4), 401. Nova Science Publishers, Inc.
- Boucher, A., & Holt, V. (2007). *African Perspectives on African Security Challenges and Modern Peace Operations*. Stimson Center.
- Brautigam, D. (2009). *The Dragon's Gift: the Real Story of China in Africa*. Oxford University Press.
- Brautigam, D. (2010, March). Was Guinea Bought by Beijing? John Hopkins School of Advanced International Studies. Retrieved from <http://www.chinaafricarealstory.com/2010/03/earlier-this-week-chatham-house-british.html>
- Brautigam, D. (2011a). *China in Africa: Seven Myths*. Real Instituto Elcano.
- Brautigam, D. (2011b). Aid "With Chinese Characteristics": Chinese Foreign Aid and Development Finance Meet the OECD-DAC Aid Regime. *Journal of International Development*, 23(5).
- Brautigam, D. (2014). African Public Opinion on China and the US. china Africa Research initiative Blog. Retrieved from <http://www.chinaafricarealstory.com/2014/12/african-public-opinion-on-china-and-us.html>
- Brautigam, D., & Xiaoyang, T. (2011). China's Investment in Special Economic Zones in Africa. *Special Economic Zones*, 69.
- Breslin, S. (2013). China and Global Order: Signalling Threat or Friendship? *International Affairs*, 89(3), 615–634.
- Bromley, M., Duchâtel, M., & Holtom, P. (2013). *China's Export of Small Arms and Light Weapons - Report 2013* (No. 38). Stockholm International Peace Research Institute.
- Brown, W. (2012). A Question of Agency: Africa in International Politics. *Third World Quarterly*, 33(10), 1889–1908.
- Brzezinski, Z. (2005). Clash of the Titans. *Foreign Policy*, (February).
- Burgess, S. F. (2010). African Security in the Twenty-First The Challenges of Century : Indigenization and Multilateralism, 41(2), 37–61.
- Burgis, T. (2010, June). Uranium: Coup Alters the Balance as Nations Jostle for Position. Financial Times. Retrieved from <http://www.ft.com/cms/s/0/93e487c6-74ed-11df-aed7-00144feabdc0.html#axzz4Gm1f1lJI>
- Bussolo, M. (2016, July). China's Economic Slowdown: Good or Bad News for Europe and Central Asia? OECD. Retrieved from <https://oecd-development-matters.org/2016/07/26/chinas-economic-slowdown-good-or-bad-news-for-europe-and-central-asia/>

- Buzan, B. (1991a). New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century. *International Affairs (Royal Institute of International ...)*, 67(3), 431–451.
- Buzan, B. (1991b). *People States and Fear: The National Security Problem in International Relations*. Brighthon: Wheatsheaf.
- Buzan, B. (1997). *Security: a new framework for analysis*. USA: Lynne Rienner Publishers.
- Buzan, B. (2003). Security architecture in Asia: the interplay of regional and global levels. *The Pacific Review*, 16(2), 143–173.
- Buzan, B. (2009). *The evolution of international security studies*. Cambridge [U.K.]; New York N.Y: Cambridge University Press.
- Buzan, B., & Wæver, O. (2003). *Regions and Powers: the Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Buzan, B., Weaver, O., & Wilde, J. (1998). *Security: a new framework for analysis*. USA: Lynne Rienner Publishers.
- Cable, V., & Ferdinand, P. (1994). China as an economic giant: threat or opportunity? *International Affairs (Royal Institute of International ...)*, 70(2), 243–261.
- Campbell, J. (2013, September). Closer Military Ties Between Nigeria and China? Council on Foreign Affairs. Retrieved from <http://blogs.cfr.org/campbell/2013/09/20/closer-military-ties-between-nigeria-and-china/>
- Cantori, L., & Spiegel, S. (1970). *The International Politics of Regions*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.
- Capling, A., & Nossal, K. R. (2009). The contradictions of regionalism in North America. *Review of International Studies*, 35(S1), 147–167. Cambridge Univ Press.
- Carmody, P. C., & Kragelung, P. (2016). Who is in Charge? State Power and Agency in Sino-African Relations. *Cornell International Law Journal*, 49(2), 1–24.
- Castel, V., & Kamara, A. (2009). Foreign Investments in Africa's Agricultural Land: Implications for Rural Sector Development and Poverty Reduction. *African Development Bank, Development Research Brief*, 2.
- Caubin, A. (2010). *La Coopération Économique Chinoise en Afrique de l'Ouest: L'exemple de la Côte d'Ivoire*. Sciences Po Toulouse.
- CCS, & DBSA. (2008). *China as a driver of regional integration in Africa: Prospects for the future*. The Centre for Chinese Studies & The Development Bank of Southern Africa.
- Chabal, P., & Daloz, J.-P. (1999). *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. Oxford: James Currey Cruises.
- Chaponnière, J.-R. (2011). Chinese aid to Africa, origins, forms and issues. In P. V. M. Dijk (Ed.), *The New Presence of China in Africa* (pp. 55–82). Amsterdam University Press.
- Chase, R., Hill, E., & Kennedy, P. (1996). Pivotal States in US Strategy. *Foreign Affairs*, 1(s), 33–51. Retrieved from <https://www.foreignaffairs.com/articles/algeria/1996-01-01/pivotal-states-and-us-strategy>

- Cheung, G. C. K. (2008). International relations theory in flux in view of China's "Peaceful Rise. *Copenhagen Journal Of Asian Studies*, 26(1), 5–21. Copenhagen Business School, Asia Research Centre.
- Chinese Foreign Ministry. (2006, October). Niger-Political Relations. Chinese Foreign Ministry. Retrieved from <http://www.china.org.cn/english/features/focac/183430.htm>
- Chisholm, R. M. (1989). *Theory of Knowledge*. New Jersey: Prentice Hall.
- Chuka, E. (2011). China's Military Presence in Africa: Implications for Continental Instability. *Sacha Journal of Policy and Strategic Studies*, 1, 68–81.
- Chun, Z. (n.d.). The Sino-Africa Relationship: Toward a New Strategic Partnership. London School of Economics. Retrieved from <http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/pdf/SR016/SR-016-Chun.pdf>
- CIA. (n.d.). The World Fact Book -Guinea. CIA. Retrieved from <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gv.html>
- Clapham, C. (1996). *Africa and the International System: The Politics of the State Survival* (Cambridge., p. 340). Cambridge.
- Clapham, C. (1998). Degrees of Statehood. *Review of International studies*, 24, 143–157.
- Cohen, L. J. (1989). *The Philosophy of Induction and Probability*. (1989, Ed.). New York: Oxford University Press.
- Coning, C. de. (2007). *Peace Operations in Africa: the Next Decade*. Norsk Utenrikspolitisk Institutt.
- Cooke, J. (n.d.). *China's Soft Power in Africa*.
- Cooper, S., & Taylor, B. (2003). Power and regionalism: explaining regional cooperation in the Persian gulf. In F. Laursen (Ed.), *Comparative Regional Integration: Theoretical Perspectives*. Aldershot: Ashgate.
- Cox, M. (2004). Empire, Imperialism and the Bush Doctrine. *Review of international studies Review of International Studies*, 30(4), 585–608.
- Dannreuther, R. (2007). *International Security: The Contemporary Agenda*. Cambridge UK: Polity.
- Datzberger, S. (2013). China's Silent Storm in Sierra Leone. *Policy Briefing*, 71.
- David, S. (1991). Explaining Third World Alignment. *World Politics*, 43(2), 233–256.
- de Oliveira, R. (2006). The Geopolitics of Chinese Oil Investment in Africa. *Strategy and Security in Southern Africa* (pp. 1–8). Instituto Portugues de Relações Internacionais e Fundação Luso-Amecana.
- Delanty, G., & Strydom, P. (2003). *Philosophies of Social Sciences: The Classic and Contemporary Readings*. Open University Press.
- Delanty, G., & Stydom, P. (2010). *Philosophies of Social Sciences: The Classic and Contemporary Readings*. Open University Press.
- Diaouari, I. (2011). *The Rising Influence of China in West Africa: Analysis of the Effects On Economic Development, Governance and Security*. U.S. Army Command and General Staff College.

- Diarra, S. (2014, October). Mali Leans On China As Investments Across Africa Heighten. AFKINSIDER. Retrieved from <http://afkinsider.com/75390/mali-leans-on-china-as-investments-heighten/>.
- Dieye, P. (2010). *West Africa's Efforts to Build Regional Security: An Analysis of Past Ecowas Interventions to Determine What is Needed to Increase its Peacekeeping Capabilities*. U.S. Army Command and General Staff College.
- Dittengen, R., & Daniel, L. (2012). *China's Growing Involvement in Chad: Escaping Enclosure?* South African Institute of International Affairs.
- Dijk, P. V. M. (Ed.). (2009). *The New Presence of China in Africa*. Amsterdam University Press.
- Doyle, M. W. (1986). Liberalism and World Politics. (K. A. Mingst & J. L. Snyder, Eds.) *American Political Science Review*, 80(4), 1151–1169. JSTOR.
- Doyle, M. W., & Sambanis, N. (2000). International peacebuilding: A theoretical and quantitative analysis. *American political science review*, 94(4), 779–801. Cambridge University Press.
- Dulue, M., Onu, E., & Alake, T. (2016, June). Nigeria's Economic Slump Deepens as Oil Output Continues to Drop. Bloomberg. Retrieved from <https://www.bloomberg.com/news/articles/2016-11-21/nigerian-economy-contracts-2-2-in-third-quarter-from-year-ago>
- Dunne, T., & Wheeler, N. J. (2004). We the Peoples': Contending Discourses of Security in Human Rights Theory and Practice. (D. Chandler & N. Hynek, Eds.) *International Relations*, 18(1), 9–23. Routledge.
- Dupré, M., & Weijing, S. (2008). La Présence Chinoise en Afrique de l'Ouest: Le Cas du Mali et du Bénin. *Document de travail de l'AFD*, (69).
- Ebo, A. (2007). Non-State Actors, Peacebuilding and Security Governance in West Africa: Beyond Commercialisation, *Journal of Peacebuilding & Development*. *Journal of Peacebuilding & Development*, 3(2), 53–69.
- Ebo, A. (n.d.). *Security Sector Reform as an Instrument of Sub-Regional Transformation in West Africa*.
- Economic Confidential. (2016). Nigeria Begg China over Debt Burden. Economic Confidential. Retrieved from <http://economicconfidential.com/editors-pick/nigeria-begs-china-debt-burden/>
- ECOWAS, & ECA. (2012). *Report on Economic and Social Conditions in West Africa in 2010 and Outlook for 2011*.
- Egbula, M., & Zheng, Q. (2011). China and Nigeria: Powerfull South-South Alliance. *African Challenges*, (5), 1–19.
- Ehikioya, A. (2014, May). China to Assist Nigeria. The Nation. Retrieved from <http://thenationonlineng.net/new/china-assist-nigeria/>
- Ehteshami, A., & Hinnebusch, R. (1997). *Syria and Iran: Middle Power in a Penetrated System*. Abingdon, UK: Taylor & Francis.
- Embassy of the People's Republic of China in the Republic of Liberia. (2008). China, West Africa initiate trade forum for stronger economic ties. Embassy of the

- People's Republic of China in the Republic of Liberia. Retrieved from <http://lr.chineseembassy.org/eng/majorevents/t514366.htm>
- Enloe, C. (1990). *Bananas, beaches & bases : making feminist sense of international politics* (1st U.S. e.). Berkeley: University of California Press.
- Environmental Investigation Agency. (2016, April). West African Forestry Leaders: Take Historic Action to Fight Illegal Rosewood Trade. EIA (Environment Investigation Agency). Retrieved from <http://eia-global.org/news-media/west-african-forestry-leaders-take-historic-action-to-fight-illegal-rosewoo>
- Erickson, A., & Strange, A. (2013, December). Piracy's Next Frontier: A Role for China in Gulf of Guinea Security? The National Interest. Retrieved from <http://nationalinterest.org/commentary/piracy%E2%80%99s-next-frontier-role-china-gulf-guinea-security-9533>
- Erinne, M. (2010). *Nigeria-China Relation: Frontier for Economic Growth and Development within Nigeria*. Mississippi State University.
- Essuman-Johnson, A. (2009). Regional conflict resolution mechanisms: A comparative analysis of two African security complexes. *African Journal of Political Science and International Relations*, 3(10), 409–422.
- Esterhuyse, H., & Kane, M. (2014). *China-Mali Relationship: Finding Mutual Benefit Between Unequal Partners*. Centre for Chinese Studies at Stellenbosch University.
- Evans, P., Ruescheneyer, D., & Stocpol, T. (1985). *Bringing State Back*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Farhaoui, F. (2013). *The Great Power Struggle for Africa: The Crisis in Mali*. International Strategic Research Organization.
- Fawcett, L. (2004). Exploring regional domains: a comparative history of regionalism. *International Affairs*, 80(3), 429–446.
- Ferguson, N. (2004). *Colossus: the price of America's empire*. New York: Penguin Press.
- Financial Times. (2017). Oil Price Fall is Main Reason for Tough Times in Nigeria. Financial Times. Retrieved from <https://www.ft.com/content/3a47381a-7371-11e6-bf48-b372cdb1043a>
- Finnemore, M. (2003). *The purpose of intervention : changing beliefs about the use of force*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Flemes, D. (2007). Conceptualising Regional Power in International Relations : Lessons from the South African Case, (June).
- Fletcher, H. (2010). *Development aid for infrastructure investment in Africa: Malian relations with China, the European Commission and the World Bank*. South African Institute of International Affairs.
- Foot, R. (2006). Chinese strategies in a USA Hegemonic global order: accommodating and hedging. *International affairs*, (July).
- Forget, P.-M. (2015, August). Illegal Logging Explodes in West Africa - Chinese Implicated. ALERT (Alliance of Leading Environmental Research & Thinkers). Retrieved from <http://alert-conservation.org/issues-research-highlights/2015/8/15/illegal-logging-explodes-in-west-africa-chinese-implicated>

- Fortna, V. P. (2004). Does peacekeeping keep peace? International intervention and the duration of peace after civil war. *International studies quarterly*, 48(2), 269–292. Blackwell Publishing Oxford, UK.
- Forum on China-Africa Cooperation-Addis Ababa Action Plan. (2003). . FOCAC. Retrieved from <http://www.focac.org/eng/ltada/dejbzjhy/DOC22009/t606801.htm>
- Francis, D. (2007). *Uniting Africa: Building Regional Peace and Security Systems*. Aldershot: Ashgate.
- Frazier, D., & Stewart-Ingersoll, R. (2010). Regional Powers and Security: A Framework for Understanding Order Within Regional Security Complexes. *European Journal of International Relations*, 16(4), 731–753.
- Friedberg, A. (2005). The Future of US-China Relations: Is Conflict Inevitable? *International Security*, 30, 7–45.
- Gaddis, J. L. (1992). International relations theory and the end of the Cold War. *International Security*, 17(3), 5–58.
- Galadima, H. (2006). *Sub-Regional Security Co-operation And Conflict Management In West Africa: The ECOMOG Experience*. University of Jos.
- Gambari, I. (2008). From Balewa to Obasanjo: The Theory and Practice of Nigeria's Foreign Policy. In A. Adebajo & A. Mustapha (Eds.), *Gulliver's Troubles: Nigeria Foreign Policy After the Cold War* (pp. 58–80). Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press.
- Gewandsznajder, F. (1989). *O Que é o Método Científico*. São paulo: Livraria Pioneira Editora.
- GIABA. (2013). *Terrorist Financing in West Africa*. ECOWAS.
- Gill, B., & Huang, C.-H. (2009). *China Expanding Role in Peacebuilding*. SIPRI.
- Glaser, C. (1997). The security dilemma revisited. *World Politics*, 50(1), 171–201.
- Glaser, C. (2012). Realists as Optimists: Cooperation and Self-Help, 19(3), 50–90.
- Global Security. (n.d.). Mano River War. Retrieved from <http://www.globalsecurity.org/military/world/war/mano-river.htm>
- Goh, E. (2005). Great Powers and Southeast Asian Regional Security Strategies: Omni-Enmeshing, Balancing and Hierarchical Order. Institute of Defense and strategic Studies.
- Goldstein, A. (1997a). Great expectations: interpreting China's arrival. *International Security*, 22(3), 36–73.
- Goldstein, A. (1997b). China in 1996: Achievement, Assertiveness, Anxiety. *Asian Survey*, 37(1), 29–42.
- Goldstein, A. (2001). The Diplomatic Face of China's Grand Strategy : A Rising Power's Emerging Choice. *The China Quarterly*, (168), 835–864.
- Goldstein, A. (2005). *China Grand Strategy and US Foreign Policy*. American Diplomacy.
- Grabowski, M. (2011). China and the U.S. in Africa: Conflict or Collaboration? *Institute of Political Science and International Relations*, 12, 1–23.

- Grant, J. A. (2010). Natural resources, international regimes and state-building: Diamonds in West Africa. *Comparative Social Research*, 27(1), 223–248.
- Greenpeace. (2002). *Liberian Timber Trade Fuels Regional Insecurity*. Green Peace International.
- Greenpeace. (2015, May). Exposed! Fishing Fraud in West Africa by Chinese Fishing Companies. Greenpeace. Retrieved from <http://www.greenpeace.org/africa/en/campaigns/Defending-Our-Oceans-Hub/Chinese-illegal-fishing-exposed/>
- Grieco, J. (1999). Realism and Regionalism: American Power and German and Japanese institutional strategies during and after the cold War. In E. Kapstein & M. Mastanduno (Eds.), *Unipolar Politics: Realism and State Strategies after the Cold War*. New York: Columbia University Press.
- Guang, L. (2005). Realpolitik Nationalism: International Sources of Chinese Nationalism. *Modern China*, 31(4), 487–514.
- Haacke, J., & Williams, P. (2008a). Conclusions: security culture and transnational challenges – ECOWAS in comparative perspective. *Journal of Contemporary African Studies*, 26(2), 213–222.
- Haacke, J., & Williams, P. (2008b). Regional Arrangements, Securitization, and Transnational Security Challenges: The African Union and the Association of Southeast Asian Nations Compared. *Security Studies*, 17(4), 775–809.
- Haacke, J., & Williams, P. (2009). Regional Arrangements and Security Challenges: a comparative analysis, 1797(52).
- Hainzl, G. (2007). Interests in West Africa. In W. Feichtinger & G. Hainzl (Eds.), *Sorting Out the Mess: Wars, Conflicts, and Conflict Management in West Africa* (pp. 129–142). BMLV.
- Hall-Martin, C. (2009). *China's African Safari: Contemporary Relations with the Continent*. Kings College London.
- Han, D. (2011). Scenario Construction and Its Implications for International Relations Research. *The Korean Journal of International*, 9(1), 35–69.
- Hansen, K. T., Ropke, P., & Frederik, K. B. (2013). *Interconnectedness between Soft and Hard Power in the Sino-Nigerian Economic Relationship*. Institut for samfund og Globalisering (Roskilde Universitet).
- Harpviken, K. B. (2010). *Troubled regions and failing states: the clustering and contagion of armed conflicts* (Vol. 27). Emerald Group Publishing.
- Haugen, H. Ø., & Carling, J. (2005). On the edge of the Chinese diaspora: The surge of baihuo business in an African city. *Ethnic and Racial Studies*, 28(4), 639–662. Taylor & Francis.
- He, Y. (2007). *China's Changing Policy on UN Peacekeeping Operations*. Institute for Security and Development Policy.
- Hellström, J. (2009). *China's emerging role in Africa: A strategic overview*. FOI Studies in African Security.

- Herbert, R. (2011). *Dependency, Instability and Shifting Global Power: Influences and Interests in African Foreign Policy in the 21st Century*. South African Institute of International Affairs.
- Herbst, J. (2013). Responding to State Failure in Africa. *International Relations*, 21(3), 120–144.
- Hessen, J. (1987). *Teoria do conhecimento*. Coimbra: Armendio Armando.
- Hettne, B. (1994). The New Regionalism: Implications for Development and Peace. In B. Hettne & A. Anotai (Eds.), *The New Regionalism: Implications for Global Development and International Security*. UNU/WIDER.
- Hettne, B. (2008). Security Regionalism in Theory and Practice. *Globalization and Environmental Challenges Reconceptualizing Security in the 21st Century*.
- Hettne, B., & Soderbaum, F. (2000). Theorising the Rise of Regionness. *New Political Economy*.
- Holslag, J. (2007). Friendly Giant? China's Evolving Africa Policy. *Asian Paper*, 2(5).
- Holslag, J. (2009a). China's New Security Strategy for Africa. In Sixth Shanghai Workshop on Global Governance (Ed.), .
- Holslag, J. (2009b). China's New Security Strategy for Africa. (Sixth Shanghai Workshop on Global Governance, Ed.) *Parameters*, 32(2), 23–35.
- Holslag, J. (2011). China and the coups: Coping with political instability in Africa. *African Affairs*, adr022. Royal African Soc.
- Holslag, J., & Van Hoeymissen, S. (2010). *The Limits of Socialization: the Search for EU-China Cooperation Towards Security Challenges In Africa*. Brussels Institute of Contemporary China Studies.
- Horta, L. (2007, October). Guinea-Bissau: China Sees a Risk Worth Taking. Center for Strategic and International Studies. Retrieved from <https://www.csis.org/analysis/guinea-bissau-china-sees-risk-worth-taking>
- Howe, H. (2001). *Ambiguous Order: Military Forces in African States*. Lynne Rienner Publishers.
- Howe, H. (n.d.). Lessons of Liberia: ECOMOG and Regional Peacekeeping. *International Security*, 21(3), 145–176.
- Huang, C.-H. (2011). Principles and Praxis of China's Peacekeeping. *International Peacekeeping*, 18, 257–270.
- Huntington, S. (1996). *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster.
- Huntington, S. (1999). The Lonely Superpower. *Foreign Affairs*, 78(2), 35.
- Hurrell, A. (1995). Regionalism in Theoretical Perspective. In L. Fawcett & A. Hurrell (Eds.), *Regionalism in World Politics: Regional Organizations and International Order*. Oxford: Oxford University Press.
- Hurrell, A. (2007). One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society. *International Affairs*, 83(1), 127–146.

- Hussein, K., Gnisci, D., & Wanjiru, J. (2004). *Security And Human Security: An Overview Of Concepts And Initiatives What Implications For West Africa?* OCDE.
- Hwang, K. (2005). *The Mechanisms of Politico-Security Regionalism in Southeast Asia and Southern Africa: A Comparative Case Study of ASEAN and SADC* (p. 584). Pretoria: Pretoria University.
- Idun-Arkhurst, I., & Laing, J. (2007). *The Impact of Chinese Presence in Africa*. Africa Practice.
- Ighobor, K. (2017). Commodity Prices Crash Hits Africa. ONU (Africa Renewal). Retrieved from <http://www.un.org/africarenewal/magazine/december-2016-march-2017/commodity-prices-crash-hits-africa>
- Ikenberry, G. J. (2001). *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars*. *Princeton studies in international history and politics*, Princeton studies in international history and politics (Vol. 63, p. 293). Princeton: Princeton University Press.
- Ikenberry, G. J., & Kupchan, C. A. (1990). Socialization and hegemonic power. *International organization*, 44(03), 283–315. Cambridge Univ Press.
- Insight of Conflict. (2011). Ivory Coast: Conflict Profile. Peace Direct. Retrieved from <https://www.insightonconflict.org/conflicts/ivory-coast/conflict-profile/>
- Integrated Regional Information Networks. (2012a, January). The Downside of Foreign Land Acquisitions. IRIN. Retrieved from <http://www.irinnews.org/report/94680/west-africa-downside-foreign-land-acquisitions>
- Integrated Regional Information Networks. (2012b). Land Deals Beginning to Stir Discontent. IRIN. Retrieved from <http://www.irinnews.org/report/95112/sierra-leone-land-deals-beginning-stir-discontent>
- Jackson, R. H., & Rosberg, C. G. (1982). Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood. *World politics*, 35(01), 1–24. Cambridge Univ Press.
- Jackson, R., & Rosberg, C. (1982). *Personal Rule in Black Africa: Prince, Autocrat, Prophet, Tyrant*. Berkeley: California University Press.
- Jervis, R. (1978). Cooperation under the security dilemma. *World politics*, 30(2), 167–214.
- Jervis, R. (1991). The Future of World Politics: Will It Resemble the Past? *International Security*, 16(3), 39–73.
- Jervis, R. (1999). Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate. *International Security*, 24(1), 42–63.
- Jiang, W. (2009). Fuelling the Dragon: China's Rise and Its Energy and Resources Extraction in Africa. *The China Quarterly*, 199, 585–609.
- Jiang, W., & Jing, J. (2010). Deepening Chinese Stakes in West Africa: The Case of Ghana. *China Brief*, X(4), 2–5.
- John, I. (2013). Re-defining Nigeria's National in World Diplomacy. *Point Blank News*. Retrieved from <http://www.pointblanknews.com/artopn2188.html>

- Johnson, C. (2004). *The sorrows of empire: militarism, secrecy, and the end of the Republic* (1st ed.). New York: Metropolitan Books.
- Jones, C. (2015). Great powers, ASEAN, and Security: Reason for Optimism? *The Pacific Review*, 28(2), 259–280.
- Kacowicz, A. (1997). Negative' International Peace and Domestic Conflicts , West Africa , 1957-96. *The Journal of Modern African Studies*, 35(3), 367–385.
- Kaplan, R. (1994). The Coming Anarchy: how Scarcity, Crime , Overpopulation, Tribalism, and Disease are Rapidly Destroying the Social Fabric of our Planet. *The Atlantic Monthly*, 44(21), 1–16.
- Kassab, H. S. (2015). *Weak states in international relations theory: The cases of Armenia, St. Kitts and Nevis, Lebanon, and Cambodia*. Springer.
- Katsina, A. (2011). Boko Haram, Nigeria and Sub-Regional Security. *Nigerian Journal of Foreign Affairs*, 37(3).
- Katzenellenbogen, J. (2016). China Making Big In-Roads in African Defence Sector. Africa News and Analysis. Retrieved from <https://africajournalismtheworld.com/2016/02/28/china-making-big-in-roads-in-african-defence-sector/>
- Katzenstein, P. (2005). *A World of Regions: Asia and Europe in the American Imperium* (p. 297). N.Y: Cornell University Press.
- Katzenstein, P., & Okawara, N. (2002). Japan, Asian-Pacific security, and the case for analytical eclecticism. *International Security*, 25(1), 153–185.
- Kelly, J. (2007). Responding to Regional Challengers in a Unipolar System. sjeaa.stanford.edu.
- Kelly, R. . . (2007). Security Theory in the "New Regionalism. *International Studies Review*, 9(2), 197–229. Wiley Online Library.
- Keohane, R. (1988). International institutions: two approaches. *International Studies Quarterly*, 32(4), 379–396. Blackwell Publishing on behalf of The International Studies Association.
- Keohane, R. (1989). *International institutions and state power : essays in international relations theory*. (R. Keohane, Ed.) *Millenium Journal of International Studies* (Vol. 18, p. 270). Boulder: Westview Press.
- Kinsella, D. (2002). *Stability and Instability in Th ird World Security Complexes: the Role of Arms Transfers*. Annual meeting of the International Studies Association,.
- Kirwin, M. (2006). The Security Dilemma and Conflict in Cote d'Ivoire. *Nordic Journal of African Studies*, 15(1), 42–52.
- Klare, M., & Volman, D. (2006). America, China and the Scramble for Africa's Oil. *Review of African Political Economy*, 33(108), 297–309. Taylor & Francis.
- Klotz, A. (1995). *Norms in international relations : the struggle against Apartheid*. Ithaca, Ny: Cornell University Press.
- Konings, P. (2007). China and Africa: Building a Strategic Partnership. *Journal of Developing Societies*, 23, 341–367.

- Koslowski, R., & Kratochwil, F. (1994). Understanding change in international politics: the Soviet empire's demise and the international system. *International Organization*, 48(2), 215–247.
- Kovacević, M. (2011). The Influence of State-Building on Security Dynamics within the Framework of Regional Security Complex Theory. *Western Balkans Security Observer*, (21), 52–63.
- Kragelung, P., & Dijk, P. M. (2011). China's Investments in Africa. In P. M. Dijk (Ed.), *The New Presence of China in Africa*. Amsterdam University Press.
- Krause, K., & Williams, M. M. M. (1996). Broadening the agenda of security studies: Politics and methods. *Merston International Studies Review*, 40(2), 229–254.
- Kristensen, K., Juhl, S., Jonas, B., David, F., Rasmus, B., & Nørbjerg, H. (2012). *Regional Security Complex of Mali*. Roskilde University.
- Kubicek, P. (2009). The Commonwealth of Independent States: an example of failed regionalism? *Review of International Studies*, 35(S1), 237–256. Cambridge Univ Press.
- Kum, J. (1990). African Interstate Conflict: A Perceptual Approach. *Journal of Peace Research*, 27(4), 445–460.
- Kumpe, T., & Chen, K.-H. (2014). Towards the Creation of Wiser Futures: Sino-Africa Relations and Futures of African Development. *Journal of Futures Studies*, 19(2), 1–20. 淡江大學未來學研究所.
- Kuo, S. (2015, July). China's Investment in Africa: The African Perspective. Forbes. Retrieved from <http://www.forbes.com/sites/riskmap/2015/07/08/chinas-investment-in-africa-the-african-perspective/>
- Kurlantzick, J. (2007). *Charm offensive: How China's soft power is transforming the world*. Yale University Press.
- Kurlantzick, J. (2009). China's Soft Power in Africa. In M. Li (Ed.), *Soft Power: China's Emerging Strategy in International Politics* (pp. 165–184). Lexington Books: Plymouth/UK.
- Lake, D. (1992). Powerful pacifists: Democratic states and war. *The American Political Science Review*, 86(1), 24–37. American Political Science Association.
- Lake, D. (2004). *Hierarchy in International Relations: Authority, Sovereignty, and the New Structure of World Politics*. *Annual Meeting of the American Political Science ...*. Chicago: Cornell Studies in Political Economy.
- Lake, D. (2009). Regional Hierarchy: Authority and Local International Order. *Review of International Studies*, 25(1), 35–58. Department of Political Science of University of California, San Diego.
- Lake, D., & Morgan, P. (1997). *Regional Orders: Building Security in a New World*. University Park: Pennsylvania State University Press.
- Landmatrix. (n.d.). Web of Transnational Deals. Retrieved from <http://www.landmatrix.org/en/get-the-idea/web-transnational-deals/>
- Landsberg, C. (2008). An African “Concert of Power”? Nigeria and South Africa's Construction of AU and NEPAD. In A. Adebajo & A. Mustapha (Eds.), *Gulliver's*

- Troubles: Nigeria Foreign Policy After the Cold War* (pp. 203–219). Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press.
- Lanteigne, M. (2014). *China's Peacekeeping Policies in Mali: New Security Thinking or Balancing Europe?* (No. 11). Freie Universität Berlin.
- Large, D. (2007). *China's Involvement in Armed Conflict and Post-War Reconstruction in Africa: Sudan in Comparative Context* (No. 8). Danish Institute for International Studies and the Institute for Political Science.
- Large, D. (2008). China's role in the mediation and resolution of conflict in Africa. Centre for Humanitarian Dialogue.
- Large, D. (2016). China's Changing Involvement in African Security. *Europe, China and Africa: New Thinking for a Secure Century*. Friends of Europe.
- Layne, C. (1994). Kant or cant: The myth of the democratic peace. (M. E. Brown, J. O. R. Cote, S. M. Lynn-Jones, & S. E. Miller, Eds.) *International Security*, 19(2), 5–49. The MIT Press.
- Lebling, K. (2015). Fishing for Answers: Understanding Drivers and Environmental Impacts of China's Distant Water Fishing Fleet. Wilson Center. Retrieved from https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/Fishing%20for%20Answers_0.pdf
- Lee, M. (2006). The 21st Century Scramble for Africa. *Journal of Contemporary African*, 24(3), 303–330.
- Lemke, D. (2012). African Lessons for International Relations. *World Politics*, 56, 114–138.
- Lewis, P. (2006). The Dysfunctional State of Nigeria. In N. Birdsall, M. Vaishnav, & R. Ayres (Eds.), *Short of the Goal: U.S. Policy and poorly Performing States* (pp. 83–116). Center for Global Development.
- Li, M. (2009). Soft Power: Nurture Not Nature. In M. Li (Ed.), *Soft Power: China's Emerging Strategy in International Politics* (pp. 1–18). Plymouth, UK: Lexington Books.
- Ling, B. (2007). China's Peacekeeping Diplomacy. *International Relations and Institutions*, 47(1).
- Lirong, L. (2011). *The EU and China's engagement in Africa: the dilemma of socialisation*. Institute for Security Studies.
- Little, D. (2007, November). Positivism and Social Science. Understanding Society: Innovative Thinking about Global World. Retrieved from <http://understandingsociety.blogspot.co.uk/2007/11/positivism-and-social-science.html>
- Lopes, C. (2016). Contextualizing Sino-Africa Relations. *Waterlines*, 35(1), 1–11.
- MacFarlane, S. (2004). The United States and Regionalism in Central Asia. *International Affairs*, 80(3), 447–461.
- Mansfield, E., & Milner, H. (1999). The new wave of regionalism. *International organization*, 53(3), 589–627.
- Marconi, A. M., & Lakatos, M. E. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica* (5^a Edição.). Editora Atlas S.A.: Sao Paulo.

- Marfaing, L., & Thiel, A. (2011). *Chinese Commodity Imports in Ghana and Senegal: Demystifying Chinese Business Strength in Urban West Africa*. GIGA.
- Mariani, B., & Gotterson, C. (2016). Challenges and Opportunities for Peace and Security Cooperation. *Europe, China and Africa: New Thinking for a Secure Century*. Friends of Europe.
- Maxwell, N. (1971). The Threat from China. *International Affairs (Royal Institute of International ...)*, 47, 31–44.
- Mazrui, A. (1986). The Triple Heritage of the State in Africa. In Kazancigil (Ed.), *The State in Global Perspective* (p. 122). Aldershot: Gower.
- McDougall, D. (2002). Asia-Pacific security regionalism: the impact of post-1997 developments. *Contemporary Security Policy*, (February), 37–41.
- McGowan, P. J. (2005a). Coups and Conflict in West Africa, 1955-2004: Part II, Empirical Findings. *Armed Forces & Society*, 32(1), 234–253.
- McGowan, P. J. (2005b). Coups and Conflict in West Africa, 1955-2004: Part I, Theoretical Perspectives. *Armed Forces & Society*, 32(1), 5–23.
- Mcgowan, P., & Johnson, T. H. (1986). Sixty Coups in Thirty Years - Further Evidence Regarding African Military Coups d ' Etat. *The Journal of Modern African Studies*, 24(3), 539–546.
- McLean, I., & McMillan, A. (1996). *The Concise Oxford Dictionary of Politics* (p. 472). Oxford: Oxford University Press.
- Mearsheimer, J. (1994). The False Promise of International Institutions. (H. Stephen & O. Cerwyn, Eds.) *International Security*, 19(3), 5–49. JSTOR.
- Mearsheimer, J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: Norton.
- Mearsheimer, J. (2004). Why China's Rise Will Not Be Peaceful. *Unpublished Manuscript, University of Chicago*, 1–5.
- Mearsheimer, J. (2005). Clash of Titans. *Foreign Policy*.
- Meierding, E. (2010). IR Theory as Politics, International Politics as Theory: a Nigerian Case Study. *African Nebula*, (2). University of Chicago.
- Miller, B. (1997). The Great Powers and Regional Conflicts: Eastern Europe and the Balkans from the Post-Napoleonic Era to the Post–Cold War Era. *International Studies Quarterly*, 41, 51.85.
- Miller, B. (2005). When and How Regions Become Peaceful: Potential Theoretical Pathways to Peace. *International Studies Review*, 7(2), 229–267. Wiley Online Library.
- Miller, B., & kagan, K. (1997). The Great Powers and Regional Conflicts: Eastern Europe and the Balkans from the Post-Napoleonic Era to the Post-Cold War Era. *International Studies Quarterly*, 41(1), 51–85.
- Miller, B., & Kagan, K. (1997). The Great Powers and Regional Conflicts: Eastern Europe and the Balkans from the Post–Napoleonic Era to the Post–Cold War Era. *International Studies Quarterly*, 41(1), 51–85.
- Mohammad, G. K. (2014). The Chinese Presence in Burkina Faso: A Sino-African Cooperation from Below. *Journal of Current Chinese Affairs*, 43(1), 71–101.

- Moumouni, G. (2014). *China and Liberia: Engagement in a Post-Conflict Country 2003–2013*. South African Institute of International Affairs.
- Mthembu-Salter, G. (2009). *Will It End in Tears? Infrastructure Spending and African Development in Historical Perspective*. South African Institute of International Affairs.
- Mueller, J. (2004). *The remnants of war*. Ithaca: Cornell University Press.
- Musgrave, A. (1993). *Common sense, science and scepticism: A historical introduction to the theory of knowledge*. Cambridge University Press.
- Nabine, D.-W. (2009). *The Impact of Chinese Investment and Trade on Nigeria Economic Growth*. Economic Commission for Africa (Africa Trade Policy Centre).
- Narlikar, A., & Tussie, D. (2004). The G20 at the Cancun Ministerial: Developing countries and their evolving coalitions in the WTO. *The World Economy*, 27(7), 947–966. Wiley Online Library.
- Nastali, I. (2016, July). Seafarer kidnappings soar in Gulf of Guinea. Institute of Marine Engineering, Science and Technology. Retrieved from <http://www.imarest.org/themarineprofessional/item/2529-seafarer-kidnappings-soar-in-gulf-of-guinea>
- National Port Authority of Liberia. (2013). China's Union Ships the First Load of Iron Ore from Liberia. Retrieved from <http://npaliberia.com/media/press/?post=china-union-ships-first-load-of-iron-ore-from-liberia>
- Nel, P., & Stephen, M. (2008). *The Foreign Economic Policies of Regional Powers in the Developing World: Towards a Framework of Analysis*. GIGA German Institute of Global and Area Studies.
- Nesiamia, O. (2013). *China-Nigeria Security Cooperation Policies: Challenges and Prospects*. Defense and Strategic Studies Course, NDU.
- Neumann, I. B., & Øverland, E. F. (2004). International relations and policy planning: the method of perspectivist scenario building. *International Studies Perspectives*, 5(3), 258–277. The Oxford University Press.
- Nevado, P. P. (2008). *O Enquadramento Filosófico para a Investigação: Algumas Reflexões Introspectivas ao Positivismo, Working Paper N. 4/ 2008*. Centro de Investigação Avançada do ISEG. Retrieved from <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2561/1/adwp42008.pdf>
- Newman, E. (2009). Failed states and international order: constructing a post-Westphalian world. *Contemporary security policy*, 30(3), 421–443. Taylor & Francis.
- Nigeria Population. (2015). . Worldometers. Retrieved from <http://www.worldometers.info/world-population/nigeria-population/>
- Nigerian Tribune. (2015, January). Nigeria-China trade volume exceeded 16bn in 2014 —Official. Retrieved from <http://www.tribune.com.ng/news/news-headlines/item/28031-nigeria-china-trade-volume-exceeded-16bn-in-2014-official/28031-nigeria-china-trade-volume-exceeded-16bn-in-2014-official>
- Nolte, D. (2010). How to compare Regional Powers: Analytical Concepts and Research Topics. *Review of International Studies/ 2010 British International Studies Association*, 36, 881–901.

- Nossiter, A. (2010, April). After a Coup, Niger Resumes Business as Usual With China. New York Times. Retrieved from http://www.nytimes.com/2010/04/25/world/africa/25niger.html?_r=0
- Nuutinen, J. (2012). *China and other emerging actors in Africa*. kepan taustaselvitykset.
- Nwokedi, E. (1985). Sub-Regional Security and Nigerian Foreign Policy. *African Affairs*, 84(335), 195–209.
- Nye, J. (2002). Hard and Soft Power in the Global Information Age. In M. Leonard (Ed.), *Re-Ordering the World* (pp. 2–10). Foreign Policy Centre: London.
- Nye, J. (2004). *Soft Power: The Means of Success in World Politics*. New York NY.
- Nye, J. (2007). *Understanding international conflicts: an introduction to theory and history* (6. ed.). New York NY: Pearson/Longman.
- Nye, J. (2008). Public diplomacy and soft power. *The annals of the American academy of political and social science*, 616(1), 94–109. Sage Publications.
- Nye, J. (2016). *The Future of Power*. Public Affairs: New York.
- Oberschall, A. (2000). The manipulation of ethnicity: from ethnic cooperation to violence and war in Yugoslavia. *Ethnic and Racial Studies*, 23(6), 982–1001. Taylor & Francis.
- Obi, C. (2008a). Nigeria's foreign policy and transnational security challenges in West Africa. *Journal of Contemporary African Studies*, 26(2), 183–196.
- Obi, C. (2008b). Enter the Dragon? Chinese Oil Companies & Resistance in the Niger Delta. *Review of African Political Economy*, 35, 417–434.
- Obi, C. (2009). Economic Community of West African States on the Ground: Comparing Peacekeeping in Liberia, Sierra Leone, Guinea Bissau, and Côte D'Ivoire. *African Security*, 2, 119–135.
- Obiorah, N., Kew, D., & Tanko, Y. (2008). Peaceful Rise“ and Human Rights: China's Expanding Relations with Nigeria. In R. Rotberg (Ed.), (2008): *China into Africa: trade, aid, and influence*. Washington, DC: Brookings Institution Press (Vol. 2008, pp. 272–295). Brookings Institution Press.
- Ogunbadejo, O. (1976). Nigeria and the Great Powers: The impact of the civil war on Nigerian foreign relations. *African Affairs*, 75(298), 14–32.
- Ojekwe, A. (2010). *Peacekeeping In West Africa: An Analysis of Nigeria's Roles, 1990-2005*. Faculty of Clark Atlanta University.
- Ojo, O. (1980). Nigeria and the formation of ECOWAS. *International Organization*, 34(4), 571–604.
- Ojo, O. (2009). Guarding the “Guardians”: A Prognosis of Panacea for Evolving Stable Civil-Military Relations in Nigeria. *Armed Forces & Society*, 35(4), 688–708.
- Okolo, E. (1985). Integrative and Cooperative Regionalism : The Economic Community of West African States. *International Organization*, 39(1), 121–153.
- Olander, E. (2015, November). The China Africa Relationship: Crossroads or Cliff? China File. Retrieved from <https://www.chinafile.com/conversation/china-africa-relationship-crossroads-or-cliff>

- Olawale, I. (2013). Radicalisation and violent extremism in West Africa: implications for African and international security, *Conflict, Security & Development*, *Conflict, Security & Development*, 13(2), 209–230.
- Olonisakin, F. (2008). *Conflict Dynamics in West Africa: Background Analysis for the UK Government's Africa Conflict Prevention Programme* (No. 17). Kings College London.
- Omar, N. E. (2012). Investment and Trade between West Africa and China: the Senegalese Case. *Journal of International Business Research*, 11(I), 81. Retrieved from <http://www.freepatentsonline.com/article/Journal-International-Business-Research/289620978.html>
- Omede, A. J. (2006). Nigeria's Relations with Her Neighbours. *Department of Political Science, University of Ilorin*, 4(1), 7–17.
- Omeje, K. (2005). Conflicts in West Africa.
- Oskanian, K. (2010). *Weaving Webs of Insecurity: Fear, Weakness and Power in the Post-Soviet South Caucasus* (No. September). London School of Economics and Political Science.
- Out-Law. (2015). Foreign investment in Africa remains strong, 'but regions yet to realise full potential. Out-Law. Retrieved from <http://www.out-law.com/en/articles/2015/may/foreign-investment-in-africa-remains-strong-but-regions-yet-to-realise-full-potential/>
- Oyeranti, O. A., Babatunde, M. A., Ogunkola, E. O., & Bankole, A. S. (2010). The impact of China-Africa investment relations: the case of Nigeria. *AERC Collaborative*.
- Pannell, C. W. (2008). China's Economic and Political Penetration in Africa. *Eurasian Geography and Economics*, 49(6), 706–730.
- Park, Y. J. (2009). *Chinese migration in Africa*. South African Institute of International Affairs.
- Parton, G., & Bailey, R. (2008). Problem-based learning: a critical rationalist perspective. *London Review of Education*, 6(3), 281–292. UCL IOE Press.
- Pedersen, T. (2002). Cooperative hegemony: power, ideas and institutions in regional integration. *Review of International Studies*, 28(04), 677–696. Cambridge Univ Press.
- Perouse de Montclos, M.-A. (2011). A pirataria marítima na Nigéria um fenómeno antigo em vias de modernização. *Relações Internacionais*, 31, 75–84.
- Persson, J. (2012). *Regions as Security Providers: The Evolution of the West African Regional Security Complex*. Lund University.
- Pham, J. P. (2007). *Nigeria's Foreign Policy: an Inquiry into Sources and Prospects*. James Madison University.
- Pigato, M., & Gourdon, J. (2014). *The Impact of Rising Chinese Trade and Development Assistance in West Africa*. World Bank.
- Ploch, L. (2013). *Nigeria: Current Issues and U.S. Policy* (pp. 1–26). Washington D.C.: Congressional Research Service.
- Popper, K. (1963). *Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge*. Basics Books: New York.

- Popper, K. (2013). *A Logica da Pesquisa Científica*. Editora Pensamento Cultrix.
- Porter, B. (1993). *War and Rise of State: Sovereignty, International Relations and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Prys, M. (2008). Developing a Contextually Relevant Concept of Regional Hegemony: The Case of South Africa, Zimbabwe and “Quiet Diplomacy? *GIGA Working Paper Series*, 3(May).
- Prys, M. (2010). The Variability of Regional Powers. *Paper presented at the SGIR 7th Pan-European Conference on IR*.
- Pureza, J. M., & Cravo, T. (2005). Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 5–19.
- Quirk, P. W. (2017). *Great Powers, Weak States, and Insurgency: Explaining Internal Threat Alliances*. Springer.
- Ragin, C. C. (1994). *Constructing Social Research: the Unity and Diversity of Method*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press.
- Ramani, S. (2016, July). China-Nigeria Relations: A Success Story for Beijing’s Soft Power. *The Diplomat*. Retrieved from <http://thediplomat.com/2016/07/china-nigeria-relations-a-success-story-for-beings-soft-power/>
- Ramo, C. J. (2004). *The Beijing Consensus*. (F. P. Centre, Ed.). London.
- Raphael, S., & Doug, S. (2011). Globalizing West African oil: US “energy security” and the global Economy. *The Royal Institute of International Affairs*, 87(2), 903–921.
- Rhee, C. (2015, October). Managing China’s Economic Transition. *International Monetary Fund*. Retrieved from <https://blog-imfdirect.imf.org/2015/10/05/managing-chinas-economic-transition/>
- Roehrs, P. (2005). *Weak States and Implications for Regional Security: A Case Study of Georgian Instability and Caspian Regional Insecurity*. Atenas: RIEAS.
- Rogers, W. (2009). *A Good Investment: United States and Nigeria Security Cooperation*. Naval War College.
- Rönnbäck, A.-S. (2008). *ECOWAS and West Africa’s Future – Problems or Possibilities?* Umeå University, Department of Political Science.
- Rotberg, R. I. (2010). *When states fail: causes and consequences*. Princeton University Press.
- Rothschild, E. (1995). What is security? *Daedalus*, 124(3), 53–95.
- CHINA. (2013). China-Africa Economic and Trade Cooperation. *Global Times*. Retrieved from <http://www.globaltimes.cn/content/807259.shtml#.UyURSWBtrIU>
- SaferWorld. (2011). *China’s growing role in African peace and security*. SaferWorld.
- Le Sage, A. (2010). Nonstate Security Threats in Africa: Challenges for US Engagment. *Strategic Forum*, (1), 57–78.
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2011). *Research Methods for Business Students*. Pearson Education India.
- Sautman, B., & Hairong, Y. (2009). African perspectives on China–Africa links. *The China Quarterly*, 199, 728–759. Cambridge Univ Press.

- Sawyer, A. (2004). Violent conflicts and governance challenges in West Africa: the case of the Mano River basin area. *Journal of Modern African Studies*, 42(3), 437–463.
- Schiere, R. (2014). The Impact of China on the Donor Landscape in African Fragile States. *Institute of Development Studies Bulletin*, 45, 46–56.
- Schoeman, M. (2007). China in Africa: the rise of hegemony? *Strategic Review for Southern Africa*. Retrieved from [http://137.215.9.22/bitstream/handle/2263/4019/Schoeman_China\(2007\).pdf?sequence=1](http://137.215.9.22/bitstream/handle/2263/4019/Schoeman_China(2007).pdf?sequence=1)
- Schulz, M., Soderbaum, F., & Ojendal, J. (2001). Key Issues in the New regionalism. In B. Hettne, A. Inotai, & O. Sunkel (Eds.), *Comparing Regionalism: Implications for Global Development*. Houndmills: Palgrave.
- Schumpeter, J. A. (2013). *Capitalism, socialism and democracy*. Routledge.
- Shaw, T., & Fasehun, O. (1980). Nigeria in the World System: Alternative Approaches , Explanations , and Projections. *Journal of Modern African Studies*, 18(4), 551–573.
- Sheets, N. (2016). The Importance of China's Transition to Smarter Growth. Treasury Department. Retrieved from <https://medium.com/@USTreasury/the-importance-of-china-s-transition-to-smarter-growth-c662f8e8bb1a#.g5rt49jt5>
- Shinn, D. (2009). Chinese Involvement in African Conflict Zones. *China Brief*, IX(7).
- Shinn, D. (2013a, July). China's Response to the Islamist Threat in Mali. China & US Focus. Retrieved from <http://www.chinausfocus.com/peace-security/chinas-response-to-the-islamist-threat-in-mali/>
- Shinn, D. (2013b, November). China Confronts Terrorism in Africa. China & Us Focus. Retrieved from <http://www.chinausfocus.com/peace-security/china-confronts-terrorism-in-africa/>
- Shinn, D. (2014). Chinese Military Sales to Nigeria and Algeria. The Official Blog of Amb. David Shinn. Retrieved from <http://davidshinn.blogspot.co.uk/2014/02/chinese-military-sales-to-nigeria-and.html>
- Shinn, D. (2015, April). The Environmental Impact of China's Investment in Africa. International Policy Digest. Retrieved from <http://intpolicydigest.org/2015/04/08/the-environmental-impact-of-china-s-investment-in-africa/>
- Sicurelli, D. (2010). *Competing models of peacekeeping: The role of the EU and China in Africa*. Fifth Pan-European Conference on EU Politics.
- Smith, A. (2004). At Last unto the Breach: The Logic of a U.S. Military Command in West Africa. *Orbis*, 48(2), 305–319.
- Söderbaum, F., & Tavares, R. (2009). Problematizing Regional Organizations in African. *African Security*, 2, 69–81.
- Spiegel, S. (2003). Regional Security and the Levels of Analysis Problem. *Journal of Strategic Studies*, 26(3), 75–98.

- Staden, V. C. (2015, November). The China Africa Relationship: Crossroads or Cliff? China File. Retrieved from <https://www.chinafile.com/conversation/china-africa-relationship-crossroads-or-cliff1>
- Steans, J. (1998). *Gender and international relations : an introduction*. New Brunswick N.J.: Rutgers University Press.
- Stratfor. (2013). China: Economic Reform as a Gauge of Regime Security. Stratfor. Retrieved from <https://www.stratfor.com/analysis/china-economic-reform-gauge-regime-security>
- Sun, Y. (2013, January). How China Views France's Intervention in Mali: An Analysis. Brookings. Retrieved from <http://www.brookings.edu/research/opinions/2013/01/23-china-france-intervention-mali-sun>
- Sun, Y. (2014, September). China and the Rising Terrorist Threats in Africa: Time for U.S.-China Cooperation? Brookings. Retrieved from <http://www.brookings.edu/blogs/africa-in-focus/posts/2014/09/10-china-rising-terrorist-threats-in-africa-sun>
- Suzuki, A. (2009). Chinese Soft Power, Insecurity Studies, Myopia and Fantasy. *Third World Quarterly*, 30(4), 779–793.
- Sweet Crude. (2016, September). Foreign Investment in Oil Sector Drops to 8.09m in Three Months. Sweet Crude. Retrieved from <http://sweetcrudereports.com/2016/09/01/foreign-investment-in-oil-sector-drops-to-8-09m-in-three-months/>
- Tashakkori, A., & Teddlie, C. (2003). *Handbook of Mixed Methods in Social and Behavioural Research*. United States of America: Sage.
- Tavares, R. (2010). Regional Security: Demarcating Theoretical and Empirical Borders. *Troubled Regions and Failing States: The Clustering and Contagion of Armed Conflict: The Clustering and Contagion of Armed Conflicts*, 27, 153–170. Emerald Group Publishing.
- Taylor, I. (2005). The All-Weather Friend: Sino-African Interaction in the Twenty-First Century. In I. Taylor & P. William (Eds.), *Africa in International Politics: External Involvement on the Continent*. London: Routledge.
- Taylor, I. (2006). *China and Africa: Engagement and Compromise*. (L. Routledge, Ed.).
- Taylor, I. (2007a). China's relations with Nigeria. *The Round Table*, 96(392), 631–645. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1080/00358530701626073>
- Taylor, I. (2007b). Governance in Africa and Sino-African Relations: Contradictions or Confluence? *Politics*, 27(3), 139–146.
- Taylor, I. (2012). China's Oil Diplomacy in Africa. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, 82(5), 937–959.
- Taylor, I., & Williams, P. D. (2008). Political Culture, State Elites and Regional Security in West Africa. *Journal of Contemporary African Studies*, 26(2), 137–149.
- Tehrani, M. (1999). *Worlds apart : human security and global governance*. London; New York: I.B. Tauris in association with the Toda Institute for Global Peace and Policy Research.

- The Rockefeller Foundation. (n.d.). Food Security Fears Fuel Agricultural Land Grab in West Africa, Weak Property Rights Slow Investment. Retrieved from <http://www.searchlightcatalysts.org/node/736>
- The Economist. (2013a). Lurching Ahead: Africa's giant is waking up, but it still looks unsteady on its feet. Retrieved from <http://www.economist.com/news/middle-east-and-africa/21576135-africas-giant-waking-up-it-still-looks-unsteady-its-feet-lurching-ahead>
- The Economist. (2013b). Playing with Mercury. Economist. Retrieved from <http://www.economist.com/blogs/baobab/2013/09/gold-mining-ghana>
- The Guardian. (2013, April). The Price of Gold: Chinese Mining in Ghana Documentary. The Guardian. Retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=ohrrE1rjzLo>
- The White House. (2002). *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington D.C.: {The White House}.
- Thompson, D. (2005). *China's soft power in Africa: From the "Beijing Consensus" to health diplomacy*. na.
- Thomson, A. (2016). *An introduction to African politics*. Routledge.
- Thurston, A. (2012, July). Give and Take in Niger's Relationship with China. SahelBlog. Retrieved from <https://sahelblog.wordpress.com/2012/07/26/give-and-take-in-nigers-relationship-with-china/>
- Tickner, J. (1992). *Gender in international relations : feminist perspectives on achieving global security*. New York: Columbia University Press.
- Tiezzi, S. (2015, December). The New China-Africa Relations: Four Trend to Watch. The Diplomat. Retrieved from <http://thediplomat.com/2015/12/the-new-china-africa-relations-4-trends-to-watch/>
- Tilly, C. (1975). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton N.J.: Princeton University Press.
- Toit, d. G. (2013). *Political Risks Factors: What Chinese Companies Need to Assess when Investing in Africa*. Centre for Chinese Studies.
- Tomé, L. (2010). *Geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental: Questões Teóricas e Conceptuais*. Universidade de Coimbra. Retrieved from [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14031/1/A geopolitica e o complexo de segurança na Ásia.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14031/1/A%20geopolitica%20e%20o%20complexo%20de%20seguranca%20na%20Asia.pdf)
- Tongkeh, J. (2008, March). Sifting the good from the bad: Sino African relations, a balance sheet. Retrieved from <http://www.afroarticles.com/article-dashboard/Article/Sifting-the-good-from-the-bad-Sino-African-relations,-a-balance-sheet/88061>
- Trachtenberg, M. (2003). The Question of Realism. *Security Studies*, 13(1), 156–194.
- Trading Economics. (2017). Nigeria GDP Annual Growth Rate. Trading Economics. Retrieved from <http://www.tradingeconomics.com/nigeria/gdp-growth-annual>
- Trosper, T. (2009). *West Africa's War on Terrorism: Time and Patience*. U.S. Army War College.
- Tukur, S. (2014, December). Nigeria cancels U.S. military training as relations between both nations worsen. Premium Times. Retrieved from

<http://www.premiumtimesng.com/news/headlines/172178-nigeria-cancels-u-s-military-training-relations-nations-worsen.html>

- Tull, D. (2006). China's Engagement in Africa: Scope, Significance and Consequences. *The Journal of Modern African Studies*, 44(3), 459–479.
- Twomey, C. (2007). Missing Strategic Opportunity in US China Policy since 9/11: Grasping Tactical Success. *Asian Survey*, 47(4), 536–559.
- Uchegara, K. (2009). China-Africa Relations in the 21st Century: Engagement, Compromise and Controversy. *Uluslararası İlişkiler*, 6(23), 95–111.
- Udeala, S. (2013). Nigeria-China Economic Relations Nigeria-China Under South-South Cooperation. *African Journal of International Affairs*, 13(1-2), 61–88.
- Ukeje, C. (2008). Globalization and Conflict Management: Reflections on the Security Challenges Facing West Africa. *Globalisations*, 5(1), 35–48.
- UNODC. (2013). *Transnational Organized Crime in West Africa: Threat Assessment*. UNODC.
- Utomi, P. (2008). China and Nigeria. *Center for Strategic and International Studies*, 39–48.
- Van Creveld, M. (1991). *The transformation of war*. London: Free Press.
- Van Evera, S. (1990). Primed for Peace: Europe after the Cold War. *International Security*, 15(3), 7–57. The MIT Press.
- Van Hoeymissen, S. (2010). *China's Support to Africa's Regional Security Architecture: Helping Africa to Settle Conflicts and Keep the Peace*. Centre for Chinese Studies.
- Van Hoeymissen, S. (2011). Regional Organizations in China's Security Strategy for Africa: The Sense of Supporting "African Solutions to African Problems? *Journal of Current Chinese Affairs* ., 40(4), 91–118.
- Vanguard. (2015, November). China to Sanction Companies for Disobeying Nigerian Laws. Vanguard. Retrieved from <http://www.vanguardngr.com/2015/11/china-to-sanction-companies-for-disobeying-nigerian-laws/>
- Väyrynen, R. (1979). Economic and Military Position of the Regional Power Centers. *Journal of Peace Research*, 16(4), 349–369.
- Väyrynen, R. (2003). Regionalism: old and new. *International Studies Review*, 5(1), 25–51.
- Verhoeven, H. (2016). From Trade Partner to Custodian of African Security: Why China Will Increasingly Intervene in Africa? *Europe, China and Africa: New Thinking for a Secure Century*. Friends of Europe.
- Vines, A. (2005). Combating Light Weapons Proliferation in West Africa. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs)*, 81(2), 341–360.
- Wæver, O. (1993). Culture and identity in the Baltic sea region. In P. Joenniemi (Ed.), *Cooperation in the Baltic Sea Region*. London: Francys & Taylor.
- Wagner, D., & Cafiero, G. (2013). China and Nigeria: Neo-Colonialism, South-South Solidarity, or Both. *World Post*. Retrieved from

http://www.huffingtonpost.com/daniel-wagner/china-and-nigeria-neocolo_b_3624204.html

- Walker, T. (2013). Maritime security in West Africa. *African Security Review*, 22(2), 85–91.
- Wall, D. (1996). China as a Trade Partner: Threat or Opportunity for the OECD? *International Affairs (Royal Institute of International ...)*, 72(2), 329–344.
- Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. Reading Mass.: Addison-Wesley Pub. Co.
- Waltz, K. (2000). Structural Realism after the Cold War. *International Security*, 25(1), 5–41. MIT Press.
- Wang, F.-L., & Elliot, E. (2014). China in Africa: presence, perceptions and prospects. *Journal Contemporary China*, 23(90), 1012–1032.
- Wang, J., & Zou, J. (2014). China Goes to Africa: a strategic move? *Journal of Contemporary China*, 23(90), 1113–1132.
- Wang, X., & Ozanne, A. (2012). *The West's Aid Dilemma and the Chinese Solution?* University of Manchester.
- Wardhani, A. (2006). *The Political Dimension of West African Diplomacy: A Study of Charles Taylor's Exit as the Conflict Settlement in Liberia*. Universitetet i Oslo.
- Wendt, A. (2006). *Social Theory of International Politics* (9. printin.). Cambridge [u.a.]: Cambridge Univ. Press.
- Whitaker, E. B. (2010). Soft balancing among weak states? Evidence from Africa. *International Affairs*, 86(5), 1109–1127. Blackwell Publishing Ltd. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2346.2010.00931.x>
- White House. (2014, January). Conventional Arms Transfer (CAT) Policy. US Department of State. Retrieved from <http://www.state.gov/t/pm/rsat/c14023.htm>
- Wight, C. (2006). *Agents, Structures and International Relations: Politics as Ontology*. Cambridge Univ Press.
- Wight, M. (1978). *Power Politics*. New York: Holmes & Meier.
- William, T. (1995). An Assessment of Prospects for Ending Domestic Military Conflict in Sub-Saharan Africa. *CSIS Africa*, (177), 1–6.
- Williams, I. (2012). *African Military And Paramilitary In Stabilizing Africa Borders Eurocentric Security Sector Reforms Gone Wrong*. Pan African Strategic Policy Research Group.
- Wohlforth, W. (1999). The stability of a unipolar world. *International security*, 24(1), 5–41.
- Wolfers, A. (1952). National Security" as an Ambiguous Symbol. *Political Science Quarterly*, 67(4), 481–502.
- Wu, Y.-S. (2013). *The Role of Public Sentiment and Social Media in the Evolving China–Africa Relationship*. South African Institute of International Affairs.
- Wu, Y.-S. (2016). China's Media and Public Diplomacy Approach in Africa: Illustrations from South Africa. *Chinese Journal of Communication*, 1–17.

- Yansane, A. (1977). The State of Economic Integration in North West Africa South of the Sahara: The Emergence of the Economic Community of West African States (ECOWAS). *African Studies Review*, 20(2), 63–87.
- Yin, J., & Vaschetto, S. (2011). China's Business Engagement in Africa. *The Chinese Economy*, 44(2), 43–57.
- Zacher, M. W. (2001). The Territorial Integrity Norm: International Boundaries and the Use of Force. (B. A. Simmons & R. H. Steinberg, Eds.) *International Organization*, 55(2), 215–250. Cambridge University Press.
- Zhengyu, W., & Taylor, I. (2011). From refusal to engagement: Chinese contributions to peacekeeping in Africa. *Journal of Contemporary African Studies*, 29(2), 137–154.
- Zhongying, P. (2005). China's changing attitude to UN peacekeeping. *International Peacekeeping*, 12(1), 87–104.
- Zhou, H., & Seibel, K. (2015, January). Maritime Insecurity in the Gulf of Guinea: A Greater Role for China? China Brief. Retrieved from http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=43373&cHash=50928e9d0293ea1be91e4f7838b0f667#.V5ZgA7grLIV
- Ziankahn, D. (2012). *The Impact of Military Coups d'Etat on West Africa Socio-economic and Political Development*. Faculty of the U.S. Army Command and General Staff College.

